O INSTITUTO

VOLUME 76.º

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

VOLUME 76.º

4.ª SÉRIE — VOLUME 5.º



COIMBRA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

1928

SOCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Conde de Felgueiras — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Pôrto antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

VOLUME 76.º



4.ª SÉRIE — VOLUME 5.º

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1928

ÍNDICE POR AUTORES

Pág.

Basto (Claudio) — Estranjeirismos 280
Bataillon (Marcel) — La mort d'Henrique Caiado..... 76
Brites (Geraldino) — O ensino da morfologia humana 401-546
Costa Lobo (F. M. da) — Quelques résultats obtenus par les observations spectroheliographiques des années de 1926 e 1927 350
Costa Veiga (A. Botelho da) — O doutor Brotero..... 149
—— Breves palavras sôbre a questão de Ourique 376
Cunha Gonçalves (L. da) — A famosa cidade de Liampó segundo Fernão Mendes Pinto e a verdade histórica 113
Figueiredo (Fidelino de) — Sciência e espionagem 533
Gonsalves (J. Vicente) — Sur la courbe de von Koch..... 609
Gracias (Bernardino) — Do teatro na literatura indo árica 29-200-357-510
Landa (Ruben) — La enseñanza secundaria en Portugal..... 63
Le Gentil (G.) — Les français en Portugal 418
Lima (Sílvio) — Nota sôbre o novo poema, «Sulamite», de Manuel da Silva Gaio 598
Louro (Estanco) — Raízes da alma latina..... 491-615
Magalhães Basto (Artur de) — Na agonia dum regímen.... 260-470
Nemésio (Vitorino) — A arte de escrever 241
—— Uma carta de Monaci sobre o «Cancioneiro da Vaticana».... 488
Sampayo (Luís T. de) — Para a história do tratado de Methuen 1
Santana Rodrigues — O crime e a responsabilidade 83-131-335
Silva Carvalho (Augusto da) — Notícia sôbre as «Lettres de Mr. l'abbé Le Grand pendant ses voyages d'Espagne et de Portugal» (1692-1696) 58
Silva Correia (João da) — Algumas observações acêrca da influência do inglês no português e do maior veículo dela — o francês..... 97-167-288-451

Pág.

Soares de Azevedo (Celestino Monteiro) — Os pretéritos com redôbro 121

Sousa Viterbo — Subsídios para a história da música em Portugal 217-580

Vieira de Almeida — A obra de Guerra Junqueiro 316

ÍNDICE POR ARTIGOS

Pág.

Agonia (Na) dum regímen por Artur de Magalhães Basto . 260–470
Arte (A) de escrever por Vitorino Nemésio 241
Bibliografia 392
Boletim do Instituto 390
Carta (Uma) de Monaci sôbre o «Cancioneiro da Vaticana» por Vitorino Nemésio 488
Courbe (Sur la) de von Koch por J. Vicente Gonsalves 609
Crime (O) e a responsabilidade por Santana Rodrigues .. 83–131–335
Doutor (O) Brotero por A. Botelho da Costa Veiga 149
Enseñanza (La) secundaria en Portugal por Ruben Landa 63
Ensino (O) da morfologia humana por Geramdino Brites 401–546
Estranjeirismos por Cláudio Basto 280
Famosa (A) cidade de Liampó segundo Fernão Mendes Pinto e a verdade histórica por L. da Cunha Gonçalves 113
Français (Les) en Portugal por G. le Gentil.. 418
História (Subsídios para a) da música em Portugal por Sousa Viterbo 217–580
História (Para a) do tratado de Methuen por Luís T. de Sampayo 1
Livros recebidos 239–400–530
Mort (La) d'Henrique Caiado por Marcel Bataillon 76
Nota sôbre o novo poema, «Sulamite», de Manuel da Silva Gaio por Sílvio Lima 598
Notícia sobre as «Lettres de Mr. l'abbé Le Grand pendant ses voyages d'Espagne et de Portugal» (1692–1696) por Augusto da Silva Carvalho 58
Obra (A) de Guerra Junqueiro por Vieira de Almeida 316
Observações (Algumas) acêrca da influência do inglês no português e do maior veículo dela — o francês por João da Silva Correia 97–167–288–451

Pág.

Pretéritos (Os) com redôbro por Celestino Monteiro Soares de Azevedo 121
Publicações periódicas 677
Questão (Breves palavras sôbre a) de Ourique por A. Botelho da Costa Veiga 376
Raízes da alma latina por Estanco Louro 491-615
Résultats (Quelques) obtenus par les observations spectro-heliographiques des années de 1926 e 1927 por F. M. da Costa Lobo . 350
Sciência e espionagem por Fidelino de Figueiredo 533
Teatro (Do) na literatura indo-árica por Bernardino Gracias 29-200-357-510
Vária 237-397-663

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 76.º

4.ª SÉRIE VOLUME 5.º

NÚMERO 1

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1928

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Conde de Felgueiras — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Pôrto antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão, A. D. B. N. L. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, D. F. L. U. L., D. G. E. S. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L., D. G. S. — Prof. M. de Sousa da Câmara, D. I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, D. da Secção de Sciências Físico-Químicas da U. C.

SUMÁRIO

Para a história do tratado de Methuen, por Luís T. de Sampaio ... 1
Do teatro na lteratura indo-árica, por Bernardino Gracias 29
Noticia sôbre as «Lettres de Mr. l'Abbé Le Grand pendant ses voyages d'Espagne et de Portugal» (1692-1696), por Augusto da Silva Carvalho 58
La enseñanza secundaria en Portugal, por Ruben Landa..... 63
La mort d'Henrique Caiado, por Marcel Bataillon..... 76
O crime e a responsabilidade (Estudo psico-social), por Santana Rodrigues 83
Algumas observações acêrca da influência do inglês no português e do maior veículo dela — o francês, por João da Silva Correia .. 97

PARA A HISTORIA DO TRATADO DE METHUEN

Em Portugal o tratado de Methuen tem sido talvez mais criticado do que estudado, e a sua história à luz dos documentos da época está por fazer. Não temos a ridícula pretensão de suprir esta lacuna. O propósito do presente artigo é tão sòmente coligir alguns elementos para responder a uma pergunta que há tempo nos foi feita pelo distinto historiador Sr. J. Lúcio de Azevedo: ¿Segundo as nossas fontes diplomáticas, foi o tratado de Methuen proposto pela Inglaterra para favorecer a introdução dos seus tecidos ou, como pretendem alguns autores, quiz a diplomacia britânica desligar Portugal da aliança francesa oferecendo-lhe para isso vantagens para os vinhos?

Os documentos actualmente existentes no Arquivo dos Negócios Estrangeiros, quási todos posteriores à época do tratado de 1703, não permitiriam só por si esclarecer aquele ponto de dúvida. Entre as colecções diplomáticas que pertenceram ao nosso Arquivo diplomático, e por êste remetidas em tempo para a Torre do Tombo, encontram-se porém os registos da correspondência de D. Luís da Cunha, de Londres para Lisboa, a partir de 1697, e estes alguns elementos fornecem que, juntos a outros do Arquivo diplomático, convém talvez tornar conhecidos. Trata-se contudo de meros subsídios, que só completados por outros documentos e cotejados com as fontes inglesas permitirão afirmar com perfeita segurança qual o pensamento preciso

dos negociadores do mais célebre e atacado dos tratados de comércio.

Quando D. Luís da Cunha foi para Londres como Enviado de D. Pedro II, a sua Instrução, datada de 2 de Outubro de 1697, aludia já a instâncias da Inglaterra, e designadamente do seu Enviado João Methuen, para que se levantasse a proïbição dos panos ingleses estabelecida desde a pragmática de 1677 (1).

Resava assim a instrução:

«Se por parte do Parlamento vos fizerem alguma proposição favoravel ao comercio de ambas as corôas, nem a regeitareis, nem a aprovareis; mas ouvindo-a com agrado direis que este projecto é fora das vossas instrucções, e me dareis conta, e que entendeis que todas as proposições que respeitarem o augmento do commercio e a maior utilidade das corôas serão de mim bem ouvidas; e se começarem esta pratica por se levantar a prohibição dos pannos de Inglaterra, tirando-se o equivalente delles em fructos deste reino, direis que tendes noticia que o Enviado João Methuen havia feito esta proposta ao Secretario de Estado e que delle se haverá entendido o estado em que se acha esta negociação, e que quando comvosco queiram continuá-la vos devem dizer as conveniências que resultarão a Portugal, para que dando-me conta dellas, possa eu tambem attender ás de Inglaterra».

Quando, e em que termos, haviam principiado estas diligências de João Methuen, não o sabemos. Methuen viera para

---

(1) A pragmática de 1677, várias vezes confirmada e regulada, e até alterada em alguns pontos, dizia no seu artigo IV: «Nenhuma pessoa se poderá vestir de panno que não seja fabricado neste Reino; como tam bem se não poderá usar de voltas de renda, cintos, talins, boldriés e chapeos que não sejam feitos nelle».

Portugal em 1688. Já em 1681 havia negociações para um tratado de comércio em Lisboa nas quais se empenhava Inglaterra e que pareciam proteladas por Portugal (1). Certo é que as Instruções do Visconde de Fonte Arcada, enviado a Londres em 1692, não aludem a negociações comerciais. Mas logo em princípios da missão de D. Luís da Cunha, (a êsse tempo Portugal queixava-se de estar pagando em Inglaterra direitos superiores aos de 1654, o que considerava como infracção do tratado vigente, que era o daquele mesmo ano), via aquele diplomata possibilidade de serem diminuídos os direitos postos em Inglaterra sôbre os vinhos de França depois da última guerra e escrevia para Lisboa:

«O que se deve procurar é que tambem os tirem aos nossos em tal proporção que não fiquem mais carregados, porque para concertarem os de França necessitam dos de Portugal. VMcê me diga o como devo obrar nesta materia advertindo que a insinuação mais sensivel que se lhes pode fazer é a da prohibiçaõ das baetas etc».

Aqui nos aparecem relacionadas as duas questões: vinhos e lanifícios. A maneira de dizer de D. Luís da Cunha deixa supôr que o não estavam anteriormente.

A derogação da pragmática de D. Pedro II continuava a ser vivo empenho de João Methuen, como se vê pelo ofício de D. Luís da Cunha de 22 de Outubro de 1697:

«No que respeita á liberdade dos panos sobre que insta João Methuen, chanceler de Irlanda, se me não tem fallado, porém ao meu sentimento não servirá que de meterem nesse reino mais uma droga, e a saca do vinho será sempre a mesma quando os direitos sejam maiores que os impostos sobre os vinhos de França cujo negocio será dificultosissimo de acomodar... e quasi que posso segurar a V. M. que se aos nossos vinhos lhes diminuirem os direitos em propor-

---

(1) Vide o *Quadro Elementar*, tom. 18.

ção aos de França é força que tenham saca por lhes serem necessarios para concertar todos os outros».

Poucos dias depois, D. Luís da Cunha alongava-se em considerações sôbre o mesmo assunto. A entrada dos panos, dizia, não é meio para a saca dos vinhos porque esta só começou depois que a guerra embaraçou o comércio com a França, em tempo que já existia a defesa dos panos em Portugal. De sorte que nem a entrada dos panos fizera sair os vinhos, nem a proïbição impediu a sua saca quando dêles tiveram necessidade. A única cousa que poderia produzir efeito para a continuação da saída dos vinhos seria, quando baixassem os direitos sôbre os vinhos de França, baixarem proporcionalmente os de Portugal, isto é, 3o shil., em atenção à distância que os onerava com maior frete. No caso de entenderem que de baixarem os direitos aos vinhos franceses sem os baixarem aos nossos resultaria Portugal proïbir as lãs e principalmente as baetas, era provável, dizia o Enviado, que os mercadores fizessem ruído no Parlamento e alguma cousa se poderia conseguir. A ocasião, acrescentava, era boa por estarem os ingleses já costumados aos nossos vinhos. Custara-lhes bebê-los a principio, por doces, mas teriam agora repugnância de voltar aos franceses «por azedos».

Passado um mês, em 3 de Dezembro de 1697, era D. Luís procurado pelos mercadores de vinhos de Londres, que lhe iam pedir apoio junto do Parlamento para diligências que praticavam no sentido de serem reduzidos os direitos dos vinhos portugueses se o fôssem os de França.

A matéria apresentava-se assim com um carácter exclusivamente económico, sem a menor ligação com o papel político de D. Pedro II no negócio da sucessão de Espanha.

É certo que pelo mesmo tempo João Methuen começou a sondar D. Luís da Cunha sôbre o pensamento político do

Gabinete português (18 de Fevereiro de 1698). Mas nos discursos de Methuen referidos pelo diplomata português, como nos ofícios dêste mesmo, a questão da atitude futura de D. Pedro não aparece ligada ou relacionada com o assunto económico.

De cada vez que lhe constava haver negociações entre Inglaterra e França em matéria comercial, D. Luís da Cunha trabalhava junto dos Parlamentares a favor dos vinhos portugueses. Não acreditava todavia em possibilidade de tratado entre aquelas duas Nações porque cada uma delas o que mais queria era defender suas manufacturas. Em sua opinião, França antes sacrificaria os vinhos do que as fábricas, Inglaterra antes compraria os vinhos mais caros do que abandonaria os panos. Além de que nas proposições de França, para a abolição dos direitos postos de parte e outra depois da guerra, a reciprocidade era apenas aparente, porque antes da guerra França elevara seus direitos e Inglaterra não.

Assim se passou o ano de 1698. De 1699 falta o registo na Colecção da Torre do Tombo e o Arquivo dos Estrangeiros não supre a falta. Mas logo em 18 de Janeiro de 1700 D. Luís da Cunha aludia à pragmática portuguesa a que Portugal se decidira por terem sido elevados em Inglaterra os direitos sôbre os vinhos, os azeites e os açúcares portugueses. Dizia que todos os mercadores de panos representavam em sentido favorável a Portugal para que os nossos vinhos pagassem menos £4 do que os franceses e que o procuravam Parlamentares instando pela entrada dos panos em Portugal.

A questão mantinha-se portanto no terreno económico e não no político.

Nesta altura João Methuen escreveu ao Secretário de Estado Mendo de Foyos. Êste respondeu-lhe por carta de que não há registo, mandada por intermédio de Paulo Methuen,

Enviado de Inglaterra em Lisboa. Na carta de Mendo de Foyos a êste último (1) lê-se:

...» (o particular de se levantar a prohibição dos panos de côr de Londres) «é materia mui digna de se conferir e que as conveniências podem fazer ajustar, e assim me parece que VSa mande vir poderes para poder ajustar os negocios da extracção dos nossos vinhos para Inglaterra e admittirem-se os panos de Londres em Portugal».

Isto em Março de 1700, em condições políticas que não eram as de 1703.

A negociação assim encetada era classificada por D. Luís da Cunha como de «tratado de comercio». João Methuen dizia que as pretensões portuguesas de assegurar uma determinada saída de vinhos por preço fixo eram irrealizáveis. D. Luís, por seu lado, não confiava nas intenções dos ingleses nem no leal cumprimento do tratado que viesse a ser ajustado. O que êles ingleses querem, dizia, é adiantar as suas manufacturas e arruïnar as que começam em Portugal.

Inglaterra também alegava não ser possível baixar os direitos dos vinhos portugueses sem fazer o mesmo aos de Castela onde nunca havia sido proïbida a entrada dos panos.

Durante o ano de 1700 a negociação não fez progressos e a situação política da Europa agravou-se. O monarca português que, como é sabido, acedera ao tratado de partilha da monarquia espanhola, era inquirido pela Inglaterra sôbre as suas intenções nas diferentes hipóteses que podiam apresentar-se. As respostas eram evasivas. Em Janeiro de 1702 ainda a atitude de D. Pedro II era um inigma para a Inglaterra que procurava a garantia da neutralidade de Portugal. Em Março dêsse ano João Methuen propoz a D. Luís uma negociação de amizade e aliança. A guerra era

---

(1) Arquivo dos estrangeiros; registo, 9 de Março 1700.

inevitável, a Inglaterra faria tôdas as conveniências que Portugal entendesse. Pouco depois, em Maio de 1702, Methuen veiu a Portugal. Partiu repentinamente e D. Luís só o soube na própria hora da partida. Estranhou-lhe o silêncio mas não conseguiu saber ao que vinha o Embaixador.

Em Lisboa foi designado o Marquês de Alegrete como Ministro conferente a João Methuen. Em Londres D. Luís da Cunha era instado sôbre a questão política. Tudo o levava a crer que Methuen procuraria alcançar a aliança portuguesa (1).

Em Agosto a questão foi com efeito apresentada abertamente pelo próprio Secretário de Estado britânico. D. Luís da Cunha deu conta minuciosa da conferência num extenso ofício de 29 de Outubro de 1702. A tese do Secretário britânico era que tendo a França faltado com os socorros a Portugal, a Inglaterra estava persuadida de que os seus navios poderiam entrar nos portos portugueses como dantes. Mas a neutralidade de Portugal seria quási tão prejudicial à Inglaterra como a beligerância, porque os navios mercantes não poderiam vir a Portugal pelo risco de serem apresados pelos de França. Por nosso lado deixariamos de exportar os vinhos e os frutos. D. Luís da Cunha replicou a estes argumentos, e o Secretário abordou então francamente a hipótese de uma aliança mediante compensações e alargamento de domínios.

---

(1) O que se passou durante esta missão de Methuen a Portugal consta do Manuscrito n.º 1444 do Santo Ofício, na Torre do Tombo. Trata-se de um volume tendo por título «Conferências com os Embaixadores de Inglaterra» que parece provir do Marques de Alegrete Foi-me amàvelmente indicada a sua existência pelo Sr. Dr. António Baião já depois de escrito êste artigo, que por aqueles documentos não fica alterado. Vê-se que Methuen tratou sempre da questão da entrada de Portugal na Liga ou aliança com Inglaterra. A questão dos panos não aparece.

D. Luís dizia ter percebido grande empenho por êste pacto:

«Prometterão tudo quanto imaginarem que lhes poderá grangear uma aliança de tanta consequencia». Não via inconveniente em que D. Pedro ouvisse proposições, e aconselhava: «não poupar as trez potencias, pedindo-lhes tudo quanto fôr conveniente». Considerava única a ocasião que se oferecia para Portugal alargar seus domínios. Supunha que ofereceriam o casamento de uma arquiduquesa para o Príncipe, o reino da Galiza ou as praças de Alcantara e de Badajoz. A ideia de monarquia universal atribuída à França não o assustava «por me parecer um projecto mais para discurrido do que para executado». Mais possível lhe parecia o desmembramento da monarquia espanhola ficando Portugal e Espanha sob a corôa portuguesa.

D. Luís da Cunha estava portanto longe de supôr que a aliança portuguesa pudesse ser concedida por uma só cláusula económica relativa aos vinhos, a qual Portugal pretendia já em condições tanto menos favoráveis.

No caso de não se entrar nesta negociação de aliança e alargamento de domínios, D. Luís da Cunha previa que a Inglaterra trataria de obter a permissão para entrada de um maior número de navios de guerra nos portos portugueses (1). Na anuência de Portugal a semelhante proposta só via a desvantagem de descontentar a França, mas esta se acomodaria receando que «dados os primeiros dous passos dessemos o último». E podiamos obter vantagens.

Era para esta negociação, parte restrita das suas conjecturas, e não para uma aliança que só julgava compensável

---

(1) Pelo tratado de 1654, art. XVIII, o número normal de naus de guerra inglesas que podiam entrar nos portos portugueses em tempo de paz era de 6. O tratado de 1661 com os Estados Gerais continha igual disposição no seu artigo XIX).

com grandes vantagens políticas, que o célebre diplomata português fazia intervir os seus planos de diplomacia económica, como actualmente se diz, bem dignos de serem conhecidos e lembrados.

A primeira vantagem que seria possível obter da Inglaterra em troca da admissão de maior número de navios seria a observância do artigo secreto «das pazes» relativo aos direitos sôbre os vinhos(1), porque «se os portugueses não pagarem neste reino mais direito dos vinhos que os que pagavam no ano de 54 do século passado serão êles sós os que farão êste negócio e não os ingleses a quem não terá conta o navegá-los». Para isto via a dificuldade de ser necessário um acto do Parlamento pois o rendimento das Alfândegas inglesas estava consignado ao pagamento de certas dívidas.

«Em segundo logar», proseguia D. Luís da Cunha, «se lhe deve pedir (á Inglaterra) que possamos navegar nos nossos navios para este reino o assucar, tabaco e o mais que cresce nas nossas conquistas, o que se nos tem defendido depois de alguns annos injustamente, augmentando-se-lhe tambem os direitos contra o estipulado no mesmo artigo secreto, e que os navios que comprarmos aos inglezes se reputem por nossos tendo escritura de venda e passaporte de S. Magde, e deve-se instar ultimamente em que não paguem certo direito que chamam de estrangeiro que é maior ou menor segundo os generos, porque se os inglezes em Portugal logram os mesmos privilegios e liberdades como se foram portuguezes em virtude do dito artigo secreto que quasi põe em uma reciproca ambas as nações, é justo que os portuguezes não paguem o tal direito.

---

(1) Como dissemos, Portugal entendia ilegítima à face do artigo secreto do tratado de 10 de Julho de 1654 a exigência de quaisquer direitos superiores aos que vigoravam em Maio de 1654 mencionados naquele mesmo artigo.

«E já que falo em materia de commercio se me offerece dizer que Inglaterra consome todos os annos mais de cem mil quintais de passa de 195 £ que lhe entram de Malaga, Arcos e Alicante, e como a guerra ha de interromper este commercio, se S. Magde encorajar a plantação daquella sorte de uvas no Algarve para que se fabrique passa assim de sol como de lexia (sic), poderá Portugal ficar com este negocio ainda depois da paz, como succedeu com o dos vinhos que a guerra passada fez perder a França, o qual lhe não será menos proveitoso, para o que poderá S. Magde dar alguns privillegios aos que plantarem as vinhas e não pôr direito algum na sahida da passa para assim animar tanto aos lavradores como aos mercadores, a exemplo desta nação que sendo os (sic) que tinham as suas manufacturas mais tenues, ha dous annos tirou o Parlamento todos os que pagavam as de lã; e para que a plantação das suas colónias vá em aumento se restituem nas Alfândegas quasi todos os direitos que os tabacos, assucares e mais generos que nacem nellas haviam pago de entrada, aos que as extrahem, e o que mais é que para que as terras se cultivem quando ha muita abundancia de trigo dá o Governo 15 shillings por moio ás pessoas que o embarcam, como tambem 5 sh. por cada barril de arenques e 15 por cada um de sardinhas, alem dos grandes privilegios concedidos aos seus navios que levam peixe a outros paizes; e informando-me da razão que ha para os reis de Inglaterra desembolsarem tão grandes sommas só a fim de que se extraia deste reino trigo e peixe dando-as não aos que o pescam e semeiam as terras mas aos mercadores que fazem negocio disso, acho que o Parlamento quando fez estas leis foi na consideração de que os homens de negocio, animados do premio que recebem carregando estes generos, dão por elles mais aos lavradores e pescadores, e estes por outra via o tornam a pagar a El Rei, crescendo assim o trato e navegação em que se emprega muita gente, e como toda lucra acha-se sempre a nação opu-

lenta e nas occasiões não sente os grandes impostos que é obrigada a pagar.

«Em Portugal são obrigados os mercadores que carregam frutos para fora a meter no Reino dentro de um anno outro tanto valor em generos estrangeiros e em falta pagar dez por cento delles o que, alem de ser de mui pouco lucro á Real Fazenda de S. M., porque os mercadores quando se não acham com fazendas que fação equivalente fazem despachos em nome de alguns amigos que tendo-as lhes não é necessario valerem-se dellas para este effeito, é em detrimento da mercancia, descorajamento dos fructos do reino e contra o que praticam todas as nações mercantes, sendo indubitavel que os fructos e manufacturas que se extrahem de um paiz é só o que o enriquece, e muito mais se estes forem navegados e carregados por mercadores e navios da mesma nação, o que conhecendo esta muito bem, para encorajar a sua navegação, lhes concedeu muitos privilegios, em grande prejuízo dos estrangeiros e para que os mercadores seus naturaes tenham assim maiores avanços os privilegiou nas Alfandegas isentando-os de pagar o direito que chamam de estrangeiro que é consideravel como deixo referido.

«Como durante esta guerra Portugal ha-de ser a alfandega por que hão de passar todos os generos d'estas nações para delle se transportarem a outros paizes, como dos que vierem dos dominios de Espanha, e ainda de Italia e Levante para o norte, parece conveniente que S. M. ponha um direito que não seja muito pesado nas fazendas que se não houverem de consumir no Reino para que acudam mais a elle dando liberdade a que entrem todas, mas ao mesmo tempo fazendo tomar todo o cuidado em que se não usem nelle as prohibidas, para que as nossas fabricas se não arruinem; só me não parece que de nenhum modo se dê passagem a algum genero de fructos dos que se colhem no Reino e suas conquistas para que não diminuam o preço e bôa sahida dos nossos, o

que tudo se entende não cahindo Cadiz nas mãos dos inglezes. E para que este mesmo comercio tenha aquelle sucesso que se pode desejar é necessario que a nossa bandeira se respeite o que sem duvida se seguirá se El Rei N. S. não necessitando de tantas forças de terra augmentar as de mar, para que umas e outras Potencias receiem de a insultar, e logo serão os nossos navios com esta segurança onde os mercadores embarcarão com mais facilidade as suas fazendas não lhes sendo necessario pagar tão grandes seguros, e ainda accrecento que El Rei N. S. poderia animar alguns cavalheiros e pessoas de distinção a que viessem fazer algumas campanhas assim nos exercitos dos alliados como nos de França, para que vissem e aprendessem experimentalmente a fazer a guerra, não só porque ella hoje se faz de outra maneira mas porque á sua especulação ajuntassem também a pratica que em algum dia nos poderá vir a ser util».

Em 24 de Outubro do mesmo ano de 1702 voltava o diplomata português a ocupar-se destas matérias comerciais que tanto prendiam as suas atenções:

«... me pareceu cuidar no remédio que poderia haver para que não obstantes tôdas as precauções que toma esta nação para se levantar em dano das mais com o comércio e navegação, possa tambem Portugal adiantar uma cousa e outra; e não julgo haver outro senão que S. M. ponha nas suas Alfandegas as mesmas leis que o Parlamento prescreveu ás de Inglaterra, que consistem em que os naturais paguem menos que os estrangeiros, e na mesma forma todas as fazendas que forem navegadas em navios portuguezes para que lhes tenha conta o virem ao Norte e entrarem o Estreito não só pendente a guerra mas ainda depois da paz; e para que as rendas reaes não tenham a minima diminuição mas antes bastante augmento pode ordenar El Rei N. S. que se levantem as avaliações das fazendas que depois da Lei entrarem nesse Reino por estarem mui baixas e ser conforme

ao artigo secreto (que esta nação não observa) o poderem-se augmentar; e depois de ajustado o quanto devem pagar, aliviar aos seus vassalos e navios naquella parte que parecer própria e rasoavel a conseguir o proposto fim; e por melhor me fazer entender porei o exemplo: uma peça de baeta de Colebester que se vende em Lisboa por 27$ se avalia na Alfandega em 15 de que á razão de 23 por 100 paga de direitos 3$450, subindo-se-lhe a avaliação a 20$ pagará consequentemente 4$600 que são mais 1$150, dos quaes poderá S. M. moderar aos mercadores portuguezes 7 a 800 rs. jurando que a fazenda faz por sua conta ou de outros portuguezes e sem que nella tenha alguma parte estrangeiro, e este privillegio se não estenderá nem ainda aos naturalisados, a menos que sendo filhos de portuguezes nascidos em paizes estrangeiros, porque de outra maneira todos procurarão o naturalisar-se sem animo de se estabelecerem em Portugal, só afim de lograrem aquella isenção, e se continuará o mesmo dano que se pretende evitar; e ainda que a dita fazenda seja de estrangeiro se for porêm navegada em navios portuguezes se lhe poderá abater 400 reis para animar mais a navegação sem que fazendo a conta ao grande avanço que nesta forma terá a fazenda real será mais util que nos vinhos e mais generos que se extrahissem se lhes diminuisse alguma cousa na sahida sendo carregados em navios portuguezes, seja por conta d'estes ou dos mesmos estrangeiros. O mesmo sem distinção seria conveniente que se praticasse com as fazendas de baldeação, que creio que assim se chamam as que entram nos nossos portos para passarem a outros paizes, porque qualquer vantagem que os mercadores achem para carregar nos nossos navios não se servirão de outros o que será de uma notável vantagem a esse Reino. Se pois parecer a El Rei N. S. que este meu projecto tem algum caminho, pois que não ha outro para que o comercio e navegação dos seus vassalos possam florecer, será precisamente necessario fazer

um regimento de marinha para que os marinheiros obedeçam aos seus capitães e não desamparem os seus navios pendente a viagem para que se enrolaram, como os vejo fazer todos os dias, que é também uma das razões que os mercadores teem para carregarem de melhor vontade em os navios estrangeiros, e de volta se poderão queixar de alguma insolencia que o capitão lhes haja feito.

«Este negocio será em tanta vantagem nossa quanto em detrimento d'esta nação que logo acudirá com o capítulo das pazes, onde se estipula que os inglezes lograrão nesse reino dos mesmos privilegios que os seus naturaes; porêm, alem de que se poderá mostrar que isto se entende em outros termos, é necessario ver que a conjuntura presente é propria a lograr qualquer melhora o que em outro tempo se não poderá fazer com comodidade; e assim, quando se ache que convem, pode El Rei N. S. fazer levantar as ditas avaliações sem falar na graça que quer fazer aos seus vassalos no abatimento, senão quando tudo estiver regrado, que em fim não será estranho que os queira aliviar do que pagam, bem que se diga ser em prejuizo dos estrangeiros».

Como se vê nenhum dos planos de política económica de D. Luís da Cunha andava ligado ao abandono por parte de Portugal da aliança francesa ou à celebração de uma aliança com Inglaterra, Império e Estados Gerais no negócio da sucessão de Espanha.

O registo da correspondência de D. Luís da Cunha interrompe-se em Dezembro de 1702 para só recomeçar em 1704. É precisamente neste período que aparecem os tratados de 16 de Maio de 1703, pelos quais D. Pedro II se separou definitivamente da França, e o de Methuen de 27 de Dezembro de 1703 (1).

---

(1) É de notar que no volume da Torre do Tombo «Conferencias com os embaixadores de Inglaterra» atraz citado tambem se dá uma

São dois os tratados de 16 de Maio daquele ano. Pelo primeiro foi concluída a aliança defensiva entre Portugal, a Gran Bretanha e os Estados Gerais contra qualquer agressão de Castela ou de França. Ficou estipulada neste pacto a reciprocidade, para os portugueses em Inglaterra e na Holanda, dos «privilegios das pessoas e liberdades do comercio», que em Portugal gosavam ingleses e holandeses. Também o artigo XIX autorisou a entrada em tempo de paz nos portos portugueses de maior número de navios de guerra ingleses e holandeses que o estipulado nos tratados anteriores. Mas não encerra o tratado nenhuma das compensações que D. Luís da Cunha sugeria para esta concessão, se ela fôsse pedida.

O segundo tratado de 16 de Maio é o de aliança ofensiva e defensiva de Portugal com os mesmos Estados e com o Imperador para colocar no trono de Espanha o Arquiduque Carlos. Obedecia esta convenção ás ideas que D. Luís da Cunha sustentara desde princípio, embora depois a alcunhasse de insuficientíssima compensação da aliança portuguesa. Ali se encontram as cautelas para a guerra como para a paz; ali vêm, nos artigos secretos I e II, as compensacões territoriais: o alargamento de domínios: as cidades de Badajoz, Albuquerque, Valença, Alcântara, na Estremadura, Guarda, Tuy, Bayona e Vigo na Galiza, além dos territórios do Rio da Prata. A aliança firmava-se portanto independente de cláusulas comerciais.

Só passados sete meses sôbre o tratado de aliança surgiu o tratado de Methuen, de 27 de Dezembro.

João Methuen voltara a Portugal em Setembro de 1702.

---

interrupção na correspondência desde Fevereiro de 1703 a Outubro de 1704. Dir-se-ia ter havido o propósito de não deixar registado o que se passou naquele período das negociações dos tratados de aliança e do tratado de Methuen.

Mas em 7 de Dezembro de 1703 tendo o tratado de aliança já aqueles meses de existência ainda a negociação do tratado de comércio estava nos seguintes termos, que se veem numa carta do Bispo de Elvas, Manuel Pereira, ao Marquês de Alegrete:

«no que toca á permissão dos panos e saca dos vinhos está S. Magde resoluto a permitil-a na forma que V. Exa ajustar com o dito Embaixador (Methuen) mandando vir poderes da Rainha de Inglaterra e obrigando-se a mesma Rainha a que o tratado seja confirmado pelo Parlamento e que entretanto se faça um projecto assinado por V Exa e pelo dito Embaixador declarando-se nelle que não terá effeito senão vindo a D. João Methuen os poderes na forma que tenho referido» (1).

Dias depois o Marquês de Alegrete escrevia a João Methuen:

«Tambem remetto a V. Exa o projecto para o tratado da introducção dos panos e extracção dos vinhos e depois de V. Ex.ª o ver se porá em forma de tratado quando V. Exa fôr servido» (2).

Prova de que o texto não era apresentado pelo ministro inglês (3).

Para investigação completa das negociações faltam-nos as minutas, se as houve, das conferências entre Methuen e o Marquês de Alegrete; faltam-nos os ofícios de Methuen ao seu

---

(1) Documento do Arquivo dos Negócios Estrangeiros.

(2) Documento do Arquivo dos Negócios Estrangeiros.

(3) Um dos documentos, em data de 18 de Dezembro de 1703, do volume acima citado do Santo Ofício na Torre do Tombo, prova que Methuen teve dúvidas quanto a um dos artigos do projecto de tratado. O Marquês de Alegrete recebeu instrucções do Secretário de Estado para que no tratado ficasse declarado que Portugal poderia proibir os panos ingleses logo que não tivesse efeito a diminuïção ajustada dos direitos sôbre os vinhos.

Govêrno. Mas o que fica exposto é bastante, parece-nos, para dizer que o tratado de Methuen foi apenas um pacto comercial em que cada uma das Potências contratantes, Portugal e Inglaterra, procurou, êle mal, ela bem, realizar uma aspiração já antiga. Que houvesse o pensamento de cimentar com interêsses económicos a aliança política, o preâmbulo do tratado o diz. Que o tratado quisesse vibrar um golpe no comércio francês, parece ser a opinião de Leadam na *Political History of England:* «The object of this treaty was twofold — to give England a monopoly for her woollen goods in the Portuguese markets, and to injure the French by granting preferential duties to imported wines etc. (1).

Cálculo errado do negociador português, fraqueza, ou inhabilidade, será possível dizer. Porém, condição, preço, ou engano para alcançar a aliança portuguesa não encontrámos indicios de que o fôsse. Os documentos posteriores ao tratado confirmam isto mesmo. Nas Memórias de D. Luís da Cunha escritas em 1714 dizia êle:

«§ 274. Não foram só estes os tratados que o Snr. Rey D. Pedro fez com a Rainha de Inglaterra porque já no mez de março do mesmo anno se tinha concluido com ella outro de commercio (2) que os ingleses ardentemente desejavam depois que em Portugal se havia prohibido o uso dos panos estrangeiros em favor das manufacturas proprias as quaes cada dia se aperfeiçoavam e augmentavam com grande utilidade do paiz. Varias vezes em diversos tempos nos mandou o dito senhor perguntar se convinha revogar a pragmatica e permittir a consomação dos ditos panos. Mas assim naquellas occasiões como nestas em que a côrte de Inglaterra promettia segurar a

(1) Vol. IX, pág. 23.

(2) D. Luís da Cunha refere-se à data da carta de ratificação da Inglaterra a qual é de «13/24 Mensis Martiis Anno Dom 1703/1704 Regnique Nostri Tertio».

Portugal a exportação dos seus vinhos respondemos que de nenhuma maneira seria util levantar a tal prohibição, e a razão era porque a riqueza de um paiz consistia em multiplicar as fabricas para que os naturaes tivessem emprego e lucrassem tudo o que nellas ganhavam os estrangeiros, que importava pouco que os panos que se faziam em Portugal fossem menos bons que os de Inglaterra se todos se vestissem do mesmo e o dinheiro ficasse no paiz, que Inglaterra não consumia esses poucos generos de Portugal e Brazil quando em um e outro introduzia tantos dos seus, que jamais podia haver uma mediocre permutação de frutos para que este grande excesso não sahisse em prata ou ouro o qual viria a ser muito maior se os panos de fora se tornassem a permittir, que a muita sahida dos vinhos era lucro de poucas pessoas principaes mas que a augmentação das fabricas era o remedio de innumeraveis povos. Que o meio de segurar a exportação dos mesmos vinhos ou com lhes diminuir os seus direitos ou com levantal-os aos de França sempre estava sujeito ao capricho e inconstancia do Parlamento o qual mudando as medidas ficaria Portugal sem a utilidade da dita sahida e com a perda de arruinar as suas fabricas, e que finalmente França nos dava o exemplo, pois perdera as vantagens que tirava do commercio da Gran Bretanha só por não querer abaixar os direitos daquelles generos que poderiam fazer damno ás suas manufacturas.

«Mas se depois de tudo isto S. Magde desejava dar este gosto à Rainha de Inglaterra nos deixasse tratar com os seus ministros para proporcionar de sorte os direitos dos vinhos de França com os de Portugal que sempre estes se exportassem. Porém não tivemos mais noticia d'este negocio senão com a conclusão do tratado em que Portugal ficou obrigado a receber os panos e generos de lan de Inglaterra e Inglaterra a que os vinhos de Portugal pagassem a 3.ª parte menos de direitos do que os de França, isto em tempo que os ultimos

tinham de imposto mais de metade do que os primeiros, e e ainda assim a poderem entrar em Inglaterra e em direitura de França sempre tirariam a venda aos de Portugal porque são melhores, mais baratos no paiz, custam menos os seus fretes e não são tão fortes, de que se segue o seu maior gasto. O successo fará ver qual das opiniões foi a melhor. Estimaremos que não seja a nossa porque será difficil o remedio».

Por aqui se mostra o que D. Luís da Cunha pensava da inabilidade dos negociadores portugueses sem contudo ligar de modo nenhum a conclusão do tratado de Methuen à celebração da aliança (1).

---

(1) Havia quem pensasse pior. Num Ms. da Biblioteca Nacional de Lisboa, n.º 600, que se diz serem *Memórias compiladas por João Frederico* Torlados Pereira de Azambuja, vem a história anedótica do subôrno dos ministros portugueses por Methuen. As acusações dêste género eram freqüentes entre nós e lá fora e o documento não é de natureza a merecer crédito. Mas D. Luís da Cunha numa Relação dos seus serviços dirigida em 1738 a António Guedes Pereira alguma cousa mais revela. A propósito do pagamento das dívidas do tempo de Cromwell à Inglaterra, conseguido por Methuen, dizia: «Methuen tinha bons amigos em Lisboa onde se fez o negócio sem que delle me mandassem dar alguma noticia». Do tratado referia que por muitos annos se opozera ao levantamento da proïbição dos panos. «Sem embargo que os mercadores deste genero por conselho de D. João Methuen mandaram por muitas vezes por via de Manuel Marques tentar o meu desinteresse, mas a conveniencia de dar melhor sahida aos vinhos de que se compunham as rendas de alguns Snres pareceu mais forte que a augmentação e conservação das nossas manufacturas ficando jurada a sua ruina pelo tratado que me veio feito de Lisboa que tão fora está de nos ser util que antes nos será prejudicial todas as vezes que os inglezes o quizerem executar ao pé da letra, como já o intentaram fazer, porem eu ajudado de D. Paulo Methuen que não queria ver destruida a obra de seu pae fiz registar(?) o Bill que para o dito effeito se tinha introduzido no Parlamento.

«Deste inconveniente estariamos seguros se eu (como mandei di-

Os últimos períodos transcritos das Memórias do grande diplomata conduzem naturalmente a outra pergunta: ¿quais foram na realidade os resultados do tratado de Methuen para as duas nações, Portugal e Inglaterra, e especialmente para Portugal? Êste ponto está fora do âmbito do nosso modesto estudo, mas desde que êle se apresenta não é possivel deixar de lhe dar por uns instantes atenção.

A resposta àquela pergunta é quási unânime nos autores nacionais e estrangeiros, especialmente nos franceses (1) que, embora sejam para o caso os mais suspeitos, não deixam de ser nesta matéria, como em muitas outras, os principais orientadores da opinião portuguesa. O tratado de Methuen foi, segundo a grande maioria dos pareceres, a ruína da nossa indústria, a transformação de Portugal numa grande vinha, a escravização económica á Inglaterra e um verdadeiro enfeudamento político àquela nação. Poucas são as vozes discordantes (2). ¿Contudo, está êste ponto perfeitamente estudado? ¿Foram as conseqüências tão más como é corrente? ¿E se o foram, devemol-o às çláusulas do tratado, ou à maneira por que êle foi executado?

No Arquivo dos Negócios Estrangeiros existe um docu-

---

zer) houvesse tratado o negocio com o Conde de Nottingham, então secretario de Estado, porque me fazia forte de estipular que os vinhos de França pagariam de direitos não só a terça parte como se ajustou mas a metade mais que os de Portugal. D. João Methuen deu tal pressa à conclusão deste tratado e tal era da nossa parte o desejo de se assignar que não se quiz perder tempo em me mandar pedir alguma ulterior informação». (Biblioteca Nacional de Lisboa, Caixa 30 Y 5 71).

(1) O tratado de Methuen foi por muito tempo um estôrvo, ou pelo menos um pretexto *whig*, contra as relações comerciais da Inglaterra com França.

(2) (Vide o artigo *Der Methuenvertrag* in *Zeitschrift fur die gesamte Staatsw issens chaft* do Dr. Hans Schorer, que nos foi indicado pelo Sr. J. Lúcio de Azevedo, e *Guernsey Jones* in *Annual Report of the American Historical Association for the Year* 1916, vol. I, pág. 407).

mento interessante neste particular. É um parecer de Sebastião José de Carvalho sôbre o projecto de tratado de comércio com Espanha negociado pelo Visconde Tomás da Silva Teles, que o futuro Marquês de Pombal resolvera já àquela data (1750) não levar por diante. Sebastião José de Carvalho expunha as razões que o levavam a considerar prejudicial e perigoso aquele projecto.

A primeira razão formulava-a assim: «Nenhuma Potencia costuma celebrar sem competente garantia tratados voluntarios com outra Potencia de forças superiores: porque estas convenções sempre são leoninas; em razão de que entre as duas partes contractantes aquela que tem a seu favor a prepotencia obriga a outra parte menos forte a que cumpra tudo o que lhe promete, ao mesmo tempo em que nunca acha razões que bastem para cumprir o que estipulou; de sorte que, sendo o contracto igual e reciproco na sua convenção, vem a reduzir-se na sua execução a cumpril-o a Potencia menos forte em tropas no que lhe é oneroso, e a não poder servir-se dele em quanto lhe é util».

Como exemplo comprovativo desta sua asserção pouco animadora para as nações fracas, Pombal citava: «os tratados de comercio entre a coroa de Portugal e a de Inglaterra. Contêm estes na sua convenção uma liberdade e conveniencia de trafico reciproco entre as duas nações contratantes, principalmente depois do artigo XV da Liga defensiva do ano de 1703 (1). E a execução destes tratados é soffrer Portugal o comercio passivo de todas as manufacturas, generos e fructos com que os inglezes tem exaurido e estão exaurindo todo o ouro potavel deste reino: e não permittir Inglaterra que nos seus dominios façamos o menor comercio activo de que tiremos lucro, porque á proporção dos tratados em que nos foi permitindo o mesmo comercio, na apa-

(1) Acima citado.

rencia, foi multiplicando os impostos e os impedimentos, para nol-o impossibilitar no effeito e na realidade, de sorte que não só não podemos levar a nenhum porto de Inglaterra manufactura ou produção alguma do nosso continente ou das nossas conquistas, mas, o que mais é, que os vassalos de S. Magde não podem nem ainda extrahir as mesmas manufacturas e os mesmos fructos de Inglaterra e das suas conquistas sendo por isso obrigados a vender e comprar aqui tudo pela mão dos inglezes por preços definidos etc....».

Era pois sobretudo a maneira de executar ou antes de sofismar os tratados que Sebastião José de Carvalho apontava como danosa para Portugal.

No prosseguimento do seu arrazoado, todo êle baseado nas ideas mercantilistas e na balança do ouro potavel, dizia o Secretário de Estado, atacando desta vez o tratado de 1703 ao mesmo tempo que os artigos do projecto com Espanha que permitiam a introdução de lanifícios em Portugal:

«O que são os ditos lanificios contra quem os recebe e a favor de quem os introduz é o que vou demonstrar com um exemplo doméstico de caso não só semelhante mas identico. É este o do tratado que no anno de 1703 se estipulou nesta côrte com D. João Methuen para se permitir neste reino a introdução dos lanificios de Inglaterra e para se permittir em Inglaterra a introdução dos vinhos de Portugal».

«Foi aquelle tratado considerado e analisado no Parlamento do anno de 1713 para 1714 por dois dos maiores homens que nos nossos tempos teve Inglaterra e a Europa no estudo dos interêsses políticos. Tais foram os condes de Hallifax e Jaques Stanhope, á testa de uma numerosa Assembleia dos mais doutos professores da arte do commercio que então existiam em Londres. E o que ali se considerou e provou a respeito do dito tratado é em substancia o seguinte:

«Primo: que antes daquella convenção feita com Portugal tôda a prata e todo o ouro que circulava em Inglaterra pro-

vinha do seu comércio com Espanha onde Inglaterra introduzia antes da grande guerra todas as especies de lanificios das suas fabricas.

«Secundo: que naquelle tempo anterior á dita convenção nem Inglaterra superlucrava alguma cousa na balança do commercio com Portugal nem aparecia na Gran Bretanha uma só moeda portugueza e que, se alguma aparecia, era procurada por curiosidade para se guardar como se guardam as medalhas.

«Tertio: que porem desde o dito anno de 1703 em que D. João Methuen nos extorquio o dito tratado até o de 1713 em que elle se estava considerando, passara tudo tanto pelo contrario que desde 20 de agosto de 1710 até 7 de agosto de 1713 se tinham cunhado na casa da moeda de Londres trez milhões quinhentos e cincoenta mil e outo cruzados e trez quartos quasi tudo procedido de moedas d'ouro de Portugal, pois que então não havia commercio com Espanha; que alem d'isto nas praças commerciantes das provincias de Cornwal e da provincia de Devon ou em todo o occidente de Inglaterra não corria já outra moeda provincial se não a portugueza: que sobre isso acrescia que todo o dinheiro que havia sahido para os pagamentos dos seus exercitos em Flandres, em Catalunha, em Portugal, e todo o com que se pagavam as guarnições de Gibraltar, Portomahon, e os subsidios ás tropas estrangeiras, era dinheiro potavel tirado d'este reino, que já naquelle tempo tirava Inglaterra (e que será agora) cada anno de Portugal mais e dez milhões de cruzados. E que em fim não havia quem duvidasse de que o referido tratado fôra o que ministrara a Inglaterra aquelle prodigioso excesso de lucro que ganhava na balança do comercio comnosco.

«Quarto: que os lanificios que por meio daquelle tratado se introduziram em Portugal já então (no anno de 1713) empregavam e mantinham em Inglaterra 200.000 pessoas.

«Quinto: que desde o anno de 1682 em que o Conde da Ericeira, D. Luiz de Menezes, estabeleceu neste reino as fabricas de panos e em que a favor dellas se prohibira a introducção dos panos inglezes até o anno de 1703, em que esta prohibição se levantou pelo dito tratado, tinham prosperado de sorte naquelles vinte annos as nossas manufacturas de lã que não só produziam já os panos que eram necessários para se vestir o reino e as suas conquistas mas tambem tinham Inglaterra em grande susto de que Portugal passasse dos panos a fabricar todas as outras especies de estofos de lã de sorte que viesse a deixar absolutamente inuteis a seu respeito ás fabricas inglezas(1); que porem logo que o dito tratado foi feito e a prohibição que elle continha levantada todas as nossas fabricas de panos, que antes existiam, foram arruinadas e se desvanecera todo o receio de que passassemos a fabricar outras especies de estofos de lã; porque a admissão dos lanifícios de Inglaterra que tinha arruinado as nossas fabricas que já existiam, impossibilitava ainda mais as que de novo se procurassem estabelecer.

«Com estes motivos se fallou pois naquelle Parlamento a respeito do Conde da Ericeira que promoveu a prohibição dos panos de Inglaterra, dos Ministros do Gabinete da Corte de Londres que projectaram aquelle tratado com Portugal e de D. João Methuen que obteve e conseguio levantar a dita prohibição; dando-se nos elogios que ali se fizeram a todos os ditos ministros a mais clara ideia que se podia dar do que em si foi e é o tratado que fazia o assunto daquella douta assembleia.

«Do Conde da Ericeira D. Luiz de Menezes se disse por palavras formaes: Eu me acho obrigado a consideral-o como

---

(1) O desenvolvimento atribuído por Pombal às fábricas de lã portuguesas em 1703 tem a contrariá-lo a opinião de D. Luís da Cunha, que ainda em 10 de Maio de 1700 falava das «nossas manufacturas que agora começam».

o Colbert da sua Patria. Certamente que era um bom ministro para Portugal mas um muito mau ministro para Inglaterra. Foi uma grande felicidade que elle não vivesse já ao tempo em que se negociou o nosso tratado com aquelle reino porque receio muito que tal tratado não fosse concluido se elle ainda fosse vivo ao tempo em que o negociamos.

«Os ministros do gabinete de Londres se louvaram nestes precisos termos: Os conselheiros do ditro tratado fizeram ver nisto uma grande e sabia comprehensão. Deviam prever que era inevitavel que pela admissão em Portugal dos nossos lanificios havia Inglaterra extrahir daquelle reino a maior parte do seu ouro e prata como veio a succeder com effeito. Deviam tambem prever que a corte de Portugal viria a conhecer brevemente o erro com que se tinha prestado a uma similhante convenção e que á vista della cuidaria em obviar as más consequencias do mesmo erro prohibindo todas aquellas especies de lanificios que expressamente não tivesse estipulado que devia admittir; de sorte que se tivesse promettido receber panos defenderia sem violar o tratado todo o resto dos nossos estofos de lã. E este tratado nos defende daquelle perigo porque Portugal ficou por elle constrangido a admittir não só os panos mas todo o resto dos nossos lanificios».

«D. João Methuen se louvou tambem com os elogios seguintes: «Certamente que a memoria deste ministro que teve a dexteridade de obter d'El Rei de Portugal uma semelhante estipulação deve ser perpetuamente cara e sagrada a todos os habitantes destes reinos da Gran Bretanha». «Se o Conde da Ericeira em Portugal e Mr. Colbert em França merecem tantos elogios dos seus respectivos paizes por haverem estabelecido manufacturas para o emprego e para a subsistencia dos seus compatriotas a Mr. Methuen é certamente devido o maior dos elogios por haver conseguido um tratado pelo qual nos ganhou e assegurou uma tão prodi-

giosa feira para os nossos lanificios e um tão grande emprego e subsistencia para os nossos povos.

«Todo o homem que tiver algum amor á sua Patria será de parecer que este habil ministro merece que se levante uma estatua em honra sua na Praça de cada uma das nossas cidades commerciantes».

Se isto pensavam do tratado de 1703 em Inglaterra, dizia Pombal, calcule-se o que seria para nós tratado idêntico com a Espanha.

«Este novo tratado pretendido por Espanha no meu sentir é incomparavelmente mais prejudicial e incomparavelmente mais lesivo para esta coroa do que o infeliz tratado do anno de 1703 que nos extorquiu Inglaterra, porque assim se conclue a todos os trez respeitos que em semelhantes tratados costumam contemplar-se:

«Pois que a respeito dos interesses externos aquelle tratado do anno de 1703 foi concedido a um alliado natural e necessario para nos sustentar: de sorte que o que lhe damos sempre vem a constituir o preço (posto que caro) da nossa segurança; e este tratado que agora se pretende seria estipulado com um inimigo natural e por isso necessario mais cedo ou mais tarde; de sorte que todo o dinheiro que lhe dessemos seria para lhe accrescentar forças com que nos assombrasse e para vir a pagar tropas com que nos oprimisse no tempo futuro. Acrescendo que o primeiro dos ditos tratados se acha estabelecido de sorte que nos não embaraça com alguem; e o segundo não se pode naturalmente estabelecer sem nos trazer a casa *inimigos e emulos superiores em forças*...

«E pois que, a respeito do comercio activo que nos podia utilizar, se Inglaterra nos permittio a introducção dos vinhos e nos faltou depois quando nos impediu que lhos levassemos pelas mãos dos portuguezes, sempre comtudo os recebe deste ou daquelle modo pelas mãos dos inglezes, porque não tem nem pode ter no seu continente o tal fructo; e se

Espanha prometesse receber o nosso assucar e o nosso cacau faltaria como faltou Inglaterra, com a diferença de nos tirar pelas mãos dos espanhoes nestes primeiros tempos as tantas ou quantas arrobas daquelles generos que lhe fossem necessarias para suprir as faltas das suas lavouras, emquanto se não acham inteiramente estabelecidas, e de nos não tirar nem um só arratel depois do breve tempo que lhe basta para pôr as ditas lavouras em termo de produzirem o necessario para o seu consumo».

Perto de cinqüenta anos depois de concluído o tratado de Methuen, e quando já era possível medir-lhe bem as conseqüências, a opinião de Pombal era pois nìtidamente desfavorável àquele pacto. Mas não esqueçamos que o fim imediato das críticas de Pombal, acima transcritas, era condenar o projecto de tratado com Espanha. Assimilando o projecto ao tratado de Methuen e caindo a fundo sôbre êste último, era o projecto espanhol que êle feria. As necessidades da discussão obrigavam-no assim a exagerar um tanto os prejuízos que o tratado de Methuen acarretara para Portugal (1). E em todo o caso Pombal afirma, e repete, que o tratado de 1703 não era fielmente cumprido. ¿ Porque o fazia? Porque não pensava em denunciá-lo. Não eram em seu conceito êsses mesmos danos tais, dizia Sousa Monteiro, que fôsse desejável anulá-los correndo o risco de destruir com isso os efeitos dos tratados políticos.

Se assim julgava, caía neste último ponto em êrro o Marquês, pelo menos em relação ao futuro. Passados quási duzentos anos sôbre as suas críticas, abolido o regime especial do tratado de Methuen, restabelecidos e protegidos em Portugal os lanifícios, a aliança política (que Pombal tanto

---

(1) Já o notou em tempo, incidentalmente e a outro propósito, um autor com especial conhecimento e trato das cousas diplomáticas: José de Sousa Monteiro.

prezava) subsiste em separado dos privilégios comerciais, sólida mas dúctil, «com raízes no passado e firmada no presente», para empregarmos palavras de um falecido representante de Inglaterra em Lisboa. E é porventura essa aliança, tantas vezes erradamente confundida com o tratado de 1703, o verdadeiro alvo de muitas das críticas, acerbas e apaixonadas, dirigidas contra o pacto a que Methuen deu o seu nome... (1).

Luís T. de Sampayo.

---

(1) I. S. Leadam no vol. IX, pág. 207 da *Political History of England*, edited by William Hunt, que já acima citámos, diz o seguinte que aqui deixamos registado como opinião do lado inglês sôbre os resultados do tratado:

«O tratado foi do agrado das classes dirigentes de ambos os países. Os grandes proprietários de Portugal anteviram uma alta nos preços dos seus vinhos; os grandes proprietários de Inglaterra maiores lucros para as suas lãs; os negociantes uma permuta activa; os armadores proveitosos fretes. O efeito do tratado não foi tão completa revolução no paladar inglês como geralmente se supõe. O paladar começara já a conformar se com as exigências da guerra. De 1675 a 1696 Inglaterra importara de França uma média anual de cêrca de 15.000 cascos de vinho, em contraste com 300 cascos vindos de Portugal. Durante a guerra com a França a importação de Portugal subira a 9459 cascos, prova de que o gôsto começara a mudar. Devemos lembrar também que os vinhos portugueses eram mais baratos do que os vinhos de França especialmente em relação à fôrça alcoólica. Depois do tratado, de 1704 a 1712, Inglaterra consumiu 118.908 cascos de vinho português, emquanto que a importação de França se manteve quási no nível dos últimos dez anos, isto é 16.553. Embora vantajoso emquanto esteve fechado o mercado francês, o tratado produziu os maus efeitos que resultam invariàvelmente da interferência dos govêrnos no curso do comércio. Inglaterra viu-se por muitos anos embaraçada para o desenvolvimento das suas relações comerciais no mercado muito mais lucrativo de França. Determinou o tratado uma mudança na atitude dos partidos políticos ingleses em relação à guerra. Os «tories» começaram a abrir os olhos sôbre as possibilidades comerciais de um conflito que deploravam Nesta ordem de ideas resolveram aceitar o alargamento da área da luta».

DO TEATRO NA LITERATURA INDO-ÁRICA

CAPÍTULO I

A dramaturgia

Sumário. — A civilização indo-árica e sua fôrça de expansão; 3o séculos de actividade literária; o lugar do drama na literatura indo-árica. — A origem divina da sciência teatral; o mais antigo tratado, sua autoria e data incertas; outros tratados posteriores. — A natureza e a classificação dos dramas. — O assunto; o lugar, o tempo e as fases da acção; os elementos da anedota; o que se não pode representar; as traças usadas no drama. — Os caracteres; os protagonistas, suas qualidades e classificação; os caracteres secundários; a nomenclatura. — Os sentimentos. — Os estilos e os dialectos do drama. — As divisões técnicas do drama. — Os tipos dos dramas. — O teatro e o scenário. — Os actores e os espectadores.

Quem se proponha estudar a história universal, conhecer a evolução do espírito humano em todos os tempos e em todos os lugares, examinar as civilizações antigas, embrionárias umas, pujantes outras, coincidindo em muitos símiles, contrastando em antíteses, extremando-se em usos e costumes, não pode confinar as suas observações à história dos fenícios, egípcios, israelitas, assírios e caldeus, medos e persas, gregos e romanos, saxões e celtas.



BERNARDINO GRACIAS

Terá que sair forçosamente do campo restrito em que se desenrolaram todos os acontecimentos concernentes àqueles povos, terá que recuar muitos séculos para além da nossa era, terá que ir ao oriente asiático, onde raiaram para a humanidade as mais antigas civilizações, que viçaram em milénios, deixando traços fulgentes da sua existência e desentranhando-se em frutos opimos que nos transmitiram.

É das mais notáveis entre essas civilizações a indo-árica que, nascida no planalto do Pamir, se encaminhou para o sul e, levada pela sua fôrça expansiva, se espraiou pelos vales do Indo e do Ganges e desceu até ao cabo Comorim, iluminando com os seus fulgores não só a vastíssima península indostânica como ainda todos os países convizinhos, nos quais teve o condão de penetrar e insuflar o seu espírito.

E foi mais além. A Índia árica lançou e espalhou as bases do progresso intelectual através o mundo inteiro então conhecido e desde o período prè-búdico. Íntimo parentesco une-a, a-pesar-da diversidade dos meios e das raças, à China, à Corêa e ao Japão (1), havendo rigoroso nexo e a precisa correspondência entre os períodos históricos dêsses grandes grupos étnicos. O budismo e as doutrinas filosóficas nascidas na Índia transpuseram o Himalaia para se difundirem naqueles países, onde cada uma das fases da civilização indo-árica teve a sua representação, manifestou o seu reflexo e repercutiu o seu eco. As artes e as sciências indo-áricas singraram também para o ocidente, acompanhando nos seus progressos e conquistas o curso do sol e depondo a sua semente fecunda nas terras florentes onde desabrochou o génio helénico.

Enorme é o espólio que nos legou a civilização indo-árica,

---

(1) Okakura (Kakuzo), *Les Idéaux de l'Orient — Le Réveil du Japon*, trad. de Jenny Serruys, Paris, 1917.

a-pesar-dos embates brutais e destruïdores que sofreu dos povos que invadiram a Índia, persas, cários, trácios, partos, gregos, macedónios, scitas e romanos. Muito escapou ainda ao fanatismo iconoclasta dos maometanos, ao vandalismo inconsciente da Europa mercenária e à intolerância religiosa da Europa culta.

Civilização rutilante, que evolucionou com independência, digna do extenso país que teve por teatro, desvaneceu-se, sobrevivendo-lhe, porém, as produções sublimes da sua arte, pinturas murais, esculturas, templos e outros monumentos arquitectónicos, erguidos pela fé, colossais pela sua imponência, grandiosos pela profusão e gala de ornatos, e documentando também a sua realidade histórica em milhares de manuscritos duma literatura estupenda, que, tendo por instrumento a língua sânscrita, floresceu durante mais de trinta séculos, de 1.500 anos a. J. C. a 1.500 da nossa era.

Não se cuide, porém, que a antigüidade dos manuscritos é paralela à das obras literárias, pois que estas foram compostas *in mente*, transmitidas oralmente, de geração em geração, de escola em escola, por muitos séculos, e, quando compiladas, o que veio a suceder depois do sec. v da E. v., não se indicou a sua data, o que naturalmente era impossível. A cronologia literária até ao sec. v funda-se quási exclusivamente em argumentos intrínsecos, de certo modo positivos, ministrados pela geografia, pela religião e pela língua, comprovando a alta antiguidade da literatura indo-árica.

Distinguem-se nela dois períodos, o védico e o clássico ou sânscrito pròpriamente dito, nìtidamente caracterizados, embora não delimitados com rigor nem separados um do outro pelo tempo, pois há porções literárias do primeiro que entram no segundo. Á língua dos *Vedas* (1.500 a 200 anos a. J. C.), dialecto árico que não foi sistematizado por fórmulas gramaticais, à sua religiosidade básica e ao seu espí-

rito optimista, contrapõem-se no periodo clássico a língua sânscrita, em parte artificial, regulamentada pelas normas de Pánine, a matéria profana, pôsto que mirando o escopo moral, e o pessimismo da literatura, resultante do dogmatismo da doutrina da transmigração.

É neste período clássico, iniciado alguns séculos antes da nossa era, que se desenvolveu em tôda a sua plenitude e com tôda a pujança a literatura dramática, apreciável não só pelos tratados que expuseram a sua teoria e a prática, isto é, as regras que deviam presidir à composição duma peça e à sua representação, como pelo valor intrínseco e extrínseco dos dramas até hoje descobertos (1).

O drama sânscrito, que teve os seus mais importantes cultores do sec. I ao XI, retrata nas mais pequenas minúcias a vida religiosa, social e politica do povo indo-àrico; o misticismo que impregna todos os actos do índio árico, o panteismo que santifica tôdas as manifestações da natureza, as instituïções sociais tão peculiares, como o sistema das castas, os regimes políticos tão fundamente arreigados no ânimo do povo, tudo isso são feições que passam em alto relêvo na tela do drama e que permitem reconstituir uma civilização já extinta, que na sua idade foi das mais requintadas.

De par com êsse carácter acentuadamente nacional, o teatro indo-árico apresenta particularidades que o diferenciam do teatro europeu: a ausência total do elemento trágico; a inserção nos monólogos e diálogos em prosa de estâncias líricas onde fervilham as máximas, pululam os ditos, abun-

---

(1) Horacio Hayman Wilson nos *Select Specimens of the theatre of the Hindus*, editados em Calcutá, pela primeira vez, em três volumes, de 1826 a 1827, dava os títulos de 60 peças conhecidas; Sylvain Lévi, em *Le théâtre indien*, Paris, 1890, elevou êsse número a 372 e Montgomery Schuyler registou mais de 500 na sua *A Bibliography of the Sanskrit Drama*, Nova-York, 1906.

dam as sentenças, pregoando alguma idea alevantada ou espalhando algum sentimento generoso, encerrando em todo o caso um conceito completo; e o emprêgo da língua sânscrita por parte de umas personagens e o dos prácritos por parte de outras.

Dissemelhando do teatro europeu o drama sânscrito acusa pontos de contacto com a comédia romântica. De feito, em scena ou fora da scena as personagens não vociferam insultos nem bolsam infâmias, não fomentam rancores nem exacerbam as paixões, não provocam ódios nem justificam represálias, em suma, não há desonras nem adultérios, assassínios nem suicídios, orgias nem bacanais. Só tem realidade e vida o contraste sereno entre a virtude e o pecado, a alegria e a tristeza, o prazer e a dôr, a esperança e o desespêro, só se apologizam os sentimentos nobres e elevados, como a afectividade, a gratidão, a obediência filial e conjugal, a renúncia, o perdão, contribuindo sempre para um desenlace feliz, em que os equívocos são deslindados e os erros reparados, com um único fito, uma finalidade exclusiva: impressionar e dispor bem o espectador e aperfeiçoar-lhe a educação intelectual e moral.

Mas não é só pelas suas peculiaridades, pelos contrastes e símiles com o teatro europeu moderno, que o estudo do drama sânscrito se nos antolha útil e necessário. Tem sido uma questão interessante e assás debatida o saber as suas relações genéticas com o teatro grego e latino. Muitas são as afinidades apontadas, as coincidências salientadas, sem contudo fazerem prova concreta da influência dêstes sôbre aquele.

Se o drama indiano argúi algumas analogias com o teatro grego e latino, ainda mais convizinha das produções shakespearianas. Não falando do paralelo do bobo, são-lhes comuns muitas traças que surgem no transcurso da acção, como a escrita de missivas, a introdução duma peça em ou-

tra, a restituïção dos mortos à vida, a intoxicação, etc. Tal série de conformidades em um caso, que não admite possibilidade de influência ou empréstimo, é um exemplo flagrante de como evoluções similares se podem originar independentemente.

Digno de nota, porém, é o facto do prelúdio de *Xacuntalá* ter sugerido a Goethe, na opinião de Arthur Macdonell, o plano do prólogo no teatro do *Fausto*.

Que o teatro indiano tem valioso interêsse para os estudiosos, estão a atestá-lo as numerosas edições, feitas na India, Europa e América do Norte, de tratados e dramas sânscritos, suas traduções, comentários e críticas, que constituem hoje uma bibliografia vastíssima, na qual destacaremos apenas as três obras, notabilíssimas pela exaustão e rigor scientífico, de Sylvain Lévi (1), Sten Konow (2) e Berriedale Keith (3), três autênticos tratados, *standard works*, o primeiro dos quais, a-pesar-de volvidos 37 anos sôbre a sua publicação, ainda hoje tem actualidade e se compulsa com proveito.

*

Assinala-se à dramaturgia, como a tôdas as sciências e artes, origem divina e estreito vínculo com os *Vedas*: solicitado pelos deuses a criar um género literário que simultâneamente proporcionasse deleite para os ouvidos e regalo para a vista, de cuja fruïção não fôssem excluídas as castas inferiores, Bramá, a primeira pessoa da tríade indu, deliberou produzir um quinto *Veda*, em que a tradição se consociasse com tôda a sorte de preceitos instrutivos, e realizou esta missão indo buscar ao *Ṛgveda* o elemento recitativo, adoptando

---

(1) *Le théâtre indien*, Paris, 1890.
(2) *Das indische Drama*, Berlim, 1920.
(3) *The Sanskrit drama*, Oxford, 1924.

a música vocal do *Sāmaveda,* a mímica do *Yajurveda* e o sentimento do *Atharvaveda.* Combinados estes elementos, Bramá encarregou Vixuacarma, o arquitecto divino, de construir o teatro, e Bhárata, também personagem mítica, mestre das *apsarás,* dançarinas, e dos *gandharvas*, músicos celestiais, de praticar a arte assim criada, o que êste sábio cumpriu, compondo o mais antigo (1) tratado intitulado *Nāṭya-çāstra* (2), «Tratado sôbre o teatro», e fazendo representar diante dos deuses a peça do *suaiânvara* (3) de Lacxmi *(Lakṣmīsvayaṁvara),* mulher de Vixnu.

Êste formulário manteve-se através dos tempos como o modêlo mais autorizado e por isso mesmo resumido e comentado pelos tratadistas posteriores da arte dramática, cujas leis codificadas o autor teria transmitido aos mortais. Claro que não há dados positivos que permitam precisar a data da composição dêsse manual de dramaturgia e o autor ou os autores reais que teriam elaborado as suas regras em verso, que tratam de tudo quanto ao teatro concerne. É após a compilação de tôdas as normas da arte dramática no tratado de

---

(1) Jacobi sugere para época da composição o sec. III a. J. C.

(2) W. Heymann fez um belo estudo do Tratado de Bhárata, epigrafado *Über Bharata's Nâṭyaçâstram* nas *Nachrichten der Königlichen Gesellschaft der Wissenschaften zu Göttingen* (25 de fev. de 1874, p. 86-107). Os primeiros 14 capítulos *(adhyāya)* do tratado foram editados por Xivadata e Parab na *Kāvyamālā Series*, Bombaim, 1894 e quatro anos depois em Paris por J. Grosset; os caps. XV-XVII (XIV-XVI) por Paul Regnaud nos *Annales du Musée Guimet,* vol I, Paris, 1880, p. 85 e vol. II, Paris, 1881, pág. 65; Fitz-Edward Hall publicou os caps. XVIII-XX e XXXIV na sua edição de *Daçarūpa,* na série *Bibliotheca Indica*, nºs 12, 24 e 82, Calcutá, 1861-65; o mesmo J. Grosset publicou o texto e a tradução do XXVIII na *Contribution à l'étude de la musique hindoue*, Paris, 1888; os cap. VI e VII tiveram a sua primeira edição em Paul Regnaud, *La Rhetorique Sanskrite,* Paris, 1884.

(3) Escolha de noivo, feita por uma princesa, em concurso público dos pretendentes à sua mão.

Bhárata, sob o influxo dos seus ensinamentos e o patrocínio das suas fórmulas, esteiadas nas suas disposições e confinadas no âmbito dos seus preceitos, que foram compostas quási tôdas as peças existentes.

É assim tudo na Índia árica, a teoria antecede a prática e o desenvolvimento desta contribui para o aperfeiçoamento daquela. A gramática de Pánine (1), que se supõe ter vivido nos séculos IV a III a. J. C., tida pelo canon da língua sânscrita, é anterior às restantes obras da literatura clássica, que se conservaram e chegaram até aos nossos tempos. Nela se alude aos *Naṭasūtra*, tratados em que se formulam as normas do actor *(naṭasūtrāni)*, atribuídos a Xilalin e Crixáxua, mas que não foram até hoje descobertos.

O tratado de Bhárata, notàvelmente comentado na obra de Abhinavagupta (fins do séc. x), *Abhinavabhāratī* (2) versa a arquitectura do teatro, o scenário, o vestuário e o equipamento dos actores, os ritos a observar, a música, a dança, os movimentos, os gestos e a dição dos actores, a divisão dos papéis, as características da poesia, a classificação dos dramas, as emoções e os sentimentos.

É igualmente em fins do século x, após o período áureo da literatura dramática que Dhanamjaia escreveu o *Daçarūpa* (3), «Dez espécies», assim chamado por se referir aos dez tipos de drama, reconhecidos no *Nāṭyaçāstra*, que lhe

---

(1) Intitulada *Pāṇiniya*, é composta na forma de aforismos *(sūtra)*, em número de 3.996, agrupados em oito *(aṣṭa)* capítulos *(adhyāya)*, donde o denominar-se também *Aṣṭādhyāyī*. Foi primeiro editada por Böhtlingk.

(2) Editada na *Trivandrum Sanskrit Series*.

(3) Além da edição já citada, de F. E. Hall e outros, há a edição e tradução em inglês, de G. C. O. Haas, com o título *The Dasarūpa, a Treatise on Hindu Dramaturgy by Dhanamjaya*, Nova-York, 1912, na *Columbia University Indo-Iranian Series*.

serviu de modêlo. Está dividido em 4 capítulos *(pariccheda):* o 1.º preceitua sôbre o assunto dos dramas; o 2.º sôbre os protagonistas e outros caracteres e as línguas; o 3.º versa o prólogo e as diferentes espécies de dramas; e o último as emoções e os sentimentos. Tem também um comentário, *Avaloka,* «Exposição», de Dhanica, contemporâneo de Dhanamjaia.

No século XIV foram escritos três tratados de desigual mérito, sendo o mais importante e de maior popularidade o *Sāhityadarpaṇa* (1), «Espelho da rètórica», de Vixuanata Caviraja, composto em 1383, como se depreende dum Ms. dêste trabalho existente na biblioteca de Jammu, cidade de Caxemira, sôbre o rio Tavi. Tem dez capítulos *(pariccheda),* é decalcado no *Nāṭyaçāstra* e *Daçarūpa,* mas possui também alguma matéria original. São estes os três manuais da dramaturgia indo-árica que maior renome lograram, havendo muitos outros de somenos valor, porque não só copiam aqueles, como ainda não aduzem novos preceitos relativos ao teatro. Vamos resumir algumas das regras nêles enunciadas sôbre a feitura duma peça e sua representação.

*

Visiona-se o drama como a imitação das situações em que se encontram determinadas pessoas, por meio do gesto, da voz, do vestuário e da expressão, provocando no ânimo dos circunstantes o prazer ou a dor, isto é, a emoção *(bhāva).* É isto que distingue o drama da poesia, além de que esta encanta apenas o ouvido, emquanto o drama recreia também a vista. Daí o termo *rūpa* ou *rūpaka,* aplicado genèrica-

---

(1) Foi primeiro editado em Calcutá, 1828, por Natha Rama. Ed. e trad. para inglês por Ballantyne e Pramadá Dasa Mitra, Calcutá, 1851 e 1875, 2 vols.

mente ao drama, por significar primordialmente qualquer objecto visível.

Mas o que forma a essência do drama e particulariza a sua natureza é o sentimento *(rasa)*, que resulta das emoções exteriorizadas com o auxílio daqueles quatro intermediários e do canto e da dança. Da variedade dos sentimentos e dos elementos secundários do drama deriva a sua classificação em dois grupos: superior *(rūpaka)*, com dez espécies, reconhecidas no *Nāṭyaçāstra* e *Daçarūpa*, e inferior *(uparūpaka)*, com dezoito, preconizadas no *Sāhityadarpaṇa*.

*

A scena deve decorrer na Índia e a época da acção será uma das três idades que se seguiram à idade de ouro, pois o prazer e a dor, elementos constitutivos do drama, só podem ser experimentados na *Bhāratavarṣa* (Índia) e não têm existência na era da felicidade completa.

Confere-se ao dramaturgo tôda a liberdade na escolha do assunto, haurido na tradição *(prakhyāta)*, inventado pelo autor *(utpādya)*, ou resultante da combinação das duas fontes *(miçra)*, revestindo-se de duas formas: a acção principal *(ādhikārika)* e as secundárias *(prāsañgika)*. Aquela deve o seu nome ao facto de estar ligada à efectivação *(adhikāra)* dos desejos do protagonista, de qualquer natureza que êles sejam; as secundárias são os meios que servem para atingir o fim principal.

A acção, quando plenamente desenvolvida, como o é normalmente na comédia heróica *(nāṭaka)*, a mais perfeita das dez espécies superiores, requere cinco fases de evolução *(avasthā)*: 1.ª o início *(ārambha)*, manifestando o alvo em que se põe a mira; 2.ª o esfôrço *(prayatna)* para alcançar o objectivo; 3.ª a possibilidade do triunfo *(prāptyāçā)*; 4.ª a certeza do triunfo *(niyatāpti)*; e 5.ª a consecução do objectivo *(phalāgama)*.

Há também cinco elementos da anedota, postos em paralelo com as cinco fases de acção: o primeiro é o gérmen *(bīja)* donde dimana a acção; o segundo o traço *(bindu)* entre os diferentes episódios, ou a gota, que alastra como o azeite na água; o terceiro é o episódio *(patākā);* o quarto o incidente *(prakarī);* e o quinto o desenlace *(kārya).*

Correspondendo ainda às cinco fases e aos cinco elementos, existe um grupo de cinco uniões *(sandhi),* que levam a bom têrmo cada uma daquelas fases. São: a abertura *(mukha),* a progressão *(pratimukha),* o desenvolvimento *(garbha),* a pausa *(vimarça)* e a conclusão *(nirvahaṇa).*

Faz-se distinção entre o que se pode representar no palco e aquilo a que só se deve aludir, evitando-se de ofender os sentimentos dos espectadores. Daí o não representar-se uma calamidade nacional, a queda dum rei, o cêrco duma cidade, uma batalha, a morte natural ou violenta, contrastando neste ponto com a *Poética* de Aristóteles, que aprova a representação da morte no tablado, mas identificando-se com os conselhos de Horácio na *Arte Poética*, «que Medea não mate os filhos em presença do povo, ou que o criminoso Atreu não faça cozer em público entranhas humanas». É igualmente vedado dramatizar um casamento ou outra cerimónia religiosa, actos domésticos e familiares, tais como o comer, o dormir, o banho, a unção do corpo, as entretengas amorosas, o coçar com as unhas, o esgaravatar os dentes, etc.

Estas regras têm, porém, excepção. Bhaça não hesita, em certos dramas, em pintar a morte em scena; Rajaxécara, no acto III de *Viddhaçālabhañjikā*, «A dama da estátua», descreve o cerimonial do casamento e no acto seguinte mostra-nos a mulher de Charáiana a dormir; o autor de *Pārvatīpariṇaya,* «As núpcias de Parvati», toma para tema as núpcias de Xiva e Parvati. Nem os dramaturgos deixam de representar a morte, quando a pessoa falecida volve à

vida, como em *Nāgānanda,* «O júbilo das serpentes», de Harsha.

Muitas traças se empregam no desenvolvimento da anedota, das quais cinco são conceituadas de uniões internas *(antarasandhi):* 1.ª um sonho, como em *Veṇīsamhāra,* «O enlaçamento das tranças do cabelo», em que Bhanumati fica aterrorizada por uma visão em que um icneumo *(nakula)* mata cem cobras, pressagiando a derrota dos Curus perante o ataque de Nacula e seus irmãos; 2.ª uma epístola, como a utilizada por Xacuntalá na peça do seu nome (acto III) para exprimir os seus sentimentos para com Duxianta, a qual é lida em voz alta às amigas e escutada pelo rei; 3.ª uma mensagem, no acto VI da mesma peça, de Indra para Duxianta, pedindo seu auxílio contra os demónios; 4.ª uma voz no proscénio, no acto I, roga ao rei que não mate a gazela do ermitério; 5.ª uma voz no ar, no final do acto III, suplicando ao rei para afugentar os demónios que perturbam o sacrifício vespertino.

*

O protagonista *(nāyaka)* deve o seu nome ao facto de ser êle quem guia (do verbo *nī*) os eventos até ao desenlace. São inúmeras as boas qualidades nêle exigidas: modesto na apreciação das suas façanhas em confronto com as do rival, generoso, elegante, pronto e hábil na acção, dedicado e querido do povo, de alta estirpe e bem falante; deve ser jovem e dotado de inteligência, energia e boa memória, educado em sciências e artes, digno, brioso e observante das leis. Se se lhe atribuem acções incompatíveis com o carácter que de ordinário patenteia, o dramaturgo enobrecê-lo há de qualquer modo; se Duxianta se mostra renitente em cumprir a sua promessa de casar com Xacuntalá, de quem está totalmente olvidado, Calidaça atenua-lhe a responsabilidade

e o absolve da coima, lembrando a maldição com que um penitente castigara a negligência da heroína (acto V).

Distinguem-se vários tipos de protagonistas, embora se admita que todos sejam nobres *(dhīra):* alegres *(lalita)*, calmos *(çanta)*, generosos *(udātta)* e arrogantes *(uddhata)*.

O protagonista alegre é amante das artes, ignora o que são os cuidados e, acima de tudo, dedica-se à dama dos seus pensamentos; quási sempre é um rei, que confia a outrem o ónus do seu cargo, e cura apenas em conquistar uma nova favorita, desempecendo o caminho dos obstáculos acumulados pelo ciúme da raínha; tal é Vatsa nos dramas de Bhaça e Harsha.

O herói calmo difere do anterior primeiramente por ser brâmane ou mercador, como Mádhava em *Malatimādhava,* de Bhavabhúti, e Charudata em *Cārudatta*, de Bhaça, e *Mṛcchakatikā,* «O carrinho de barro», de Xúdraca. O protagonista da comédia burguesa *(prakaraṇa)* pertence geralmente a esta classe.

O herói generoso é um carácter de valentia e nobreza, firme de propósitos, despido de vaidades, indulgente e imune de egotismo. Possuem estes característicos os generais, ministros e altos funcionários. Tal é Jimutavahana em *Nāgānanda.*

O protagonista arrogante é vítima do orgulho e da inveja, adepto de ardis e artes mágicas, dogmático, inconstante, irascível e jactancioso, exemplificado em Paraxurama, herói secundário em *Mahāvīracarita*, «Biografia do grande herói», de Bhavabhúti.

Outra classificação dos heróis do drama é informada pela sua atitude para com as mulheres. O protagonista galanteador *(dakṣina)*, aquele que alberga no coração mais de um amor, corteja uma dama com profunda mágoa de sua mulher, por quem aliás não deixa de sentir afeição; tais são os heróis da pequena comédia heróica *(nāṭikā)*. Os enga-

nadores *(çaṭha)* e os impudentes *(dhṛṣṭa)* diferem do anterior por inculcarem tipos que desampararam a mulher legítima em troca de outra. O quarto tipo é o do amante leal *(anukūla)*, que permanece fiel a uma única mulher, tal como Rama. Como estes quatro tipos se podem referir a cada um dos quatro anteriores, resultam 16 espécies de heróis, os quais podem ainda pertencer à classe elevada, média e inferior, dando então 48 tipos diferentes.

Ainda mais atributos, em número de oito se reconhecem no herói, nascidos do seu carácter *(sāttvika)*: esplendor *(çobhā)*, incluindo a compaixão pelos inferiores, emulação com os superiores, heroísmo e habilidade; vivacidade *(vilāsa)*, compreendendo o passo e o olhar firmes e a voz jovial; graça *(mādhurya)*, manifestada mesmo em circunstâncias penosas; impassibilidade *(gāmbhīrya)* dominando as emoções; tenacidade *(sthairya)* em alcançar o objectivo, a despeito dos empecilhos; o senso da honra *(tejas)* em punir os insultos, à custa até da própria vida; jovialidade *(lalita)*, como atractivo do porte; e nobreza *(andārya)*, comprovada no sacrifício por amor dos bons.

O inimigo do protagonista *(pratināyaka)* é igualmente nobre e arrogante, mas em contra-partida quadram-lhe a avareza, a contumácia, o vício e o crime; tais são Rávana e Duriodhana em contraste com Rama e Iudixthira.

A heroína *(nāyikā)* possui as qualidades paralelas às do herói e mais as congenialmente femininas, podendo, em relação àquele, estar em três situações: 1.ª ser sua espôsa *(svā, svīyā)*; 2.ª pertencer a outrem *(anyā, anyastrī)*; 3.ª ser uma mulher *omnibus (sādhāraṇī)*.

A espôsa do herói deve ter aprumo e bom carácter, podendo ser inexperiente *(mugdhā)*, parcialmente experimentada *(madhyā)*, ou com plena experiência de amores *(pragalbhā)*. A mulher que pertence a outrem, é casada ou solteira; os amores com uma mulher casada podem não constituir o

assunto do sentimento dominante da peça, mas os duma donzela ocorrem na acção principal ou secundária. A mulher que é de todos, é uma cortezã, astuta, artificiosa e perita em amores; toma para amante os ricos, os tolos, os obstinados e os egoístas, emquanto lhes dura o dinheiro, despedindo-os a seguir, por intermédio de sua mãe, que lhe serve de alcaiota.

Admitem-se na heroína dez atributos, dos quais três físicos: o primeiro resultante do estado provocado pela emoção numa natureza que nunca o experimentou; o segundo do movimento dos olhos e das sobrancelhas indicando o despertar do amor; o terceiro duma manifestação amorosa ainda mais fraca. Os restantes sete são-lhe características inerentes: o brilho da juventude; um certo grau de encanto que lhe acrescenta o amor; a ternura; o esplendor; a coragem; a dignidade; e a nobreza.

Reconhecem-se mais dez ou dezoito graças, o que, juntamente com os dez atributos e tendo em consideração as três situações diferentes da mulher em relação ao protagonista, produz um sem-número de tipos de heroínas.

De igual modo se individuam os restantes caracteres *(pātra)*, havendo dêstes uma classificação fundamental pelos papéis que desempenham: masculinos, femininos e neutros.

Entre os caracteres masculinos o mais importante é o do bobo *(vidūṣaka)*. No seu tipo físico, de pequena estatura, anão, corcunda ou dotado de qualquer deformidade, e nas suas funções, ora desopilando os reais fígados com as suas facécias e bufonarias, ora azorragando a vaidade e o alardo dos áulicos com os seus remoques e sarcasmos, às vezes conselheiro e filósofo, outras puritano e moralista, em todo o caso chocarreiro e truão, espantalho do tédio e ajudando a passar as horas de enfado, é o bobo uma figura de tôdas as épocas, desde a mais recuada antigüidade até aos tempos

modernos, e de todos os meios sociais, desde as civilizações mais embrionárias até às mais requintadas.

Muito menos comum, mas interessante, é o parasita *(viṭa),* companheiro dos jovens dissolutos, ou vivendo à custa do cortezão, o que o não impede de ser um perfeito homem do mundo, poeta e músico, dotado de cultura literária e artística.

O mensageiro *(dūta),* intermediário dos amores e transmissor das régias ordens, é uma personagem mais freqüente. Exigem-se-lhe certas qualidades: a lealdade, a energia, a coragem, boa memória e habilidade.

Há ainda outros caracteres, tais como: o ministro *(mantrin),* de boa família, inteligência culta, prático nos negócios humanos e divinos, e dedicado aos interêsses nacionais; o general *(senāpati)*, de alta linhagem, incapaz de uma fraqueza, culto na sciência militar, experimentado nas guerras e pronto a fazer a campanha contra o inimigo; o juiz *(prāḍvivāka)*, conhecedor das leis e dos processos judiciários, absolutamente imparcial, consagrado ao seu ofício, calmo e senhor de si.

Dos papéis femininos o que argúi mais dignidade é o da rainha *(mahādevī)*, igual em idade e categoria a seu marido, cujas conquistas amorosas a ofendem sem a diminuir no seu prestígio. A princeza *(devi)*, filha do rei, é vaidosa e altiva, cônscia da sua mocidade e formosura, entretida apenas em tricas de amor. A favorita *(svāminī)*, filha de um general ou ministro, seduz pelos seus encantos, atrai pela inteligência, é cortejada pelo rei e requestada dos áulicos. Outros tipos de somenos importância: a concubina, as encarregadas do gineceu, a serva do rei, a que empunha o guarda-sol real, as donzelas que o acompanham à caça, a dama de companhia da rainha, a mensageira da heroína, a porteira, etc.

Os papéis neutros são desempenhados por homens que

fizeram voto de castidade, estão cansados da idade ou foram destituídos de virilidade: o capelão *(purohita)*, brâmane que dirige as cerimónias domésticas, o camarista *(Kañcukin)*, velho brâmane, gasto no serviço do rei mas que ainda tem o vigor mental para executar as reais ordens e os eunucos *(varṣadhara)*.

Os nomes dos personagens também são regulamentados nos tratados; não se admite que sejam arbitrários, antes pelo contrário, devem ser expressivos e apropriados ao carácter que pretendem significar. O nome da cortesã terminará em *dattā*, adj. f. «dada», *senā*, «que tem um amo», *siddhā*, «obtida», como o de Vassantassena no *Cārudatta*, de Bhaça; o de um comerciante finaliza em *datta*, «dado», como o de Charudata; o do bôbo deriva da primavera, como o de Matávia em «Xacuntalá», ou duma flor.

Há regras elaboradas que expõem a maneira das personagens se dirigirem umas às outras, variando o tratamento não só consoante a categoria da pessoa a quem se fala como daquela que toma a palavra.

*

Os sentimentos são as impressões de conjunto, permanentes ou efémeras, vivedouras ou fugazes, que uma composição dramática proporciona após a sua representação ao espírito dos ouvintes. O sentimento, definido pelo *Nāṭyaçāstra* resulta da conexão das emoções causais *(vibhāva)*, das conseqüentes *(anubhāva)* e das transitórias *(vyabhicārin)*. Mas, de par com estas, reconhece também como elemento essencial na produção do sentimento a emoção predominante *(sthāyibhāva)*, que subsiste através o drama, por entre as variações das emoções transitórias, e está para os outros factores na mesma relação de um soberano para com seus vassalos ou de um mestre para os discípulos.

O sentimento pode assumir oito modalidades: erótico ou amoroso, heróico, de fúria, cómico, de espanto, de terror, patético e de horror, correspondendo às oito emoções predominantes: amor *(rati)*, energia *(utsāha)*, ira *(krodha)*, júbilo *(hāsa)*, assombro *(vismaya)*, terror *(bhaya)*, melancolia *(çoka)* e desgôsto *(jugupsā)*.

O sentimento erótico *(çṛñgāra)* é de tríplice causalidade: a privação *(ayoga)*, o apartamento *(viprayoga)* e a união *(sambhoga)*; a privação denota a inabilidade de dois amantes para lograrem a união perante os impedimentos que se opõem ao matrimónio; o apartamento tem a sua origem na ausência ou ressentimento de um dêles; e a união de dois amantes deve evitar a vulgaridade do acto e o aborrecimento do auditório.

O sentimento heróico *(vīra)*, baseado na energia, reveste também o tríplice aspecto da coragem no campo da batalha, da compaixão e da liberdade.

O sentimento da fúria *(raudra)*, que promana da ira, tem por fases a indignação, a embriaguez, a inconstância, a inveja, a crueldade, a agitação e outras similares.

O sentimento cómico *(hāsya)*, dependente do júbilo, associa-se ao sono, à indolência, ao cansaço, à fraqueza e à estupidez.

O sentimento de espanto *(adbhuta)*, fundado no assombro, tem como estados transitórios a alegria, a agitação e o contentamento.

O sentimento de terror *(bhayānaka)* nasce da depressão, agitação, loucura, pânico, etc.

O patético *(karuṇa)*, originado na melancolia, pode derivar também da epilepsia, da doença, da morte, da indolência, do desespêro e outros estados.

Finalmente o de horror *(bībhatsa)*, referente ao desgôsto, liga-se à doença, morte, loucura, desespêro, etc.

Todos estes sentimentos podem existir no drama, mas

um será o predominante e os restantes meros auxiliares; assim na comédia heróica *(nāṭaka)* deve ressair o sentimento heróico ou erótico. Em «Xacuntalá», por exemplo, predomina o sentimento erótico; o heróico patenteia-se nos versos do acto II, em que os ermitas rendem homenagem a Duxianta; o de horror está no acto VI, na scena em que Mátali, cocheiro de Indra, ameaça o bôbo; todo o acto IV, desde a chegada de Cáxiapa até à despedida de Xacuntalá, irradia profundo sentimento patético; e o de espanto dimana da scena final do último acto em que Duxianta, entrando no ermitério de Maricha, depara com um menino, que vem a saber que é seu filho, por não ter sido metamorfoseado em cobra quando apanhou o bracelete-amuleto pertencente a êste.

*

A disciplina literária na Índia antiga é tão grande que os tratados de dramaturgia chegam a classificar o estilo *(vṛtti)* das composições teatrais em quatro categorias, que têm por fim torná-las perfeitas e dar-lhes o mais alto grau de beleza: 1.ª estilo delicado *(kaiçikī)*, para pintar o amor ou a paixão; 2.ª estilo grandioso *(sāttvatī)*, apropriado à virtude e ao heroísmo; 3.ª estilo violento *(ārabahaṭī)*, que traduz bem os tumultos e os combates, as ilusões e os desgostos; e 4.ª estilo verbalista *(bhāratī)*, que deve o nome ao facto de depender apenas de palavras e não de acção.

O estilo delicado, usado para retratar o sentimento erótico, tem por auxiliares o canto, a dança, o trajo garrido, admite papéis masculinos e femininos e ajusta-se ao coquetismo, à galantaria, a assuntos graciosos e humorísticos. O estilo grandioso adequa-se aos sentimentos de heroísmo, de espanto e de fúria, e, em menor grau, ao patético e erótico, emoldurando a virtude, a coragem, a abnegação, a piedade e o senso da justiça. O violento anda enfreado aos senti-

mentos de fúria, horror e terror, empregando conjurações, ardis e artes mágicas. O estilo verbalista estriba-se na eufonia do vocábulo, assim como os restantes três no seu significado, e é aplicável a todos os sentimentos.

Além desta classificação de estilos, reconhecem-se nêles ornamentos dramáticos *(nāṭyālaṁkāra)* e 36 características ou perfeições *(lakṣaṇa)*, que consistem em modos de exposição ou figuras de pensamento e dição.

Os retóricos e expositores da arte poética aplicam à doutrina dos sentimentos a teoria das excelências *(guṇa)* ou qualidades exigidas nos estilos poéticos. Dandin (sec. VI), em *Kāvyādarça* (1), «Espelho da Poesia», refere-se a duas variedades de estilo, *Vaidarbha* e *Gauḍa*, assim chamados pelo nome das províncias onde vigoravam, acrescentando-se-lhes mais tarde outros quatro: *Pāñcāla*, *Lāṭī*, *Avantikā* e *Māgadhī*. Ao primeiro daqueles exigem-se dez qualidades: majestade *(ojas)*, elevação *(udāratva)*, clareza *(prasāda)*, precisão *(arthavyakti)*, beleza *(kānti)*, elegância *(mādhurya)*, linguagem metafórica *(samādhi)*, eufonia *(samatā)*, suavidade *(sukumāratā)* e fluência *(çleṣa)*. Opõe-se-lhe o estilo *Gauḍa*, com as feições contrárias àquelas qualidades.

Vamana (séc. VIII) desenvolveu a teoria na sua obra *(Kāvyālaṁkāravṛtti* (2). «Estilos e ornamentos da poesia», distinguindo dez qualidades quanto ao sentido e outras dez quanto ao som, no estilo *Vaidarbha;* admite no *Gauḍa* a majestade e a beleza e exclui a elegância e a suavidade; e criou um terceiro estilo, o *Pāñcāla,* caracterizado pela elegância e suavidade, e por isso mesmo menos vigoroso.

O uso de dois ou mais dialectos no drama indiano, prescrito pelos tratadistas, é um dos pontos em que êle se dis-

---

(1) Ed. na série *Bibliotheca Indica*, por Premachandra Tarkavagísa, Calcutá, 1863.

(2) Ed. por C. Cappeller, Iena, 1875.

semelha do teatro europeu. Reis, brâmanes, com excepção do bôbo, que pertence a esta casta, ascetas, sábios, generais, ministros e outras personagens cultas e de plana superior, falam sânscrito, língua sagrada e literária. As mulheres, o bôbo, os escravos e outros indivíduos de baixa extracção empregam os prácritos *(deçabhāṣā)*, porque, sôbre serem iletrados, profanariam pela sua condição inferior e funções humildes ou ridículas a língua sagrada, digna dos deuses.

O *Nātyaçāstra* reconhece o uso de sete prácritos diferentes, mas depois, entre o comêço da nossa era e 1.000 anos, o prácrito medieval divide-se em 4 dialectos notáveis: a oeste, *Apabhraṅça*, «decadente», no vale do Indo, e *Çaurasenī* no Doab; a leste, *Māgadhī* em Behar e *Arda-Māgadhī* em Benares; estes prácritos medievais, falados pelas classes iletradas e inferiores nos dramas sânscritos, são a fonte das línguas áricas da moderna Índia.

*

Como o drama era composto para ser representado, o *Nātyaçāstra* prescreve alguns actos preliminares a executar, tais como o rufo do tambor anunciando o início do espectáculo, a entrada dos cantores e músicos, o concêrto, as danças e o canto. Depois de espargir flores e purificar-se com água, o director do teatro *(sūtradhāra)* dá comêço à representação com o prólogo *(prastāvanā, amukha, sthāpanā)*, declamando uma invocação *(nāndī)* à divindade protectora, a fim de conciliar o favor divino. A seguir, um actor *(prarocanā)* comunica aos espectadores o título e a natureza do drama que vai ser pôsto em scena, aludindo em poucas palavras ao autor, bosquejando-lhe a genealogia e encomiando os seus méritos literários. Compete-lhe igualmente dispor bem o auditório com alguma canção, de suave e refinado lirismo, ade-

quada à época do ano e relacionando-a com o carácter de qualquer personagem, às vezes o protagonista da peça, que vai entrar em scena.

Os dramas dividem-se em actos *(añka)* e estes em scenas, marcadas pela saída de uns actores e entrada de outros. O número de actos varia consoante a natureza do drama; na comédia heróica deve ser pelo menos de cinco, podendo ir até dez, mas havendo um drama com catorze actos: o *Mahānāṭaka*, «Grande drama», também intitulado *Hanumannāṭaka*, «Drama de Hanuman», da autoria de Damodara Mixra do século XI. Para outros tipos de dramas requere-se apenas um acto. Normalmente os actos são simplesmente numerados, mas há dramas, como «O carrinho de barro», em que são nomeados, provàvelmente não pelo autor.

Cada acto deve conter acontecimentos que possam ocupar a duração de um só dia, requisito que é cumprido por Bhavabhuti em *Mahāvīracarita*, «Biografia do grande herói», e por Rajaxecara em *Bālarāmayaṇa*, «Aventuras de Rama», a despeito das dificuldades apresentadas pelo esfôrço de condensar a epopeia. Esta regra, que tem uma certa similaridade com a unidade de tempo preconizada na *Poética* de Aristóteles, não abrange, porém, tôda a acção do drama; assim, em *Uttararāmacarita*, «Biografia ulterior de Rama», do mesmo Bhavabhuti, há um lapso de tempo de 12 anos entre o 1.º e o 2.º acto. A unidade de acção é plenamente reconhecida em teoria, mas a unidade de lugar não é rigorosamente observada, pois fazem-se às vezes jornadas fantásticas, terrestres e aéreas, em carros mágicos e celestiais.

É freqüente representar-se antes de novo acto um interlúdio, constante de monólogo ou diálogo, no qual se alude aos eventos que se supõem ocorridos e se prepara os ouvintes para o que vai acontecer. Pode assumir várias formas, das quais duas principais: o *viṣkhambaka*, também utilizado no

início de uma peça, é desempenhado apenas por uma ou duas pessoas, nunca de categoria superior, falando sânscrito ou os prácritos, e serve para explicar o passado ou o futuro; tal é o interlúdio que precede o acto III de «Xacuntalá», em que o discípulo do sacrificador tece, em sânscrito, grandes gabos ao poder de Duxianta. A segunda forma de interlúdio, o *praveçaka,* não pode introduzir uma peça, é confinada a carácteres inferiores, que falam sempre os prácritos; assim o episódio que antecede o acto VI do mesmo drama, em que são interlocutores o chefe da polícia, dois guardas e o pescador que achou o anel de Xacuntalá no ventre de uma carpa.

A peça conclui, como abriu, por uma prece *(bharata-vākya),* cantada por uma ou mais personagens principais e exprime os bons desejos pela prosperidade nacional.

*

É o *Nāṭyaçāstra* que enumera os dez tipos de drama, caracterizando-os pela variedade dos elementos dramáticos: a comédia heróica *(nāṭaka),* a comédia burguesa *(prakaraṇa),* o monólogo *(bhāṇa),* a peça militar *(vyāyoga),* o drama sobrenatural *(samavakāra),* o *ḍima,* o *īhāmṛga,* o acto único *(añka),* a grinalda *(vīthī)* e a farsa *(prahasana).*

O mais importante dos dez tipos é a comédia heróica. A sua tessitura é haurida na tradição e não inventada; o protagonista deve ser um rei, um sábio real *(rājarśi)* ou uma divindade que despe o seu indumento mitológico e assume forma humana; o sentimento predominante é o heróico ou erótico; o desenlace feliz, a prosa simples, sem grandes compostos, os versos límpidos e suaves, os prácritos variados e todo o estilo nobre e harmonioso. O número de actos varia de 5 a 10 e o título derivará do nome do herói ou do assunto principal. É de todos os tipos dos dramas superiores o que

ocupa lugar preeminente, mercê das suas normas menos restritivas do que as dos outros tipos. Sujeitando-se a elas, Bhaça compôs quatro dramas, Calidaça um, «Xacuntalá», Bhavabhuti dois; Vixacadata modelou na comédia heróica uma peça política, *Mudrārākṣasa,* «Racxassa e o sêlo»; Crixnamixra produziu uma peça filosófica, *Prabodhacandrodaya,* «O raiar da lua do conhecimento», e Cavicarnapura deu largas ao seu fervoroso sectarismo em *Caitanyacandrodaya,* «O raiar da lua de Chaitania».

A comédia burguesa analisa os costumes; o protagonista não é de categoria real, mas as normas a que obedece são quási as mesmas da anterior. A anedota pode ser fabulada, o protagonista um brâmane, ministro ou mercador, que caiu em infortúnio e procura, conjurando tôdas as dificuldades, refazer o seu património, recuperar o amor e cumprir os seus deveres religiosos, o que consegue afinal. Prepondera o sentimento erótico. Exemplificam-na o «Carrinho de barro», do rei Xúdraca, moldada aliás em outra peça anterior, «Charudata», de Bhaça, e «Málati e Mádhava», de Bhavabhúti.

O monólogo decorre num só acto, repetindo o actor as respostas, que supõe ter ouvido ou recebido. Tem origem e carácter popular, a urdidura é da invenção do autor e os sentimentos que excita podem ser o heróico e o erótico.

A peça militar toma para tema uma tradição ou lenda, uma pugna ou uma batalha em que intervém um deus, um sábio real, ou ainda um rei; tem apenas um acto, é desempenhado só por homens e penetra-o o sentimento heróico.

O drama sobrenatural tem três actos e põe em scena uma história de deuses e demónios. O número de protagonistas pode ir até doze, atingindo todos êles a meta dos seus desejos. Predomina, é claro, o sentimento heróico.

O *ḍima*, de étimo desconhecido, é um drama em quatro actos, de assunto lendário, em que os heróis são dezasseis

deuses, semideuses e demónios. Excluem-se os sentimentos erótico e cómico e ressai o de fúria. Existe apenas um exemplar, *Manmathonmathana,* «A agitação amorosa», da autoria de Rama, referido no *Catalogus Catalogorum,* de Aufrecht, e de outros dois só se conhecem os títulos, do *Nāṭyaçāstra* e *Daçarūpa.*

O *īhāmṛga* deve o nome ao facto de se procurar captar uma donzela, o que é tão difícil como visar *(īhā)* uma gazela *(mṛga).* O enrêdo é em parte lendário e em parte da invenção do autor. Os carécteres são nobres, o sentimento erótico e a acção decorre em quatro actos. Há uma peça dêste modêlo, *Vīravijaya,* «A vitória do herói», de Crixna Mixra (séc. XI).

O acto único funda-se nas lendas, mas pode ter também assunto da inventiva do autor. O herói é humano, o sentimento patético e o estilo verbalista. Dá-se como exemplificando esta espécie apenas uma peça mencionada no *Sāhityadarpaṇa.*

A grinalda ou coroa assemelha-se ao monólogo por ser em um acto e incluir falas para o ar, simulando um diálogo. Prepondera o sentimento erótico e pode ser desempenhada por um a três actores. Conhecem-se do título só duas peças dêste género.

A farsa é de origem e gôsto popular; a traça é fabulada e os carácteres que nela intervém são de plano inferior. Tem apenas um acto e sobressai o sentimento cómico.

O *Sāhityadarpaṇa* especifica outra classe de dramas, inferiores, enumerando dezoito, dos quais os mais adoptados são a pequena comédia heróica (*nātikā*), a pequena comédia burguesa *(prakaraṇikā),* a *saṭṭaka,* variante da pequena comédia heróica, e a *troṭaka,* variante da comédia heróica.

*

É incontestável que, tendo o drama origem religiosa, as primeiras representações foram levadas a efeito nos templos e lugares sagrados, em honra de determinada divindade. Introduzindo-se nêle mais tarde o elemento popular e realizando-se os espectáculos para celebrar uma vitória, festejar uma boda real, comemorar a coroação de um monarca ou qualquer outro evento de sensação, o tablado deslocou-se para os paços régios, onde maiores facilidades se conjugariam para a representação. Há quem suponha que anteriormente a estes locais as grutas teriam sido os primeiros teatros, citando-se as de Sitabenga e Joguimara, no monte Ramgar, em Chota Nagpur, hoje em ruínas, onde se encontraram elucidativas inscrições em verso do tempo do imperador Axoca (234 a 198 a. J. C.).

Certo é, porém, que o *Nātyaçāstra* expõe com minúcia as regras concernentes à planta e construção dos teatros. Estes dividiam-se em duas partes: a platea ou assemblea *(sabhā)* e o palco *(rañga)*. Como em tôdas as construções públicas e particulares, o lançamento dos alicerces era precedido da consagração do respectivo terreno e de outras cerimónias religiosas. O director do teatro devia escolher o momento oportuno para essa solenidade e presidir à erecção das colunas, preparando-se prèviamente com um jejum de três dias. Marcam-se dentro da platea recintos definidos para os reis e pessoas do seu séquito e sectores especiais para as quatro castas.

O proscénio era guarnecido de vasos e bilhas de barro e decorado com bandeirolas, quadros, grinaldas e festões a formarem janelinhas e arcos ornamentais. Ao fundo da scena um reposteiro *(yavanikā)*, pintado e bipartido, ocultava dos espectadores os camarins dos actores *(nepathyagṛha)*; a côr

nêle predominante seria compatível com o sentimento principal que ressalta da peça a representar.

A despeito dêstes preceitos que visavam a construção de edifícios especiais, na idade-média indiana as peças representavam-se, pela maior parte, na sala de concertos *(saṁgītaçātā)* dos paços reais, fazendo parte integrante do palco a cortina bipartida, atrás da qual ficava o guarda-roupa.

Eram muito simples o scenário e as decorações e deixava-se grande parte à imaginação do espectador, que era esclarecido pelas descrições do autor, rubricas da peça e mímica dos actores, como na colheita de flores, rega de plantas, empunhar as rédeas dum carro, perseguir uma gazela, alvejar um veado, etc. Não deixariam, porém, de figurar em scena casas, grutas, carros, rochas, animais e plantas artificiais, feitas de barro e bambus e madeiras de arequeira, jaqueira e sândalo encarnado (1).

O vestuário dos actores é cuidadosamente regulamentado, mormente quanto à côr, devendo apresentar-se no palco sob três aspectos: trajando de branco, usando vestuário de côr e trazendo o fato em desalinho ou esfarrapado. Compete o primeiro às mulheres, cortesãos, camaristas, sacerdotes; o de côr aos deuses, semi-deuses, habitantes celestiais e demónios; rotos ou enxovalhados figuram os ébrios, os loucos, os montanheses, os gatunos, havendo também a considerar em todos estes três aspectos, vários elementos, tais como o lugar e o tempo em que decorre a acção e a idade das personagens.

*

Já vimos qual o papel que o director da emprêsa *(sūtradhāra)* tinha na construção do teatro e na abertura dum espectáculo dramático. Como actor principal impendia-lhe a obri-

(1) *The hindu drama*, por Mohun Tagore, Calcutá, 1888.

gação de instruir os demais actores na arte de representar, exigindo-se-lhe, por isso, inúmeras qualificações: deve ser culto em tôdas as artes e sciências, conhecer a música, a arte de dirigir, as artes industriais, as obras sôbre métrica, poética e rètórica, os tratados técnicos, os usos e costumes de tôdas as terras, os dialectos, a astronomia, a geografia, a história, a genealogia das famílias reais, ser dotado de boa memória, inteligente e nobre, e com tôdas as virtudes morais a esmaltarem-lhe o carácter; em suma, um homem completo e versátil.

A missão dos seus dois auxiliares (*stāpaka* e *pāripārçvika*) era mais simples e por isso mesmo possuiam menos habilitações que o chefe, podendo considerar-se actores de segunda categoria. A classificação dêstes fazia-se, pelo seu grau de cultura, em três grupos: superior, médio e inferior, pertencendo ao primeiro todos os papéis principais: do rei, bôbo, parasita, da protagonista e sua companheira, etc.

A reputação dos actores e actrizes deixava muito a desejar nos primórdios da arte dramática. Manu, no seu Código, impunha penalidades aos que nutrissem tracto ilícito com as actrizes, atenuando-as no caso de os maridos-actores viverem dessa forma à custa de suas mulheres-actrizes. Estas eram tidas como fazendo parte de uma casta mixta, por serem o fruto da aliança dos sudras com as váixias, e muitas vezes recrutadas entre as heteras.

Com a elevação gradual do nível dramático, os actores e as actrizes, que se confundiam com os acrobatas, lutadores e bailarinos, emergiram da sua situação inferior, libertaram-se das nequícias e imoralidades que lhes assacavam, passaram a ser mais instruídos e educados, acamaradando com os autores, compartindo da amizade dos poderosos e fruindo a consideração e a munificência dos soberanos.

Os espectadores eram extremados não só pelas suas castas, para evitar o contacto de umas com outras, como se

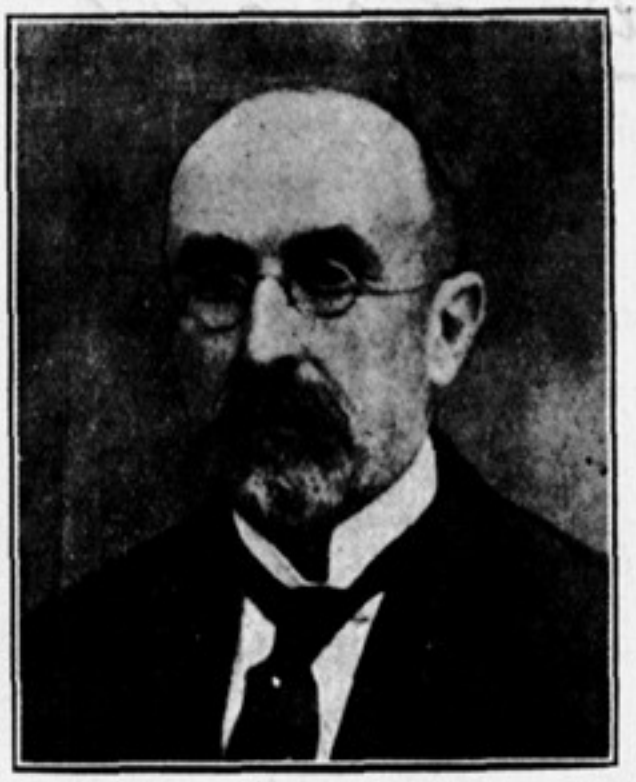
exigia nêles cuidadosa atenção e uma certa cultura intelectual para compreenderem o drama, sentirem as emoções e participarem dos sentimentos dos caracteres representados, exteriorizando por meio de risos, lágrimas, gritos, palmas e outras manifestações físicas tudo o que lhes ia no íntimo. Era vedado o ingresso no teatro aos estrangeiros armados, aos herejes e a quem fôsse dado ao vício e à imoralidade, indo a proïbição até aos doentes, que podiam contribuir ùnicamente para a interrupção da peça.

(Continúa).

Bernardino Graciás

NOTÍCIA SOBRE AS «LETTRES DE MR. L'ABBÉ LE GRAND PENDANT SES VOYAGES D'ESPAGNE ET DE PORTUGAL» (1692-1696)

Joaquim Le Grand nasceu em Saint-Lô (Normandia) a 6 de Fevereiro de 1653. Estudou Filosofia em Caen e entrou em 1671 no convento da congregação do Oratório, onde estudou Letras e Teologia até 1676, ano em que partiu para Paris, onde conheceu o padre Lecomte, que o aconselhou a dedicar se às investigações históricas, guiando-o nos seus primeiros trabalhos.



AUGUSTO DA SILVA CARVALHO

Quando o abade d'Estrées foi em Fevereiro de 1792 nomeado embaixador junto de D. Pedro II, chamou para lhe servir de secretário o seu antigo perceptor. Em Portugal ficou Le Grand até 1697, ano em que voltou para França.

Em 1702 foi outra vez como secretário do abade d'Estrées para Espanha. Acompanhou o embaixador de França à fronteira portuguesa em 1704 e neste ano voltou para o seu país, onde foi pouco depois nomeado secretário do Senado e empregado na secretaria dos negócios estrangeiros. Mais tarde

foi censor real e encarregado de colaborar no inventário das cartas. Foi nomeado prior de Neuville-Les Dames e Pressevin. Ocupou-se então muito de trabalhos de história e morreu a 1 de Maio de 1733.

As cartas que de Portugal e de Espanha escreveu de 1692 a 1696 a fr. Leonardo de Santa Catarina de Siena, agostinho descalço e ao seu amigo Bulteau, são umas originais e outras cópias ou resumos e constituem um grosso volume com a cota *Mélanges* vol. 672, fazendo parte da colecção Clairambault n.º 1023, existe na secção dos manuscritos da Biblioteca Nacional de Paris.

O abade Le Grand tinha como principal intuito em Portugal reünir manuscritos e livros sôbre as descobertas dos portugueses, narrações de viagens e relações que diziam respeito à Ásia, África e Oceania. Disse êle que tomou parte nas discussões da Academia da História, onde pretendia impor as suas opiniões principalmente sôbre a origem da língua portuguesa.

Tinha grande animadversão por tudo que era português, a terra, o clima, os costumes, as crenças religiosas e as superstições que criticava com grande acrimónia, as qualidades dos povos, os costumes da côrte e até os monumentos, alguns dos quais como a Batalha e o convento de Cristo em Tomar lhe mereciam uma crítica desdenhosa e parcial.

Procurava visitar as bibliotecas dos conventos e dos palácios dos nobres, tentando obter manuscritos ou cópias, coligir informações e referências dos viajantes que voltavam das nossas possessões, embora dissesse muito mal dos seus informadores.

Encontrou em casa de D. Luís da Cunha o manuscrito da *Relação da Ilha de Ceylão,* que traduziu e publicou em França.

Tinha comprado a uma viúva em más circunstâncias muitos manuscritos do jesuíta Padre Damião Vieira, que

tinha estado durante quarenta anos na Índia, entre os quais vinham excelentes memórias das vidas d'Aureng-Zeb, do emir Jesula ou Mirza Mula e do célebre Sevagi, em que além de outros acontecimentos notáveis se refere a conquista dos reinos de Golconda e de Carnate.

O Marquês de Fontes facultou-lhe a leitura dum volumoso manuscrito sôbre a descoberta da Índia, onde se liam muitas notícias que não vêm em João de Barros, além de lhe permitir a consulta dos valiosos livros da sua preciosa biblioteca.

O Marquês de Castelo Melhor emprestou-lhe a primeira parte da *Historia do Fez e de Marrocos,* do mesmo cronista, que Le Grand considerava o Tito Lívio da Índia.

A Condessa da Ericeira e seu filho o erudito membro da Academia de História, além de fazer com que êle se relacionasse com os portugueses que então cultivavam os estudos históricos, e de lhe facultar a sua riquíssima biblioteca, conseguiu que êle consultasse o manuscrito da *Relação* do jesuíta Jerónimo Lôbo, que ainda não fôra aproveitada nem conhecida pelos que pretendiam escrever a história desta região.

A Condessa da Ericeira, viúva, era D. Joana Josefa de Meneses, filha do conde D. Fernando que escreveu muitas poesias em francês, espanhol e italiano, e outras obras, que tudo foi destruído no incêndio que houve no seu palácio por ocasião do terremoto, onde se perdeu a sua preciosa biblioteca, que era considerada uma das melhores do país.

Le Grand dedicou lhe uma das suas traduções, a que adiante nos referimos, celebrando muito a sua erudição e talento poético, a forma perfeita de falar a língua francesa e referindo-se às numerosas cartas que esta senhora trocara com a raínha Maria Isabel de Saboia, correspondência que o padre cubiçou, mas não conseguiu obter.

O salão desta senhora e de seu filho, D. Francisco Xavier de Meneses, do qual pode dizer-se era dependência a Academia de História, proporcionou ao padre as investigações

que tanto ambicionava realizar em Portugal. É provável que ao freqüentá-lo, ocultasse o desagrado e má disposição que manifestou sempre nas suas cartas, por tudo quanto observava aqui, com excepção das bibliotecas e do seu recheio, que então se podia bem considerar precioso.

Era grande inimigo do Santo Ofício. Entre outras coisas em carta de 25 de Setembro de 1695 conta que os inquisidores convidaram o embaixador de França a ir ver uma possessa que estava nos cárceres do Santo Ofício. Foi o embaixador e declarou à possessa que tinha ali num embrulho que lhe mostrou, umas relíquias de grande poder, a mulher teve um ataque terrível de contorsões e esgares que levou muito tempo a calmar e que devia representar a revolta do espírito maléfico que tinha no corpo perante aqueles santas relíquias. O embaixador depois mostrara que as supostas relíquias constavam apenas duma caixa de rapé embrulhada num papel.

E a 15 de Fevereiro escrevia:

«Je viens de faire une découverte que pourra servir à l'histoire de l'inquisition, c'est une mémoire dune bonne, mais quai vaut mieux que l'inquisition de Goa(1). Je l'ai copiée fidèlement».

Tinha muito má impressão e grande desdém pelos religiosos portugueses, com excepção dos jesuítas, que considerava muito ilustrados e livres de crendices e superstições. O seu grande ídolo era o padre António Vieira, a quem se refere muitas vezes, sempre com o mesmo louvor, pois o considerava o maior português que tinha nascido até ao século XVII.

Das obras que o padre Le Grand deixou interessam-nos apenas as seguintes, cujos exemplares são hoje raros: *His-*

---

(1) Refere-se ao célebre livro de D. Delon, *Relation de l'inquisition de Goa*, Paris 1688.

toire de l'Isle de Ceylon. Écrite par le Capitaine J. Ribeyro & présentée au Roi de Portugal em 1685. Traduite du Portugais par Mmr. L'Abbé Le Grand-Trevoux, 1701. In-12.° de XXIV-352 págs. (1). É dedicada à Condessa da Ericeira. Contém uma carta de Ceilão e estampas.

Relation Historique d'Abissinie du R. P. Jerome Lobo De la Compagnie de Jesus. Traduite du Portugais, continuée & augmentée de plusieurs Dissertations, Lettres & Mémoires. Par M. Le Grand, Prieur de Neuville-les-Dames & de Trevessin. Paris, 1728. In-4.° de XIV-IV-514-VIII págs. (2). Tem uma gravura alegórica e dois grandes mapas.

Neste livro o traductor traça a biografia do padre Jerónimo Lôbo e junta a transcrição ou o resumo doutras *Relações* e notícias sôbre a Abissínia.

Manifestamente estas publicações prestaram serviço ao nosso país, divulgando os primeiros manuscritos, que até então eram desconhecidos no estrangeiro e até em Portugal, onde com excepção de alguns poucos curiosos de estudos históricos, se conservavam até ao fim do século xvii geralmente desconhecidos e desaproveitados.

*

O fim único desta singela notícia é chamar a atenção dos que, para atenuar a nossa pobreza em memórias relativas a esta época, poderão promover a publicação da correspondência de Le Grand, que só por acaso descobri em Paris e a que não encontrei nenhuma referência nos nossos arquivos.

Júlio Caetano

---

(1) Vendido no leilão da livraria Chagas por 170 escudos.

(2) Vendido no mesmo leilão por 300 escudos.

LA ENSEÑANZA SECUNDARIA EN PORTUGAL

(Cont. do vol. 75.º pág. 217)

Arquitectura escolar

En las construcciones escolares modernas de Portugal, como en las de España, casi siempre se echa de menos la tradición del arte nacional. No tienen carácter y si nos dicen algo nos hablan en una lengua extraña. Lo mismo sucede con los liceos más recientes de Lisboa. Nada podemos aprender alli contra este defecto: son, meramente, productos de importación alemana. Pero, al lado de ellos, encontramos un ejemplo perfecto del edificio-escuela de tipo nacional. Nos refereimos á la labor de Raul Lino. Este distinguido arquitecto une á su gran dominio de la técnica, adquirido en parte en Alemania, un gusto refinado y un gran entusiasmo por el arte portugués. Se ha propuesto continuar la tradición de la arquitectura portuguesa (no meramente imitarla) inspirandose en las obras que manifiestan de un modo más espontáneo é inmediato el espiritu de su pueblo: en las sencillas y modestas construcciones de carácter popular perdidas á veces en un lejano rincon del pais y que pocas personas conocen y estiman como él.

En Lisboa y en todo Portugal eran ya muy numerosas las casas levantadas ó restauradas por él con este criterio cuando recibió el encargo de construir en la capital el «jardin-escuela João de Deus» y el museo anejo dedicado á este gran poeta y pedagogo. Del mismo tipo son los jardines es-

cuelas de Coimbra, de Figueira da Foz y de Alcobaça y el edificio levantado en la «tapada d'Ajuda» para una escuela pública. El local de la Asociación Cristiana de Estudiantes de Coimbra tambien es obra suya.

Todos ellos reunen excelentes condiciones higiénicas y pedagógicas; son sencillos y baratos, y revelan, tanto en su conjunto como en los detalles, libres de imitaciones artificiosas, un sincero y delicado sentimiento del arte portugués.

Conclusión

He aqui, para terminar, algunas notas generales de la educación portuguesa:

a) Cuando el nivel de la cultura se ha elevado en Portugal ha sido efecto de una mayor comunicación con el extranjero. Asi sucede en la edad media, en el Renacimiento y en la época del marqués de Pombal. Son los obispos y monjes franceses, y los educados por ellos, los que abren las primeras escuelas del reino independiente de Portugal; á los profesores formados en Francia debe el colegio de Santa Cruz de Coimbra el lugar preeminente que ocupó durante siglos entre los establecimientos de enseñanza; de los centros del humanismo (Paris, Lovaina, etc.) vienen los hombres que levantan la cultura de Portugal en el siglo XVI; la obra del marqués de Pombal, que determina un renacimiento de la enseñanza portuguesa, se caracteriza por el afan de reanudar las relaciones cientificas con el resto de Europa, debilitadas durante dos siglos; la misma orientación revelan, por último, las reformas contemporáneas más estimables.

b) La segunda enseñanza, á partir del establecimiento del régimen constitucional, se ha inspirado casi siempre, como en general todo el Estado y la administración portuguesa, en el ejemplo de Francia. La reforma del 94 y los

edificios de los liceos de Lisboa, acusan, por el contrario, el influjo de Alemania.

c) En la obra de los organismos centrales falta continuidad porque estan sometidos á los cambios frecuentes de la politica. De aqui nace, en gran parte, el carácter fragmentario de la obra realizada en la enseñanza. No se descubre ninguna orientación sostenida por un nucleo social que tenga estabilidad y permanencia. Todo lo que de más valor se ha hecho modernamente parece obra casi exclusiva de individuos aislados. La reforma del 95 se debe á Jaime Moniz; las innovaciones recientes de la casa Pia, al Dr. Costa Ferreira; los jardines escuelas, á João de Deus Ramos; el liceo de Pedro Nunes, á su rector el Sr. Sá Oliveira. Y asi algunos, pocos, casos más.

d) En los liceos portugueses no se enseña religión. No es esto consecuencia de la implatación de la republica y de la separación de la Iglesia y del Estado. Ya sucedia asi en tiempo de la monarquia. El Dr. Jaime Moniz, antiguo ministro de la monarquia y que por su significación politica habia que considerarlo más bien como un hombre de la derecha, dice en su libro *Estudos de ensino secundario:* «Na enumeração das disciplinas [de la enseñanza secundaria] omitimos a religião. Professamos a doutrina que só permite na escola em matéria de carácter religioso o ensino histórico precisa e propiamente dito». (Pág. 409, nota).

e) En los liceos portugueses, como en nuestros institutos, se practica la coeducación. En le de Evora, por ejemplo, las alumnas son muy numerosas. Constituyen cerca de la tercera parte de la población escolar. No tengo datos suficientes para jurgar acerca del resultado de la coeducación en los distintos liceos; pero del caso que mejor conozco, el liceo Pedro Nunes, tengo una impresión excelente. Cuando yo lo visité varias alumnas seguian alli el curso complementario. En la sección de letras su número era superior al de alum-

nos. La convivencia de muchachos y señoritas en las clases, en los recreos, en la administración de la asociación escolar, etc., no solo no dificultaba la obra educativa del liceo, sino que la favorecia contribuyendo á elevar el tono de su vida. En la sesión que presencié de la «junta de delegados» vi que precisamente era una alumna la que desempeñaba uno de los cargos de más responsabilidad y que era uno de los miembros de la «directiva» que tenia más autoridad entre sus compañeros. — Sin embargo, los gobernantes tienden decididamente á establecer la separación. A este criterio responde la fundación del liceo Maria Pia y la más reciente de otros liceos femeninos en Oporto y Coimbra. Lo mismo se hará en adelante en todas las poblaciones donde el número de alumnas de los liceos sea igual ó mayor que la mitad del de alumnos. – Este sistema ¿dá mejores resultados? Hasta donde yo puedo jurgar afirmaria desde luego, por lo menos, que el nivel del liceo Pedro Nunes no es inferior al del liceo Maria Pia. Me fundo para ello en algo que tiene aún más valor que lo observado en mis visitas: en el testimonio de antiguas alumnas de ambos liceos, del de Maria Pia durante el curso general y del de Pedro Nunes durante el complementario.

APENDICE

Programa de trabajos prácticos en el curso complementario de los liceos de Lisboa

CIENCIAS NATURALES

Zoologia. — Exámen, preparación y disección de animales, con el fin de conocer los órganos que mejor los caracterizan en cada clase, teniendo cuidado de escoger, siempre que sea posible, los ejemplares cuyo estudio sea más fácil.

Este tendrá por objeto especialmente los órganos siguientes:

Celentereos: Existencia de una cavidad única y sus relaciones.

Equinodermos: Estómago y conexiones; aparato circulatorio (ambulacral) en su relacion con el sistema nervioso.

Gusanos: Mostrar la metamerización en los aparatos digestivo, nervioso y reproductor.

Artrópodos: Modificaciones en los apendices, tubo digestivo y anejos, traqueas.

Moluscos: Cavidad paleal; pié y sus modificaciones; rádula y diferentes configuraciones; aparatos digestivo y respiratorio.

Vertebrados: Organos dlgestivos y sus modificaciones. Dientes y su clasificación. El aparto arculatorio en las distintas clases de vertebrados. Articulaciones de la columna vertebral con el craneo. Encefalo.

Observación de preparaciones de téjidos epitelial, muscular y nervioso. Globulos sanguineos.

Clasificación de los animales escogiendo, en cuanto sea posible, los más tipicos de cada clase y procurando especialmente hacer resaltar los elementos taxonómicos.

Visitas al Museo de la Facultad de Ciencias y al Acuario de Alges.

NOTA. -- Los alumnos harán informes de los trabajos prácticos, acompañados de dibujos ó esquemas.

Botánica. — Observación de preparaciones anatómicas sencillas de la raíz, el tallo y las hojas.

Germinación.

Experiencias que prueben la obsorción del agua y de las substancias minerales por las plantas. Mecanismo de absorción.

Transpiración: Su comprobación.

Experiencias de asimilación del carbono hechas por medio de plantas acuaticas.

Reconocimiento del almidon en las hojas soleadas, por medio de la solución del yodo en yoduro potásico; comparación con las hojas conservadas en la oscuridad.

Digestión de las reservas alimenticias: experiencias muy sencillas para mostrar la acción de las cimasas (fermentos).

Absorción del agua causada por la transpiración en un ramo verde.

Respiración: Comprobación de la absorción del oxigeno y expulsión del anidrido carbónico por las plantas.

Descripción y determinación de las plantas sobre ejemplares de la flora portuguesa.

Herborizaciones.

Mineralogia y Geologia. — Estudio de los sistemas cristalinos. Medición de angulos con el goniómetro de aplicación.

Determinación del peso especifico por la balanza de Jolly.

Escalas de dureza y de fusibilidad.

Exfoliación, fractura, brillo y color de los minerales.

Descripción de los minerales: composición quimica, sistema cristalino, esfoliación, fractura, brillo, color, dureza, pero especifico, fusibilidad y uso.

Clasificasión de minerales:

Elementos: azufre, grafito, oro y cobre.

Sulfuros: antimonita, galena, cinabrio, blenda y pirita.

Oxidos é hidroxidos: cuarzo y sus variedades, pirolusita, corisido, hematites, limonita y magnetita.

Sales haloideas: sal gema y fluorita.

Carbonatos: calcita, dolomta, aragonito, malaquita y azurita.

Sulfatos: baritina y yeso.

Fosfatos: apatito.

Silicatos: topacio, turmalina, piroxenos, anfiboles feldespetas, micas y salco.

Carbones: antracita, hulla, lignito y turba.

Estudio microscópico de las principales rocas eruptivas, sedimentarias y cristalofilicas.

Estudio de algunos fósiles earacteriscos de Portugal.

Excursiones por los alrededores de Lisboa.

FISICA

Mediciones con nonio, palmer y esferómetro.

Barometria.

Balanza de precisión; pesadas.

Determinación de las densidades de sustancias sólidas y liquidas.

Determinación de las densidades de sustancias gaseosas.

Termometria.

Determinación de puntos de fusión y de ebullición.

Determinación de los calores especificos de substancias sólidas y liquidas por el método de las mezclas.

Determinación de los calores de fusión y de evaporización.

Higrometria.

Fotometria.

Refractometria.

Medición de la potencia de lentes esféricas.

Microscopia.

Espectroscopia.

Fotografia.

Ejercicios de preparación é instalación de pilas y de acumuladores.

Ejercicios de enlaces electricos: comutadores y reostatos.

Medición de resistencias.

Medición de fuerzas electromotrices.

Medición de capacidades.

Estudio del telégrafo y del teléfono.

Estudio elemental de los generadores mecánicos de electricidad, motores y transformadores.

Rayos X. Radiografia.

QUIMICA

1 — Acción de los ácidos sobre los metales, sobre los óxidos y sobre los sales.

2 — Acción del calor sobre los óxidos y las sales.

3 — Preparación de gases en frio y en caliente.

4 — Reducciones y oxidaciones. Determinación de numeros proporcionales.

5 — Preparación de algunas substancias por precipitación. Lavado e desecación de los precipitados.

6 — Cristalizaciones.

7 — Dosificación del agua de cristalización de un cuerpo.

8 — Ejercicios acerca de la composición del aire y del agua.

9 — Estudio de los caracteres analiticos de los cuerpos incluidos en los programas del curso general.

10 — Clasificaciones analiticas de los metales y de los ácidos.

11 — Ejercicios de determinación del metal y del ácido de una sal disuelta.

12 — Ejercicios muy sencillos de separación de metales ó de ácidos.

13 — Averiguar los cuerpos disueltos en un agua potable.

14 — Descubrir algunas falsificaciones de generos alimenticios.

15 — Preparación de algunos reactivos titulados.

16 — Dosificación de cuerpos disueltos en un agua.

17 — Hidrotrimetria. Dureza total, permanente y temporal de un agua.

18 — Acidimetria. Determinación de la acidez de un vino, de un vinagre, de un aceite, etc.

19 — Determinación de la ley de una aleación de plata.

20 — Determinación de la riqueza alcoholica de un vino.

21 — Analisis rapida de una leche. Reacción, densidad, grasa.

22 — Determinación rápida de la densidad de los gases y vapores. Calculo de pesos moleculares.

23 — Determinación rápida de calores especificos.

24 — Manipulaciones con el crioscopio y el ebullóscopo.

25 — Resolución de problemas.

26 — Representación esquematica de los aparatos empleados y de su colocación.

GEOGRAFIA

Clase (ó curso). I. — Ampliaciones y lecturas de mapas topográficos. Ejércicios de escalas.

II. — Dado un mapa geográfico, indicar las principales caracteristicas, ventajas é inconvenientes de la proyección ampleada.

III. — Trabajos geomofológicos. Esquemas representativos de los más importantes fenómenos estructurales propiamente dichos (plegamientos, fallas, etc.).

IV. — Estudios potamológicos. Perfiles longitudinales y transversales. Dibujos de meandros, de capturas, etc.

V. — Trabajos climatográficos. Lectura de los diagramas

obtenidos en el observatorio meteorológico del liceo, trazandose con esos elementos más gráficos. Esquemas representando la circulación general de la atmósfera, las distintas variedades de los vientos, la formación de dunas, etc.

VI. — Geografia humana. Elaboración de gráficos teniendo en cuenta principalmente: *a*) El movimiento de la población; *b*) Producción y movimiento comercial de los cereales; *c*) Id. id. de la hulla y del petroleo; *d*) Id. id. de la lana, del algodon, de la seda y del lino; *e*) Id. id. del vino y del aceite; *f*) El movimiento comercial y maritimo de los puertos más importantes.

VII. — Excursiones, acerca de las cuales presentaran informes los alumnos.

Clase VII. I. — Elaboración de una serie sistemática de gráficos que muestren las modalidades más caracteristicas de Portugal. Se atenderá principalmente á los elementos siguientes: *a*) comparación entre la superficie de Portugal y la de otros paises; *b*) zonas hipsométricas; *c*) longitud de los rios, señalando la parte navegable; *d*) trazado de las curvas climatológicas; *e*) cultivos principales. Producción y distribución de los cereales, los montes, los sotos, del olivo, de la vid y del algarrobo; *f*) distribución de las principales clases de ganados. Riqueza piscatoria; *g*) movimiento industrial. Vino, aceite, corcho y conservas; *h*) curvas representativas del comercio de los productos más importantes exportados é importados en distintos años; *i*) movimientos de población.

II. — Dado un mapa de Portugal señalar con signos convencionales las zonas de los elementos mencionados en el § anterior.

III. — Formación de gráficos referentes al comercio de los productos más importantes de nuestras colonias.

IV. — Excursiones y redacción de informes.

OBSERVACIÓN. Generalmente todos estos trabajos irán acompañados de un breve comentario geográfico. Siempre que sea posible se haran ensayos de monografias elementales.

RUBEN LANDA.

BIBLIOGRAFIA

Àbreu (José Maria de). *Almanak de Instrucção publica en Portugal.* Primeiro anno (Coimbra, 1857).

Ayres da Fonseca, S. I. (Luiz Gozaga). Portugal (Schulwesen). *Lexikon der Pädagogik*, vol. III, pag.ª 1341-1347.

Baumester. *Haudbuch der Erziehungs und Unterzichtlehre*, erster Band, 2 Abteilung, pag.ª 522-525 (Leipzig, 1897).

—— *Board of Education. Special reports on educational subjects.* Volume 8, London, 1902 (11. *Primary and Secondary Instruction in Portugal*).

—— *Boletim oficial do Ministerio de Instrucção pública.*

—— *Boletim da Direcção geral de instrucção pública.*

Borges Grainha (M.), prof. do Lyceu central de Lisboa, *Os livros escolares* (instrucção primaria, secundaria e normal). Lisboa, 1904.

—— *A instrucção secundaria de ambos os sexos no extrangeiro e em Portugal.* Lisboa, 1905.

Braga (Theophilo). *Historia da Universidade de Coimbra*, 4 vol.

Brandão (Mario). *O Colegio dos Artes.* Coimbra, 1924.

Caetano (Joaquim) e M. de Brito Moreno. *Legislação do ensino primario e normal* (legislación general del ministerio de instrucción publica y de las escuelas normales superiores).

Campos (Agostinho de). *Educação e Ensino.* Porto, 1911.

Carvalho (Adriano J. de). *Projecto de reforma do Ensino Secundario em Portugal.* Coimbra, 1912.

Castello Branco (Camillo). *Diccionario universal de educação e ensino.* 2.ª ed., 3 vol.

Coelho (F. Adolpho). Portugal, en el *Nouveau Dictionnaire de Pédagogie et d'Instruction primaire,* de Buisson. Paris, 1911, pág.ª 1666-1672.

—— *Le Cours Supérieur de Lettres.* Memoria presentada por la sección portuguesa de la Exposición Universal de Paris, de 1900.

—— *A reforma do ensino secundario.* Articulos publicados en el diario de Lisboa «As Novidades» durante los meses de Agosto y Setiembre de 1895.

Coelho (F. Adolpho). *O ensino secundário.* Boletim Oficial do Ministério de Instrucção Publica. Ano II, n.os 13 a 16. Lisboa, 1917.

Coelho (J. Augusto). *Organisação geral do ensino applicavel ao estado actual da nação portugueza.* Porto, 1896.

Coelho (Albino). *Pedagogia moderna.* Coimbra, 1882.

Collecção de Legislação da República portuguesa sobre instrucção primaria, secundaria, superior e especial, desde 12 de Outubro de 1910. Coimbra, 1912.

Commissioner of Education. Reports of the — Department of the interior bureau of education. Washington.

Conselho superior d'instrucção publica. Legislação sobre a instrucção publica primaria, secundaria e superior desde a reforma de 1836 até 10 de Janeiro de 1851; colligida, coordenada e impresa por ordem do mesmo Conselho. Coimbra, 1851.

Costa (Dom Antonio da). *Historia da instrucção popular em Portugal.* 2.ª ed., Porto, 1900.

Dias (Augusto Epiphanio da Silva). *Cousiderações sobre a ultima proposta de lei de instrucção secundaria.* 1894.

—— *Considerações sobre o regulamento e os programmas do ensino secundario e o modo como os tem executado.* Lisboa.

Dias (J. Simões). *A instrucção secundaria.*

Dreyfus-Brisac. *Revue internationale de l'enseignement* (15 Janvier 1896, pág.ª 60-67).

Franco (Chagas). *A Republica e o ensino secundario.* (Discurso pronunciado en la apertura del colegio militar, curso de 1915-16). Lisboa, Imprensa Nacional, 1915.

Machado (Bernardino). *Affirmações públicas* (1882-86). Coimbra, 1888.

—— *O Ensino.* Coimbra, 1898.

—— *O Ensino primario e secundario.* Coimbra, 1899.

Marvaud (Angel). *Le Portugal et ses Colonies.* Paris, 1912.

Pereira da Silva (Luciano A). *Instrucção secundaria.* (Discurso pronunciado en la Camara de Diputados el 13 de Enero de 1903). Lisboa, 1903 (folleto).

Pestana (Alice). *O que deve ser a instrucção secundaria da mulher?* (Memoria presentada en el congreso pedagogico hispano-portugues-americano de Madrid).

—— *Relatorio da viagem de estudo a establecimentos de instrucção secundaria do sexo feminino, etc.* (Appendice ao *Diario do Governo*, n.º 17 de 1889).

—— *La educación en Portugal.* Madrid, 1915.

Ramalho Ortigão. *As Farpas.* (En el vol. 8.º una critica de la educación de los liceos).

Ribeiro (J. Silvestre). *Historia dos establecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal.* 17 vol. Lisboa. 1871-1890.

Rodriguez (José Maria). *L'Instruction secondaire en Portugal.* Memoria presentada en la sección portuguesa de la exposición universal de Paris, de 1900.

Schiller (Hermann). *Die Reform des höheren (Sekundär) Unterzichts im Königreich Portugal com 22 Dezember 1894.* Articulo publicado en la *Deutsch Zeitschrift für Ausländisches Unterrichtswesen* (Leipzig, 1896), vol. I, pag.ª 166-170 y 258-262.

Sena (Adolfo). *Guia de trabalhos de laboratorio de Fisica,* 1.ª parte. Instrucção Secundaria. Publicado en la *Revista de Educação Geral e Tecnica.* Lisboa, 1917.

Sousa (José de). *Notas de Pedagogia Philosophica.* Lisboa, 1890. (Un capitulo sobre la enseñanza de la Filosofia en los liceos).

Tavares (João de Sousa). *Colegio Militar. Trabalhos Manuais Educativos. 1910-1915.* Lisboa, 1915.

Teixeira Bastos. *O ensino da philosophia nos lyceus. Revista de estudos libres,* año 1.º, pág. 501 (sobre la ley de 1880).

—— (Questão litteraria): *O ensino da historia nos lyceus.* 1885 (folleto. Y en la *R. de estudos libres,* año 1884-85, pág. 388-405). Es una critica del *Manual de Historia Universal,* de Consiglieri Pedroso.

—— *Ideias geraes sobre a evolução da Pedagogia em Portugal* (congresso pedagógico hispano-portugues-americano. Secção portugueza). Coimbra, 1892.

—— *A reforma dos lyceus* (plano de 1895).

—— *Interesses nacionaes (o ensino publico; o trabalho).* Porto, 1897.

Vianna (Antonio). *La educación fisica en Portugal.* Articulo publicado en el *Boletin de la Institución libre de enseñanza,* año XI, núm. 247 (31 Mayo 87), pág. 145.

Vieira Natividade (M.). *D. Fr. Estevam Martins e as escolas publicas do Mosteiro d'Alcobaça.* (Separata dos «Trabalhos da Academia de Portugal»), 1915.

LA MORT D'HENRIQUE CAIADO

Erasme parle, dans un de ses *Adages*(1), d'une maladie parfois mortelle, trop fréquente, dit-il, chez les Germains, et que l'on a baptisée plaisamment *vinaria angina* (étouffement par le vin). Il propose de lui donner le nom grec d'οἰνάγχη (oenancie), par analogie avec cette ἀργυράγχη (argyrancie, ou étouffement par l'argent), qui fut fatale à plus d'un orateur sans parler du grand Démosthène.

Voici un cas d'*oenancie* tout à fait sérieux qu'Erasme a vu dans son propre entourage lors de son séjour en Italie: «J'ai connu personnellement à Rome un homme d'une érudition peu commune qui mourut tout de bon de cette sorte d'*angine:* Il s'appelait Hermicus, et était Portugais de nation.

---

(1) (Tome II des *Opera Omnia*, Leyde 1703) *Adagia*, Chil. IV., Cent. VIII, ad. II: *Vinaria angina.*

«De ἀργυράγχη, i. e. *angina argentaria*, quae multis praeter Demosthenem vocem intercipit, jam antea diximus. At Festus Pompejus indicat joco jactatum in eos, qui vino praefocantur, laborare *vinaria angina* quam οἰνάγχην possis dicere. Ipse novi Romae quendam haud vulgariter eruditum, qui hac *angina* serio periit. *Hermicus* appellabatur, natione Lusitanus. Correptus erat febricula vir corpore supra modum obeso, et ob id spirituosus. Decumbentem invisit Christophorus Fischerus, patria Anglus: *Vin'tu*, inquit, *Hermice auscultare medicis meras nugas praescribentibus! Bono vino rectius proluetur hoc malum;* simulque jussit adferri vinum Corsicum quadrimum. Propinavit aegroto, jubens bono esse animo. Ille persuasus hausit affatim, at mox intercluso spiritu coepit animam agere. Quosdam ebrietas e taciturnis reddit loquacissimos, quosdam contra tam mutos, quam ullus est piscis, citra valetudinis periculum. Utinam haec οἰνάγχη minus frequens esset apud Germanos».

Excessivement obèse, et porté, par suite, à l'essoufflement, il avait été pris d'une légère fièvre. Il était au lit quand l'anglais Christophe Fisher vint le voir, et lui dit: «Vas-tu, Hermicus, écouter les médecins et leurs stupides ordonnances? C'est plutôt par le bon vin que tu feras passer ce mal». Là-dessus, il fit apporter du vin corse de quatre ans. Il en versa au malade en lui disant de ne pas se frapper. L'autre suivit son conseil et but abondamment, mais bientôt, perdant le souffle, il rendit l'âme».

Même si Erasme n'avait pas loué ce même *Hermicus* en termes très explicites dans son *Ciceronianus* (1), il serait aisé de l'identifier avec l'humaniste Henrique Caiado. Né à Lisbonne (2), il fut à Bologne le disciple de Cataldo, à Florence, celui de Politien, et il acquit en Italie la réputation

---

(1) (Tome I des *Opera Omnia*, ed. cit. Col. 1015) «Et Lusitanos aliquot eruditos novi, qui vulgarint ingenii sui specimen, neminem novi praeter *Hermicum* quemdam in epigrammatibus felicem, in oratione soluta promptum ac facilem, ad argumentandum dexterrimae dicacitatis: et *Genesium*, qui nuper edito Romae libello, praeclaram de se spem praebuit». On a souvent remarqué la méprise qui fait que Juan Ginés de Sepulveda, natif de Cordoue, est ici donné comme Portugais. Ce bouillant andalous fut très mortifié d'être présenté par Erasme comme un débutant.

Le Dr. Joaquim de Carvalho, qui m'a fourni tant de matériaux pour ce petit travail, et que je veux remercier ici cordialement, me signale que le passage du *Ciceronianus* concernant Caiado est cité par Cenaculo dans ses *Memorias históricas do Ministerio do Pulpito por hum religioso da Ordem Terceira de S. Francisco*, Lisboa, 1776, p. 114. C'est à ce même jugement d'Erasme que Resende faisait allusion dans son *Oratio pro rostris* prononcée le 1er Octobre 1534 à l'Université de Lisbonne (reprod. par Braamcamp Freire en appendice à son édition des *Noticias da Vida de André de Resende*, de Leitão Ferreira, Lisboa 1916 p. 175-185 — Tirage à part de l'*Arquivo Historico Portuguez*, t. IX).

(2) D'après Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, t. II. Je dois à l'extrême obligeance du Dr. Joaquim de Carvalho une copie de l'article consacré à *Henrique Cayado*.

d'un des plus brillants poètes latins de son époque. Barbosa Machado cite de lui un volume d'*Eclogae, Sylvae et Epigrammata,* imprimé à Bologne en 1501. Le grand bibliophile espagnol Ferdinand Colomb (1), se trouvant à Rome en 1512, trois ans après la mort de l'humaniste portugais, y acheta un autre recueil de ses écrits: *Hermici Caiadi lusitani opuscula 5, egloge 9 cum suis epistolis,* Rome 7 kls. Martii 1501. Au XVIII^e^ siècle, Antonio dos Reys réédita les vers latins de Caiado dans le tome I de son *Corpus Illustrium Poetarum Lusitanorum* (Lisbonne, 1745).

Comment se fait-il que Barbosa Machado, qui recueille avec tant de minutie les témoignages des contemporains sur Henrique Caiado, ignore le récit de sa mort contenu dans les *Adages*? Plus exactement il ne le connaît qu'à travers un démarquage d'Adrien Baillet dans ses *Jugements des Savants* et semble ne lui attribuer aucun crédit. En effet, il raconte que l'humaniste revint en Portugal et mourut peu après, dans sa propriété de Bemfica où il s'était retiré par dépit de se voir préférer un concurrent sans valeur pour un emploi de magistrature. Barbosa Machado aurait-il trouvé peu honorable pour le poète cette fin rapportée par Erasme et par Baillet? Aurait-il voulu, comme les fils de Noé, jeter un voile pudique sur l'οἰνάγχη de son illustre compatriote?

... *Sed magis amica veritas.* Un érudit portugais d'il y a cent ans, le cistercien Fr. Fortunato de S. Boaventura (2),

---

(1) N° 2574 du très précieux *Registrum* de la Bibliothèque Colombine, qui a été reproduit en édition fac-simile par M. Archer, M. Huntington (*Catalogue of the Library of Fernandus Columbus,* New York, 1905).

(2) *Literatos portugueses na Italia ou collecção de subsidios para se escrever a Historia Litteraria de Portugal que dispunha e ordenava Frei Fortunato monge Cisterciense* (publié par Antonio de Portugal de Faria, cet ouvrage forme le t. IV de la série *Portugal e Italia,* Leorne 1915. C'est encore au Dr. Joaquim de Carvalho que je dois l'indication de ce

a su remonter à la source érasmienne: travaillant à Rome, il l'a trouvée mentionnée dans une note du P. Audifredi au catalogue de la bibliothèque de la Minerva. Et, sans hésiter, il a rejeté la version de Barbosa, donnant la préférence à Erasme «en qualité de témoin oculaire». A vrai dire, il n'est pas sûr qu'Erasme ait assisté aux derniers moments de Caiado, ni même qu'il fût à Rome le jour de sa mort. Mais il était en Italie et dut être renseigné de première main par le meurtrier involontaire du poète: le protonotaire apostolique Christophe Fisher était un bon ami d'Erasme, qui lui avait dédié en 1505 son édition des *Adnotationes* de Laurent Valla sur le Nouveau Testament (1)

Quant à la date de l'évènement, ce n'est pas 1508, comme l'admet le P. Audifredi dans sa note du Catalogue de la Minerve, mais bien 1509, si toutefois la mémoire d'Erasme n'est pas infidèle, et s'il a personnellement connu Caiado à Rome. En effet, il résulte des recherches de MM. P. de Nolhac et P. S. Allen qu'Erasme visita Rome pour la première fois, venant de Sienne, à la fin de Février 1509 (2). Il s'y trouvait de nouveau en Avril, et, après avoir poussé jusqu'à Naples, semble-t-il, il repassa par la Ville Eternelle au début de Juillet pour regagner l'Angleterre, où Henri VIII venait de monter sur le trône.

Les passages cités plus haut des *Adages* et du *Ciceronianus* sont-ils les seuls où Erasme se soit référé à Caiado?

---

livre rare, tiré à 100 exemplaires seulement) p. 83. Il est à remarquer que le P. Audifredi donne Monteiro comme source de la version de Barbosa Machado, selon laquelle Caiado serait mort à Bemfica J'imagine qu'il s'agit de la notice biographique rédigée par le P. Manoel Monteiro pour le *Corpus illustrium poetarum lusitanorum* d'Antonio dos Reys (Cf. Mendes dos Remédios, *Hist. da Lit. port.*, Coimbra, 1914, p. 203).

(1) P. S. Allen, *Opus Epistolarum Des. Erasmi Roterodami*, t. I, Oxford 1906, p. 406.

(2) *Ibid.*, p. 452.

M. Allen (1) a cru en découvrir un autre, et voici comment. Dans une lettre à Erasme datée de Rome 30 Juin 1509, et qui contient une allusion à Christophe Fisher et à d'autres amis communs, ainsi qu'au récent séjour d'Erasme parmi eux, l'ambassadeur hongrois Pison écrit en post-scriptum: «J'attends de toi l'épitaphe de ce bouffon buveur de vin pur. Ne me manque pas de parole, je t'en prie. Des autres amis que tu as parmi les savants, tu obtiendras d'autres détails à son sujet et tu me les enverras». M. Allen, pour qui l'œuvre d'Erasme n'a pas de secrets, identifie l'épitaphe en question avec l'*Epitaphe d'un bouffon ivre* qu'Erasme publia en Septembre 1511 dans le même volume que sa *Contio de Puero Jesu*. On trouvera cette pièce au tome I des *Opera Omnia* (Leyde, 1703), Col. 1223 A (3):

«Paix, o passant, lis ces vers tout bas, comme les prêtres murmurent les paroles sacrées, de peur que le bruit ne m'arrache au doux sommeil, et que la soif ne regagne aussitôt mon gosier réveillé. C'est que je fus jadis, moi ce bouffon

---

(1) P. S. Allen, *Opus Epistolarum Des. Erasmi Roterodami* t. I, Oxford 1906, p. 454. Ep. 216, l. 41 n.

(2) *Ibid.* p. 454: «Expecto abs te epitaphia scurrulae istius merobibi. Te precor ne me fallas. Ab aliis doctis tuis amicis alia super eo impetrabis et ad me mittes».

(3) *Epitaphium scurrulae temulenti*, Scazon.

Pax sit viator, tacitus hos legas versus,
ut sacra verba mussitant socerdotes,
ne mihi suavem strepitus auferat sommum,
repetatque vigiles illico sitis fauces.
Nam scurrula hocce sterto conditus saxo,
quondam ille magni clarus Evii mystes,
ut qui bis octo lustra perbibi tota,
oculis profundus deinde somnus obrepsit,
ut fit, benigno membra quum madent Baccho.
Atque ita peractis suaviter bonis annis,
idem bibendi finis atque vivendi
fuit; sed etiam me aliquis ebrium credat
aut somniare, qui ista dormiens dicam
Vale viator, jam silenter abscede.

qui ronfle caché sous cette pierre, je fus le prêtre fameux des mystères de Bacchus: J'ai bu pendant deux fois huit lustres, puis le sommeil profond s'est insinué dans mes yeux, comme lorsque le corps est pénétré d'une heureuse ivresse. De la sorte je suis arrivé doucement au bout de cette bonne existence, et j'ai cessé à la fois de boire et de vivre. Mais on va encore croire que je suis ivre ou que je rêve, si je parle ainsi en dormant. Adieu, passant, retire-toi en silence».

Que cette *Epitaphe* soit celle que Pison réclamait à Erasme, c'est ce dont on ne peut guère douter. Mais vise-t-elle Hermicus? M. Allen considère la chose comme probable, et il faut bien reconnaître que la coincidence des dates, ainsi que les termes mêmes du post-scriptum de Pison, rendent cette hypothèse bien séduisante. Elle ne va pourtant pas sans difficultés. En effet, le récit des *Adages* ne présente pas Hermicus comme un bouffon, ni comme un ivrogne invétéré, encore que le conseil donné par Christophe Fisher s'explique surtout si l'Anglais et le Portugais avaient déjà vidé ensemble plus d'une bouteille. D'autre part l'épitaphe-épigramme ne renferme pas une seule allusion au talent littéraire du défunt: il semble que s'il s'agissait du poète auquel Béroalde et Erasme lui-même rendirent hommage, «le prêtre des mystères de Bacchus» nous serait désigné en même temps comme un inspiré d'Apollon. Enfin, même en admettant que ce bouffon ivre ait commencé à «humer le piot» aussi tôt que Gargantua lui-même, il n'a pas pu vivre moins de quatre-vingt ans, puisque ses exploits de buveur s'étendent sur «deux fois huit lustres». Or les rares données que l'on a sur la carrière de Caiado, ses rapports avec Ange Politien et avec Cataldo, le doctorat en droit qu'il prit à Padoue et le discours qu'il prononça à cette occasion le 23 octobre 1503 (1), invitent à placer dans le dernier tiers du XV^e^ siècle ses années

(1) Cf. Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, art. cit.

de formation. Si bien que, mourant en 1509, il serait mort en pleine maturité, et non pas octogénaire. Aucun témoignage de l'époque ne lui attribue une longévité exceptionnelle.

Personnellement j'incline à croire que le *scurrula temulentus* de l'épitaphe n'est pas Henrique Caiado. On peut se demander, pourtant, si Erasme n'a pas composé cette pièce d'après une première nouvelle, vague et déformée, de cette mort singulière, s'attachant au comique de l'anecdote plus qu'à la personnalité du défunt, et donnant libre cours à sa fantaisie quant à l'âge de ce dernier. Ce serait en repassant par Rome avant de regagner l'Angleterre qu'il en aurait appris plus long, probablement par Fisher. Dans ce cas l'*Epitaphe*, tout en gardant un vague lien avec la mort de Caiado, n'aurait rien d'offensant pour sa mémoire; celle-ci pourrait toujours en appeler de l'Erasme fantaisiste de l'*Epitaphe* à l'Erasme mieux informé des *Adages* et à l'Erasme louangeur du *Ciceronianus*.

Marcel Bataillon.

O CRIME E A RESPONSABILIDADE

(ESTUDO PSICO-SOCIAL)

(Cont. do vol. 75.º, pág. 627)

III

Expressão psico-orgânica da Responsabilidade

Consciência do valor moral. — Sua natureza, sua tradução psíquica e física e seu poder de *contrôle*. — Inteligência e sua função. — Medo de punição e sua influência na determinação. — Sensibilidade moral. — Sentimentos ternos. — Deliberação e execução.

Os elementos psíquicos, se assim se pode chamar, que constituem o conjunto necessário para o exercício pleno da responsabilidade como vimos nas observações atrás referidas, a consciência do valor moral, a inteligência, a sensibilidade moral, o medo da punição, os sentimentos ternos e um estado de volição, tendência activa e consciente de realização.

Estes elementos que sob o aspecto metafísico não nos oferecem carácter objectivo, se os encararmos no ponto de vista fisiológico, pelo princípio de que as manifestações de vida psíquica tem por substracto a actividade do sistema nervoso, êles nos aparecem como estados cuja constituïção, funcionamento e expressão psíquica e física são acessíveis aos nossos métodos de observação.

Assim surpreendidos, todos estes elementos afiguram-se-nos formando um bloco psico-motriz, de acção simultânea e

convergente, tendo como base a consciência do valor moral do acto estimulado pelo motivo criminógeno e como resultante o desencadeamento de fôrças, capazes de determinar-se e agir em sentido oposto ao solicitado pelo estímulo criminal.

De duas naturezas são estes elementos, sensitiva e intelectual. Há, porém, entre êles, um que pela sua dupla constituïção é por si só quási suficiente para afirmar ou infirmar a existência da responsabilidade: é a consciência do valor moral.

CONSCIÊNCIA DO VALOR MORAL

Por consciência do valor moral entende-se êste complexo psíquico que nos dá a noção do bem e do mal ou melhor, nos faz conhecer e sentir que tal ou tal acto é bom ou mau.

O conhecimento do bem e do mal é de ordem puramente intelectual. Notamos o que a êste respeito escreve Mairet: «Uma criança deve aprender que tal cousa é boa, que tal outra é má, da mesma maneira como aprende a ler e a falar». É verdade que se impõe e que não carece de demonstração.

Quer-se todavia uma prova?

É suficiente reparar no crescimento psíquico de certos idiotas. A inteligência mal desenvolvida não lhes dá senão noções muito limitadas do que é bom ou mau. Se, por exemplo, sabem que bater ou morder é mau, não dizem outro tanto da mentira. Se se pergunta a um dêles porque bater é mau, responderá simplesmente: disse-mo minha mãe, mostrando assim claramente a origem intelectual do seu conhecimento.

Se o conhecimento do bem e do mal vem da esfera intelectual, o mesmo não acontece com o sentir; o sentimento do bem e do mal repoisa — a própria expressão o indica — sôbre a sensibilidade.

As prescrições intelectuais sem a sensibilidade seriam

letra morta. Pensa Júlio de Matos (1) que: «a noção mais exacta e intelectualmente mais bem definida será impotente para produzir uma acção, se a não vivifica e anima um sentimento ou um desejo». Assim ensina igualmente A. Comte quando proclama o sentimento a *fonte normal de tôda a actividade.*

É verdade. Quando nós queremos que uma criança faça ou não uma certa e determinada acção, não nos limitamos a dizer que é boa ou má por êste ou outro motivo; repreendendo ou magoando-a, beijando-a ou dando-lhe guloseimas impressionamos dolorosa ou agradàvelmente a sua sensibilidade. Dêste modo ela realiza ou não uma acção, conforme lhe lembra prazer ou dôr. Sergi exprime a mesma coisa quando reconhece que «a idea pròpriamente dita, desacompanhada de um estado emotivo não excita à ação; para que um impulso se produza atravez das regiões motoras é necessário que exista um sentimento de prazer ou de dôr como forma emocional».

Um exemplo (2):

> Henrique é uma criança de três anos e meio; alegre e jovial, Henrique entretem-se a brincar durante o sermão; admoestam-no e êle, indiferente aos conselhos, continua a saltitar; mas assim que a mãe lhe diz com gravidade e tristeza: «Lembras-te, Henrique, que me magoas!», a criancita a estas singelas palavras volta à quietação.

Esta narração sóbria e eloqüente é, de resto, de comesinha observação. Todos nós temos visto, nas nossas casas, na nossa família casos idênticos: crianças, que não atendem a uma admoestação muito sizuda, curvam-se submissas a um simples sinal de mágua ou a um aceno de gravidade.

---

(1) Júlio de Matos. *Loc. cit.*, pág. 385.

(2) B. Perez, *L'éducation dès berceau.* Paris, 1896.

Sintoma evidente de como a sensibilidade intervem na operação volitiva de uma criança.

O mesmo dá-se nos atrofiados morais como o imbecil a que atrás nos referimos e que dizia não praticar muitas vezes actos censuráveis por a lembrança dos sofrimentos passados fazer-lhe «calafrios na espinha».

É óbvio pois que o conhecimento do bem e do mal necessita, para ser oportunamente eficaz, a coadjuvação da sensibilidade.

É sôbre êste fundo dúplice, sensitivo e intelectivo, que repoisa a primeira noção do bem e do mal.

*

Mal qual será a origem desta sensibilidade!

É, fora de dúvida, que as crianças e os imbecis morais não sentem da mesma maneira que o homem são.

Os primeiros, como se viu pelas observações anteriores, sentem que é bom ou mau, o que ao seu *eu* físico desperta dôr ou prazer, não discernindo o carácter sensitivo dum acto que não praticaram e não sentindo os sofrimentos de outrem.

É à sensibilidade física que devem a propriedade de sentir. Esta propriedade é inerente às nossas células cerebrais, em virtude da qual tôda a impressão agradável ou não deixa um resíduo, uma lembrança dispertável em momento dado.

É o que em lingüagem psicológica se convencionou chamar a memória afectiva.

Deve-se notar, diz Ribot, que êste resíduo não é a reprodução exacta da impressão, é apenas um éco palido, de feição certamente dinâmica — capaz de provocar uma sensação activa de dôr ou de prazer. Testemunham-no os imbecis morais nos quais o roubo ou o assassinato evocam uma impressão dolorosa.

Mas a criança crescendo e o cérebro desenvolvendo-se, a sensibilidade depura e afina-se a par e passo que a inteligência amplifica os conhecimentos.

Mas, se a inteligência adiantando-se, a sensibidade não a acompanha e atrofia-se, não apreciará a moralidade dos seus actos; a sua sensibilidade ficará rudimentar: conhecerá o lícito e o ilícito, isto é, o bem e o mal, mas não os sentirá. Será o *eu* físico que comandará suas lutas prevolitivas: se puder conseguir por deduções intelectuais meios que o salvem ou pareçam salvar o seu *eu* físico da pena, êle agirá duma forma cruel, indiferente aos sofrimentos sociais. É o caso do imbecil moral já referido, que praticava actos condenáveis que já lhe tinham causado sofrimento, quando presumia encontrar-se ao abrigo da lei e da pena. É o caso de Lapomerais, o médico-envenenador. É o caso de Moulinard, citado por Aubanel (1) — que havia morto um homem sob a influência de ódio antigo e ideas de perseguição, tomando precauções para não ser surpreendido, assim evidenciando que conhecia as conseqüências do seu acto.

Mas, diz Aubanel, a sua noção do mal restringe-se à permissão legal. Pela sua impassibilidade e pelas suas respostas dá provas flagrantes de que é incapaz de apreciar a moralidade do acto a que se atrevera.

É neste grupo que se recrutam os megalómanos políticos, os crimes financeiros, as *escroqueries* engenhosas, em suma, os intelectuais criminosos.

Avulta do que acabo de comentar a influência predominante do medo da punição e da sensibilidade moral nas determinações contrárias à tendência criminosa.

Nos imbecis e provàvelmente nos alienados o medo da punição é o agente exclusivo da continência criminosa. Mas é à sensibilidade moral que o indivíduo normal tira a noção

---

(1) Aubanel — *Ann. méd. psychologiq.*, Paris. 1849, t. I.

sensitiva do bem e do mal. É quem lhe faz sentir que é bom ou mau o acto que a inteligência lhe ensina ser tal.

Uma observação atenta do homem, da infância à maturação, é quanto basta para o confirmar.

A primeira noção do bem e do mal deve-se à sensibilidade inferior.

À medida que a inteligência se robustece, a sensibilidade moral vai desabrochando e fazendo sentir o que os conhecimentos intelectuais nos vão ensinando ser tal. É a consciência pròpriamente dita.

Normalmente, a sensibilidade moral desperta cedo, mas embora precoce o seu aparecimento, é lenta a amadurecer. É a razão porque a lei penal aceita a não imputabilidade antes de certa idade.

Da maturação, a sensibilidade moral tende a aperfeiçoar-se e, à medida que se enriquece e apura, nos dá a noção dêsses nobres e sublimes princípios psico-sociais como são o amor do próximo, o dever, o pudor, a honra, a liberdade, etc. que são a glória e orgulho da nossa raça.

Estas noções, de resto, em intensa variação, em cada país como em cada sociedade, que marcam a craveira intelectiva e sentimental dum homem, o nível educacional dum povo, são as que medem o grau de civilização dum país.

A honra num país civilizado não tem o mesmo valor social que num país selvagem; o assassinato, que é um crime repugnante, num país culto, é um facto aceitável entre os canibais e um acto piedoso entre os Vicianos da Polinésia.

*

Esclarecido o valor psíquico do medo da punição e da sensibilidade moral convém não esquecer que tanto o pri-

meiro como a segunda provem por transformação da mesma sensibilidade física e coexistem no homem normal, exteriorizando-se identicamente por atracção ou repulsão.

Há que constatar, porém, uma modalidade diferencial: a sensibilidade moral continua a vibrar depois do acto sob o aspecto de remorso, ao passo que o medo de punição, não. O imbecil moral sente sómente porque o seu *eu* físico padece, mas nunca por remorso.

São as duas sensibilidades em função simultânea e conjugada que nos fornecem a consciência do valor moral dum acto.

Estas sensibilidades podem dissociar-se em casos mórbidos. Um exemplo (1):

> F. é um pobre homem. Sofre de acessos maníacos intermitentes. Um dia que o acesso foi mais violento, roubou dinheiro em casa e foi gastá-lo a Montpellier. Uma vez aí, gasto o que trazia, com os *sous* restantes entrou numa casa de tabaco e vendo dinheiro na mesa, emquanto o negociante tinha as costas voltadas, meteu-o na algibeira e safou-se surrateiramente. Saindo daí, correu à sua casa e mudando de fato tornou à cidade.
>
> Infelizmente, porém, após à sua saída, o negociante dera com a falta e telegrafara logo à mulher de F. . Muito pressurosa, a mulher vem à cidade, procura-o de porta em porta e vai encontrá-lo jantando num hotel. Interrogado sôbre o roubo, êle nega; vem a polícia, continua a negar; procede-se à busca e encontra-se intacta em sua algibeira a quantia extraviada, mas.. êle insiste na negativa, só confessando quando é preso.

F. conhecia perfeitamente a natureza do acto que se propusera praticar com tôdas as precauções e tentara negar perante a iminência do castigo.

Sente a dôr da prisão, predicado da consciência inferior; poder-se há dizer, porém, outro-tanto da consciência do valor

---

(1) Mairet, *Loc. cit.*, pág. 52,

moral? «Êste homem que primou pela honestidade, diz Mairet, não tem o menor remorso do seu acto; liga-lhe tão pouca importância que ri e graceja das exprobrações da mulher. Mas, uma vez que, passado o acesso anestésico, a consciência acorda, êle arrepende-se, envergonha-se do roubo e manifesta tôda a sua repugnância pelo acto que cometera.

É um caso de anestesia moral com conservação da consciência inferior, afirmando a coexistência no indivíduo normal das duas sensibilidades e a sua dissociação nítida em casos patológicos.

A consciência do bem e do mal, ou melhor, a consciência do valor moral do acto é, pois, uma entidade psíquica resultante de dois factores: a inteligência e a sensibilidade moral.

Tôdas as vezes que num homem normal sob a acção dum motivo, um estado psico-motriz ascende à consciência, incitando-o a um acto externo, o senso mental instruindo-o e o senso moral fazendo-lhe sentir o valor moral do acto, carream-no para uma determinação positiva ou negativa em relação à estimulação externa.

A sensibilidade moral traduz-se, em geral, na consciência por uma linguagem de vibratilidade que, nem por ser muda, é menos expressiva: por uma atracção ou por uma repulsão.

Estas vibrações da sensibilidade moral, engrandecendo-se paulatinamente em intensidade, à proporção que as deduções intelectuais vão revelando, em tôda a sua côr, o quadro da fealdade do acto, entretêm uma tensão dolorosa do espírito, assoberbando a nossa sensibilidade com o medo da dôr, com o temor do sofrimento, com o receio da punição.

Desta sorte, a consciência, entrando em actividade, põe automàticamente em acção todos os argumentos de *contrôle,*

provocando uma determinação ordenada, consoante os seus ditames.

Inversamente, a ausência ou a perversão da consciência moral conduz ao crime. É o caso da louca moral que matou afogando os próprios filhos e o do imbecil C. em que a anestesia do senso moral, não obstante a integridade do raciocínio, há sido suficiente para forçá-lo a subordinar-se ao impulso delituoso. São os megalómanos e os ambiciosos políticos, para quem todos os meios são bons, assassínios, fraudes, violências, torpezas, para atingir o objectivo aspirado. Partilham desta categoria de criminosos também os perseguidos-perseguidores, os criminosos por fanatismo político e religioso. Conta Mairet o caso de um perseguido-perseguidor que pretendeu sob o impulso duma alucinação moral, matar o médico que medicara um seu filho, pelo motivo de êste lhe ter morrido. E êste *soi-disant* criminoso que manifesta os melhores sentimentos, repugnância ao crime e comiseração pelos sofrimentos de outrem, não se arrependia deste acto, porque achava justo matar o médico que *matara* seu filho!

Sob a sugestão de uma falsa idea moral pode o homem intelectualmente são praticar um crime numa inconsciência completa, não havendo, além da própria *idea* criminosa, prova alguma objectiva ou subjectiva da sua natureza mórbida.

INTELIGÊNCIA

Tenho acentuado quanto basta no decorrer dêste estudo a intervenção da inteligência na função da responsabilidade.

Dá o seu real concurso ao esclarecimento do valor moral do acto. Elabora deducções tendentes a elucidar-nos sôbre as conseqüências do acto e confrontando os *prós* e os *contras*, conduz-nos a uma determinação ou a uma indecisão.

MEDO DE PUNIÇÃO

O medo, qualquer que seja a causa que o provoque, é um elemento psíquico normal, necessário à conservação e defesa da existência. É expressão da nossa instintiva repulsa por tudo o que pode fazer perigar a vida do nosso ser. Fenómeno psíquico nascido do conhecimento dum objecto perigoso ou nocivo exterioriza-se sob a forma dum estado emocional, acompanhado de efeitos orgânicos. Constitui uma necessidade e como tôda a necessidade exige satisfação.

O estado emotivo e os efeitos orgânicos variam com a intensidade da reacção. Podendo ir no seu máximo, anormalmente, até ao desiquilíbrio e à impossibilidade de reflexão e, sob o ponto de vista motor, desde a paresia dos músculos da vida voluntária até à morte por paresia do coração, não é, no entanto, esta a forma emocional sob a qual se mostra habituàlmente.

Em geral, nos casos normais o medo de punição revela-se por um estado de consciência, caracterizado por inquietação, depressão e indecisão e do lado motor, por lassidão muscular, quebreira, erecção dos pelos, palidez da pele, secura da língua, etc.; o que arrasta um recúo das tendências despertadas pelo impulso criminógeno. Êste estado de inquietação e de depressão gera um estado de volição, capaz de procurar-lhe alívio e desenvolve fôrças psíquicas e físicas no sentido necessário.

O impulsivo suicida de Mairet pára os movimentos começados pelo medo dos castigos com que a religião ameaça os suicidas. O imbecil C... já citado, desiste de roubar quando a memória do castigo sofrido lhe faz, segundo a sua própria expressão, «calafrios na espinha».

Emquanto os motivos externos impelem o indivíduo pela

excitação e pelo aumento de energia para acção; o medo de punição, ao invez, pela irresolução e depressão, compele-o à inacção. Aos estados de consciência, despertados pelo motivo criminoso, o medo opõe um estado de consciência próprio, directamente contrário, e às fôrças activas estimuladas fôrças astenisantes ou inibitórias.

SENSIBILIDADE MORAL

No estudo da consciência do valor moral puzemos em foco a influência preponderante que tem no seu conteúdo a sensibilidade moral.

Mas não pára aí o seu papel; além da repulsão pelo mal, faz desabrochar a atracção para o bem. É a fonte fecunda e generosa dos mais nobres sentimentos altruístas, o seio abençoado donde emanam os heroísmos.

Como o medo, a sensibilidade moral constitui uma tendência volitiva que exige seja apaziguada e que se exprime por um estado psíquico e efeitos orgânicos, capazes de dar-lhe satisfação.

O estado psíquico é uma inquietação, um mal estar, aliviado quando se não sucumbe ou levado até à angústia e continuado sob a forma de remorso no caso contrário.

Mairet cita o caso de um impulsivo que descreve, como segue, a luta trágica que se trava em seu íntimo (1):

> No momento do acesso impulsivo tinha um sentimento de angústia ao nível do estômago, palpitações e dôres de cabeça com sensação de pulsações no interior do crâneo. Vejo nêste comenos um brinquedo com que as minhas filhas se entretem. Esta lembrança desperta em mim um impulso imperioso de matar uma das filhas. Ao mesmo tempo um sentimento intenso de horror me repele para traz. Com o espírito conturbado, inundado de suor, agitado e trémulo levanto e encosto-me à

---

(1) Mairet, *loc. cit.*

porta para não penetrar no quarto da filha. Ah! se soubésseis quanto sofro num desses momentos! É horrível. Ter todo o conhecimento e sentir-se arrastado a matar a filha que mais se estima, é profundamente doloroso! Eu luto... e saio a qualquer hora da noite e vou vaguear pelo campo, só tornando a casa, passado o acesso.

No homem normal dá-se com mais razão uma luta idêntica. Impelido a um acto delituoso, sofre em sua sensibilidade moral e êste sofrimento se manifesta por uma dor moral ou por sentimento de repulsão.

Este sentimento de repulsão desperta fôrças psíquicas e físicas, intelectuais e musculares, tendentes a dar-lhe satisfação; são os efeitos psico-fisiológicos da vibração da sensibilidade moral.

Não sendo satisfeito, vem o remorso. O remorso não é mais do que a continuação, depois do acto cometido, do estado psíquico próprio da sensibilidade moral ferida. É o que Pinel afirma também a propósito dum impulsivo homicida, atormentado pelo horror e remorso dum acto prestes a cometer. É o que se dá também com os lipemaníacos com auto-acusação, que sofrem em sua sensibilidade moral por actos dos quais se consideram autores. Este sofrimento se traduz por uma dor moral que pode ir desde viva inquietação até à angústia.

SENTIMENTOS TERNOS

Sob a rúbrica de sentimentos ternos agrupam-se a bondade e a piedade.

Como os demais elementos da responsabilidade constituem tendências emotivas a satisfazer e que desenvolvem estados psíquicos e orgânicos, conducentes à satisfação correspondente.

O estado psíquico revela-se por doçura, entorpecimento e confiança.

Os efeitos orgânicos são lassidão muscular e moleza.

À exaltação do tonus vital, próprio de resoluções activas, opõem os sentimentos ternos, a lassidão, a abdicação das energias activas, segundo a expressão de Bain.

*

Tais são os núcleos intelectuais e sensitivos que intervêm na deliberação consciente, conduzindo a uma vontade capaz de dar ou não realidade e execução ao impulso excitante.

Diante de um impulso criminoso numerosas representações mentais surgem no *écran* da consciência, como as bolhas de sabão que nascem umas das outras, que a inteligência classifica e selecciona e que a sensibilidade moral atrai ou repele, determinando uma polarização activa de energias num ou noutro sentido, estimulante ou inibitório da excitação inicial.

Desta sorte, o homem arrastado ao crime opõe às energias psíquicas e físicas, despertadas pelo impulso criminoso, outras energias da mesma natureza, orientadas em sentido oposto.

Emquanto as fôrças libertadas e desenvolvidas pelo motivo criminoso tendem para a sua efectivação, as fôrças inibitórias aglutinadas pela sensibilidade moral, pelo medo de punição e pelos sentimentos ternos convergem para impedil-a.

Se, em vez da convergência simultânea e oportuna das energias inibitórias, o impulso criminoso ou o morbo, actuando como uma verdadeira lente divergente, produzisse a dispersão destas energias, a sensibilidade moral, a inteligência e a vontade teriam de assistir impassíveis à realização do acto impulsionado, por incapazes de determinar-se em sentido contrário. Nos abúlicos passam-se fenómenos plenamente

conscientes, mas totalmente invertidos pela anulação mórbida da vontade, faculdade executora da consciência.

A responsabilidade é pois uma função, tendo por substracto psíquico a consciência do valor moral do acto e por determinante uma vontade orientada no sentido de realizar ou não o acto deliberado, vontade que não é a faculdade espiritual que concebem ordinàriamente os cortezãos do livro arbítrio, mas a resultante da actividade psico-motriz da inteligência e da sensibilidade do indivíduo.

(Continua).

SANTANA RODRIGUES.

ALGUMAS OBSERVAÇÕES ACÊRCA DA INFLUÊNCIA DO INGLÊS NO PORTUGUÊS E DO MAIOR VEICULO DELA — O FRANCÊS

I

Os inglesismos no português estão longe de ser excessivamente abundantes: o número dos vocábulos ingleses, intactos ou aportuguesados, em uso entre nós, é inferior, não já ao dos galicismos e espanholismos, mas ao dos italianismos — o que se explica, menos pela diversidade da família lingüística próxima, românica no caso do português, germânica no caso do inglês, que pela distância a que o nosso país se encontra da Inglaterra e pelas frustres e fugazes relações intelectuais que com ela temos tido. Isso não significa no entanto que a influência da língua inglesa sôbre a portuguesa não esteja requerendo um estudo sistemático — e para o qual esperamos que o presente trabalho, a-pesar-da sua insuficiência e modéstia, possa servir de contribuïção.

*

Não exercendo o inglês sôbre o português uma influência quantitativamente tão vasta como as três principais linguas românicas, a verdade é que nem por isso ela deixa de realizar-se nos principais domínios lingüísticos: há, àlém da mera influência lexicológica, influência gramatical, e esta, se não

tão rica de aspectos e de factos como a do francês — que é enorme em todos os campos: fonético, mórfico, sintáctico e semântico — não menor todavia que a espanhola e maior mesmo que a italiana, só, por assim dizer, vocabular.

Os anglicismos vêm para o português por via directa ou interposta. A via interposta é o francês, como fàcilmente se deduz do exame de palavras originàriamente anglicanas como *bébé, rosbife, contradança,* que a nós chegaram na forma que lhes imprimiu o país de trânsito.

Bébé, a que Cândido de Figueiredo no seu *Dicionário* dá por étimo imediato o inglês *baby,* não vem directamente dêste vocábulo, mas do francês *bébé,* que naquele assenta. E tanto assim é, que ao lado dessa forma de segunda mão, há entre nós também a imediata — *baby*, pronunciado à inglesa com ritmo grave — *beibi,* e *bàbí*, têrmo aportuguesado, de ritmo agudo. *Baby* encontra-se, por exemplo, neste passo dos *Contos,* de Fialho de Almeida: «Albertina falava baixinho, como receando acordar o *baby*» (1).

Com *rosbife* deu-se o mesmo: não provém directamente do inglês *roast beef,* mas do francês *rosbif,* e tanto que o *Dicionário* de Domingos Vieira, que aliás lhe atribue erradamente essa origem imediata, o regista na forma francesa. *Contradança* então é caso flagrantíssimo: não assenta no inglês *country-danse,* mas na forma francesa *contre danse*, que é nacionalização, por etimologia popular, da forma inglesa. As marcas dêste espécime coreográfico, sendo entre nós francesas, provam bem qual foi o veículo do vocábulo, como notou o sr. Dr. Leite de Vasconcelos nas suas *Lições de Filologia Portuguesa* (2), comentando a explicação de Cândido de Figueiredo, que inda está na última edição do seu *Dicionário,* e atribue ao vocábulo formação portuguesa — *contra*

---

(1) Lisboa, 1922, pág. 333.

(2) Lisboa, 2.ª ed., pág. 207.

mais *dança,* semelhantemente em tudo ao que fêz Littré para a forma francesa *contre-danse*. E de que êste dicionarista francês — onde Cândido de Figueiredo foi beber — andou mal avisadamente, dando a contradansa étimo diferente do inglés *country-danse*, é prova, por exemplo, êste passo, em que Hamilton, nas *Mémoires du Comte de Grammont*, diz, significando que se trocaram as dansas francesas pelas dansas nacionais, *country-danses:* «On quitta les danses françaises pour se mettre aux contredanses» (1).

Muitos outros factos há, porém, demonstrativos de que o francês é o veículo normal do anglicismo no português. Virão a seu tempo, nos logares que lhes são próprios, no plano dêste trabalho. Por agora só mais os dois seguintes:

Primeiro — o empregarem-se as formas francesas, que não as inglesas, de certos vocábulos. Tal o caso de *truc,* que a Academia Francesa admitiu nesta forma em 1878, mas que se grafa *truck* no inglês originário. Também escrevemos *rhum* à francesa, isto é, com um *h* que não tem no inglês, onde é *rum*. O *h* francês deve provir talvez do contágio de outras formas que o possuem depois do *r* inicial — casos de *rhubarbe, rhumatisme,* e principalmente de *rhume,* muito próximo gràficamente.

Ainda em *raout* empregamos a forma francesa, forma esta que, querendo representar a pronúncia inglesa, não é aliás a melhor dêsse país, que tem também *rout,* idêntica à inglesa, e até històricamente justificável por ser do francês antigo *route* que o têrmo ânglico afinal provém.

Segundo — o serem na origem anglicismos muitos dos nossos próprios francesismos. Tal o caso, por exemplo, de *comité,* do inglês *committee,* e de *boxeur* — que é substantivo formado do verbo ânglico *to box,* e é neologismo de

---

(1) Em Émile Deschanel — *Les déformatións de la langue française,* Paris, 1898, pág. 237.

sanção quási secular, visto tê-lo a Academia Francesa admitido em 1835.

Por vezes o francês exorbita do seu papel de intermediário — para fazer para nós, com prejuízo da denominação tradicional de base inglesa, exportação directa. Tal o caso em que fêz com que trocássemos em seu benefício, os nomes de *Canal Inglês* e *Canal de Inglaterra,* que nós outrora dávamos muito apropriadamente ao *English Channel*, pela denominação *Mar da Mancha,* com aportuguesamento do francês *manche* — e que a convergência com o nosso vocábulo *mancha,* significativo de malha ou nódoa, torna particularmente infeliz. Com inteira razão nota o professor Fortunato de Almeida, num artigo denominado *Nomenclatura geográfica,* publicado no *Arquivo Pedagógico* da Escola Normal Superior de Coimbra, e que tem o mérito de ser a um tempo de grande exactidão scientifica e de alto valor patriótico:

«*Canal de Inglaterra* ou *Canal inglês.* Eram estes os nomes por que antigamente se designava o canal que separa a Gran-Bretanha da França e que hoje é mais conhecido por *Mar da Mancha. Mancha* é detestável acomodação do francês *Manche,* que significa *manga,* em sentido figurado passagem estreita e comprida. Os ingleses chamam-lhe *English Channel* — canal inglês; os alemães dizem *Der Canal.* Ingleses, franceses e alemães todos dizem bem; nós, aportuguesando o nome francês, dizemos pèssimamente, e por isso convém restabelecer o nome de *Canal de Inglaterra,* usado em Portugal até há menos de um século» (1).

E é natural que a França seja para nós o grande veículo ânglico — porque é pela cabeça francesa que geralmente se pensa em Portugal: o francês é a língua que mais se estuda; livros e jornais são os franceses os que mais se lêem; viagens é a França que principalmente se fazem. Quanto ao

(1) Vol. I, n.º 4, 1927, pág. 396.

inglês, muito embora se estude nas escolas ao lado do francês, é pôsto ao lado do árabe pelo vulgo: *inglesia* ou *ingresia, algarvia* ou *aravia* são entre nós sinónimos, com o significado de língua incompreensível, e designando ainda, por evolução semântica natural — ruído, barulho, bulha, alarido, acepções que Adolfo Coelho e Cândido de Figueiredo registaram já nos seus dicionários.

Para efeito cómico é que dalgum modo recorremos ao inglês — porém, só à sua mecânica gramatical, que não à língua pròpriamente dita. No teatro empregam-se muitas vezes pronúncias e construções, em que se imitam os naturais da Inglaterra, a mascavarem o nosso idioma com tôda a sorte de sons abstrusos e erros de concordância nominal, pronominal e verbal, como é próprio de um povo que sem esfôrço realiza a sorridente idea de Eça de Queirós, na *Correspondência de Fradique Mendes:*

«Um homem só deve falar, com impecavel segurança e pureza, a lingua da sua terra: todas as outras as deve falar mal, orgulhosamente mal, com aquele acento chato e falso que denuncia logo o estranjeiro» (1).

A representação da comédia *Falar verdade a mentir*, em que há a caricatura de um anglo-saxão, levou Garrett a notar o facto dêste ser sempre scènicamente provocador de hilariedade e a vislumbrar a causa de tal facto no ser o inglês apenas feito para a Inglaterra. Eis como Garrett registou a sua observação:

«Ora porque será isto — disse eu commigo — donde vem que nos theatros do continente o inglez é hoje um caracter tão eminentemente comico, tão popular, tão seguro de fazer rir, desde a plateia às torrinhas, todas as classes da sociedade sem excepção?» (2).

---

(1) Pôrto, 1915, pág. 154.

(2) *Obras completas* de Almeida Garrett, vol. XXI, Lisboa, 1904, pág. 200.

A contrafeição lingüística que o inglês pratica maravilhosamente — e que maravilhosamente também o teatro aproveita — não passou despercebida a escritores de outras épocas. Filinto Elísio, por exemplo, havia notado o facto neste passo de uma das suas produções:

> ... Quando muito
> Fallaremos latim, como fallava
> Entre nós certo Inglez, que muitos annos
> Em Lisboa viveo e me dizia,
> Mui serio — *Mim quer vai à Rata* — crendo
> Que dava um bom puxo na lingua lusa (1).

E Ramalho Ortigão, no *John Bull,* põe um inglês, comprador dos vinhos do Douro, a dizer também mascavadamente:

«Eu comprar vossemecê quinze soberanos pipa».

Cabe inda notar que ao próprio natural de Inglaterra, quando o não consideramos bebado, — note-se Gil Vicente na tragicomédia *Exortação da guerra:*

> É capelão terrantez,
> Bom ingrez,
> Patriarcha em Ribatejo,
> Beberá sobre um cangrejo
> As guelas d'hum francez (2).

consideramo-lo exquisito ou arrevesado — note-se Camões nos *Anfitriões:*

> Que a trova trigo-tremês
> Há-de ser toda de um pano
> Que parece muito ingrês
> Num pelote português
> Todo um quarto castelhano (3).

---

(1) *Obras completas,* Paris, 1817, pág. 49.
(2) Pôrto, 1887, pág. X.
(3) Hamburgo, II, pág. 355.

Atribue-se mesmo entre nós ao natural da Gran-Bretanha tudo o que é excêntrico. A cada passo aludimos, por exemplo, ao «cavalo do *inglês*» — que se desabituou de comer, historieta, para a qual o Dr. Cláudio Basto encontrou no livro *Promenades hors de mon jardin,* de Alphonse Karr, um têrmo de comparação, que é para nós significativo, precisamente porque nêle se não encabeça, como nós fazemos, no inglês, a excentricidade:

«Il me faisait penser à ce cheval d'un avare qui mourut au moment où il commençait à s'habituer à ne plus manger» (1).

Ora vem a propósito dizer que a França é por sua vez o país sôbre o qual a Inglaterra mais influe: pela sua importância política, industrial e comercial, pela grandeza das suas instituïções liberais, pela enorme actividade desportiva a que se entrega, a Gran-Bretanha exerce sôbre o mundo em geral, mas sôbre a convizinha França em particular, influência notável — que tem naturalmente o seu reflexo filológico na adopção de muitos vocábulos e construções inglesas. É efectivamente ao idioma britânico que o francês hoje vai principalmente fornecer-se — o que tem provocado protestos mais ou menos enérgicos. Béranger disse:

Redoutons l'anglomanie,
Elle a déjà gâté tout (2).

Neste país mesmo a importação inglesa tem tradições mais longínquas que em português. Já Boisy, na comédia

---

(1) *Lusa,* II, pág. 37.

(2) Em Nyrop, *Grammaire historique de la langue française,* I, § 76.

Frivolité, havia satirizado a anglomania, que levava os franceses a porem Shakespeare acima de Corneille:

> Son transport l'autre jour était l'anglomanie;
> Rien sans l'habit anglais ne pouvait réussir;
> Au dessus de Corneille il mettait Shakespir (1).

Estes protestos contra a anglicização surdem às vezes mesmo inesperadamente, quási a despropósito — o que prova que tal facto criou fundas antipatias nos espíritos conservadores ou nacionalistas. Na comédia de Musset — *Il ne faut jurer de rien,* Van Buck indigna-se contra o anglicismo *fashionable* que pronunciara num diálogo com o sobrinho Valentin:

«Il te sied bien de faire le fashionable (que le diable soit des mots anglais) quand tu ne peux pas payer ton tailleur» (2).

A Inglaterra desempenha em relação à França o mesmo papel que esta última nação desempenha em relação a nós: o maior número de importações francesas é inglês, como o maior número de importações portuguesas é francês. E assim Viennet, lendo em 1855, numa sessão solene do Instituto de França, a famosa *Epistola a Boileau,* e insurgindo-se contra a invasão ânglica, não faz senão repetir o que entre nós havia feito Filinto Elísio numa carta contra a invasão gálica. E, para o verificar, basta um rápido cotejo. Viennet protesta:

> On n'entend que des mots à déchirer le fer:
> Le *railway*, le *tunnel*, le *ballast*, le *tender*,
> *Express*, *trucks* et *wagons*; une bouche française
> Semble broyer du verre ou mâcher de la braise.

(1) Em Nyrop, *Grammaire historique de la langue française,* I, § 66.
(2) Col. *Les meilleurs auteurs classiques*, II, pág. 63.

E noutro passo clama:

> Faut-il pour cimenter un merveilleux accord
> Changer l'arène en *turf* et le plaisir en *sport*?
> Demander a des *clubs* l'aimable causerie?
> Flétrir du nom de *grooms* nos valets d'écurie,
> Traiter nos cavaliers de *gentlemen-riders*?
> Et de Racine enfin parodiant les vers,
> Montrer au lieu de Phèdre une bonne anglaise
> Qui, dans un *handicap* ou dans un *steeple-chaise*,
> Suit de l'oeil un *wagon* de *sportsmen* escorté
> Et fuyant sur le *turf* par un *truck* importé? (1).

E Filinto Elísio havia escrito contra os pedantes e casquilhos que malsinam a língua:

> E os mais com pelas de francez *conduta*,
> De *afferes*, *rango*, *massacrar*, *ressortes*,
> *Egídio*, *populácea*, e eguaes remendos
> De mal alinhavada francezia (2).

Neste passo do mesmo autor um peralta explica porque torce as falas à francesa:

> Lemos livros de fita, e é nesses livros
> Que nós *puisamos* o falar à moda,
> No mais *charmante* tom, mais *seduisante* (3).

E nestoutro o mesmo peralvilho galipalreiro diz ridículamente:

> Eloquencia, Monsieur, tem alto *rango*
> É o *affaire* do dia, os meus *élèves*
> *Bellos espritos*, *chefes do bom gosto*,
> Tem dado à linguagem taes *nuanças*,
> Que nunca em *golpe de olho remarcárão*
> Os antigos na *affrosa* obscuridade (4).

---

(1) Em Nyrop., *obra cit.* I, § 75.
(2) *Obras completas*, I, Paris 1817, pág. 29.
(3) *Ibidem*, pág. 63.
(4) *Ibidem*, pág. 64.

Tanto o francês é a via ordinária de recepção do anglicismo que os escritores — inda os mais puristas e cultos — confundem muitas vezes êste com o galicismo.

Dois exemplos apenas: Castilho notou a respeito de *confortável* — que é anglicismo semântico, embora vindo através do francês:

«No sentido de agasalho, comodos ou aconchego é galicismo censuravel a-pesar-de já ir lavrando muito. Introduziu-o Garrett, deslembrado de que tínhamos de casa um equivalente» (1).

E Camilo Castelo Branco, nas *Noites de insómnia,* considera *desapontamento* francesismo, quando é aliás um dos poucos anglicismos que nos devem ter vindo directamente:

«*Nariz de palmo e meio* — imagem que exprime a embaçadela — ou, á franceza — o desapontamento» (2).

Já Garrett achou tão íntima a aliança do francês e do inglês no domínio da moda que criou para a expressar o vocábulo *anglogala*, que emprega neste passo de um prefácio a certa xácara do *Romanceiro:*

«Enredadora, invejosa, má-lingua, sogra emfim, sogra estreme, e puro sangue — como em estilo cigano do Jockey-club manda a moda anglogalla que hoje se diga — a sogra excita com dicterios e mentiras a bruteza estúpida de seu filho» (3).

Também alguma coisa nos vem no domínio lingüistico directamente do inglês — já por via culta, já por via popular.

O que nos chega por via culta é relativamente pouco, como fàcilmente verificará quem faça as listas dos termos ingleses encontrados em textos scientíficos e literários por-

---

(1) *Arquivo Literário*, tomo V, pág. 39.
(2) N.º 11, pág. 81.
(3) Lisboa, 1904, pág. 27.

tugueses e franceses: quem meter mãos a êsse trabalho não tarda que tenha a impressão de que sendo os anglicismos em voga no mundo culto essencialmente os mesmos nos dois idiomas, deverá ser a França — que não a Inglaterra — a sua imediata exportadora.

Não faltam, no entanto, em português, exemplos de formas ânglicas que não existem em francês, ou aí existem sob diverso aspecto. Um caso do primeiro tipo é *bote,* do inglês *boat;* e um caso do segundo é *paquete,* do primeiro elemento do inglês *packet-boat,* que em francês produziu *paquebot.* O português tem também *paquebote*, hoje termo sem quási nenhuma vida.

Por via directa popular também vem, senão muito, algo inda assim apreciável: temos anglicismos locais nas nossas ilhas adjacentes, e possuímos, sobretudo no calão lisboeta, um certo número de vozes anglicanas, devidas especialmente ao contacto dos nossos marinheiros e estivadores com os embarcadiços ingleses, e com a guarnição dos navios da armada britânica, que na Monarquia constitucional mais que na República, freqüentava as nossas águas e portos.

Há na importação do inglês, directa e indirecta, como na de qualquer outro idioma, absurdos e abusos — que ao filólogo compete pôr em evidência, sem ter no entanto a pretensão de fazer parar um movimento na essência natural e legítimo. O estrangeirismo será, como querem os puristas, um mal: mas é um mal sempre incurável, e por ventura de algum modo necessário. Não se pode condenar o têrmo importado, ao menos naqueles casos em que traduz enriquecimento da língua — tais os dos anglicismos *cheque, pudim, horsa, lugre* — porque êle é o representante de uma idea órfã de palavra indígena tituladora, e o aceitá-lo não representa senão por vezes mesmo uma homenagem de gratidão, absolutamente devida aos que com as suas criações espirituais ou materiais procuram elevar a cifra do progresso hu-

mano. Mesmo nos casos em que o estrangeirismo parece, não empobrecedor do idioma, porque de facto não empobrece nunca, aviltador ou desprezador das galas dêle — tais os dos inglesismos *reporter*, que quási matou entre nós *noticiarista* e *informador*, como no francês matou *nouvelliste*, que significava o mesmo, e *sleepingcar*, importação supérflua, porquanto o seu conteúdo se traduz perfeitamente em português pelo composto apositivo *carruagem-cama*, como no francês por *voiture-lit*, no espanhol por *coche-cama*, e no italiano por *vettura-letto* — é difícil uma condenação absoluta, visto como no primeiro caso o anglicismo veio corresponder àquele anseio — aliás tão natural em megalómanos como os portugueses — de aristocratizar a profissão exercida, e no segundo veio possibilitar a manifestação de um requinte mundano. O recurso ao estrangeirismo não é efectivamente mais muitas vezes que uma maneira de dar, às pessoas que o empregam ou às coisas que êle significa, uma elegância e distinção de que os termos da língua nacional, só porque são empregados por tôda a gente, não logram, ao menos perante certa roda fútil, senão pàlidamente colori-las.

A circunstância de explicarmos e justificarmos a adopção do estrangeirismo em todos estes casos, não quere no entanto dizer que pessoalmente a perfilhemos sempre: por nós, por exemplo, sacrificamos de bom grado o verniz de distinção que em tantos casos êle dá às pessôas e às coisas para lançarmos mão do vocábulo tradicional: inda que *toast* seja mais elegante que brinde, *clown* mais fino que palhaço, *steamer* mais aprimorado que vapor, procuramos beber pelo nosso pequeno copo a linfa pura colhida nas fontes vernáculas — aliás muito mais fecundas e vivas que se supõe, principalmente nos aspectos depreciativos ou caricaturais.

A penetrante visão popular vai — e mesmo no campo do mundanismo, tão ávido de renovação — produzindo denominações assinaladoras de inúmeros matizes e variedades.

Repare-se, por exemplo, na maneira como ela surpreende os matizes do janotismo, tendo, para a espécie de cada dia, um têrmo particular que a foca como que picturalmente: emquanto o culto para designar o janota se serve do têrmo inglês *dandy*, que apenas dá a impressão do requinte da personagem, o povo assinala as pejorativas modalidades dela com vocábulos variados, tais como: *adelaidinha*, formação metonímica semelhante a *maricas; pãozinho,* que lembra semânticamente o apodo *alfacinha*, dado aos lisboetas pela sua delicadeza de corpo e de maneiras, e o *papo-seco*, nome que talvez na origem designe o indivíduo que não bebe — o acto de não beber (entendem-se licores alcoólicos) sendo considerado neste país de beberrões como uma manifestação de desvirilidade ou de afeminamento.

Já a propósito do anglicismo mundano *snob,* Gonçalves Viana havia manifestado a idea de que o povo sabe classificar com termos portugueses tôdas as modalidades ridículas que se escondem por detrás do têrmo britânico. Dissertando acêrca de *papelão* nas *Apostilas aos Dicionários Portugueses,* diz: «Fora da linguagem cénica, *papelão,* em sentido figurado, designa o que por outras palavras se denomina *parlapatão, paparrotão, paspalho*, *papa-fina,* etc., e modernamente se diz *snob*, à inglesa; sem maior necessidade, pois ainda que muito abundantes por cá os sujeitos dêste feitio, o povo tem sabido inventar, como se vê, nomes para tôdas as espécies em que o género se reparte, e tôdas as modalidades ridículas e incómodas do grotesco tipo, tão primorosa e sarcàsticamente descritas por Guilherme Thackeray, na sua conhecida obra *The book of Snobs*» (1).

No entanto o estrangeirismo desnecessário é às vezes empregado pelos escritores mais sedentos de vernaculidade, talvez só para mostrarem que não desconhecem as leis da

(1) Lisboa, 1906, II, pág. 224.

moda lingüística — se bem que muitas vezes, quando o fazem, procurem mostrar — e nisto vai de algum modo um protesto contra a moda e um pedido de perdão para a falta cometida — que não ignoram igualmente a forma portuguesa correspondente. Um exemplo está no seguinte passo da *Boemia do Espírito,* de Camilo Castelo Branco — e em que êste escritor, havendo empregado o anglicismo intacto *toast,* se não esquece de pouco depois reproduzir a mesma idea pelo vocábulo português tradutor-*brinde:*

«Dava jantares aos rapazes da alta linha, a colmêa do Marrare do Chiado, parte dos quaes ainda vive mais ou menos pintada; e, feito o último brinde, quebrava a louça do *toast,* voltando a meza como quem ergue a tampa de um bahu» (1).

A introdução de anglicismos no português faz-se em variados domínios. Apontaremos os principais:

1) A indústria — muito especialmente a dos transportes, em que aparecem correntemente inglesismos intactos, como *break, dog-cart, rail, sleeping-car, tender, tilbury, tramway;* e palavras anglicanas aportuguesadas, como *expresso, túnel, vagão,* provenientes respectivamente de *express, tunnel,* e *wagon.*

2) O comércio — nos seus vários aspectos e campos, possue anglicismos intactos, como *stock, drawback* e anglicismos aportuguesados, como *cheque* e *actuario* de *check* e *actuary.*

3) O desporto — nas suas várias modalidades, apresenta anglicismos incólumes, como *cricket, lawn-tennis, jockey, match* e anglicismos adaptados, como *revólver, futebol,* de *rewolwer* e *foot-ball.*

4) A marinha — em que há, como é natural, dada a circunstância da Inglaterra ser a detentora da maior armada do

---

(1) Pôrto, 1886, pág. 11.

mundo, bastantes vocábulos ânglicos, uns intactos como *steamer*, outros aportuguesados como *hiate*, de *yacht*, *doca* de *dock*, *gurupés*, de *bow-sprit*.

5) A política — em que há também bastantes vocábulos ingleses, usados no geral intactamente, como é o caso de *leader*, *speaker*.

6) O direito — em que aparecem inglesismos intactos, como *bill*, e adaptados, como *juri*.

7) O jornalismo — com anglicismos, como *interview*, *reporter*.

8) A vida social — em que há bastantes termos ingleses intactos, como *lock-out*, *meeting*, *speech*, *toast*.

9) O mundanismo — em que há inúmeros anglicismos, no geral intactos, tais como *clubman*, *dancing*, *garden-party*, *footing*, *raout*, *select*, *smart*.

10) O teatro e a dansa — com vocábulos ânglicos intactos, como *clown*, *girl*, *music-hall* e *cake-walk*, *fox-trot*, *one step*.

11) A culinária — em que há abundantes anglicismos intactos e adaptados, como *coke*, *pickles*, *punch*, e *bife*, de *beef*, *lanche*, de *lunch*, *pudim*, de *pudding*, *queque* de *cake*.

12) O vestuário — em que são correntes anglicismos incólumes, como *smoking*, *water-proof* e aportuguesados, como *oxeforde*, de *Oxford*, *cheviote* de *Cheviot* — ambos nomes próprios em inglês, o primeiro da cidade fabricante, o segundo das montanhas povoadas pelos carneiros produtores da lã de que o tecido se faz.

13) As sciências — e nas de campo subjectivo, como nas de campo objectivo. A psicologia experimental, por exemplo, usa da palavra *test*, para traduzir uma prova de exame hoje escolarmente imprescindível; a agronomia, por exemplo, usa do têrmo composto *dry-farming* para significar o que entre nós pode chamar-se *cultura de sequeiro;* e a geografia adoptou *iceberg* para designar a montanha flutuante de caramelo. Podia notar-se que por vezes os nomes ânglicos que topamos

no mundo scientífico são derivações de nomes próprios pessoais e locativos, feitos por meio de sufixos técnicos especiais. Tal o caso de *widdringtonia*, de *Widdrington*, têrmo botânico designador de certo género de coníferas, e *warwicite*, de *Warwick*, têrmo mineralógico designador de certa variedade de óxido de manganés.

É claro que mesmo fora dêstes domínios o anglicismo é encontrável: um caso está em *detective*, palavra do campo policial, e outro em *water-closet*, vocábulo do campo da decência. Ele surge em tôdas as formas da actividade humana, como em todos os ambientes sociais: na vida lícita e honesta — caso de *bar*, *groom*, como na indigna e ilegítima — caso de *pick-pocket*, *truck*; nas esferas sociais elevadas — caso de *baby*, *spleen*, como no populacho de viela — caso das adaptações *naifa* e *chumeco*, respectivamente de *knife* e *shoemaker*, que são correntes na língua verde de Lisboa.

(Continua).

João da Silva Correia.

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 12$00

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15$00

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6$00

Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4$50

Notícia sôbre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3$00

Memórias de Castilho, por Júlio de Castilho. Vol. I ..... 20$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra,* sociedade scientífica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos acompanhados do retrato e fac-símile da assinatura dos autores e na língua por êles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números.....	25$00
Número avulso	10$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto,* Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 76.º

4.ª SERIE — VOLUME 5.º

NÚMERO 2

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1928

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Conde de Felgueiras — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Pôrto antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão, A. D. B. N. L. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, D. F. L. U. L., D. G. E. S. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L., D. G. S. — Prof. M. de Sousa da Câmara, D. I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, D. da Secção de Sciências Físico-Químicas da U. C.

SUMÁRIO

A famosa cidade de Liampó segundo Fernão Mendes Pinto e a verdade histórica, por L. da Cunha Gonçalves 113
Os pretéritos com redôbro, por C. M. Soares de Azevedo 120
O crime e a responsabilidade. (Estudo psico-social), por Santana Rodrigues 131
O doutor Brotero, por A. Botelho da Costa Veiga..... 149
Algumas observações acêrca da influência do inglês no português e do maior veículo dela — o francês, por João da Silva Correia . 167
Do teatro na literatura indo-árica, por Bernardino Garcias..... 200
Subsidios para a Historia da musica em Portugal, por Sousa Viterbo..... 217
Vária..... 237
Livros recebidos..... 239

A FAMOSA CIDADE DE LIAMPÓ SEGUNDO FERNÃO MENDES PINTO E A VERDADE HISTÓRICA

No meu estudo intitulado «*Camões não esteve em Macau*», publicado recentemente nesta Revista, referindo-me aos primeiros estabelecimentos dos portugueses na China e à feitoria de **Liampó,** prometi demonstrar que era falsa a descrição que desta povoação nos faz, nas suas *Peregrinações*, o célebre aventureiro *Fernão Mendes Pinto*. Seria isto, talvez, desnecessário; porquanto, em todos os tempos, muitas das asserções consignadas nas *Peregrinações* foram havidas, umas como falsas e fantasiadas pela ardente imaginação do seu autor, outras como exageradas desmarcadamente, donde veiu o trocadilho de «*Fernão Mendes? Minto*», ou «*Fernão Mentes Muito*».

Modernamente, porém, passou-se a outro extremo. Os historiadores reputam-no digno de inteira fé, sem sujeitarem os seus dizeres à indispensável contraprova. O romancista sr. Manuel Ribeiro, no seu livro «*Colina sagrada*», até o declara *plenamente reabilitado!* Mas, para vermos que tal reabilitação não é possível, bastará examinar o que o dito Fernão Mendes Pinto nos deixou narrado acerca da dita cidade de **Liampó**.

Diz êle que esta cidade portuguesa era *a mais nobre, rica e abastada de quantas havia em tôda a Índia, e em tamanho em tòda a Ásia*, tendo capitão residente em terra, afóra os das naus de carreira, que iam e vinham, e onde

havia alcaides, vereadores, almotacés, ouvidores, juizes de seis ou sete varas de justiça, quatro tabeliões de notas, cujos ofícios, assim como os de escrivães, se compravam por 3.000 cruzados e até por muito mais; dois hospitais e casa de Misericórdia, em que se despendiam 30.000 cruzados por ano, tendo a Camara 6.000 cruzados de renda; e habitada por 3.000 vizinhos, dos quais 1.200 eram portugueses e os mais gente cristã de diversas nações, que exerciam o culto em seis ou sete igrejas, sendo a matriz da invocação de Nossa Senhora da Conceição e tendo outra por orago Sant'Iago — cidade essa que, devido aos crimes dum português chamado *Lançarote Pereira* foi completamente destruída pelos chineses, que mataram e queimaram vivos 12.000 cristãos, dos quais 800 portugueses, destruïção de que Fernão Mendes Pinto diz ter sido *testemunha de vista* e ter ocorrido em 1542, sendo vice-rei da Índia Martin Afonso de Sousa e capitão de Malaca Rui Vaz Pereira Marramaque...».

Tudo isto, porém, não passa de uma série de exagêros, falsidades e mistificações, como tantas outras com que êsse aventureiro recheou a narrativa das suas *Peregrinações*, mistificações que foram, decerto, motivo de os seus contemporâneos não darem crédito nem mesmo ao que êle alegava de verdadeiro e relevante, sendo-lhe recusada tôda e qualquer remuneração aos «grandes serviços» que dizia ter prestado à Nação, a-pesar-das cartas de recomendação, que trouxe, do governador Francisco Barreto, — o suposto perseguidor de Camões, — e a-pezar-de uma teimosa solicitação *durante quatro anos e meio*, junto da raínha D. Catarina, regente na menoridade de D. Sebastião, e dos seus ministros, como êle próprio confessa no final da sua obra.

Na verdade, em 1.º lugar, Fernão Mendes Pinto não podia ter sido *testemunha de vista* da destruïção da fantasiada cidade de Liampó, em 1542, poisque êle próprio, além

de não nos dizer como é que conseguiu escapar *entre mortos e feridos,* nos declara que, nesse ano e até depois dêsse ano, essa cidade existia, não a tendo êle, porém, visto desde Maio de 1542 até 1547.

Com efeito, segundo a sua narrativa anterior, Fernão Mendes Pinto dera os seguintes passos: Partira para o Oriente em 11 de Março de 1537 (cap. II); e, depois de ter estado em Ormuz e alguns pontos da Índia, partira para Malaca na nau de Pero de Faria, que fôra então nomeado capitão desta praça, aonde chegara em 5 de Junho de 1539. De Malaca embarcara para a China em 1540, num navio do pirata português António de Faria (cap. 114.º).

Esteve nêsse mesmo ano na ilha de Ainão (1540), mas só em princípios de 1542 chegou a Liampó, onde os portugueses receberam ao seu amigo António de Faria com solenissimo *Te-Deum,* estrondosas festas profanas, arcos de triunfo, bandeirolas, etc., etc., o que, evidentemente, eram demasiadas e até incríveis honras prestadas a um corsário! Partiu de Liampó, que ainda deixou inteira, em 14 de Maio de 1542, (cap. 71.º), naufragou em 5 de Agôsto dêsse ano nas costas da China, sendo preso e levado a Nankim e daí a Pekim, onde continuou preso até 10 de Janeiro de 1544, sendo em seguida degredado para *Quansi (Kwang-si)* — onde esteve até Julho dêsse ano (cap. 115.º e 117). Nesta época, foi a China invadida pelos Tártaros; e, tendo sido libertado pelo respectivo rei e comandante das tropas, Fernão Mendes Pinto partiu, em 9 de Maio de 1545, para a Cochinchina, na companhia dum embaixador dêsse rei dos Tártaros (cap. 126).

Dali, novamente embarcou para a China, com meia duzia de portugueses, tendo desembarcado em Sanchoão, em 12 de Janeiro de 1546, passando dessa ilha à de Lampacau, onde esteve em completa miséria, metido no mato dessa ilha deserta, até que surgiu ali um pirata, derrotado por uma armada chinesa, com o qual pirata andou embarcado à aventura,

tendo sofrido uma tempestade que os lançou nas costas de uma terra desconhecida, que depois soube ser a ilha de Tunixuma, do Império do Japão (cap. 132.º). Dessa ilha passou a Fucheu, onde esteve algum tempo, e dali no navio do mesmo corsário ou pirata chinês, novamente partiu, em 1547, para Liampó, onde anunciou aos seus compatriotas a *descoberta do Japão* e lhes revelou as riquezas dêste país, — notícia que foi logo celebrada com uma soleníssima procissão, etc. (cap. 137.º). As riquezas do Japão de tal modo excitaram as cobiças dos portugueses e chineses de Liampó, que muitos dêles açodadamente embarcaram para aquêle país, em 9 juncos, indo num dêstes êle Pinto; mas, colhidos por furiosa tormenta, naufragaram e pereceram quási todos, salvando-se êle Pinto e mais meia duzia, os quais, após mil perigos e peripécias, ainda em 1547, das remotas ilhas de Léquio tornaram a embarcar para Liampó, que êle encontrou na costumada prosperidade (cap. 142.º). É, pois, evidente que não podia ter sido destruída em 1542 uma cidade que existia ainda em 1547; e não tendo ela sido destruída até Maio de 1542, Mendes Pinto não a viu mais nesse ano.

Em 2.º lugar, porém, se Liampó era povoada só por 3.000 vizinhos, manifestamente não podia ser *a cidade mais nobre, rica e abastada e a maior de quantas havia em tôda a Ásia,* ficando assim a perder de vista as famosas cidades de Bagdad, Teheran, Delhi, Agra, Pekim, etc. e as cidades portuguesas de Goa, Malaca e Ormuz! Tal cidade *não podia ter existido: a*) porque os chineses não consentiriam *nessa época* a construção dela no seu território, pois mesmo as simples relações comerciais com os portugueses eram entaboladas com mal disfarçadas desconfiança e aversão; de tal sorte, que o primeiro embaixador português Tomé Pires e quási todo o seu séquito haviam sido trucidados, pouco depois do seu desembarque, com o mesmo Fernão Mendes conta no cap. 116.º; — *b*) porque, não tendo os portugueses conse-

guido ainda, em 1542, dar um tal esplendor à cidade de Goa, que era a capital do seu império oriental, como já o fôra de alguns famosos reinos antigos, *signanter* o dos Kadambas, e porisso já encontraram em notória prosperidade, — nem a Malaca, que era o centro do seu poderio no Extremo-Oriente, e onde exerciam efectiva soberania, era impossível que erguessem, e demais sem auxílio algum do govêrno ou dos vice-reis, em território estrangeiro, em meia duzia de anos, uma tal cidade; — *c*) porque os documentos coevos provam, — como já demonstrei no meu estudo camoneano atrás referido, — que, até 1557, os portugueses só haviam logrado estabelecer feiras temporárias nas ilhas desertas do litoral chinês, em barracas de côlmo, que eram queimadas quando, terminadas as feiras e a monção, êles se retiravam para a Índia; — *d*) porque nenhum cronista sério, nenhum documento oficial ou particular, nenhum outro viajante contemporâneo, designadamente Leonel de Sousa, faz referência a tal cidade portuguesa, nem a tão catastrófica destruïção dela. Fr. Gaspar da Cruz, que viajou pela China poucos anos depois, mas ainda no tempo de Fernão Mendes Pinto, (1555) e cujo livro foi até impresso em Portugal antes das *Peregrinações*, diz apenas que «os portugueses *invernavam em Liampó*, onde estavam tanto à sua vontade, que *só lhes faltava terem fôrça e pelourinho*». Ora, a palavra «*invernavam*» só significa que se conservavam ali com os seus navios fundeados emquanto durasse a monção, que lhes impedia a navegação para Malaca e Goa; «*não ter fôrça e pelourinho*» equivale a dizer que *não tinham município e tribunais.*

Habitar numa cidade própria, tal qual Mendes Pinto a descreve, é alguma cousa mais do que *invernar.*

Fr. Gaspar só narra que os portugueses foram *expulsos de Liampó em 1548,* mas não se refere a chacina alguma, nem a destruïção de qualquer cidade.

Em 3.º lugar, se os habitantes de Liampó eram só 3.000

vizinhos entre portugueses e gente de outras raças, não se percebe como é que ali foram mortos 12.000 cristãos, dos quais, tendo sido 800 portugueses, 11.200 seriam asiáticos convertidos! Tão grande número de cristãos, porém, não havia, então, em tôda a Ásia e não podiam estar aglomerados em Liampó! Na própria cidade de Goa, e nas ilhas vizinhas desta, onde a cristianização portuguesa principiou, não havia ainda 7 igrejas em 1542 e não haveria mais do que umas dezenas de cristãos indígenas, pois as conversões só se activaram após a fundação do Colégio de Santa Fé, onde eram recolhidos os órfãos, e depois das prègações de S. Francisco Xavier, no período decorrido de 1541 a 1552, e em especial durante o govêrno de D. Constantino de Bragança, isto é, depois de 1560, tendo sido o 1.º Arcebispo de Goa, D. Gaspar de Leão Pereira, quem fêz, em 1561, o primeiro solene batizado de um numeroso grupo de catecúmenos, cêrca de 400, — facto que *nunca dantes sucedera*, — dizem os cronistas, — catecúmenos educados desde infantil idade no Colégio de S. Paulo, por efeito das Cartas régias de 23, 24 e 25 de Março de 1559 (V. o meu livro *A Catedral de Goa*). No Extrêmo Oriente foi o mesmo São Francisco Xavier, quem, com muitas dificuldades, iniciou a propaganda da religião cristã, da qual ficaram raras sementes no Japão e nas Molucas, entre os anos 1550 e 1552, não tendo êle conseguido jámais penetrar na China! Dez anos depois, ou seja em 1562, o jesuita João Baptista do Monte escrevia: «Quanto aos homens desta terra, *id est* Chins, achámo-los mui alheios da nossa Santa Fé, porque *até agora nenhum fruito fizemos neles*». Donde é que surgiram, pois, os 12.000 cristãos mortos afóra os que se salvaram, em Liampó, no ano 1542, isto é, vinte anos antes?

Em 4.º lugar, para haver vereadores, alcaides, almotacés, etc. seria preciso que existisse um município, o qual dependia da prévia concessão dum Foral, como sucedeu em

Goa, Damão, Diu e Macau, foral que não se encontra mencionado, nem nos registos oficiais, nem pelos cronistas.

Manifestamente falsa é, sobretudo, a menção de 7 varas de justiça, 4 tabeliões, Provedor de defuntos, etc. No próprio Estado da Índia, ou seja, na capital do império luso-asiático na cidade de Goa, em 1542, havia um só Ouvidor geral do cível e do crime, tendo por subordinados dois juizes ordinários electivos. Nem mais magistrados exigia o limitado movimento forense daquela época. De igual modo, em Macau houve, até aos princípios do século XIX, um só Ouvidor, como ainda hoje existe um só Juíz de Direito, a-pezar-de ter aumentado muito a sua população. Mas, Goa e Macau eram território português; e Liampó nunca o foi!

¿Qual a necessidade de 7 varas de justiça, numa povoação de 3.000 vizinhos, se nessa época e mesmo até princípios do século XIX, nem a cidade de Lisboa os tinha?

Em 5.º lugar, pura fantasia é a menção de Misericórdia e 2 hospitais, com receitas e despesas fabulosas. Antes de 1542, só na cidade de Goa havia Casa de Misericórdia, fundade em 1515 pelo grande Afonso de Albuquerque. Nêsse mesmo ano 1542 foi fundada a Misericórdia de Diu, por D. Bernardim da Silva, como se lê no epitáfio dêste ali existente. E posteriormente foram criadas mais 25, em diversas cidades do Oriente, tôdas havidas como filiais da de Goa, (como consta da respectiva história documentada e já publicada), sendo a de Macau a mais moderna delas, fundada pelo bispo D. Belchior Carneiro, entre 1575 e 1580, e independente já da Casa de Misericórdia de Goa. Mas, ninguém na Índia deu fé, jámais, dessa Misericórdia de Liampó. E, sendo certo que sòmente na cidade de Goa havia um hospital, um só, não os existindo nas outras cidades portuguesas daqueles tempos, nem mesmo em Macau, onde só em 1578 foi um fundado pelo dito bispo, como é que haveria *dois hospitais*

em Liampó, — numa época em que eram poucos os recursos e raros os médicos ou cirurgiões no Ultramar?

Depois disto, só nos resta pasmar perante a naturalidade e impertérrita segurança com que Fernão Mendes Pinto nos descreve como *por êle vistas* cousas que não existiram, nem podiam ter existido, por impossibilidade histórica, económica e política. E por esta amostra podem ser aferidas muitas outras descrições das cidades e países que êle diz ter visitado ou aos quais diz ter chegado pelo méro acaso dos seus numerosos naufrágios, aprisionamentos, escravidões e deportações. As asserções de Mendes Pinto têm de ser, pois, rigorosamente joeiradas, sendo aproveitadas para a história e a geografia sòmente as que sejam confirmadas por outros elementos de investigação. Deve notar-se, sobretudo, que não foi Fernão Mendes Pinto quem descobriu o Japão, *em 1547*, como êle falsamente conta, pois o Japão era já conhecido dos portugueses *desde 1542*, como se declara na *Relação do principio que teve a cidade de Macao*, — códice da Biblioteca de Évora, citado no aludido meu estudo camoneano, o que foi recentemente confirmado pelos japoneses, quando inauguraram o monumento comemorativo do desembarque dos portugueses na ilha de Tanegasima.

L. da Cunha Gonçalves.

OS PRETÉRITOS COM REDÔBRO

O artigo que segue é um pequeno estudo apresentado na Faculdade de Letras de Lisboa como trabalho escolar exigido pelo regulamento vigente.



C. M. SOARES DE AZEVÊDO

Um amigo que muito prezo aconselhou-me a publicá-lo, depois de obtida a necessária autorização do professor catedrático a quem tinha sido entregue aquele ensaio filológico. Ora o Ex.^{mo} Senhor Doutor Gustavo Cordeiro Ramos, muito ilustre professor da secção de Filologia Germânica daquela Faculdade, não só me concedeu a licença pedida, mas ainda me deu conhecimento de que as hipóteses apresentadas por mim como remate daquele trabalho já constituíam o objecto de duas teorias, por mim desconhecidas, formuladas na Alemanha. Aqui lhe deixo consignado o meu reconhecimento por me ter facultado a consulta do valioso livro do *Dr. C. Karstien*, «Die reduplizierten Perfekta des Nord — und Westgermanischen», (Giessen, 1921), onde vem historiado e largamente analisado êste problema que êste autor também tenta solucionar.

Do confronto das hipóteses por mim formuladas com vá-

rias teorias que ali encontrei (sobretudo a de *Wilhelm Scherer* sôbre o acento e a de *Richard Loewe* sôbre a haplologia), resultou para mim o convencimento de que a minha escassez de conhecimentos filológicos (principalmente na parte bibliográfica) me fizera perder precioso tempo na elaboração de hipóteses que, já há largos anos, outrem formara sem eu o saber.

Como consolação, fica-me apenas a lembrança de que, se, neste assunto, pensei erradamente, o mesmo já tinha sucedido a filólogos tão ilustres como Richard Loewe e Wilhelm Scherer.

E, visto que, a-pesar-de tudo, êste problema nunca foi tratado em português (que eu saiba), publico êste despretencioso estudo tal qual o concebi, pois a engenhosa teoria de Karstien *(Funktionslosigkeit)* não me parece a melhor, a que todos esperamos, a definitiva.

*

No tempo em que tive de travar conhecimento com o latim, topei logo nesta língua com um facto que me atraiu a atenção, despertando em mim o desejo de lhe conhecer a origem: — eram os pretéritos com redôbro. Achava curiosa e singular a existência das formas *cĕcĭdī*, *cĕcīdī*, *mŏmordī*, *cŭcurrī*, etc. a par de *cădo*, *caedo*, *mordeo*, *curro*, etc.

Mas os anos passaram, e novas necessidades e outras aspirações vieram preocupar-me. Contudo cá dentro ficara o gérmen daquele desejo e, quando, nos meus estudos posteriores, se me deparou a primeira alusão a verbos com redôbro nas línguas germânicas, novamente aquele desejo me tomou, desenvolvendo-se e assumindo forma nítida. E, ao ver que a lei me forçava a apresentar um trabalho escrito sôbre «Gramática comparativa das línguas germânicas»,

lembrei-me de escolher para tema os pretéritos com redôbro.

Folheei, consultei, li os vários livros de que pude lançar mão. Mas, infelizmente, nem as obras de Brugmann, Wilmans, Meillet, Victor Henry, Ernout, Lindsay, Riemann, Curtius, nem mais alguns compêndios que pude ver me satisfizeram aquela pretensão. Todavia, depois de repensado o que a êste respeito li e de confrontado com factos de observação corrente, ficaram-me no espírito algumas noções que não julgo completamente erróneas e que passo a expor aqui.

*

Nos tempos remotíssimos em que o Indo-europeu era a língua dêsse povo que, multiplicando-se e fraccionando-se, veio, no transcurso dos séculos, a cobrir a Europa e grande parte do continente asiático, a reduplicação das palavras para exprimir modalidades da mesma ideia devia ser um *processus* lingüístico favorito.

Ainda hoje se observa a formação onomatopaica de inúmeros vocábulos por juxtaposição ou aglutinação de sílabas iguais ou semelhantes. Alguns exemplos: port. *cochichar;* cast. *cuchichear;* fr: *chuchoter;* it. *bisbigliare;* ingl. *tittle-tattle;* al. *Kuckuck;* ingl. *cuckoo;* fr. *coucou;* port. *cuco.*

E até várias funções gramaticais são desempenhadas do mesmo modo, como se verá nas seguintes formas do português popular e dialectal, algumas das quais (v. g. a repetição do adjectivo) também se encontram no literário:

a) Formação do plural dos substantivos: *senhor senhor* (nos dialectos crioulos de Cochim e de Java); *tud criang-criang* (no dialecto crioulo de Mangalor); *nhônhanhônha* (<> *senhora-senhora*); e, por dissimilação, *nhônhônha* (no dialecto de Macau). (V. Dr. J. Leite de Vasconcelos, «Dialectologie Portugaise», pp. 171, 173, 180 e 182).

b) Gradação dos adjectivos: *lindo, lindo* (<> *muito lindo*), «*Eram brancas, brancas, brancas*» (*Garrett,* «As minhas asas»). Cfr. *bombom* (< fr. *bonbon*), actualmente já substantivo, mas que tem a mesma origem.

c) Iteração da acção que os verbos exprimem: *Êle bate, bate, bate* (ou *Êle bate que bate*), *sem que lhe abram a porta.*

Ora estes mesmos fenómenos se notavam já no Indo-europeu (Cfr. sânscrito *priyás-priyas*, muito caro; lat. *mē mē*, precisamente eu; antigo alto alemão *selbselbo*, pròpriamente o mesmo); e é fácil de conceber que a repetição da forma verbal adquiriu novas significações, passando de iterativa a intensiva e, em alguns verbos, a designativa de vários tempos, sobretudo do Pretérito.

Assim, ainda podemos ver no grego alguns vestígios de redôbro no Presente e até no latim. Ex.: Gr. δί-δω-μι, dou (tema do presente δι-δο < tema puro δο), τίθη-μι, ponho (tema do presente τι-θε < tema puro θε, achando-se a aspirada substituída pela surda correspondente, porque, no redôbro, o grego evita a união imediata de duas sílabas que comecem por aspirada), e ἵ-στη-μι, coloco (tema do presente ἱ-στα por σι-στα, pois o σ inicial antes de vogal transforma-se em *espírito áspero;* cfr. latim *sisto*); lat. *gi-gn-o* por *gi-g(ĕ)n-o*, gerar, *si-st-o* por *si-st(ă)-o,* fazer parar, *sĕ-ro* por * *si-s(ă)-o*, semear (com o *s* mudado em *r* pelo rotacismo intervocálico). Cfr. também gr. μορ-μύρω, murmurar borbulhando, lat. *mur-murāre*, e gr. δι-δάσκω, ensino (tema do presente δι-δαχ), lat. *disco* por * *di-dc-sco*, verbo curioso porque sofreu novo redôbro no Pretérito (gr. δε-δίδαχ-α, lat. *dĭ-dĭc-ī*), o que prova ter já desaparecido a consciência do redôbro primitivo, numa ocasião em que ainda tinha vitalidade a reduplicação como meio de formação do Pretérito.

A passagem a *intensiva* da significação *iterativa* do redôbro, nota-se bem confrontando a locução portuguêsa *puxa*

que puxa com a já citada *bate que bate*. Quando se diz «*Êle puxa que puxa, mas não segura o barco*», não se quere significar que se puxa repetidas vezes, mas que se puxa fortemente, *intensamente*.

A adquisição do sentido de pretérito por meio do redôbro seria talvez devida a considerar-se, ao princípio, a repetição do radical do verbo como indicativa do Presente Perfeito (ou Pretérito Indefinido, como vulgarmente se diz), passando por fim a Pretérito Perfeito. Assim, o Indo-europeu * «*egóm skait-ō skait-ō*» (índico antigo *ci-chēda*, latim antigo *scĭ-(s)cĭd-ī* [< *scindo;* cfr. gr. σχίζω, fendo], gótico *skaí-skai*th) significaria primeiramente «*tenho fendido*» e, em seguida, «*fendi*». Depois, ter-se-ia mantido a desinência pessoal apenas na última forma * «*egóm skait-skaitō*», perdendo-se em seguida a consoante final da primeira sílaba e alterando-se o timbre e a quantidade dos fonemas vocálicos desta, como pode ver-se nas supra-citadas formas do grego, do latim e do gótico.

Mas o sentido da independência da sílaba do redôbro não se perdeu no Indo-europeu, pois em documentos de línguas muito próximas dêle (sânscrito e grego) ainda aparecem vestigios disso, como, por exemplo: *a*) a incidência simultânea do acento nas duas partes do verbo (sânsc. *bál-balíti*); *b*) a oscilação do acento que ora recai numa ora noutra sílaba sânsc. *da-dhītá* e *dá-dhīta*); *c*) a variação na quantidade da sílaba final do redôbro (sânsc. 3.ª pes. sing. *bhárī--bharti*, 3.ª pes. pl. *bhárĭ-bharti;* gr. de Homero δη-δέχαται, que em *Curtius* aparece erròneamente ortografado δειδέχαται, iónico moderno ἐδέχθην); etc.

Todavia o acento em Indo-europeu, a-pesar-de ser realmente *tónico*, isto é, *musical*, alguma acção exercia sôbre as sílabas postónicas; e, quando recaía na sílaba do redôbro, provocava o enfraquecimento da sílaba imediata, sobretudo quando se lhe seguiam certas desinências pessoais. Daí, en-

contrarmos em regra o *grau reduzido* no plural do Pretérito, emquanto o singular dêste tempo nos apresenta o grau *o*. É o que se observa no Pretérito reduplicativo grego μέμονα (1.ª pes. sing.) e μέμαμεν (1.ª pes. pl.) <μέμη-μεν. Também do confronto do lat. *stĕ-tĭ-mus* com o gr. ἔ-σταμεν, parece poder concluir-se que nestas formas havia o mesmo *grau reduzido*.

Ora, emquanto dêste modo a estrutura do Pretérito reduplicativo se ia alterando no Indo-europeu, por outro lado a deslocação do acento da sílaba do redôbro fazia enfraquecer esta, que passava a ser considerada como simples prefixo (v. g. Indo-eur. * *de-dorke*, sânsc. *dadárça*, gr. δέδορκε; cfr. lat. antigo *cecurri*, *memordi*, posteriormente *cucurri*, *momordi*, por assimilação) que, pela conhecida tendência haplológica (cfr. lat. *idolatria* por * *idolo-latria*), se sincopava quando se lhe antepunha outro prefixo. Por isso no latim clássico, nos aparecem *concurri*, *incurri*, *impĕgi* (Presente, *impingo*), a par de *cucurri* e *pĕpĭgi* (Presente, *curri* e *pango*). E depois, por analogia, deu-se a queda da sílaba inicial dos Pretéritos reduplicativos até em alguns verbos simples. É assim que ainda no latim antigo existiam as formas *scĭcĭdi* (Presente, *scindo*) e *tĕtŭli* (Presente, *tollo*), encontrando-se vestígios da última no latim clássico *attŭli* (<*at-tĕtŭli*) e *rettŭli* (<*re-tĕtŭli*).

Contudo, ¿como explicar a manutenção do redôbro em alguns verbos, paralela à queda dêste noutros?

Seja-me permitido transcrever as seguintes palavras de *Lindsay* em «A Short Historical Latin Grammar» (p. 114) que sintèticamente expõem os três modos de formação do Pretérito dos *verbos primários* em Indo-europeu:

«Although the I.-Eur. Perfect had as a rule a Reduplicated stem, there were a few Unreduplicated Perfects, e. g. woid-, the Perfect-stem from the root weid-, 'to see, know' (Greek οἶδα represents the Active, Lat. *vīdī* the Middle), *sēd-*, the

Perfect-stem from the root sĕd-, 'to sit' (Lat. *sēdī*). In the second example the raising of the root-vowel from ĕ to ē seems to take the place of Reduplication, parallel to which we find in Latin *pēgi* (beside *pĕpĭgi*), *lēgi* (root *lĕg-*), *ēgi* (root *ag*) and the like. But undoubtedly the original Perfect-type had Reduplication, and most apparently Unreduplicated Perfects in Latin like *tŭli, scĭdi* were Reduplicated at an earlier period of the language, and lost their Reduplication first in Compounds under the Early Accent Law, then by analogy in the Simple Verb also».

Havia, portanto, no Indo-europeu:

a) *Pretéritos reduplicativos* que eram os mais abundantes;

b) *Pretéritos apofónicos* com o grau *o* (v. g. *woid-* -<√*weid-*);

c) *Pretéritos com alongamento* da vogal do Presente (v. g. *sēd-*<√*sĕd-*).

Porém, com o decorrer do tempo, estes três modos de formação do Pretérito influenciaram-se recìprocamente disso resultando, num dado período daquela língua, a existência de mais as seguintes variedades:

d) *Pretéritos reduplicativo-apofónicos;*

e) *Pretéritos reduplicativos com alongamento;*

f) *Pretéritos apofónicos com alongamento.*

Ora, ao lado dêstes seis modos de formação do Pretérito, ainda surgiu outro, o dos *verbos derivados* que resultavam da aposição, a temas nominais, de sufixos próprios seguidos das desinências pessoais.

Esta complicação inútil havia de forçosamente ser dominada pela tendência para a simplificação e regularização que se observa na linguagem popular. E assim, após a selecção subseqüente, deviam ter ficado estas espécies de Pretérito;

a) *Reduplicativa,* quando os fonemas vocálicos do Presente eram iguais aos do Pretérito;

b) *Apofónica*, quando os graus das vogais do radical eram diferentes no Presente e no Pretérito;

c) *Derivativa*, que compreendia todos os verbos formados por *sufixação* (hoje chamados *fracos*) e que veio a desempenhar um papel importantíssimo nas línguas modernas, contaminando muitos dos verbos *primitivos* ou *primários* que hoje pertencem já à categoria dos fracos.

*

Admitida esta hipótese, resultante, como já disse, do que li, observei e meditei, não parecerá estranha a ausência de Pretéritos com redôbro patente no Inglês e no Alemão.

Achando-se estas línguas num estado de simplificação bastante adiantado em relação ao do Indo-europeu, são-lhes suficientes duas maneiras de formação do Pretérito: a *apofónica* (nos verbos *fortes*) e a *derivativa* (nos verbos *fracos*). No Gótico, porém, ainda havia, ao lado dos verbos fracos, três variedades de verbos fortes:

a) *apofónicos* — v. g. *giban* (Infin.), *gaf* (Ind.-Pret. 1.ª pes. sing.), *gêbum* (Ind.-Pret. 1.ª pes. pl.), *gibans* (Part. Pret.), dar (al. *geben*, ingl. *give*);

b) *reduplicativos* — v. g. *haldan, haíhald, haíhaldum, haldans*, segurar (al. *halten*, ingl. *hold*);

c) *reduplicativo-apofónicos* — os seis seguintes: 1) *grêtan, gaígrôt, gaígrôtum, grêtans*, chorar; 2) *lêtan, laílôt, laílôtum, lêtans*, deixar; (al. *lassen*, ingl. *let*); 3) *rêdan, raírôth, raírôthum, rêdans*, aconselhar (al. *raten*, ingl. *read*); 4) *têkan, taítôk, taítôkum, têkans*, tocar; 5) *saia, saísô, saisôum, saians*, semear (al. *säen*, ingl. *sow*); 6) *waia, waíwô, waíwôum, waians*, soprar (al. *wehen*).

Victor Henry, no seu «Précis de Grammaire Comparée de l'Anglais et de l'Allemand», diz que o desaparecimento do redôbro no Inglês e no Alemão foi provàvelmente devido

a ter deixado de se pronunciar o *h* intervocálico em formas como esta do *Urgermanisch* * *hĕ-háld-ĕ* (cfr. gótico *haí-hald*), do que resultou o encontro de duas vogais que se fundiram produzindo uma vogal longa de timbre claro (* *hēldĕ*) que deu *ie* [i:] em alemão *(hielt)* e *e* [e] em inglês *(held)*. Depois, a analogia teria feito sincopar-se a consoante igual à inicial nos outros Pretéritos reduplicativos e ter-se-ia dado contracção vocálica idêntica à indicada supra. E, como no anglo-saxão aparecem os Pretéritos *héht* (Presente, *háte*), *leolc* (Pres., *láce;* nesta forma e na seguinte nota-se a *fractura anglo-saxónica*) e *reord* (Pres., *ráede*), é de presumir que no *Germânico primitivo* houvesse os radicais do Pretérito * *hĕ-ht-* * *le-lc-* e * *rĕ-rd-*, o que se harmoniza com o facto de, no Indo-europeu, o plural do Pretérito apresentar o *grau reduzido* da vogal do radical. Ora, ficando sem apoio vocálico, a consoante interna igual à inicial caïria, para o que concorreria a analogia com a queda do *h* intervocálico a que fiz acima referência. Depois dar-se-ia a contracção e a evolução vocálicas já mencionadas.

Mas pregunto eu: ¿E, quando a consoante de que se trata era capaz de formar sílaba com a vogal anterior (como no caso das soantes *-l-* e *-r-* que aparecem em *leolc* e *reord*), como justificar a sua queda?

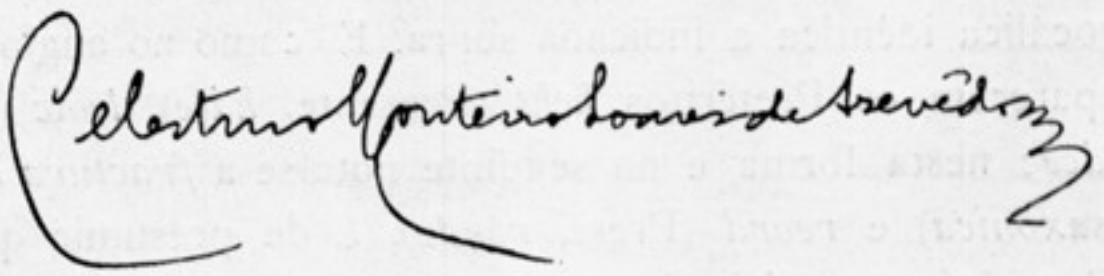
¿Não será preferível explicar o desaparecimento do redôbro pela acção combinada do acento de intensidade inicial, que faz enfraquecer as sílabas subseqüentes, e da tendência haplológica que se observa em várias línguas (v. g. lat. *dixti* por *dixisti*, *nutrix* por *nutritrix, sēmodius* por * *semi-modius;* port. *idoso* por * *idadoso, cuidoso* a par de *cuidadoso*, etc.) como manifestação da lei universal do mínimo esfôrço?

*

E com esta interrogação termino êste pequeno trabalho,

com a convicção de que é preferível alinhavar qualquer estudo com dúvidas e interrogações, a repetir com palavras diferentes o que se encontra exposto nos compêndios escolares.

Lisboa, Maio de 1928.



O CRIME E A RESPONSABILIDADE

(ESTUDO PSICO-SOCIAL)

(Cont. do n.º 1, pág. 96)

IV

Interpretação ético-jurídica da Responsabilidade

Conceito psicológico, dificuldades da sua aplicação. — Acção automática e acção voluntária, destrinça. — A volição, síntese psíquica, faculdade exclusiva do homem. — O determinismo e o livre-arbítrio, duas teses igualmente improváveis. — As teorias actuais da responsabilidade e a razão do seu fracasso. — Uma interpretação da responsabilidade moral compatível com a psicologia e com o direito penal.

Dos capítulos que precederam ressalta a conclusão de que a responsabilidade é uma determinante psico-física, dependente dos neurones cerebrais e função homogénea da inteligência e da sensibilidade moral.

Presa assim à anatomia e à fisiologia do sistema nervoso central, é de prever que as alterações mórbidas dêste venham influir no exercício daquela.

De facto, a clínica mostra que a responsabilidade pode ser perturbada em seus elementos intelectivos e sensitivos e as perturbações serem igual ou diversamente pronunciadas sôbre um ou outro dêsses elementos e caracterizadas por sintomas que o médico pode e deve estudar como estuda as manifestações de tôda outra função da economia.

Todo o médico conhece a sintomatologia das doenças

intelectuais, de suas atrofias e distrofias, de seus delírios, preversões etc. Não sucede o mesmo com as da sensibilidade moral; o seu prescrutar é mais complexo e obscuro e a sua classificação nosográfica é por agora hesitante. Não obstante, são numerosas as observações em que o desvio, a ausência ou a perversão do senso moral são notòriamente reconhecidas.

É de presumir que a sensibilidade moral, à semelhança da inteligência, tenha desvios, atrofias e perversões, e que venham a traduzir-se por sinais de constatação objectiva.

Dividem-se clìnicamente em dois grupos as enfermidades da responsabilidade; um em que estão destruídos ou adormecidos todos os elementos da responsabilidade e outro em que a destruïção ou viciação afecta tão sòmente um ou outro dos seus elementos componentes.

No primeiro grupo, a consciência está anulada. São os casos de atrofia total, como nos idiotas, de anestesia, como na hipnose, de dissociação e destruïção, como na mania, na demência com delírio geral ou parcial ou de inibição como nas impulsões e nas obsessões.

A responsabilidade nestes casos, qualquer que seja a causa patológica, atrofia, demência, anestesia ou inibição, não existe. Todos os alienados, quer o delírio seja geral, quer seja parcial, se incluem neste grupo.

É contrasenso querer, como querem certos autores, que no delírio parcial haja responsabilidade, limitada áqueles actos que parece não estarem em relação com as ideas delirantes. Seria fácil objectar que sendo impossível distinguir numa mente desequilibrada as acções determinadas pelas ideas delirantes das que não o são, o conceito duma tal responsabilidade seria puramente teórico senão uma ficção arbitrária.

No segundo grupo, se é a inteligência, o elemento atrofiado, é o raciocínio suficiente que falta para apreciar em

tôda a amplitude as conseqüências do acto ao qual é-se impelido; se é a sensibilidade moral e o medo de punição que estão dormentes, as solicitações sensitivas, inibitórias ou repulsivas, que faltarão, subordinando-se o agente ao estímulo criminoso.

A sensibilidade moral, a inteligência ou o medo da punição serão por si só, isoladamente, bastantes para fazer um indivíduo responsável? Penso que não.

Se o indivíduo atrofiado moral ou intelectualmente pode algumas vezes resistir à tentação de fazer mal, vêmo-lo outras vezes ceder à impulsão. Os imbecis morais são um exemplo evidente desta variabilidade dos seres patológicos na resistência ao crime.

Seja qual fôr o futuro reservado à responsabilidade dos indivíduos dêste grupo, é certo que a função de que ela é a expressão, é nêles profundamente deficiente, para que possam ser equiparados ao homem normal.

Em casos dêste género, não será ousado dizer, a irresponsabilidade impõe-se porque o motivo que arrasta o indivíduo é um motivo patológico, paixão ou delírio etc.; de que a fôrça é grande e contra a qual o homem, por ventura, só poderia resistir com a integridade completa dos seus meios de acção, já que esta mesma integridade é necessária ao homem normal.

Comparar, sob o ponto de vista de responsabilidade, estes indivíduos ao homem normal, seria exigir de um homem débil no mesmo lapso de tempo a mesma soma de trabalho que de um homem forte ou de um obreiro com o aparelho defeituoso um trabalho igual ao de um outro com o aparelho perfeito.

Mas o homem normal será responsável em qualquer circunstância ou momento mental e seja qual fôr a violência do estímulo criminoso?

Em regra, segundo a observação psicológica, a inteligência e a sensibilidade, convenientemente desenvolvidas, entram em acção oportuna diante de uma excitação externa, criminosa ou não, fazendo despertar e concentrar uma energia ou energias, capazes de permitir uma determinação conforme o sentir e o pensar do indivíduo.

Diante de uma excitação interna, visceral ou muscular, ou externa, visual, auditiva, olfactiva ou outra, o homem, longe de conservar-se inactivo, como uma múmia, conduz imediatamente pelas respectivas vias nervosas a excitação recebida à esfera sensorial correspondente. Êste primeiro apêlo à sensibilidade torna-se o prelúdio de uma eclosão fecunda de representações mentais que por relações de semelhança, de simultaneidade e de contraste, desfilam no *écran* da consciência, encadeando-se ou anulando-se e dando como escopo uma construção psíquica, um pensamento, uma decisão ou deliberação. A decisão ou deliberação não é outra coisa senão o esfôrço intelectual, tendente a realizar uma acção segundo mandam a inteligência e a sensibilidade.

A deliberação não é a reprodução estável e automática da experiência herdada ou adquirida. Essencialmente evolutiva, amplificadora e expansiva, ela não é idêntica em dois instantes diferentes.

O pensamento, uma vez despertado, é teatro de esfôrço contínuo de desenvolvimento e de construção febril. As importações constantemente renovadas que lhe chegam do meio ambiente, e o consumo perpétuo de ideas modificam a todo o momento o meio psíquico e tornam-no eminentemente instável e desigual.

A decisão ou deliberação é o tipo mais completo dos fe-

nómenos mentais. Não obstante ser fundada nos instintos e na experiência, ela goza de amplitude e de variabilidade, impossíveis de calcular; por êste motivo são sem conta as suas modalidades diante de um estímulo exterior.

Será, pois, uma tentativa louca, surpreender com antecipação os produtos de tão complexo fenómeno mental e, por certo, destinada a um fracasso.

Não sucede o mesmo com o automatismo. Os fenómenos automáticos são invariáveis no mesmo indivíduo, na mesma raça e, porventura, nas raças afins. O comer, o andar, o chorar ou o rir são idênticos em todos os povos.

Se o comer ou o chorar podem ser assistidos pela consciência, não é menos certo que nas suas maneiras usuais podem ser e são, realizados em estados de nula ou débil atenção. O instinto sexual, o instinto de nutrição, os de conservação, de defesa ou de ataque, tem o mesmo modo de manifestação em tôda a parte. Em todo o Universo fazem-se carícias para exprimir amor ou desejo de posse, pede-se para comer se se tem fome, mostra-se o punho para testemunhar ódio.

Todos estes fenómenos são automáticos, determinados por revivescência da experiência anterior ou hereditária, despertada por uma estimulação actual, interna ou externa. Limitam-se ùnicamente a pôr em acção, por mecanismo certo, os centros motores orientados para a exteriorizar, donde a sua invariabilidade, a sua fixidez através dos tempos.

Não é assim o facto consciente. A revivescência é e será condição necessária, mas não suficiente da deliberação, função pessoal e voluntária. Assim, quando o pássaro faz o ninho não pratica um acto pessoal e voluntário. Reproduz por excitação externa ou interna, genésica ou outra e por revivescência e associação, um conjunto de movimentos cuja acção, orientação e direcção estão hereditàriamente fixadas nos centros

nervosos do animal — da mesma maneira que a rã, descerebrada, saltando, evita a sombra que projectam os obstáculos.

São movimentos invariáveis, esparsos, hirtos e immaleáveis à acção do tempo, às condições do mundo externo, através das idades, no decorrer dos séculos. Representam o pecúlio dinâmico da raça, a orientação filogénica da energia viva.

Mas há mais. A criança, quando chama laranja ao fruto que lhe mostram, não é consciente, não pratica um acto pessoal; será quando muito um reflexo de imitação ou reflexo psíquico associado; reproduz uma reminiscência anterior. Preguntada, ela o dirá: chama laranja porque lho disseram, como lhe chamaria maçã se assim lho ensinassem. A mesma criança, quando pelo evoluir do cérebro, comparando os diversos frutos, analisando e diferençando-os, particularizando ou generalizando por abstracção, chegar à síntese do que é a laranja, poderá chamá-la tal conscientemente; só então haverá acto pessoal, voluntário ou deliberado.

Mas há factos mais interessantes e mais demonstrativos. Porque não posso estudar aqui desenvolvidamente êste assunto empolgante, tentarei imediatamente uma demonstração mais precisa. É o caso dum pianista, executando pela primeira vez uma música.

O pianista vê a música, relanceia o olhar, lê-a, mas os dedos hesitam, titubiam no teclado.

Evidentemente a letra musical despertará nêle uma série de reminiscências visuais que, entrando em associação com as imagens auditivas, determinarão a revivescência de *conhecimentos-vestígios* sónicos anteriores, mas o pianista ficará hesitante. A reprodução das revivescências tirará da caixa do piano sons despolarizados, sem coësão, sem homogeneidade ou, quando muito, alguma música habitual, sem sinergia, sem afinidade com a música em objecto.

Pois o pianista hesita e ensaia mentalmente. Divide e dissocia, som a som, a música; dos sons-reminiscências afasta uns, associa outros, cria novos por execuções parciais, coordena-os, dá-lhes homogeneidade e, representando mentalmente a música *in toto,* põe-na em relação com os centros motores. Ei-lo executando-a, lentamente, em ensaios, assistindo mentalmente, com máxima atenção, em vigília absoluta, comparando, modificando e aperfeiçoando-a. — Sucessivamente a hesitação desaparece, a variação torna-se nula e a música executa-se mecânicamente.

Eis aqui um fenómeno escalonado do consciente, plenamente, màximamente consciente para o automatismo ou *reflexismo.*

Na prè-execução e na execução preparatória os movimentos mentais e motrizes são plenamente conscientes. O indivíduo busca o *modus faciendi,* o mecanismo neuro-psíquico capaz de accionar os dedos da mão no sentido da reprodução da música.

Êste mecanismo neuro-psíquico não é a reprodução de símbolos existentes no cérebro mas um símbolo novo criado por associação, por fusão, por síntese. E é por êste símbolo novo, arquivado na memória, que, por simples revivescência, o pianista executa posteriormente, sem hesitações, de memória ou vendo no papel, a música ensaiada.

Esta faculdade construtora de mecanismos neuro-psíquicos de adaptação *d'emblée* à exigência exterior pertence à consciência, «núcleo íntimo da actividade psíquica» que preside aos processos de criação mental.

Assim como um analista, dentre os inúmeros reagentes que pejam a mesa do seu laboratório, escolhe uns e rejeita outros, e, fundindo ou desdobrando-os, realiza pela análise ou pela síntese corpos novos com propriedades novas, diferentes ou contrárias às dos componentas, assim a cons-

ciência, segundo o estímulo inesperado de impressões exteriores ou segundo o despertar fortuito de associações internas, atraindo ou repelindo, associando ou dissociando as excitações recebidas e as reminiscências da experiência, arquivadas nos penetrais da memória, edifica sistemas de conceitos ou mecanismos neuro-psíquicos, diferentes ou adversos aos dos componentes e que vão, por sua vez, contribuir para multiplicar até ao infinito a engenhosidade do pensamento humano e realizar o milagre perene do aperfeiçoamento constante e do progresso indefinido e acrescer o poder, o valor e a autoridade do homem diante do mundo exterior.

Esta faculdade criadora, esta aptidão inventiva do homem, muito embora subordinada à lei da causalidade universal e presa à lei de conservação da energia, justifica a sua responsabilidade.

Com a opulência de recursos que possui com a agilidade e *souplesse* que tão altamente distinguem a natureza humana, com a sistematização maravilhosa das suas experiências e observações, com a sondagem penetrante da sua intuïção, o pensamento alcança, por vezes, constranger e dominar a natureza indiferente e hostil, que se ergue diante dêle como um esfinge infinita, prenhe de incertezas e repleta de ameaças.

Branly e Marconi, apropriando o ar para comunicar suas ordens, ou Zepelin, vencendo a resistência atmosférica para semear o morticínio, Edison, coagindo a energia eléctrica para transportes acelerados ou Jouffroy e Fulton, aprisionando o vapor de água para andar à tona dos mares, não são levados a obedecer ao mundo externo; levam-no, por ventura, a obedecer-lhes.

Estas descobertas soberbas, estas invenções de génio, síntese do labor incessante do pensamento, não são reproduções fortuitas ou evocadas da experiência anterior, mas

criações originais — fundadas certamente na experiência passada, mas quási sempre imprevistas e bastas vezes contrárias aos conhecimentos precedentes.

Assim, Lavoisier, descobrindo o oxigénio comburente no mercúrio rubro, Laplace imaginando o seu imortal sistema da mecânica celeste, Galileu, o sábio mártir, proclamando o *la tierra muove*, ou Pasteur, repudiando a vida espontânea, não reproduziram ideas conhecidas; destruíram, porventura, estas, substituindo-as por outras novas, ou, pelo menos, desconhecidas ao tempo.

Se o entendimento com a balística, com o vapor, com a electricidade e com a escrita vence a resistência do tempo e do espaço, a sensibilidade moral subjuga os instintos. O heroísmo e o altruísmo, duas das mais nobres conquistas do sentimento, são contrários ao instinto da conservação pessoal.

Tal é, em grandes linhas, a latitude em que oscila o pensamento consciente e tais e tão grandes e poderosos os seus meios de acção e dominação.

O acto realizado, após uma decisão ou deliberação em que a inteligência e a sensibilidade moral puseram em função todos os seus valores, sob o *contrôle* vigilante da consciência e segundo a directriz resultante dessa actividade, chama-se *acto voluntário*.

Assim considerada, a volição, resultante dinâmica de energias intelectuais e sensitivas, é, na realidade, uma fôrça, uma energia psíquica (a idea motriz do acto), mas não é livre, como quer o critério livre-arbitrista; para o ser, seria necessário que eu pudesse determinar-me em sentido contrário ao meu sentir e pensar ou, ao menos, haver duas determinações simultâneas, igualmente enérgicas e directamente opostas: uma do *quero* porque *sinto* e *penso* e outra do *quero* porque *quero,* doutrina absurda e nefelibata, pois que não pode haver um acto de volição sem uma emoção sensível: eu

só posso determinar-me no sentido em que a minha sensibilidade, guiada pela inteligência, orientar e polarizar as fôrças psico-nêuricas.

Êste modo de ver, que é o critério positivo, caracterizadamente scientífico, — julgo — não é determinista; o determinismo e o livre-arbítrio são duas teses absolutamente contrárias e igualmente improváveis. Desde que deliberar não é reproduzir, por revivescência, movimentos ou mecanismos mais ou menos complexos, mas criar *qualquer coisa nova, original, eminentemente variável, de homem para homem ou, no mesmo homem, de momento a outro,* imprevista, indeterminável, tal como do atrito de dois corpos em treva brota a luz ou tal como da combinação de corpos sem côr surgem maravilhosas colorações que as propriedades dêstes corpos não são capazes de revelar nem de deixar prever, — o determinismo psicológico torna-se igualmente indeterminado e profundamente vago, senão puerilmente absurdo.

*

Mas para realizar um acto voluntário é necessário deliberál-o, operação preliminar. — E, para deliberar é mister poder sentir, pensar e querer em tôda a amplitude.

Deliberar ou querer e poder efectuar um acto como se pensa e sente, é ser moralmente responsável. A responsabilidade moral é, pois, a faculdade de agir segundo determina a nossa consciência ou a nossa sensibilidade e a nossa inteligência.

Possuindo o homem normal, como acabamos de estudar, o poder de agir segundo manda a consciência, a responsabilidade é função biológica rigorosamente dentro dos moldes scientíficos.

É, porém, o homem normal susceptível de inibição. Há numa mente normal, *tics,* erros de concepção moral, ideas

fixas, tendências delirantes, difíceis de surpreender, mas capazes de, exercendo maior ou menor interferência em todos os processos psíquicos, determinar um desvio na deliberação.

A clínica, demonstrando que as emoções podem atingir, por vezes, raramente por certo, fôrça dominante capaz de em momento dado desorganizar o carácter psíquico normal, torna a responsabilidade uma função descontínua.

Mas, por outro lado, a lei, pretendendo que não haja crime nem delito quando há demência no momento do acto, abespinha mais o problema, dando origem a essa obsessão louca, qual é a de medir o grau de inteligência e de liberdade no momento do acto. E, à volta desta temerária tentativa, gastam-se milhares de energias.

Mairet, para provar que o homem é livre *vis-à-vis* dos motivos mais poderosos, depois de um interessante e bem conduzido estudo sôbre os impulsivos, que, a-pesar-de certa violência de impulsão, hão podido resistir, conclui que, se o impulsivo resiste, por maioria de razões o normal deve resistir também. Esquece-se, porém, de lhes contrapor outros impulsivos que em idênticas ou em melhores circunstâncias psico-fisiológicas sucumbiram à violência da impulsão.

M. Grasset, sumariando as diferentes teorias da responsabilidade, ensaia estabelecer uma responsabilidade médica que seria função da normalidade dos neurones psiquicos. Com astúcia distingue, porém, a culpabilidade da responsabilidade fisiológica; esta seria um elemento necessário mas não suficiente da primeira. A responsabilidade médica corresponderia à normalidade dos neurones psíquicos e a irresponsabilidade à sua doença.

M. Ballet faz ao sistema de Grasset uma objecção muito justa: ¿Como reconhecer a normalidade dos neurones psíquicos? «Examinando o delinqüente, analisando seus senti-

mentos afectivos, seu senso moral, suas impulsões, sua inteligência, sua memória, etc.», responde Grasset.

Ora isso não é fácil. Em psico-patologia os factos são complexos; é difícil, mesmo impossível ter, longe do momento, provas objectivas duma inconsciência ou dum desdobramento de personalidade.

Pôsto isto, à excepção da anamnese e do exame somático do indivíduo, o médico terá de fundar o seu parecer, a respeito da normalidade dos neurones psíquicos, sôbre um exame psicológico e fisiológico do indivíduo num momento afastado do acto. Grasset concluïrá «pelo estado da função o estado do órgão». Mas o acto criminoso é anormal no seu sistema; por definição, esta resposta do indivíduo à estimulação, não é normal; logo, seria profundamente falaz afirmar, como quere Grasset, a normalidade dos neurones psíquicos no momento criminoso, examinando as funções afectivas, sensitivas, morais, intelectuais e motrizes no delinqüente, longe do acto incriminado, à distância da manifestação anormal.

Na ânsia de salvar a responsabilidade moral do naufrágio a que a havia votado o determinismo, Tarde intentou uma nova teoria. É um ensaio de conciliação entre o determinismo puro e a liberdade moral; exige duas condições para que o delinqüente seja moralmente responsável pelo seu acto: que fique idêntico a si próprio entre o acto e a acusação; que seja, em segundo lugar, semelhante ao seu meio. A primeira destas condições, se se analisa as ideas de Tarde, reduz-se à estabilidade do *eu* psíquico; as doenças da vontade, da personalidade, a hipnose fazem suprimir a identidade individual e, por conseqüência, a responsabilidade moral. Avisadamente, Tarde reconhece que esta identidade pode cessar em casos não patológicos, devido à sugestão, à conversão ou ao remorso, por exemplo.

A conseqüência lógica do desenvolvimento de uma tal

interpretação é a impunidade dos que mudam moralmente entre o momento do acto incriminado e o da sua apresentação à justiça. Tarde, porém, não desconhece esta resultante inevitável da sua concepção, mas, encolhendo os hombros, constata apenas que uma tal impunidade seria cheia de inconvenientes. Além disto, a sua concepção da identidade psíquica não está exacta. O carácter, a personalidade são formações temporárias, expressões estratificadas da vontade. A vontade repetida fixa-se, torna-se um hábito; um conjunto de hábitos constitue um carácter; o carácter é uma modalidade de reacção ou reacções psico-motrizes em relação a um estímulo. Mas o carácter é fundamentalmente evolutivo. A consciência obra incessantemente sôbre o conteúdo do carácter, modificando-o e reformando-o, o que o torna instável e desigual; a identidade, portanto, é uma função descontínua.

É verdade que há uma parte inata ou hereditária da personalidade, mas, neste caso, os termos inatismo e hereditariedade têm um sentido mui diverso do consagrado pelo vulgo, pois que compreendem aquelas características em que a vontade não toma parte e que são estranhas à personalidade como expressão de iniciativa individual.

A segunda parte da proposição de Tarde não é menos obnóxia e contestável; não é necessário que haja semelhança entre o delinqüente e a vítima para que haja responsabilidade. É tão grave o assassinato de um selvagem como o de um concidadão. Esta tese encerra certa verdade, mas é uma verdade histórica. Os sistemas penais primitivos não reconheciam senão os crimes cometidos contra os membros da sua sociedade. E se admitíssimos as ideas de Tarde seríamos constrangidos a aceitar a impunidade dos crimes políticos e sociais, visto que não há verdadeira semelhança entre o anarquista e a sociedade individualista que êle quere destruir porque a julga culpada de todos os males sociais.

A idea de responsabilidade, baseada sôbre o estado de liberdade de volição no momento do acto, está irremediàvelmente batida. Nada há, medida ou óculo, que nos permita prever o grau de liberdade volitiva num dado momento de acção.

Tôdas as tentativas neste sentido só conduzem a um perigoso absurdo, o da irresponsabilidade de todo o criminoso, quere dizer, à impunidade na mais lata extensão.

M. Ballet procura em último arranco estabelecer uma nova teoria de responsabilidade. Retomando as ideas de Ferry, distingue duas acepções principais da palavra *responsabilidade:* a *responsabilidade moral* e a *responsabilidade social;* a primeira é de ordem metafísica e baseia-se sôbre a hipótese do livre arbítrio; a segunda é independente de tôda a liberdade, não supõe senão a nocividade do agente.

Ora isto é jurìdicamente inexacto. A responsabilidade, qualquer que ela seja, civil, penal ou outra, exige a liberdade da vontade, condição necessária segundo uma doutrina e jurisprudência unânimes. A imputabilidade é um dos elementos essenciais da responsabilidade, mas não bastante. A imputabilidade pressupõe a liberdade, mas não se identifica com ela. Um facto pode ser imputável a alguém sem que por isso seja responsável; imputar alguma coisa a alguém é atribuir-lhe tal acção; a palavra *responsável* comporta uma idea mais restrita, mas implica sanção da parte do indivíduo. Portanto, a interpretação de Ballet é inaceitável, além de que uma teoria puramente objectiva, considerando todos os criminosos como idênticos em face do mesmo crime, é inadmissível. Uma tal responsabilidade, comandada ùnicamente pelo facto, sem atenção pelo indivíduo, importaria um movimento retrógrado, contra o qual reagiu todo o século XIX.

«O grau de ofensa sofrida pelas leis da sociedade em

virtude dum facto criminoso não é medido pela imputabilidade mas pela temibilidade do seu autor». A escola criminal italiana não reconhece a responsabilidade moral, apenas admite a responsabilidade legal, dominada pelo conceito ètico-jurídico de que todo o homem deve responder pela sua conduta para com a sociedade quando perturba o equilíbrio e a disciplina dessa sociedade, qualquer que seja o estado da sua consciência. A defesa da sociedade é o eixo da penalogia italiana. Um louco pode ser mais perigoso à sociedade que um são; deve sofrer uma pena mais severa. A idea de responsabilidade como capacidade de sanção à acção individual desaparece, para ser substituída pela capacidade material do acto.

Nenhum juiz, diz o recente projecto penal italiano, pode efectivamente medir a culpa moral dum ser humano, porque não é possível conhecer as inumeráveis condições de hereditariedade psico-física, de vida familiar e social, de existência económica, intelectual e moral e ainda as infinitas condições do ambiente psíquico e social, do total das quais o crime é a inexorável resultante.

Contra esta tendência fatalista da escola italiana reagiu vigorosamente a escola francesa.

«A fé no tipo anatómico, diz Maurice de Fleury, é a negação de tôda a psicologia e de tôda a sociologia criminal». «Bem que não sejamos livres, a sociedade não pode tratar de modo algum os homens mais perversos como a cães raivosos dos quais precisa desembaraçar-se. O indivíduo é em si um valor e a pena não pode nem deve sòmente ter em mira a utilidade social».

Liszt observa que a idea fundamental do direito penal é que a pena deve estar, pela qualidade e medida, em relação com a natureza do criminoso.

O Projecto Preliminar do Código Penal Italiano, elaborado em 1921, conquanto estabeleça que «os autores e os

comparticipantes de um crime são sempre legalmente responsáveis, salvo os casos de justificação do facto», e que é crime «todo o facto para o qual esteja fixada uma das sanções do Código Penal», considera, salvos os casos de infância, de alienação mental, de imperícia, negligência e imprevidência, a intenção criminosa (art. 12.º), condição jurídica, necessária para qualquer crime. ¿Como avaliar, porém a intenção criminosa? Sejam quais forem as dificuldades, é uma reconsideração digna de nota, da escola criminal italiana, e que torna o agente criminoso e não o facto material, o fulcro da norma penal.

A voluntariedade fica pois sendo o atributo fundamental e necessário da actividade psíquica criminal. Sem vontade pessoal, capaz de uma realização activa, não há crime.

Pecam, porém, tôdas as interpretações na teimosia com que pretendem adivinhar o estado de voluntariedade do agente criminoso no momento do crime pela investigação de um momento passivo, afastado dêsse crime. Esfôrço absurdo e estéril.

Outro critério mais acertado e, porventura, mais condizente com a história e com a razão permite chegar a soluções mais aceitaveis e não menos apropriadas à renovação moral e à defesa social.

A lei sôbre responsabilidade nunca teve por fim censurar o passado pelo passado; se censura o passado é para dêle tirar a lição do futuro. Castiga-se o criminoso para que não repita o acto censurado; louva-se o amor da sociedade para que se renove.

A aprovação ou a desaprovação são sentimentos basilares da vida em sociedade e são êles que governam a conduta humana.

Êste julgamento moral concretiza-se na responsabilidade, que é a capacidade de relacionação de determinado estímulo com as ideas e sentimentos por êle despertados.

Pouco interessa, pois, à responsabilidade o estado momentâneo do indivíduo, o que lhe importa é o estado funcional mais ou menos permanente do seu ser psíquico, e portanto, a sua capacidade de ligação da experiência passada com as determinações futuras; pois que daí lhe advirá o castigo a infligir ou a terapêutica a aplicar.

A responsabilidade tem um duplo objectivo: defender a sociedade e levantar o indivíduo. Castigar o criminoso a fim de reformar êste e prevenir outros e proteger a sociedade contra a sua nocividade e louvar o herói a fim de estimular novos cometimentos. Para que, pois, haja responsabilidade moral, basta que o ser psíquico seja capaz de relacionar o acto realizado com o prémio ou a pena que lhe é aplicada, com o poder de tirar daí lição para procedimento futuro.

A pretenção da lei em irresponsabilizar sòmente os em demência no momento do acto só tem uma explicação. É que a demência no tempo da confecção da lei compreendia exclusivamente loucuras mais ou menos permanentes e sempre distinguíveis longe do momento da acção incriminada.

Hoje que na demência se abarcam estados transitórios de delírio, até a fugaz mas siderante inibição, seria intolerável sofisma deduzir dum momento passivo o estado psíquico de um momento activo, como é o do momento de acção criminosa.

A responsabilidade deve, pois, ser apenas a capacidade de agir e não *de haver agido* consciente e voluntàriamente; o poder de sanção, a aptidão, em suma, a determinar-se segundo os motivos ordinários que regulam a acção humana dentro da comunidade social em que se vive. Supõe a faculdade de relacionação do passado com o presente, a consciência do valor moral dos actos, o sentimento físico e moral da pena ou do louvor, com poder para extrair dêles ensina-

mentos estimulantes ou inibitórios para o futuro. Não saber nem poder orientar-se pelo motivos comuns, não compreender o valor moral dos actos que se pratica ou se é levado a praticar, é ser irresponsável.

(Continua). SANTANA RODRIGUES.

O DOUTOR BROTERO

(25 DE NOVEMBRO DE 1744 A 4 DE AGÔSTO DE 1828)

ESTUDO BIOGRÁFICO A PROPÓSITO DO PRIMEIRO CENTENÁRIO DE SEU FALECIMENTO

I

De Santo Antão do Tojal a Santo Quintino e Mafra (1744-1763)

Limitam-se as anteriores notícias biográficas de Brotero, manuscritas ou impressas, a indicar sua naturalidade da freguesia de Santo Antão do Tojal, no concelho de Loures, arredores de Lisboa, sem, comtudo, dentro da área paroquial, definir ponto preciso. No entanto, o local do nascimento encontra-se bem determinado pelo registo de baptismo, como adiante veremos. Chama-se aquele *A de Pero Viegas*, recordando vago indivíduo coevo, senão da conquista de Lisboa aos mouros (1), em 1147, pelo menos, dos tempos, ainda próximos, de Sancho II ou Afonso III. Efectivamente, à *Quinta de Pero Viegas* alude já, pelo final do século XIII, meados do reinado de D. Denis, o Bispo de Lisboa, D. Domingos Jardo, Chanceler do mesmo Rei, ao ditar seu testamento de 1291. Possuïdor dela por compra desde alguns anos, consigna-a o benemérito prelado, em sua manda (2), á manuten-

---

(1) *Dicionário Geográfico* do P.e Cardoso. Ms. da Tôrre do Tombo, vol. 36, pág. 365 e seguintes.

(2) *História Eclesiástica da Igreja de Lisboa*, por D. Rodrigo da

ção do *Hospital-Colégio* de S. Paulo, por êle fundado, pouco antes, na frèguesia de S. Bartolomeu de Lisboa, actual sítio dos *Lóios*. Auxiliam o novo estabelecimento, dum lado, o Rei, cedendo-lhe o padroado da Igreja de S. Bartolomeu; do outro, três sobrinhos do Bispo, Martim Curvo e os Cónegos Afonso Anes e Martim Mateus, legando ao Hospital quintas e fazendas diversas em Telheiras, Alhos Vedros e Agualva, obrigadas, segundo o uso geral da época, a certas imposições de missas.

Constituem, nos tempos medievais, a Quinta de Pero Viegas (1), modesto assento de casas no *logar de Santo António do Tojal*, sede da *freguesia de Santo Antão*, e um lote de quatrocentas courelas, quási tôdas emprazadas, terras de pão e vinha, pomares e, sobretudo, olivais e *marinhas de sal*, dispersas, em sua maioria, pelas extensas várzeas entre o Trancão, rio de Sacavém, e o esteiro de Frielas. Concorrentemente com o Hospital de D. Domingos Jardo, possue a Mitra Episcopal de Lisboa fazendas na freguesia e seu é, também, o padroado da igreja paroquial. Pelos meados do século xv, estabelecendo-se, em Lisboa, os *Cónegos Regulares de S. João Evangelista*, é-lhes doado o *Hospital-Colégio* de S. Paulo e Santo Elói, com suas propriedades suburbanas. Pouco mais tarde, entrando a época de D. Manuel, desenvolve-se na Côrte acentuado gôsto pelas residências de verão nas regiões ribatejanas, de fácil ligação permanente com Lisboa pela intensa navegação fluvial da época no leito principal do Tejo e em esteiros laterais ainda pouco asso-

---

Cunha, 1642, fls. 202 e seguintes. O testamento original parece ter-se queimado no Convento de Santo Elói, por ocasião do terremoto de 1755. Pelo menos não o encontrámos nos minguados restos do respectivo cartório, hoje existentes na Tôrre do Tombo.

(1) *Tombo de Santo Antoninho do Tojal,* realizado em 1479, por ordem de D. Jorge da Costa, Arcebispo de Lisboa. Tôrre do Tombo, Códice B, 47-4.

riados. Espalham-se as moradias estivais da nobreza, remontando o curso do rio, até Santarém-Almeirim, e não para juzante, na direcção do mar. Domina os navegantes quinhentistas a nostalgia da terra, e dos arquivos regionais ressalta, em extrema oposição á ausência de habitações nas praias marítimas, a manifesta freqüência de casas de campo. Generaliza-se a tendência aos sedentários, se nestes não intervém, igualmente, o impulso da Renascença, leitora erudita das *Geórgicas.*

Seguem os Arcebispos de Lisboa a corrente. Dois dêles, D. Fernando de Vasconcelos e D. Miguel de Castro, lembrando-se do Tojal, resolvem adaptar a singela moradia do pároco a seu recreio de verão. Data do primeiro, ano de 1554, a origem do *Palácio da Mitra* (1). Maior realce, em reedificação grandiosa, dá, porém, a êste, mais tarde, cêrca de 1730, D. Tomás de Almeida, primeiro Patriarca de Lisboa, faustuoso príncipe da igreja na côrte de D. João V.

Entretanto, manda o Rei, em 1730, alargar e aproximar mais a *Vala,* ou *Esteiro,* do *logar de Santo António,* apropriando êste a *pôrto de desembarque* de certos materiais, vindos do estrangeiro ou de portos marítimos do reino, para a *Obra Real* de Mafra e baldeados, em Lisboa, sôbre batelões da Ribeira das Naus. Desde então, quer por desfastio, quer por motivo de cerimónias religiosas, quer, ainda, para inspeccionar o transporte das grandes estátuas e sinos importados, vem o monarca repetidas vezes á localidade, hospedando-se no palácio.

Manda D. João V construir, junto e ao sul do cemitério da aldeia, uma grande barraca, armada ricamente de panos e alcatifas, onde se guardam, suspensos de grossas vigas, os sinos chegados nas embarcações e em trânsito para Mafra (2).

---

(1) Sôbre seu aspecto artístico, vid. *Guia de Portugal,* 1927, vol. I.

(2) *Dicionário Geográfico* do P.e Cardoso, Tôrre do Tombo, vol. 32, pág. 485.

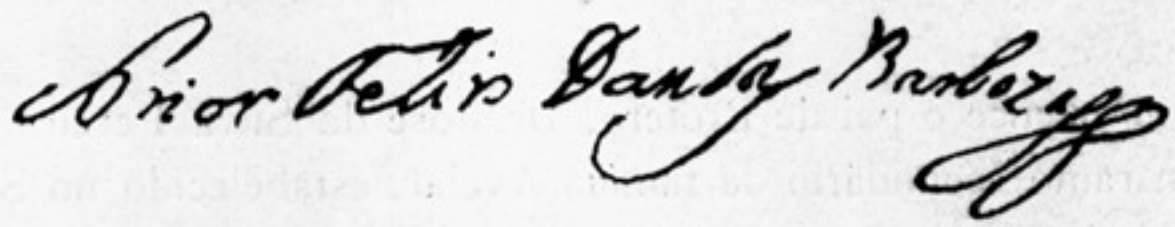
Assistem o Rei e o Patriarca a certo desembarque, na noite tempestuosa de 16 a 17 de Outubro de 1730, cuja narrativa, por curiosa, vamos transcrever:

«Pelas 3 horas da tarde chegou a El Rey a noticia de que aparecião as embarcaçoins que trazião os sinos. como por cauza da maré não puderão chegar ao sitio se não pella meia noute a estas horas se começarão a desembarcar e conduzir p.ª a barraca, e como erão m.tos os sinos e de g.de calibre foi precizo não só occuparem-se nesta delig.ª os officiaes da mestrança da ribeira das Naos, mas tambem os soldados que estavão em o sitio por ordem de Elrey, e alnda os mossos de pee de Sua Ill.ª e como o tempo estava tão rigoroso de chuva trovoins, e relampagos comvidando Sua Mag.e ao Prelado p.ª hir com elle ao coche este replicou não fazia acceitação pello motivo de que havia de hir em comp.ª da sua Cruz Patriarchal, e pellas rezoins referidas, se mandarão pôr por Ordem de El Rey pranxas de madr.ª desde o Palacio the a d.ª barraca onde forão as referidas pessoas e suas familias e mais Eclesiasticos, e por cauza de escuridão da noute se accenderão m.tos archotes e Lanternas da Irm.dade do Santissimo, e feita a d.ª funcção e acabada pellas duas p.ª as tres horas do dia seguinte foy El Rey acompanhar Sua Ill.ª the a Igr.ª onde se despedio delle com grandes acçoins de benevolencia e nesse dia de tarde foi Sua Ill.ª e R.ma para a Côrte» (1).

Continuam ainda, por extensa série de quási ininterruptos anos, as festas de igreja, intermeadas com recepções opulentas aos Soberanos ou a grandes personagens, como o Núncio, o Cardial da Cunha, os Duques de Cadaval. Vão multiplicando-se, de iniciativa e à custa do prelado, os melhoramentos públicos no logarejo, cuja elevação a vila aquele pensa solicitar do Rei. De tudo nos dá notícia colorida e circunstanciada, anos depois, o prior da freguesia, alongando-se, com orgulhoso deleite, pelas 150 páginas de sua informação paroquial, de 1760, para o *Dicionário Geográfico* do P.e Cardoso. Mal julga então o consciencioso páraco, Dr. Félix Dantas Barbosa, irmão de D. José Dantas Barbosa,

(1) *Dicionário Giográfico*, vol. 36, pág. 487.

Vigário Geral do Patriarcado e Arcebispo de Lacedemónia, omitir, em seu, por vezes mesmo, prolixo relato, certa menção, na verdade, insignificante ao tempo, mas, em praso não longínquo, de saliente interêsse para a história da sciência nacional. Ela foi a do nascimento de um seu afilhado, justamente o futuro Brotero, no sítio de Pero Viegas, dentro do aro de sua freguesia. E, no entanto, com os anos, fugindo, irá, a pouco e pouco, amortecendo o eco das estrondosas



(Assinatura do padrinho de Brotero)

festas setecentistas para hoje, em contraste frisante, só a glória de Brotero, perdurando ainda, salvar do oblívio, quer o nome do padrinho, quer o do decadente povoado.

É, como segue, o respectivo assento de baptismo, encontrado por nós no *Arquivo Distrital* de S. Vicente de Fora, em Lisboa:

«Em os doze dias do Mez de dezembro de mil setecentos e quarenta e quatro baptisou o Padre Cura Manoel Rodrigues de Payva a Felix filho do Doutor medico Joseph da Sylva Pereira natural da freguezia de Santo Quintino e Donna Maria Renée natural da freguesia da Incarnação de Lisboa e recebidos na de S. Miguel de Alcainça e agora moradores em Pero Viegas, fui eu Padrinho e tocou a Corôa de Nossa Senhora da Conceipção, nasceu a ditta creança em vinte e cinco de Novenbro e he netto pella via Paterna de Manoel Symoens natural da freguezia de São Salvador do Sobral do monte agraso e de Bernarda da Sylva natural de Santo Quintino; pela Materna de José Rodrigues do Bispado de Leiria e de Joanna Maria natural da freguezia de Nossa Senhora do Aboboriz termo de Obidos. — O Prior Felix Dantas Barbosa».

Em coincidência interessante, nasce, também, no mesmo ano de 1744, José Anastácio da Cunha, oficial de artelharia,

matemático de notável relêvo, e, como Brotero, lente da Universidade de Coimbra, ùltimamente rememorado, pelo egrégio Professor Gomes Teixeira, em seus *Panegíricos e Conferências*. Marca igual ano, no estrangeiro, o nascimento do naturalista Lamarck, a um tempo grande botânico e zoólogo, intercalado entre os de Lavoisier e Volta, tão célebres na Química e Electricidade, respectivamente, em 1743 e 1745.

*

Pertence o pai de Brotero, Dr. José da Silva Pereira, a um ramo secundário da família Avelar, estabelecido no Sobral do Monte Agraço desde, pelo menos, meados do século XVII (1) e, provàvelmente, derivado de tronco ancestral do vizinho têrmo de Alenquer. Nenhuma relação conhecida de parentesco liga, porém, êste ramo a outros Avelares existentes, em época um pouco mais remota, na própria terra de Brotero, Santo Antão do Tojal.

Refere-se a estes últimos a seguinte notícia do prior Dantas Barbosa (2):

«A Sra. D Anna de Avellar filha de João Gonçalves, juiz do Civel em Lisboa, e da Senhora Beatriz Lobato, os quaes moravão no sitio do lago da freguezia de Sancto Antão, onde nasceo a referida e cazou com Dom Rodrigo de Noronha filho de D. Luiz de Noronha primeiro Conde de Odemira».

Data de 2 de Junho de 1709 o baptismo do Dr. José da

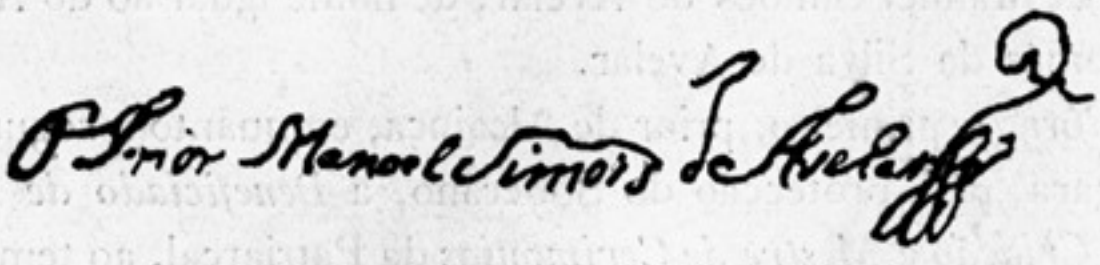
---

(1) Inquirições *de genere*, em 1756, duma prima direita de Brotero para casar com o Familiar do Santo Ofício, Francisco Xavier da Fonseca. Tôrre do Tombo, *Habilitações de Familiares,* Maço 81 de Franciscos, Doc. 1414.

(2) Memória Paroquial da freguezia de Santo Antão do Tojal, Tôrre do Tombo, *Dicionário Geográfico* do Padre Cardoso, vol. 36, pág. 428.

Silva Pereira (1), pai de Brotero e natural da freguesia de Santo Quintino, logar do Almargem, onde mais tarde, em 1743, na chamada *Quinta do Almargem,* residirá seu irmão (2), o alferes Alexandre da Silva Simões, primogénito de Manuel Simões de Avelar, *juiz do julgado* de Santo Quintino.

Dois anos sôbre o nascimento de Brotero, em 1746, morre seu pai com 37 anos e, pouco depois, dá entrada a mãe,



(Assinatura do Prior Monoel Simões de Avellar)

nascida em 1718 (3), no Recolhimento de S. Cristóvão, em Lisboa, onde, passados tempos, enlouquece, sendo então transferida para o Hospital Real de Todos os Santos, con-

---

(1) Certidão anexa ao processo *de genere,* para *ordens menores,* comum a êle e seu irmão Manuel Simões de Avelar, mais tarde Prior de Alcainça.

Documento incluído no Maço *Genere,* M-83, do antigo Arquivo da Câmara Eclesiástica de Lisboa, hoje dependente, não da Tôrre do Tombo, mas da Tesouraria instalada no Edifício de S. Vicente de Fora.

(2) Depoimento de Alexandre da Silva, como testemunha, nas inquirições *de genere* de Manuel Ribeiro da Silva, para Familiar do Santo Ofício. Tôrre do Tombo, *Habilitações de Familiares,* Maço 134 de Manueis, Doc. 2317.

A Quinta mencionada parece ter vindo a pertencer, em 1836, ao Capitão Alexandre Lázaro Quintino, depois administrador do concelho do Sobral do Monte Agraço, segundo se depreende do Documento 33, Caixa 19-158. (Prazos de Santo Quintino, Alcaria e Almargem) *Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa.*

(3) Baptisada, a 26 de Março do referido ano, na freguesia da Encarnação de Lisboa, sendo padrinho Francisco de Bel Fonds. *Livro de baptisados* da dita freguesia entre 1703 e 1720, fl. 218.

servando-se, nêle, uns vinte anos, até 1770 (1), data em que, embora ainda não completamente curada, regressa ao convívio da família, mas só para, dentro desta, provocar, com sua tutoria, violenta discórdia. Fatalidades sucessivas tornam, pois, Brotero, órfão, permitido é dizê-lo, de mãe e pai aos três ou quatro anos.

São já também, ao tempo, falecidos, respectivamente, com 35 e 45 anos de idade, dois dos três tios paternos, os padres Manuel Simões de Avelar, de nome igual ao do Avô, e Tomás da Silva de Avelar.

Fôra, o primeiro, prior de Alcainça, emquanto o segundo chegara, pela protecção do Soberano, a *Beneficiado de Antiga Criação* e *Mestre de Cerimónias* da Patriarcal, ao tempo, erecta na capela de S. Tomé do Paço da Ribeira. Interessante é aqui reparar nas acentuadas tendências religiosas da família, em manifesta oposição contra o que, porventura, poderá induzir-se de certas passagens das notícias biográficas de Brotero até hoje impressas. O próprio pai dêste, Dr. José da Silva Pereira, se habilitara, como já dissemos, para *ordens menores*, conjuntamente com seu irmão Manuel Simões de Avelar. E êste último, cursando os estudos eclesiásticos, recebera a instrução dos Jesuítas, como se vê do seguinte documento (2):

«Certifico eu o P.e Francisco de Figueiredo Reytor no Seminr.o de S. Patricio desta Cid.e de Lx.a Occid.al q. Manoel Simões do Avelar Porcionista no d.o Seminar.o he pessoa de bons procedim.tos e sem crime neste Seminar.o aonde frequenta os Sacramentos da Penitencia e Sagrada Communham todos os mezes assistindo e ajudando as Missas; o q.

---

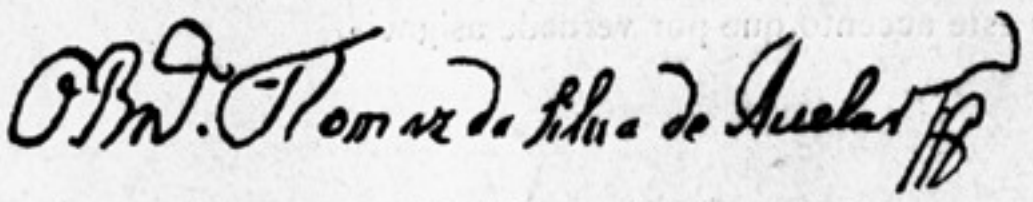
(1) Tôrre do Tombo, *Desembargo do Paço-Côrte, Extremadura e Ilhas*, Maço 1766, Doc. 34.

(2) Processo incluído no maço *Genere*, M. 83, do Cartório da Câmara Eclesiástica de Lisboa.

tudo juro (se necessario he) — in verbo sacerdotis — e por se me pedir esta a passei. Dada sub meo signal e Sello neste Seminar.º em 30 de Jan.º de 1730. — Francisco de Figueiredo da Comp.ª de JESUS».

De certo manuscrito genealógico da família consta ter sido, igualmente, discípulo dos Jesuítas o outro irmão, Beneficiado Tomás da Silva de Avelar.

E, a propósito, devemos referir o facto de a Companhia



(Assinatura do Beneficiado Thomaz da Silva de Avellar)

de Jesus possuir numerosas propriedades em Santo Quintino e Sobral de Monte Agraço, conforme revela a simples inspecção do *Índice* do *Cartório Jesuítico* na Tôrre do Tombo.

Como exemplo interessante de fervor religioso em disposições testamentárias do século XVIII, transcrevemos a seguir o registo de falecimento do já citado Padre Manuel Simões de Avelar, tio de Brotero, no *Livro de óbitos da freguesia de Alcainça,* relativo aos anos de 1663 a 1766:

«Anno do Senhor de mil e settecentos e quarenta e dous aos desasette dias do mes da Janeiro, faleceo da vida prezente o P.e Manoel Simões de Avellar, prior que foi desta parochial Igr.ª de São Miguel de Alcainça com todos os sacramentos, e fes testamento, o qual estava serrado e aprovado e nelle deixou por seu testamenteiro o Ben.º P.e Thomaz da Silva de Avellar, seu Irmão m.or em Lx.ª, e que lhe mandace dizer seissentas missas, pella sua Alma e obrigações a que tinha faltado na sua Igr.ª, e mais seiscentas pellas Almas do Purgatorio e mais duzentas e sincoenta pella sua Alma e de seus avós e hũa thia, empostas no seu patrimonio, o qual deixou com licença de Bernarda da Silva, sua Mai, a Joseph Pereira da Silva, seu Irmão Medico, m.or em Santo Quintino, e deixou mais vinte e tres mil reis p.ª missas que lhe devia seu Irmão Alferes tãobem m.or em Santo Quintino e deixou que á custa dos mais bens que ficarão por seo falecimento se mandace emcarnar a Ima-

gem do S.or São Miguel e se mandace tãobem emcarnar nossa S.ora das Candeas tudo desta Igr.a de São Miguel de Alcainça, e que se dese novos Paramentos p.a a ditta Igr.a, pellos, que o d.to Prior levou p.a sepultura, e que se mandasse cumprir duas romarias, que devia, hũa ao S.or Jesus da Pedra, e a outra a nossa Senhora da Nazaré; e o acompanharão p.a a sepultura dezanove clerigos e sette frades, e se lhe fez oficio de corpo prez.te e mais dous officios que ja estão feitos e acompanharão todas as cruzes da Igr.a e foi sepultado na Capella mór na sepultura do meio da dita Igr.a. e declarou no seu testamento, que as missas declaradas fossem ditas hũa só ves amtre seu testamenteiro quizer e de que fiz este accento que por verdade asignei».

*

Tem Brotero três irmãos, todos mais velhos, D. Maria Antónia, D. Francisca Rosa e o futuro Padre José Pereira de Avelar, mas pequena diferença dêle fazem na idade, seis anos, apenas, para D. Maria Antónia, a primeira gerada, e nenhum auxílio lhe podem, ainda, prestar à época em que, órfão de pai, por um lado, sua mãe manifesta, por outro, perigosa doença mental. Sôbre isso, o novo Soberano, D. José I, não dispensa, por certo, ao avô materno, José Rodrigues Carreira Frazão, *Almoxarife* e *Mestre da Obra Real* de Mafra, o aprêço evidenciado pelo anterior Rei, confiando-lhe demorada missão de arquitectura no estranjeiro, onde permanecera, de 1721 a 1728, como adjunto do já referido Beneficiado Tomás de Avelar, presenciando, em Roma, Frankfurt, Reims e Moscou, as festas das coroações de Carlos VI, no *Sacro Império Romano;* de Luís XV, na França; da Tzarina Alexiewna e do Papa Benedicto XIII. Nas circunstâncias tão tristes de sua infância, acode agora ao pequeno Felix, recolhendo-o, a avó paterna, Bernarda da Silva Pereira, moradora e proprietária em Santo Quintino, irmã de Manuel Pereira da Silva, escrivão do *julgado* com séde na mesma localidade.

De sua parte, àquela, mãe mal afortunada, de cinco filhos,

quási todos falecidos de prematura morte, só lhe resta, à época, um único, por acaso, o mais velho. Em 1752 extingue-se-lhe a vida aos 83 anos, precisamente a idade com que, em 1828, falecerá seu neto, Félix da Silva e Avelar. E êste, agora com oito anos, muda para a tutoria do avô materno, residente em Mafra. Passa então a esta vila. Ao fim de cinco anos, em 1757, morre o avô. Resta-lhe, porém, ainda a avó materna, agora viúva. Entregue a ela, vai fre-



(Assinatura do avô materno de Brotero)

qüentando a escola (1) dos religiosos conventuais, ao tempo, os *Arrábidos* (2). Após as primeiras letras, fase preliminar dos *estudos menores* (3), segundo a designação da época, continua estes com Latim, Rètórica e Filosofia, preparatórios universitários, em que vai confirmando, a um tempo, clara inteligência e aplicação excepcional. Entretanto, correm alguns anos mais.

Encontra-se já a mãe, supomos, albergada no *Recolhimento de S. Cristóvão*, em Lisboa, emquanto a Irmã mais

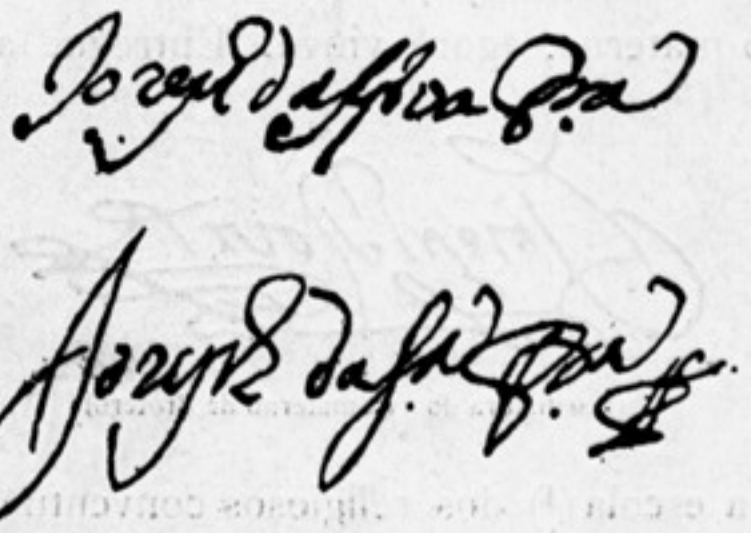
---

(1) Estabelecida pelo Cardial da Cunha, passou, mais tarde, em 1772, data da reforma universitária de Coimbra, a intitular-se *Rial Colégio de Mafra*, sendo então ampliado o quadro das disciplinas professadas, agregando-se a estes, além da fisica, as línguas francesa, italiana, grega e hebraica.

(2) Substituídos, mais tarde, pelos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho.

(3) Sôbre a organização dos *Estudos Menores* vid. *O Marquês de Pombal e as reformas dos Estudos Menores*, do Dr. António Ferrão, Lisboa, 1915, e a *História dos Estabelecimentos Scientíficos, Literários e Artísticos de Portugal*, por José Silvestre Ribeiro, tom. I, 1871.

velha, D. Maria Antónia, é admitida no *Recolhimento da Misericórdia* da referida cidade, do qual só sai, em 1762, para casar (1), vencendo a oposição da família com o mesmo voluntarioso ânimo de que, cinqüenta e cinco anos mais tarde, em 1817, nova prova dará, atravessando o Atlântico e indo ao Rio de Janeiro apoiar, perante o Rei, justas reclamações



(Assinaturas do Dr. José da Silva Pereira, pai de Brotero)

de seu filho, o então Coronel Manuel Inácio de Avelar Brotero, Governador de Pôrto Santo.

Apenas realizado o casamento da irmã, D. Maria Antónia, agora moradora em Santo Quintino, decide-se o moço Félix a vir estudar para Lisboa, seguindo a tradição de seus falecidos tios, os Padres Manuel e Tomás.

Mal lhe consentindo, porém, seus escassos recursos pecuniários a vida na capital, pensa valer-se de manifesto jeito para o canto religioso, aprendido, por curiosidade, com os frades do mosteiro. Concorre, nesse intento, a um logar vago de *capelão-cantor* na Basílica Patriarcal de Lisboa. Então já com *ordens menores* (2), alcança, efectivamente, sua

---

(1) *Arquivo da Misericórdia de Lisboa*, liv. 2.º de casamentos, fl. 166. O referido recolhimento existia então, segundo indica o mesmo assento, na Rua Direita da freguesia dos Anjos.

(2) No Maço de *Ordens*, F-2, da *Câmara Eclesiástica de Lisboa* en-

nomeação no ano seguinte, 1763, para a nova Basílica, edificada no sítio da Cotovia ou, mais precisamente, da actual Praça do Rio de Janeiro. Acompanhando-o, vem, provàvelmente, para Lisboa, casando aqui no ano seguinte, 1764, a irmã ainda solteira, D. Francisca Rosa, emquanto o irmão, José Pereira de Avelar, mais tarde sacerdote, parece conservar-se ainda alguns anos em Mafra, vivendo com a avó materna. Embora ignoremos o ponto de Lisboa onde, em 1763, veiu residir Brotero, sabemos, contudo, ser êste morador, três anos depois, em 1766, na rua de S. Boaventura, freguezia das Mercês (1).

II

A primeira estada em Lisboa (1763-1778)

Lamentável falha de elementos heurísticos directos sôbre esta fase da vida de Brotero fórça a investigação a indirecto caminho, obrigando a procurar induzir, do estudo geral do meio, as tendências dominantes de seu espírito, já adolescente. Companheiro de exílio, em 1778, de Filinto Elísio, muito provável é aproximado paralelismo de ideais entre ambos. E como, no último, são notórias as sugestões do movimento ideológico estranjeiro, importa, por evidente razão de ordem, fixar êste em suas linhas gerais.

Marca, na Europa Continental, o século XVIII, ao volver seu segundo quartel, inflexão acentuada no sentir e pensar

---

contra-se, datado de 1767, o *Auto de Ordens de Diácono*, relativo a êle e a seu irmão, o futuro Padre José Pereira de Avelar.

O dito *Auto* refere-se às habilitações anteriores *de genere*, sentenciadas favoràvelmente, a 22 de Novembro de 1762, pelo Dr. João Pereira Cabral, *Juiz das justificações de genere* no Patriarcado de Lisboa.

(1) Câmara Eclesiástica de Lisboa, *Ordens*, Maço F-2, Doc. não numerado, de 1767, contendo o *Auto de Ordens* de Diácono.

das classes cultas. Expressivamente, e a seu modo, a define Nietzsche, no *aspecto moral*, recuando-a, porém, de algumas dezenas de anos, a fim de, sacrificando a precisão ao impressionismo, realçar, com maior vigor de tintas, o *contraste de sentimentos* entre os dois séculos, XVII e XVIII:

«Manifesta-se o Seiscentismo de essencia aristocratica, pleno de confiança em si proprio, de espirito organisador; indifferente, por orgulho, aos impulsos da animalidade; rispido contra os acessos de ternura; e revelando invencivel repugnancia perante o Burlesco e o Natural... Caracterisam, psicologicamente, o seculo XVII acentuada força de vontade e violenta energia de paixões... Dominam, pelo contrario, o Setecentismo emoliente influencia feminista, intellectualismo dissolvente, sensibilidade doentia, libertinagem de espírito e nihilismo social, encobrindo, sob enganadora capa, torpezas verdadeiras ..» (1).

Procurando sincronismos, curioso seria investigar minuciosamente, em nosso país, de excêntrica situação geográfica, a série de repercussões das lutas do pensamento, travadas na França e na Inglaterra, seus principais focos. Emprêsa difícil, sob qualquer aspecto, transcende, porém, tal tentativa, no caso presente, reduzida preparação individual. Multíplices exigências correlativas demandam até, provàvelmente, para completa solução do problema, concurso vasto de especialistas, quer, primeiro, na excavação de materiais literários e arquivísticos, quer, depois, na elevação de compreensiva síntese, ganhando amplo horizonte intelectual. Guarda, sem dúvida, o futuro, a êste respeito, possibilidades de iniciativa feliz, em conjunção eventual de numerosos factores, a custo indispensáveis e hoje dispersos.

Quanto a nós, dever apenas cabe de, condensando alheios estudos, aqui apontar algumas, breves, notas sôltas sôbre a

---

(1) *Der Wille zur Macht — Versuch einer Umwerthung aller Werthe-* -Werke-Band XV, 1901, pág. 39.

provável orientação do ambiente mental português do terceiro quartel do século XVIII, período em cujo final se integra, quási completamente, a primeira estada de Brotero em Lisboa.

*

Agita, ao tempo, os intelectuais de nossa terra amortecido reflexo da vibração enciclopedista. Esforçam-se, zelosas, as autoridades por evitar a propaganda de doutrinas, mais ou menos, subversivas. Dois tribunais, um, a *Mesa Censória*, afixando listas de obras proïbidas; outro, a *Inquisição,* perseguindo relapsos leitores, tentam inùtilmente erguer seguro dique contra a maré materialista da época. Impossível não seria, em paciente pesquiza, reconstituir o andamento geral da luta, socorrendo-se da comparação atenta das medidas de defesa social, conjugadas entre a Mesa Censória e o Santo Ofício.

Dos documentos relativos à primeira, constam, de facto, títulos e autores dos livros sediciosos; de determinados processos-crimes do segundo, conhecem-se certas dessas publicações na posse de particulares. Longe está, porém, ainda de completa a exploração do assunto, demasiado vasto para escasso número de investigadores. Razão maior, por isso mesmo, para apreciar os que se lhe têm dedicado nos últimos anos. Entre eles figuram os Srs. Drs. António Baião (1), António Ferrão (2), Silva Basto (3), e ainda, justiça

---

(1) *Episódios dramáticos da Inquisição portuguesa,* vol. II, processos-crimes de Francisco Manuel do Nascimento e José Anastácio da Cunha, ambos de 1778, págs. 54 a 122.

(2) *A Censura Literária durante o govêrno pombalino,* «Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciências de Lisboa», vol. XVIII 1927, págs. 285 a 395.

(3) *História da Censura Intelectual em Portugal,* 1927, págs. 97 a 234.

lhe seja feita, Teófilo Braga. De seus trabalhos pode concluir-se certa difusão, ao tempo, em nosso país, das obras, de espírito mais ou menos revolucionário, de Bayle, Argens, Beaumelle, Boulanger, Chubb, Cherbury, Collins, Hobbes, Mandeville, La Mettrie, Morgan, Rousseau, Shaftsbury, Locke, Tindal, Toland, Woolston, Montesquieu, Holbach, Helvetius e, sobretudo, Voltaire, o autor mais perigoso por seu empolgante estilo.

Muitos dêsses escritores são, porventura, divulgados em Portugal por oficiais protestantes (1) vindos, com o Conde de Lippe, para a campanha de 1762. Sujeitos, muito embora, ao confisco, bastantes dos livros proïbidos escapam, sem dúvida, ganhando o interêsse da mocidade escolar, quer, dum lado, pela atracção do fruto defeso; quer, do outro, pela novidade das ideas, tantas vezes expressas com sugestão e requintada elegância literária.

*

Além dos Pirenéus corre, cada vez mais intenso, mal dissimulado frémito, precursor de derrocada breve no edifício social, a custo firmado em sua já velha, carcomida, estrutura. Scepticismo elegante, quando não ateísmo declarado, aproveita hàbilmente oportunidades favoráveis para bater de escarpa as instituïções religiosas. Range o estado tradicional sôbre seus alicerces, de que a religião foi outrora o cimento mais tenaz. Sem convicções fortes, concordam, porventura, no íntimo, com as novas ideas, muitos dos dirigentes políticos. Alastra, vencendo fáceis barreiras, a

---

(1) Veja-se o Processo de J. Anastácio da Cunha na obra do Sr. Dr. Baião, em que parece revelar-se acentuada influência naquele, ao tempo, tenente de artilharia, de seus camaradas estranjeiros, impregnados das novas ideas filosóficas.

onda perturbadora, gerada em multíplices centros de excitação intelectual, e o anterior equilíbrio vai cedendo o logar a oscilações desordenadas, de freqüência e amplitude crescentes. Grave, a crise nos espíritos pressagia próximas convulsões materiais. Arvoram-se, sinceramente, certos filósofos da Enciclopédia em apóstolos duma nova era da humanidade, finalmente, redimida de erros e imperfeições. São seus dogmas a homogeneidade da matéria humana, a bondade ingénita das criaturas, a omnipotência da educação para formar os caracteres e o primado da razão geométrica nos planos de reorganização social. Albergam-se, de preferência, os agitadores latinos em países protestantes. Dá-lhes guarida, na Prússia, o grande Frederico, distinguindo Voltaire com o cargo de camarista, e protegendo o médico La Mettrie, exilado francês, seu leitor, e alcunhado, pela maledicência de Voltaire, de *ateu oficial* da Côrte. Celebra La Mettrie, lisongeiro e vaidoso, simultâneamente, os méritos do rei, confrade filosófico, calando, porém, seus assomos de despotismo e a ausência, maquiavélica, de escrúpulos políticos.

«Devant un tel génie, on ne doit point craindre de paroitre à découvert, si ce n'est à cause du peu qu'on en a. Ah! si tous les princes étoient aussi pénétrans, aussi éclairés, aussi sensibles au don précieux de l'esprit, avec quel plaisir & quel succès, chacun suivant hardiment le talent qui l'entraîne, favoriseroit les progrès des lettres, des sciences, des beaux-arts; & surtout de leur auguste souveraine, la philosophie» (1).

«Certes, je le jure, ce n'est pas sa couronne; c'est son esprit que j'envie» (2).

Mal imaginam, ao tempo, os dois, Frederico e La Met-

---

(1) De La Mettrie, *Oeuvres philosophiques*, vol. I, ed. de 1774, pág. 41.

(2) Idem, *ibidem*, vol. I, pág. 65.

trie, os futuros sarcasmos de Voltaire, após seu rompimento com o filósofo coroado:

«La Métrie mourut après avoir mangé chez milord Tyrconel, envoyé de France, tout un pâté farci de truffes, après un très long diner. On prétendit qu'il s'était confessé avant de mourir; le roi en fut indigné; il s'informa exactement si la chose était vraie: on l'assura que c'était une calomnie atroce, et que La Métrie était mort comme il avait vécu, en reniant Dieu et les médecins. Sa Majesté, satisfaite, composa sur-le-champ son oraison funèbre, qu'il fit lire en son nom à l'aseemblée publique de l'Académie, par Darget, son secrétaire, et il donna six cent livres de pension à une fille que La Métrie avait amenée de Paris, quand il avait abandonné sa femme et ses enfants».

(Continúa).

A. Botelho da Costa Veiga.

ALGUMAS OBSERVAÇÕES ACÊRCA DA INFLUÊNCIA DO INGLÊS NO PORTUGUÊS E DO MAIOR VEICULO DELA — O FRANCÊS

(Cont. do n.º 1, pag. 112)

O anglicismo aparece-nos não apenas nas grandes cidades do continente, mas inda nos meios provinciais ou rurais, e nas ilhas adjacentes — e aqui até com caracteres bastante particulares. Ás nossas aldeias mais conservadoras e desafectas à novidade chegaram há muito anglicismos como *bispote,* de *pisspot,* têrmo do campo da decência, e *lorde* de *lord,* têrmo do campo social; e vão chegando hoje muitos outros, e tanto por via culta, como por via popular. E explica-se que assim seja, por um lado, pela extensão da escola — os lavradores de mais teres mandam os filhos para estudos que compreendem o aprendizado do inglês — e pela disseminação do jornal, cheio de anglicismos nas secções desportiva e mundana, e, por outro lado, pela emigração para a América do Norte, feita por famílias inteiras, e que no regresso são, pelo ascendente da viagem e do dinheiro, focos de desnacionalização lingüística, e tanto mais que a mania de fazer vista leva a proceder exactamente como o pedantismo elevado a que se refere Tolentino:

> E balbuciará às vezes,
> Fingindo que lhe esqueceram
> Muitos termos portugueses (1).

(1) *Obras completas,* Lisboa, 1861, pág. 236.

Em Faro, cidade do Algarve, há uma Alfaiataria *Smart* e em Espariz, aldeia da Beira Alta, já ouvi o anglicismo, decerto chegado por via emigratória, que não por influência culta, *cotage,* que é termo corrente, com o significado seu habitual de moradia ou vivenda independente de ar campesino, entre os portugueses que trabalham nos Estados Unidos. Vejo-o repetidamente nos anúncios do semanário — *O Popular,* publicado pelos nossos compatriotas de New-Bedford — onde há de longa data uma colónia açórica muito penetrada de anglicismos. Já em 1888 Henry Lang escreveu ao professor Leite de Vasconcelos uma carta em que acêrca do falar desta colónia se diz:

«... Vou dar-lhe uma pequena amostra de elementos ingleses assimilados pelos nossos colonos açoreanos: *bordar* = *hospedar; bordo* (border) = hóspede; *bins* = feijões; *chape* (chope) = loja (ouve-se já nos Açores por influência dos ingleses); *carpete* = tapete; *chulipe* = dormindo, por exemplo «o bébé está *chulipe*»; *espalhagrace* (sparrow-grass) = asparagus; *estima* = vapor, navio (*estimas* = steamers); *frio* = constipação (ter um frio = estar constipado, tomar *um frio* = constipar-se); *gairete* (garret) = airiques, *misa* (meeting) = reünião; *nevere miude* = não importa; *dar notas* (give notice) = dar parte; *offas* (office) = escritório; *olhar* = parecer (diz-se por exemplo: esta gravata *olha* bem = this necktie *looks* well); *papel* = jornal; *salreis* (celery) = aipo.

V. terá já observado que em casos tais como os de *frio, dar notas, olhar,* há o que Hermann Paul, *Principien der Sprachgeschichte,* chama alteração «der innern Sprachform». Dá-se também o caso, embora seja muito mais raro, de o inglês ser alterado na bôca dos açoreanos por influência portuguesa. Assim, por exemplo, ouvi a uma velha dizer: *I had cabbages* (couves) *for dinner*» (1).

---

(1) *Revista Lusitana,* I, pág. 378-9.

O anglicismo *cottage* foi, é certo, há muito introduzido pelos cultos — se bem que não deva ter chegado ao povo por tal via. Encontro-o neste passo das *Vinte horas de liteira,* de Camilo Castelo Branco:

«Toda a gente se maravilhou da exquisitice da senhora, e da rapidez com que, de sob as ruinas, se levantou o mais gracioso cottage, modulado por outro que um inglez recentemente edificara em Vizella» (1).

A guerra também trouxe novos vocábulos ânglicos — uns à língua culta, outros ao calão: um exemplo do primeiro grupo é o termo militar *very-light;* outro do segundo é *camone,* que provém da locução *came on,* e na gíria da soldadesca servia para designar os ingleses, — visto que estes o usavam a cada passo para chamar os portugueses no teatro da luta. Também no calão lisboeta os ingleses são, pelo mesmo motivo, *camones,* em virtude da locução mais commumente empregada se haver tornado símbolo dos empregadores, fenómeno linguístico que de igual modo se encontra na génese de muitas alcunhas pessoais.

O calão de outras línguas tem também anglicismos: no francês, por exemplo, usa-se com largueza de *afnaf,* com o valor de «*assim, assim*», «*nem bem nem mal*», e que provém de *half and half* — na origem mistura de duas cervejas diferentes em partes iguais.

Nas ilhas adjacentes o anglicismo aparece-nos com certa vastidão, dado o grande contacto com ingleses na Madeira, e com as populações americanas que inglês falam, nos Açores. Servem de documento do facto os termos anglicanos do falar madeirense *bóizinho* e *machinzinho,* respectivamente de *boy* e *machine,* com o infixo — *z* e o diminuitivo — *inho,* e os do falar açórico *reque* e *pipo,* respectivamente de *rake* e *pipe.*

---

(1) Lisboa, 1907, pág 48.

Também na nossa colónia de Moçambique — mercê do contacto com ingleses dentro dela e nas convizinhanças — os anglicismos pululam, — anglicismos que a imprensa local naturalmente reflecte em tôdas as suas formas. Um exemplo semântico ministra-o o termo *atracção* neste passo do *Notícias da Beira:* «A atracção de domingo no Excelsior é a exibição da *Jazzmania,* em que May Murray tem papel de destaque» (1).

A invasão anglicistica é caracterìsticamente moderna, — o que não quere dizer que não haja importações de certa antiguidade, como *lugre*, termo náutico, de *lugger*, *horsa,* termo zoológico, de *horse,* e *bispote,* termo eufémico, de *pisspot* — êste apresentando a curiosidade fonética do abrandamento do *p* inicial, aliás natural à língua, como atesta, por exemplo, o caso de *bostela*, de *pustella*, por *pustula*. É, no entanto, com a escola literária romântica que o anglicismo principalmente surge. E o romântico Garrett é porventura, mesmo, o nosso escritor mais anglicizante: usava com freqüência formas intactas como *toast*, e formas adaptadas como *fashionavel*. E também êste escritor — aliás de requintes clássicos no dizer — emprega o anglicismo quando êle é necessário, por falta de termo na língua, e quando êle é supérfluo, por haver no idioma palavra que diz inteiramente o mesmo. As *Viagens na minha terra* ministram os indispensáveis exemplos. Seja o primeiro *flartar*, inglesismo necessário, como o autor reconhece no seguinte passo:

«O tom perfeito da sociedade ingleza inventou uma palavra que não ha nem pode haver noutras linguas, emquanto a civilização as não apurar. *To flirt*, é um verbo innocente que se conjuga alli entre os dois sexos, e não significa *namorar* — palavra grossa e absurda que eu detesto — não significa *fazer a corte;* é mais do que estar amavel, é menos do

(1) Número de 14-9-926.

que galantear, não obriga a nada, não tem consequencias, começa-se, acaba-se, interrompe-se, addia-se, continua-se ou descontinua-se á vontade e sem compromettimento.

«Eu *flartava*, nós *flartávamos*, ellas *flartavam*. E não ha mais doce nem mais suave entretenimento d'espirito do que o *flartar*, com uma elegante e graciosa menina ingleza; com duas é prazer angélico, e com tres é divino» (1).

Seja o segundo exemplo *desapontamento* — anglicismo desnecessario, como o autor reconhece também no passo seguinte:

«Isto não pode ser! Uns poucos de pinheiros raros e infezados atraves dos quaes se estão quasi vendo as vinhas e olivedos circunstantes!... É o desappontamento mais chapado e solemne que nunca tive na minha vida — uma verdadeira logração em boa e antiga phrase portugueza» (2).

Garrett é o próprio a notar a modernidade ou contemporaneidade da anglização, como se vê neste passo a respeito de *drawing room,* publicado num artigo intitulado *Inglés,* em que se enxergam certas preocupações etnopsicológicas:

«Aqui ha dez anos era impossivel em Portugal, impossivel talvez em França mesmo, traduzir em phrases intelligiveis para um grande numero de pessoas — ainda usando das mais rodeadas periphrases — esta mysteriosa e comprehensiva palavra *drawing-room.* Hoje está toda a Europa tam inglezada que não desespero de me fazer entender» (3).

Também os escritores que representam a transição do romantismo para o realismo e cultivaram as maneiras artísticas de ambas as escolas literárias — é o caso de Camilo

---

(1) II, Lisboa 1904, pág. 275.
(2) I, Lisboa 1904, pág. 32.
(3) *Obras completas,* de A. Garrett, vol. XXI, Lisboa, 1904, pág. 206.

Castelo Branco — como ainda os exclusivamente realistas — e os prosadores como Aquilino Ribeiro, do mesmo modo que os poetas, como Cesário Verde — fazem uso basto de anglicismos, em formas intactas e adaptadas.

Alguns passos elucidativos:

Dois de Camilo Castelo Branco:

Primeiro — em que se encontra *bife,* adaptação do inglês *beef,* e vem nos *Volcoens de lama:*

«Quando se assentou á meza a trinchar um bife de grelha, dava facadas no prato» (1).

Segundo — em que se topa *sandwichs,* anglicismo inadaptado ou intacto, e está na *Bohemia do espirito:*

«O lombo do rei da creação perdeu bastante da sua importancia desde que os nossos irmaõs anthropophagos pegaram de extrahir d'elle sandwichs» (2).

Topa-se no conto *A Revolução,* do *Jardim das Tormentas,* de Aquilino Ribeiro, com o anglicismo intacto *steamer:*

«... aqueles, ainda, montaram os dóceis hidro-aviões, acenderam as caldeiras dos velozes *steamers,* e abalaram, mar fora, a continuar na faina que, dia a dia, lhes restituia o glorioso tesoiro das idades» (3).

E no conto — *O Malhadinhas,* da *Estrada de Santiago,* do mesmo autor, há a adaptação *horsa,* já antiga, popular, directa e necessária:

«Era pelo mês de abril, na semana da pascoela, quando se vêem pelos caminhos as garnachas dos padres, que ainda andam a cavalo de suas horsas papa-léguas, de igreja para igreja, a confessar» (4).

Como, nas *Filhas de Babilónia,* há a adaptação — *ra-*

---

(1) Porto, 1886, pág. 163.
(2) Porto, 1886, pág. 137.
(3) Lisboa, 3.ª ed.. pág. 319.
(4) Lisboa, 1924, pág. 27.

lhe, moderna, culta, e talvez feita sôbre o francês — que adoptou *rail* e fêz *dérrailler* — e não sôbre o inglês, língua que daria antes *raile* ou *railo,* estrangeirismo um tanto dispensável, pois existem entre nós os termos *calha* e *carril* — êste último a titular até em Lisboa a Companhia dos Elétricos, oficialmente *Companhia Carris de Ferro,* e sôbre o qual se formou o verbo descarrilar, que não tem concorrente ânglico aparecido por emquanto no português:

«Assim a transporto comigo, na bulha dum comboio aceso, repleto de gente, batendo o railhe com furor» (1).

Um exemplo bem característico do uso do anglicismo em poesia está na seguinte quadra da composição *Nós,* de Cesário Verde:

> Á procura da libra e do *shilling,*
> Eu andava abstracto e sem que visse
> Que o teu alvor romantico de *miss*
> Te obrigava a morrer antes de mim (2).

Na *Velhice do Padre Eterno,* de Guerra Junqueiro, há êste passo em que aparece o termo ânglico — *gin:*

> E à força de beber o tragico veneno
> Tombou por terra exhausta a humanidade, emfim,
> Como em Londres, de noite, ao pé dum antro obsceno
> Cae sob a lama inerte um bebado de gin (3).

Até os próprios termos ânglicos do calão nos aparecem nas obras literárias — em virtude do desaparecimento das fronteiras entre o termo nobre e o plebeu. Foi sòmente o modernismo artístico que pôs no dicionário aquele barrete frígio que Victor Hugo reclamava, sem que no entanto êsse

---

(1) Pág. 18.
(2) O *livro de Cesário Verde,* 1926, pág. 95.
(3) Ed. cit., pág. 95.

az do Verbo visse — ninguém excede o seu tempo senão em certa medida — as últimas conseqüências de tão democrático princípio lingüístico. E assim o mais vigoroso e original representante dêsse modernismo em Portugal — Aquilino Ribeiro, não duvida dar guarida ao vocábulo de viela. Eis dois passos documentativos:

Um, da *Via Sinuosa*, em que aparece *chumeco:*

«Nas baiucas silenciosas e desertas, os barbeiros, os chumecos, os adélos, perderam o ar que lhes achava de vendedores de sombra» (1).

Outro, da *Estrada de Santiago*, em que aparece *naifa:*

«Danado aquele Malhadinhas, de Barrelas, homem sobre o meanho, reles de figura, uma voz tão untuosa e um tal ar de sisudez que nem o proprio Demo o julgaria capaz de, por um nonada, crivar à naifa o abdómen de um cristão» (2).

Há obras literárias particularmente ricas de anglicismos: e são naturalmente aquelas que a êles recorrem por natural exigência de côr local, como é o caso dos livros de viagens na Inglaterra ou em países de língua inglesa, e das peças dramáticas ou dos romances que de figuras ou personagens inglesas se ocupam. Cito, no domínio do último género literário apontado, a obra de Júlio Dinis — *Uma família inglesa*, em que abundam anglicismos vocabulares, como *gentleman, meeting, toast, speech, roast beef, lunch, plum pudding, chester*, e expressionais, como *curious essence*.

Dois exemplos, em que entram alguns dos últimos anglicismos vocabulares apontados:

Primeiro — no capítulo que se intitula — *Uma manhã de Mr. Richard:*

«O *roast beef* à inglesa ou o fiambre, a mostarda, as

---

(1) Lisboa, 1919, pág. 88.

(2) Lisboa, 1924, pág. 71.

batatas, a bolacha, a cerveja, o queijo de consistencia pastosa forneciam tambem elementos para estes *lunchs* accomodados à robustez d'aquelle estomago saxonio» (1).

Segundo — no capítulo que se intitula — *Em honra de Jenny:*

«Nada faltou de tudo quanto possue o cunho caracteristico da cozinha britannica, desde o *roast beef* ao *plum pudding,* desde a batata ao *chester*» (2).

Um exemplo do uso da expressão anglicana *courious essence* está no seguinte passo: «Isto dizia outro, vasando meio litro de *courious essence* sobre o fino lenço de bretanha» (3).

Que é o desejo de côr local, que não peralvilhos intuitos de exibição, que levam Júlio Dinis ao emprêgo nesta obra de multidão de anglicismos ressalta evidente de passos, como o seguinte, em que o autor, — e por estar num campo, o da medicina, que, por bem conhecido, lhe facilitava o esfôrço a dispender — se mostra preocupado da busca de expressão que traduza fielmente a idea contida no termo inglês *spleen:*

«Mr. Whitestone, homem laborioso e contente do mundo, estava sempre em constante opposição ao seu compatriota e amigo, que era d'estes que teem feito adquirir aos nevoeiros de Londres a immerecida fama de fomentadores do *spleen* — fama, contra a qual principiam, com muito criterio, a protestar os homens pensadores, descobrindo antes na ociosidade favorecida por as fabulosas riquezas de alguns *lords,* a causa d'aquelle mal de suicidas.

«O aspecto de Mr. Morlays denunciál-o-hia á medicina antiga como victima d'esse mysterioso humor negro — que

---

(1) 14.ª ed., 1917, pág. 63.
(2) Id., id., pág. 404.
(3) Id., id., pág. 360.

ela chama *atrabilis*. Era a variedade do inglez, que pode denominar-se escura; e a escuridade, que lhe estava em rosto, projectava-se lhe também nas disposições moraes» (1).

Também as obras em que se descreve a vida mundana — tal o caso do romance da alta roda lisboeta — *Os Maias*, de Eça de Queiroz, estão por sua vez cheias de anglicismos. Lembro-me de ter encontrado, num rápido manejo desta obra, formas anglicanas intactas como: *break, dog-cart, grog, jockey, high-life, mail-coach, punch, shake-hands, speech, spleen, ulster, whist.*

Exemplo de uma frase em que entra *dog-cart:* «Não é verdade que eu era capaz de governar o *dog-cart?*» (2).

Eça de Queiroz, depois do anglicismo intacto ou nacionalizado, emprega por vezes complementos ou adjectivos que, indicando ser característica do povo de Inglaterra a ideia nêles contida, são de algum modo uma atenuação ou fórmula desculpadora do recurso ao estrangeirismo.

Alguns exemplos:

Primeiro — de anglicismo intacto adjectivado:

«O avô prepara-lhe uma linda casa em Celas, isolada, com graças de *cottage* inglez» (3).

Segundo — de anglicismo intacto, acompanhado de complemento:

«E puxava-o já pelo seu bello *plaid* de cavalleiro de Escossia, quando a mamã acudiu aterrada» (4).

Terceiro — de anglicismo nacionalizado e complemento modal:

«Elle ameaçava boxa-la á ingleza» (5).

---

(1) 14.ª ed., 1917, pág. 391.
(2) Porto, 3.ª ed., pág. 95.
(3) Id., id., pág. 136.
(4) Id., id., pág. 111.
(5) Id., id., pág. 110.

Em França houve também escritores que anglizaram muito. E dos maiores importadores dêstes estrangeirismos são naturalmente os literatos de imaginação scientífica — como Júlio Verne, em cujas narrativas maravilhosas aparecem com freqüência formas como *steam-ship, mizzene-mast, engine-secrew, patent-log.*

O vocábulo ânglico aparece-nos por vezes a titular obras e capítulos delas. Um exemplo dêste último caso dá-no-lo Garrett, no *Arco de Sant'Ana:* o capítulo trigésimo segundo desta obra intitula-se *Bill-de-indemnidade.*

Muitas vezes os introductores de anglicismos definem-nos, para facilitar buscas em dicionários ao leitor desversado em línguas estrangeiras. É o que faz Garrett com o vocábulo *fender,* que aparece neste passo das *Viagens na minha terra:*

«Ou á noite com os pés no *fender*» (1) — e que tem no final da obra a seguinte nota esclarecedora:

«Fender se chama em inglez a pequena e baixa tea de metal que defende o fogão nas salas, para que não caiam brazas nos sobrados. Descançam nelle os pés naturalmente quando a gente se está confortavelmente aquecendo em liberdade» (2).

Os anglicismos mais usuais tendem naturalmente a aportuguesar-se, se bem que entre nós — e o caso explica-se talvez pela pretensão ou afectação portuguesa aliada ao pouco amor da língua materna — a nacionalização se não faça com a facilidade que se vê na vizinha língua espanhola, ou mesmo na italiana; escreve-se já em Portugal, por exemplo, *lanche, pudim, solipa,* respectivamente de *lunch, pudding, sleeper,* mas inda se não alusitanaram outros vocábulos como *jockey,*

(1) II, 1904, pág. 44.
(2) Id., id., pág. 306.

meeting, spleen, toast, shoot, ou mesmo *football*, que na Espanha são já correntemente *joqui, mitin, splin, tost, chut, futbol.*

Os italianos tem também nacionalizado muitos termos ânglicos. Assim tem ao lado de adaptações que nós já possuímos também — casos de *pudingo*, de *pudding*, *ponce*, de *punch*, *iachetto*, de *yacht* — outras que nós não possuimos ainda — casos de *barra*, de *bar*, *ovacotta*, de *overcoat*, *scioppa*, de *shop*. Tém também feito adaptações de nomes próprios, como no caso de *Boccolino*, de *Brooklin*.

Os grandes escritores, pelo natural amor do idioma, são habitualmente nacionalizantes. E os nossos de há muito seguem essa louvável prática. Os próprios nomes das terras estranhas eram geralmente adaptados ao idioma pelos nossos clássicos. Inspirado no mesmo princípio — se não é mesmo mero reprodutor dos factos cultos — Bluteau, no seu *Vocabulário*, aportuguesa a toponímia inglesa mais correntia: escreve, por exemplo, *Staforda*, hoje escreveríamos antes *Estaforda*, para representar *Stafford*, *Yorque*, hoje escreveríamos *Iorque*, para representar *Yorck*.

Quanto a nomes próprios pessoais há-os de longa data aportuguesados: também Bluteau cita *Arturo* no seu Vocabulário, nome que hoje se diz *Artur* exclusivamente, e que entrou pela via dos romances bretões da Távola Redonda. Transcrevo o que se encontra no nosso grande dicionarista do século XVIII:

«*Arturo.* Nome profano. Deste nome houve hum Rey de Inglaterra, do qual se contão cousas notaveis, mas pela mayor parte fabulosas. Por elle esperão os Inglezes; e entre elles he adagio commum — *Esperar por Arturo.* Por isso diz Pedro Blesense, na Epistola 57:

Quibus si credideris,
Expectare poteris
Arturum cum Britonibus.

«Em Portugal temos alguns Arturos, mas poucos» (1).

Bluteau regista também a forma Artur, no *Vocabulario de nomes proprios*. A respeito dela diz: «Artur he nome Inglez. Teve uso em algumas familias nobres e pouco nas communs».

Também é nome inglês Duarte, que pertenceu a um dos nossos reis-literatos, certamente por ser filho de uma inglesa. Êsse nome é aportuguesamento do ânglico Edward, que também produziu Eduardo, hoje porventura mais corrente que a primeira das formas, e Duardos. Esta última encontra-se até a titular uma obra literária da transição da idade média para o classicismo: Gil Vicente escreveu a tràgico-média *D. Duardos,* figura que na peça é apresentada como príncipe de Inglaterra. A infanta Olimba faz-lhe, ao entrar com êle em scena, esta pregunta esclarecedora da origem:

Cuanto tiempo ha, Señor
Don Duardos, que partistes
De Inglaterra ? (2).

Bluteau, no *Vocabulário de nomes próprios,* que vem no suplemento ao *Vocabulário Português-Latino,* fala destas três formas do referido nome ânglico *Edward* e da razão porque foi portador de uma delas o autor do *Leal Conselheiro:*

«Duarte. He nome inglez que el-rey D. Duarte de Portugal tomou de seu Bisavô, el-rey Eduardo, ou Duarte Terceiro de Inglaterra. Em livros de cavalaria se chama D. Duardo, D. Duardinhos. Adagio:

Guarte
Duarte» (3)

(1) Suplemento.
(2) II, pág. 196.
(3) pág. 27.

Há nomes próprios ingleses de importação moderna que oferecem a curiosidade de estarem aportuguesados pelo povo, emquanto o não estão ainda pelos cultos, pelo menos totalmente. *Darwin* é pronunciado à inglesa pelas pessoas cultas; o povo, porém, diz *Darvim*. Conheço o nome sob esta forma em famílias rústicas da Beira Alta. *Newton* é pronunciado à inglesa por alguns raros cultos; outros dizem *Neutòne*, pronunciando à portuguesa o nome ânglico; e finalmente a gente inculta lisboeta diz *Neutão*, adaptando o referido nome próprio integralmente ao idioma.

Também de longe vem o aportuguesamento de apelidos. Camões diz *Alencastro*, correspondentemente ao inglês *Lancaster* neste verso dos *Lusíadas:*

Se vão todas ao duque de Alencastro (1).

E hoje, regressando-se um tanto, diz-se *Lancastre* — também *Lencastre* — com a simples e normal metátese do *er* final precedido de consoante — vejam-se os casos de *sempre*, de «semper», *entre*, de «inter».

O aportuguesamento de termos comuns, por literatos, está exemplificado num passo da comédia de Camilo Castelo Branco — o *Morgado de Fafe em Lisboa*, em que aparece o têrmo *lanchar*, aliás muito popularizado hoje:

«Ó meninas vão *lanchar* com o sr. Morgado, e Leocadia fica por alguns momentos comnosco» (2).

Também nos nossos dicionaristas se encontra o aportuguesamento de termos comuns. Em Bluteau, o patriarca do nosso moderno dicionarismo, há já *xelim*, adaptação do inglês *shilling*.

Há aportuguesamentos que tem variado, já por regressão

---

(1) Canto VI, est. 46.

(2) Acto II, scena 8.

à origem — caso que tem o seu paralelo em inúmeras restituïções de formas evolucionadas medievais, segundo a pauta latina que o Renascimento veio pôr diante dos olhos cultos — já por influência da língua francesa — que a cada passo nos surde como medianeira no domínio da invasão anglicística. Um exemplo está nas duas aportuguesações do inglês *dog* — *dogo* primeiro, e *dogue* depois. É a forma *dogo* a única registada por Bluteau para designar o molosso inglês. Depois de lhe dar por étimo o inglês *dog*, define assim o vocábulo no *Suplemento* ao *Vocabulário Português-Latino:*

«Dogos são caens grandes, que se lanção a boys, e pegando não largão a preza: os bons vem de Inglaterra».

Esta forma, com a própria definição de Bluteau, autentica-o o seguinte passo de D. Francisco Manuel de Melo na *Viola de Talia:*

Não sei se vistes em fila
Dogos de fila, de Ingrez,
Que golosos das orelhas
Do boy quaes moscas do mel,
Como os brincos das lacayas
Da senhora Dona Ignez
Pendurados dos ouvidos
Não cessam de lhos roer (1).

O *Dicionário* de Frei Domingos Vieira arquiva já as duas formas *dogo* e *dogue,* com os diminutivos *doguezinho* e *doguinho,* — circunstância que marca o periodo de concorrência ou de transição para a forma única, igual à francesa. Efectivamente é já a forma *dogue* que exclusivamente regista o dicionarista Cândido de Figueiredo.

Esta forma triunfante — *dogue,* se está mais perto fonèticamente do inglês *dog*, a verdade é que é nacionalização

(1) *Romance* 31, pág. 218, col. 1.

mais artificial: o *o* é característica do masculino, se bem que *o e* não deixe de ser até certo ponto freqüente em nomes do mesmo género — sobretudo posverbais — e haja certa tendência dialectal em substituir por *e* o *o* final, aliás fonèticamente menos distantes um do outro do que a grafia pode fazer supor. E por outro lado tal nacionalização é idêntica à francesa *dogue,* — pelo que a hipótese de mais uma influência dêste idioma não é para desconsiderar. Efectivamente temos *dogue* neste verso da poesia *L'écolier* de M.me Desbordes Valmore:

Un dogue l'observait du seuil de la demeure (1).

exactamente como neste passo do conto *O malhadinhas,* da *Estrada de Santiago,* de Aquilino Ribeiro:

«E, Aveiro vai, Aveiro vem, no oficio de almocreve, os olhos sempre frios mas sem malicia, só as mandibulas de dogue a atraiçoar o bom-serás, as suas façanhas deixaram eco por toda aquela corda de povos que muitos anos recorreu» (2).

Em matéria de nacionalização aproximamo-nos um tanto do francês, que nacionaliza relativamente pouco, não dando ouvidos a delicadíssimas sensibilidades artísticas, como a de Remy de Gourmont, que, na *Esthétique de la langue française,* propôs, sem que até hoje fôsse ouvido, o afrancesamento de muitos anglicismos.

Alguns apenas, a título exemplificador:

1) Casos em que o afrancesamento consiste no simples acrescento de um *e* final:

Clube, por *club,* terminação semelhante à de *tube; lunche,* por *lunch,* terminação semelhante à de *embrunche; stope,*

---

(1) *Poésies,* II, Paris, 1830, pág. 89.

(2) Ed. cit., pág. 71-72.

por *stop*, terminação semelhante à de *chope*. *Snobe*, por *snob*, terminação semelhante à de *robe*.

2) Casos em que o afrancesamento, sendo simplesmente final, requere, no entanto, acrescento doutros sinais gráficos além do *e* mudo: *grogue*, por *grog*, semelhantemente à terminação de *dogue*, também anglicismo, pois provém de *dog*.

3) Casos em que o afrancesamento, sendo ainda simplesmente final, requere, além do *e* mudo, modificações de sinais gráficos: *stoque* por *stock*, terminação semelhante à da palavra *toque*;

4) Casos em que há modificações em mais que um ponto do vocábulo: *higuelife*, por *highlife*, com terminação semelhante à de *calife*; *fivocloque*, por *five ó clock*, com terminação semelhante à de *colloque*; *spline*, por *spleen*, com terminação semelhante à de *discipline*; *smoquine*, por *smoking*, com terminação semelhante à de *molesquine*; *groume*, por *groom*, com terminação semelhante à de *doume*.

Remy de Gourmont, além de propor estes afrancesamentos, insurge-se contra certas formas abstrusas e injustificáveis, como *bifteck* — que deveria ser *bifetèque*. Convém notar que a forma, já em francês abstrusa e injustificável, corre também entre nós, ao lado do bom aportuguesamento *bife* e havendo provocado o destêrro definitivo da originàriamente inglesa *beefsteak*.

Cremos que o grande princípio em matéria de estrangeirismos, sempre que não é possível recorrer a têrmo nacional que os traduza com suficiente rigor ou propriedade, é a nacionalização preconizada por Remy de Gourmont para o francês, e que para a língua portuguesa tem sido aconselhada também por alguns dos mais bem orientados veladores da sua pureza e formosura. O gentil espírito dêsse lusitaníssimo brasileiro que é Mário Barreto exprime-se assim, numa das

saüdáveis crónicas do livro — *Através do dicionário e da gramática:*

«A não se reduzirem literalmente os vocábulos estrangeiros — quando se usam como tais, o único licito — quando não se pode, não se quere ou não se sabe traduzi-los com propriedade — consiste em os aportuguesar em harmonia com a sua pronunciação» (1).

Podia acrescentar-se que êste aportuguesamento consiste em escrever os vocábulos ânglicos quais os pronunciam, não os letrados, mas o povo inculto — o operário como o aldeão — problema êste que, se surge pouco quando o têrmo entra por via oral, nos aparece largamente quando o têrmo vem por via gráfica.

Para o anglicismo se tornar um bem comum é necessário que tenha a estrutura do falar comum — e essa só é capaz de lha imprimir, o adaptador que saiba ouvir e imitar o vulgo sem letras estrangeiras.

Filinto Elísio procurou meter-se tanto quanto possível dentro dêstes princípios, e assim fêz, por exemplo, de *my lady* o aportuguesamento *miledi* — a que talvez se possa ainda assim notar o senão ilogístico de se subordinar à grafia no primeiro elemento — *my*, emquanto se subordina à pronúncia no segundo — *lady*.

No entanto na língua popular há também — embora cada aspecto apareça insuladamente — a subordinação à grafia e à pronúncia: ao lado de *solipa*, de *sleeper* — certamente têrmo lançado pelos engenheiros ferro-viários — em que se respeita a articulação inglesa, há *milorde*, que é formação pautada pela escrita.

Que importa aportuguesar é, pois, coisa que se deve ter por sem dúvida. E com o inglês tal prática é, por ventura, inda mais necessária que com o francês ou qualquer outra

---

(1) *Obra citada*, pág. 119.

das línguas românicas influentes no português — e, menos pela sua abundância vocabular em certas tecnologias, como a desportiva, que pelo desconhecimento que geralmente se tem entre nós dêsse idioma, aliás ainda, para maior perturbação, de sistema gráfico e de sistema fonético distantíssimos — o que produz verdadeiros duplos, como nos casos de *saide-car* e *sidecar*.

O máximo de nacionalização vocabular de um estrangeirismo está nos casos em que êste sofre a acção da etimologia popular — aquela etimologia que Gilliéron (1), com uma sagacidade que a sua postura mental de demolidor às vezes prejudica, mostrou ser para o comum das pessoas, tão viva e significativa quanto é morta e opaca a etimologia erudita.

É natural que tal etimologia se encontre em *balastro*, do inglês *ballast*, palavra designativa da brita permeável da via férrea, por a semelhança fonética e certa concordância semântica levarem a pensar em lastro, — se bem que se pudesse ter chegado até ela directamente, através da evolução que o próprio têrmo *lastro* apresenta. A origem de *lastro* está no germânico *last*, que adquiriu o *r* parasitário que vemos em *mastro*, de *mast*, também têrmo germânico, e que entre nós foi primeiramente *masto*, como se vê nos autores clássicos. Tal *r* parasitário é aliás freqüente em palavras da língua popular: exemplificam o facto formas como *listra* e *bonecro*, muito vulgares no vulgo de Lisboa.

Algumas línguas românicas procedem, no que respeita a *lastro*, semelhantemente ao português: tal o caso do espanhol, cuja forma correspondente é *lastre*, e do catalão, cuja forma correspondente é *llastre*. Outros idiomas neolatinos

---

(1) *La faillite de l'étymologie phonétique.*

conservam, porém, formas mais vizinhas do étimo, como se vê no italiano *lasto* e no francês *laste*.

Noutros domínios de actividade temos também etimologias populares: uma das mais características é o têrmo náutico *palhabote*, do inglês *pilot-boat*.

Também do inglês *breakfeast* os cozinheiros fizeram *brequefesta*, que se encontra registado por Cândido de Figueiredo, no seu *Dicionário*, com o sentido de «festa em que se come muito, comezaina, pandega», sentido para que a etimologia popular deve ter contribuído de algum modo, a-pesar-do significado inicial ser já de refeição. O têrmo aparece no seguinte passo da *Estrada de Santiago*, de Aquilino Ribeiro, com significação apontada pelo dicionarista: «Não foi dificil ao sr. Abade Sá, que era amigo, provar a minha pouca ou nenhuma culpa no brequefesta de Segões» (1).

Inda no campo culinário há um môlho chamado *môlho correio*, em que esta última palavra representa o inglês *curry*, pelo processo da etimologia popular: ao nome *curry-powder*, que na cozinha inglesa designa certa mistura de especiarias da Índia empregada em temperos, corresponde efectivamente aquela designação na cozinha portuguesa.

Outra etimologia popular — esta do campo agronómico — está em *mil-e-um*, nome por que nas aldeias o povo iletrado designa a doença das vinhas habitualmente chamada *mildium* nos jornais. Esta forma, que, lida como palavra aguda, facilitou a interpretação do vulgo, suponho-a aliteramento scientífico do têrmo inglês *mildew*, que em português se deve rigorosamente transliterar *míldio*.

No tempo das invasões francesas o general aliado Lord Wellington era para o vulgo Lorde Valentão. Castilho, nos *Mil e um mistérios*, apresenta uma etimologia popular inteiramente paralela a esta: o nome próprio interpretado é o

---

(1) Ed. cit., pág. 136.

de *Lord Byron*, que, lido à portuguesa, leva a pensar no têrmo *beirão*, se bem que menos fàcilmente que Wellington lido à portuguesa levaria a pensar na palavra valentão. Êste último tinha a seu favor as circunstâncias concomitantes: era nome de um general forçado ao destemor pelo próprio pôsto; era enviado por uma nação tradicionalmente poderosa, e era grato — e até de bom agoiro para aqueles que vinha auxiliar — que êle fôsse decidido e ousado.

Eis o passo de Castilho, em que aparece a etimologia popular Lorde Beirão: «E contou-me a historia de um vampiro, feita por um inglês doido que esteve na Grecia, chamado (parece que me disse) o Lorde Beirão» (1).

O calão da guerra apresentou várias etimologias populares de nomes ânglicos: os nossos soldados chamavam *Luísa* à metralhadora leve, e que provinha do primeiro elemento de *lewis-gun*, e à metralhadora pesada, em inglês *machin-gun*, chamavam por sua vez coisa que anda à roda do mesmo fenómeno lingüistico — *muchingona*. Em *vergalhaites*, por *very-lights*, há o mesmo processo de etimologia popular, mas manejado conscientemente, como no caso em que se diz *substibruto* por *substituto* ou *baixo e reles* por *bacharel*.

O calão lisboeta apresenta-nos por sua vez a expressão *bico-aite*, do imperativo inglês *be quite*, porém, não intimando quietude de movimentos, mas paralização de voz, pelo que nela deve ter semânticamente influído a frase *bico calado*.

Etimologias populares em palavras e expressões inglesas apresentam-no-las também as outras línguas. O francês, por exemplo, tem o têrmo náutico *beaupré*, de *bowsprit*, e a expressão *jeu de l'âne salé*, de *game of aunt Sally*.

Também os jardineiros franceses chamam à rosa — *Harry*

---

(1) Lisboa, 1907, I, cap 12, pág. 100.

cower — haricot vert, semelhantemente aos nossos que fizeram de outra — a *Paul Neyron, rosa-palmeirão.*

Há inda o caso da etimologia popular nos chegar em segunda mão: é o que se vê em *contradança,* do francês *contre-danse,* que é falsa interpretação do inglês *country danse.* Estes casos em que se importam de línguas estranhas vocábulos que são etimologias populares de nomes originários de outro idioma dão-se uma ou outra vez: o fruto *mala aethiopica,* em português — *tomates,* chamado *pomi dei mori,* à letra, maçãs dos mouros, pelos italianos, foi mercê de uma etimologia popular, *pommes d'amour,* à letra, maçãs de amor, para os franceses (o empregar-se no português o nome de tal fruto como metáfora eufémica no domínio da decência podia de algum modo sugerir a existência de visão semelhantemente no francês — coisa que as circunstâncias não justificam) e foi esta etimologia popular que depois originou, por tradução imediata, os nomes inglês e alemão do produto hortícola referido, respectivamente *loveapples* e *Liebsapfel.* Pelo processo da etimologia popular, porém usado conscientemente, fazem-se às vezes gracejos ou sátiras: tal é o caso de *boi-de-chicote* por *boy-scout* — interpretação facêta, que, pelo que tem também de contundente, nos indica que vemos com pouca simpatia o sistema educativo de Baden-Powell.

Na pena dos escritores aparecem também de vez em quando estas facécias sugeridas pela falsa etimologia de estrangeirismos. Um exemplo está na seguinte nota, aposta ao livro — *A Formosa Lusitania* de Catarina Carlota Lady Jackson, por Camilo Castelo Branco:

«*Lady shocked* traduzirei sempre *senhora chocada;* e, quando ella fôr muito rabugenta não duvidarei chamar-lhe *choca*» (1).

Pode assinalar-se aqui também a curiosidade lingüística

(1) Pôrto, 1887, pág. 73, nota.

do hibridismo facêto que é *auto-butes*, usado na expressão — *ir de auto-butes,* que significa *ir a pé,* e em que se encontra o elemento grego de automóvel, ao lado do anglicismo *butes,* de *boot, bota,* que substituíu, — supomos esta a hipótese mais aceitável, — o elemento latino *movel,* um tanto à semelhança do que acontece na expressão *andar a ca-burro,* (melhor seria — para não fazer desacerto bem maior que o que quer emendar-se — *andar a burro*) com que se pretende corrigir a catacrese *andar a cavalo num burro* — sem ver que *a cavalo* aí significa apenas a postura bifurcada que se toma sôbre o animal mais característico e nobre do transporte montado.

Podia também apresentar-se como origem para *auto-butes* a palavra *autobus,* com a deformação facêta que se encontra em *em botas* por *embora*, na expressão — *vou-me em botas*, em *iscas* por *isto,* na expressão — *nada de iscas* — porém o desuso entre nós da palavra *autobus*, por um lado, e a existência, por outro, de formações em que *auto* se alia com um nome (caso de *auto-lata,* que é designação correntia dos automóveis da marca *Ford*) levam-nos a rejeitar a segunda hipótese em benefício da primeira.

No que respeita a anglicismos vocabulares falta ainda, entre outras coisas, notar a seguinte: categorias gramaticais por que se repartem. Pode observar-se que êles são normalmente nomes — substantivos, em primeiro logar, adjectivos depois. O substantivo comum, e o simples como o composto, é em verdade bastante freqüente: ao lado de formas simples intactas como *whist*, e adaptadas ao idioma como *ponche,* de *punch,* há formas compostas, intactas como *lock out* e adaptadas ao idioma como *araruta*, de *arrow-root:* O substantivo próprio é mais raro que o comum: mas também existe na forma intacta e na adaptada, factos de que demos atrás exemplos. Um mais é *Jorge,* popularmente *Jorze,*

por dissimilação consonantal. Bluteau diz no *Vocabulário de nomes próprios*, a respeito dêste nome pessoal, que já regista nas duas formas apontadas:

«He nome Inglez que veio a Portugal com o Santo Patrono daquella nação que Portugal tambem tomou por tutelar, e ainda vay em triunfo a cavallo na Procissão do Corpo de Deos» (1).

Certos nomes próprios ingleses haviam sofrido já, antes de chegar a Portugal, evolução semântica para nomes comuns — visto como se apresenta flutuante e por vezes desnítida a fronteira entre estas duas espécies vocabulares. Tal o caso da metassemia *macadame*, que na origem é o nome do engenheiro inglês Mac-Adam, que há pouco mais de um século inventou o sistema de feitura das estradas por meio das pequenas pedras ou calhaus, vernàculamente denominadas *brita*. Um exemplo desta metonímia está no seguinte passo da *Estrada de Santiago*, de Aquilino Ribeiro:

«Por caminhos levados do diabo e macadames de sabia engenharia, deitou a comarcas de que nunca escrito ou viageiro lhe dera traças» (2).

Paralelos a êste caso são ainda os de *grog*, da alcunha dada ao general inglês Vernon, por via da sua casaca de *grogram*, e o de *pamphlet*, nome popular de certa comédia latina medieval chamada *Pamphilus*. Em português deverão grafar-se *grogue* e *panfleto* os referidos vocábulos.

Também corre entre nós, porém com carácter literário e culto, a metonímia britânica designativa do povo inglês — *John Bull*. Encontramo-la neste passo da *Velhice do Padre Eterno* de Guerra Junqueiro:

> E John Bull, por exemplo, um pouco mais moderno,
> Manda ao diabo a botica e faz a droga em casa (3).

---

(1) *Suplemento*, pág. 34.
(2) Lisboa, 1924, pág. 293.
(3) Ed. cit., pág. 34.

Esta tipossemia encontra-se mesmo a designar uma obra literária portuguesa. Ramalho Ortigão publicou no Pôrto em 1887, com o título *John Bull,* uma obra em que se estudam aspectos da vida e da civilização inglesa, e em que, como é natural, os inglesismos abundam.

Aí se vêem, por exemplo, *lunch, spleen, season, stick, parlour, tub, overcoat, select, plaids, noblemen, policemen, horse-woman, gentleman-farmer, grill-room, horse-guard, tea-party*. Certos anglicismos são às vezes nesta obra também acompanhados de tradução, como se vê no seguinte passo: «quando nos dignamos de ir banquetear-nos em sortida dominical ao *privat bar* (em português *retiro dos pacatos*) da Perna de Pau ou da Rabicha» (1).

Além do substantivo, aparece uma ou outra vez o adjectivo. São exemplos — *fashionavel,* que é aportuguesamento incompleto, só terminal, do inglês — *fashionable*, e *smart,* que, com o sentido de fino e distinto, é agora anglicismo intacto muito vulgar nas secções mundanas das gazetas.

Um exemplo do adjectivo *fashionavel* está no seguinte passo das *Viagens na minha terra*, de Garrett:

«Passamos á igreja da Alcaçova, que achamos já fechada; e tomando sempre sôbre a esquerda, fomos pelo que hoje parece uma azinhaga de cntre quintas, mas que visivelmente foi noutras eras a rua mais *fashionavel* desta vila cortezan» (2).

O verbo é já raríssimo: serve de exemplo de inglesismo no domínio desta categoria gramatical, *desapontar*, de *to disappoint,* já perfeitamente nacionalizado, e que se emprega hoje largamente com o significado originário de iludir na espectativa ou nos desejos. Garrett apresenta nos seus livros com

---

(1) Pág. 34.

(2) Lisboa, 1904, II, pág. 197-8.

freqüência tal verbo ânglico. Um exemplo das *Viagens na minha terra*:

«Vou desapontar de certo o leitor benevolo» (1).

Há tambem verbos, que, sendo em português anglicismos, provêm, não de palavras inglesas da mesma categoria, mas de nomes ânglicos importados. Tal o caso de *warrantar*, formado sôbre o substantivo *warrant*, que na origem é o francês *garant*, e *boycottar*, formado sôbre o substantivo *boycott*, na origem nome pessoal de certo irlandês, que foi a primeira vítima do sistema.

Há também uma interjeição — muito em voga hoje no domínio mundano e desportivo, para traduzir alegria, aplauso ou incitamento — *hurrah*, assim grafado normalmente, se bem que *hurra*, sem *h* final, seja em português forma melhor de escrita, — não, porém, inda a melhor de tôdas, que é *urra* — já porque se coaduna mais estreitamente com a simplicidade do nosso actual sistema gráfico, já porque ela própria aparece no idioma inglês, tendo sido arquivada pelos dicionaristas.

O francês tem também *hourra!*, que a Academia admitiu em 1835.

Ás vezes esta exclamação *hurrah!* é precedida de outra apresentada binária ou ternàriamente: *hip*, que serve para chamar ou pedir atenção.

Três passos dos *Maias* de Eça de Queiroz, em que as várias formas nos aparecem:

Primeiro — em que *hurrah* aparece solitàriamente:

«Carlos quis gritar hurrah» (2).

Segundo — em que *hurrah* vem precedido das exclamações de atenção *hip! hip!*:

«Á saude do amigo Cliford! o primeiro sportman da península, e rapaz cá dos nossos! Hip, hip, hurrah!» (3).

---

(1) Lisboa, 1904, I, pág. 21.
(2) Ed. cit., pág. 97.
(3) Id., id., pág. 484.

Terceiro — em que as exclamações de atenção são de tipo ternário:

«Á saude de Carlos da Maia, o primeiro elegante cá da Pátria!, a melhor mão de rédea... Hip, hip, hurrah!

— Hip, hip, hip... hurrah!» (1).

Uma das mais raras importações inglesas é a constituída por locuções estereotipadas, de maior ou menor extensão, introduzidas, entre outras vias, pela mundana e desportiva.

É um exemplo da espécie mundana *five ó clok tea*, que se abrevia normalmente em *five ó clock* na conversação. A guerra trouxe-nos também a expressão *no man's land*.

A abreviação de expressões anglicanas que são unidades semânticas dá-se com certa freqüência. Assim *struggle for life* é apenas *struggle* na conversação e sob a pena de muitos escritores. Fialho de Almeida emprega a forma reduzida no seguinte sumário de um capítulo dos *Gatos*: «Caracteres do *struggle* moderno: na vida não ha logar para os tipos intermédios» (2).

Aquelas expressões ânglicas *five ó clock* e *no man's land* levam ainda à consideração de um outro tipo de anglicismos — os de tradução literal de coisas ou ideas inglesas, por palavras portuguesas, ou mais rigorosamente — neologismos portugueses tradutores de coisas ou ideas inglesas — como é o caso das unidades semânticas *chá das cinco*, e *terra de ninguém*, que no nosso idioma representam as referidas expressões anglicanas.

Há ainda, fronteiros a estes, outros anglicismos que parecem formações portuguesas — visto haver na língua radicais e sufixos que lhes imprimem essa aparência. Tal o caso de *abolicionista*, em francês *abolitionniste*, formas provenientes

---

(1) Ed. cit., pág. 484-5.

(2) III vol., Lisboa, 1911, pág. 31.

ambas — a portuguesa pode ter sido ajudada da francesa — do ânglico *abolitionist*, têrmo que os Estados Unidos divulgaram no sentido de partidário da abolição da escravatura. O haver em português *abolir* e *abolição*, do latim *abolere* e *abolitione*, e o sufixo *ista*, designador de agente — não impede que fôsse o têrmo inglês que fizesse surgir — e neste caso dentro de um molde que tem bastante de comum — o vocábulo supracitado.

Curioso ainda por ser apenas de tradução parcelar dos elementos constitutivos é o exemplo de *tranvia*, de *tramway*, que também se encontra no espanhol e no italiano. A forma *tranvia* não tem, porém, quási nenhuma vida em Portugal: o povo diz *trama*, adaptação de *tramway*, palavra que, do mundo dos transportes, passou já para a linguagem geral, e refazendo o género pela terminação. *Trama* é hoje sinónimo de coisa reles, ao menos no calão lisboeta, porque o comboio chamado *trama* é o mais lento e ordinário, equivalendo ao que em calão ferro-viário também se denomina *comboio-piolho*, elipse mais incisiva de *comboio do piolho*. Diz-se em Lisboa a cada passo *um fato muito da trama*, por um fato vil de qualidade ou estragado do uso; e ainda na gíria de viela da mesma cidade *mulher da trama* equivale a prostituta.

Cumpre inda notar que certos anglicismos contribuíram para a existência de duplos ou convergentes lingüísticos no português: trama, que acabamos de examinar, veio encontrar-se com o vocábulo tradicional muito em voga — trama, — esqueço o têrmo antiquado designador de doença — no sentido de urdidura, intriga.

A guerra, por sua vez, trouxe a máquina de destruïção chamada *tank*, que portuguesada em tanque, virá confluir gràficamente, como já concorre fonèticamente, com o nosso vocábulo tradicional *tanque*, grande reservatório de líquidos.

Talvez em certa maneira, porém com alguma reserva, se possa considerar ainda anglicismo o emprêgo de frases este-

reotipadas em função adjectival, como acontece com: *ter um ar tem-te-não-caias.* O caso é contrário à índole do português como à das outras línguas românicas, sem que no entanto deixe de haver frases fixas ou proverbiais com alguma coisa de análogo. Cito, por exemplo, a locução superlativa de carinho: *é o seu ai-jesus-onde te porei.*

António Ribeiro Chiado, no *Auto das Regateiras,* tem a expressão *por dá cá aquela palha,* que inda hoje se ouve em frases como: — *perde a cabeça por dá cá aquela palha.* Eis o passo do dramaturgo da escola de Gil Vicente:

> Eu lavar e esfregar,
> varrer e esfolinhar,
> e por dae-me cá aquela palha (1)

E Aquilino Ribeiro, na *Estrada de Santiago*, apresenta vários exemplos dêste tipo de expressões de valor adjectival.

Primeiro — em que aparece *ar tão não-te-rales:*

«Dois molossos, de grande arcadura, velavam na alameda, mas com um ar tão não-te-rales e olhos tão meiguiceiros que dois monges a malucar nas vaidades do mundo não seriam mais mansarrões» (2).

Segundo — em que aparece *meio de tu-cá-tu-lá:*

«Mas alem de ignorar o meio de tu cá tu lá e as suas prendas de sociedade serem poucas ou nenhumas para senhores e senhoras tão perliquitetes em burgo madraçando á flor dos mundos civilizados, estava assente em seu animo continuar á beira da noiva e irmã a sombra tutelar do sacerdote» (3).

Terceiro — em que aparece *rosto benza-te-Deus:*

«... raparigaça, como poucas, apetecedora de legitima

---

(1) *Obras*, ed. de Alberto Pimentel, pág. 52.

(2) Lisboa, 1924, pág. 280.

(3) Id., id., pág. 328.

e de presença, trunfa preta sobre um rosto benza-te Deus, grande cantarina de serões e de romarias, e tão guapa em seu amanho, como videira no governinho da casa» (1).

Quarto — em que aparece *santantoninho por quem sois:*

«O padre é o vosso santantoninho por quem sois» (2).

A respeito dêste tipo de expressões, no francês, observa Nyrop: «Une phrase figée ne s'emploie presque jamais en français comme adjectif. Il en est autrement de l'anglais, comme le montrent les exemples suivants: *With an I-turn-the-crank-of-the universe air* (Lowell). *A little man with a say-nothing-to-me sort of countenance* (Dickens). *A she-won't sort of little person* (Meredith)» (3).

Podia notar-se mais que há anglicismos por assim dizer gerais, isto é comuns a tôda, a vasta parte do orbe em que se fala a língua portuguesa, anglicismos nacionais, isto é, que surgem apenas em Portugal, ou apenas no Brasil, e ainda anglicismos locais — que tão sòmente aparecem, por exemplo, nas ilhas adjacentes, como é o caso de *reque,* de *rake,* e outros atrás apontados. Um anglicismo meramente brasileiro é *bonde,* de *bond*, designador do carro eléctrico na grande república de além-mar.

E inda podia finalmente observar-se que ao lado de anglicismos de vida dilatada e forte os há de vida frágil e efémera, que só raríssimas vezes ocorrem, ou só aparecem mesmo neste ou naquele autor, e ainda assim, quási sempre esclarecidos imediatamente, ou em nota de fim de página ou de fim de obra. Dois exemplos, ambos de Garrett, e cada um de sua espécie:

Primeiro — do *Arco de Sant'Ana*, em que apresenta *smak:*

«D'ahi, empinou o possante vaso a mais de meio, dando

---

(1) *Obras*, ed. de Alberto Pimentel, pág. 77.

(2) Ibidem, pág. 80.

(3) *Grammaire historique de la langue française*, III, Copenhague, 1908, § 579, 2.º nota.

aquelle estalido com a lingua no céo da bocca, que os inglezes, por mui feliz onomatopêa, chamam *smak,* disse pausamente» (1).

Segundo — das *Viagens na minha terra*, em que apresenta *old sack:*

«e sobre a banca o crystal antigo de um bom copo lapidado a luzir-me alambreado com os doces e perfumados resplendores do *old sack*».

Expressão ânglica que no fim da obra o autor precisa com a seguinte nota definidora:

«Tem-se disputado muito sobre qual seja a bebida espirituosa celebrada por Shakespeare tantas vezes com este nome. A opinião mais aceita é que fosse boa e velha aguardente de França» (2).

Entrando no domínio gramatical pròpriamente dito, há também um certo número de considerações a fazer sôbre anglicismos. Veremos sucessivamente os aspectos fonético, mórfico, sintáxico e semântico — aliando ao primeiro dêstes também o gráfico.

Fonèticamente o que mais importa focar são os aspectos que a pronúncia dos anglicismos não nacionalizados entre nós apresenta. Atentemos nos mais importantes dêles — e distinguindo naturalmente entre a pronúncia culta e a popular, esta muito mais una que aquela. Os cultos pronunciam os anglicismos de duas maneiras: à inglêsa — é a pronúncia dos verdadeiros cultos; e à francesa — é a pronúncia dos modestamente cultos, ou, pelo menos, mediocremente versados em problemas lingüísticos, ou desinstruídos no inglês.

Assim *side-car* é pronunciado pelos cultos *saide car* e

---

(1) II, Lisboa, 1904, pág. 306.
(2) II, Lisboa, 1904, pág. 44.

pelo vulgo sem línguas — *sidecar*. Já ouvi uma vez a um criado de garagem *saidecarro*, infiltração culta, com seu quê talvez de etimologia popular: qualquer coisa, porventura, como *sai-de-carro*. Também o *carbarn* da Companhia dos Eléctricos de Lisboa é para o respectivo pessoal menor ordinàriamente *carr'-bar*, porventura interpretado como o *bar dos carros*, e também *carr'-barro*, porventura interpretado como o *bairro dos carros*, visto que a redução de ditongos é freqüente no nosso idioma — note-se, por exemplo *Barro Alto* por *Bairro Alto*, forma muito freqüente no polimorfo vulgo de Lisboa.

Ainda tenho ouvido ao povo inculto pronunciar *iguelife* a palavra inglêsa *High-life*, que titula até uma chapelaria lisboeta. Além desta forma vinda por via escrita há também no vulgo a forma *ai-laife*, vinda por via oral, e que deixa também a impressão de possuir qualquer coisa de etimologia popular: pelas circunstâncias concomitantes — tonais, inflexivas, gesticulatórias — que a acompanham, parece que aquele têrmo composto tem para o vulgo carácter de algum modo transparente, equivalendo a qualquer coisa como — *ai! que paródia!* ou *ai! que pagode!*

Há, porém, anglicismos que quási têm uma só pronúncia em curso — e essa não é nem a inglêsa nem a portuguesa: tal o caso de *record*, pronunciado à francesa — *recór* e ainda de *sport*, pronunciado francesamente *spor*, por quási tôda a gente — a culta, como a de modestas letras; apenas um ou outro raro indivíduo sem línguas que a recebe pela via dos jornais diz *recorde*. Ela é mesmo comummente, quando grafada, portadora de acento agudo no *e* da sílaba inicial — acento que não tem em francês, mas que aí se põe por analogia com outras palavras francesas, como *récolte*, *réduction*, *réforme*.

O que se dá com os termos ânglicos dá-se com os de outras línguas. O têrmo alemão *landau*, no sentido de

carruagem — por uma metassemia vulgar de aplicação do nome do local ao do objecto ou produto nêle fabricado — é comummente pronunciado à francesa — *landô* e até aparece grafado *landeau* não raro, por a terminação — *eau,* homófona de *au,* ser freqüente em vocábulos dêste idioma.

A forma *landeau,* aparece no seguinte passo de Camilo Castelo Branco:

«Para as pecadoras vivas — a ignominia, os circulos todos do inferno social. Para as pecadoras, punidas pela mão que as acariciára — o espectaculo das carpideiras de *landeau* e *breack* às portas dos templos, a oração, a missa, a sacrilega aliança da piedade com o odio, os resplendores eternos mediante a recomendação de tais patronas — validas do ceo» (1).

Em contraposição, outros anglicismos têm por assim dizer três pronúncias em curso. Um caso exemplificador está em *Garrett,* pronunciado à inglêsa *Garrett,* com acento na primeira sílaba por alguns raros cultos, pronunciado à portuguesa *Garréte,* pela maioria da gente de letras e línguas, mas também pronunciado *Garré* por outros indivíduos que possuem diplomas de escolas superiores, das próprias Faculdades de Letras até, e que não reparam sequer que estão lendo à francesa um nome a que o duplo *t* final imediatamente nega tal origem.

(Continua).

João da Silva Correia.

(1) *Correspondência epistolar,* I, Lisboa, 1913, pág. 10.

DO TEATRO NA LITERATURA INDO-ÁRICA

CAPÍTULO II

O drama nas suas origens

SUMÁRIO. — Os diálogos rigvédicos. — As epopeias e sua influência na génese do drama. — As informações dos gramáticos. — A literatura búdica e o drama. — A origem secular do drama. — A influência do teatro helénico e helenizado no drama.

As mais antigas modalidades da literatura dramática estão representadas em certos hinos do «Rigveda» (1), que contém diálogos, alguns dos quais serviram de base a peças regulares, compostas no período clássico, dez séculos mais tarde, em que a língua deixa de ser o védico, para dar lugar ao sânscrito e às suas formas populares, os prácritos, obedecendo a regras e princípios sistematizados por Pánine, na sua bem conhecida gramática, considerada por Goldstücker (2) como a história natural do sânscrito e constituindo ainda hoje o assombro dos orientalistas europeus.

É indeterminado o número dêsses hinos rigvédicos, mas há pelo menos quinze, cuja característica dialogal se torna

---

(1) Ed. por Max Müller e H. Oldenberg na série *Sacred Books of the East*, vols. 32 e 46, na sua dupla forma: solta e frásica *(pāda* e *saṁhitā)*, com o comentário em sânscrito de Sáiana, do século XIV. Alfred Ludwig (Praga, 1876) e Hermann Grassmann (Leipzig, 1876-77) publicaram traduções completas dos hinos rigvédicos.

(2) *Páṇini, his place in Sanskrit Literature*, 1861.

irrefragável, pois nêles intervém dois ou mais interlocutores, pessoas singulares ou grupos de indivíduos. Tal é o hino 10 do livro *(maṇḍala)* X, em que Iama e Iami, os gémeos primevos, ancestros originais das raças humanas, se entretêm em animado colóquio amoroso. O hino 95 do mesmo livro é um diálogo entre Pururavas e a ninfa Urvaxi, fonte remota da peça de Calidaça, *Vikramorvaçī,* «Urvaxi ganha pelo valor». Por vezes as personagens são três: assim no livro I, hino 179, o sábio Agástia tem uma fala de feição enigmática com sua mulher Lopamudra e filho. Não é menos obscuro e ininteligível o diálogo do hino 86 do livro X, entre Indra, sua consorte Indráni e Vrishacápi, personagem esta na qual Lindenau nos seus estudos sôbre o dramaturgo Bhaça (1) pretende descortinar os traços do bobo das peças clássicas. O hino 108 do livro X exemplifica o diálogo, em que uma das partes dialogantes é um grupo de personagens: Saramá, mensageiro de Indra, estando à cata das vacas roubadas, dirige-se aos demónios Panis, com quem mantém acesa discussão.

Esses hinos dialogais, restos porventura dum estilo poético mais antiquado, vieram a desaparecer na literatura védica posterior, pois só o «Atharvaveda» possui um, dêsse género (liv. V, 11), em que o sacerdote *(atharvan)* exora da divindade invocada o pagamento devido, consistente duma vaca, que o deus não satisfaz imediatamente, mas por fim, compadecido do suplicante, não só concede a recompensa como lhe promete eterna amizade.

São numerosos os passos do «Samaveda», donde se depreende que a arte musical tinha atingido na idade védica um alto grau de desenvolvimento (2), ocorrendo nêle os

---

(1) *Bhāsa-Studien*, Leipzig, 1918, pág. 45.

(2) Vid. J. Grosset, *Contribution à l'étude de la musique hindoue*, Paris, 1888, e B. Gracias, *Música indu*, no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 35.ª s., 1917, pág. 207.

nomes das sete notas da escala musical (1). Por seu lado o «Rigveda» (liv. I, hino 92, est. 4) refere-se a donzelas que, trajadas de esplêndidas vestes, tinham por função a arte coreográfica, e o «Atharvaveda» (XII, 1, 41) conta de como os homens dançam e cantam com acompanhamento de música.

Estes elementos comprovam que o período rigvédico conheceu espectáculos dramáticos, de carácter religioso, em que os sacerdotes desempenhavam o papel de deuses e semi-deuses com o fim de simular em terra os eventos do céu. Desta doutrina deduziu Leopold von Schröder (2) a sua teoria de que os hinos dialogais e até certos monólogos constituíam restos dos mistérios védicos, herdados em gérmen dos tempos indo-europeus, teoria que foi reforçada pelos argumentos de Hertel no *Vienna Oriental Journal* (3) no sentido de que, sendo os hinos cantados, impossível seria a um único cantor fazer a necessária distinção vocal, quando duas ou mais personagens interviessem no hino.

O elemento popular dêsses mistérios védicos subsistiu através dos tempos, nas festividades religiosas *(yātrā)* (4), que ainda hoje se realizam em Bengala, representando-se episódios ligados ao culto de Vixnu-Crixna e Rudra-Xiva.

---

(1) *Sa, ri, ga, ma, pa, dha, ni.* O professor Albrecht Weber formulou, escudado em Von Bohlen (*Das Alte Indien*, II, 1830, pág. 195) e Benfey (artigo *Indien* na *Enciclopédia*, de Ersch e Grüber, vol. XVII, pág. 299), a hipótese da escala europeia, estabelecida por Gui d'Arezzo, em princípios do século XI, sob a forma *dó, ré, mi, fá, sol, lá*, ter provindo da Índia, transmitida sucessivamente pelos persas e árabes (*The history of indian literature*, trad. de John Mann e Theodor Zachariäe, Londres, 1914, pág. 272, nota 315).

(2) *Mysterium und Mimus im Rigveda*, 1908.

(3) Vols. XVIII, XXIII e XXIV.

(4) Vid. Nisikânta Chattopâdhâya, *The yâtrâs, or the popular dramas of Bengal*, Londres, 1882.

Berriedale Keith (1) repudia os argumentos de Hertel sôbre a necessidade de admitir mais de um actor desde que os hinos dialogais eram cantados, pois não se sabe ao certo se os hinos do «Rigveda» eram sempre cantados; pelo contrário, há a absoluta certeza de que, enquanto os hinos do «Samaveda» eram cantados, os do «Rigveda» eram recitados.

Outros sanscritólogos propõem diferente finalidade aos hinos dialogais rigvédicos. Segundo Windisch, Oldenberg e Pischel, êles representam um velho tipo, indo-europeu em antigüidade, de composição de carácter épico, em que sobreviveram os versos, que traduziam as fases da mais alta emoção e desapareceu de todo a prosa, que não era requintada e servia apenas de traço de união. É assim que Pischel (2) explicou a combinação da prosa e do verso no drama sânscrito, como relíquia dessa primitiva forma de literatura, que podia aplicar-se, indistintamente, a fins épicos ou dramáticos, explicação que foi aceita e defendida por Oldenberg, o qual sôbre ela baseou a sua teoria do desenvolvimento da prosa indiana (3). Finalmente, merece também referência Geldner, que procurou interpretar os hinos como baladas (4).

Por mais multiforme que seja a hermenêutica dos hinos dialogais rigvédicos, por muito curiosas e contraditórias que sejam as teorias que pretendem comentá-los, desnecessário se torna retroceder tantos séculos no abismo dos tempos para enxergar a origem dessa feição tão característica e peculiar do drama sânscrito, que é a mistura da prosa e do verso. Natural é que o diálogo fôsse em prosa, e que os

---

(1) *Op. cit.*, pág. 20.
(2) *Göttingische gelehrte Anzeigen.* 1891, pág. 351 e segs.
(3) *Zur Geschichte des altindischen Prosa,* 1917.
(4) *Die indische Balladendichtung,* 1913.

ditos, as sentenças, os conceitos, tudo emfim que tivesse em mira o escopo moral, se traduzissem em verso, em que, demais, são tratados quási todos os ramos da literatura clássica, muitas vezes com prejuízo do assunto, como no caso do direito.

*

Deixemos a idade rigvédica com a religiosidade de que estão profundamente eivados os seus hinos, o misticismo que domina o seu ritual e a obscuridade que envolve a representação dos seus diálogos. Entremos na época clássica, iniciando pelas epopeias, que constituem a primeira fase do desenvolvimento da poesia e antecederam o drama, o exame dos elementos que nos possam explicar a sua origem.

O *Mahābhārata*(1), «A grande guerra dos Bháratas», composta de 500 a 50 anos a. J. C. e compilada por Viassa, mole colossal de mais de 200.000 versos, que excede cêrca de sete vezes a «Ilíada» e a «Odissea» por junto, não reconhece duma forma explícita e em qualquer dos seus 18 livros *(pārvan)* a existência do drama. Só o seu suplemento, o *Harivaṅça,* «Família de Vixnu», no capítulo *(adhyāya)* 152.º, estâncias *(çloka)* 8.687 a 8.695, fala de actores que dramatizaram a lenda do *Rāmāyaṇa* (2), «As aventuras de Rama», epopeia de Valmique, cuja data de composição vai de 500 a 300 a. J. C. Aqui também pouco se adianta sôbre a origem do drama, referindo-se apenas a comédias *(naṭaka)* repre-

---

(1) Na Índia foram publicadas três edições principais: a de Calcutá (1834-39), a de Bombaim (1863), depois reproduzida, e a de Madrasta em caracteres telegus (1855-60), esta representando a recensão do Sul e aquelas duas a do Norte.

(2) Consta de 48.000 versos e está dividida em 7 livros *(kānda)*, tendo sido conservada em três recensões distintas: ocidental, bengalina e bombaiense. Está traduzida em inglês, francês e italiano.

sentadas em festividades e concursos públicos *(samāja)* por actores *(naṭa)* e bailarinos *(nartakā)*.

Á deficiência dessas informações devemos contrapor a forte influência que no desenvolvimento do drama exerceram a recitação e o canto das epopeias, de tão grande popularidade, atestada em muitos passos da literatura clássica.

Calidaça (primeira metade do sec. v) menciona na sua epopeia palaciana *(Kāvya) Raghuvaṅça* (1), «A família de Raghu», o facto do *Rāmāyaṇa* ser cantado pelos filhos de Rama, nos seguintes termos: «No entanto, dirigidos pelo seu preceptor, os dois filhos de Maithila (Sitá), Cuxa e Lava, iam cantando, aqui e além, o *Rāmāyaṇa,* invenção do filho de Prachetas (Valmique)» (C. XV, est. 63).

Bana, do 7.º século, descreve-nos no romance *Kadambarī* (2) a raínha dêste nome, dirigindo-se ao templo de Xiva para escutar a recitação dum poema épico.

Cxemendra, outro poeta, que escreveu entre os anos de 1.020 e 1.040 e refundiu o romance *Bṛhatkathā,* «Grande história», de Gunadhia (séc. vi), censura os seus contemporâneos por assistirem às recitações e não praticarem os preceitos morais nelas ministrados.

Efectuavam-se as recitações não só nos templos, como ao ar livre, nos lugares populosos, retribuindo-se generosamente os recitadores *(kathaka),* que se distinguiam em dois grupos: os que repetiam meramente o poema *(pathaka)* e os que o expunham em vernáculo para melhor compreensão dos ouvintes *(dhāraka)*. Havia, porém, características co-

---

(1) Consta de 19 cantos *(sarga)* e descreve a vida de Rama. Tem mais de 20 comentários em sânscrito, dos quais o mais importante é o de Malinatha, que explica cada palavra do texto. Editado e traduzido em inglês, com o comentário de Malinatha, por Gopal Raghunath Nandargikar, 3.ª ed. Bombaim, 1897.

(2) Editado pelo dr. Peterson, na *Bombay Sanskrit Series,* n.º XXIV.

muns aos dois grupos, que consistiam no acompanhamento musical, na dança e na exteriorização por mímica dos sentimentos das personagens que representavam.

Os dramas de Bhaça (séc. IV), que só recentemente viram a luz da publicidade (1), acusam claramente a influência das duas grandes epopeias, exercida pelas recitações. A história de Xacuntalá, dramatizada por Calidaça, foi haurida num dos episódios do 1.º livro do *Mahābhārata*. Dois dramas de Bhavabhúti (séc. VIII), *Mahāvīracarita* e *Uttararāmacarita*, representam as façanhas do herói nacional, cantadas no *Rāmāyaṇa*. O *Venīsamhāra*, «Enlaçamento das tranças do cabelo», da autoria de Bhata Naráiana, que floresceu no 8.º século, é um drama baseado no episódio do 2.º livro (*sabhā-parvan*, «livro da assemblea») do *Mahābhārata*, em que Dráupadi, mulher dos cinco príncipes Pândavas, perdida ao jôgo por um dêles, é arrastada pelos cabelos e ultrajosamente exposta à assemblea dos Cúrus. Grande quantidade de dramas, escritos posteriormente, até aos tempos modernos, vão buscar as suas urdiduras geralmente às duas epopeias.

*

Passando das epopeias para as obras dos gramáticos, encontram-se em Pánine, como já dissemos, referências aos *Naṭasūtra*, tratados que formulam as normas do actor. Ocorre também pela primeira vez o verbo *nat*, forma prácrita do sânscrito *nṛt*, «dançar», donde promanaram os vocábulos para actor (*naṭa*), e para drama (*nāṭaka*). Será, portanto, a dança que marca provàvelmente o início do drama, o qual devia consistir a princípio em pantomimas, em que a mudez

---

(1) Editados por T. Ganapati Xastrin na *Trivandrum Sanskrit Series*, 1912 15.

das personagens era suprida pela mímica das mãos e do rosto, introduzindo-se mais tarde o diálogo.

Patanjali (140 a. J. C.), autor do *Mahābhāṣya* (1), «Grande comentário» às regras de Pánine, menciona as representações dos dramas *Kaṁsavadha,* «A morte de Cãossa», e *Balibandha*, «A prisão de Bali», episódios da vida de Crixna. Um vocábulo especial, *bhrūkuṁsa* (ou *bhṛṁkusa*), designa o actor que desempenhava os papéis femininos, o que mostra que na infância da arte dramática as mulheres eram excluídas do elenco dos teatros.

É quási certo que a primitiva feição do drama sânscrito participava, pelo seu assunto, de natureza religiosa, desenvolvendo-se em íntima comunhão com o culto de Vixnu-Crixna, e que as representações se cifravam, como séculos depois os mistérios da Idade-média cristã, numa espécie de peças místicas, com scenas em verso da história dos deuses, cantadas e mimodançadas, alternadas com diálogos em prosa improvisados pelos actores.

Estes, consoante o testemunho do *Mahābhāṣya,* eram de três categorias: os prestidigitadores ou pantomimeiros, que representavam só por mímica; os pintores, que perante o público debuxavam na tela as scenas com todos os seus incidentes; e os recitadores com a função que o nome indica.

Temos, pois, que na época de Patanjali, em meados do século II antes da nossa era, já existiam todos os elementos do drama, girando em volta do conflito entre dois princípios, do bem e do mal, da luz e das trevas, representados em «A morte de Cãossa» pelo jovem Crixna, perseguido e condenado à morte, quando ainda infante, e seu tio, o tirano Cãossa, que afinal vem a morrer às mãos do sobrinho.

É um desfecho que por si só não confere a característica

---

(1) Editado pelo dr. F. Kielhorn na *Bombay Sanskrit Series*, n.os XVIII a XXII, XXVI e XXVIII a XXX.

de tragédia à peça, pois a morte da personagem que encarna o mal é bem acolhida pelos espectadores, é um desenlace feliz por necessário e lógico. Tal acontece também em certos dramas de Bhaça, que constituem uma excepção às regras enunciadas nos manuais de dramaturgia, os quais proíbem claramente o derramamento de sangue ou as violências que conduzam à morte, postas em scena.

Mas não é só Crixna que na história do drama ocupa lugar preeminente, emprestando-lhe o aspecto religioso. Possuem muita importância o deus Xiva, o Rudra védico, e sua espôsa Parvati, aos quais se atribui a invenção das danças *tāṇḍava,* de carácter violento, e *lāsya*, de ritmo terno e sedutor, danças que eram executadas nas representações. O predomínio desta divindade entre os dramaturgos é posterior ao de Crixna, pois, emquanto êste é celebrado por Bhaça em tôdas as suas peças, os seus sucessores, Xúdraca, Calidaça, Harsha e Bhavabhúti, invocam as bençãos de Xiva para o auditório na estrofe precatória com que abre o prólogo dos dramas.

*

É apreciável a importância religiosa do drama sânscrito na atitude dos budistas perante a sua evolução. A extrema incerteza da data dos *Suttas*(1) búdicos torna impossível

---

(1) Os livros sagrados das doutrinas búdicas, compiladas logo após a morte de Buda em 544 a. J. C., no concílio de Mágadha, têm o nome de *Tripiṭaka* (em pali *Tipiṭaka*), «três cabazes», por constarem de três colecções: *Sūtra* (*Sutta* em pali), compreende os sermões de Buda com a exposição geral da doutrina; *Vinaya*, regras de disciplina, diz respeito ao clero; e *Abhidharma* é a metafísica do sistema.

O segundo concílio, realizado cem anos depois em Pataliputra, teve por fim suprimir os erros que se tinham infiltrado nas regras de disciplina. No terceiro concílio (326 a. J. C.) os preceitos legais foram restituídos à sua primitiva pureza e assentou-se na propaganda do budismo.

procurar a existência do drama em época anterior. O *Lalitavistara,* «Vida e doutrinas de Buda», não hesita em falar de Buda como tendo preconizado o conhecimento do drama para alcançar a perfeição. O *Avadānaçataka* (1), «Cem lendas búdicas», confere ao drama sânscrito remota antigüidade (2). Os dramas búdicos vincaram o seu cunho no *Saddharmapuṇḍarīka* (3), «O lótus da boa lei». Alude-se também ao drama no *Divyāvadāna* (4), outra colecção de 38 lendas, que faz parte dos livos sagrados dos budistas do norte. Há igualmente referências à representação de dramas no *Mahāvaṅsa* (5), «Grande família», livro do Cânon sagrado dos budistas do sul, composto cêrca de 480 da nossa era por Mahanama.

*

A-pesar-da evidente origem religiosa do drama, consta-

Os livros sagrados dos budistas do norte foram encontrados no século passado, em uma completa tradução tibetana com o nome de *Kágyur* e constante de 100 volumes, pelo viajante húngaro Csoma Körösi, que por muito tempo viveu no Tibet, cuja língua tornou conhecida da Europa por uma gramática e um dicionário. Foucaux trasladou para francês o *Rgya Cher Rol Pa (Lalitavistara)*, que começou a ser editado em 1853 por Rajendra Lala Mitra na *Bibliotheca Indica.*

(1) Traduzido por Léon Feer nos *Annales du Musée Guimet*, vol. XVIII, Paris, 1891.

(2) Avadana 75, ibid., pág. 280.

(3) Traduzido para francês por E. Burnouf, *Lotus de la bonne Loi*, Paris, 1852, e para inglês por H. Kern na série *Sacred Books of the East*, Oxford, vol. IV.

(4) Editado por Cowell e Neil, Cambridge, 1876. E. Burnouf já dera a conhecer esta obra, publicando a tradução, em francês, de numerosos extractos na *Introduction à l'Histoire du Buddhisme Indien*, Paris, 1844.

(5) Editado com uma introdução, por G. Turnour, Ceilão, 1835. Traduzido para inglês com o título *Great Chronicle of Ceylon*, por W. Geiger e M. Hayes-Bode na *Pali Text Society Translation Series*, vol. III, Londres, 1912.

tada em tantas obras da literatura sânscrita, no núcleo em volta do qual se tecem os enredos dramáticos, nas suas personagens, nas invocações divinas com que se iniciam as peças, dois sanscritólogos alemães procuraram recentemente traçar a origem secular do drama indiano, que teria nascido no seio do povo.

A. Hillebrandt (1) baseia a sua tese no argumento genérico de que a comédia é uma expressão natural da vida primitiva do homem, que teria em muito aprêço o prazer da dança, da música, da boa graça e da agudeza de espírito; e aduz ainda, entre outras razões, a favor da sua teoria, a do emprêgo dos prácritos da parte das personagens provindas do povo. Esqueceu-se, porém, de que os elementos essenciais dos primeiros dramas são de carácter religioso, intimamente associados ao culto de Crixna.

Sten Konow (2), o outro sanscritólogo que contesta a origem religiosa do drama, considera os arraiais populares *(yātrā)* como evidenciando a sua origem secular, mas comprovado está que as peças representadas nessas romarias têm por assunto os amores de Crixna pela bela pastora Radhá, a desinteligência dos amantes, a sua reconciliação final, e outros episódios da vida daquele semi-deus popular.

Richard Pischel (3) pretendeu demonstrar que o drama sânscrito tem a sua fonte no teatro de fantoches, de que a Índia foi berço e donde irradiou por todo o mundo, afirmações que foram confutadas por Ridgeway no seu estudo *Dramas and Dramatic Dances of non-European Races* (1915). Certo que o *Mahābhārata* atesta a existência das represen-

---

(1) *Über die Anfänge des indischen Dramas*, Munich, 1914.

(2) *Das indische Drama*, Berlim, 1920.

(3) *Die Heimat des Puppenspiels*, Halle, 1900, traduzido para inglês por Mildred C. Tawney com o título *The home of the Puppet Play*, Londres, 1902.

tações de títeres. Em *Bālarāmāyaṇa,* «Aventuras de Rama», drama de Rajaxêcara (séc. x), figuram dois fantoches com papagaios na bôca, passando por Sitá e sua irmã colaça; e finalmente êles são mencionados no *Kathāsaritsāgara* (1), «Oceano de rios de contos», colectânea da fabulística sânscrita, constante de 44.000 versos, da autoria de Somadeva, poeta de Caxemira, que compôs a sua obra no século xi, trasladando-a dum original que diz estar escrito na *paiçāci bhāṣā,* «língua de duendes», expressão que se aplica a muitos dialectos do baixo prácrito, falados pelas classes mais rudes e degradadas. Mas da existência destas referências até avançar que os fantoches precederam e deram origem ao drama é alargar em muito a amplitude do raciocínio, sem bases seguras e desprovido de justificação possível. A evolução do drama trouxe consigo indubitàvelmente o emprêgo dos fantoches, a fim de introduzir nêle os disfarces e os equívocos e para o amenizar pela ficção.

*

Foi Albrecht Weber (2) quem primeiro aventou a hipótese da influência do teatro grego no desenvolvimento do drama sânscrito, influência originada nas relações da Grécia e da Índia, nos três séculos anteriores à nossa era, após as conquistas de Alexandre. Êste era acompanhado na sua expedição por muitos artistas, entre os quais se contavam actores, que representaram nas côrtes de Bactriana, Panjabe e Guzerate. Seleuco deu sua filha em casamento a Chandragupta, que reinou em Pataliputra, a moderna Patna, e man-

---

(1) Editado por Herm. Brockaus (1839-66) e traduzido por C. H. Tawney, Calcutá, 1880-84.

(2) *Indische Studien,* XIII, págs. 491 e 492, cit. na *História da literatura* já mencionada, pág. 198, nota 210.

teve relações com esta côrte por intermédio de embaixadores, um dos quais, Megástenes, deixou relatos, que nos foram transmitidos por Arriano (séc. II) na sua *Indika*. Dinastias gregas reinaram por quási dois séculos na Índia ocidental; e os príncipes indianos tinham no seu séquito donzelas gregas. Weber exclui, porém, dessa influência os primeiros dramas, místicos e populares, cuja representação se menciona no *Mahābhāṣya*.

Anos depois, Ernst Windisch numa tese (1) apresentada ao 5.º Congresso Internacional dos Orientalistas, de 1881, procurou comprovar a influência grega, precisando o seu sentido, marcando os limites da sua amplitude, baseando-a em muitas analogias das duas literaturas quanto à feitura do drama, sua representação, scenário, personagens, enrêdo e os caracteres, na anterioridade do teatro grego sôbre o drama clássico indiano e nas relações ìnter-culturais, literárias e artísticas, da Grécia e da Índia após a conquista de Alexandre.

Plutarco nas *Vidas paralelas* informa que Alexandre Magno se comprazia em espectáculos teatrais nos intervalos que lhe concediam as batalhas e as conquistas. Também se sabe que os habitantes de Susa, Pérsia e Gedrósia cantavam as peças de Eurípedes e Sófocles. Filostrato na *Vida de Apolónio de Tiana,* escrita no século II e baseada nos relatos de Damis, discípulo de Apolónio, que o acompanhou nas suas viagens pela Índia em 50 da E. v., refere o grande aprêço em que a literatura grega era tida pelos brâmanes. Se o teatro grego era representado nas províncias do império de Alexandre, natural é que o fôsse também nos reinos que os seus sucessores fundaram na Índia ocidental.

Windisch assevera que a comédia romana, que teve a sua evolução de 340 a 260 a. J. C., deve ser considerada a

---

(1) *Der griechische Einfluss im indischen Drama,* Berlim, 1882.

fonte da influência no drama indiano. Quanto à feitura ou técnica do drama, são leves os pontos de contacto, tais como a divisão em actos, cujo têrmo é marcado pela saída de todos os actores do palco, e a fixação do número daqueles em cinco, embora muitas vezes excedido nas peças sânscritas. Há outros símiles nos àpartes, nas convenções scénicas e mormente no facto de a entrada duma personagem ser anunciada aos espectadores por um actor que já está em scena. Mas tôdas estas analogias, mais ou menos pronunciadas, são meras coincidências, que nada abonam em favor da tese.

Outro argumento deriva do emprêgo da cortina (*yavanikā*, «grega»), que constituía o fundo do palco e o separava do guarda-roupa ou dos aposentos dos actores. Tal cortina chamar-se-ia grega porque ocupava o mesmo lugar no teatro grego. Aquele vocábulo é primàriamente adjectivo, significando jónio, referido aos gregos, com os quais se estabeleceram as primeiras relações da Índia, mas depois ampliou-se o seu âmbito, aplicando-se ao pano *(paṭī)* estrangeiro de que a cortina era feita, provàvelmente alguma tapeçaria persa.

As jovens gregas *(yavanīs)* que fazem parte do séquito real e têm por missão transportar o arco e as setas para o rei, como se vê no acto II da «Xacuntalá», não têm paralelo no drama grego e por isso não fazem prova da sua influência no drama indiano.

O enrêdo das peças ministra, na sua comparação, dois pontos de semelhança assaz interessantes. Na pequena comédia heróica manifesta-se o amor do rei por uma donzela, contrariado por vários obstáculos, protraído por incidentes desagradáveis e por fim triunfante, após eventos que denunciam nela o sangue real, o que habilita o rei a desposá-la; na comédia grega figura um jovem que se apaixona por uma formosa dama, com quem aparentemente não pode contrair matrimónio, por a isso se opor a lei ática, mas de igual

linhagem, que lhe é revelada por um sinal identificador. Eis o primeiro ponto de contacto. O segundo é o emprêgo dum objecto, duma jóia, dum atavio para reconhecer uma pessoa em disfarce, traça que indubitàvelmente é comum aos dois teatros. Na «Xacuntalá» é o anel que lembra ao rei Duxianta o seu secreto desposório com a protagonista e que dá o título à peça: *Abhijñāna-çakuntalā*, «O reconhecimento de Xacuntalá». Em *Mālavikāgnimitra*, «Malavicá e Agnimitra», também de Calidaça, o anel da raínha serve para a libertação da heroína. Malavicá, raptada pelos bandidos, e Ratnavali (protagonista de *Ratnāvalī*, comédia de Harsha), salva das ondas, constituem flagrantes paralelos à heroína de *Rudens*, de Plauto, que, arrebatada ao pai por um salteador, é vendida a um alcaiote, naufraga na costa siciliana e por fim é reconhecida pelos seus atavios infantis. Similes que à primeira impressão depõem a favor da tese de Windisch, mas cuja fonte primária, quanto ao teatro indu, se encontra nas epopeias, começadas a elaborar no século v a. J. C., muito antes da infiltração da cultura helénica ou helenizada na Índia. O emprêgo de jóias ou outros sinais peculiares para a identificação de determinadas personagens já figurava no *Rāmāyaṇa*.

Windisch afirmou que o título da comédia *Mṛcchakaṭikā*, «O carrinho de barro», fôra sugerido pela *Cistellaria* ou *Aulularia*, de Plauto, convencido de que aquele era o mais antigo exemplar do drama clássico indiano, e comparou a sua urdidura, em que se entrelaçam a intriga política e o conflito amoroso, aos acontecimentos políticos contemporâneos da acção dramatizada no *Epidicus* e nos *Captivi*, do mesmo comediógrafo. Depois da publicação dos dramas de Bhaça, entre os quais se inclui o «Charudata», não pode subsistir a afirmativa de Windisch, pois esta peça é que serviu de modêlo ao «Carrinho de barro», que recebeu esta denominação para assim se distinguir daquela.

Resta finalmente apreciar os caracteres que o drama sânscrito teria imitado e adoptado. Compara-se a figura da raínha, amante de seu marido, que deseja ver nobre e dignificado, com a da *matrona* da comédia romana, comparação que é de todo o ponto gratuita, pois a rivalidade que surge, no drama sânscrito, entre duas personagens femininas está longe de ter as proporções dum conflito irreparável, porque se trata dum povo em que a poligamia é uma instituïção social e confere ao dramaturgo apenas o ensejo de retratar dois tipos diferentes de amorosas.

Dos outros caracteres, o que mais coincidências argúi é o do bobo, comparado por Windisch ao *servus currens* da dramaturgia helénica, estribando-se na etimologia da palavra *vidūṣaka*, que significa corrutor, e atribuindo-lhe o papel de alcaiote e complacente vicioso. É, porém, bem conhecido que a erótica indu reserva esta missão às mulheres, e que a função do bobo era a de acolher as confidências do rei e distraí-lo com as suas facécias, motivo porque era brâmane, de casta superior à do rei. Sylvain Lévi combateu na sua obra já citada o ponto de vista de Windisch, reconhecendo no bobo uma criação original do espírito indiano e uma herança directa do antigo drama popular, anterior ao drama da época clássica. Anos mais tarde, J. Huizinga (1) numa dissertação submetida em 28 de Maio de 1897 à Faculdade de Letras de Groningen, estudou por menor o papel dessa personagem tão característica do teatro indiano, rejeitando as opiniões de Windisch e mostrando o seu acôrdo com as conclusões de Lévi.

Como acabamos de ver, tem sido assaz debatida a questão da influência do teatro helénico ou helenizado no drama sânscrito. Inegável é que há numerosas afinidades e até mesmo analogias, que não podem, porém, transformar-se

---

(1) *De Vidūṣaka in het indisch Tooneel*, Groningen, 1897.

em argumentos com fôrça probatória. Quando muito será admissível a probabilidade (1), tal como Weber a ennunciou, da influência do teatro grego nos dramaturgos do primeiro milénio da nossa era, isto é, no drama clássico, e não no místico e popular, que antecedeu àquele.

Pode, portanto, a literatura indo-árica reivindicar a honra da invenção dramática. Pelas suas qualidades e pelos seus defeitos, pela sua inspiração como pela forma, pelos seus caracteres, como pelos sentimentos, o drama sânscrito é original, nasceu no seio da religião, desenvolveu-se em contacto com as tradições épicas e novelescas, associadas aos elementos populares, e evolucionou com tôda a pujança, independente de qualquer influïção estranha.

(Continúa).

Bernardino Gracias

(1) Probabilidade que foi combatida por Pischel em *De Kâlidâsae S'akuntali Recensionibus,* Breslau, 1870.

SUBSIDIOS PARA A HISTORIA DA MUSICA EM PORTUGAL

(Cont. do vol. 75.º pág. 521)

COSTA BRAVO (PLACIDO MANUEL DA)

Tendo Miguel Nobre de Oliveira entrado como noviço na Ordem de S. Paulo, primeiro eremita, por esse motivo tornou-se incompativel com o exercicio do seu partido de organista, pelo que fez desistencia desse cargo, sendo nomeado para o substituir a 5 de abril de 1781, Placido Manuel da Costa Bravo, que já o tinha de serventia.

«Dona Maria etc. Como Governador etc. Faço saber, que Placido Manoel da Costa Bravo me representou estar servindo de organista da Igreja de Santa Maria, Matriz da Cidade de Beja e da ditta Ordem, por Provisão minha, a qual Eu fora servida conceder-lhe em razão do impedimento, em que se achava o proprietario desta occupação Miguel Nobre de Oliveira, por este haver entrado Religiozo noviço na Congregação de S. Paulo, primeiro Eremita, o qual no estado incompativel com a ditta occupação, em que se via, fizera inteira dezistencia do partido, de que estava de posse, como mostrava do proprio documento, que aprezentava, ficando assim vago o mesmo partido e porque na pessoa do supplicante se reconhecião provados todos os requisitos necessarios para ser nelle provido pela provizão da serventia, que occupava e por esta mesma razão parecia dever preferir a qualquer outro pertendente, me pedia houvesse por bem de lhe conceder provizão da propriedade do ditto partido: E attendendo ao referido, visto o mais que ao ditto respeito disse em resposta o meu Procurador Geral das Ordens; e por constar ter o supplicante servido a mesma occupação de organista com satisfação do prior, e da collegiada da ditta Igreja:

Hey por bem fazer-lhe merce da propriedade do organistado della,

para que o sirva, em quanto Eu não mandar o contrario, e que com elle vença e haja o ordenado, proes e precalços, que lhe competirem, e direitamente, lhe pertencerem, na forma que o havião e vencião o ditto Miguel Nobre de Oliveira, e os mais seus antecessores pelo que mando ao prior da Igreja de Santa Maria, Matriz de Beja, ou a quem suas vezes fizer dem a posse da propriedade do organistado della ao ditto Placido Manoel da Costa Bravo, de que se lhe lavrará certidão nas costas desta, e lho deixem ter haver e possuir, e delle uzar na forma de seus antecessores. E esta provizão se cumprirá por todos os ministros e pessoas, a que tocar, sendo-lhes requerido, como nella se contem, tendo feito transito pela chancellaria da Ordem, e valerá posto que sem effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo de qualquer outra, ou Regimento em contrario. A Rainha Nossa Senhora o mandou pelos Deputados da Meza da Conciencia, e Ordens Luiz de Mello e Sá e Sebastião Francisco Manoel. Januario Antonio da Silva Castro, a fez em Lisboa a cinco de abril de mill sette centos oitenta e hum. Bento Xavier de Azevedo Coutinho Gentil a fez escrever // Sebastião Francisco Manoel, por despacho da Meza da Consciencia e Ordens de 4 de abril de 1781 // Desta oito cento reis e de assignatura duzentos e quarenta reis // João de Oliveira Leite de Barros // Pagou trezentos reis e aos officiaes nove centos e dez reis. Lisboa 5 de abril de 1781 // Januario da Silva Castro». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Maria I—Ordem de Aviz*, liv. 3, fol. 303).

COSTA BRAVO (PLACIDO MANUEL DA)

Sobrinho do antecedente e do seu mesmo nome. Tendo o tio representado estar servindo ha vinte annos e achar-se por vezes inhabil para bem desempenhar o cargo, por isso pedia que fosse nomeado, para o substituir nos seus impedimentos, um seu sobrinho do mesmo nome. O requerimento teve bom despacho, e em 18 de janeiro de 1802 foi assignada a Provisão, que nomeava o sobrinho para substituir o tio nas suas faltas.

«Dom João por Graça de Deus, etc. e do Mestrado Cavallaria e Ordem de S. Bento de Avis: Faço saber que Placido Manuel da Costa Bravo Presbytero Secular Me representou, que elle era Organista proprietario na Igreja Parochial de Santa Maria da Feira da Cidade de

Beja, da ditta Ordem, em a qual servia ha mais de 20 annos com aceitação e sem nota, mas porque a razão de molestia, ou de licença podia acontecer faltar algũas vezes e na pessoa de seu sobrinho do mesmo nome Placido Manuel da Costa concorrião todas as circunstancias de aptidão para suprir estas suas faltas, e o supplicante não dezejava por motivo algum que a Igreja os experimentasse Me pedia houvesse por bem conceder-lhe que o ditto sobrinho do supplicante sirva nos seus impedimentos, mandando-lhe para o ditto effeito passar o competente titulo. O que visto, e o mais que constou por informação do Juiz da Ordem da Comarca de Moura, de que tudo foi Ouvido o Dezembargador Procurador Geral das Ordens: Hey por bem, e me praz que Placido Manoel da Costa sirva de organista da Igreja de Santa Maria da Feira da cidade de Beja nos impedimentos de seu Tio do mesmo nome Placido Manoel da Costa Bravo proprietario do dito Organistado por Me constar ser habil para o dito emprego. Pelo que Mando ao ditto Juiz das Ordens da Comarca cumpra e faça cumprir e guardar esta Provizão sendo passada pela Chancellaria da Ordem. O Principe Nosso Senhor o Mandou por Domingos Pires Monteiro Bandeira e Joze Cardoso Ferreira Castello, do seu conselho e Deputado do Tribunal da Meza da Consciencia e Ordens. Joaquim Marcos da Silva Castro a fez em Lisboa a 18 de janeiro de 1802. Deste 800 reis e da assignatura 240 reis — Bento Xavier de Azevedo Coutinho Gentil a fez escrever — Domingos Pires Monteiro Bandeira — Jozé Cardoso Ferreira Castello. Por despacho da Meza da Consciencia e Ordens de 18 de Janeiro de 1802. — Francisco Feleciano Velho da Costa Mesquita Castello Branco — Pagou 300 reis e aos officiaes 960 reis. Lisboa 30 de Janeiro de 1802. Bento Xavier de Azevedo Coutinho Gentil. (Torre do Tombo, *Chancellaria da Ordem de Avis de D. Maria I*, liv. 13, fol. 123).

COSTA FREIRE (LUIS DA)

Um aviso, de 21 de outubro de 1765, assignado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Conde d'Oeyras, e dirigido ao juiz do crime do bairro de Andaluz, ordena que se proceda de certa maneira com relação a Luis da Costa Freire, que *se disse ser cantor da santa igreja patriarchal,* o qual se achava preso como indicado na morte de Maria Joaquina.

Eis o respectivo documento:

«Para o juiz do crime do bairro de Andaluz.

«Sendo prezente a S. Mag.e a carta que V. M. me dirigio na data de 14 do corrente mez respectiva á prizão que fez a Luiz da Costa Freire, que se disse ser cantor da Santa Igreja Patriarchal, por se achar indicado na morte que se fez a Maria Joaquina: ordena o mesmo Snr. que V. M. o conserve na dita prizão e continue nas perguntas e mais diligencias, que se fizerem necessarias para averiguação da verdade, e antes de todo o procedimento me dará V. M. conta do que rezultar desta diligencia para ser prezente a S. Mag.e Dª guarde a V. M. Paço a 21 de outubro de 1765. Francisco Xavier de Mendonça Furtado». (Torre do Tombo, *Avizos do Min. do Reino*, liv. 11, fol. 6).

COSTA LIMA (JOÃO MOREIRA DA)

Em 1806 viera para Lisboa um industrial de reconhecida aptidão, chamado João Baptista Férin, que nascera na Belgica, em Poponel, sendo seu pae Aimable Férin, fabricante de carruagens em Bruxelas. Na nossa capital fundou elle um estabelecimento de aluguer de trens e mais tarde uma fabrica de carruageus, cuja especialidade era a dos *cabriolets*. Por este motivo, alcançou uma provisão de 22 de fevereiro de 1828, assignada pela infanta D. Isabel Maria. Contra esta concessão protestaram os fabricantes de carruagens arregimentados, vindo em sua defeza o concessionario, que demonstrou quanto era vantajosa a sua industria. N'esta exposição declara elle que ha 22 annos residia em Lisboa, que era casado, e do seu matrimonio, resultaram 9 filhos. A sua officina era na rua da Santissima Trindade, a Buenos Ayres.

A mulher chamava-se Catharina Masson, de Bembervil-ler, na Loraine, e todos os nove filhos d'este consorcio, seis do sexo feminino e tres do masculino, sobreviveram a seus paes, chegando alguns a alcançar a longevidade. O ultimo que resta é a sr.ª D. Justina, solteira, moradora na estrada de Palhavã. Um dos filhos chamava-se Augusto Férin e foi

o fundador da livraria do seu appellido, na rua Nova do Almada, em Lisboa.

O sr. Jordão de Freitas publicou no *Diario de Noticias* de 17 d'agosto de 1909 uma carta, em que relaciona os descendentes de João Baptista Férin e de sua mulher Catharina Masson, designando a idade e resumidamente o seu destino. Creio, porém, segundo declarou particularmente o auctor da carta, que alguma cousa se tem de corrigir n'estes seus apontamentos. N'ella se mencionam: D. Anna, viuva de Antonio Moreira da Costa Lima, a qual falleceu com 88 annos, a 23 de julho de 1904, e D. Emilia, que, enviuvando de João Moreira da Costa Lima, falleceu a 2 d'agosto de 1901, com 81 annos. Ambas estas senhoras foram, não sei em virtude de que circumstancias, para o Porto, onde fundaram um importante estabelecimento de modas.

João Moreira da Costa Lima, casado com D. Emilia, foi um musico distincto, posto que modesto. Conheci-o, na minha mocidade, em casa de um nosso commum amigo, de quem era companheiro quasi inseparavel, o qual me forneceu as indicações biographicas que passo a transcrever:

«Começou a sua carreira por ser guarda-livros da Companhia Fiação Portuense.

«Occupando esse logar, consorciou-se com Emilia Férin, uma das societarias do estabelecimento de modas mais em evidencia n'essa epoca, conhecido em todo o Porto pela Casa Férin.

«Poucos annos após o consorcio montou na Praça Nova um estabelecimento de pianos e de musicas, sendo o que mais cooperou para a introducção em Portugal dos pianos de Gaveau, de Paris, cuja fabrica representava.

«Escreveu algumas composições sacras e numerosas musicas de dansa. Entre ellas registraremos: *Uma flor; Julia; Laura; Sibylla; A voluvel; Vision*; etc.

«Compoz para orgão e banda o *Hymno de Flora*, que em 1877 fôra executado na grande nave do Palacio de Cristal do Porto, no mez de junho, por occasião da inauguração da primeira Exposição d'Horticultura Internacional que se realisára no nosso paiz.

«No orgão do Palacio de Cristal do Porto era frequente fazer-se ouvir, arrancando d'aquelle magnifico instrumento sons d'uma belleza encantadora e que raros organistas ainda hoje lhe sabem descobrir.

«Por intervenção de Moreira da Costa vieram orgãos para Portugal fabricados pela casa ingleza de Peter Conacher, de Hudersfield, para os seguintes templos: Ordem Terceira do Carmo, Cedofeita, e Vallongo.

«Era filho de Caetano Moreira da Costa Lima e de D. Jeronima Rosa de Lima. Nasceu no Porto a 11 de julho de 1841 e falleceu na mesma cidade a 9 de Janeiro de 1888.

«Os seus restos mortaes jazem no Cemiterio do Prado do Repouso no mausoleo n.º 464 da secção 12.

«Não deixou descendentes».

Eis agora uma nota das composições sacras de Costa Lima, com que teve a amabilidade de me obsequiar um seu amigo e discipulo, que com elle aprendeu a tocar orgão:

Missa em fá — Kyrie e *Gloria*, a tres vozes, com acompanhamento de orgão. (Esta composiçao foi offerecida pelo auctor, á Meza da Ordem Terceira do Carmo, do Porto, tendo sido cantada pelos alumnos do Orpheon d'aquella Ordem, acompanhando ao orgão, o *auctor*).

Benedicta és — Gradual de Nossa Senhora da Conceição — em lá bemol — solo e côro a quatro vozes, com acompanhamento de orchestra, piano e orgão.

Ave-Maria — em fá — grande côro unisono, com piano e orgão.

Tantum ergo e *Genitori* — em dó menor — côro unisono, acompanhamento de orgão.

Tantum ergo — em sól menor — para vozes infantis, acompanhamento de orgão.

O Salutaris Hostia — em fá menor — com acompanhamento de orgão.

Jesus, natus est — cantico do natal, solo e côro, com acompanhamento de orgão — lettra do fallecido abbade Carneiro de Mello.

Cantico da Manhã — solo e côro, com acompanhamento de piano, lettra de A. F. de Castilho.

Estas composições foram todas cantadas pelos alumnos de ambos os sexos, do orpheon da Ordem Terceira do

Carmo, nas diversas festividades realisadas na egreja da mesma ordem.

No *Jornal de Horticultura Pratica,* a pag. 168, do volume relativo ao anno de 1877, vem uma enthusiastica apreciação do *Hymno de Flora,* devida á penna de José Duarte d'Oliveira.

Antonio Moreira da Costa Lima, irmão de João, foi tambem um considerado professor de piano. Um terceiro irmão, Caetano Moreira da Costa Lima, dedicou-se á pintura, sendo artista de merecimento.

COUTINHO (MANUEL HOMEM)

Manuel Homem Coutinho, oriundo da provincia da Beira, era filho de João Homem, musico e mestre de Capella, tendo exercido tambem os cargos de escrivão dos orfãos na villa de Alcobaça e do judicial em Santarem. Seu avô paterno, o padre Bento Homem Coutinho, foi sub-chantre na Sé de Coimbra, e seu avô materno, depois de ter sido bombeiro del-rei, passados annos se lhe encarregou a administração do provimento dos biscoitos para as armadas e naos da Junta. A sua familia tratára-se sempre com certa decencia e por isso a sua mecanica era das menos insanaveis.

Manuel Homem Coutinho pretendeu o logar de cantor no convento de Aviz, pretensão que lhe foi impugnada pelo juiz geral das ordens, não porque o julgasse menos apto e de voz insuficiente, mas porque entendia que havia necessidade de freires para outros misteres mais uteis e indispensaveis á Ordem.

Neste parecer allude-se a Frei Antonio da Fonseca, mestre da capella, e a um organista e tocador de harpa, assim como a Manuel Ramos de Miranda, tambem mestre de capella, que deixara de o ser pela sua promoção a sub-prior. Em proveito d'este Manuel Ramos acha-se registado na chan-

cellaria da ordem um alvará de 20 de abril de 1671 (1), dispensando-o da mecanica para poder ser admittido como freire na qualidade de musico. Era neto de sapateiro, unica circumstancia biographica que vem apontada no dito alvará.

O parecer do prior-mor é mais favoravel, baseando-se na necessidade que havia de bons cantores no coro da capella. Com este parecer se conformou a Mesa da Consciencia e Ordens em Consulta de 16 de outubro de 1705, sendo de 31 de novembro o alvará (2) que o dispensa para entrar na Ordem na qualidade de musico.

Como dou a consulta *in extenso* e juntamente os documentos que ella encerra, julgo superfluo summariá-la mais, recommendando todavia ao leitor que não deixe de a perpassar pelos olhos, pois encontrará pormenores curiosos para o estudo da vida monastica e artistica daquella epoca.

«Senhor. = Fes petição a Vossa Magestade por este Tribunal da Menza da Consciencia e ordens Manoel Homem Coutinho, na qual reffere que elle estava aceito por Muzico em hum dos lugares do Convento da Ordem de São Bento de Aviz e porque assim elle como seu Pay vião de hir cantar a alguas festas por dinheiro e seu Avô materno era official de bombeyro, e assim na forma das definições da mesma Ordem para entrar no ditto Convento necessitava ser dispensado na falta de nobreza. = Pede a Vossa Magestade que havendo respeito a sua parte e a necessidade que ha delle no mesmo convento o dispençe para effeito de nelle poder entrar.

«Mandouçe ao juiz geral das ordens informasse com seu parecer, o que fez dizendo que V. Mag.de, hera servido ordenar-lhe o informasse sobre a petição de Manoel Homem Coutinho em que pedia a V. Magestade lhe conceda dispença na macanica que tem para tomar o habito no convento de Aviz aonde dizia estava aceito por muzico. E por satisfazer ao que V. Mag.de lhe ordenara fizera toda a deligencia por tomar as noticias necessarias alem das que tinha por ser professo nesta ordem

(1) Torre do Tombo, *Chancellaria da Ordem de Aviz*, liv. 16, fol. 156.

(2) Idem, *ibidem*, liv. 22, fol. 232.

havia vinte outo annos e delles haver estado quatro no dito convento, e pello que a experiencia lhe tinha mostrado achava que os menos muzicos na Ordem he o melhor: assi porque sempre padecem falta ou qualidade que os deffinitorios requerem que os faz necessitar de dispença nelles, como porque o seu procedimento ordinariamente não hera muy conforme com a honra do habito que professão; e ja por esta razão se não admetia no Convento de Palmella onde os havia em outro tempo, e hoje vaão a elle cantar muzicos de fora, quando sucede ser necessario: Sendo isto sufficiente para V. Mag.de negar ao supplicante a dispença que procura a faz para elle mais difficultosa a pouca necessidade que o Convento tinha neste sugeito. Porquanto nelle havia hum Mestre de Muzica por nome Fr. Manoel Ramos de Miranda (ainda que hoje se achava superior) e Frey Antonio d'Affonseca, tambem Mestre e bom compozitor e havia mais hum organista e outro arpista; e alem destes estava para entrar brevemente outro Muzico que hia dos Meninos Orfãos: os quaes todos bastavão para governar o choro na cantadoria ordinaria de Canto Chão, e para as festas tinha o convento hoje alguns dez Muzicos na villa dos quais alguns tocavão instrumentos e a todos dava partidos, como sempre se costumou que nos annos que nelle estivera ainda eram em menor numero.

«Pello que, ainda que achava que o supplicante cantava sufficientemente, como porem passava de trinta annos de idade, pello qual tambem não era a sua aceitação conveniente; attendendo a tudo o reffe-rido, lhe parecia não convinha que Vossa Magestade conçedesse ao supplicante a dispença que procura, visto não haver cauza que a justifique não tendo o convento necessidade alguma delle. E sendo grande a que tem de hum sogeito com bons principios para as ciencias, melhor fora que hum desta qualidade fosse o provido neste lugar, para que depois occupasse no Collegio de Coimbra hum de dous de oppositores, ás Cadeiras que ha annos se achavão vagas por falta de sogeitos; e para a escolha delle mais perto ficava de Aviz o Collegio da Purificação em Evora (donde os collegiaes lhe pedião os habelite para servir as Igrejas das ordens) do que fica Santarem para a eleição do supplicante, e quando para tal effeito se achar sugeito digno, então seria justa a dispença, se lhe faltasse a qualidade necessaria.

«Porem quando, não obstante o sobredito, Vossa Magestade seja servido dispençar com o supplicante, estava ainda examinar se tem mais alguma mecanica das que na sua petição reffere, pois mostrava ser feita por elle; o que elle não podia averiguar, porque achava que procedia da provincia da Beira, e outras terras de que não tinha inteira noticia nem

a pudera alcansar n'esta cidade, o que melhor poderia constar de suas inquirições; e que isto hera o que lhe parecia e que V. Magestade ordenaria o que fosse servido.

«E escrevendo o Prior Mor do dito Convento de Aviz hua carta a V. Magestade por este Tribunal em que representa que Manoel Homem Coutinho tinha feito Petição a V. Magestade para que fosse servido dispensallo em algua falta de nobreza, para haver de entrar em hum lugar vago no seu convento que nelle nomeára, e a razão que tivera para isso fora porque, supposto que o Convento seja tão bem seminario de sugeitos que hão de sahir para Parrochos, e para continuar as Universidades não hera de menos ponderação nella a perffeição e zello do culto divino e serviço do choro tão recommendado pellas suas deffinições; e por ver a grande falta de vozes que havia no Convento e lho requerer assy toda a comunidade, buscara por boas informações que tivera deste tal Manoel Homem, sem que elle fosse o pretendente, e o mandara primeiro que tudo examinar de solfa e latim no Convento, aonde fora aprovado geralmente pela sua boa voz e pellos mestres de moral e solfa e assim na gramatica, como na destreza de canto chão e de orgão, o que asim visto lhe mandara tirar suas inquiriçoens na forma do estilo, que foram vistas e aprovadas por toda a comunidade por limpo e de limpo sangue e de boa vida e costumes, sem que do contrario ouvesse rumor ou fama, e somente carecia da nobreza que requerem as deffinições em que Vossa Magestade costuma despençar em cazo semelhante, pela necessidade que representava na falta de vozes e destreza na solfa que havia no coro, pois apenas se achava nelle quem soubesse levantar huma Antiphona, e supposto que havia tres freires que entrarão com a parte de Muzicos (porque tambem foram dispensados) hera hum delles o Mestre de solfa, e os dous he hum arpista e outro organista, que sem vozes capazes ficão como occiosos os instrumentos e o magisterio da solfa. E o seu superior, supposto que fora Muzico, nem tinha já voz, nem que os seus annos e Dignidade hera decente hir cantar com os muzicos, e a razão porque o fizera superior fora por lhe parecer a todas as luzes merecedor do dito cargo, e por desejar acertar no serviço de Deus e de Vossa Magestade e conservação da paz, união e recolhimento daquella communidade, como lhe tinha mostrado a experiencia desde o tempo que o exercita. Alguns Muzicos de fora que o convento tem assalariados, herão mais chusma que consonancia, e mais despeza da Fabrica que utilidade e decencia do coro, e que V. Magestade mandaria o que fosse servido.

«E pella meza deferira este requerimento fes Replica o supplicante dizendo nella que pelos despachos incluzos se lhe não deferira ao seu

requerimento sobre a dispença que pertendia, e seria por senão reprezentarem todas as razoins que o justificão e vinha a ser que no Convento de Aviz de tempo immemorial houve sempre muzica, como havia de presente e sempre hera conveniente conservarce, porque sem ella se não podia fazer os officios divinos com a decencia e perfeição que hera justo em hum convento real, e por estar ao prezente a muzica do convento muito falta de vozes, e o supplicante ser bom muzico e destro tinha o convento necessidade delle, e esta fora a cauza porque o Reverendo Prior mor o nomeara em o lugar que estava vago; e a mesma razão fazia mais justa a dispença que elle pretendia, pois para se conservar a muzica do convento se dispensara sempre, com muitos sugeitos que entravam por muzicos, em machanicas muito maiores, de que havia no mesmo Convento muitos exemplos, e a falta de nobreza do supplicante não hera tão grande que se não deva dispençar com tão justa cauza pois nem elle, nem seus Pays exercitarão nunca occupação mecanica, mas se tratarão sempre muito honradamente e sómente seu avo materno fora em algum tempo Bombeiro mas sempre se tratara muito limpamente e outros maiores defeitos se tem dispençado, em sugeitos que entraram por musicos em o dito Convento não havendo delles tanta necessidade como ao presente ha delle supplicante, e sendo V. Magestade servido mandar ver as suas provanças, se veria por ellas ser muito pouco o defeito de que requeria dispença. Pede a Vossa magestade que em consideração do refferido lhe fassa merce dispençar com elle no dito empedimento que se lhe achou nas provanças, para poder entrar no dito convento em o lugar em que estava nomeado.

«Mandouçe ao Prior mor do convento de Aviz informasse com seu parecer declarando a qualidade de mechanicas que se achavão nas Inquirições do supplicante o que fez Dizendo que do supplicante Manoel Homem Coutinho mandaua V. Magestade informar do contheudo na replica incluza declarando as qualidades da mechanica que se achão no sobredito para haver de ser dispençado para entrar em hum logar de muzico no seu convento de cuja aprovação e exames como tambem da grande falta de vozes e sciencia de solfa que aquelle choro padecia tinha enformado a V. Magestade pella sua carta incluza, que se lhe offerecia mais representou a V. Magestade que naquelle convento havia vinte sete lugares de Freires, dos quais estavam somente tres occupados em muzicos que herão o mestre da solfa, arpista e organista, não fallando no superior pellas razoins que tinha dito, exceptuando estes não havia mais quem occupasse lugar de muzico, nem quem saiba lansar papel de canto de orgão. E representara mais a V. Magestade que no Convento se acha-

vão alguns choristas com bons principios para as sciencias e capazes de poderem vir a occupar os lugares de oppozitoria que estão vagos no Collegio de Coimbra, em o qual estavam actualmente dous Collegiaes e hum Porsionista a quem elle Prior Mor deitara o habito que lhe parecia hande dar satisfação de sy: E emquanto á mecanica do supplicante seu Avo Paterno o Pe. Bento Homem Coutinho fora clerigo da missa e subchantre na see de Coimbra, e seu Avo materno João Gonçalves fora Bombeiro de V. Magestade alguns annos, e depois se lhe encaregara a administração do provimento dos biscoutos para as Armadas e naus da junta e seu Pay João Homem fora muzico e mestre de uma capella com que hia as festas, e fora tambem escrivão dos orfãos em a villa de Alcobaça e do Judicial em a de Santarem; e que o supplicante era tambem muzico e deste officio se sustentava e a sua mãe e Irmans donzellas, vivendo muito honestamente sem que nunca nos sobreditos ouvesse outro algum officio mecanico; e que isto era o que constava de suas inquiriçoins que V. Magestade mandaria o que fosse servido.

«Pareceo á Meza que vistas as informaçoens do Prior mor da falta que ha de Muzicos no Convento de Aviz; e que facilmente se não poderão achar freires para muzicos, que deixem de necessitar de dispença de nobreza, e que quasi todos os que teem entrado no convento para servirem neste ministerio forão dispensados, deve V. Magestade dispensar ao dito Manuel Homem Coutinho na mequanica que tem, a qual não he de sorte que cause escandalo, a quem conheça que a arte da muzica quando he de profissão e se exercita publicamente, se não costuma achar em pessoas que tenhão seus paes e Avós sem defeitos de nobreza. Lisboa 16 de outubro de 1705. — Dom Francisco de Sousa — João da Mesquita de Matos — Dom Fernando de Faro — Antonio de Freitas Soares — Antonio da Cunha Pimentel.

Á margem: Como parece. Alcantara 21 de dezembro de 1705. — Uma rubrica». (Torre do Tombo, liv. 103 da *Mesa da Consciencia e Ordens*).

COUTO (LOPO GIL DO)

Musico da camara

(Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João V,* Registo de mercês, vol. I, pag. 265).

CRIADO (ALVARO)

Cantor de D. João III, que lhe fez as seguintes mercês, de que achei comprovação documental:

Tença annual de tres moios de trigo em carta de 4 de abril de 1532;

Mercê do officio de feitor da feitoria do Axem, em carta de 10 de março de 1540;

Tença annual de 250 alqueires de centeio, que era outro tanto que pagavam de fôro de uma quinta no termo de Trancoso, que trazia aforada Martim Teixeira. (Carta de 14 de junho de 1543).

Alvaro Criado era fallecido por 1556, pois n'este anno, a 16 de junho, dava el-rei a sua viuva Catherina de Beça, cinco mil reis de tença annual.

«Dom Joham &c faço saber a quantos esta minha carta virem que avemdo eu respeito aos seruyços que tenho recebidos de Alu.º Criado, meu cantor, e aos que espero que me ao diamte faça, queremdolhe fazer graça e merce, ey por bem e me praz que elle tenha e aja de mim tres moyos de tryguo de tença, de janeiro que pasou deste ano presemte de b^{e}xxxij em deante em cada hũu anno em quamto minha merce for, e lhe seyam pagos nas leziras de Villa Franca do rendimẽto dellas. E mamdo aos veadores de minha fazenda que lhe façam asemtar nos lyuros della no titulo das ditas leziras os ditos tres moyos de tryguo e em cada hũu anno lhe dem deles carta pera lhe serem pagos nellas, e por frimeza dello lhe mandey dar esta carta por mim asynada e asellada do sello pemdemte. Duarte Glž a fez em Setuvall a iiij dias dabryll de myll b^{e}xxxij». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III*, liv. 16 fol. 33 v.).

«Dom Joam &c A quamtos esta minha carta virem faço saber que cõfiamdo eu dAluaro Criado, meu camtor, que nesto me seruira bem e fielmente, como a meu seruiço compre, e querendolhe fazer graça e merce, ey por bem e me praz de lhe fazer merce do oficio de feitor da minha feitoria dAxem por tempo de dous anos e com o ordenado cadano con-

teudo em meu Regimento, acabando seu tempo ou vagando de pesoas que do dito oficio forem prouidas per minhas prouisoẽs feitas amtes desta. Noteficoo asy... Dada na cidade de Lixboa aos dez dias do mes de março — Aluaro do Auelar a fez — ano do nacimento de noso Senhor Ihũ x° de mil b°R». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III, Doações*, liv. 40, fol. 134).

«Dom Joham &c A quamtos esta minha carta virem faço saber que queremdo fazer graça e merce a Allu.° Criado, meu camtor, avemdo respeito ao seruiço que me tem (falta *feito*) e espero que ao diamte faça, tenho por bem e me praz que elle tenha e aja de mym de temça em cada hun ano do primeiro de janeiro que pasou deste ano em diamte em dias de sua vida dozemtos e cimquoemta alqueires de cemteo os quaes lhe serão paguos doutros tamtos que cada ano me paguão de foro de hũa quimtãa que esta em termo da villa de Tramqoso, a qual ora traz aforada em p^as^ Martym Teyxeira e paga o dito foro E por esta mãdo ao allmoxarife ou recebedor que hora he e ao diante for do allmoxarifado da Guarda que em cada hum ano de e pague ao dito Allu.° Criado os ditos duzemtos e cimquoemta allqueires de cemteo pello foro da dita quimtaã por esta so carta geral sem mais tyrar desembarguo de minha fazenda per inteiro e sem quebra sem se fazer outra allgũa despesa do dito cemteo e por quamto quero que ho dito Allu.° Criado seja pago pello dito foro como dito he, e por o trelado desta carta que ho sprivão de seu cargo regystara no liuro da sua despesa e seu conhecimento lhe serão levados em comta, e mãdo ao barão dAllvito, vedor de minha fazemda que lhes faça asy asemtar no liuro dos geraes della em cada huũ anno levar na folha do asemtamento pera ser pago como dito he, a qual qỹtãa foy do cõde de m.^a^ allua que D.^a^ perdoe E por firmeza lhe mãdey dar esta carta per mym asynada e aselada do sello pemdemte Ayres Fernandez a fez em Symtra a xiiij dias de junho de ĵb°Riij, a qual temça avera do primeiro dia de janeiro que pasou deste ano presemte de Riij em diamte». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III*, liv. 6, fol. 91 v.).

«Eu elRey faço saber a vos Joham Alluarez dAmdrade, meu tysoureiro moor, ou a quem ao diamte o dito carguo seruir, que avemdo eu respeito aos seruiços de Alluaro Criado, que foy meu camtor, ey por bem e me praz de fazer merce a Caterina de Beça (?), sua molher, de cinquo mill rs em cada hum ano, os quaes começara a vemcer do primeyro dya de janeyro do ano que vem de ĵb°l^a^ e sete em diamte, e por tamto vos

mãdo que do dito tempo em diamte lhe deis e pagueis os ditos b̄ rs cadano e pello trellado deste alluara, que sera registado no liuro de vosa despesa pello sprivam de voso careguo e conhecimento da dita Caterina de Beça mãdo aos comtadores que volos leuem cadano os ditos b̄ rs em conta, e quero e me praz que este alluara valha e tenha força e vyguor como se fose carta começada em meu nome e pasada pella chancellarya sem embarguo da ordenação em contrario. Alluaro Fernandez o fez em Lixboa a xbj de junho de j̄b°lbj. Amdre Soarez o fez sprever°. (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III,* liv. 54, fol. 121).

CRUZ (FILIPPE DA)

Mestre da capella real.

Vide *Mestres da capella real desde o dominio filippino (inclusivé) até D. José I.*

CRUZ (FRANCISCO DA)

Era capellão e cantor contrabaixo. Carta de 24 de fevereiro de 1601 concedendo-lhe um moio de trigo.

«Dom Filipe etc. outra tal carta de padrão nem mais nem menos como o que fica atraz escryto de Antonio Soarez a Francisco da Cruz meu capelão e cantor contrabaixo etc. de outro tal de hum moyo de trigo de tença cada anno em sua vida e que o comece no proprio tempo contiudo em outra carta e com a mesma certidão do adeão etc. Feita por Baltasar de Sousa em Lixboa a xxiiij de fevereiro de mil bj° e hũu e soescrita por Sebastião Perestrello». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe II,* liv. 7, fol. 202).

«Dom Felipe &c faço saber aos que esta minha carta virem que avendo respeito a boa emformaçaõ que tiue da uos e talento de Francisco da Crus, meu capellaõ cantor, dos auctuais do seruiço de minha capella real, e auer trinta anos que serue nella com grande asistencia e satesfaçaõ, hei por bem de lhe fazer merce de trinta mil rs de tença e dous moios de trigo mais alem do moio que them, com o que ficara avendo todo o acresentamento de dinheiro e trigo conteudo no Regimento da capella, que tudo lhe sera pago com sertidão do meu capel-

laõ mor de como serue autualmente nella cõprindo com sua obrigação e naõ he prouido de renda algũa eclesiastica, os quaes trinta mil rs e dous moios de trigo de tença cada ano comesara o dito Francisco da Crus a uenser de vinte sinco dias do mes de agosto deste ano presente de mil e seis sentos e uinte seis em diante, em que lhe fis a dita merce, que mando aos uedores de minha fasenda lhe fassão assentar a tença de dinheiro e trigo asima referida nos liuros della e do tempo outrosim asima declarado despachar cada ano em parte onde aja de tudo bom pagamento, pago com a certidaõ do dito capellaõ mor, e por frimesa de tudo mandei dar este ao dito Francisco da Crus por mim asinado e selado com o meu sello pendente. Luis de Lemos o fez em Lixboa a desaseis de setenbro de mil e seis sentos e uinta seis. Sebastiaõ Perestrello a fes escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe III*, liv. 15, fol. 252 v.).

CRUZ CARNEIRO (MARIA AUGUSTA)

Mais conhecida pelo nome de Augusta Cruz. Distincta cantora, natural de Vizeu. Falleceu em Lisboa no dia 6 de fevereiro de 1901. Eis o annuncio funebre publicado no *Diario de Noticias* de 7:

«*Maria Augusta da Cruz Carneiro* — Falleceu — Manoel da Costa Carneiro, Julia Correia da Cruz, Assumpção Correia da Cruz, Palmyra Correia da Cruz, Arminda Correia da Cruz, Gracinda Correia da Cruz, José Coelho Correia da Cruz e sua mulher, Antonio Coelho Correia da Cruz, Julietta da Cruz e Costa e seu marido, (ausentes), Marianna da Gloria Teixeira Marques Carneiro d'Assis e seu marido, Henrique Gerarde d'Assis Junior e seus filhos, Maria Luiza Teixeira Marques Carneiro Mendes e seu marido, Eduardo José Mendes, José da Costa Carneiro e sua mulher Maria Clotilde Bon de Sousa Carneiro, cumprem o doloroso dever de participar o fallecimento de sua extremecida esposa, filha, irmã e cunhada e que o funeral realisa-se hoje ás 3 horas, sahindo o prestito da rua de S. José, 57, para o cemiterio oriental».

«Foi commoventissima a cerimonia do sahimento funebre d'esta desditosa senhora que teve um dia a coroar-lhe o formosissimo talento os applausos que as platéas das principaes scenas lyricas só consagram aos seus privilegiados.

«Documentos inapreciaveis e religiosamente guardados por pessoa

que lhe foi em vida a mais dedicada, attestam quanto lhe foi gloriosa a curta carreira da desventurada artista que hoje todos pranteamos.

«Completando um pouco as ligeiras notas biographicas que antehontem démos da illustre extincta, vamos rapidamente esboçar os principaes traços da sua carreira artistica, que obtivemos pelo simples folhear do seu album de glorias.

«Foi no Porto, em 1888, que a sr.ª D. Augusta Cruz se estreiou na parte de Siebel do «Fausto», sendo os demais interpretes a sr.ª D. Sophia Castro (Margarida), Alvaro Roquette (Fausto), D. Francisco Coutinho (Valentim) e D. José de Almeida.

«Foi celebrada essa representação, porém não resta duvida que á sr.ª D. Augusta Cruz coube o melhor quinhão de applausos, pela sua voz deliciosa e pela correcção do seu methodo de canto.

«Resolvida a seguir a carreira lyrica, partiu para Italia em agosto de 1889 afim de aperfeiçoar-se com os melhores mestres, obtendo em curto praso um valioso documento em que Antonio Sangiovanni, professor do conservatorio de Milão, lhe assegurou um brilhantissimo futuro.

«A sua estreia em Italia deu-se em Padua com o «Trovador», merecendo da critica os mais alevantados elogios. Em seguida cantou em Veneza, Milão, Roma, Trieste, Savonna, Macerato, Varese, Turim, Varsovia, Mexico, Havana e Rio de Janeiro, onde assistiu ao desventurado fim que em 1894 teve o nosso conhecido maestro Marino Mancinelli.

«N'esta terrivel conjunctura, como em outras da sua vida de cantora, a sr.ª D. Augusta Cruz passou por crueis agruras que mal compensaram as suas noites de gloria que foram muitas.

«De regresso a Italia percorreu os principaes theatros de Parma, Bolonha, Treviso, Genova e Carpi até que em junho de 1899 desposou o nosso amigo Manuel da Costa Carneiro, que agora inconsolavel deplora a sua perda.

«As principaes operas em que se fez ouvir a desditosa artista foram as seguintes: «Fausto», «Trovador», «Adoratori del fuoco», «Romeo e Julietta» de Gounod; «Ruy Blas», «Lohengrin», «Cavalleria Rusticana», «Roberto», «Forza del destino», «Le Vidi», e a «Bohème» de Puccini, «Huguenottes», «Falstaff», «Aida», «Ernani», «Guarany» e «Lo Schiavo» de Carlos Gomes, «Othello», «Lorley», «Tanhauser» e «Crepusculo dos Deuzes» de Wagner.

«Ao tirar estas breves notas passa-nos tambem pelas mãos um sem numero de poesias dedicadas á ilustre cantora nas suas melhores noites, e de cartas firmadas por nomes illustres. Entre estas uma de Giulio Ri-

cordi, o grande editor milanez e outra de Carlos Gomes, o illustre compositor brasileiro.

«Que descance em paz a desventurada artista». (*Diario de Noticias* de 9 de Janeiro de 1901).

CUNHA (JERONYMO DA)

Cantor

«Dom Fellipe &c aos que esta minha carta virem faço saber que auendo respeito a boa informaçaõ que me foy dada de Jeronimo da Cunha, cantor contra alto de minha real capella, e ao muito tempo que ha que serue nella com satisfaçaõ, lhe faço merce de hum moyo de trigo de tença cada anno de sua vida para a esse tittollo se ordenar de ordẽs çacras, Pello que mando aos vedores de mynha fazenda lhe fação asentar o dito moyo de trigo de tença no L.º dela e de vinte e sete de setenbro deste ano prezente, que he o tenpo em que lhe comsedi a dita merce despachar cada ano em parte onde delles aya bom pagamento, e por firmeza de todo lhe mãodey dar esta carta por mim asinada e selada do meu sello pendente. Baltezar Ferreira a fez em Lixboa a dezanoue de outubro de mil e seis centos e desasete. Sebastião Perestrello a fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe II, Doações*, liv. 36, fol. 224).

ÇURITA (DIOGO DE)

Provavelmente hespanhol e natural da terra do seu appellido. Era cantor de D. João III, que em 9 de agosto de 1530 lhe mandou passar carta, dando-lhe de tença annual trez moios de trigo.

Diogo de Çurita, ao fallecer deixou viuva, Isabel Valente, e dous filhos, Nicolau Valente e Antonio de Çurita, moços da camara de el-rei D. João III, o primeiro dos quaes entrou em religião. O segundo cahira em enfermidade, de que não convalescera. Nenhum d'elles recebera a paga dos seus serviços nem dos do seu pai, e porisso D. Sebastião, em 1563, ordenou ao Hospital de todos os Santos que lhe desse casa, onde sua mãe o podesse tractar, e diversos alimentos. Como esta resolução não tivesse effeito, devia dar-lhe o hospital

dez mil reaes por anno (Carta de 23 de novembro de 1564). Por outra se lhe mandava dar um moio de trigo na alfandega de Lisboa.

«Dom Joham &c A quantos esta minha carta virem faço saber que querendo eu fazer graça e merce a D.º de Curyta, meu camtor, tenho por bem e me praz que elle tenha e aja de mym de tença em cada huũ anno tres moyos de trygo de janeiro que pasou deste anno de b^{e}xxx, emquanto minha merce for, e mando aos veadores de minha fazenda que lhes façã asentar nos lyuros os ditos tres moyos de trygo e dar em cada hum anno carta delles pera lugar omde lhe seyã bem pagos, e por firmeza dello lhe mandey dar esta carta de padram per mym asynada e asellada com ho meu sello pemdemte. M^{el} da Costa a fez em Lixboa a ix dias do mes dagosto do anno de noso Senhor Ihu x.º de mill b^{e}xxx». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III, Doações,* liv. 3$_{3}$, fol. 70 v.).

«Eu eiRey faço saber a vos Joham Roiz de Pallme, recebedor do dinheiro de hum por cemto e obras pias, e a quem o dito careguo seruir, que eu tynha pasado a Isabell Vallemte vyuua, molher de Dyogo da Corista, que foy meu camtor, e a Amtonio de Corita, seu filho hum alluara de que o trellado he o seguinte: «Eu elRey faço saber a vos prouedor e deputados do espritall de Todollos Santos desta cidade de Lixboa que eu sou hemformado que Dyogo de Corita, que foy camtor delRey meu senhor he avo, que sãta glorya aja, seruio muito tempo o dito oficio de camtor ate que faleceo, e depois de seu falecimento contynuaraõ no mesmo seus filhos Nicolau Vallemte e Amtonio de Corita seruindo de moços da camara do dito senhor e que naõ ouueraõ satysfaçaõ dos seruiços do dito seu pay nem dos seus, nem foraõ prouidos de carguo allguũ, por quamto Nicolao Vallemte emtrou em relegyaõ e Amtonio de Corita cahyo em hũa imfermidade de que não comvalleceo nem tem forças pera seruir carguo allgũu, e avemdo respeito ao sobredito e a sua pobreza e de sua may Izabel Vallemte, ey por bem e me praz, emquamto eu naõ mandar o contrairo, que o dito Amtonio de Corita aja em sua vyda nese espritall pera ajuda de seu sostemtamento e da dita sua may que o cura e serue em sua doemça huã reção de hum aratel e meo de carneiro cada dia e os dias que naõ forem de carne avera a resaõ de pescado equyvallemte, e asy averaa mais cada dya quatro padas de paõ do que ahi se daa aos hemfermos e mea canada de vinho e avera mais cada mes duas canadas dazeite e huã de vinagre, e asy auera elle

e a dita sua may huã casa no dito espritall, em que se posa haguasalhar como ha ouuer pera se lhe poder dar, pello que vos mando que lhe facaees dar a dita ração he casa pella maneyra sobredita por quanto pellos ditos respeitos lhe faço a dita esmolla. Joham de Bairros o fez em Lixboa a xxiiij de maio de jb^{e}lxiij, e este se comprira, posto que naõ pase pella chancellaria». E ora avendo eu respeito ao contheudo no dito alluara e a se tirar a dita Isabel Vallemte e Antonio de Corita, seu filho, o guasalhado e rasão nelle declarada per rezaõ da mudança que se fez em se meter o prouimento do dito espritall na confraria da Misericordia desta cidade, ey por bem e me praz que os ditos Isabel Vallemte e Amtonio de Corita tenhaõ e ajaõ ambos de dya de sam Ioham Bautista em diamte dez mill rs cada anno paguos em vos por este soo alluara gerall sem mais outra prouisão em suas vydas e falecemdo quall quer delles o que ficar viuo tenha e aja cada ano todos os ditos dez mil rs tambem em sua vyda, pello que vos mando.... Diogo Lopez o fez em Lixboa a xxiij de nouembro de jb^{e}lxiiij. E eu Duarte Diaz o fiz escprever».

Segue-se outro diploma identico mandando-lhes pagar um moio de trigo na alfandega de Lisboa. (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações,* liv. 14, fol. 353).

(Continúa).

Sousa Viterbo

VÁRIA

Juízos críticos sôbre a reedição — Juan de Valdés, *Diálogo de Doctrina Cristiana*, edição fac-similada do único exemplar conhecido da obra, descoberto em Lisboa pelo prof. Marcel Bataillon. Coimbra, Imprensa da Universidade.

Juan Valdés, o maior reformador espanhol depois de Servet, foi mantido na sombra durante três séculos por obra e graça do Santo Ofício, até que no meado do século XIX a sua interessantíssima personalidade ressuscitou, graças aos esforços de dois *quakers*, o inglês Wiffen e o espanhol Usóz, que publicaram, de 1847 a 1865, vinte volumes de reimpressões e traduções dos reformadores antigos espanhóis.

A faina foi prosseguida pelo alemão Boehmer, que deu à estampa em 1860 a primeira reimpressão de uma das obras de Valdés, as *Considerações divinas*, escritas em italiano. Ia avultando a personagem; e em 1880 Menéndez y Pelayo, na sua *História dos heterodoxos espanhóis*, tratava dela longamente, num capítulo em que atacava o reformador, mas tributava ao escritor o maior elogio, colocando-o logo depois de Cervantes na jerarquia dos prosadores da Espanha. No entanto, não deixava Menéndez y Pelayo de notar quanto as obras estritamente teológicas de Valdés se revelavam inferiores, quanto ao estilo, aos diálogos polémicos e literários que lhe eram atribuídos (o de Mercúrio com Caronte, o de Lactancio com um arquidiácono).

Êste facto explicava-o êle por uma razão muito ortodoxa: o de que se não forjou o espanhol para dizer heresias. Hoje, porém, adopta-se uma explicação que é menos subtil: a de que tais diálogos mais bem escritos não são da pena do nosso teólogo, mas da de seu irmão Alonso Valdés. Esta opinião foi defendida por Eugénio Stern numa tese sôbre os dois Valdeses, apresentada à Faculdade de Teologia da cidade de Estrasburgo em 1869: e tal é, outrossim, o parecer do Sr. Bataillon.

Sabia-se, pelos processos da Inquisição, da existência do *Diálogo da doutrina cristã:* mas jàmais se vira exemplar algum. A obra apareceu anónima, e é a única de Valdés que se publicou em vida dêle. Hoje,

conhecem-se da sua autoria: o *Alfabeto cristão,* em italiano; as *Considerações divinas,* também em italiano; os *Comentários sôbre São Paulo,* em espanhol, publicados em Genebra; e as traduções comentadas do *Evangelho segundo S. Mateus* e dos *Salmos,* que se conservaram manuscritas até 1860, ano em que Boehmer as publicou.

O Sr. Marcel Bataillon (que, ao que eu julgo, é o mais distinto hispanista francês da sua geração) teve a fortuna de descobrir na Biblioteca Nacional de Lisboa um exemplar do *Diálogo da doutrina cristã,* o único até hoje conhecido. Publica-se com uma *Introdução* de muito mérito, e enriquecido de anotações, em edição fac-similada da Imprensa da Universidade.

Nessa *Introdução,* define Bataillon as ideas de Valdés e determina as suas relações com as outras grandes doutrinas heterodoxas do tempo, como as de Erasmo, de Lutero e de Calvino. Em seu parecer, não há que estudar Valdés em função de Lutero, porque a doutrina da justificação pela fé andava no ar, por assim dizer, naquela época (não bastando ela, por conseqüência, para classificar um autor como discípulo de Lutero), e porque o que separava verdadeiramente a ortodoxia da heterodoxia, na crítica religiosa do tempo, é a declaração de obediência e de submissão à Igreja: e Valdés nunca rompeu com Roma, para seguir Lutero. Tampouco se poderá dizer que foi um puro erasmista, ainda no seu primeiro livro — o *Diálogo* — pois que há continuïdade do *Diálogo* para o *Alfabeto* e dêste para as *Considerações,* e porque a doutrina da justificação pela fé se acha implícita no *Diálogo*...

Porém, não é a *Seara* um lugar adequado para discussões de teologia, ainda que fôssem elementaríssimas. Basta aqui que saüdemos em Valdés um dos apóstolos da religião do Espírito, da revelação puramente interior, um dos que crêem que, como diz Antero,

> A Idea, o Sumo Bem, o Verbo, a Essência,
> Só se revela aos homens e às nações
> No céu incorruptível da Consciência, —

e que agradeçamos a Marcel Bataillon o serviço que prestou à história da cultura peninsular com o descobrimento e edição do *Diálogo,* assim como o prazer que nos proporcionou com a leitura da sua lúcida, erudita e profunda *Introdução.* — A. S.

(Da *Seara Nova,* n.º 108, de 20 de Outubro de 1927, pág. 237).

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem os seguintes livros oferecidos ao Instituto de Coimbra:

Conferencias dadas en el Centro de Intercambio Intelectual Germano-Español:

— IX. *Las Jornadas de Maria de Hungria* (1606-1646), por Mercedes Gaibrois de Ballesteros, Madrid, 1926.

— XI. *Como concibo yo la finalidad del hispano-americanismo*, por D. Rafael Altamira, id., 1927.

— XII. *Poetas portugueses del siglo XIX: Antonio Nobre*, por D. Alvaro de las Casas, id., 1927.

— XV. *Los antiguos Iberos y su origen*, por D. Pedro Bosch Gimpera, id., 1928.

— XVII. *La Filosofia contemporánea en Alemania*, por el P. Bruno Ibeas, Agustino, id., 1927.

— XIX. *Algunos aspectos de la educacion nueva*, por D. Lorenzo Luzuriaga, id,, 1928.

— XX. *Comentarios de esteticos alemanes a la doctrina artistica de Wölfflin*, por D. José Jordán de Urries y Azura, id., 1928.

Apoteose de S. Francisco de Assis (Sua vida e obra) pelo Dr. F. Gomes Teixeira, Lisboa, 1928.

Portos e Caminhos de Ferro Portugueses em Africa — Situação política que, internacionalmente, dêles nos adorm. Conferência no Ateneu Comercial do Pôrto em 31 de Maio de 1928 pelo Capitão-Tenente Francisco de Aragão e Melo. Pôrto, 1928.

Le «Sang royal de France» ou maisons actuellement existantes issues, en ligne féminine, de nos Rois, par les soins du Comte Georges de

Morant. Tome II, Paris, «Le Nobiliaire» Ed. M.DCCCC.XXV. Província de Macau.

Artelharia de Guarnição. Instruções sôbre o material elaborados por Alexandre de Vasconcelos e Sá, Macau, Imp. Nacional, 1922.

The Prince Vijaya Pala of Çeilon, 1634–1655, from the original documents at Lisbon by P. E. Pieris, Colombo, C. A. C. Press, 1928.

Colleccion Labor — *Geografia de España*, I, II e III par L. Martin Echeverria, Editorial Labor, S. A. Barcelona, Buenos Ayres.

República Portuguesa — *Colónia da Guiné — Direcção dos Serviços Aduaneiros* — Relatório e Resumos do Movimento Comercial e Marítimo dos anos de 1921 a 1926, Bolama, Imp. Nacional, 1927.

—— *Direcção dos Serviços de Saúde e Higiene — Relatório sobre uma visita feita aos Bijagós*, pelo médico de 1.ª classe, José Vitorino Pinto, Bolama, Imp. Nacional, 1928.

—— *Sobre a doença do sono na colónia da Guiné*, Relatório apresentado em 1927 à D. dos S. S. e H. por J. V. Sant'Ana Barreto. Bolama, Imp. Nacional, 1928.

Las formas estróficas y terminos métricos del Cancionero de Baena por H. R. Lang, Madrid, 1927.

Contribucion al catálogo de manuscritos españoles existentes en bibliotecas portuguesas, por Gerhard Moldenhauer, Madrid, 1928.

O Asturiense em Portugal, por R. de Serpa Pinto. Pôrto, Imp Portuguesa, 1928.

Primeiro Centenário da R. Escola de Cirurgia do Pôrto:

—— *O Ensino da Clínica Médica na Escola do Pôrto*, pelo Prof. Thiago d'Almeida. Emp. Indust. Gráfica do Pôrto.

3.º Congresso Beirão, Aveiro, 1928 — *Linhos*, Tese apresentada por Mário F. N. Ramos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1928.

Aproveitamento piscícola dos Fios das Beiras. Tese apresentada no 1.º Cong. Beirão pelo m. a., Coimbra, 1921.

Annales de l'Observatoire de Paris. Section de Meudon. Tome VI. *Cartas synoptiques de la chromosphère solaire et Catalogue des filaments de la couche supérieure*, por L. d'Azambuja, Eosc. I, Mars 1919, Janvier 1920. Orléans, 1928.

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 12$00

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15$00

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6$00

Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4$50

Noticia sôbre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3$00

Memórias de Castilho, por Júlio de Castilho. Vol. I..... 20$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra,* sociedade scientífica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos acompanhados do retrato e fac-símile da assinatura dos autores e na língua por êles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números..... 25$00
Número avulso ..... 10$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto,* Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 76.º

4.ª SERIE — VOLUME 5.º

NÚMERO 3

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1928

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Conde de Felgueiras — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Pôrto antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão, A. D. B. N. L. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, D. F. L. U. L., D. G. E. S. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L., D. G. S. — Prof. M. de Sousa da Câmara, D. I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, D. da Secção de Sciências Físico-Químicas da U. C.

SUMÁRIO

A arte de escrever (composição; sensibilidade; atitude crítica), por Vitorino Nemésio 241
Na agonia dum regimen — os últimos anos da vigência do foral do Pôrto, por Artur de Magalhães Basto 260
Estranjeirismos, por Cláudio Basto 280
Algumas observações acêrca da influência do inglês no português e do maior veículo dela — o francês, por João da Silva Correia . 288
A obra de Guerra Junqueiro, por Vieira de Almeida 316
O crime e a responsabilidade. (Estudo psico-social), por Santana Rodrigues 335
Quelques résultats obtenus par les observations spectro-heliographiques des années de 1926 et 1927, por F. M. da Costa Lôbo 350
Do teatro na literatura indo-árica, por Bernardino Garcias 357
Breves palavras sôbre a questão de Ourique, por A. Botelho da Costa Veiga 376
Boletim do Instituto 390
Bibliografia 392
Vária 397
Livros recebidos 400

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

EDIÇÕES RECENTES

Nos meses de Outubro e Novembro a Imprensa da Universidade publicou as seguintes edições:

VERGÍLIO CORREIA — *Pintores portugueses dos séculos XV e XVI.*
1 vol. Em papel de linho — 30$00.
Em papel de algodão — 15$00.

RUBEN LANDA — *La enseñanza secundária en Portugal.*
1 vol. — 12$00.

JOSÉ PEREIRA TAVARES — *Ortografia Portuguesa.* Manual do estudioso da língua.
1 vol. — 5$00.

MARQUÊS DE FRONTEIRA — *Memórias da sua vida.* Revistas e coordenadas por Ernesto de Campos de Andrada.
vol. II — 40$00.

FIRMINO MARTINS — *Folklore de Vinhais.*
1 vol.

MANUEL DA SILVA GAIO — *Eugénio de Castro.* Traços biográficos e literários.
1 folh. — 5$00.

ALBERTO PESSOA — *Ideas médicas de Eça de Queiroz.* I — A morte de Amélia e a morte de Luísa.
1 folh. — 5$00.

J. PERPÉTUO DA CRUZ — *Os Combustíveis.* Conferências realizadas no Instituto Superior Técnico.
1 vol.

JÚLIO DE CASTILHO — *Memórias de Castilho.* (Edição do *Instituto de Coimbra*).
vol. II. — 20$00.

À venda na Imprensa da Universidade de Coimbra e nas principais livrarias de Portugal

A venda na Livraria da Universidade de Coimbra
e nas principais livrarias de Portugal

A ARTE DE ESCREVER

(COMPOSIÇÃO; SENSIBILIDADE; ATITUDE CRÍTICA)

Começarei por dizer que não concordo com o rumo tradicional do ensino das disciplinas literárias, tais quais se professam nas universidades portuguesas.

Bem sei que os próprios professores discordam também, em muitos pontos, e procuram reagir contra êle, sem o enjeitarem de todo: nem por isso a declaração que deixo feita deixará de parecer leviana ou presumida.

Na moral mais aceite da profissão do estudo é princípio assente, julgo eu, que o estudante estuda como lhe mandam, e não discute como lhe convém estudar. Eu chamaria a isto uma regra de bom viver ou, com vénia do leitor, um princìpiozinho da ética do tem-te-mão-não-caias. Porque a questão é esta: não há a franqueza de romper abertamente com a rotina para proclamar que o ensino não é uma arte unilateral, espécie de comércio em que uns são eterna e invariàvelmente fornecedores, os outros eterna e invariàvelmente consumidores, mas, pelo menos no grau superior, uma instituïção de livre-câmbio, oscilando continuamente entre a fôrça expansiva das ideas do mestre e as instabilíssimas necessidades e curiosidades do discípulo. Ora, essas curiosidades e necessidades ou não existem, ou não podem satisfazer-se completamente com a rigidez do método histórico, biográfico quanto aos autores e cronológico quanto às obras, a que a tradição compele os estudantes na aprendizagem da literatura. Te-

nhamos pois a coragem de arrostar com o mostrengo, não sem nos precavermos, na probabilidade de malôgro, com as palavras do Bispo de Silves: «Mas que faremos de tenções danadas que não recebem razão?» e ainda justificando-nos com outras palavras do mesmo bispo: «... porque, quando há diversos pareceres e diversas razões, acerta-se melhor o que cumpre; e com o bom que se toma, evita-se um tamanho escândalo do público, como o haver todolos pareceres por errados, afora os seus» (1).

Mas não quero esquecer-me de que não me proponho discretear sôbre reformas do ensino, senão sôbre a arte de escrever, a natureza do estilo, a interferência da sensibilidade e da atitude crítica na obra literária, e considerações limítrofes. Baste-me pois assinalar em dois traços o que considero urgente introduzir na profissão da literatura. Quisera-a eu um pouco desembaraçada dos ornamentos da erudição, que não desprezo, em favor de um múnus mais directo, mais concernente ao carácter vivo das obras de arte em linguagem. Um romance, um drama, um soneto, uma sátira são, antes de mais, expressões de ideas e sentimentos vivos, que se produzem segundo um mecanismo próprio e se organizam em função de um modo de ser também próprio, a que se chama génio poético, génio dramático, génio literário. Ora, em regra, o objectivo dos estudos literários em Portugal não é êsse génio, mas a sua mera exterioridade ou aparência. A atenção, incidindo sôbre factores externos, cai assim insensìvelmente no ponto de vista filológico, não no sentido alemão de «amor do *logos*», o que não seria para condenar, mas no sentido da minudência vocabular, questões de purismo e idiotismo, propriedade e impropriedade, francesismo a mais, francesismo a menos. Sôbre isto, a intro-

---

(1) D. Jeronymo Osorio, *Cartas Portuguesas*, nova ed., Coimbra 1922, págs. 49 e 41.

missão abusiva de noções que não são da esfera da literatura, mas da biblioteconomia ou da história da imprensa: cimélios, incunábulos, iluminuras, — conhecimentos por certo auxiliares dos estudos històrico-literários, mas que estão longe de constituir o que de essencial nêles buscamos.

Dado ainda que se releguem para as sciências filosóficas os estudos sôbre o estilo, o conceito do belo, a atmosfera estética em que vive o autor e a obra, ficam de pé, sob a designação de história da literatura, a distribuïção das ideas por séculos e épocas, a arrumação das tendências e escolas (1), as aproximações que emergem do âmbito da literatura comparativa. Aqui, sim, que está a essência das coisas. É só por isto que vale a pena ocuparmo-nos com escritores e escritos, e não simplesmente porque com aqueles se deram determinadas efemérides.

Chama-se arte literária aos meios de exprimir através da linguagem o belo, ou seja o sentimento agradável que coisas e sêres em nós despertam, reduzindo-se a uma trama de ideas e de factos que se denominam estéticos. A esta definição é preciso juntar dois elementos, que colaboram para o mesmo fim, a humanização da espécie humana; e é o primeiro o carácter eminentemente social de tôda a obra literária, sendo o segundo a feição desinteressada que os factos estéticos apresentam. Eminentemente social digo eu, porque, sendo a linguagem o instrumento da literatura, esta recebe daquela o máximo poder comunicativo de que uma arte pode dispor. Quanto ao desinterêsse, pressuposto do belo, para

---

(1) Angel Ganivet (*Idearium Español*, 4.ª ed., Madrid 1923, pág. 85) queixa-se de que «en España no es facil relacionarlos todos [*processos técnicos, estilos e escolas*] en una unidad superior, en un concepto general, en una verdadera escuela», e isto porque Espanha tem génios isolados e não *greis* de génios. Pode dizer-se o mesmo de Portugal. Mas justamente porque não é fácil é que a tarefa se impõe.

defeni-lo tocaríamos numa melindrosa questão, que consiste em delimitar o âmbito de tal sentimento para concluir com segurança sôbre a sua própria natureza. Deixemos pois a pretenção de determinar *a priori* essa subtil essência e procuremos ver como ela se alcança em literatura: seus sinais de presença, modos de ser, formas que reveste (1).

Em primeiro lugar, a linguagem. É ela, como se disse, a matéria prima desta arte: exprime ideas e imagens; sentimentos puros, ou dados da sensibilidade que se não organizaram mentalmente; factos do mundo nervoso; simples verdades imediatas; o real desnudo e trivialmente visto (2). Mas a linguagem, facto psicológico, é o meio mais geral da expressão, como que a imagem mais rica que o homem projecta na terra, — e nem tôda a projecção humana literàriamente se concebe. Portanto, só empregada em certas condições, com requisitos determinados, pode a linguagem assumir a categoria literária e penetrar então nos domínios plenos da arte.

É dessas condições e requisitos que nos vamos agora ocupar.

Tomemos a coisa em campo mais terreno, e vamos por

---

(1) Tolstoï, entre muitos, confessa que «la question de savoir ce qu'est la beauté reste aujourd'hui encore absolument sans réponse, chaque nouvel ouvrage esthétique proposant à cette question une réponse nouvelle». Comte Léon Tolstoï, *Qu'est ce que l'Art?*, trad. de Wyzewa, 6.ª ed., Paris, 1911, pág. 20.

(2) Julien Benda, negando que haja qualquer coisa de comum entre *emoção de simpatia* e *emoção estética*, define esta última como o «tipo de emoção de base intelectual». Pelo que respeita ao fundo ideológico da emoção estética, afirma que para produzi-la ou senti-la é preciso que se «seja capaz de formar ideas abstractas» (a *perfection des rapports* que M.me de Sévigné admirava na *Esther* de Racine). Vid. *Belphégor*, 12.ª ed., Paris 1924, págs. 56–58.

Adiante insistiremos sôbre o predomínio do *intelectual* nas obras de arte literária.

exclusões. Suponhamos uma carta dum lavrador a outro. Diz assim: «Aqui por Coimbra tem chovido muito e o granizo tem feito mal às árvores que estão com flor, e eu não sei que hei-de fazer à minha vida, porque o ano passado perdi uns contos de réis com a azeitona e êste ano estava a contar com o bom tempo para salvar o meu rico dinheiro. As coisas também não estão boas a respeito de crédito, como bem podes calcular, e cá por casa os rapazes têm andado doentes com gripe e a minha mulher, coitada, trabalha que se mata». É um documento, como se vê, da linguagem humana, em que se relatam factos comezinhos, como a chuva e o granizo, uma má colheita de azeitona, dificuldades de crédito, doença de pessoas queridas. Tomemos outro exemplo. Diz assim:

«O homem resolvera escrever ao compadre sôbre os apuros da lavoura, e, como tivesse os pequenos doentes e a mulher cansada da lida, ficou-se por casa, calçou os chinelos, e, por detrás da janela, chapéu desabado sôbre os olhos, considerou os campos, que andavam ensopados da chuva e castigados do granizo como não havia memória». Os mesmos factos, pouco mais ou menos, ressaltam dêste outro exemplo, e todavia êste é literário e aquele não. Porquê? ¿Porque o segundo é mais complicado, mais *bonito,* escrito de um modo mais elevado e difícil? De-certo que não. Se bem o examinarmos, não lhe encontramos um único vocábulo que não pertença à fala trivial. Quando muito, assinalamos-lhe duas formas verbais eruditas: *resolvera,* por *tinha resolvido*, e *tivesse,* empregado como predicado de proposição causal. Podemos pois concluir pela identidade da linguagem nos dois empregue, salva a estrutura lógica e rítmica da segunda espécie de prosa, de que trataremos adiante.

O que diferença a primeira peça da segunda é o seu carácter utilitário: mera anotação de realidades para efeitos práticos restritos. O correspondente transmite ao destina-

tário, não as suas impressões desinteressadas sôbre o tempo, a beleza do granizo ou a desolação platónica de que as flores das árvores dizimadas lhe povoaram o espírito, mas, pelo contrário, um desânimo muito directo, em que o interêsse próprio entra em jôgo. A alusão ao crédito dá inclusivamente a perceber que o homemzinho, com a fazenda danificada, espera do amigo um socorro que não quere pedir directamente. Tivesse êle outra têmpera, e já a carta conteria — quem sabe? — sua consideração sôbre o infortúnio, a subordinação da vida agrícola aos caprichos das intempéries, aspectos pitorescos dos bagos de neve a cair. Em conclusão: não é por se tratar de uma carta privada que a arte literária não existe, mas porque, no exemplo, as linhas se cingem sêcamente à necessidade dos facto, à sua processão e vulgaridade.

A arte começa, portanto, onde o particular se elimina ou onde se manifesta em função da generalidade a que pertence. Daí o carácter social que lhe atribuímos a princípio: a literatura é um meio de contágio; sociabilizar é pois o grande papel que lhe compete. ¿De que meios dispõe para isso?

Mas, deixando a pregunta em suspenso, revertamos ao segundo exemplo. As palavras usadas aí, como dissemos, afinam pela craveira da linguagem singela da carta. No entanto um arrumo diverso se lhes deu. A leitura delas resulta diferente: clara, duma clareza que se dispõe em gradações harmoniosas e induzidas. Isto da indução — apresso-me a dizê-lo — já Guyau referiu em páginas belíssimas (1), fazendo-a emparelhar com a simpatia nos processos sociabilizantes do estilo, que é a substância da literatura. Na arte literária, essa indução opera-se por duas vias, continuação uma da outra: pelo caminho objectivo do estilo, ou seja pelas

(1) Guyau, *L'Art au point de vue sociologique*, 9.ª ed., Paris 1912.

malhas da rêde rítmica em que o autor recolheu as emoções que fornece; pelo conteúdo do próprio estilo, suco emotivo ou ideológico de todos os valores em acção, que figuraríamos, em metáfora, pelas algas, musgos e gotas de água que escorrem de uma rêde que se tirou do mar. O estilo é o espelho duma atitude: a do escritor perante o facto literário. Considerado *sub specie æternitatis*, lança em circulação as energias da obra; é a ressonância de uma alma sob as abóbadas do seu mundo. *Sub specie particularitatis* acusa o autor, é o traço que o individua na sociedade dos seus pares, como que serve de marco no plano duma época multímoda. Falando talvez com mais clareza: o estilo apresenta dupla-face. Emquanto o vemos desprevenidos, emquanto exerce a sua verdadeira função, é a própria essência da literatura: o veículo da emoção literária, a um tempo conteúdo e continente. Por outro lado, submetido à análise, postos a nu e identificados os elementos de que se compõe, é o índice da refracção das coisas e dos sêres através da índole do autor. Emfim, «o estilo é o homem». Pascal, êsse dizia: «lorsqu'on voit le styl naturel, on est étonné et ravi, car on s'attendait à voir un auteur, et on voit un homme». E Boileau, a propósito das personagens de Terêncio:

> «Ce n'est plus un portrait, une image semblable;
> C'est un amant, un fils, un père véritable (1)».

Forma e fundo, na obra literária, implicam pois naturalidade e verdade. São como polos; mas, ao contrário dos do mundo, não constituem antinomia, antes se aquecem com o mesmo calor vivificante porque são dois modos da mesma

---

(1) Boileau, *L'Art Poëtique,* canto III, vv. 419-20. Diz António Sérgio: «O estilo, ou não existe, ou é o suco de uma individualidade e da experiência pessoal». *Notas sobre os «Sonetos» e as «Tendencias Geraes da Philosophia» de Anthero de Quental,* Lisboa 1909, pág. 15.

essência espiritual. Emquanto a naturalidade, que toca à forma, é o sinal externo da autenticidade duma obra, a verdade, que toca ao fundo, à própria afirmação íntima dela, é o que nos garante que essa obra se insere na universalidade, — isto é, naquilo que, por seu carácter geral e permanente, é específico do génio criador.

Mas, em vez de levarmos por diante as nossas considerações sôbre o natural e o verdadeiro nas obras de arte literária, ocupemo-nos das categorias inclusas no ennunciado dêste ensaio: *sensibilidade* e *atitude crítica*. Elas são, no pé em que tento defini-las, os dois pontos de vista em que o autor necessàriamente se coloca em face da obra a traçar, reservando eu o têrmo *composição* para designar os problemas do estilo no seu sentido material ou exterior.

É preconceito enraïzado, entre literatos e diletantes, que o escritor é exclusivamente um sensível, quere dizer, uma pessoa dotada, em alto grau, de permeabilidade aos fenómenos da emoção estética pura. Quem assim pensa, exclusivamente confia a factores infusos, a factores (digamos a palavra) *fatídicos*, o que afinal é função de faculdades intelectuais, doseadas embora nas proporções de um dom ou predisposição inata. Chamemos génio a êsse condão (ou talento, ou inspiração, ou tendência); partamos da sua necessidade para que o escritor seja artista, mas atendamos a que a arte de escrever tem uma técnica que se não reduz à simples euritmia, senão que se alarga a processos lógicos e dialécticos, e que portanto se enquadra na arte de bem pensar. Nada mais falso do que tomar uma língua por simples matéria plástica, meio de dar a côr, o som, o impressionante, o pitoresco.

A linguagem, sendo um facto originàriamente psicológico, é, no grau superior (e só êste importa verdadeiramente à literatura), uma conquista racional, e portanto um instrumento de aparato inegàvelmente lógico. Sendo assim, ¿ como

rebaixá-la no escritor até aos umbrais do inconsciente, ao mundo surdo e nebuloso das sensações?

Admitamos portanto o que a realidade nos ensina: a primeira condição do escritor é a inspiração, talento ou génio, e êste consiste na faculdade de coordenar os resultados da actividade crítica do espírio sôbre os materiais subministrados pela sensibilidade ou emoção. Tocamos agora no que há de específico na arte de escrever. Emquanto o escritor de ideas limita a coordenação a um mínimo de lógica e de clareza (em suma, emquanto se dirige à simples percepção), o escritor artista emprega também a clareza, também se serve da lógica, mas com o intuito de provocar uma atitude simpática, actuando pelo prazer, pelo sentimento, pela imaginação (1). É claro que a dificuldade consiste em dizer onde termina o mundo frio da lógica, das ideas directas e despidas de redução, para começar o mundo excitante das ideas estéticas, — o mundo literário, em suma. De um modo absoluto, todo o acto de pensar implica um acto de amor, um acto, portanto, estético, visto que o padrão por onde aferimos a categoria é o prazer, maior ou menor, que os fenómenos de sua alçada acordam no nosso íntimo. No entanto é relativamente fácil destrinçar uma verdade evidente de aqueles valores intelectuais que nos não colhem indiferentes, mas vêm envolvidos, por assim dizer, num halo de excitação. Assim se separa a verdade de um teorema de geometria, simples e demonstrável: por exemplo, da verdade cartesiana dos turbilhões, ou das hipóstases dos pensadores medievais. Uma é concreta, evidente, limitada, — e, por isso, uma vez adquirida, não mais ocupa o espírito, que a encorporou sob a única forma que verdadeiramente comportava. As outras

---

(1) É neste ponto que dissentimos de Benda, citado em nota, retro. Vid. adiante o esquema da teoria de Guyau, que inteiramente perfilhamos.

são discutíveis, vagas, hipotéticas, — portanto em permanente provocação à actividade, à consideração, ao assédio crítico. São como flores de que nunca se esgota o pólen; o nosso espírito, a borboleta que jàmais se cansa de o procurar.

Insisto neste *diferencial-excitação* — digamos assim — pelos motivos que passo a expor, tirados da observação e da experiência de mim próprio. Como leitor, fui sempre um *estimulado*. O verso, a prosa sobretudo, quando provindos da minha esfera de afinidades (cá está a lei da simpatia no seu império insubornável), foram sempre, para mim, coisas actuantes, vivas, como que o regimento de um campo de contrastes em perpétua germinação. Quási nunca, por isso, experimento o estado de espírito daqueles leitores por passatempo, para quem só valem os elementos da *intriga* e que se colocam, portanto, no ponto de insersão dos factos triviais do relato na sua verdadeira substância de idealidade ou estesia. Raro percorro as páginas dum romance, que me não surpreenda, no auge da acção, a interromper a leitura para compor, por minha vez, as laudas dum capítulo novelístico que me ficara em aberto.

Mas êste é um caso de leitor-autor, em quem o fenómeno do contágio estético se resolve numa crise de imitação. Emoções e ideas que nos advieram da leitura, activam em nós qualidades semelhantes: dá-se uma interpenetração de coisas do mesmo nome. Mais interessante será observar o influxo duma obra na vida do simples leitor, e então se verá que uma corrente contínua de fôrça espiritual caminha de acto em acto, crescendo aqui de intensidade, ali diminuindo, além fechando circuito. O pequeno universo de tais emoções e ideas ondula dè dois modos: uma parte delas engolfa-se no mundo da acção prática; — os actos quotidianos são embebidos de estetismo, fecundados pelos valores ideais da obra de arte. A outra parte, mais radical ou mais rebelde, constitui-se em sociedade abstracta, e é uma como que população espiri-

tual que sempre acompanha o leitor, contìnuamente pronta a fornecer emigrantes para as realidades da vida. O livro — poema, romance ou o quer que seja — põe assim em equação os dois aspectos humanos que nos parecem irredutíveis: a realidade e o ideal. Em vão buscamos classificar os autores segundo as fichas habituais. Não há realismo estreme nem idealismo sem mistura. Há, sim, campos de predilecta incidência do estilo, mais ou menos povoados segundo os caprichos da moda, a oscilação das tendências ou a coloração dos temperamentos; e assim, tal escritor se nos afigura realista, tal idealista, consoante a média dos processos literários e dos materiais eleitos por cada um (1).

Mas precisamos arrumar definitivamente as nossas ideas sôbre sensibilidade e espírito crítico, quando é certo que nos perdíamos por caminhos já bem desviados. Falando negativamente: a sensibilidade não é no escritor a lei suprema, nem êsse fantasma do cego instinto que os estetas da moda inculcam. Para êsses tais bastará uma certa vibratilidade nervosa para que haja um escritor. Caem assim no impressionismo, apresentando-nos um ideal de artista mutilado dos dons racionais, simples estilete sôbre película vibrante que risca em negro de fumo. Não senhores. A sensibilidade é o grande factor da inspiração, a grande matriz estética, mas sensibilidade *racionável,* riça de fios que a inteligência vai urdindo, enliçando a seu modo, compondo. É essa inteligência que vemos como *atitude crítica,* porque se nos apresenta como um jôgo de faculdades de rejeição e escolha. As grandes páginas, ou simplesmente as boas páginas não nascem fundidas de um jacto, como Minerva da cabeça de Júpiter; pelo contrário, são o precipitado de simples impressões ou ideações que surgem tumultuosas, e que o espírito vai

---

(1) Ver, a êste respeito, Brunetière, *Le Naturalisme au XVII^e siècle*, « passim », e especialmente *in fine*. In-*Études Critiques*, 1.ª série.

assentando como faz o tempo aos vinhos. É preciso pois distinguir, na arte de compor, duas jornadas ou dois momentos. O primeiro é o do reino da sensibilidade, que põe a descoberto os mananciais da inspiração. O segundo é o reino do espírito crítico, e o único que realiza e afeiçoa. Está nêle a operação capital do escrever: concepção dos meios estéticos, recusa de todos menos um, opção por êste e linguagem. Êste último estádio do acto de escrever é já o estilo ao vivo, concebido como o ritmo que vai regulando a cadência dos sentimentos e das ideas.

E entramos no assunto *composição*. Em primeiro lugar, definamos o têrmo como o trabalho realizado pelo estilo, que é neste caso uma disposição especial do maquinismo *linguagem;* e, pois que estamos no domínio da literatura, convém descer da noção de *linguagem* à de *língua*.

Êste novo conceito permite-nos, de resto, recuar no campo da abstracção: a *língua* oferece-nos já uma possibilidade mais restrita de estilos; é, contando-se o *dialecto,* o segundo grau na ordem ascendente dos *estilos impessoais*.

Insere-se aqui um problema curioso, a que se chama commummente *génio da lingua* e que nós, para refôrço da noção liminar de estilo, designamos por *estilo colectivo* ou seja um meio necessàriamente condicionado para a formação da maneira individual do escritor. Mas o *génio da língua* implica outra questão, a do meio em literatura, tão predilecta de Taine e de terreno tão ingrato, certo como é que a inspiração de um escritor é sobretudo um fermento de revolução no ambiente em que se move (1).

---

(1) Quando o escritor, evidentemente, se eleva bastante acima do nível dos seus contemporâneos. Condorcet dá-nos a idea do contrário: «L'homme ordinaire reçoit d'autrui ses opinions, ses passions, son caractère, il tient tout des lois, des préjugés, des usages de son pays, comme la plante reçoit tout du sol qui la nourrit et de l'air qui l'environne. En observant l'homme vulgaire, on apprend à connaître l'empire auquel

No entanto, e apenas de passagem, chamo a atenção dos leitores para a maneira como Guyau concebeu o encadeamento dos valores sociais realizadas em arte, alargando prèviamente o conceito de sociedade desde os liames positivos de um dado corpo gregário a uma simples solidariedade ou colectividade de ideas puras. Servir-me hei do esquema de Fouillée, gizado com três números: «1.º a sociedade real preexistente, que *condiciona* e em parte suscita o génio [*Guyau inclina-se aqui para Taine*]; 2.º a sociedade idealmente modificada que o próprio génio concebe, o mundo de vontades, de paixões, de inteligências que cria no seu espírito e que é uma especulação sôbre o *possível*; 3.º a formação consecutiva duma sociedade nova, a dos admiradores do génio, que, mais ou menos, a realizam em si próprios pela *imitação* ou *inovação*(1)».

Ora bem. Seja qual fôr a intensidade das fôrças causais do meio, — políticas, económicas, morais, de tôda espécie, — nenhuma é mais decisiva do que a língua, que a tôdas engloba e activa e é o plasma forçoso da criação literária. Mas, para que assim a vejamos, é indispensável desterrar o seu conceito estático ou clássico. O classicismo da expressão é uma simples média, e as médias são falsas, inorgânicas,

---

la nature nous a soumis, et non le secret de nos forces et des lois de notre intelligence». Condorcet, *Vie de Voltaire*, pág. 1.

A respeito da influência do meio sôbre a homem vid., por ex., as sedutoras palavras de Taine *in fine* de *L'esprit gaulois, I, — La Fontaine et ses Fables*, pág. 7-9, e ainda o mesmo A., *Histoire de la littérature anglaise*, t. I, 2.ª ed., pág. XLVIII e XXIII. Vid. também Brunetière, *Dernières recherches sur la vie de Molière*, in-*Études Critiques*, 1.ª série, pág. 100.

(1) Vid. Guyau, *op. cit.*, e Alfred Fouillée, *La Morale, l'Art et la Religion d'après M. Guyau*, Paris 1889, *passim*.

Sôbre as ideas estéticas de Guyau há algumas notas no excelente estudo de Sílvio de Lima, *Ensaio sôbre a ética de Guyau nas suas relações com a crise moral contemporânea*, Coimbra 1927.

fictivas. Impossivel, por exemplo fixar a significação duma palavra, que pode resistir morfològicamente durante séculos, mas que muda semânticamente de bôca em bôca, e até, na mesma bôca, quási de instante em instante.

Donde se deduz que não há uma forma clássica geral e permanente, um ponto morto da língua, mas ondas de estilo que a vários níveis se encrespam, quebram e desenrolam, tendendo embora para aquele *nível do mar* que nos permite reconhecer, através das idades, essa língua.

¿E como é que esta compele o escritor a determinada direcção? Certo é, a latitude para a formação do estilo não tem os graus muito estreitos: a originalidade rodeia-se de possibilidades variadíssimas. Mas, sem o risco de ser expelida a breve trecho para girar na órbita do caprichoso e do abstruso, essa originalidade enquadrar-se há no seu meio, — o *estilo original* na sua *língua de origem.*

É na curva que une os ressaltos innovadores de uma língua que está o cerne dela, — o seu elemento de coordenação ou classicismo. O disco de Newton dá a luz branca; a série de estilos, o génio da língua.

Agora vejamos, para bem compreender os meandros da composição literária, a lei melódica que preside a ela e é o seu *quid* artístico. Contámos, na definição de arte literária, com o elemento *agrado* ou *desinterêsse.* Difícil é êle de explicar. Ainda o critério mais certo é o da *não-utilidade,* que se traduz na incapacidade imediata dos valores de ordem estética para produzirem riqueza. Quando percorremos um canto de *Os Lusíadas* ou lêmos um romance de Eça não temos a consciência de resultado prático algum, senão a certeza de que cumprimos um desenfado ou diversão. Mas, emquanto as coisas assim se passam, uma observação nos convencerá de que tal desenfado é específico. Acompanha-se de uma excitação ou sûper-trabalho do espírito, de um *ir adiante,* de uma impulsão. As tenazes do diálogo, do descritivo e da

introspecção arrancam de nós valores correlativos, e começa então a erguer se em nosso espírito a cidade irreal das ideas, dos sentimentos fátuos ou robustos que nos transformam sem o querermos. Ortega y Gasset prefere chamar a êste conteúdo a nossa *païsagem interior*. Talvez a imagem melhor se acomode a esta ordem de figurações, e o nosso espírito, que a Bíblia igualou ao ritmo errante das águas, seja regido pelas leis do bosque, metáfora de Gosset (1). Eu prefiro o símbolo platónico da cidade, por mais consentâneo com a minha concepção humanista da vida e seu sentido *civilizante*.

Mas isto veio a prepósito da melodia em literatura, ou seja da *métrica* do estilo. A tendência para dar ao discurso uma inflexão harmoniosa só é ninharia ou defeito quando estudada ou preconcebida. A questão não consiste, quanto à prosa, em aliterar e rimar. Êsse é o caso dos falsos escritores, dos rebuscados, da arte pela arte. O verdadeiro estilo não é um molde alindado, mas a própria consonância da idea com a palavra que a reproduz (2). O discurso é a sombra que a efabulação interna projecta, o eco das vozes íntimas do autor. Ora, se o pensamento é um fluxo regular e ordenado, nada mais natural do que aparecer-nos revestido dessa regularidade e dessa ordem. Fundo e forma, como dizíamos há pouco, são pois o verso e o reverso da realidade estética.

*

Por muito alheia que pareça ao capítulo *composição*, não

---

(1) José Ortega y Gasset, *Meditaciones del Quijote*, 2.ª ed., Madrid 1921, pág. 56.

(2) «Como um cardiographo delicado que regista e corta as mais imperceptiveis pulsações do espírito, assim é o estylo». G. Moniz Barreto, *Oliveira Martins (estudo de psychologia)*, 2.ª ed., Paris 1892, pág. 71.

deixarei no escuro a *ironia,* que se me afigura, na infinidade de graus que comporta e com relação à arte de hoje, matéria inseparável dos problemas estilísticos. A literatura grave e solene fêz, com efeito, o seu tempo. O trágico, por exemplo, sendo de tôdas as eras e nações, só pôde viver portas adentro do solene emquanto adstrito à concepção da vida majestosa e heróica. Foi a leitura das biografias de Plutarco, dos textos de Tito Lívio, de Lucano, de Tácito (1) e das tragédias euripedianas que em parte informou os clássicos franceses da confraria de Melpómene. Corneille, e em sua peügada Rotrou, Tristan, Du Ryer são os cabouqueiros do mundo literário impertigado, belíssimo embora em certos deslizes da dureza ou nalguns lineamentos conceituosos de larga curva parenética. O certo é que a leitura dêles nos fatiga, como que desconcerta a nossa postura de modernos em frente ao facto literário. E não é sem um tal ou qual sentimento de desforra ou compensação que lêmos em paródia do *Cid* estes marotos versos:

— *Rodrigue, as-tu du cœur?*
— *Je n'ai que du carreau* (2).

É que o *ferro de engomar* da paródia dá-nos a linha de desvio que é base do modo irónico. Representa para nós o *cair das nuvens,* o salto, e, parecendo que não, é êste um grande meio de provocar em nós a indução de Guyau. Para meu gôsto e sob certos aspectos, a primeira comédia das *Mocedades del Cid* sobreleva em muito a tragédia que o grande

---

(1) Gustave Lanson, *Corneille* (Col. *Les Grands Écrivains Français*), 7ª éd., Paris, Hachette, s. d., pág. 80.

(2) A paródia, segundo refere Tallement des Réaux, cit. por Petit de Joulleville, é da autoria de Boisrobert e foi representada diante do Cardial de Richelieu por cozinheiros...

Corneille ali bebeu. O *Cid,* bem sei, é o equilíbrio, o desenvolvimento mesurado e grandioso; mas a comédia de Guillén de Castro é o pôrto-franco do ímpeto, da *barbaridad* onde certa ironia fermenta. Exemplo, a fala do conde de Orgaz para Rodrigo:

Porque nunca acierta bien
Venganzas con sangre quien
Tiene la leche en los labios.

¿Quere isto dizer que o trágico desapareceu da literatura sob uma camada de riso espêsso? Longe de mim votar tal disparate. A ironia de que me ocupo não é alvar nem mesquinha, ou, como diz Anatole France, «elle ne raille ni l'amour ni la beauté». Também o trágico se não apaga do mundo estético, onde representa a polarização das paixões. E pois que as paixões progridem na razão directa das ideas que não alcançam o próprio efeito, como no-lo vai dizer Espinosa, teremos na maior paixão a tragédia maior. As palavras de Espinosa são estas: «... a alma é sujeita a um número de paixões tanto mais considerável quanto maior fôr o número de ideas inadequadas [*isto é, imprevidentes do próprio efeito*] que ela tiver». O que desejo acentuar é que o trágico deve servir-se, na arte moderna, dos seus modernos equivalentes: o grotesco (1), e a piedade expressa por um sorriso de serenidade superior. Ambos os modos pertencem à província literária da ironia. Com referência à fun-

(1) ... «Même on pourrait dire que moins la réalité est riante, et plus Molière la traite en farce: par la bouffonnerie seule, la comédie peut s'emparer de certains sujets où déborde la tristesse, comme celui de Georges Dandin». Lanson, *Histoire de la Littérature Française,* 14.ª ed., Paris 1918, pág. 519. Vid., a respeito do *enfático* e do *grotesco,* Brunetière, *Le Naturalisme au XVIIe siècle,* apêndice II dos *Études Critiques,* 1.ª série.

ção desta no estilo, compará-la hei à da dúvida metódica cartesiana no domínio da especulação. O nosso Antero exprimia-se dêste modo a respeito do emprêgo dêsse instrumento essencial do pensador: «Duvidar não é só uma maneira de propor os grandes problemas: é já um começo de resolução d'elles, porque é a duvida que lhes circunscreve o terreno e que os define: ora, um problema circumscripto e definido é já uma certa verdade adquirida e uma preciosa indicação para muitas outras verdades possiveis» (1). Segundo Antero, portanto, a dúvida exerce-se relegando o que se nos não afigura pertença daquela verdade que buscamos. Pois eu creio que a ironia é a sua coordenada literária. Deformando as ideas e os factos, traça em redor dos elementos reais dessas ideas e dêsses factos o seu exagêro ou prolongamento. Permite assim que vejamos das altitudes do riso as profundidades do verdadeiro. Para nos habituar à verdade faz-nos passar pela mentira.

Mas além dêste papel, a que chamaremos crítico, a ironia representa na literatura um outro, mais pròpriamente estético. É um factor excelente de excitação, uma grande nervura do estilo. O riso, essência dela, é, falando à maneira de Spencer (2), o contrário dum *frottement du véhicule:* — quere dizer, uma maneira de poupar a energia, tão preciosa na leitura. Aquilo de que nos rimos concebe-se em menos tempo: é um esquema ou fogo-fátuo. E assim a ironia, temperando o estilo, enriquece-o de ritmos que não podemos desprezar.

Ramo das sciências filosóficas, há muito que a estética parece condenada ao destino da sua irmã metafísica, e, com

---

(1) Antero de Quental, *Tendencias geraes da philosophia na segunda metade do seculo XIX*, in-*Revista de Portugal*, vol. II, Pôrto 1890, pág. 6.

(2) Herbert Spencer, *Essais sur le progrès*, trad. de A. Burdeau, 5.ª ed., Paris 1904, pág. 331.

a mesma velocidade de que esta se animou, parece fugir ao único terreno, o objectivo, em que é possível especular com proveito. Além disso, as questões em que a moral é chamada a depor são mais interessantes e prementes, a lógica teima em nada ceder do seu campo e a psicologia enriquece contìnuamente os seus horizontes experimentais.

A-pesar-de tudo, não nos devemos esquecer de que a estética tem seus pergaminhos, bastando para isso lembrarmo-nos dos nomes de Spencer ou Guyau, luzeiros dos céus do pensamento, ou de simples curiosos do mundo das ideas, como Edemundo de Goncourt. E ainda agora, no nosso tempo, os neo-tomistas em moda procuram ressuscitar as ideas estéticas do seu mestre. Mas entendamo-nos: não é para a estética das seitas que desejo chamar a atenção. De excesso em excesso, caïríamos no ridículo de conceber uma estética patrística, por exemplo. E não me parece de mais insistir no carácter agnóstico dos ideais estéticos (1), quando é certo que chegámos em Portugal a um tão agudo grau de sectarismo, que já se elevam à condição de novelistas geniais simples e cândidos rapazinhos, só porque traçaram com pena de pato um pequeno enrêdo de acção confissional. Não senhores. Quero exortar os aprendizes de Letras, mas para que se interessem tolerante e rasgadamente por tôda a idea estética, mormente pela arte literária, que é o que nos toca mais de perto. Não nos limitemos a decorar resenhas bibliográficas; vamos mais longe e mais fundo: quanto possível, à rocha viva de que brota a linfa mais pura do escritor.

VITORINO NEMÉSIO.

---

(1) «Cette promptitude aux métamorphoses intérieures fait l'artiste vérítable. Il n'est d'aucune classe ni d'aucune secte; il n'a ni préjugés ni parti pris»; Taine, *La Fontaine et scs Fables,* pág. 68.

NA AGONIA DUM REGÍMEN

OS ÚLTIMOS ANOS DA VIGÊNCIA DO FORAL DO PORTO

Ao fim de sete séculos de existência, o foral do Pôrto, outorgado, em 1123, pelo famoso bispo D. Hugo, depois muito modificado por contratos e avenças entre os bispos e os reis, e principalmente por D. Manuel I em 1517, tinha os seus dias contados...

A revolução de 1820, entre vários objectivos, aspirava a melhorar as condições económicas da nação. E sendo reconhecido de há muito «por tôdas as inteligências de boa-fé», que os forais se tinham tornado um dos principais obstáculos ao desenvolvimento da agricultura, do comércio e da indústria, e constituíam até uma ofensa «da moralidade por falta de regras fixas que evitassem o extravio das rendas públicas», fácil era de prever que o novo regímen político por êles havia de iniciar as suas reformas.

De resto, já os governos, alguns anos antes, tinham começado a pensar na revisão dessas antigas leis, como o prova a Carta Régia de 10 de Março de 1810, enviada do Rio de Janeiro, em que D. João VI prometia remodelar não só o sistema de cobrança dos dízimos eclesiásticos, fixando a sua prestação, e o das jugadas, quartos e terços, mas também suprimir ou minorar os «Forais que são em algumas partes do reino de um pêso intolerável». Chegou a ser criada uma Comissão, em 1812, para o exame dos forais e, como

provàvelmente nada tivesse feito, em 1815 um Alvará de D. João VI determinava de novo «que fôssem examinados os inconvenientes que da antiga legislação dos forais provinham ao bem e aumento da agricultura».

As Cartas de foral, embora tivessem desempenhado na Idade-Média uma notabilíssima função social e económica e a-pesar-da reforma manuelina nos começos do século XVI, constituíam na verdade, trezentos anos depois, uma velharia incómoda.

Essas leis isolavam as povoações, mantinham exclusivismos, e obstavam à liberdade das relações sociais. Desaparecidas as circunstâncias que haviam tornado proveitosa a sua vigência e criadas novas e muito diversas condições de vida, só ficaram bem patentes, aos olhos de quem encarava o problema sem paixão, as dificuldades que a emaranhada e variadíssima rêde dos direitos foralengos opunha ao desenvolvimento das fôrças produtivas do país, ao que se juntava o sentimento de revolta contra uma situação jurídica «contrária à liberdade dos cidadãos» e que oprimia, de um modo quási exclusivo e por isso injusto, as classes trabalhadoras. As Cartas de foral, juntamente com os chamados *direitos banais*, pesavam de facto, de uma maneira incomportável, sôbre a economia e ofendiam gravemente a liberdade individual.

Não podiam os povos dispor como quisessem das suas colheitas, porque tinham de se sujeitar, em muitos casos, às avaliações dos pomares, hortas, etc., às «ateigações e aos chamados quarteiros tão odiosos», e tinham de esperar pelos almoxarifes, rendeiros ou porteiros nos campos, eiras, vinhas e olivais, arriscando se, assim, para cúmulo, a perder os frutos já sazonados. Durante três meses não podiam, muitos dos cultivadores, negociar os seus vinhos, pois, em virtude do *direito de relégo*, aquele período era destinado à venda exclusiva dos vinhos dos senhorios. E porque não

era lícito a quemquer possuir um forno, um moínho, um lagar, viam-se os povos obrigados a ir cozer o seu pão, moer o seu cereal ou mandar fabricar o seu vinho ou azeite às azenhas e adegas do senhorio, sujeitando-se a tôdas as demoras, incúrias, imperfeições, roubos de pêso ou de medida que lhes quisessem infligir. Inclusivamente, pelo simples facto de viverem numa dada terra, «por terem nela casa ou eira, por casarem, por irem buscar água às fontes públicas ou a elas levarem seus gados, por acenderem fogo, por terem animais», ou por outros factos de igual transcendência, tinham certas populações, muitas vezes, de dar ao senhorio frutos, aves, corazís, ou uma importância em dinheiro! Em muitas cidades e vilas só se podiam vender os produtos do respectivo têrmo, medida de um excessivo proteccionismo, que dava em resultado freqüente um agravamento desmesurado do preço das mercadorias, com o que todos os habitantes do lugar eram afinal prejudicados. As *portagens*, pela sua multiplicidade e pelo modo como eram cobradas, representavam outro entrave à livre circulação dos produtos e constituíam mais uma causa, e não das menores, da carestia dos géneros. O mesmo se poderia dizer dos outros tributos foralengos.

Evidentemente uma tal situação exigia remédio; tornava-se necessário libertar ou, pelo menos, aliviar a agricultura, o comércio e a indústria das inúmeras peias que lhes tolhiam os movimentos e que à luz das modernas ideas da Revolução Francesa pareciam abusivas.

*

A Sé do Pôrto, a favor da qual devia reverter na sua quási totalidade o produto dos numerosos impostos fiscais estabelecidos no foral quinhentista daquela cidade, — *colhéres, canadagem, malatosta, redízima, açougagem, ceitis,*

portagem, passagem, etc. — não os cobrava, em 1820, tão inteiramente como no mesmo foral se estabelecia (1).

Muitos dêsses tributos tinham caído em desuso. À excepção dos *direitos de redízima,* de *portagem de terra e mar,* dos que incidiam sôbre os vinhos, de alguns sôbre as carnes e o pescado, e, ainda, de certas disposições relativas ao modo de fazer a respectiva cobrança, nada do que estabelecia o foral se cumpria.

Por cada pipa de vinho que saía pela barra do Douro cobravam os funcionários da Mitra e do Cabido, na alfândega, a *malatosta,* ou seja 48 réis, e mais 30 réis que os estrangeiros pagavam como portagem pelo importe do casco. Cobravam também o *direito das canadas* ou *canadagem,* o qual, em virtude de uma alteração ao disposto no foral, consistia em 1.300 réis de cada barco com vinhos, entrados para consumo ou separados para embarque, de cujo produto o Marquês de Abrantes, como Mordomo de Vila-Nova de Gaia, recebia um têrço.

O direito chamado *milheiros* não se arrecadava, por estar dependente de uma demanda entre a Igreja donatária e a Junta da Companhia dos Vinhos, acção que durava havia mais de cinqüenta anos.

Recebia-se a *redízima,* na alfândega, à razão de dez por milheiro, de tôdas as mercadorias que entravam pela barra, mesmo das que não estavam sujeitas ao pagamento da *dízima* para o Rei.

O direito chamado *ceitis,* e que consistia em nove ceitis (real e meio) por cada boi ou vaca, cinco por cada porco, e dois por cada carneiro ou cabra que se vendessem a retalho, permanecia em uso quanto às rêzes postas à venda nos açougues.

---

(1) Cf. *Memórias da Sé vaga de 1814,* Ms. do Cabido, em depósito na Biblioteca Municipal do Pôrto.

Por virtude da lei de 4 de Fevereiro de 1773 não se arrecadavam as *colhéres de pão* nem a *sacada*. Quanto aos *direitos do pescado* só pagava portagem o peixe que entrasse em cargas por terra, ou pela barra em barcos ou lanchas de fora, e ainda estava em vigor o *direito do primeiro sável e lampreia,* mas sem os rigores que o foral determinava.

A *portagem* era o mais rendoso dos direitos subsistentes. Para a cobrança da *portagem de terra,* a Mitra e o Cabido nomeavam um escrivão, um tesoureiro e vários outros oficiais subalternos. Consistia êsse direito no imposto de um por cento sôbre quási tôdas as mercadorias importadas ou exportadas por indivíduos que não fôssem moradores ou vizinhos da cidade, ou, sendo-o, quando essas mercadorias não viessem ou saíssem por sua conta e risco. Cobrava-se, não na alfândega, mas por uma outra forma um tanto complicada. À entrada na cidade manifestavam-se as fazendas que se traziam de fora e depositava-se a quantia equivalente ao imposto que lhes correspondia. Essa importância era depois levantada contra a apresentação de um bilhete passado por um oficial de alguma das duas *Casas de Arrecadação* que havia no Pôrto, e dêsse escrito constaria ter sido pago o *direito* devido, ou que as mercadorias nada tinham a pagar.

Os que, vindos de fora, compravam na cidade, satisfaziam a *portagem* ao recebedor e dêle recebiam um bilhete que tinham de apresentar à saída de portas quando levassem a mercadoria.

Porém êsse imposto, a-pesar-da elevada soma que produzia, não rendia tanto como à primeira vista se poderia supor, porque não só o seu pagamento, dependendo de um simples juramento das partes, deixava muitas vezes indevidamente de ser feito, mas também o comércio tinha decaído de modo notàvel, sendo além disso impossível guardar «por oficiais tôdas as portas da cidade, a tôda e qualquer hora do dia e da noite».

A *portagem do mar* consistia em um por cento imposto nas fazendas que se importavam ou exportavam pela barra e pagava-se na alfândega. Segundo dizia o Cabido, êsse rendimento era «insignificante em razão do mesquinho comércio activo que se fazia e dos privilégios de isenção concedidos a grande parte das fazendas e a quási todos os moradores da cidade».

Deve ainda notar-se que dos tributos cobrados pela Sé do Pôrto, uma grande parte dava entrada no Erário Régio.

Dividido o produto total dos impostos em três partes, duas pertenciam à Mitra e uma ao Cabido. A Mitra dava um têrço dos seus rendimentos para a Patriarcal e do restante era retirado o *quinto* para o Erário. O Cabido, depois de pagar o *quinto real,* cedia a parte correspondente a quatro Prebendas e três quartos para a Patriarcal e mais a têrça de outra para a Inquisição. Feitas assim as contas, o Erário, a favor do qual se podia dizer que revertiam os rendimentos da Patriarcal, recebia dos tributos cobrados pela Sé do Pôrto uma parte superior à que cabia à Mitra ou ao Cabido.

O produto total desses impostos foi, líquido de despesa de cobrança:

em 1819	26.516$693
em 1820	30.526$853
em 1824	23.155$464 (1)

No ano de maior rendimento, em 1820 (em 1824 já novos impostos votados pelas Côrtes incidiam sôbre os bens eclesiásticos), a Mitra devia ter recebido cêrca de 10.850$000 rs., o Cabido apròximadamente 7.680$000 rs., emquanto que ao Erário tocariam muito perto de 12.000$000 rs.

---

(1) Ms. citado.

Os mapas e o documento que a seguir publicamos, elaborados pelo Cabido nos primeiros anos do regímen liberal, contêm elementos interessantes não só para o assunto do presente trabalho, mas também para o estudo da vida económica portuense nos comêços do século XIX; dão-nos a conhecer o modo como se cobrava o direito de portagem, o seu rendimento de 1803 a 1822, o destino que tinha, as acusações que faziam a êsse imposto, os argumentos que em defesa da sua manutenção apresentavam os interessados.

*

« MAPA N.º 1

Rendimento, líquido da despesa, do direito de portagem em 20 anos, desde o de 1803 até o de 1822

Anos	
1803	9.146$070
1804	9.489$582
1805	9.714$927
1806	9.237$814
1807	7.999$743
1808	4.733$889
1809	5.431$065
1810	12.090$788
1811	16.478$381
1812	18.271$294
1813	19.210$178
1814	15.696$048
1815	13.116$739
1816	11.726$808
1817	9.984$369
1818	9.398$671
1819	11.743$998
1820	12.442$274
1821	9.530$299
1822	10.850$302
	226.593$239

MAPA N.º 2

Repartição e entrega que se fêz do total supra de 226.593$239

Ao Ex.mo Bispo	80.566$486	Donatários .	131.424$082
Ao Cabido.....	50.857$596		
Ao Erário pelos 5.os dos dir.tos ..	35.247$836		
Ao d.to p.a a P.al pela 3.a do Ex.mo Bispo.....	50.354$053	Erário	95.169$157
Ao d.to p.a a d.a pela 3.a das Dignidades do Cabido	9.567$268		
	226.593$239		226.593$239

MAPA N.º 3

Dividido por 20 anos o total rendimento supra, vem a ser o médio de cada ano a quantia de 11.329$661 rs., que se reparte na forma seguinte:

Ao Ex.mo Bispo.....	4.028$325	Donatários.	6.232$997
Ao Cabido	2.204$672		
Ao Erário pelos 5.os dos dir.tos...	1.762$391		
Ao d.to p.a a P.al pela 3.a do Ex.mo Bispo.....	2.517$702	Erário. ...	5.096$664
Ao d.to p.a a d.t pela 3.a das Dig. do Cabido	472$055		
Ao d.to pelos Benef.os vagos do d.o.	344$516		
	11.329$661		11.329$661

Está conforme com os Livros da Adm.am donde foi extrahido. O Conego encarregado da Adm.çam Joaq.m Joze Per.a Godinho » (1).

---

(1) Ms. cit. fls. 103.

Transcrevemos do documento mencionado:

«1.º quesito. — Quais são as mercadorias de que se paga portagem, e quanto?

«Pelo Foral de D. Manuel, dado à cidade do Pôrto em 20 de Junho de 1517, § 35, pagava-se de tôdas as mercadorias ou coisas que as *pessoas de fora* da cidade nela comprassem ou vendessem.»

Exceptuavam-se porém:

— «os comestíveis e outras cousas de primeira necessidade e de consumo ordinário e doméstico, declaradas no Foral, §§ 37 e 39;

— tôdas as farinhas e cereais (Lei de 4 de Fevereiro de 1773);

— os utensílios, géneros e mais coisas necessárias para o estabelecimento, conservação e consumo das Fábricas e Manufacturas do Reino, que estivessem graduadas como tais e autorizadas com as competentes licenças (como consta de diversos Alv. da Junta do Comércio e Conselho da Fazenda, a elas concedidos);

— todo o peixe vindo pela foz do rio Douro em lanchas (por sentenças obtidas pelos pescadores);

— tôda a sardinha ou peixe sêco ou salgado neste Reino e ilhas (Alv. 18 Junho 1787)».

Quanto se pagava:

— «Um por cento ou dez por mil, das coisas que se comprarem ou venderem no Pôrto (Foral, § 35)».

«2.º quesito. — Qual é a maneira de avaliar essas mercadorias e de determinar as dúvidas a êsse respeito?

«A prática corrente, deduzida da própria Lei de Foral, é a *declaração das partes,* com a qual se conformam os recebedores, excepto quando evidentemente se conhece que há dolo ou fraude na dita declaração. Neste caso, ou a parte aquiesce a pagar pelo preço corrente na Praça, indicado pelo recebedor, ou então vai o caso perante o juiz competente que ouve as partes interessadas».

O Cabido afirma que «há mais de vinte anos não tem havido nêste ponto dissidência que não tenha sido amigàvelmente composta pelo Cónego encarregado da administração da mesma Portagem, tal é o espírito de moderação e de suavidade que se guarda com as partes».

«3.º quesito. — Se se paga Portagem só de Cargas e meias Cargas, ou também do que se conduz à cabeça ou às costas»?

Paga-se de tudo. «Porém o que se leva às costas ou à cabeça, cosido ou fechado, não se manda descoser ou abrir; está-se pela declaração do portador da mercadoria, não havendo sinais evidentes de dolo ou fraude.

«O Almocreve, ou outro qualquer portador, espera sòmente o tempo indispensável e necessário para o despacho que o recebedor ou portageiro tem de lhe fazer; aquele que carrega às costas ou à cabeça pousa a carga sendo necessário.

«4.º quesito. — Qual é a forma do seu pagamento, e cautelas que se tomam para segurar a sua cobrança»?

Como pagam as pessoas que vêm vender à cidade:

«Em tôdas as entradas da cidade há uma Casa, posta à custa da Ex.ma Mitra e Cabido, em que habita um oficial ou portageiro, que tem a sua porta aberta desde o nascer do

sol até à noite». Qualquer pessoa que entrar na cidade com mercadorias para vender, deposita, numa dessas *Casas das Portagens*, «certa quantia de dinheiro equivalente pouco mais ou menos a um por cento» do valor das referidas mercadorias, e recebe do portageiro um bilhete, por êste «assinado, em que declara o nome do depositante, a quantia do dinheiro depositado e a qualidade e quantidade da mercadoria». Vendida esta, o depositante «vai a qualquer hora do dia em que tenciona retirar-se da cidade, ou quando lhe parece, apresentado por si ou por outrem, a qualquer dos recebedores, que há deputados para isso nas duas Casinhas, uma à Porta de Carros e outra junto à Alfândega, igualmente abertas como as das entradas da cidade e dizendo-lhe o preço por que vendeu, o mesmo recebedor lhe faz pagar o um por cento respectivo, a título de portagem, passando-se disso certidão no mesmo bilhete».

Tal bilhete é entregue pelo negociante «na sahida da cidade ao referido portageiro», o qual, em troca, devolve a quantia depositada.

Como pagam as pessoas que vêm comprar:

Nada depositam à entrada. Comprado o artigo, «dirigem-se imediatamente a um dos ditos recebedores a quem declaram as mercadorias que compraram e o seu preço; e pagando-lhe o competente um por cento, recebem disso certidão em um bilhete, que entregam também na saída ao respectivo portageiro, mostrando-lhe a fazenda comprada.

«Se se trata de mercadorias que não pagam portagem, ou da classe das que pagam, mas que vão por conta e risco do vendedor morador no Pôrto — o que êste declara por uma certidão que deve ser jurada —, o mesmo recebedor assim o declara no bilhete, pondo-lhe *passe livre*»; o portador pode então retirar-se do Pôrto, sem que os portageiros lhe exijam importância alguma.

Medidas para evitar o descaminho aos direitos:

«Além das cautelas expostas há ainda as seguintes: está um guarda volante em tôrno da Casa da Recebedoria à Porta dos Carros, e dois semelhantes junto à Porta da Ribeira próxima à Ponte, por ser esta a única entrada da cidade por aquele lado e afluir aí mais povo do que nas outras; todos destinados para vigiarem e precaverem os extravios das mercadorias».

«5.º quesito. — Quais são as providências que se têm tomado para o pronto aviamento do povo? Se as não há, ou não são suficientes, quais deverão ser para o futuro?

«O povo não experimenta vexação alguma neste artigo.

«Há, em cada uma das ditas Casas de Recebedoria, três oficiais deputados para o despacho das partes; e se não fôra a maior afluência que há de povo nas terças e sabados, que são de feira, bastariam dois como dantes. Nas Casas das entradas da cidade há sòmente um oficial ou portageiro, que é bastante, porque sendo sete as ditas entradas, divide-se m.to o povo, e ha algumas em que, em um dia inteiro, não faz ele às vezes dois despachos.

«Na Casa da Ponte há dois portageiros.

«No estado em q. actualm.te se encontra o com.io não são precisos mais oficiais, nem mais empregados.

«6.º quesito — Qual é a prática a respeito dos que se subtraem ao pagamento da portagem?

«Sendo a parte surpreendida pelo respectivo guarda ou portageiro, e convencido de dolo por ter passado furtivamente pela Casinha da Recebedoria ou das entradas da cidade sem pagar ou depositar, é embargada a mercadoria

pelo dito oficial, o qual faz então vir o dito extraviado perante o recebedor, que em pena lhe faz pagar o três dôbro do direito a que se se subtraira, duas partes para os Donatários e uma para o dito oficial embargante. É expresso êste procedimento e prática no § 49 e 50 do dito Foral; sendo de *anoveado* esta pena nos embargos feitos nas fazendas entradas pelo Rio, ou que saiam por êle, como se vê do § 51. Se o dito extraviado se queixa, recusando pagar a dita pena, requere ao Juiz competente, que, mandando ouvir as partes, decide, concedendo os Recursos nos têrmos das Leis.

«No entretanto, todo este procedimento e penas são inteiramente ineficazes pª obstar ao abuso e escandalosa fraude praticada por grande parte dos mercadores desta cidade no assunto de que se trata; sendo privilegiados, por virtude do mesmo Foral § 57, e isentos de pagarem portagem (que é o que mais admira), em lugar de venderem as suas fazendas pelo seu justo preço corrente na praça, não se embaraçando com o direito da Portagem, que os Compradores têm de pagar depois, pelo contrário — ajustam-se com estes de lhas venderem livres do dito direito, por meio de uma certidão que lhes passam, e em que juram que as mercadorias *vão por sua conta e risco... rezultando daqui o* passarem estas livres com defraudação do Real Erário e dos Donatarios, sem temor algum ou remorso pelos juramentos falsos que dão, e do transtorno e monopólio que com isto causam no mesmo comércio.

«... há ruas inteiras de mercadores, principalmente os de linho de fora do reino, donde não vem uma certidão que não seja jurada de que esta fazenda vai por sua conta e risco, quando é pelo contrário.

«São freqüentes os insultos que estes homens estão todos os dias mandando fazer por seus caixeiros ou criados aos oficiais da Casinha d'Arrecadação e aos guardas, por

cujo motivo já foram repreendidos e ameaçados em um Edital afixado por ordem da Polícia».

«7.º quesito. — 1.º Qual é a importância das portagens?
2.º Qual a sua aplicação?
3.º Por que título se percebem e distribuem?

«1.ª parte: — Varia seg.do o estado do comércio, tanto da terra como marítimo, e segue a razão directa da prosperidade do mesmo.

«Do mapa incluso, n.º 1, se vê q.to rendeu a portagem em cada um dos 20 anos, quanto é o seu total rendimento, e quanto dela tocou ao Real Erario (dito no mapa n.º 2), qual é o rendimento médio ou aproximado, extraído do dito total dividido por 20 anos, e quanto dele vem a tocar ao mesmo Real Erário (mapa n.º 3).

«Os efeitos da política ferós e devastadora de Napoleão carregaram com mais pêso naquela época (1807, 1808 e 1809) em Portugal e em toda a Península.

«O numerário do Tesouro Público se tinha esgotado p.ª reter a ferocidade daquele conquistador: os nossos portos haviam-se fechado aos Ingleses, o nosso comércio marítimo, do qual é como filho o de terra, quási se havia aniquilado porque os corsários franceses apresavam todas as embarcações nossas, que encontravam. Sua Mag. havia se retirado com toda a Real Família; e os Exércitos franceses invadindo este Reino por duas vezes, uma com pretexto de amizade e outra como verdadeiro inimigo, tinham devorado tudo e portanto..., em tal situação, toda a Nação se achava em estado calamitoso. A renda da portagem foi mesquinha naqueles anos.

«Não sucedeu porém assim nos de 1810 e seguintes, até o de 1815. Posto que sofríamos ainda a guerra com Napoleão

contudo já esta não era passiva, como antes; a actividade que se tomou, de mãos dadas com a Inglaterra, a resistência que deveras se fez àquele inimigo, os infinitos recursos que então trouxe a Portugal àquela potência auxiliadora p.ª manter dois exércitos, os portos livres e desembaraçados, e o numerário dos comerciantes portugueses pôsto em giro e em especulações, espalharam a abundância e riqueza por todo o Reino; esta cidade era como o empório ou armazem das três províncias do norte; por isso o comércio tomou uma extensão extraordinária, e o mesmo sucedeu aos rendimentos da portagem, como se vê do Mapa n.º 1, desde 1810 até 1815.

«2.ª parte do quesito: — Os direitos de que se trata foram doados por efeito da piedade e munificência dos Augustos Soberanos deste Reino desde o princípio da Monarquia, para património e côngrua sustentação do Ex.mo Bispo do Pôrto e de seu Cabido, p.ª a fábrica das suas egrejas e p.ª a manutenção do culto divino (doação de D. Teresa; preâmbulo do Foral de D. Manuel; D. Rod. da Cunha, *Catalogo dos Bispos do Pôrto,* p.te II.ª, cap. I).

«3.ª parte do quesito: — Prescindindo mesmo da doação de D. Teresa, não pode ser invocado título maior e mais respeitável do que o Foral de D. Manuel.

«Reconheceram a legitimidade desses títulos:

— D. João I quando fez a composição e contratou o trespasse do senhorio da cidade p.ª a Coroa (1);

— D. Manoel quando legislou sobre a valia dos marcos de prata, preço do dito trespasse (2);

«(1) D. Rodrigo da Cunha, *Catalogo dos Bispos do Porto,* parte II, cap. 24 e 32.

«(2) Id., cap. 32, parte II, escritura de contrato feita em Santarém, a 13 de Abril de 1406.

— D. João V quando legislou sobre a indemnização da redízima dos tabacos, que se proibiram desembarcar nos portos desta Cidade (Alv. de 30 de Julho de 1746) (1);

— D. Maria I quando legislou sobre a reserva ou pensão ao Bispo de Penafiel, imposta nos rendimentos dos mesmos direitos constantes do respectivo Foral e doações (2).

«Fique para as Escolas e Academias a disputa sôbre a autenticidade e legitimidade daqueles tão respeitaveis títulos em que se funda o nosso direito. O Foral é lei (3) e q.do tais rendas se cobram por um título tal, e por uma posse não interrompida de mais de 700 anos, que mais é necessário mostrar? Impugnar a sua legitimidade, ao mesmo passo que se sabe que a têm reconhecido os nossos Augustos Soberanos, é um atentado contra a mesma soberania, q.to mais que os referidos títulos forão apresentados nas ultimas Confirmações que houveram (*sic*) no tempo do Snr. Rei D. José, que lhes prorogou a validade até o fim das mesmas; os quais, suposto se não findaram, não tem sido por culpa dos Donatários (4).

«8.º quesito. — Que porção delas entra no Erário por qualquer título que seja?

«Por Leis e Dec. que todos sabem (5), é o Real Erário quinhoeiro nestes rendimentos, com o Ex.mo Bispo e cabido, em uma metade quási da sua totalidade. Recebe os quintos das duas partes tocantes à Ex.ma Mitra e da terça que pertence ao Cabido; recebe a terça parte a favor da Patriarcal,

---

«(1) Carta do Sr. D. Manoel, dada em Sintra a 6 de Setembro de 1502; vid. o dito R. da Cunha.

«(2) Apostila posta no Foral do Pôrto.

«(3) Ord. liv. II, t. XXVII, § 3 e seg.

«(4) Despacho da Junta das Confirmações, de 12 de Julho de 1771.

«(5) Dec. de 24 de Outubro de 1796.

das duas que tocam à dita Ex.ma Mitra, antes de se lhe deduzirem os ditos quintos; assim como a terça das quotas partes que tocam às Dignidades do Cabido antes da mesma dedução do quinto, e todo o rendimento relativo aos Beneficios que actualmente se acham vagos (1).

«Pelo Mapa n.º 3 se vê o estado actual da repartição que se pratica.

«9.º quesito. — Na resposta a todos estes quesitos se deve declarar o estôrvo que, com as portagens, se causa ao comércio e vexame aos povos, ou seja pelo direito em si mesmo, ou pelo modo da arrecadação e expedição.

«A este respeito fica suficientemente respondido nos artigos antecedentes; tudo é clamar contra estes impostos como origem daqueles estorvos e vexames, sem se atender que então seria forçoso acabar também com todos os mais tributos, e fechar as alfândegas e aduanas, pois com todos êles se pode dar logar à vexação dos povos e ao estôrvo do comércio; sem se reflectir que estes inconvenientes procedem de outras causas de maior monta e mais perniciosas, como têm averiguado grandes publicistas que têm tratado da sciencia da legislação; estes mesmos, no entretanto, que não deixam de clamar contra êles, reconhecem ao mesmo tempo (2) que os Estados na Europa têm necessidade destas rendas, e que não devendo estas extinguirem-se sem primeiro se lhes subrogarem outras equivalentes, o remédio é, emquanto isto se não faz, reformar os ditos impostos pelo modo que mais suave for e menos gravoso aos povos, e isto é o que se acha verificado pela prática expendida e observada, q.to à portagem de que se trata.

«(1) Aviso Régio aos Bispos do Reino, de 30 de Julho de 1823.

«(2) Filanguri, *La Scienza della Legislazione*, t. II, p. II, cap. XIX, Bielfeld, *Inst. Politq.*, t. I, cap. XII, § 6.º e seg., e outros.

«Porque se há-de dizer só da portagem, por exêmplo, que a mesma mercadoria paga portagem três, quatro, e mais vezes, e porque se não há de dizer o mesmo dos outros impostos? Não se paga porventura duma mesma casa, ou prédio, tantas vezes a sisa quantas se vendeu? Não paga o condutor do carro ou bêsta tantas vezes o direito de barreira ou da ponte quantas passa por ela? Não paga um mesmo documento tantas vezes o sêlo do direito real quantas se apresenta em autos novamente transcrito, ou passado por certidão? Não sucedem estas repetições no comércio marítimo? E por isso deixam de sofrer-se?

«Não se faz reflexão que se a portagem se paga repetidas vezes da mesma fazenda (e o mesmo sucede nos outros impostos) é diversa a negociação. O vendedor paga portagem quando vem vender a fazenda à cidade; se depois, por que lhe faz conta, a torna a comprar, pagando tambem portagem, é porque é diversa a negociação, e diversas negociações têm diversos e separados perigos, danos ou lucros, etc. E que diremos se demais a mais a mercadoria mudou de espécie? Que incoherência ou vexação pode considerar-se quando o comprador de matéria prima que pagou portagem, por exêmplo, duma barra de ferro, a torna a pagar depois, quando vende êsse ferro manobrado em machados, ferraduras ou outros utensilios?»

*

Eis o essencial do documento em questão.

As Côrtes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, às quais pertenceu o Bispo do Pôrto D. João de Magalhães e Avelar, como 9.º substituto, pela província da Beira, foram instaladas a 26 de Janeiro de 1821 e, logo na sessão de 1 de Fevereiro, o médico e professor Soares Franco apresentou o seu projecto de abolição dos

direitos banais — relativos a moinhos, lagares, rios, etc. —, pondo em relêvo, nas considerações preambulares, os prejuizos, as iniquidades, os vexames e os abusos que resultavam da vigência da maior parte de tais privilégios.

Muitos oradores o apoiaram, outros o contradisseram, e a discussão, que ocupou numerosas sessões, veio a terminar com a aprovação da lei de 7 de Abril de 1821, que, abolindo os direitos banais, só por si bastava, no dizer de José de Arriaga, «para a revolução de 1820 bem merecer do povo e das classes oprimidas».

É claro que essa medida devia desagradar profundamente aos que eram atingidos e lesados por ela. Os monges bernardos do mosteiro de Macedo Dão salientaram se pela violenta franqueza com que se lhe opuzeram. Mandaram vigiar as margens do *seu rio* por frades e criados armados de espingarda, e quem ali apanhassem a lavar ou a pescar sem licença da comunidade conventual era corrido a tiro ou espancado sem dó nem piedade e até preso se recalcitrava.

Também logo nas primeiras sessões do Congresso o activo e erudito Soares Franco iniciou o debate sôbre a abolição dos forais. A discussão foi das mais animadas e vivas daquelas Côrtes, intervindo nela inúmeros parlamentares, e prolongou-se durante longos meses. Esgotaram-se os argumentos pró e contra, correu a jorros a oratória empolada e patética dos grandes assuntos e das grandes ocasiões, rebuscaram-se na erudição histórica citações e exemplos.

Fernandes Tomás e Borges Carneiro pronunciaram os seus mais eloqüentes discursos. A Comissão do Parlamento estudou o problema e o Congresso, por fim, resolveu que os forais fôssem reformados. Assim foi, de facto.

A Carta de Lei mandando executar o Decreto das Côrtes,

que, alêm de reduzir à metade da sua importância as rações ou quotas incertas estabelecidas nos forais, insere muitas outras medidas relativas ao mesmo assunto, tem a data de 5 de Junho de 1822.

(Continúa). ARTUR DE MAGALHÃES BASTO.

ESTRANJEIRISMOS

Bungalow

Na revista *Arquitectura,* de Lisboa (n.º 2, de Fevereiro de 1927), vem uma estampa com o título *Bungalow's* e, pelo texto que se lhe segue, deduz-se que esta forma vocabular é, para o autor, o plural de *bungalow.*

Nesse artigo se lê que «*Bungalow,* segundo uma autoridade técnica, significa *Bengalese House* — casa de Benguela [êrro tipográfico, certamente, — por *Bengala*], o primeiro tipo de construção usado pelos colonos europeus ao longo das grandes estradas de penetração na Índia».

Ora, *bungalow* é em português *bangaló,* e não há motivo nenhum para se lançar à margem a palavra portuguesa. É têrmo neo-árico, como se vê no magnífico *Glossário luso-asiático,* de Monsenhor Sebastião Rodolfo Dalgado. Aí se lê (vol. I, Coimbra 1919, s. v.): «*Bangaló.* Dá-se êste nome na Índia à casa grande e abarracada ou à casa campestre. O termo é neo-árico, *baṅgalā* ou *baṅglā: baṅgló* em concani, *bungalow* em inglês».

A forma portuguesa vem abonada neste *Glossário,* com textos de Francisco Luís Gomes e Lopes Mendes, — a par com os quais o autor cita outros de Adolfo Loureiro, Oliveira Mascarenhas e Hipácio de Brion, com as formas estranhas *bangalow, bungalow* e *bengalow.*

Devemos, pois, usar *bangaló,* forma aliás registada nos dicionários portugueses.

Devenir

Lê-se em o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Cândido de Figueiredo (4.ª edição):

— «*Devenir, v. i. (?):* «começado que é o segundo *momento* da sua existencia, do seu *devenir* incessante (para nos servirmos de um verbo francez, correspondente ao *werden* allemão, que não tem exacto equivalente em portuguez...» Latino, *Elogios Acad.*, I, 86. — Na *Oração da Coróa*, pág. 166, (1.ª ed.), ainda Latino emprega a fórma *devém,* como 3.ª pessôa de *devenir* ou *devir*».

Acertei a transcrição que de Latino fêz Cândido de Figueiredo (*Elogios Academicos,* Lisboa 1873, pág. 86).

Em português, há um verbo que perfeitamente corresponde a *devenir*, *werden: é devir.*

Já a D.ra Carolina Michaëlis de Vasconcelos disse na *Revista Lusitana* (XIII, 261):

— ... «para falar de outro derivado arcaico de *venire*, cujo desaparecimento me parece lamentável, por não existir em português termo algum, apropriado, para traduzir o francês *devenir*, e o alemão *werden.* Tanto assim que espíritos com propensões filosóficas já resuscitaram *devir.* Num opúsculo notável, que me veio do Império dos Mandarins.... li com prazer o aforismo de Lao-tze: «Tudo devém e nada morre». No século XVI posso apontar um exemplo pelo menos no *Livro da Marinharia*, editado por Brito Rebello. E do tempo de D. Denis um provérbio que corria entre os trovadores da sua côrte: «Quem muito quer, a pouco devém» = *Wer [zu]viel begehrt, kommt zu wenigem*».

Há, como se vê, tôda a conveniência em ressuscitar o

antigo *devir*, que se conjugará como *vir*. Os srs. António Sérgio e Dr. Joaquim de Carvalho, o primeiro em escritos seus e o segundo não só em escritos como nas suas lições orais na Faculdade de Letras de Coimbra, empregam já correntemente as formas de *devir*.

Maquillage

No teatro, *maquillage* corresponde a *caracterização*. Fora do teatro, dizemos *pintura*. «Peindre (son visage) pour s'embellir, se rajeunir» — como a palavra *maquiller* está definida pelo *Dictionnaire Général de la langue française*, de Hatzfeld, Darmesteter e Thomas — é *pintar-se*. Tôda a gente diz que uma mulher *se pinta*, que usa *pintura* na cara; só, excepcionalmente, um ou outro pretencioso recorre, em tal caso, à língua francesa. Os maus exemplos, porém, frutificam...

Há uma velha palavra portuguesa, a êste propósito, a qual poderia ser ressuscitada. É *postura*. Diz o dicionário de Morais e Silva (3.ª ed., 1823, s. v.): «*Posturas do rosto*; as côres, ou cosmeticos, usados das mulheres para se aformosearem»... A estas *posturas* se refere D. Francisco Manuel de Melo, na *Carta de Guia de Casados*, por forma que vale a pena admirar, em todos os aspectos (2.ª ed., revista pelo sr. Edgar Prestage, Pôrto 1923, págs. 147-148):

... «não sei se de nojo, ira, ou esquecimento, tardei até agora em fallar de humas que põem no rostro.

«A mulher que põe no rostro, põe nelle sua injuria, e tira delle sua vergonha; não belleza, nem mocidade põe por certo; porque não só offende o siso, mas os annos, e o parecer. Todos entendem logo que pouco se fia em si, aquella que de tão baixas cousas se ajuda. Sempre se teve por cobarde, o que muito se armava. Quantas, em vez de agra-

darem aos que as vêm, por essa propria diligencia escandalizão, e vão como convidando o riso e a mofa da gente que pretendião admirar e affeiçoar, póde ser! Este abuso he digno de que o marido, logo que o conhecer, o atalhe por todos os meios; porque a idade o não emenda, antes o accrescenta. Tenho por certo que tão ruim conta dá de seu juizo o marido que sofre posturas a sua mulher, como dá de seu entendimento a mulher que as usa»...

Note-se o emprêgo do verbo *pôr*, neste passo da *Carta de Guia de Casados*. Tem o significado de «aplicar côres, pinturas»: «humas que põem no rostro»; «mulher que põe no rosto»... — acepção que não vem nos dicionários que consultei. As significações de *postura* e *pôr* ficam assim bem relacionadas, — indicativas da relação entre os vocábulos.

A palavra *postura* não escapou a Camilo Castelo Branco: — «Não espereis de nós as posturas e arrebiques com que os capciosos *moralisadores* de nossos dias enfeitam os seus catecismos de civilisação popular». — *Horas de Paz*, 4.ª ed., Lisboa 1916, I, 141.

Mayonnaise

De tal maneira se divulgou esta palavra entre nós, que temos de aceitá-la, — aportuguesando-a.

Maionese é a forma por algumas pessoas já usada — e incluída até em dicionários portugueses. Acho melhor *maionesa* (= maionêsa), forma com boa cara nacional.

Mayonnaise vem do nome próprio *Mahon* e está por *mahonnaise*. Pelo menos, tal é a opinião mais aceitável.

Assim, de *Mahon* teríamos nós *mahonesa, maonesa* ou, mais eufònicamente, *maionesa* (cfr. *baionesa*).

Surmenage

No Brasil, foram propostos, para a tradução de *surmenage,* os vocábulos *ergastenia* e *estazamento* (cfr. António Barradas, *A Linguagem médica de Portugal e Brasil,* Pôrto 1915, pág. 165).

A. R. Gonçalves Viana (*Apostilas aos Dicionários portugueses,* II, 428), seguindo Rufino José Cuervo, aponta *sobernal,* para traduzir *surmenage,* salientando que o antigo vocábulo é «muito expressivo» e que «fôra conveniente ressuscitá-lo em uma e outra língua [portuguesa e espanhola]». Como se infere do adágio *a carga bem se leva, o sobernal causa a queda* — adágio citado por Cuervo, — *sobernal* é, pròpriamente, *sobrecarga* (como no geral se diz). O *Dicionário enciclopédico de la Lengua española* (Biblioteca de Gaspar y Roig. Madrid 1885) traz: «*Sobornal*... lo que se echa encima de la carga a la bestia, además de lo que ya tenía. — Fardo pequeño». O *Dicionario* da Academia Espanhola diz (15.ª ed.): «*Sobornal*... Sobrecarga», isto é: «Lo que se añade a una carga regular» *(Ibidem,* s. v. *sobrecarga).* O mesmo adágio *a carga bem se leva, o sobernal causa a queda* tem a variante: *a carga bem se leva, a sobrecarga causa a queda* (Dic. de Morais e Silva, 3.ª ed., s. v. *sobrecarga*).

Em francês, *surmenage* é «action de surmener», sendo *surmener* «excéder de fatigue (une monture, une bête de somme, etc.) en la faisant aller trop vite ou trop longtemps». (*Dictionnaire général de la Langue française,* de Hatzfeld, A. Darmesteter e A. Thomas). «Se dit aussi des personnes et du travail intellectuel» — como ajunta o *Dictionnaire de la Langue française,* de Littré-Beaujean (14.ª ed., s. v. *surmener*).

Sobernal (do lat. *supernale*) corresponde, pois, com exacção a *surcharge,* «sobrecarga», velha palavra portuguesa que não merece o desrespeito com que a trata A. R. Gonçalves

Viana (*Apostilas aos Dicionários portugueses*, Lisboa 1906, II, 428).

Poder-se-ia, por aceitável mudança de sentido, adoptar *sobernal*, em vez de *surmenage* (tomando êste vocábulo na acepção médica com que em Portugal e Brasil corre).

Outros vocábulos, como se viu ao comêço desta nota, foram, no Brasil, propostos para a substituïção do referido têrmo francês: *estazamento*, *ergastenia*. O Dr. Pedro A. Pinto, no seu *Dicionário de termos médicos*, menciona *ergastenia* e *estafa*, como correspondentes a *surmenage* (vid. êste voc.).

Os vocábulos *fadiga, cansaço, estafa, esfalfamento* etc. estão gastos pelo uso nos seus verdadeiros significados e não é possível fazê-los corresponder perfeitamente a *surmenage*, na acepção que os médicos dão a esta palavra. *Estazamento*, caído em desuso, podia ser ressuscitado, mas... não tem cara disso.

No livro *Alma doente (A génese da psicastenia)*, que publiquei em 1912, substituí *surmenage* por *sobrefadiga*, «mais que fadiga», «grande fadiga», valendo *sobre-* por *super-*. Cfr.: *sobreabundância, sobreagitar, sobreagudo, sobrecarregar, sobreceleste, sobrecheio, sobredivino, sobreexaltar* etc.

Sobrefadiga é vocábulo novo, mas de fácil compreensão e formação. Acho-o preferível, para substituir *surmenage*.

Viável, viabilidade

É conhecido o uso dêstes vocábulos em medicina.

Viável é, em bom português, nem mais nem menos do que *vivedouro*. Camilo empregou o galicismo nos *Serões de S. Miguel de Seide* (IV, 1886, pág. 13):

«Cheguei a ver partos de asneiras gemeas, duas de cada ventre e ambas viaveis, saluberrimas, triumphando a vida»,

Não ignorava, porém, a tradução:

«Ao aproximar-se, ficou surpreendida, vendo à beira da fonte um embrulho de baetas sôbre uma pedra. Pegou no embrulho; e, parecendo-lhe que encerrava cousa viva, voltou com êle para casa; e passando a examiná-lo, achou uma menina recêm-nascida e muito vividoura». — *Maria da Fonte,* 3.ª ed., Pôrto s. d., pág. 19.

Também se podem empregar os vocábulos *vital, vitalidade,* em substituïção de *viável, viabilidade:*

«O homem apenas nascido entra na posse de direitos: mas o Direito so concede esse gozo aos partos *naturaes* e *legitimos,* isto é aos *individuos* que, alem de procreados de legitimas nupcias, nascem *maduros* e *vitaes*». — José Ferreira Borges, *Instituições de Medicina forense,* Paris 1832, pág. 172.

«Geralmente fallando intende-se por *vitalidade* não so o nascer vivo, mas o nascer com as disposições necessarias para protrahir a vida». — *Ibidem,* pág. 173.

«um feto, que vem á luz vivo mas inteiramente falto do caracter descripto de maturidade, seja qual for a epocha em supposição fixada por verdadeira da sua conceição, devendo pelas razões dadas ser considerado aborto, falto por isso das condições que constituem a essencia da *vitalidade*»... — *Ibidem,* pág. 207.

«Hoje é todavia corrente que tão filho é o nascido como o extraído, se é *vivo* e *vital*». — *Ibidem,* pág. 201.

Em vez de *vitalidade,* emprega-se ainda *vivibilidade:*

«Em Medicina Forense entendemos por vivebilidade o estado e disposição organica de hum infante recem-nascido,

para poder continuar a viver». — Joaquim da Rocha Mazarem, *Elementos de Medicina forense*, Lisboa 1830, pág. 111.

Êste médico, adiante, emprega o têrmo *viveavel:*

«se o infante he ou não viveavel». — Obra cit., pág. 113.

Era de esperar *vivível.*

Não há, pois, motivo para embaraços na substituïção dos galicismos *viável, viabilidade: vivedouro, vital, vivível* se quiserem, *vitalidade, vivibilidade...* Basta adoptar as velhas palavras portuguesas.

Também se ouve, fora da medicina, o vocábulo *viável*, por *exeqüível*, — mas dêsse disparate nem vale a pena falar. (Cfr. A. R. Gonçalves Viana, *Apostilas aos Dicionários portugueses*, Lisboa 1906, II, 535).

Wagon

Não é raro ver-se escrito *wagon* e *vagon. Vagon* — porque em França, a par com *wagon* (do inglês *wagon*), escrevem *vagon.*

O vocábulo está há muito aportuguesado sob a forma *vagão, vagões*, — e mal anda quem foge a êste aportuguesamento, sancionado pelo uso.

De *vagão*, — *vagonete (=vagonête)*, paralelamente ao francês *wagonet.* Entre o povo, há propensão a dizer *vagoneta (=vagonêta)*, em vez de *vagonete.* (Cfr. *carreta* e *carro*).

Viana-do-Castelo, Dezembro de 1927.

Cláudio Basto.

ALGUMAS OBSERVAÇÕES ACÊRCA DA INFLUÊNCIA DO INGLÊS NO PORTUGUÊS E DO MAIOR VEICULO DELA — O FRANCÊS

(Cont. do n.º 2, pag. 199)

Êste facto da existência de três pronúncias para o mesmo estranjeirismo não atinge só os anglicismos, como mostra, por exemplo, *Tivoli*, nome do melhor cinema lisboeta no actual momento. Raríssimos são os cultos que pronunciam exdrùxulamente *Tívoli*, como convém ao vocábulo, que é de origem italiana. Quási todos pronunciam agudamente *Tivolí* como se o nome fôsse francês; só o povo é que diz lusitanamente *Tivóli*, fazendo grave a palavra, como no geral o são os termos do nosso idioma — a proporção é de cêrca de dois têrços de paroxítonos para um têrço de oxítonos e proparoxítonos — no que mostra, a-pesar-da sua incultura, mais senso lingüístico que aqueles que a afrancesam prosòdicamente.

Tudo isto é bem indicativo do facto seguinte — já atrás pôsto no merecido relêvo: que o francês é o veículo maior do anglicismo e doutros estranjeirismos.

Inda outro aspecto curioso a notar no campo fonético é o seguinte: o predomínio de formas de torna-viagem sôbre as formas nacionais originárias. Um caso exemplificador é *Sumatra,* — forma que importámos do inglês, a quem demos tal nome próprio na forma *Çamatra* ou *Samatra*, e que êle adoptou ao seu idioma em *Sumatra*, pois é o *u* que aí tra-

duz melhor o nosso *a* fechado ou brando. Çamatra é como vem, por exemplo, em João de Barros, que assim titula um capítulo das *Decadas da Asia:*

«Em que se descreve a situação da Ilha Çamatra, e Reynos della, e dalgumas cousas que nella aconteceram aos nossos» (1).

E Samatra é como está na primeira edição dos *Lusiadas,* de Luís de Camões:

> A nobre ilha Samatra que ja dantes
> Juntas ambas a gente antiga vio (2).

Bluteau, no *Vocabulario,* tem *Çamatra* e *Samatra*—inda não *Sumatra,* que é importação recente. Aconteceu-nos com êste nome próprio coisa semelhante ao que nos aconteceu com os francesismos *fetiche* e *baiadera,* a propósito dos quais escrevi no *Diário de Notícias,* de Lisboa, a seguinte *Nota filológica,* subordinada ao título — *A propósito de um vocábulo de torna-viagem:*

«Pregunta-me um leitor se é admissível em português o têrmo *baiadera,* que uma peça de teatro acaba de trazer à baila. Respondo: não, — mas por emquanto. E vou procurar esclarecer a asserção.

«*Baiadera* é um têrmo de torna-viagem, mas ainda não aclimado ou generalizado em português sob essa forma estranjeirada: assenta no francês *bayadère,* que tem, por seu turno, origem no português *bailadeira,* ou *balhadeira* — e talvez mais no divergente popular que no culto, como já notou Gonçalves Viana nas *Palestras filológicas* — nome designativo da dançarina — prostituta da Índia. Delatre, em 1854,

---

(1) Cap. I, Dec. III, Liv. V.

(2) X, 124.

no trabalho — *La langue française dans ses rapports avec le sanscrit et avec les autres langues indo-européennes* põe em relêvo a estirpe lusa do vocábulo: «Les portugais désignaient les almées de l'Inde par le terme générique de *Bailadeira,* dont nous avons fait *Bayadère*». É *bailadeira* o têrmo que nossos clássicos empregam. Gaspar Correia, por exemplo, diz nas *Lendas da India:* «Vinhão ao terreiro muitas molheres bailadeiras, com seus tangeres, que a isso ganhão sua vida». Em verdade, o vocábulo — *baiadera* não passa de uma importação irreflectida e inútil, só explicável pela falta, a mais não ser lastimável, do conhecimento clássico do idioma. ¿Para quê, realmente, trazer de uma língua estranjeira um têrmo que já se lhe deu, — e que, para mais, não adquiriu ainda nenhum matiz novo de significação que justifique o seu emprêgo na titulação de uma idea órfã de palavra tradutora?

«*Baiadera* tem um divergente de terminação mais aportuguesada — *baiadeira,* que, por exemplo, o poeta Eugénio de Castro emprega neste passo do *Sagramor:*

> No mosaico de côr os pés das baiadeiras
> Quais borboletas são num jardim levantino...

O caso de *baiadera* não é, porém, único no português: o do têrmo *fètiche* é-lhe inteiramente paralelo. O português *feitiço,* de *facticiu,* foi importado pela língua francesa, que o amoldou em *fètiche*, forma sob a qual nós lá fomos buscá-lo, por nossa vez.

Todavia, êste precalço que o francês nos fêz sofrer, e que dá bem medida da sua forte influência no português, também àquela poderosa língua de civilização o infligiu o inglês, em casos como os seguintes: *bougette,* que em francês designava pequena bôlsa, originou o inglês *budget,* orçamento, que sob esta forma voltou à França com os econo-

mistas do século XVIII — e que a Academia admitiu em 1835; *tonnelle,* que em francês designava abóbada de verdura, originou o inglês *tunnel*, passagem subterrânea, que sob esta forma voltou à França com o estabelecimento das rêdes ferro-viárias — e que a Academia admitiu em 1878.

«Com estes dois termos regressados ao lar francês, sob uma forma britânica, dá-se, porém, um facto que se não verifica com os dois termos regressados ao lar português, sob uma forma francesa: adquiriram na excursão novos significados, — o que de algum modo justifica a importação ulterior.

«Concluindo:

«*Baiadera* ou *baiadeira*, como *fètiche*, são termos invernáculos, desnecessários, rejeitáveis — na hora actual. Aflorem, no entanto, amanhã na bôca do vulgo, obtenham o consenso geral — que o banho lustral está tomado, e não há que pôr embargos. O gramático regista factos presentes, verifica correspondências entre épocas passadas, porém não legisla para o futuro. E pode ser que para *baiadera* a hora de admissão não tarde. O têrmo está bafejado da aura teatral, — que Gastão Paris, nas *Mélanges linguistiques*, acha excelente para lançar vocábulos: «Uma multidão de locuções, de metáforas, de apodos burlescos, hoje correntemente empregados, provêm de peças de teatro, muitas vezes completamente esquecidas».

Resignemo-nos no entanto por lá haver por fora — e no próprio francês em relação ao inglês — coisas de similar teor.

Um exemplo toponímico como Sumatra:

Do nome *Fond de baie*, de certo litoral canadiano, fizeram os inglêses *Fundy bay;* os geógrafos franceses, porém, não reparando que tinham sido os dadores do nome inglês, assentaram sôbre êste a nova designação — *Baie de Fundy*.

Outro facto que podia notar-se inda no domínio fonético era o dos acidentes especiais que sofrem as importações,

Além dos casos de etimologia popular — já com certa largueza considerados — podiam, por exemplo, notar-se fenómenos de adjunção de sons como é o caso de suarabactes como *solipa,* de *sleeper*, aliás facilitado pela vizinhança da lateral líquida — notem-se os vulgarismos *Selivana, Selivestre,* por *Silvana* e *Silvestre* — e que tem paralelos em importações ânglicas doutros idiomas — caso do espanhol *filibote,* do inglês *fly-boat.*

Sob o aspecto gráfico há a notar que temos boas adaptações — caso de *lanche*, — ao lado de adaptações insuficientes — caso de *splenético,* — assim registado por Adolfo Coelho no seu *Dicionário etimológico,* por *esplinético,* ou melhor *esplínico* — e até de adaptações erróneas — caso de *hiate,* em que há um *h* cuja presença, explicável muito embora por uma confusão com *hiato,* é manifesta falta em relação à forma etimológica — *yatch.* É *iate* que deve escrever-se em português — importando fazer triunfar esta grafia tanto como se fizeram triunfar outras, em que houve confusões do mesmo jaez, por vezes mesmo autênticas etimologias populares de feitura culta — como no caso de *posthumo*, por *póstumo* que é superlativo latino da família de *posterior* e *postremus* — os juristas romanos chamavam póstuma à criança nascida após a morte do pai — e nada tem com *humus,* como se julgou pedantescamente.

Também se deve notar que muitos vocábulos os possuímos na grafia francesa — que não na inglêsa. Tal o caso de *bifteck, truc,* formas que *beefsteak* e *truck* tomaram naquela língua. Um exemplo de *truc* grafado à francesa está neste passo do romance — *Os Maias,* de Eça de Queiroz:

«Era um truc simples» (1).

---

(1) II, 3.ª ed., pág. 202.

O francês tem também formas erróneas. Deixando de lado o caso de *bifteck* há a considerar, por exemplo, o caso de *ponet*, por *poney*, e que é a forma verdadeiramente viva, porquanto produziu o feminino *ponette*, semelhantemente ao que acontece em *pauvret — pauvrette, simplet — simplette,* pois que a alternativa sufixal *et — ette* é a diminutiva por excelência da língua francesa.

Outro aspecto gramatical curioso, no domínio do inglesismo, é o morfológico. Há nêle a notar, por exemplo, a circunstância de haver nos anglicismos inadaptados como que dois plurais — um de que usam os verdadeiros cultos — e que é o britânico, outro de que usam os falsos cultos e mesmo pessoas de bom saber, por inadvertência, e talvez um tanto ainda por influência do francês, visto que neste idioma aparecem, não só a mesma mecânica de plural gráfico, mas até os mesmos deslizes. Ao lado dos plurais exactos *sportsmen, gentlemen, clubmen, policemen*, aparecem plurais falsamente aportuguesados, nascidos espontâneamente, ou talvez antes por influência do êrro francês correspondente e da mesma mecânica gráfica do plural dêsse idioma, *sportsmans* — inda *sportmans*, com perda injustificável do *s* medial, e até pleonàsticamente *sportsmens*, acavalando dois plurais — *gentlemans* e *policemans*, quando, se quiséssemos aportuguesar verdadeiramente tais vocábulos, deveríamos ter *esportsmanes*, *clubmanes, policemanes*. Mário Barreto tangeu excelentemente o assunto quando, nos *Factos da língua portuguesa,* se ocupou da trilogia barbárica — *sportman, sportmen, sportsmans:*

«Vejamos um conhecido anglicanismo *sportsman*, muito em voga em França, como em Portugal e no Brasil. Cá por estas nossas terras tanto *sportsman* como *sportsmen* soem abandonar o *s* que têm no meio: *sportman* e *sportmen*. Mas há ainda alguma coisa além desta síncope, e é o plural *sportsmans*, em que a um barbarismo se agrega outro maior.

O plural do têrmo inglês, em quanto o não substituirmos por outro que seja português, é *sportsmen*. Aportuguesando-se êste vocábulo, o plural deve ser *esportsmanes* com a adição de *es* como *cânones*, *ademanes*, etc. De igual maneira *gentleman*, que vale tanto como o castiço *gentil-homem*, sepultado em injusto olvido, tem por plural *gentlemen*. Se vier a aportuguesar-se, não serão os *gentlemans*, senão os *gentlemanes*, os que hão-de alcançar o beneplácito da gramática. Há também quem faça o plural *sportsmens*, pondo no plural um plural, como sucede com o italiano *diletante:* o plural aportuguesado é *diletantes*, o italiano é *dilettanti*, e gente há que dêsse plural italiano forma outro plural, juntando-lhe um *s: diletantis*» (1).

Outras inadvertências do mesmo jaez são, por exemplo, *ladys*, *dandys*, *penaltys*, por *ladies*, *dandies*, *penalties*, — que são os verdadeiros plurais inglêses. Há um exemplo de *dandys* neste passo da *Viagem à roda da Parvónia*, de Guerra Junqueiro: «Dois bachareis dandys, ambiciosos de conservatorias e delegacias» (2).

João Penha, na poesia *A mulher do século*, do *Canto do Cisne*, tem também a forma errónea *dandys:*

> Todos os dandys da roda
> Como que em passos de dança
> A vão seguindo na alheta
> Lhe disparam madrigais
> No olho esquerdo a luneta (3).

E Camilo Castelo Branco escreveu também *dandys* neste passo da *Boémia do espírito:*

«Estes rapazes, assim cavalleiros, figurinos, lovelacianos,

---

(1) Rio de Janeiro, 1916, pág. 102.

(2) 2.ª ed., pág. 31.

(3) Lisboa, 1923, pág. 57.

esgrimidores, mais ou menos surdos, chamavam-se simplesmente janotas, ou em nomenclatura mais culta — *dandys*» (1).

E na *Maria da Fonte* o mesmo escritor tem *revolvers*, palavra que assim grafada não é portuguesa nem inglêsa: «com o projecto homicida de quem carrega *revolvers* de dez tiros» (2).

Penaltys é hoje grafia errónea muito freqüente nas secções desportivas dos jornais: vejo-a, por exemplo, no *Diário de Lisboa* de 8 de Janeiro de 1928, logo nos subtítulos indicadores dos resultados de um desafio pedibolístico entre espanhóis e portugueses.

Mas os mesmos erros se têm feito no francês — ou melhor, é do francês que êles nos vieram já feitos, ao menos em grande parte. Alfredo de Musset na comédia *Bettine* tem o plural *dandys* neste passo:

«Vous reverrez cette foulle émue, attentive, qui suit vos moindres gestes, qui respire avec vous, ce parterre qui vous aime tant, ces vieux dilettanti qui frappent de leurs cannes, ces jeunes *dandys* qui, parés pour le bal, déchirent leurs gants en vous applaudissant, ces belles dames dans leurs loges dorées, qui, lorsque le cœur leur bat aux accents du génie, lui jettent si noblement leurs bouquets parfumés» (3).

No entanto muitos escritores há em Portugal que são rigorosos no que respeita às formações plurais de termos ânglicos. Cito, para exemplificação, a exacta pluralização *babies* dêste passo das *Cartas de Londres*, do sr. Dr. Júlio Dantas:

«Eu não sei se os meus leitores conhecem, na intimidade

---

(1) Pôrto, 1886, pág. 10.
(2) 1884, pág. 308.
(3) *Scène XVIII.*

dos lares inglêses ricos, os aposentos reservados aos *babies*» (1).

Uma nota agora no que respeita ao género dos substantivos comuns que o português importou do inglês. Êste último idioma tem neste domínio gramatical uma lógica que falta aos idiomas românicos: são nêle do género neutro os nomes designadores de ideas abstractas ou coisas inanimadas, princípio que não é no entanto absoluto, visto como o povo e os escritores cultos, personificando uma ou outra vez certas criações espirituais e materiais, as repartem pelo masculino e feminino. Ora tais nomes ânglicos de abstracções e objectos, transitando para o português, que não tem o neutro gramatical da língua exportadora, distribuem-se pelo género masculino e feminino, por circunstâncias, já formais, já significativas.

É um motivo formal que faz feminino o têrmo *sulipa,* de *sleeper:* a presença do *a* final na adaptação, sendo característica feminina do nosso idioma, arrastou para tal género o têrmo originàriamente neutro.

É um motivo significativo que faz com que seja masculino *steamer,* — motivo que deve residir na circunstância de pertencerem a tal género as palavras portuguesas correspondentes — *vapor*, *navio*, *transatlântico.*

É curioso ainda notar que o português no que respeita ao género dos anglicismos se afasta não pouco do francês — nosso norte e nossa guia quási sempre noutros domínios lexicais e gramaticais. Emquanto, por exemplo, êste idioma diz no masculino *le sandwich* e no feminino *une garden-party*, nós procedemos exactamente ao contrário: para nós *sandwich* é feminino — *uma sandwich* ou *uma sanduiche*, e *garden-party* é masculino — *o garden-party*. No entanto deve notar-se que também formas condizentes no género com

---

(1) 1.ª ed., pág. 112.

as francesas aparecem naturalmente entre nós. O próprio *garden-party* é feminino neste passo das *Cartas de Londres,* do sr. Dr. Júlio Dantas: «Foram-me apresentados, ela e o marido, na última *garden-party* da estação, há três meses» (1).

Convém observar que muitas das importações nominais inglêsas produzem entre nós derivados, antes mesmo da adaptação: vi *filmar*, primeiro que *filme* — pelo que êsse têrmo cinematográfico nasceu directamente da forma britânica *film*, como *foot-ballista*, do inglês *foot-ball,* como *shokinguemente*, do ânglico *shoking*.

É possível que também estas formações híbridas reproduzam as francesas. Nem mesmo na asneira costumamos ser muito originais. Assim, o híbrido *interviewar,* feito sôbre *interview,* voz anglicana aliás supérflua, visto que possuíamos — *conferência* e *entrevista,* a primeira sem qualquer matiz depreciativo, e a segunda apenas levìssimamente tocada de conotações ou reflexos semânticos de carácter amoroso — e contra cujo arrevesamento Mário Barreto justamente se indignou — foi precedido do francês *interviewer,* disparate da mesma monta. Eis as palavras do ilustre filólogo brasileiro, nos *Factos da língua portuguesa:*

«Os jornalistas e outros estropiadores de nossa formosa e rica língua portuguesa formaram com *interview*, aplicando-lhe a desinência da primeira conjugação, o enrevesado verbo *interviewar*, e ficaram tranqüilos e satisfeitos de si e da sua obra. Melhor andariam se de *entrevista* fizessem nascer o verbo *entrevistar,* como de *revista* já temos *revistar*» (2).

Encontramos dêstes hibridismos mesmo na pena dos escritores de maior preocupação purística, se bem que às vezes

---

(1) 1.ª ed., pág. 112.

(2) *Factos da língua portuguesa,* Rio de Janeiro, 1916, pág. 134, nota 3.

o façam com intuito irónico ou ridicularizador. Tal é o caso do seguinte passo das anotações de Camilo Castelo Branco ao livro *A Formosa Lusitania*, por Catarina Carlota Lady Jackson:

«No decurso do livro veremos energicamente, *shokinguemente*, repetida a indignação desta senhora contra namoros nos jardins de Portugal» (1).

Estas formações híbridas apresentam por vezes a particularidade de possuir um elemento ânglico que é já um composto no idioma originário. Tal o caso de *foxtrotar*, que aparece no seguinte passo das *Cartas de Londres*, do Dr. Júlio Dantas: «Foxtrotavam pares que pareciam estar festejando as suas bodas de oiro» (2).

Em francês encontram-se, como é de esperar, factos similares aos que no português se verificam: de *whist* fez-se *whister*, *whisteur*, *whisteuse*, como de *highlife* e de *struggle-for-life* se fêz mesmo *highlifeur* e *struggle-for-lifeur*.

Inda acontece que estes híbridos são-no já às vezes por via dos próprios elementos radicais: em certos têrmos compostos convive com a forma ânglica a forma nacional. Tenho visto *foot-bolar* na imprensa desportiva, caso similar ao francês *black-boulé*, de *black-balled*, forma com que se alude familiarmente ao candidato que num exame obteve mais esferas pretas que brancas, ou por extensão, ao indivíduo que foi vencido em qualquer acto eleitoral.

Estas derivações de compostos, sejam ou não híbridos os elementos radicais, têm um carácter inestético, e pouco natural à estrutura dos idiomas latinos. Afonso Daudet, autor de *struggleforlifeur*, teve disso rebate quando confessou que ao criar tal formação não tinha tido o verdadeiro sentimento da língua francesa (3).

---

(1) Pôrto, 1887, pág. 38, nota.
(2) 1.ª ed., pág. 212.
(3) Em Remy de Gourmont, *op. cit.*, pág. 98, nota 1.

Cabe chamar aqui a atenção para o sufixo — *ista*, nos casos em que reproduz o sufixo inglês — *ist*: é o que se verifica, por exemplo, em *humorista* e *ensaísta*, criações de elementos nacionais aparecidos por via dos termos ânglicos correspondentes — *humorist* e *essayist*. O que se deu com o português deu-se também com o francês *humoriste* e *essayiste*. Nesta língua acontece inda coisa paralela com o sufixo — *eur*, por via do *er* inglês: é o que se vê, por exemplo, em *trappeur*, de *trapper*.

Outro domínio onde o anglicismo aparece com certa freqüência é o semântico. Sob o influxo das palavras inglêsas correspondentes, certos termos da língua nacional vão adquirindo nova significação, por vezes com manifesto prejuízo da antiga.

Pode também notar-se que raro será o caso em que o têrmo nacional semânticamente anglizado não encontre inglesia paralela no vocábulo francês correspondente — pelo que também êste campo filológico ministra elementos que abonam a tese — o veículo maior do inglesismo é a língua francesa.

Encontramos exemplos de anglicismos semânticos em palavras como *humorismo, expresso, excentridade, confôrto*. *Humorismo,* que a princípio significava um sistema médico em que se atribuía aos humores a causa de tôdas as doenças, hoje quere dizer também, pelo contágio semântico do inglês, uma especial disposição graciosa que se revela nas várias formas da expressão — na oral como nas gráficas. Também *expresso,* inicialmente adjectivo sinónimo de declarado, está hoje, graças ao inglês, enriquecido do significado de *rápido,* que se topa em formações como *comboio expresso,* ou simplesmente *expresso*. A respeito de *confôrto* ou, melhor, do seu derivado, *confortável*, que, sendo ambos antigos na língua no sentido moral, alargaram modernamente o seu

significado no sentido físico por influência dos termos correspondentes inglêses — *comfort* e *comfortable*, diz Mário Barreto, no formoso livro — *Através do dicionário e da gramática:*

«O sentido novo que tem *confortável* foram os inglêses que lho deram; os franceses receberam a palavra de torna-viagem com a nova acepção, adquirida além-Mancha, de tudo o que constitui o bem-estar material e as comodidades da vida. A inglesice introduziu-se modernamente na nossa lingua: o seu uso é autenticado pelos dicionários por ter chegado a ser comunissimo. Vemo-lo no *Contemporaneo* com este exemplo: *Um gabinete muito confortavel*» (1).

Garrett empregou já êste anglicismo semântico no *Arco de Sant'Ana:*

«Com quê, disse o amo, reclinando-se a gosto no alto espaldar de sua cadeira confortavel... tam confortavel quanto cadeira o podia ser no decimo quarto seculo» (2).

E Camilo Castelo Branco no *Bom Jesus do Monte* fêz outro tanto: «Aluguei, por sua ordem, uma das mais confortaveis casas do Passeio-alegre» (3).

Que estes anglicismos semânticos são modernos é coisa que não escapou a certos cultores da língua, como Bulhão Pato, que o nota em relação a confortável, neste passo do livro *Sob os ciprestes:*

«O gabinete de estudo era pequeno. No inverno, aconchegado, agasalhado, ou *confortavel,* como agora se diz» (4).

Também «excêntrico» com o significado de exquisito ou singular é anglicismo semântico moderno, embora já registado por Domingos Vieira, no seu *Dicionário.* O sentido tra-

---

(1) Ed. cit., pág. 68-69.
(2) Vol. II. cap. XXVI.
(3) Pág. 127.
(4) Pág. 27.

dicional da palavra é o de afastado ou fora do centro, que se vê neste passo do *Oriente* de José Agostinho de Macedo:

> Eis se avista no espaço imenso e puro
> Subitamente o rosto afogueado
> De excentrico Cometa, a dilatada
> Cauda mostra em feição de aguda espada (1).

O novo sentido, adquirido por influência inglêsa, quási matou o originário. Excêntrico hoje não suscita por assim dizer senão a imagem mental de original ou singular. E tanto assim que vemos a palavra a titular obras nessa acepção. O escritor Sousa Costa tem um livro de contos que se denomina *Excêntricos,* e que é aliás na obra um título metassémico — parte pelo todo — pois é o do primeiro conto que nela se contém.

Se compararmos êste emprêgo desembaraçado da acepção ânglica do vocábulo, com o emprêgo tímido que dela inda faz Camilo Castelo Branco, no passo que a seguir transcrevemos dos seus *Esboços de apreciações literárias,* vê-se quanto ganhou terreno o anglicismo semântico:

«Havia, porém, um como brasão indicativo de sua prosápia, em Soares de Passos: era a excentricidade — tolerem o anglicismo — era o recolher-se, o desapegar-se da gente, um quasi solipsismo intellectual» (2).

Outros anglicismos semânticos são, por exemplo, ainda *voto,* como têrmo político, com a idéa do inglês *vote* e *actuario,* no sentido de calculista financeiro que tem o inglês *actuary*. *Rèclame,* ou melhor — *reclamo,* com a significação de cartaz ou publicidade, é ainda anglicismo — ou mais rigorosamente anglo-americanismo, pois foi nos Estados Unidos

---

(1) Canto II, est. 75.
(2) Pág. 96.

da América que *to reclaim* tomou o significado especial de chamar a atenção por meio de anúncios.

É também por via francesa que devem chegar estes anglicismos semânticos. Efectivamente nesse idioma há *humour*, do inglês *humour*, ao lado de *humeur*, do latim *humor*, e, com êste, outros nomes derivados — substantivos e adjectivos, como *humoriste* e *humoristique*, respectivamente do inglês *humorist* e *humoristic; express*, do inglês *express*, ao lado de *exprès* do latim *expressus;* e *confort*, do inglês *confort* — anglicismos semânticos admitidos todos três em 1878 pela Academia Francesa.

Excentricité tem em francês sentido ânglico, como sentido ânglico possuem também *vote*, *actuaire* e *réclame*, — êste último vocábulo admitido pela Academia na acepção de apêlo à publicidade também em 1878.

Em *atracção*, com o sentido de coisa atraente, há também influência da palavra inglêsa *attraction*, e vinda naturalmente ainda por intermédio do francês *attraction* — que a sofreu directa. Honoré de Balzac ministrou um precioso elemento para ajuizar do contágio semântico exercido pelo têrmo inglês *attraction* sôbre o têrmo francês formalmente correspondente quando em 1835 escreveu a M.me Hanska: «Avec cela, trouver des combinaisons, des *attractions*, comme disent les Anglais, pour obtenir la faveur du public, de manière a écraser, par leur supériorité, les autres journaux» (1).

O francês é pois aqui ainda o intermediário — o que aliás não é de estranhar porque o deve ser também em muitos outros casos de idêntica natureza. Dois, de origem germânica igualmente, são os: de *cultura*, em sentido intelectual, e de *motivo*, em sentido musical, e que só chegaram até nós com a nova aderência semântica depois do francês — *culture* e *motif* haverem sido influenciados pelo alemão *kultur* e *leitmotiv*.

---

(1) *Correspondence*, ed. Calmann-Lévy, XXIV, pág. 220.

Também noutras línguas os casos de assimilação semântica, por influência do inglês, são inúmeros. No francês há não poucas palavras do mundo político, social e desportivo assimiladas às inglêsas formalmente correspondentes. Alguns exemplos, que não têm paralelo no português:

1) *Adresse*, em sentido político — *présenter une adresse au ministre* — é contágio do inglês *adress*.

2) *Entraîner*, no sentido especial que lhe dão os desportistas — *entraîner un cheval* — está contagiado do inglês — *to train*.

3) *Planteur*, no sentido especial de colono que faz plantações fora da Europa, é contágio do tecnicismo inglês *planter*.

4) *Lecture*, quando se emprega no sentido de conferência, está influenciado pelo inglês *lecture*.

Por via das traduções do inglês — aliás bem diminutas em relação às do francês — aparecem outros anglicismos semânticos, que aliás são sol de pouca dura — talvez mesmo porque lhe falta a garra do francês a segurá-los à língua portuguesa.

Gonçalves Viana, nas *Apostilas aos Dicionários portugueses*, enumera alguns dêsses anglicismos, colhidos em 1904, num periódico de Lisboa, em tradução directa do inglês. Transcrevemos dois:

Primeiro: «*Os mais sanguíneos russofilos*», em inglês *sanguine*, que quer dizer *esperançados*.

Segundo: «*E sobre elles* (os factos consumados) *negoceiam com o Japão ignorando as pretenções da Russia*» (inglês — *ignoring*) quere dizer *pondo de parte, desatendendo*. Em português ignorar significa «desconhecer, não saber» (1).

Gonçalves, Viana juntamente com estas, comenta outra frase jornalística, em que o anglicismo, embora aparecido

---

(1) I, pág. 424.

nela por decalque da expressão estrangeira, me parece de natureza diversa, uma vez considerado em absoluto, se é que mesmo chega a ser anglicismo e se não trata antes de uma evolução semântica natural do verbo *arranjar*.

Eis a frase: «*A França e a Inglaterra tinham arranjado* (inglês *arranged*) isto é — *combinado*» (1).

A ser anglicismo no português — *arranjar*, no sentido de *combinar*, é anglicismo com raízes — e de corrente uso hoje: a cada passo se ouvem frases como: *arranjem lá isso os dois e depois déem-me parte*. Em francês também *arranger* — parece-me que espontâneamente e não por via do inglês, tem o sentido de combinar, como se vê inclusivamente do provérbio: *Il vaut miaux s'arranger que plaider*, equivalente ao nosso *antes mau concêrto que boa demanda* — facto que para a existência no português da referida acepção, não deve — a ser ela importada — ter contribuído menos que o considerado por Gonçalves Viana.

Os escritores quando põem nas suas obras a falar inglêses utilizam o contágio semântico, como tôda a outra espécie de acidentes gramaticais. Um exemplo do campo que acabamos de explorar está neste passo do *John Bull*, de Ramalho Ortigão, em que naturais da Grã-Bretanha empregam *glorioso* no sentido de *lindo*, — que é o que tem no inglês *glorious* em expressões como *glorious day*:

«Que glorioso tempo!»(2)

Os anglicismos que mais importa porventura considerar, porque são os que mais brigam com a índole da língua, atingindo o nosso tipo tradicional de construção fraseológica — são os anglicismos sintáxicos. Eles vão aparecendo com certa freqüência, se bem que em menor número que os lexi-

---

(1) I, pág. 424.
(2) Porto, 1887, pág. 68.

cais: suprem no entanto a sua deficiência quantitativa com a sua poderosa acção desnacionalisadora.

É no domínio industrial e desportivo que esta importação subtil e perigosa de boleios de frase se verifica comummente; e caracteriza-se pela disposição dos elementos portugueses, aportuguesados e inteiramente britânicos da frase, segundo a ordem normal inglêsa. Tal é o caso de construções como *Vitória Hotel* por *Hotel da Vitória, Coimbra Hotel* por *Hotel de Coimbra, Casa Pia Atlético Club* por *Club* (melhor *Clube*) *Atlético da Casa Pia, Coimbra Club* por *Club* (melhor *Clube*) *de Coimbra.*

Á própria província vão chegando já estas denominações de sintaxe anglizada. O Sr. Dr. Leite de Vasconcelos, no primeiro volume do formoso livro — *De terra em terra,* refere-se nestes termos a uma que encontrou em Chaves: «Á entrada da vila fica o Flavia-Hotel (mais correcto seria Hotel Flaviano, Flaviense ou Flávio; porém são modas) novo e bem situado, ao pé de campos e jardins, e nêle me hospedei» (1).

Consolemo nos no entanto por serem vulgares noutras línguas românicas as denominações dêste tipo ânglico. No francês títulos como *Montparnasse-cinema* são hoje freqüentes, outrotanto acontecendo no espanhol, que tem por exemplo: *Barcelona Footbal Club, Real Betis Balompié.*

Por via automobilística assentaram arraiais formações em que, além da sintaxe inglêsa, há encurtamento vocabular — que se não poderá dizer, no entanto, despido de apropósito numa actividade que fêz o encurtamento das distâncias: tal é o caso de *Auto-Gazo,* ou seja vernàculamente *Gazolina para Automóveis.* Já o Sr. Dr. Leite de Vasconcelos, com a perspicácia filológica e a preocupação de defensão do idioma que lhe são habituais, havia notado nas *Lições de filologia portuguesa,*

(1) Lisboa, 1927, pág. 67.

a extravagância da expressão, — divulgadíssima hoje, mercê dos anúncios de jornais e até dos postes-depósitos que uma companhia, americana de capitais e inglêsa no nome e na própria língua que parece usar em nossa casa — a *Vacuum Oil Company*, pôs a bordejar as estradas do país — em cidades como em vilas, em aldeias como em aldeolas, sem que ninguém a impedisse de mascavar ou desdenhar o idioma nacional.

Assim comenta a arrevesada expressão o Sr. Prof. Leite de Vasconcelos — pondo antes em relêvo ainda outros factos sintáticos do tipo dos já assinalados, e depois de todos a preciosa observação de que a sua origem é o inglês e o seu veículo o francês:

«Na Athenas portuguesa vi ha tempos estes lettreiros exoticos: *Coimbra-Club, Photo-Velo:* o primeiro parece que quer dizer Club Coimbrão; no segundo ha as primeiras syllabas de *photographia* ou *photographico,* e de *velocipedia,* ou *velocipédico,* o que lembra o *autobus* parisiense (palavra composta das duas syllabas iniciaes de *automobile*, e da ultima de *omnibus!*). A par com o *Coimbra-Club* temos em Lisboa um *Lusitano-Club*, nas Caldas de Vizella um *Mourisco Club* e no Pôrto um *Elite Sport Club:* a ultima denominação foi tão desengonçadamente imaginada que nenhum dos seus elementos componentes é português! Que poderei dizer deste lettreiro que se lê numa vila provinciana: *Auto-Gazo vende-se aqui!* significa: vende-se gazolina para automoveis.

«Só por adivinhação se entendem às vezes taes enigmas. Não fica atrás um *Auto-Palace* lisbonense, que designa, pelos modos, um barracão envidraçado em que se guardam automoveis. Já não reparo no *club* e no *palace*, palavras inglesas pronunciadas à francesa, nem no *auto,* que vem do grego *autos,* «mesmo» «proprio», primeiro elemento de *automovel;* o que desejo principalmente é assignalar o insolito de construcções syntaticas como as que ficam citadas, onde

o nome determinante precede o determinado. Estas construcções vieram-nos do inglez por intermedio do francez» (1).

Cabe notar a propósito das expressões do tipo de *Foto-Velo* que — o disparate é fecundo e o português simiescamente imitador, mòrmente daquelas coisas que, por virem de fora, se julga que dão mais lustre — pela pauta delas se vão criando novas denominações de produtos, estabelecimentos, ou sociedades. Em Lisboa, por exemplo, apareceu recentemente, no campo destas últimas a *Auto-Aéro L.da*.

Ao lado dêstes anglicismos sintáxicos, que dão tôda a impressão de assentarem arraiais no idioma, há outros que provém de traduções imperitas do inglês, e que têm a vida efémera que merecem. Dá-nos um exemplo dêstes anglicismos Gonçalves Viana, que nas *Apostilas aos dicionários portugueses* traz o seguinte passo publicado em 1904 por um jornal lisboeta — e a que faz o respectivo comento:

«*O orgulho japonez constitue um phenomeno tão intenso n'aquelle povo que deixa de ser apenas objecto duma observação.* Ha aqui um anglicismo de sintasse que torna absolutamente ininteligivel o conceito» (2).

Lá fora aparecem factos do tipo dêstes que apontamos. No Canadá — por via da vizinhança territorial, do poliglotismo da gente culta e das constantes relações com os Estados Unidos — ouvem-se e vêm-se escritas frases como: *prendre une marche, défense de trépasser sur ce terrain,* decalcadas respectivamente sôbre *talke a walk* e *prohibited to trespass on these grounds.*

Deixamos para consideração particular um outro tipo de fenómenos — que tudo leva a crer sejam anglicismos ainda —

---

(1) *Lições de Philologia portuguesa,* Lisboa, 1911, pág. 383.
(2) I, pág 424.

e que são constituídos por reduções menores e maiores de vocábulos e expressões.

A reducção menor apresenta-se no português apenas com carácter apocopal — e chega-nos, creio bem, por via francesa ainda. Ela verifica-se efectivamente naqueles casos em que já se tinha verificado no idioma intermediário. Criações não as há, por assim dizer. Escrevi a propósito destas reduções de carácter apocopal no *Diário da Tarde* a seguinte *Nota lingüística:*

«A língua de nossos dias, para corresponder à febre ou ânsia de movimento e acção que a todos atormenta, apresenta um grande número de abreviações ou reduções vocabulares, principalmente de carácter apocopal. É no domínio desportivo e no calão que elas sobretudo aparecem — se bem que também vão aflorando, e já com freqüência, na língua geral ou comum. Assim diz-se *quilo* por *quilograma, cromo* por *cromolitografia, neura* por *neurastenia, súcia* por *sociedade,* sobretudo sociedade de má espécie. Na linguagem dos desportos, porém, abundam os factos desta natureza. Diz-se *auto* por *automóvel, taxi* por *taxímetro, pneu* por *pneumático, moto* — e também popularmente *mota,* por acomodação da terminação ao género — por *motociclete.* Também os encurtamentos aparecem freqüentemente no calão, com intuitos crípticos ou picarescos. O calão da guerra deu-nos *trincha* por *trincheira* e *artilhas* e *sapas* por *artilheiros* e *sapadores.* E no calão estudantil do Colégio Militar emprega-se *prisa prisão.*

A abreviação dá-se nas palavras simples, como nas compostas: em *bia* por *beata,* — na acepção de ponta de cigarro; como em *sub* por *sub-director,* na alcunha *fere* por *fere-fogo,* na importação recente *jazz* por *jazz-band.* Uma circunstância facilita o encurtamento: é a terminação gradativa, que leva naturalmente o espírito à busca do pretenso primitivo. Assim diz-se *fuça* por *focinho, tiço* por *tição, intruja* por *intrujão,*

tusto por *tostão*, graças à falsa consciência etimológica que produziu também *rosmano* por *rosmaninho,* na língua dialectal. Tal falsa consciência pode ainda existir noutros casos: o haver, ao lado de formas, como *mudança*, o têrmo *muda*, explica de certo modo a criação analógica de *cúnfia*, ao lado de *confiança*. O arbítrio não existe nunca na linguagem e o próprio calão obedece às normas que no idioma comum se verificam.

Formações como as apontadas aparecem noutras línguas: o francês, por exemplo, tem *aristo* por *aristocrate, cabot* por *cabotin, colo* por *colonel, mac* por *maquereau, mazag* por *mazagran, métro* por *métropolitain*, *photo* por *photographie*, *tram* por *tramway*, *velo* por *velocipède*. E ao lado de têrmos simples há têrmos compostos: *bas-off* por *bas-officier*. Em Paris, o jornal da tarde *L'intransigeant* é apregoado *L'Intran* e no calão do *Quartier Latin* o *Boulevard Saint-Michel* é simplesmente o *Boule-Miche*. A literatura tem acolhido já muitas destas formas. De *mélanco,* por *mélancolique,* há êste passo exemplificativo de Lavedan: «Je me sens un peu... comment dirai-je? *Mélanco*. Um peu *mélanco*. C'est ça». E Rostand emprega *mélo* por *mélodrame:* «C'est du mélo».

O inglês leva estas reduções muito mais longe do que o português — e que os outros idiomas românicos. Estes, se imitaram, estão inda longe de haver imitado tudo. Assim, não aparecem ainda nêles fenómenos como: a redução de uma expressão a um simples monossílabo — caso de *pub* por *public house*, de *zoo* por *zoological garden;* a exclusiva manutenção da sílaba medial ou seja aférese e apócope simultâneas, como em *flu* por *influenza;* e a manutenção também exclusiva da sílaba final, ou seja aférese e síncope simultâneas, como é o caso de *bus* por *omnibus*.

Carnoy, no livro tão novo de terminologia quanto velho de factos, *La science du mot*, refere-se a estas reduções, se bem que inadvertidamente chame apócopes a tôdas, e ate

no mesmo molho a redução vocabular e a redução expressional:

«Á notre époque de vie intense, l'abréviation est poussée très loin. Il y a l'apocope qui supprime la fin des mots. Elle florit en Angleterre où l'on dit couramment, *cab*, *cad*, *gin*, *mob*, *hock*, *pub*, *bus*, *zoo*, *coed*, *flu*, etc., pour *cabriolet*, *cadet*, *genever*, *mobile vulgus*, *Hockheimer*, *public house*, *omnibus*, *zoological garden*, *coeducation girl*, *influenza*» (1).

As reduções vocabulares aparecem espontâneamente nos idiomas românicos — mas quási limitadas ao campo hipocorístico. Há um exemplo dêste tipo abreviativo na forma *Tista*, por Baptista, de que Eça de Queiroz nos dá conta neste passo dos *Maias:*

«O creado de Carlos, o Baptista (familiarmente, o *Tista*), esperava-o» (2).

A forma que vai chegando até nós um pouco mais estranha em matéria de reduções é *autobus*, a cuja génese atrás aludimos, mas que não é, todavia, sem paralelo no idioma: a fisionomia das fórmulas químicas assemelha-se lhe bastante.

A forma *autobus* é encontrável em textos literários portugueses. Um exemplo está no seguinte passo de Aquilino Ribeiro, no *Jardim das Tormentas:*

«Um enorme *autobus* estava ali ao pé, quasi intacto, misterioso, e ao volante viam-se ainda umas falanges descarnadas que se crispavam» (3).

Em espanhol também há, àlém de reduções como *reuma*, o vocábulo *autobus*, plural *autobuses*, que se emprega hoje largamente.

Podia ainda observar-se que, dentro dêste tipo de redu-

---

(1) Louvain, 1927, pág. 240.
(2) Ed. cit., I, pág 207.
(3) Lisboa, 3.ª ed., pág. 322.

ções menores, há casos em que se aliam — e mais ou menos intimamente — palavras que sofreram idêntica supressão de sons e palavras que a sofreram diversa. Dá-se pelo facto comparando, por exemplo, um caso de dupla apócope de elementos meio autónomos como *Auto-Gazo*, com um caso de apócope e aferése de elementos fundidos como *autobus*.

As reduções maiores vão até ao ponto de só deixarem, numa expressão titulativa, os fonemas iniciais dos elementos componentes. Elas são em grande número já hoje entre nós — e com tendência a multiplicarem-se ràpidamente. O seu uso — actualmente oral e escrito — devia restringir-se inicialmente a esta última feição idiômica. E tudo leva a crer que foram os mundos desportivo e industrial de Além-Mancha, ambos cheios de febril actividade, que nos transmitiram o gôsto destas denominações màximamente abreviadas — e que já hoje se vão entre nós estendendo até a instituïções um tanto paralíticas, como os serviços públicos e os partidos políticos.

No romance *L'étape*, de Paulo Bourget, há a seguinte alusão à origem destas abreviações e à sua artificialidade em francês: «Il s'agissait de l'U. T., dit la jeune fille. Comme on voit, elle employait la sorte d'abréviation, empruntée aux habitudes anglo-saxonnes et qui trahirait seule l'origine étrangère et artificielle de ces groupements périlleux» (1).

Philipot comenta êste passo de Paulo Bourget, confirmando aliás a origem anglo-saxónica do processo da redução das palavras às respectivas iniciais. Eis os próprios termos em que o faz:

«Paul Bourget est bien en retard s'il croit que la prononciation *U. T.* pour les deux mots complets constitue un signe infallible de l'origine étrangère d'un individu. Même au moment où il écrivait *L'étape*, c'est à dire il y a sept ans en-

---

(1) Em Nyrop, *Grammaire historique de la langue française*, III, Copenhague, 1908, § 5, 3.º.

viron, il était en retard. Sans doute je reconnais que l'usage de ces abréviations est dû à l'influence anglaise. Il a pénétré d'abord dans les sociétés sportives, et c'est là encore qu'il est le plus développé. Une société sportive ne se désigne jamais que par ses initiales, qui sont souvent très nombreuses. Mais le procédé en question est bien plus répandu que vous ne le dites en dehors de ces cas où l'intrusion anglo-saxonne est palpable. Depuis que je fréquente les universités je n'ai jamais entendu appeler autrement que *P C N* le premier examen préparatoire aux études de médicine (il comprend: *P*hysique, *C*himie, Sciences *N*aturelles). Les *P C N* sont les étudiants de médicine de première année. Ce terme n'appartient nullement à l'argot spécial des étudiants: il est pour ainsi dire officiel. C'est là le cas le plus frappant que je puisse vous citer pour le moment. De même, les universités populaires sont très souvent appelées les *U P*. D'une façon générale, toutes les associations, sportives ou non, se désignent de plus en plus par les initiales, et le public, le grand public admet cet usage et s'y soumet très volontiers. À Rennes, lorsque les étudiants de l'Union Républicaine donnent un bal, on ne parle en ville que du «bal de l'*U.*». Les employés des «Postes, Télégraphes et Téléphones» sont les *P T T*. Il est vrai que cette dernière abréviation ne me paraît pas encore bien sortie de l'argot professionel» (1).

O inglês moderno está efectivamente cheio destas reduções. *The S-P-C-A*, lida cada uma das letras com o seu valor alfabético individual é o título habitual do organismo — *Society for the prevention of cruelty to animals*. Por vezes — e pelas mesmas razões práticas — faz-se seguir a ennumeração das iniciais designativas do organismo especial do têrmo geral indicador da espécie: tal é o caso de *A-B-C-shop*, em que as iniciais representam *Aerated Bread Company*.

---

1 Em Nyrop., id., id., pág. 396-7.

As outras línguas germânicas apresentam exemplos das mesmas abreviações — porém em grau menor. Um exemplo: os membros da sociedade alemã das províncias orientais, ou seja dos partidários da germanização da Polónia, tiram o seu nome *Hakatisten* das iniciais dos seus fundadores ou promotores do movimento — *Hannemann, Kenemann, Tiedemann.*

Também em Portugal se chama hoje habitualmente à Companhia Portuguesa dos Caminhos de Ferro — C-P., e ao Partido Republicano Português — o P-R-P. A telegrafia sem fios também é normalmente designada pela T-S-F.; e o curso de preparatórios médicos das Faculdades de Sciências é comummente chamado também F-Q-N., das iniciais das palavras Física, Química, Naturais — esta última já elipse por sua vez de Sciências Naturais — e que designam as três cadeiras cuja freqüência é indispensável para ser admitido à matricula nas Faculdades de Medicina.

Estas designações abreviadas facilitam interpretações cómicas — umas feitas mercê da substituïção das palavras que as têm por iniciais, por outras em que elas se encontram na mesma posição e que individual ou colectivamente envolvem sátira ou gracejo; outras feitas por meio da simples leitura do grupo das iniciais como se fôssem elementos de um mesmo vocábulo, tornado depois pelas circunstâncias mais ou menos grotesco. Assim as iniciais P-A-M, que traziam os automóveis do Parque Automóvel Militar — em bom português, Parque Automobilístico Militar, ou Parque dos Automóveis Militares — eram interpretadas facetamente — ora visionando os atropelamentos que por excesso de velocidade e imperícia de mão — protegidos da complacência das autoridades — a cada passo se davam, ora o emprêgo dos carros para transporte de parentes e aderentes, sobretudo dos políticos e governantes — *Para a Morgue, Para andarem Madamas.*

Durante a grande guerra as iniciais C-E-P, designativas do Corpo Expedicionário Português, eram interpretadas satìricamente, dada a antipatia com que era vista a nossa intervenção no conflito europeu, por «Carneiros Exportados de Portugal». Êste tipo de facécia por falsa interpretação de iniciais foi na guerra freqüente: os italianos, por exemplo, traduziam as iniciais P-A, que significavam *Parco Automobilistico*, por *Pelle assecurata;* os belgas davam a T-S-F ou *Télégraphie sans fils,* o significado de *Travail sans fadigue;* e os franceses interpretavam D-M-A-P ou *Dépôt du matériel automobile et du personnel* por *Défense de marcher à pied,* e *S-R-A*, que significava *Service de réperage des avions* por *Sans risque aucun*, e ainda davam às iniciais T-P-A-A, que queriam dizer *Trésor et Postes aux armées*, a tradução facêta — *Très peu à l'avant.*

Da leitura de iniciais como se fôssem vocábulos há entre nós alguns casos como: o de *S I C*, que se pronuncia como a partícula latina que quere dizer assim, e designa a Sociedade Industrial Chocolateira; o de *C U F*, que se pronuncia como dissilabo, e designa a Companhia União Fabril; e o de *C A P A* — acrossémia que inclusivamente tem a curiosidade de se encontrar, sob o aspecto fonético e gráfico com o substantivo comum designador de certa peça de vestuário — e que representa a Companhia Agrícola e Pecuária de Angola. Em francês há leituras de iniciais do tipo das portuguesas citadas: chama-se, por exemplo, *Sipef* à *Société Internationale de plantation et de finance.*

Destas leituras de iniciais há exemplos facetos também. Assim certo episódio político acontecido há poucos anos — nem mais nem menos que a fusão ou confusão dos três partidos republicanos — unionista, reconstituinte e evolucionista, numa única fôrça de govêrno, provocou da parte do jornal monárquico — o *Correio da Manhã* um curioso motejo: à organização resultante das agremiações fundidas chamou

aquele periódico *Puré,* palavra que saía da junção das iniciais do título — soma dos elementos políticos formadores — *Partido Unionista — Reconstituinte — Evolucionista.*

E não menos curioso é outro caso que se deu em França com a Repartição de Operações e Informações do nosso Quartel General. Designando-se êste organismo pelas iniciais *R-O-I,* que formavam lidas em conjunto a palavra francesa *roi,* ou seja em português *rei,* foi tal denominação, que cheirava a monarquismo, e era porventura de mau agoiro, substituída por outra em que só entravam os dois primeiros elementos — Repartição de Operações, ou simplesmente *R-O,* na abreviação acrossémica.

(Continua).

João da Silva Correig.

A OBRA DE GUERRA JUNQUEIRO

(Cont. do vol. 75.º, pág. 468)

IV

CONJUNTO

CAPÍTULO VIII

Conclusão

> Ceux qui jugent d'un ouvrage par règle sont, à l'égard des autres, comme ceux qui ont une montre à l'égard de ceux qui n'en ont point. L'un dit: Il y a deux heures que nous sommes ici; l'autre dit: il n'y a que trois quarts d'heure. Je regarde ma montre; je dis à l'un: Vous vous ennuyez; et à l'autre: Le temps ne vous dure guère; car il n'y a qu'une heure et demie; et je me moque de ceux qui me disent que le temps me dure à moi, et que j'en juge par ma fantaisie: ils ne savent pas que j'en juge par ma montre.
>
> PASCAL.

> Schönheit eines Objektes ist nicht eine Eigenschaft des Objektes, wie Grün oder Blau, sondern sie ist dies, dasz in dem Objekt ein Akt der ästhetischen Wertung begründet liegt... Schönheit ist die Angemessenheit eines Objektes an die Natur des ästhetisch wertenden Subjektes.
>
> TH. LIPPS.

SUMÁRIO. — Teoria... do «bloco». — Intuito educativo e arte pela arte. — Quadro dos caracteres da obra de Guerra Junqueiro. — Orientações contraditórias e anti-academismo. — Pseudo-sátira. — A obra em conjunto. — Razão do triunfo obtido. — Quantidade e qualidade.

Subir à escalada de prejuízos de raiz funda é provocar do mesmo passo a indignada atitude dos para quem êles representam alguma coisa venerável em si mesma. ¡Tanto pode a cega fôrça de um hábito! — quási diria, de um vício! —

¡Tamanho afêrro põem a preguiça intelectual e o torpor da sensibilidade ao serviço da própria estagnação! Alguém me disse um dia, sinceramente, que era preciso julgar Junqueiro *em bloco;* e pouco antes um jornal afirmava também que uma obra poética há-de ser julgada, aceitar-se ou repudiar-se *em bloco!* A expressão — e o juízo — são de tal mediocridade que não os discutirei: Colocado, se fôsse possível, neste dilema, eu teria de rejeitar Junqueiro «em bloco» e, devo dizer, sem hesitação. Pouco se perdia, comparado com o que se ganhava. Rejeitava-se uma filosofia (?) de mestre-escola, uma estética de tamborileiro, uma ôca ênfase de retórico, um estilo de rã assoprada e, no turbilhão envoltos, umas dúzias — se tanto — de versos bem feitos. O lucro seria grande.

Mas, contra os teorizantes de «blocos», amadores do compacto e do geológico em tal domínio como o da crítica literária, pretendi eu discernir as qualidades da obra junqueiriana. O bom é nela muito raro; tornava-se pois imprescindível a análise. Só assim poderiam conhecer-se as belezas fragmentárias, os revérberos simples, fundidos na luz geral resultante. A beleza de uma grande obra de arte consiste precisamente em que ela resiste à análise de suas condições e elementos e nos dá, no conjunto, inicial e final impressão de totalidade.

Reconhecendo o perigo, a péssima obra educativa, o pecado social cometido por Junqueiro, o veneno espalhado, a calúnia expandida, o mal semeado, que êle, a-pesar-de algum tímido esfôrço, *nunca mais* pôde recolher ou atenuar, pus inteiramente de parte êsse aspecto e apenas me preocupou o poeta, como artista e como pensador. «Mata, mas não faças versos», teria dito Petrónio a Nero. É que a crueldade trágica do imperador poderia até justificar-se cristãmente com o *impossibile est ut non veniant scandala*, porque ao lado se encontra a sanção: *væ autem illi per quem veniant;* para as brutalidades da natureza resta sòmente o recurso da Provi-

dência, mas há êsse ao menos; para os dislates da humanidade muitas vezes é insuficiente a piedade; Junqueiro poderia ter caluniado e mentido, mas... sem fazer versos. Antes discursos. Teria sido mais notável e completo precursor.

O mal a que me refiro consistiu em dar à ignorância dos que o leram, e dos embriagados pelo ruído grosseiramente hipnotizante do seu rufo, trivialidades e êrros por pensamentos; palavriado incendiário, por doutrina; aspirações ininteligíveis e contraditórias, por ideais sublimes; declamações de pomposa inanidade, por poesia; chocarrice trágica, por entusiasmo de revolta; e — vamos — sórdida mentira, mentira sòrdidamente consciente, por síntese lúcida e justa condenação. Porque Junqueiro não se indigna, não blasfema, não dramatiza, não satiriza, não é lírico, brutal, revoltado, bulhento, truculento, senão por cálculo. Não há talvez uma página profundamente sincera na sua obra (1).

Ao contrário do que supõe certa doutrina — de intuito apreciável, — contra algum desvario de realização, não é a teoria da «arte pela arte», fórmula moralmente neutra, que encerra perigo maior. É precisamente o contrário, e Junqueiro o exemplifica. Desvarios não são resultantes da fórmula e com ela não têm qualquer ligação necessária; pode até, por interêsse puramente estético, elevar-se alguém a uma alta beleza moral.

Pelo contrário, os dominados pela finalidade social da arte só tem neste princípio negativo um limite estreito para a criação artística.

— A disciplina! — alegam os fariseus da estética. Mas a

---

(1) A *Musa em ferias*, as anedotas conhecidas de Junqueiro, o próprio exagêro da sua veemência o indicam suficientemente. Não aprofundo êste ponto, porque entendo não dever fazê-lo; fico por êste limite discreto.

disciplina é a do artista, a da sua cultura, da sua sensibilidade, nunca a da sua criação, que pode, sem quebra da sua disciplina mental, ser uma revolta permanente contra o estabelecido, ou o existente. Demais, nisto, como em tôdas questão complexas de tema semelhante, os teorizadores vêem apenas a arte literária, porque às outras seriam inaplicáveis os pseudo-princípios que defendem. ¿E, finalmente, onde se encontra o modêlo inicial de disciplina? Em criadores que espontâneamente e sem pedagogos — como era de supor *a priori* — realizaram o que mais tarde viria a ser considerado modelar.

¡Arte subordinada a certos *princípios* de ordem social! Que enormidade (1)! Mas não se vê que tal é a obra do petroleiro, do foliculário, de todos os dissolventes da sociedade, de todo revoltado sem mérito, de todo apóstolo sem miôlo, de todo fútil que se crê reformador, de todo falhado que se tem por génio. Essa arte de natureza e fins sociais dá na prática os *partidos* em literatura, em que todo interêsse estético se perde. Ninguém deixaria de rir-se de um corcunda que pretendesse adestrar escorreitos em atitudes plásticas; e muita gente suporta a sério que homens que são a negação viva da mais elementar, da mais fugaz sensibilidade estética, pretendam ensinar artistas, melhores ou piores, a realizar a sua arte.

A-pesar-de todos os seus defeitos, que são outras tantas vias à celebridade entre marçanos, Junqueiro é célebre ainda hoje pelo que nêle é demolição, escárneo, calúnia e chocarrice. E em uma época de fraqueza, em que a defesa de certas ideias estava entregue a completíssimos covardes de inteligência, católicos, sem coragem de ir à missa, militares, denegridores da disciplina, ordeiros, em confraternização com

---

(1) É curioso notar que Junqueiro e os que o combateram em nome da moral e da ordem estão de acôrdo neste ponto.

energúmenos, em tal época, dizia eu, a onda de popularidade fácil de Junqueiro levava-os a exclamar, sorridentes, repelindo amàvelmente a doutrina, que — os versos... êsses sim, eram extraordinários. — E o público ignorante que não sabia o valor da afirmação, aceitava-a por boa, comentando ilògicamente com saloia sagacidade: «Não gostam do que êle diz; mas os versos não têm êles remédio senão declarar que são admiráveis. E o resto, nós lhe ensinaremos que também é bom».

E ensinaram. Foi muito bem feito.

Voltando ao poeta:

É possivel — reconheço-o — que eu ponha um pouco alto o nível da minha admiração. Capaz de admirar até ao extremo e tendo essa capacidade como uma das maiores consolações do meu espírito, poupo-a, para que seja mais intensa do que extensa e não me resolvo a entronizar o primeiro que se apresente como candidato à admiração de qualquer público. Demais, a maior parte dos que pretendem ser admirados, com categoria para dirigir um público, ainda inferior a êles, pertencem a grupos, tertúlias, jornais, academias, têm, emfim, compromissos entre si e todos com o público, ligações que não podem pôr de parte sem ruturas graves de equilíbrio; e necessitam de simular admiração vasta, para que os admirem ou o digam, pagando-lhes em igual moeda, a que o ser falsificada não tira o valor de curso. Eu, que não aspiro a ser admirado e não pertenço a nenhuma espécie de grupo, tenho, à semelhança da *Martine* de *Les femmes savantes,* que pensava certo e exprimia grosseiro, a liberdade de dizer o que entendo,

«et je parlons tout droit comme on parle cheux nous».

Para maior clareza, resumirei os caracteres, apontados nos capítulos anteriores, da obra de Junqueiro e seguida-

mente os que neste capítulo vou indicar, como de ordem mais geral e nos quais os anteriores podem incluir-se:

A)

FILOSOFIA (1) E ESTÉTICA. — Verbalismo puro. — Audácia esquematizante. — Síntese ilusória. — Valor mental nulo.
SCIÊNCIA (2). — Superficialidade. — Êrro grave e freqüente.

---

(1) A-pesar-de ser a documentação abundante, no capítulo próprio, reforçá-la hei um pouco:

«A flor é a dor da raiz... a virtude ou o génio a dor ascendente do éter luminoso cristalizando no homem ao fim de um calvário inenarrável de milhões e milhões de séculos sem conta» — (*Prosas*, pág. 54). Claro que a estudantelhos ou a marçanos isto parece profundo e filosófico. Aos outros parece ignorância e verborreia amplificadora e louca. — A obra de João de Deus é «lírio de luz inocente a que mil milhões de anos não roubarão uma pétala». (*Id.*, pág. 90). — Êste «realista scientífico», esquecia que já precisamos de estudar para entender cabalmente os trovadores da côrte de Afonso III. — «O espírito é a electricidade de Deus. Nada lhe resiste. Devora séculos. Evapora mundos». (*Patria*, pág. 203). Dos números já conhecíamos a volatilidade, citada no capítulo III; pois também os mundos se evaporam. Tudo se perde. Paciência.

(2) Mais exemplos: «Que povo misterioso... transforma a tua água [do mar] em rochas de granito? (*Morte...*, pág. 2). «A nossa consciência respeita simplesmente as *leis da geometria*» (*Id.* pág. 185). «Fausto, o pálido *alquimista*, perde o coração e a vista a manejar *astrolabios* (*Id.*, pág 196). — As filhas dos Titans (!), criadas nas *cavernas* (!), vêm em cortejo às *cisternas com urnas de bronze*» (*Id.*, pág. 22). «A terra, *suspensa sóbre os ares*, entre o bronco rugir dos mares e a fúria dos elementos [que, segundo se vê, não fazem parte da terra], vai descrevendo a grandiosa curva marcada (!) pelas *leis eternas* [curioso plural!] da atracção». (*Id.*, pág. 300-301). Esta extraordinária concepção da lei scientífica está muito documentada em Junqueiro. Ao fazer na *Musa em férias* o elogio da sciência, que entre outras coisas «interroga a luz, a treva, os vermes, os Prometeus (!) desde Locusta até Eva e desde o infusório até Deus» e que «mede as órbitas dos mundos com a exactidão do compasso» (!) e prevê «*o segundo* em que o temporal frenético há-de desabar» (pág. 23),

B) IDEALIZAÇÃO

CONCEPÇÃO DOS TEMAS (1). — Contraditória e pobre.

ARQUITECTURA DOS TEMAS (2). — Sem continuïdade, sem equilíbrio, sem grandeza.

C) EXECUÇÃO

I — ESTILO

1.º] *Imagem*

a) Imprecisão (3)

---

diz que ela «publica regulamentos para o trânsito dos sóis» (pág. 24). «A fôrça da atracção é uma *lei moral, domina* o coração assim como *domina* as rochas de granito» (*Morte...*, pág. 41). O passo referido no cap. II reforça esta curiosa concepção de Junqueiro.

(1) Como mostrei no cap. V, só em duas obras de Junqueiro há ocasião de discutir êste aspecto, a-pesar-de tôda a sua vida prègar o contrário; foi por isso apenas a êsses dois que ficou feita referência pormenorizada quanto à idealização.

(2) G. Junqueiro metrificou a lenda conhecida a que deu o título *Fiel* e que vem na *Musa em férias*. O centro de interêsse da lenda é o facto de o cão, vítima do dono, vir, já moribundo, trazer-lhe um objecto vulgar e sem importância que caíu à água. Êsse contraste acentua o drama da ingratidão e da dedicação. Pois Junqueiro transforma o barrete em objecto preciosíssimo, espécie de caricatura grotesca da taça do rei de Thule. O mísero barrete do pintor passa a «lembrança adorada» (!) tesoiro do seu possuidor, etc. Lembra extraordinàriamente aquela *sapata* da égloga, sôbre a qual o pastor chorava inconsolável. Mas o peor não é o ridículo anti-estético da transformação; o peor é que ela representa a incompreensão completa do núcleo da história, por mostrar que o valor do objecto, segundo o autor, é que realça o acto do animal.

Em *O Melro*, a teologia junqueireana do abade sai tôda de aquela asinha do melro. Recomenda-se a leitura de um opúsculo do Cirilo Machado que trata do facto nos termos em que êle merece ser tratado.

(3) Tenho a estatística, não direi completa, mas demonstrativamente superabundante dos exemplos de todos estes caracteres. Muitas vezes um verso exemplifica vários de êles, como é de supor. Essa estatística

b) Comparação pura (1)
c) Nulidade da comparação (2)
d) Repetição (duplicidade ou antítese) (3)

2.º] *Amplificação deformadora*

a) Desequilíbrio (freqüência de aumentativos ou têrmos de igual valor)

---

alongaria excessiva e inutilmente êste trabalho e seria sem interêsse, por se tratar de uma sucessão de referências a páginas e versos. Além de isso, qualquer leitor atento pode por si verificar a abundância e a facilidade da colheita. Limitar-me hei aqui a indicar um ou dois casos típicos.

« A crença é o luar da nossa intuição » (*Morte*, pág. 41, v. 10)
« A minha mãe faltou-me era eu pequenino
Mas da sua piedade o fulgor diamantino
Ficou sempre alumiando a minha vida inteira
Como junto de um leão um sorriso divino
Como sobre uma forca um ramo de oliveira » (*Velhice*, Fim da Introd.).

A analogia do leão e do sorriso compreende-se; mas a da forca? E digo *compreende-se* e não *sente-se* porque justamente o defeito genérico das imagens junqueireanas é não serem sugestivas. Claro que a palavra « imprecisão » aqui empregada significa justamente inaplicabilidade e impotência sugestiva. São comparações, mas não imagens.

(1) Exemplo:

Nuvens esverdeadas
Corriam pelo ar como grandes manadas
de bufalos... (*Velhice*, pág. 5)
É como um beijo ideal *feito de coisas mansas*... (*Morte*, pág. 7)
O oiro da traição pertence-lhe ao traidor
Como o rir à inocência e como o aroma à flor. (*Velhice*, pág. 28)

(2) Exemplo:

E é nos antros da terra *onde* esse amor palpita
Como um foco de luz numa cabeça enorme. (*Morte*, pág. 27)
de máguas colossais, grandes como montanhas (*Id.*, pág. 31)
O mundo agonizante assim como um quartel (*Id.*, pág. 9)

(3) Exemplo:

É o vício bifronte, o vício hermafrodita (!) (*Morte*, pág. 9)
Foi um Deus sempre velho, um Deus sem mocidade (*Id.*, pág. 38)

b) Desproporção (1)
1) Crescendos ilógicos
2) Inversões
3) Séries (às vezes em contraste)
c) Inconseqüência e impropriedade

3.º] *Impropriedade e restrição do vocabulário.* — Predomínio de formas concretas.

II — VERSO

1.º] *Falta de fluidez*
a) Imagens conjugadas freqüentíssimas
b) Hemistíquio batido (ou pequenos versos, dois a dois, com igual aspecto) (2)
c) Séries de palavras (adjectivos ou substantivos)
d) Ritmo-batuque (ideias acessórias, recortadas em coincidência com grupos métricos fundamentais no metro empregado)

2.º] *Seqüência retardada e processo intersticial* (3)

3.º] *Grande proporção de versos-prosa* (4)

4.º] *Rima trivial e repetição de rimas fáceis.*

---

(1) O número anterior nem precisa referência. De êste darei um exemplo característico e grotesco:

Um polícia (!!) estará continuamente àlerta
Um polícia gratuito (!) universal, austero,
Vigiando e guardando *assim como um cerbero*
Desde o melhor palácio a última choupana;
Esse polícia é Deus (!!!) — a consciência humana *(Musa,* pág. 145)
Como ela resplandece e tremeluz e brilha! *(Lágrima)*

(2) Que só nos Pirineus e só em Santa Helena *(Musa)*
Que vai de polo a polo e vai de mundo a mundo *(Morte)*
Que vai de flor ao peito e vai de fato preto *(Musa)*
Oh que porradaria! Oh que porradaria!
Oh que estupor de cães! Oh que estupor de cães! *(Pátria)*

(3) Para trás, para trás, para os tempos remotos
Tão cheios de canções, *tão cheios* de embriaguês (*Musa*, Introd.)

(4) Com quantos grãos de trigo um pão se fèz?
dez mil talvez... *(Oração ao pão)*
Não existe poder, nem cárcere, nem grade *(Morte*, pág. 24)
Há muito que fazer, muito que destruir *(Id.*, pág. 28)
E apenas dito isto a sociedade então *(Id.*, pág. 34)

Junqueiro estava efectivamente, sem o pensar, colocado em um ponto perspectivo, mas não o seu: o ponto de encontro fortuito de correntes divergentes:

Por um lado atraía-o o romantismo de nervura épica e forte colorido, indisciplinado, sem proporções, como aquele que se entrevê no ideal apresentado em a sátira infeliz *Conselhos Académicos,* da *Musa em férias.* Nesses versos, como costuma, Junqueiro, em vez de caricaturar a realidade, hipertrofiando-lhe o traço ridículo, deturpa essa realidade para fazer depois uma pseudo caricatura. E o que de facto é caricato é a concepção junqueiriana do objectivo a que a sátira se aplica. Assim, por exemplo, diz-se nela:

> Um gigante é um exagêro,
> Um vulcão é um gongorismo.

Ora, nunca o «Academismo» a que Junqueiro se refere, deixou de aceitar «gigantes» e «vulcões» em autores clássicos cuja audácia excedeu, incomparàvelmente, a do poeta-crítico. É êste quem quere os gigantes, mas, como já disse, é Camões — nunca repudiado pelo academismo — que realiza o Adamastor. É Junqueiro que quere as tempestades, mas é Camões que admiràvelmente as descreve; e — coisa mais curiosa ainda, — são os poetas do século XVIII, isto é, os académicos por excelência, homens de craveira muito inferior à dos grandes, que procuram cantar as *horridas procellas,* em estilo assoprado, como o de Junqueiro, sem sinceridade, como Junqueiro, com trovões de lata e ribombos de matrácula, tal qual Junqueiro, a quem levam apenas a vantagem apreciável de ser o seu verbalismo mais próximo... de Quintiliano, para nos servirmos de malcabida ironia do mesmo Junqueiro na mesma composição.

Seja-me permitida nesta altura a declaração de que aborreço ao máximo o academismo.

Por outro lado, o seu espírito acolhe bem um pseudo-realismo, no que êle teve mais superficial, e inferior: a preferência pelo torpe, a pretexto de que é essa... a realidade. O convencionalismo do drama romântico em que se pretendia misturar o grotesco e o sublime, o caricato e o trágico, justificando a coëxistência na arte com a sua real coëxistência na vida, era especioso e errado, porque o drama não é uma païsagem dilatada da vida, um resumo da vida complexa da sociedade; mas o êrro de buscar o torpe como representativo era maior ainda e... menos realista! Demais, o realismo não é, ou não deve ser, um ideal de fundo, mas um ideal de forma. O realismo não tolhe a imaginação — que é exactamente o que Junqueiro pretende ver desbridado — o que o leva a revoltar-se contra os «conselhos académicos»; orienta-a porém, segundo as proporções do real observável, ou do possível imaginável; e portanto mais a êle do que ao academismo, cujos caracteres aliás inventou para uso e benefício de sua veia satírica, pode caber a série de acusações dos versos acima citados.

Envolvido neste turbilhão de fôrças que o desnortearam, Junqueiro ficou — porque a primeira era profunda e a outra tôda de origem intelectual — um falso realista, que, em vez de cruezas de pormenor a que aspirava, punha brutalidades de imaginação histérica, mas sem grandeza, e dava à obra um tom de romantismo azêdo exagerado. O realismo de Junqueiro era apenas o vinagre que brutalmente acidulava o seu dissaboroso romantismo.

E ao trocar pela mística e pela sciência os combates sociais de *A Morte...* e de *A Pátria,* não lucrou muito; apenas substituiu as apóstrofes indignadas pelas declamações panteísticas de falsa prece.

Há porém gradações delicadas na relação entre o psiquismo subjacente e as expressões por êle tomadas. A expressão de êste romantismo azedado é em grande parte

consciente, reflecte uma atitude voluntária cujo determinismo certamente escapa ao autor, mas que ao projectar-se apresenta grande nitidez de fórmula procurada. O que nada tem, creio eu, maravilhoso ou singular: a raiz bio psíquica do amor não impede que o homem, atraído para uma mulher, tenha consciência de essa atracção e até chegue a estabelecer as razões fundamentais da impressão duradoura que recebeu. Se acerta ou erra, isso é indiferente para êste caso.

Anàlogamente, o romantismo de Junqueiro, quanto à expressão, é todo feito de exterioridade. O sentimento íntimo foge-lhe completamente; a sua veia lírica é nula. Quando pretende ser lírico, fica-se no pictural, no simples forçado e de moldura, no pitoresco. *Os Simples* são uma série de aguarelazinhas modestas; só ali se encontra o descritivo; nunca o simbólico, o profundo, ou o generalizável.

A tôda a obra de Junqueiro pode aplicar-se a frase de Campoamor na dedicatória das *Humoradas* a Menendez Pelayo: «*No me puedo consolar del tiempo que pierden algunos lectores, devorando á autores insustanciales, que, al ocuparse en lo particular, jamás dejan entre renglones sobreentendido lo general*». Demais, o processo de indignação postiça, de arranque verbal, de tonitroância ôca, estão definidos pelo poeta:

> Pedes-me estrofes purpúreas;
> Que coisas me pedes tu!
> Guardei na gaveta as fúrias
> E os raios no meu bahu.
> . . . . . .
> E arrumei a um canto a lata
> Com que fabrico os trovões.

Parece-me ocioso acrescentar que a possibilidade de realizar estas e análogas estrofes só pode explicar-se pela insinceridade da obra do foliculário, ou pela instabilidade tão

sem rumo da sua inteligência, que tôdas as atitudes de esta são indiferentes e sem pêso para o julgador de senso.

A tendência do seu espírito leva-o à sátira; mas o seu romantismo azêdo intervém; em vez de satirizar, deturpa; a sua insinceridade agrava o mal. Volta-se então para o lirismo, para demonstrar que também sente a beleza e a pureza; e, romântico insincero, cheio de ímpeto verbal, descreve — com impropriedade incrível. — Quando se eleva, pensa ir até o grandioso; mas os mesmos defeitos fazem-no parar no barulho, que toma por clangor de epopeia e não passa de rufo de caixa. De êste conjunto de qualidades pode fazer-se também um esquema que complete o anterior.

D) CONJUNTO

I — ESPÍRITO INCONSEQÜENTE (1)

1.º *Nas correntes de pensamento dominantes*
2.º *Nas doutrinas apresentadas*
3.º *Na obra.*
a) Planos
b) Situações
c) Versos
d) Palavras.

II — TENDÊNCIA DE ORADOR DESLOCADO PARA A POESIA

1.º *Superabundância*
2.º *Caracteres oraculares nítidos*
a) Freqüência da exclamação

---

(1) Parece-me que o *aquatico* gigante [o mar] o Jehovah *sanguíneo* e centenas de outros, documentam a adjectivação imperfeita; mas quanto às situações, além do caso do Fiel a que já aludi, referirei que o artista vai lançar o cão *ao mar* junto do cais e cai-lhe na *corrente* o gorro que trazia.

b) Tom declamatório e profético
c) Logares comuns de tribuna
d) Invocações, apóstrofes.

III — PENDOR PARA OBJECTIVAR E COUSIFICAR.

Pouco mais direi. As notas que apresento revelam a paciente revisão da obra de Junqueiro, sôbre que assentam as minhas conclusões. Poderá preguntar-se apenas, ao cabo de esta leitura: ¿como é que os defeitos apontados, e evidentes, puderam dar um conjunto tanto tempo e ainda hoje admirado?

A pregunta sugere algumas observações, embora pudesse responder-se-lhe que muitas outras coisas inferiores têm igual sorte; mas aqui vale a pena talvez determo-nos um pouco;

1.º Os caracteres descobertos pela análise da obra de Junqueiro só foram visíveis, durante o tempo da admiração cega, aos espíritos insugestionáveis pela aura de um autor, e capazes de simultâneamente apreender em uma obra o conjunto e os pormenores constitutivos, como um ouvido musical pode simultâneamente gozar a imponência de uma grande maravilha sinfónica e dissociar, sem perdê-la de vista, nem diminuir o prazer, os grandes elementos do ritmo, da harmonização, dos caracteres temáticos. Os outros, incapazes de sentir além da massa do som total, podem, claro, gozar a sinfonia a seu modo, mas não se dirá que sabem completamente apreciá-la e se não expõem a êrro grave de juízo, porque também as impressões precisam de ser educadas; e tôda a sua apreciação é, quando muito, uma expressão de sentimento individual, ao passo que para os primeiros, à subjectividade inevitável, mas orientada, do seu gôsto pessoal, se contrapõe o elemento impessoal e objectivo da sua cultura.

Na obra de Junqueiro êsses caracteres formam também

um todo; e êsse todo até com o senso comum está em guerra aberta; não tem o senso comum direitos de crítica em obra de arte; mas não joguemos com as palavras. O senso comum é impróprio como elemento de juízo *quando a obra está fora da esfera onde o senso comum se move;* quando porém a obra desce até êle, há todo direito de exigir que ela o não fira violentamente.

É, em resumo, um berreiro que foi tido por eloqüência; uma falsa eloqüência que ainda foi elevada à categoria de realização estética.

2.º A popularidade de Junqueiro proveio justamente, em grande parte, da deseducação romântica. Entre a retórica perfeitamente idiota de

> «As flores de alma que se alteiam belas,
> Puras, singelas, orvalhadas, vivas...»

de certo ministro de Estado, com seu ritmo adocicado e melacento, e a retórica género retumbante de certas declamações de Junqueiro há apenas a diferença do ímpeto, da virilidade. E a mocidade, impetuosa e ignorante, via nessa falsa renovação uma nova aurora, iludindo-se com os apetrechos scientíficos, falsos como Judas, com os realismos, ilusórios como sonhos, com as filosofias banais, e túrgidas, mas ao menos cheias de arranque e viveza. A continuïdade não se perdia, porque o ritmo-batuque acentuara-se ainda, tornara-se áspero e estridente e o lugar-comum da filantropia e do revolucionarismo apenas salpimentava análoga retórica. Nesta tensão reaccionária não se viu até onde ia a originalidade ou a grandeza. Vivacidade e segurança audaz substituíram o raciocínio; simples acastelar de palavras (¡quanta vez impróprias!) substituíu ideias ausentes ou mascarou ideias vergonhosamente disparatadas. E a miragem propagou-se ràpidamente. Esta ilusão da inteligência

não é novidade para a psicologia; não há sòmente ilusões dos sentidos.

A reacção, portanto, agravara o mal, mascarando o defeito. E deve ainda notar-se que a reacção já existia e dirigida em melhor sentido, por Antero. E podemos notar que emquanto Antero deveu a celebridade pronta (e não a popularidade, que nunca teve nem tem) à galhardia de amigos que o rodeavam e o impuseram a uma sociedade receosa de contradizer tais críticos, Junqueiro expandiu-se desde logo porque as classes inferiores e média o aceitaram, excepção feita dos que o atacavam. . precisamente por defeitos de ordem secundaríssima. Ao lado das compreensões ilusórias do seu verbalismo lisonjeador de ouvidos incultos, achavam nêle retalhos de pensamentos desconnexos de imperfeita cerzidura, com que construíam livremente devaneio interesseiro ou futuro de realizada esperança. Livro que lisongeia hàbilmente um público é livro de êxito assegurado.

3.º Auxiliaram talvez o renome alguns trechos felizes do autor. E digo felizes no sentido próprio. Em *A Velhice...* a *Introdução*, página de alexandrinos copiosamente suaves, em que o tom geral de ternura concilia os afligidos com a doutrina subseqüente e os predispõe a não observarem também, com penetração, as qualidades ou deslizes da obra. Em *A Morte...*, o trecho de pág. 174, em *Os Simples* a *Canção perdida* e o *Campo Santo*. E pouco mais. Os trechos vulgarizados de Junqueiro são muito inferiores. As *Orações* são prosa e dislate de uma extremidade à outra (1).

Os tercetos do Condestabre são em literatura o mesmo que oleografias baratas para amador esperto de quadros célebres, que vá comprar Vinci às lojas de molduras. O tom

---

(1) A primeira parte da *Oração à luz* pelo tom vago da enumeração e pelo artifício conhecido e curioso do crescendo métrico tem uma certa suavidade embaladora, e nada mais.

falso e afectado do verso, a pátina de mau gôsto que o hibridiza, a falta de grandeza de propósitos e atitudes do Condestável, que o poeta faz descer à sua altura própria, tudo isso revela apenas o que tôda a obra de Junqueiro comprova: a sua facilidade de má oratória. E aqui surge um aspecto do problema da qualidade e da quantidade em um autor, problema que de leve tocarei.

Não nego à quantidade certo valor, assim como não contesto que a um autor possam perdoar-se más obras, péssimas obras, pelo resgate de obras admiráveis; é o que sucede com Gomes Leal, que ao lado de coisas horríveis, indesculpáveis, que produzem o calafrio do reles, tem vôos dos mais altos na poesia portuguesa. Tôda a lírica de Junqueiro não vale *A Duqueza de Brabante,* porque tôda ela é pesada e grosseira. Por vezes boa faiança das Caldas, desagradável porém, logo que se lhe abeire a porcelana do Japão ou da China.

Mas, o que é notável, Guerra Junqueiro não é um poeta de grande irregularidade. Pelo contrário: o seu nível mantém-se sensìvelmente igual na generalidade da obra; e assim, a quantidade nêle agrava a apreciação geral, porque não tendo produzido alguma vez qualquer obra, que de longe sequer se aproximasse de uma obra genial, não é de estranhar que um homem de exuberância retórica lamentável tenha de onde a onde conseguido escrever uma dúzia de versos bons, e demais, sendo tão raros. E nesses mesmos é porque pomos de parte os defeitos, atenuados pela natureza do próprio verso, o que revela dever-se a melhoria a circunstâncias fortuitas e não ao melhor equilíbrio ou superioridade do autor.

Explico melhor.

Os versos melhores de Junqueiro são na máxima parte os de tema vago (declamação, pendor retórico) e têm os mesmos caracteres dos outros; mas por circunstâncias espe-

ciais de scenário ou de situação o defeito deixa de ser defeito. Assim, quando êle diz:

> E fico melancólico a sonhar
> Em rouxinóis, em cânticos incertos
> E em corolas de lírios entreabertos
> Inundados por ondas de luar...

faz uma série, não por impulso ou razão estética, mas por ser êsse o seu feitio, ennumerador e abundante; mas ali *caíu bem;* e por isso esquecemos o automatismo verbalístico do poeta. Podem encontrar-se séries em inúmeros autores; mas nêles não são processo espontâneo e intrínseco; não são efeitos de automatismo. Em Camões, por exemplo, encontram-se raramente séries de adjectivos. Ocorrem-me porém

> Horrendo, fero, ingente e temeroso

e

> Junto de um sêco, duro, estéril monte
> Inútil e despido, calvo e informe...

Mas que propriedade! Ao contrário de isto, ¿como não há-de uma ou outra vez topar-se em Junqueiro um adjectivo feliz se êle os semeia com despropósito incrível e prodigalidade lamentável?

Não é um artista, em nenhum dos sentidos da palavra; é um retórico de impropriedade redundante, verbosidade frouxa e arranque disparatado. E que um país onde podem achar-se alguns autênticos poetas, pretenda aureolar êste como genial, isso não passará. Dentro de pouco tempo há-de haver excepções entre os que merecerem a piedade dos julgadores serenos de Junqueiro; e entre essas excepções folgarei de estar, como organizador de êste processo documentado sôbre sua genialidade ilusória. Que continuem os admi-

radores, entre os ignorantes de ouvido duro, os «diseurs» pedantes de um e outro sexo, a comer o de que gostam; liberdade é de que ninguém pensaria privá-los; mas saibam ao menos, os capazes de aprendê-lo, aquilo que comem (1).

Vieira de Almeida

(1) Uma vez, entretanto, Junqueiro apareceu magnificado por uma artista de todo excepcional — Berta Singerman — que não é uma «diseuse» mas uma trágica. O resultado foi que um admirador de Junqueiro declarava que ela não sentira *bem* o poeta. Efectivamente a artista dera-lhe o que Junqueiro nunca teve: sinceridade e sensibilidade profunda. E se o poema tivesse sido dito em português, o contraste seria mais flagrante.

O CRIME E A RESPONSABILIDADE

(ESTUDO PSICO-SOCIAL)

(Cont. do n.º 2, pág. 148)

V

Conceito psicológico do crime

O crime é fenómeno psìquico fisiológico. — A pena, a sua ortopedia.

A preocupação excessiva dos criminalistas contra a livre determinação da vontade vem do errado convencimento de que o crime, fenómeno anormal, só pode ter origem num órgão mórbido e é sempre a expressão duma personalidade desprovida, por razão congénita ou adquirida, de senso moral e intelectual, que a tornem capaz de observar o mínimo da disciplina social, necessária à vida em colectividade. Daí vem um prejuízo comum, aceite pelos criminalistas, de que a sociedade não tem o direito de julgar o criminoso mas apenas o de defender-se dele.

É êste um vício fundamental na psicologia criminal e está em contradição com a realidade moral e social.

Erra quem dá ao crime uma causa exclusiva. E todos os esforços empregados para o submeterem a um estreito condicionalismo hereditário ou a um exclusivo desvio de natureza biológica têm resultados inúteis.

O crime é um fenómeno individual e social. Existiu em todos os tempos, viveu em tôdas as idades, desde que um

homem se encontrou com outro, seu semelhante, no mesmo terreno de luta. O crime nasceu com o homem, mas nasceu da necessidade de luta.

Como o crime, o génio e o heroísmo também vieram da luta pela vida. E a luta pela vida não é um drama de hoje, não é tragédia dos nossos dias, antes pertence às épocas e pertence à história. Veiu ao mundo com o homem e, pelos séculos adiante, se foi a sua angústia, foi o seu estímulo. Foi a luta pela vida quem fêz o crime, mas foi ela quem criou os heróis. Os primeiros lampejos do génio procedem da luta pela vida.

O crime, fenómeno anormal, não é mórbido, como não são mórbidos o génio e o heroísmo.

Não há neuroses criminais. O crime que é produto de loucura ou de doença, não é crime. É um acto de loucura que só merece compaixão.

Não há loucuras geniais nem psicoses heróicas. O génio que é louco, não é génio, é louco. A neuropatia não é indispensável ao génio.

Indubitàvelmente, o génio como o crime são hipertrofias. Mas tôda a hipertrofia não é um fenómeno mórbido. A hipertrofia dum músculo, quando não perturba a função normal, antes a perfectibiliza, é um fenómeno anormal, mas não capitulável de mórbido.

A hipertrofia duma dada função psíquica, artística, intelectual, sentimental, moral, egoísta ou altruista, com conservação da psico-função normal, é um fenómeno anormal, mas não mórbido.

Em fisiopatologia como em psicopatologia, fenómeno mórbido implica destruïção da função normal.

Ora, em psicologia, os fenómenos anormais podem lògicamente dividir-se em dois grupos: fenómenos *supranormais*, como são o génio, o heroísmo e o crime, em que a orientação é talhada nos ditames dos motivos ordinários da conduta

humana, e fenómenos *infranormais,* expressão do *deficit* da motivação ordinária, e cuja orientação ou desorientação, estranha às noções comuns do higido, está na própria essência do estado mórbido que lhes dá origem: são os actos de loucura.

Os motivos ordinários da conduta humana são de duas ordens: egoísta e social. Estes podem subdividir-se em dois subgrupos: o do núcleo intelectual e o do núcleo moral.

Os motivos egoístas são na sua maioria de origem endógena, derivados dos instintos de conservação e de perpetuação da espécie; entrariam para êste quadro: a cólera, o ódio, o amor, o ciúme, o orgulho, a inveja, a ambição, a timidez, etc.

A esfera social agruparia, sob esta etiqueta, todos os sentimentos e conhecimentos que resultam da relação do indivíduo com o mundo exterior. Reservaríamos para o grupo dos motivos morais, os sentimentos que derivam exclusivamente da vida em agregado elevado, como são a honra, o pudor, o altruísmo, o civismo, a religião, computando como motivos intelectuais, todos os conhecimentos de origem mixta, endo-exógena, dependentes ou não da organização do homem em sociedade, como são a sciência e a arte sob suas variadas e infinitas facêtas.

A predominância dos motivos morais originaria os actos heróicos, como a perfectibilidade scientífica e a afeccionividade da arte dão o génio.

Num ou noutro dos grupos não se diluem nem se pervertem, porém, as noções egoístas. Há sobreposição da esfera psico-social sôbre a psico-egoísta. Porque o *herói* que, vendo um náufrago, se lançasse ao mar para salvá-lo, mas sem saber nadar nem ter meios de fazê-lo, não seria um herói, seria um doido.

Ao contrário, a predominância dos motivos egoístas sem

perda de contacto com os motivos da esfera social dará o crime. O crime não é senão a manifestação objectiva do sentimento ou sentimentos egoístas em prejuizo da comunidade.

É assim o crime por inveja, é assim o crime por ódio, por amor ou por ciúme.

Um acto de génio tem então esta *double-face:* é crime ou heroísmo segundo os motivos intelectuais procuram o bem egoísta ou altruísta, do indivíduo ou da sociedade.

Quando, porém, o acto é praticado contra todos os motivos da conduta humana, sem vantagem para a sociedade nem para o indivíduo, não constitui crime nem tem as honras do heroísmo, é um acto de loucura; só merece piedade.

A sociedade tem o dever de estimular o génio e o heroísmo, como tem o de combater o crime e a loucura, educando o criminoso e cuidando do louco.

Á semelhança do educador que usa da aprovação ou da desaprovação para desempenhar a função que lhe é adstrita, a sociedade usa do prémio ou da pena.

Á norma penal compete pois uma importante função educadora, ao mesmo tempo que uma justa e necessária defesa social.

VI

A responsabilidade atenuada

Sua sem-razão e sua nocividade social.

A responsabilidade atenuada não é uma idea nova; existe em gérmen em todos os códigos, em tôdas as legislações. Sôbre a base de ausência de discernimento é concedida aos menores até aos 18 anos.

Se a falta de discernimento é base de atenuação da responsabilidade, é justo que os doentes com debilidade men-

tal ou moral participem dêste benefício; assim teremos a maioria dos criminosos usufruindo do benefício de uma atenuação de pena e trazendo como conseqüência a reincidência.

Eu creio que esta noção de responsabilidade atenuada com atenuação de pena é um produto híbrido, difícil de enxertar em qualquer dos sistemas filosóficos.

No sistema do livre arbítrio, a responsabilidade atenuada não tem logar, porque, para admiti-la, seria mister aceitar uma liberdade atenuada ou limitada. Com razão lhe chama Boule uma expressão imprópria, porque, se a liberdade reduzida houvesse de ser admitida, sê-lo-ia evidentemente no homem que fortemente solicitado se determinasse no sentido oposto e que depois de uma luta violenta, cansado da batalha, cedesse por fim às solicitações. Mas no mesmo momento em que cedesse e suportasse as imposições do estimulo vencedor, ou não poderia deixar de fazer e, então, não seria livre, ou poderia resistir e neste caso, seria livre, plenamente livre, porque a liberdade tem de admitir-se tôdas as vezes que o homem é senhor das suas acções, quaisquer que sejam as dificuldades que haja de vencer para as efectuar.

As dificuldades tornam o exercício da liberdade mais ou menos penoso, mas nem por tal motivo ela se torna limitada. Não há semi-liberdade e, por conseqüência, semi-responsabilidade.

No sistema determinista, sistema baseado exclusivamente na defesa social, ela é inteiramente insustentável. Nem responsabilidade atenuada, nem irresponsabilidade existe em tal sistema. Desde que há um crime, quem quer que o produza, louco ou não, desde que incarna um perigo social, a lei deve condenar e sequestrá-lo, da mesma maneira ou com idêntica pena em identidade de crime.

Não creio que o Dr. Grasset, professor eminente de Montpellier, com a sua lúcida inteligência e alta autoridade

quizesse escudar a libertação dos criminosos mais perigosos; mas é no grupo dos seus semi-responsáveis que se recrutam os criminosos mais astutos.

Grasset, discreteando porém dentro do terreno fisiopatológico, argumenta com certos laivos de lógica que «ao lado de indivíduos com neurones psíquicos normais (responsáveis) e dos que têm os neurones totalmente anormais ou doentes (irresponsáveis), há os que tem-nos parcialmente doentes (semi-responsáveis)». ¿A existência de indivíduos com neurones psíquicos só em parte doentes, autorizar-nos-ia a afirmar que a sua responsabilidade acha-se só parcialmente suprimida? Certamente, não; nós ignoramos a influência que a doença dum neurone ou de um dado número de neurones exerce ou é capaz de exercer sôbre o funcionamento dos outros. Além disto, a inteligência e a sensibilidade moral, sendo necessárias em tôda a sua amplitude para resistir às tendências criminogénias, não está certo que se considere responsável o indivíduo a quem falta ou o senso moral ou a noção da punição.

A teoria da semi-responsabilidade é um dos graves erros da legislação contemporânea. Sem exagêro de crítica, penso ser a causa mais sugestiva da extensão progressiva da criminalidade reincidente. Lógico, creio, o clamor dos magistrados contra esta orientação penalista.

Estatìsticamente, demonstra-se que os delinqüentes do tipo dos semi-responsáveis oferecem volumoso contingente à criminalidade intelectual, ardilosa bastante para escapar à justiça, e em regra acessível à acção intimidante da pena. Em minha opinião, os semi-responsáveis de Grasset são doentes; devem ser recolhidos em manicómios por prevenção e para reeducação. A libertação pela atenuação da pena só irá criar novo estímulo à reincidência.

Infligir um castigo indulgente a um amoral ou a um imbecil ou facilitar a libertação a estes delinqüentes, é

uma falta; é, por assim dizer, um convite à reincidência.

A relutância em castigar tais criminosos resulta da noção estreita do significado da pena. Satisfeito ficaria o espírito da justiça social e do humanitarismo desde que, sob a etiqueta de pena, se fizessem incluir, ao lado dos castigos corporais e da reclusão celular, a educação, a instrução, a indústria, o trabalho manual, a cultura, etc.

Para regenerar o criminoso não basta castigá-lo e intimidá-lo sem orientação e sem método, é necessário reeducá-lo; por isso faz-se mister condicionar a pena à feição psíquica do criminoso.

VII

Conclusões mèdico-sociais

Indicações para uma reforma penal.

Estabelecido que a responsabilidade e o crime andam em connexão íntima, jurídica e psicológica, mostrou-se que a responsabilidade é a resultante psico-física da actividade simultânea da inteligência e da sensibilidade moral e como tal dependente do funcionamento dos neurones cèrebro-medulares.

A observação clínica vem acrescentar que a responsabilidade, como tôda outra função da economia, está sujeita a contingências mórbidas que o médico pode e deve estudar como as das outras funções.

Integrou-se assim a responsabilidade nos quadros da psicologia, concluindo que ela deve ser procurada pelos diversos métodos de observação em cada caso particular.

O estudo psico-fisiológico esforçou-se por chamar a atenção dos criminalistas para a importância que têm nas determi-

nações voluntárias, criminosas ou não, a sensibilidade moral. Demonstrou-se que é graças a ela que temos pelos ensinamentos da inteligência o respeito que é devido. E que é graças à associação da inteligência e da sensibilidade que temos a consciência do valor moral dos actos que praticamos. Daqui avulta a necessidade indiscutível de fazer entrar em linha de conta na apreciação da responsabilidade uma observação cuidada do estado da sensibilidade moral. Não é raro encontrarem-se casos de loucura com delírio permanente ou episódico, em que as ideas morais e os sentimentos são os únicos atingidos, com conservação de uma superior lucidez da inteligência ou, pelo menos, sem defeito sensível da mente.

A loucura moral, entidade nosológica caracterizada exclusivamente pela ausência de todo o sentimento moral, impõe-se à observação médica por exibição tão evidente, por factos tão alarmantes, tão radicalmente contrários às noções hígidas do moral, tão formalmente opostos até mesmo ao inato e fisiológico instinto de viver, que a psiquiatria pode e deve considerá-la como condição eficiente da irresponsabilidade.

Êste vício psíquico, mais familiar nas classes sociais chamadas cultas, deve merecer particular atenção e ser tratado com meticuloso rigor. A cultura do espírito, facultando engenho e arte para grandes cometimentos anti-sociais, facilita saídas hábeis e reincidências repetidas.

A noção fisio-psicológica da consciência e da sensibilidade moral elucidou que as prescrições intelectuais, desacompanhadas de motivos sensitivos e de emoções morais, são inaptas para a formação moral do indivíduo, esteio único duma sociedade organizada. Do mesmo passo, demonstrando que não há ideas inatas, o que há inato, porventura, são estados de receptividade, tendências de eleição, para umas ou outras ideas, pôs em relêvo a influência da educação no ca-

racter do indivíduo, na reformação do criminoso e na organização da sociedade.

Na selecção social não bastará, pois, olhar à instrução, será necessário curar sobretudo da educação. Sociedades que se arrogam o pomposo título de *civilizadas,* mas cujos membros não mantêm entre si reciprocidades de estima, e de protecção, não se atêm por liames de dever moral, deveres de honra, de fraternidade e de sacrifício pessoal, são sociedades em dissolução, são colectividades em desagregação. Cada escola de instrução sem moral não fecha assim um cárcere, abre antes um centro do crime. Cada instruído sem o freio da moral é um audaz inimigo da sociedade e, o que é pior, um sugestivo tribuno e inteligente cultor do crime.

A incontestável anarquização que róe algumas das sociedades contemporâneas, parece derivar da miséria de ideal, da tacanhez de aspirações, da desfé nos sentimentos morais. A decadência principia onde a imoralidade é alçapremada em esteio social.

Uma das grandes funções da sciência moderna que desacreditou num momento de precipitada análise todos os altos ideais humanos e, numa errada noção de progresso, superficializando os mais elevados problemas biofilosóficos, facultou pela confusão mental a tôdas as mediocridades a dúvida, a negação de tudo, é religar, recongraçar os homens por sentimentos harmónicos, estéticos ou scientíficos, para um ideal superior, supersensível e hipersugestivo, que seja a directriz suprema do dinamismo social.

*

A análise psicológica pelos métodos clínico e subjectivo, compele-nos a admitir a não existência da clássica liberdade prevolitiva. Tôdas as observações são-lhe contrárias.

A volição é dependente da nossa inteligência e da nossa sensibilidade moral. Ampla e profundamente instável em suas modalidades, como o próprio pensamento, não é livre como querem os livre-arbitristas, mas também não é determinada pelas tendências hereditárias, adquiridas ou mesológicas, que subjuga e domina. Mantendo com a hereditariedade, com o hábito e com o meio as relações de causalidade, êle contém em si faculdades criadoras que a tornam indeterminada e indeterminável.

Como não há dois pensamentos opostos e simultâneos, duas vontades eguais em energia, paralelas entre si e contrárias em direcção, existindo num mesmo momento psicológico e ameaçando-se recíprocamente, é uma hipótese absurda e ridícula.

A volição é única em cada instante psíquico e nela colabora o pensamento com todos os seus poderosos meios de acção, renovando incessantemente o seu conteudo pelo esfôrço assíduo de trazer à síntese volitiva os mais reconditos segredos da memória, a penetração surpreendente da intuïção e as importações contínuas do ambiente periférico.

Assim considerada, a responsabilidade, expressão psicológica da vontade de agir segundo determina a nossa inteligência e a nossa sensibilidade moral, é autónoma, quer dizer, é independente do mundo endógeno ou do mundo exógeno, tendo com êles, não relações determinantes, mas apenas relações de iniciação ou de colaboração.

Mas a faculdade prevolitiva é susceptível de inibição. Porisso, a hipótese de volição consciente e autónoma no momento de um dado acto, inverificável e anacrónica, não pode servir de base à edificação da teoria da responsabilidade.

A responsabilidade moral seria a capacidade de determinar-se segundo os motivos ordinários que regulam a conduta humana dentro da sociedade, com aptidão para

tirar do prémio ou da pena ensinamentos para futura acção.

A tendência dos criminalistas modernos é a mesma; é uma concepção positiva e racional, de justiça e de reeducação para o condenado, de protecção para a vítima e para a sociedade e de tratamento para os doentes.

Um prejuízo corrente faz do crime uma manifestação mórbida. Não. O crime é um fenómeno social como é o heroísmo, como é o génio. O crime como o heroísmo são determinados pelos motivos ordinários da conduta humana; apenas no crime dominam os motivos da esfera egoísta; no heroísmo os da esfera social; mas num e noutro caso, uma vontade esclarecida pelas noções comuns da vida em colectividade é a determinante expressa.

O crime realizado fóra dos motivos correntes de acção, sem um objectivo, sem uma vontade determinante expressa em benefício do indivíduo ou da sociedade, não é crime, é uma manifestação mórbida que exige tratamento e não a aplicação de uma pena.

Reconhecendo a responsabilidade moral e a punibilidade dum acto antisocial, a sciência positiva não prescinde de admitir que causas múltiplas biológicas ou sociais podem perturbar o exercício da faculdade prevolitiva. Sob o impulso destas ideas e por virtude de inegáveis ensinamentos subministrados pela experiência social, o agente criminoso volta a ser objecto de escruloso estudo, como caso particular de que é necessário procurar os varios factores causais para lhe aplicar o mais útil correctivo.

O recente projecto penal italiano, embora considere responsáveis todos os autores de um acto anti-social e repudie a idea de pena, tenta adaptar a sanção ao criminoso.

Com êste intuito e na impossibilidade de fixar por meio de normas rígidas e automáticas as sanções a aplicar a cada

autor dum facto incriminado, propõe, entre outras medidas, a escolha de juizes especializados nas matérias criminológicas (1).

Em meu parecer, é insuficiente a exigência da Comissão. O fulcro duma justiça penal, inspirada no conhecimento do estado psíquico do incriminado, deve ser um exame objectivo, feito por médicos, peritos em psicologia normal e patológica, bem como em medicina legal e sociologia criminal, para que do rigoroso diagnóstico resulte a aplicação duma pena ou a prescrição dum tratamento, acomodado à personalidade do acusado. Ao critério directivo racional e técnico do magistrado ficaria a modalidade da aplicação das indicações periciais e da escolha da sanção mais vantajosa para reforma ou cura do incriminado e para a preservação da sociedade.

A norma penal avoca a si, por êste modo, uma função altamente educadora dos sentimentos e mantenedora da ordem e equilíbrio sociais.

---

(1) A Comissão de Reforma Penal apresentou a seguinte ordem do dia:

«A Comissão para a reforma das leis penais, considerando que qualquer que seja a reforma da legislação, ela está condenada a ser ineficaz, se simultâneamente se não cuidar de assegurar uma maior capacidade técnica — segundo os mais modernos estudos de direito, psicologia e sociologia criminal — às pessôas que administram a justiça penal e às que concorrem para a sua administração, quer como acusadores quer como defensores, etc...., exprime o parecer de que é necessário:

«1.º Estabelecer a respeito dos magistrados uma distinção nítida, quer no recrutamento, quer nas funções instructivas e decisivas, entre juizes civis e penais;

«2.º Prover no domínio dos *estudos universitários* a uma especialização da cultura dos alunos, dispondo que, para os que queiram dedicar-se de preferência ao direito público ou privado, se torne obrigatória, após um trienato comum, a habilitação dos cursos de antropologia, psicologia, sociologia criminal, estatística e medicina legal, com garantias de um diploma especial;

«3.º .....».

A idea de individualizar a pena é, pois, muito justa. A observação e a experiência demonstraram que a prisão é uma boa dose de sofrimento para certos delinqüentes, é um simples contratempo para outros e é uma humilhação para terceiros. A deshonra que não causa senão indiferença para os criminosos habituais, é uma viva mágua para os criminosos acidentais. Os preguiçosos e os ociosos preferem a reclusão ou mesmo a morte ao trabalho e os alcoólicos todo outro castigo à privação do seu vício habitual.

É preciso, porisso, ajustar a pena ao criminoso para não tirar àquela o poder frenador e ortopédico.

Pensam mal os criminalistas que afirmam que a pena é apenas um meio de que a sociedade se serve para se defender e conservar.

Sem dúvida, é uma arma de defesa da sociedade; mas a intimidação actua igualmente como um elemento poderoso na deliberação prevolitiva; e para que seja êste o seu efeito, a pena deve representar uma certa quantidade de sofrimento evitável. Aquele imbecil moral, atraz citado, a quem a lembrança da pena sofrida fazia recuar na acção criminosa, é um exemplo.

A pena deve ser igualmente proporcionada e moralizadora. Á primeira destas condições corresponde a noção da justiça que é corrente nas nossas sociedades: não é justo punir um roubo como um assassinato. Se assim não fôsse, se a lei não proporcionasse as penas aos crimes, não haveria razão para abster-se dos actos mais graves, desde que os riscos eram iguais e os benefícios idênticos ou maiores.

A acção moralizadora da pena deve ser a directriz suprema do sistema penal. A promiscuidade entre criminosos habituais e ocasionais têm resultado deplorável.

Em cada estabelecimento de detenção conviria reünir os condenados em condições psíquicas e físicas semelhantes,

A direcção e orientação deveriam ser entregues a um pessoal técnico (1), exercitado no tratamento dos criminosos.

Lacassagne e Étienne Martin sustentavam que a pena, àlém de ser um meio de defesa social, deveria ter um fim educador. E para atingir êste objectivo, propunham que «*les juristes fissent admêttre dans nos Codes la notion de la condamnation iudeterminée et que le système pénitentiaire, au lieu de être simplement un internement, fût transformé en une sorte d'école d'orthopédie morale où l'on éduquerait les individus dont les facultés morales sont peu developpées, comme on éduque dans les élablissements médico-pédagogiques les idiots et les imbéciles*».

O sistema tradicional de penas de prisão com praso fixo tende a ser substituído pelo sequestro por tempo indeterminado, sobretudo para os criminosos habituais e para os loucos nocivos. As penitenciárias já hoje denominadas «túmulos de seres vivos» devem ceder o logar ás colónias de trabalho agrícola ou industrial.

O sequestro, porém, deve ter como objectivo principal a reeducação do sequestrado e acidentalmente a defesa social. Só nos criminosos considerados incorrigíveis que a defesa social ocupará o primeiro plano.

Os manicómios, os hospitais de vigilância e tôda uma série de medidas repressivas devem ser atendidas com o fim de despertar as inibições individuais e destruir as causas geradoras do crime.

---

(1) O projecto italiano de reforma penal propõe que o director do pessoal seja um médico especializado em antropologia e psicologia criminais e em assuntos penitenciários.

Na Itália, em 1907, a reforma Giolitti-Dória substituiu os agentes penitenciários por instructores. Na Bélgica, em 1919-1920, Vandervelde criou laboratórios de antropologia criminal nas prisões de S. Gilles (Bruxellas) e de Louvain e *secções psiquiátricas* para o tratamento dos criminosos afectados de doença mental.

O alcoolismo que — juntamente com a tuberculose e a sifilis — constitui a trindade dissolvente da humanidade contemporânea, exige já da parte de cada Estado uma série de medidas preventivas e curativas.

A miséria social, a prostituïção, a depravação moral esperam ser reprimidas.

A hereditariedade deve ser renovada, assegurando a perpetuação da espécie em condições hígidas, interdizendo a paternidade e a maternidade aos individuos degenerados e isolando os elementos irredutíveis.

A melhoria das condições económicas, a vigilância da infância, a salubridade das habitações e do trabalho concorrerão para seguro exito da elevação moral da sociedade.

Reeducar os criminosos e os doentes, sequestrar os incorrigíveis, vigiar a formação física e moral das crianças e dos adolescentes, combater a hereditariedade mórbida e tornar mais apertados e efectivos os laços da solidariedade social são medidas que urge pôr em prática sistemàticamente para a reabilitação da humanidade.

SANTANA RODRIGUES.

QUELQUES RÉSULTATS OBTENUS PAR LES OBSERVATIONS SPECTRO-HELIOGRAPHIQUES DES ANNÉES DE 1926 ET 1927 (1)

Dans l'Observatoire Astronomique de l'Université de Coïmbra on a installé, en 1925, un spectro-heliographe de caracteristiques égales à celles du grand spectro-heliographe installé à Meudon par le savant Directeur de l'Observatoire de Paris Mr. H. Deslandres.

On a décrit cet instrument dans l'opuscule *Les nouveaux instruments spectrographiques de l'Observatoire Astronomique de l'Université de Coïmbra*, et le 12 avril on a pris le premier spectroheliogramme; mais seulement en 1926 a t'on pu faire un service régulier, qui en 1927 a poursuivi intensement, étant profités tous les jours où le Soleil s'est montré, pour prendre au moins deux images, l'une avec la raie K_3 et l'autre avec la raie K_1 du calcium. On attend le reseau commandé à Adams Hilger et C.ie pour obtenir des images avec la raie H_α, et on est en train d'installer les pièces indispensables pour l'observation des vitesses radiales.

Parmi les images obtenues il y a des séries qui démontrent la relation entre les protuberances eruptives (celles qui se montrent partout, excepté exactement en face des facules), et les filaments; et aussi des images où se trouvent des pe-

---

(1) Extrait d'un mémoire présenté au Congrès de l'Union Astronomique Internationale à Leiden, au mois de juillet de 1928.

tites protuberances de matière faculaire (deux seulement), lesquelles se trouvent aussi dans les images obtenues avec la raie K_1, et que j'apellerai explosives car on pourra supposer qu'elles sont produites par l'impulsion des masses existantes au dessous des facules.

Dans les images 1 et 2, obtenues respectivement avec les raies K_3 et K_1, avec un petit intervalle de temps on trouve un exemple frappant de ce phénomène.

L'image 3 présente dans le secteur S. O. une facule qui traverse le contour, et par l'accidenté, qu'on observe toujours en des circonstances analogues, justifie l'hypothèse que j'ai proposé: — la matière faculaire serait d'une densité très supérieure à celle de la matière environante, et comme conséquence elle s'opposerait au passage des matières sousjacentes, qui parfois vaincraient leur résistance, et prendraient cet aspect.

En attendant la publication que j'ai l'intention de faire, des images monochromatiques suivies des planifications où l'on trouve en grandeur proportionelle tous les phenomènes observés chaque jour dans ces images, et les plus importantes observations metéorologiques qui puissent avoir relation avec l'activité solaire, dont on trouvera un spécimen à la fin de cette communication, je me restraindrai maintenant à enregistrer quelques résultats qu'on peut déduire de la consideration des images des facules et des taches, que je suppose intéressantes pour l'apréciation générale de l'activité solaire et pour l'explication des taches. La disposition que j'ai adopté est justifiée par ce que les facules se présentent généralement en deux zones placées une au nord et l'autre au sud de l'équateur solaire, n'envisageant pas le réseau faculaire qu'on trouve partout.

Dans les premières tables on a pour tous les jours d'observation des dernières années de 1926 et 1927, l'indication, pour chacune des zones nord et sud, de l'amplitude en lati-

tude exprimée en degrées et de l'amplitude ou longitude exprimée pour son pourcentage. On trouve aussi pour chaque jour le nombre de taches, avec l'indication de celles qui se sont présentées en groupe, les minimums et maximums de température, et les minimums et maximums de déclinaison magnétique, ces derniers éléments fournis par l'Institut Géophisique installé à coté de notre Observatoire d'Astrophisique.

À la fin on trouvera des tables avec le nombre des zones composées entre certains limites en degrées, en considérant les zones nord et sud et les limites superieurs et inferieurs, et le nombre de taches pour chaque degré de latitude.

Conclusions. — D'abord on reconnait que la présence des taches s'intensifie après le mois de mai de 1926 et persiste jusqu'à la fin de 1927.

*

Mais c'est spéciallement pour les phénomènes faculaires que je désire attirer l'attention, observant leur importance en prenant en considération l'étendue des régions où ils se présentent.

Le réseau faculaire se montre par tout le disque solaire, pourtant les regions faculaires se trouvant en dedans des limites qui ne vont pas au de là de cinquante degrés au nord et au sud de l'équateur.

Pour aprécier leur étendue j'ai pris en considération leur disposition en deux zones, une au nord et l'autre au sud de l'équateur, déterminées par leur amplitude en latitude et en longitude.

Le graphique construit prenant pour ordonés les amplitudes en longitudes démontre une variation périodique dont la période est environ celle de la rotation du Soleil, avec un maximum et un minimum pour chaque mois. Si l'on

admet l'explication que je propose pour les facules, c'est evident leur importance pour la météorologie.

Les tables qui fournissent le nombre des limites des zones faculaires pour chaque degré de latitude conduisent aux conclusions suivantes:

Dans l'hémisphère boréal, en 1926, ou trouve la plus grande quantité de limites inférieures entre 4° et 13°, en 1927, entre 2° et 14°, pour les limites supérieures respectivement de 27° à 38° et de 26° à 36°.

Dans l'hémisphère austral, et dans les mêmes conditions, ou trouve les limites inférieures en 1926 entre 3° et 12°, et en 1927 entre 2° et 14°, et les limites supérieures, respectivement entre 27° et 30°, et entre 20° et 34°.

Cet examen nous montre que les limites sont sensiblement les mêmes dans les deux années et dans les deux hemisphères et qu'on pourra adopter avec grande aproximation pour les limites les valeurs suivantes: — Entre 2° et 14° pour l'inférieur de la zone boréale, et entre 26° et 38° pour le supérieur de la même zone: entre 2° et 12° pour l'inférieur de la zone australe, et entre 20° et 36° pour le supérieur de la même zone.

On reconnait aussi: — qu'on trouve les plus grandes étendues faculaires entre 14° et 26° dans l'hemisphère boréal, et entre 12° et 36° dans l'hemisphère australe: — que la présence des facules est insignifiante dans une zone equatoriale de quatre degrés, et dans les deux hemisphères a partir de 38°: — qu'on à trouvé des régions faculaires tous les jours, exception faite pour quatre dans l'hemisphère nord.

Pour les taches on reconnait: — qu'on les trouve toujours en dedans des régions faculaires; — qu'elles disparaissent avant les facules où elles se trouvent, et qu'on les trouve plus nombreuses dans les régions de maximums faculaires.

*

Il sera interessant d'observer que l'examen des images nous confirme:

Que la surface des régions faculaires est accidenté, ce qu'on vérifie d'une manière frappante dans la facule que dans l'image n.º 3 traverse le bord du Soleil dans le secteur S O.

Qu'on ne trouve jamais des protubérances éruptives (d'après la désignation que j'ai proposé) en face des facules, en abondance dans toutes les regions du bord du Soleil.

Que dans les deux années de 1926 et 1927 on a trouvé seulement deux fois des petites protubérances explosives en face des facules, qui se sont presentées dans les images K_3 et K_1, pourtant avec une moindre intensité dans les dernières, et témoignant être de la matière dans l'état où elle se trouve dans les facules.

Je crois que ces faits, mis en rapport avec ceux qu'on a trouvé pour les positions des facules et des protubérances, justifient les hypothèses suivantes:

Que dans les régions faculaires la condensation est supérieure à celle des régions environantes;

Que les masses intérieures malgré les mouvements qu'elles éprouvent, en général ne peuvent pas traverser les régions faculaires: pourtant leur action se manifeste par l'accidenté de la surface des facules arrivant à provoquer le deplacement de petites masses faculaires;

Que parfois l'action des masses intérieures est suffisamment intense pour qu'elles arrivent à traverser les facules, en produisant alors des taches, avec des tourbillons et des protubérances eruptives, et des influences de nature magnétique et électrique.

*

Si l'on admet les hypothèses que je propose pour l'explication des facules et des taches, il est opportun d'appeler, l'attention sur les conséquences probables de l'action du Soleil sur l'atmosphère de la terre.

L'influence des facules serait contraire à celle des taches et çà viendrait faciliter la compréhension des difficultés aux quelles ou s'est heurté en trouvant des désharmonies entre la fréquence des taches et l'importance des phénomènes magnétiques. Je vais m'occuper de relever le mieux possible les deux influences pour pouvoir déterminer la resultante.

Dans les tables où l'on trouve les amplitudes faculaires et le nombre des taches, j'ai déjà inscrit pour cette raison les variations de temperature et des declinaisons magnètiques.

C'est vrai que en general on ne trouve pas un rapport immédiat avec l'importance signalée des taches on des facules, mais les observations que je viens de faire, nous indiquent que çà ne doit pas nous surprendre, et qu'il faut une étude trés aprofondie.

*

En finissant ces considérations j'observerai que la condensation des régions faculaires se trouverait justifiée lorsqu'on admettrait l'existence plusieures fois preconisée, et que les éclipses totales font prévoir, d'un nucleum central de haute temperature, avec la forme elipsoïdale très aplatie du coté des pôles.

Alors il résulterait que, par unité de surface, les regions polaires et une reduite zone equatoriale recevraient une quantité plus grande de radiations normales émises par le nucléum central.

*

J'ajoute l'image monochromatique du 21 mais de 1928, à cause d'une protuberance très interessante qu'elle présente dans le secteur N L, ayant la base dans l'intérieur du disque solaire, et un spécimen de l'image synoptique acompagnée des images mochromatiques prises avec les raies K_3 et K_1 correspondantes, dont j'ai parlé et qu'on va publier journellement.

F. M. da Costa Lobo

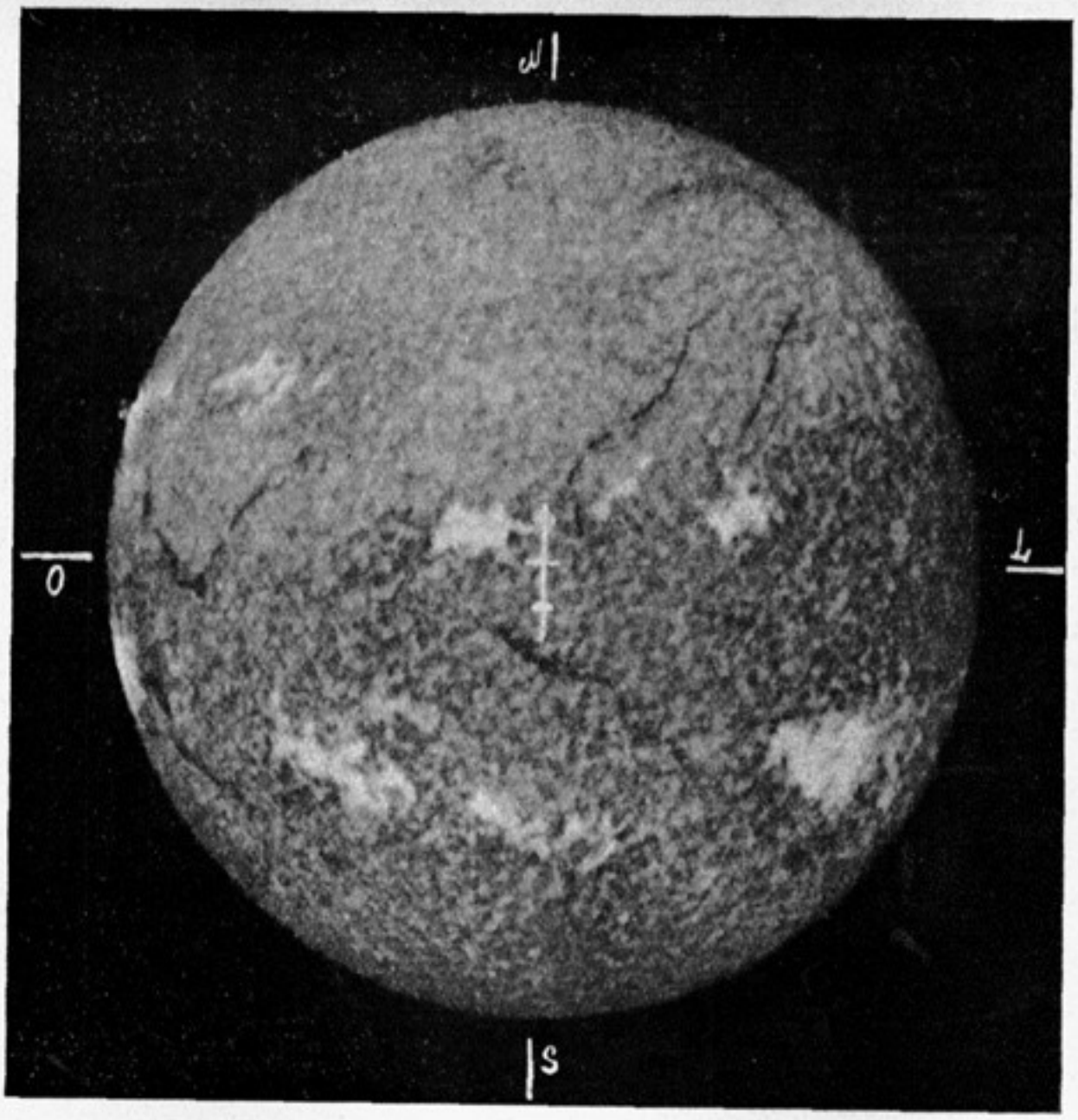


Fig. 1 — K_3, 5-VIII-1926, $8^h\ 42^m - 49^m$

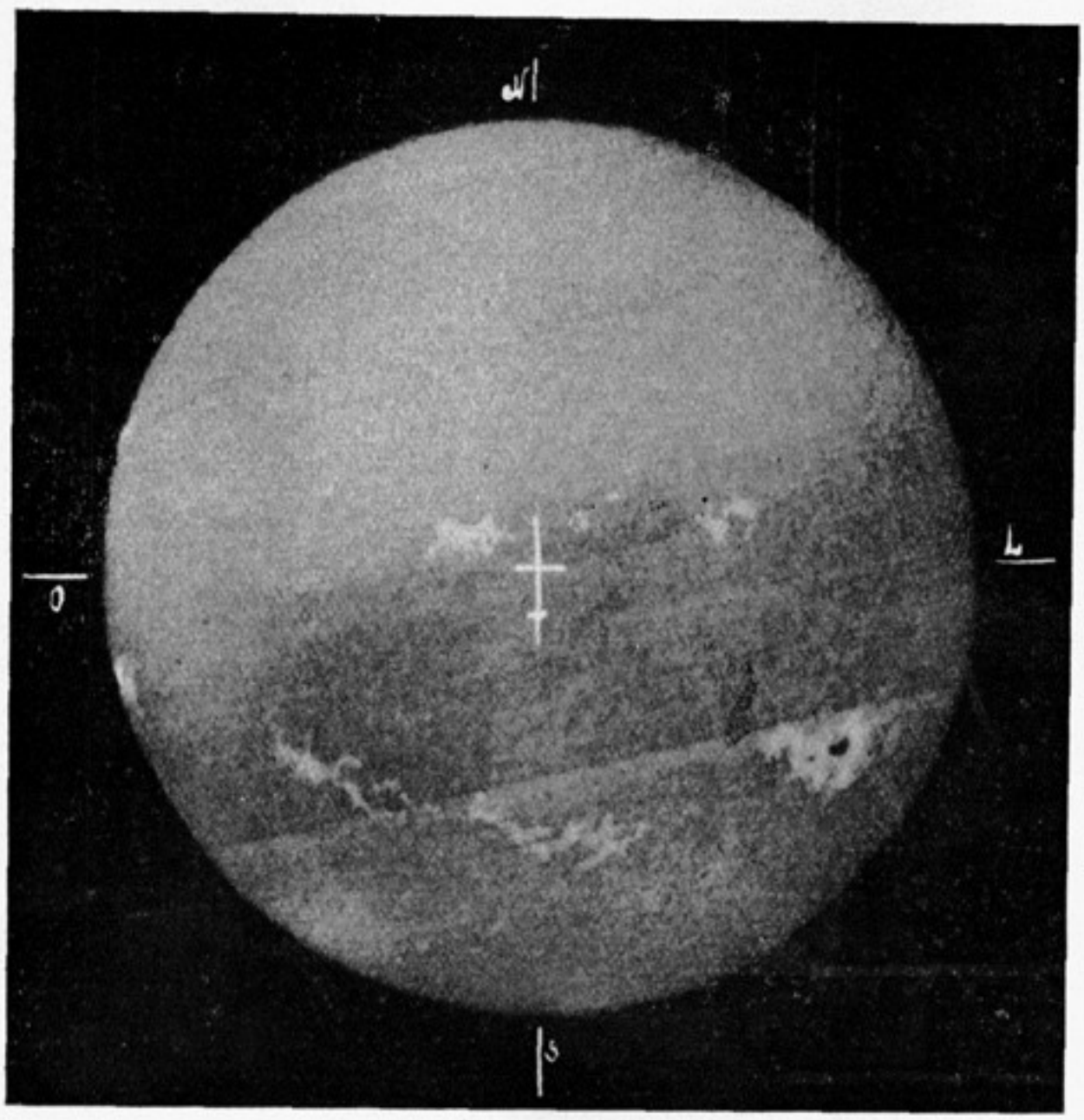
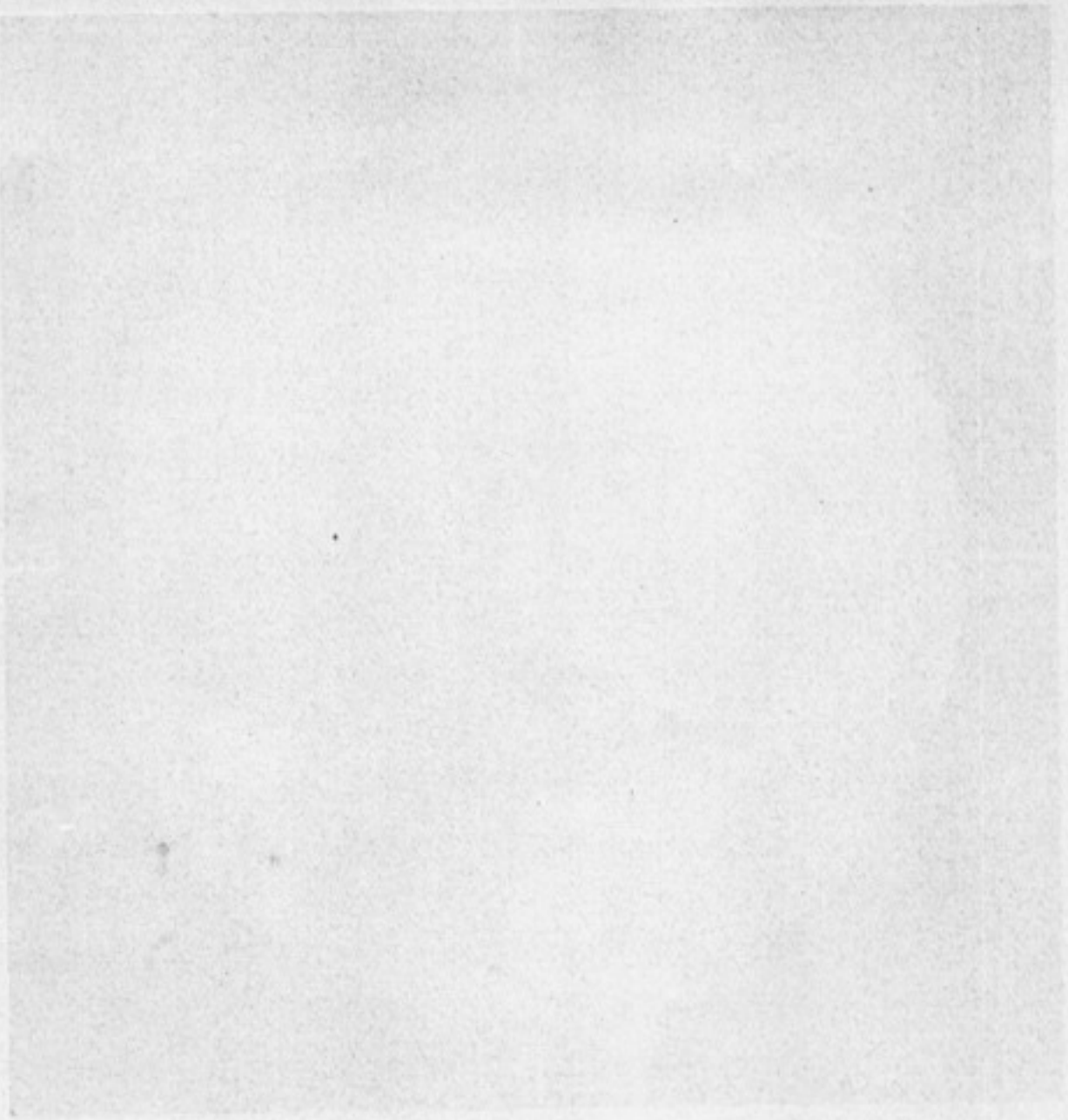
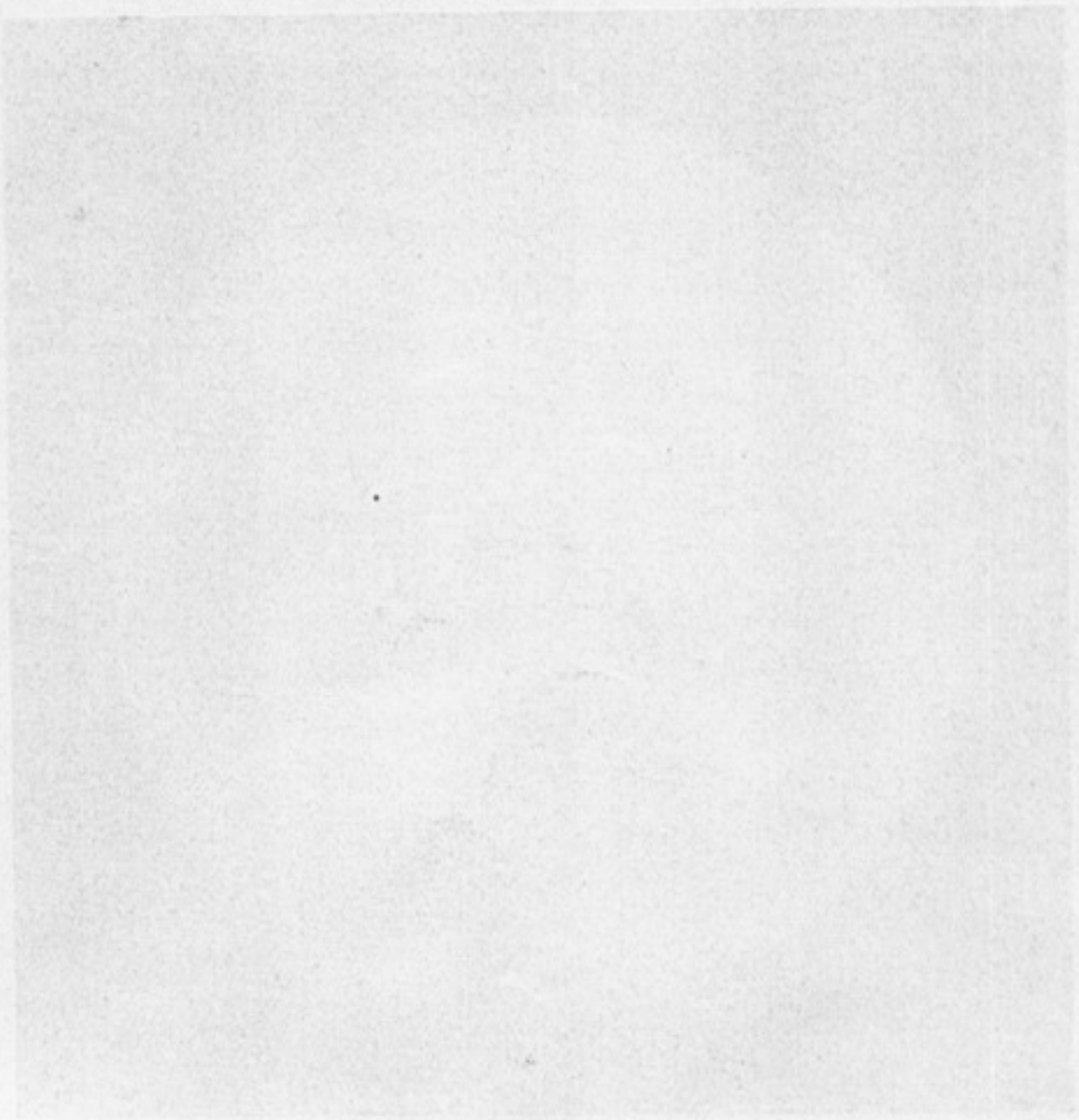


Fig. 2 — K_1, 5-VIII-1926, $8^h\ 52^m - 59^m$





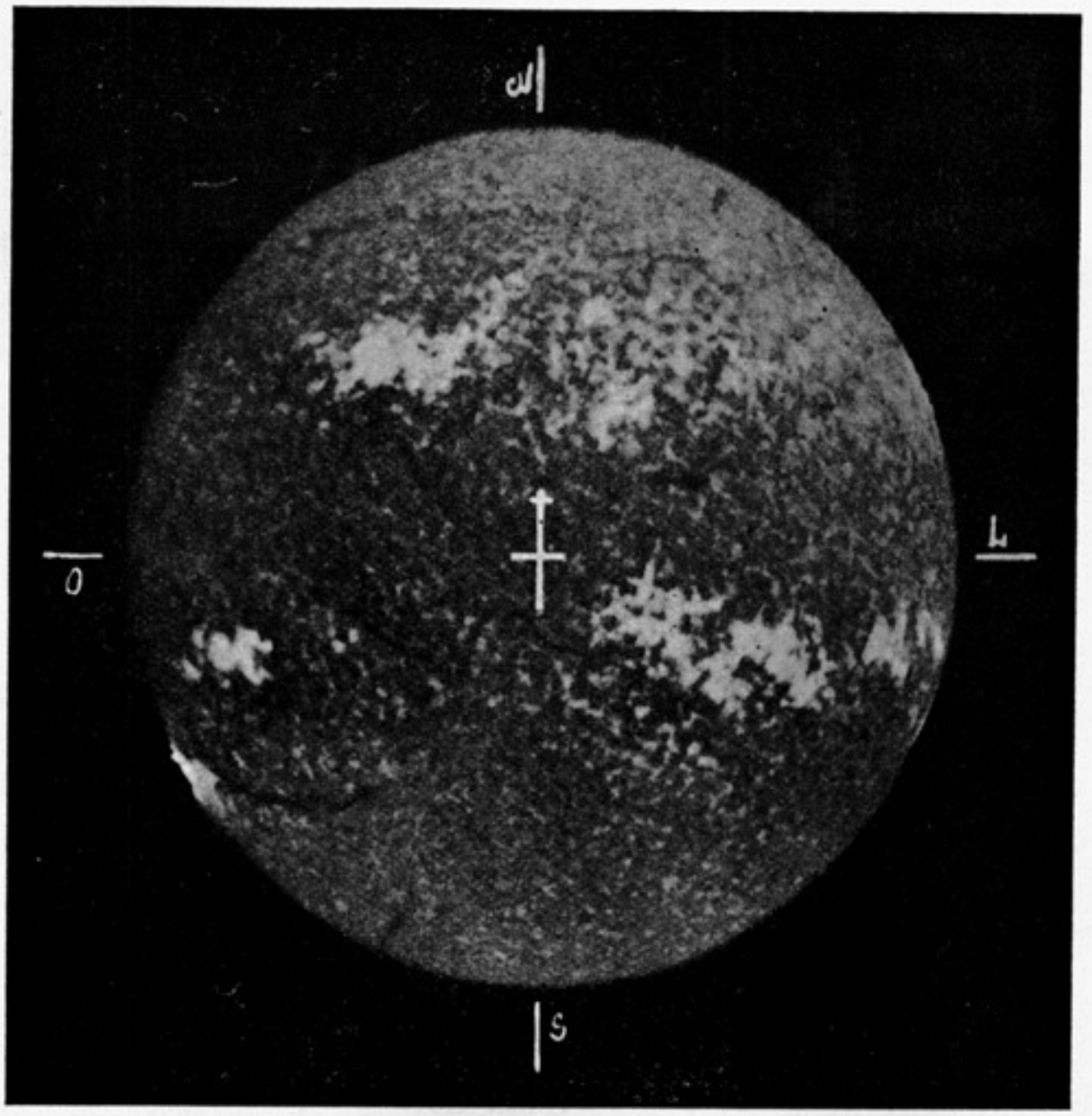


Fig. 3 — K_3, 11-III-1926, $16^h\ 0^m - 7^m$

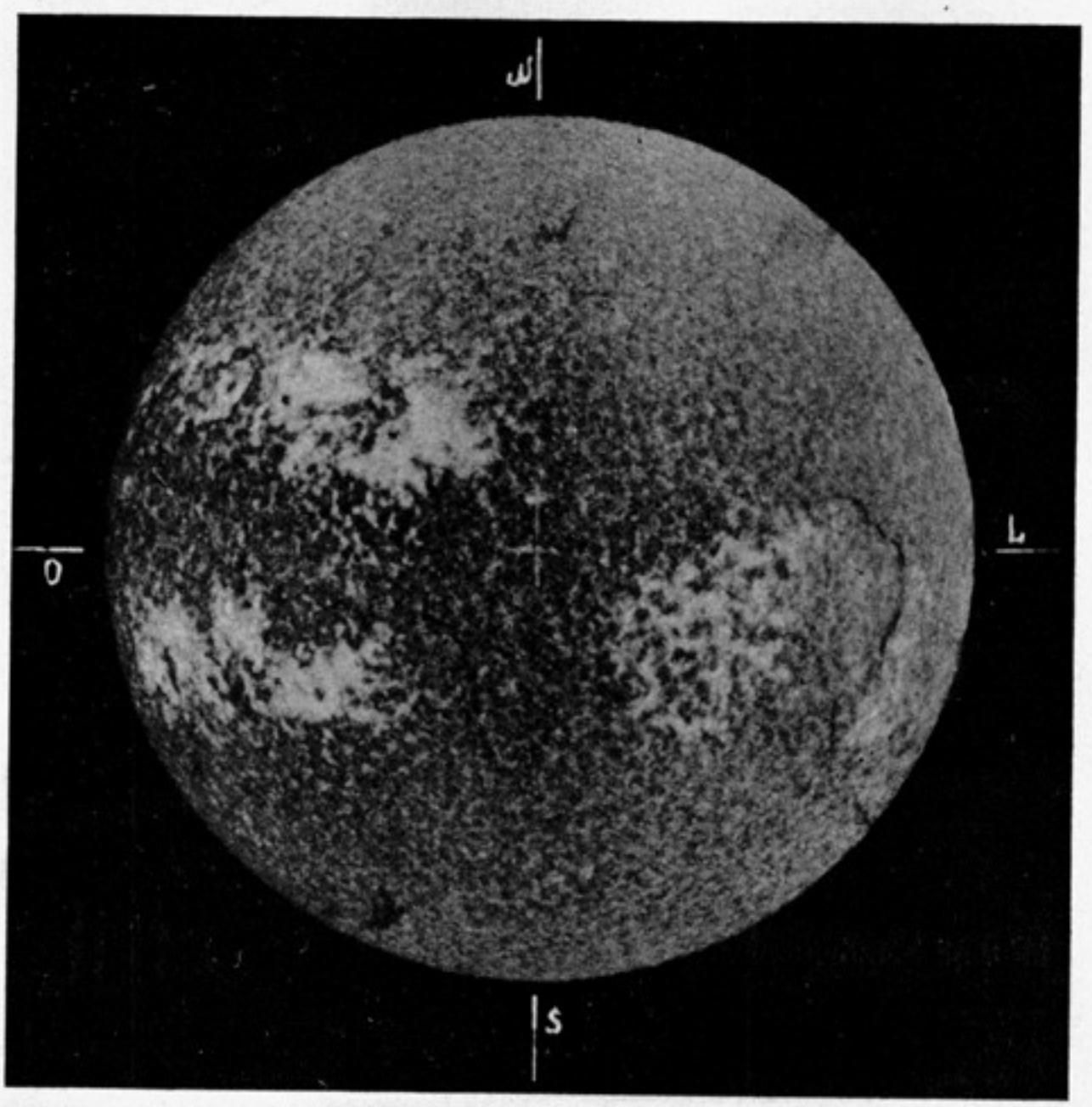
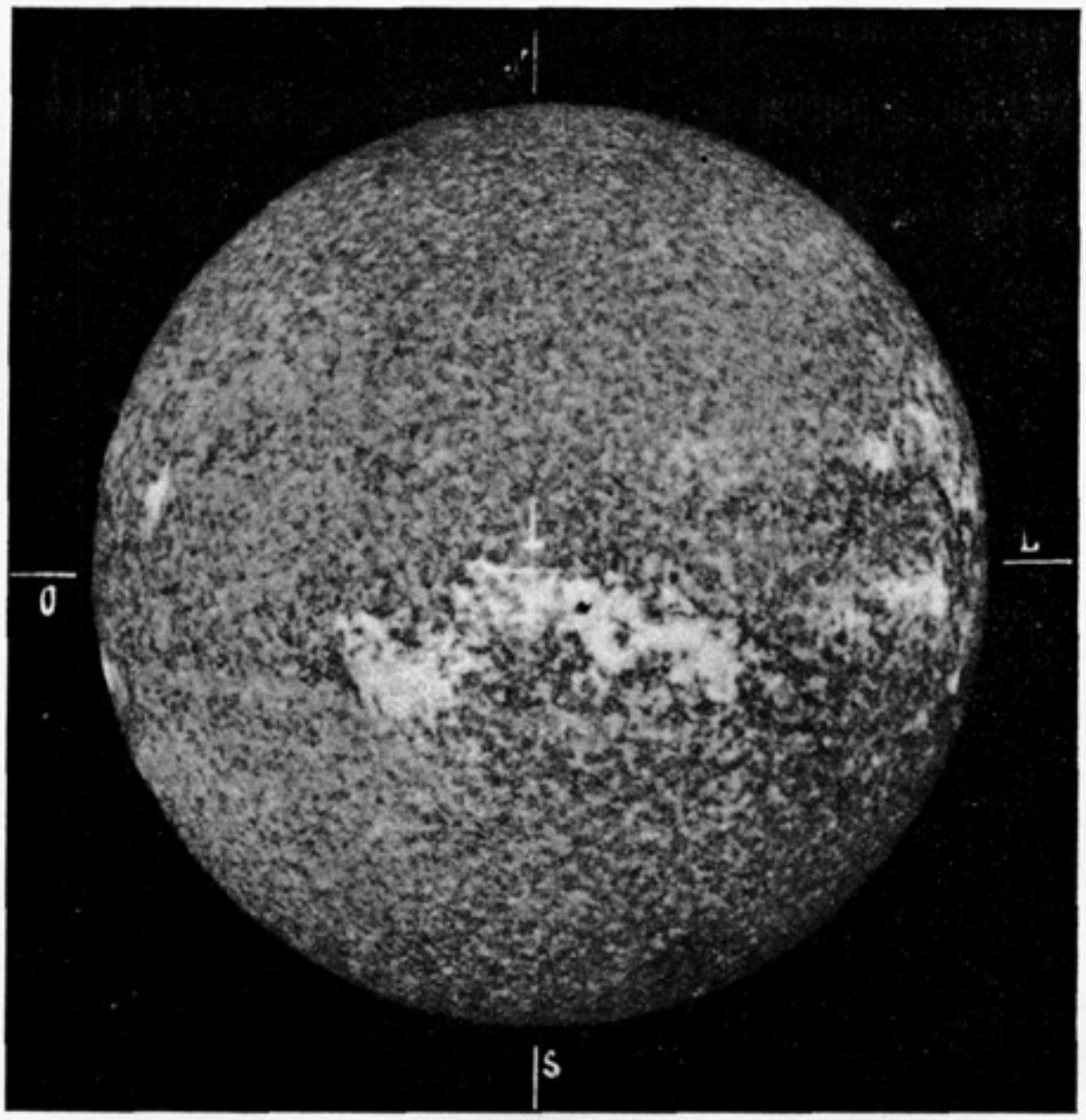
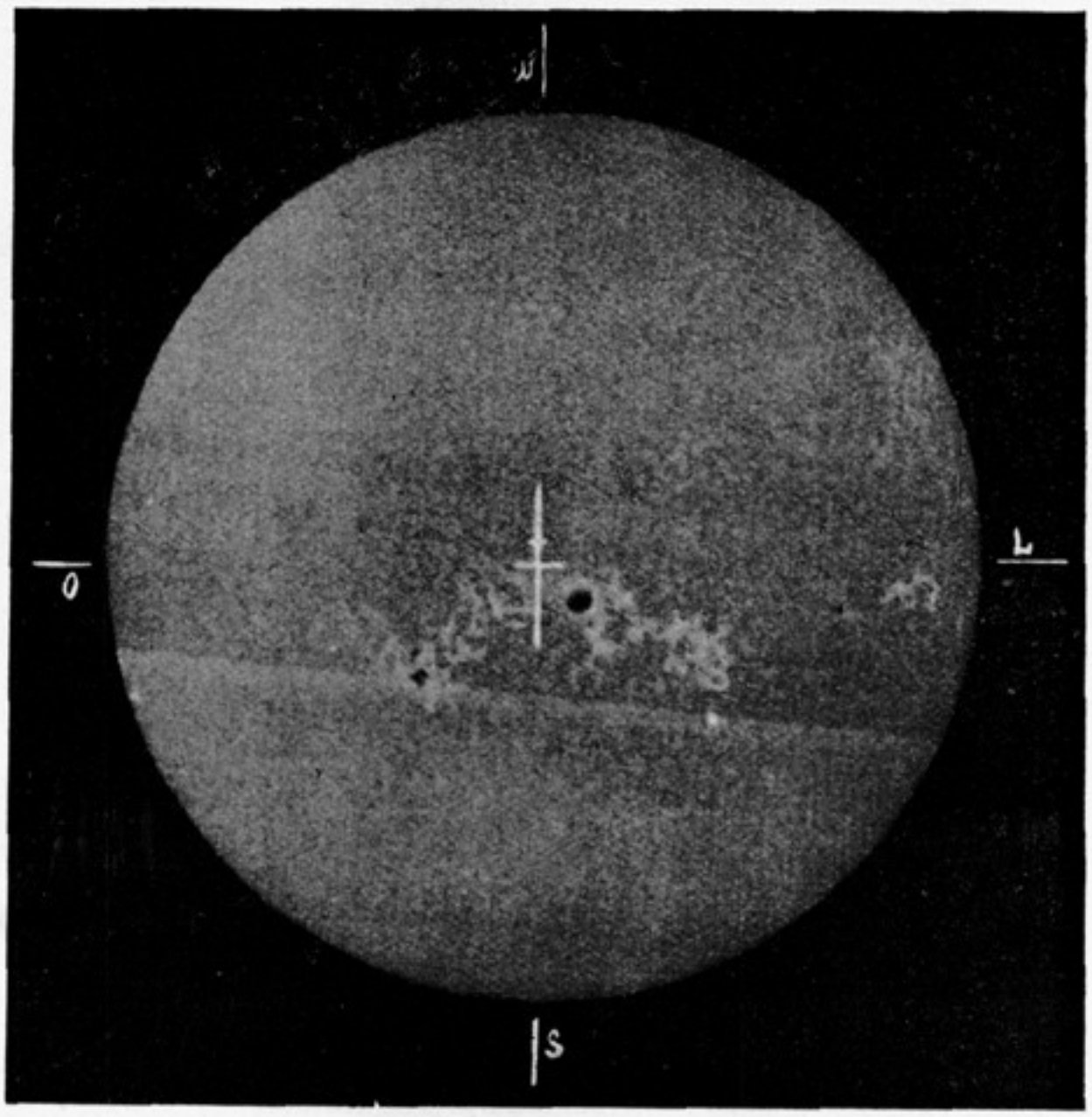


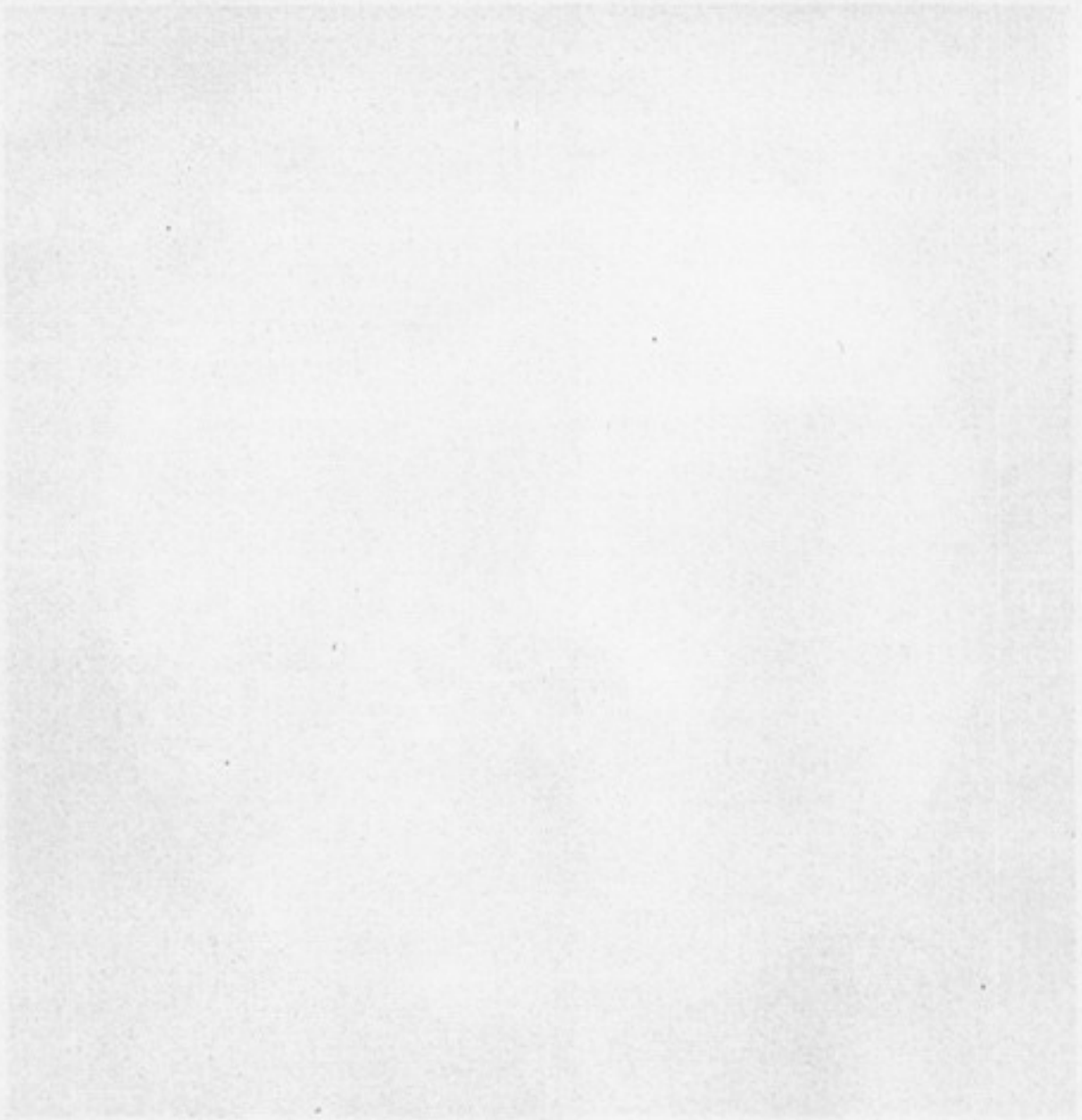
Fig. 4 — K_3, 21-III-1928, $10^h\ 7^m - 14^m$

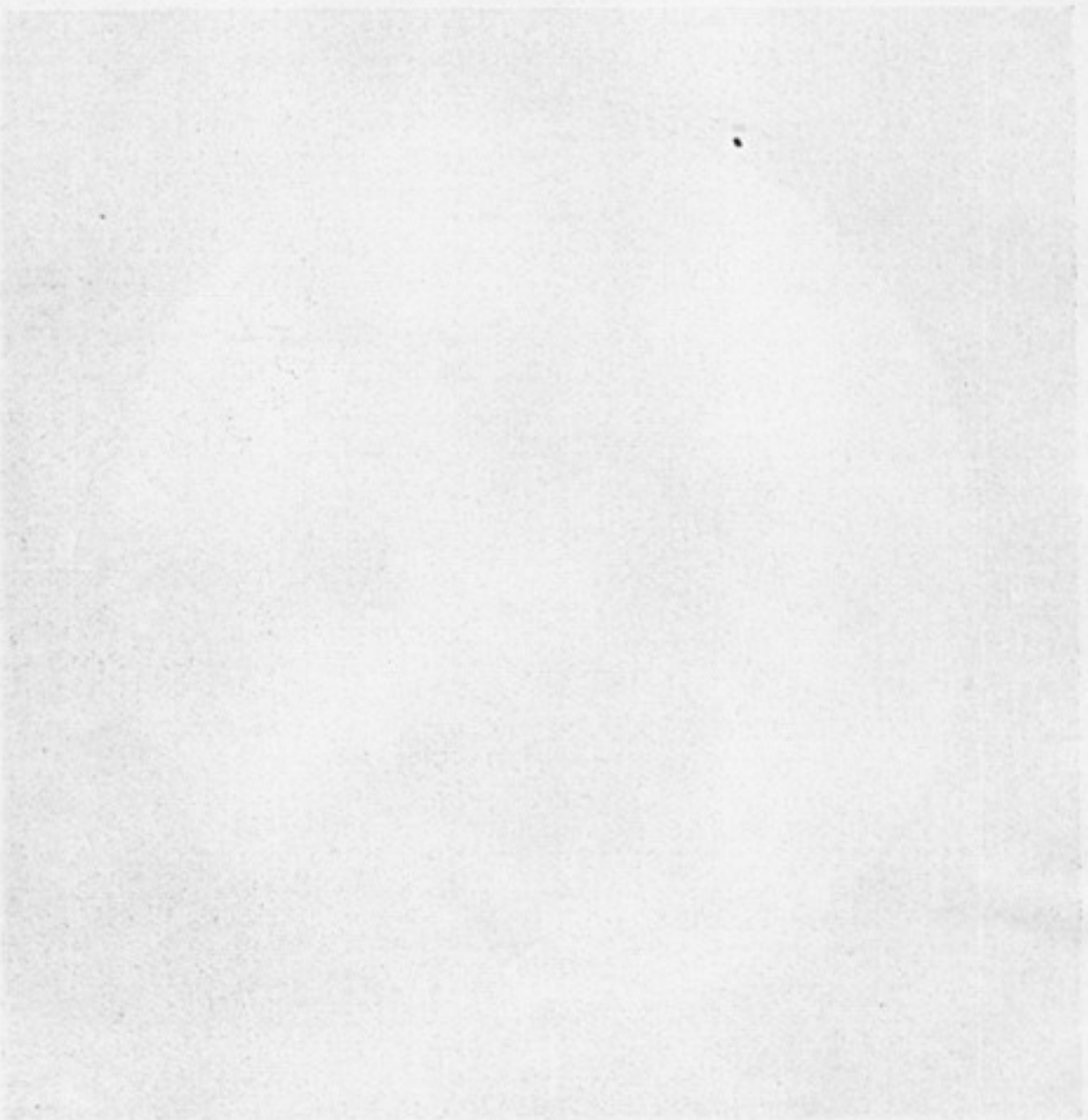


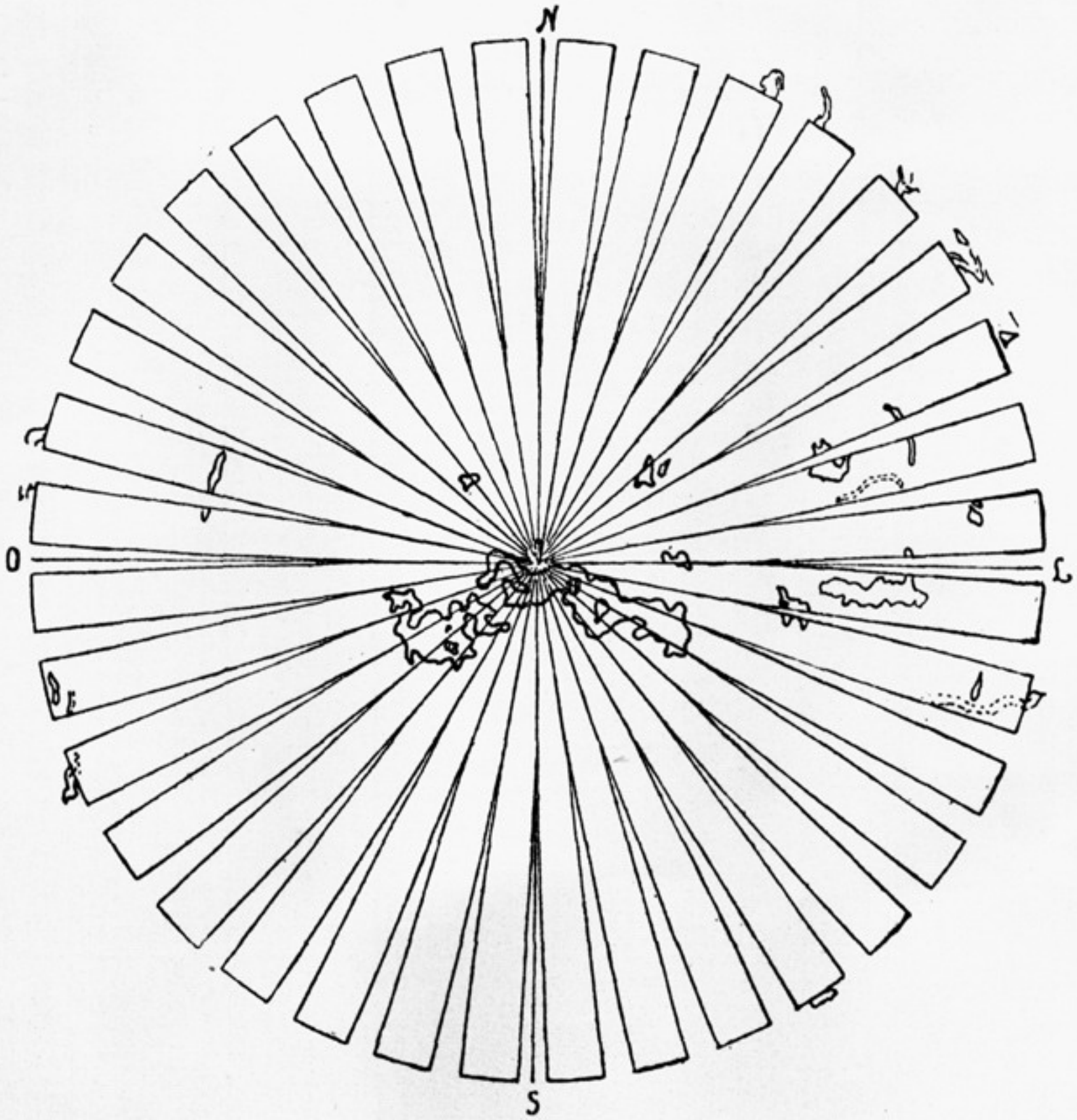
K_3, $10^h\ 7^m - 14^m$

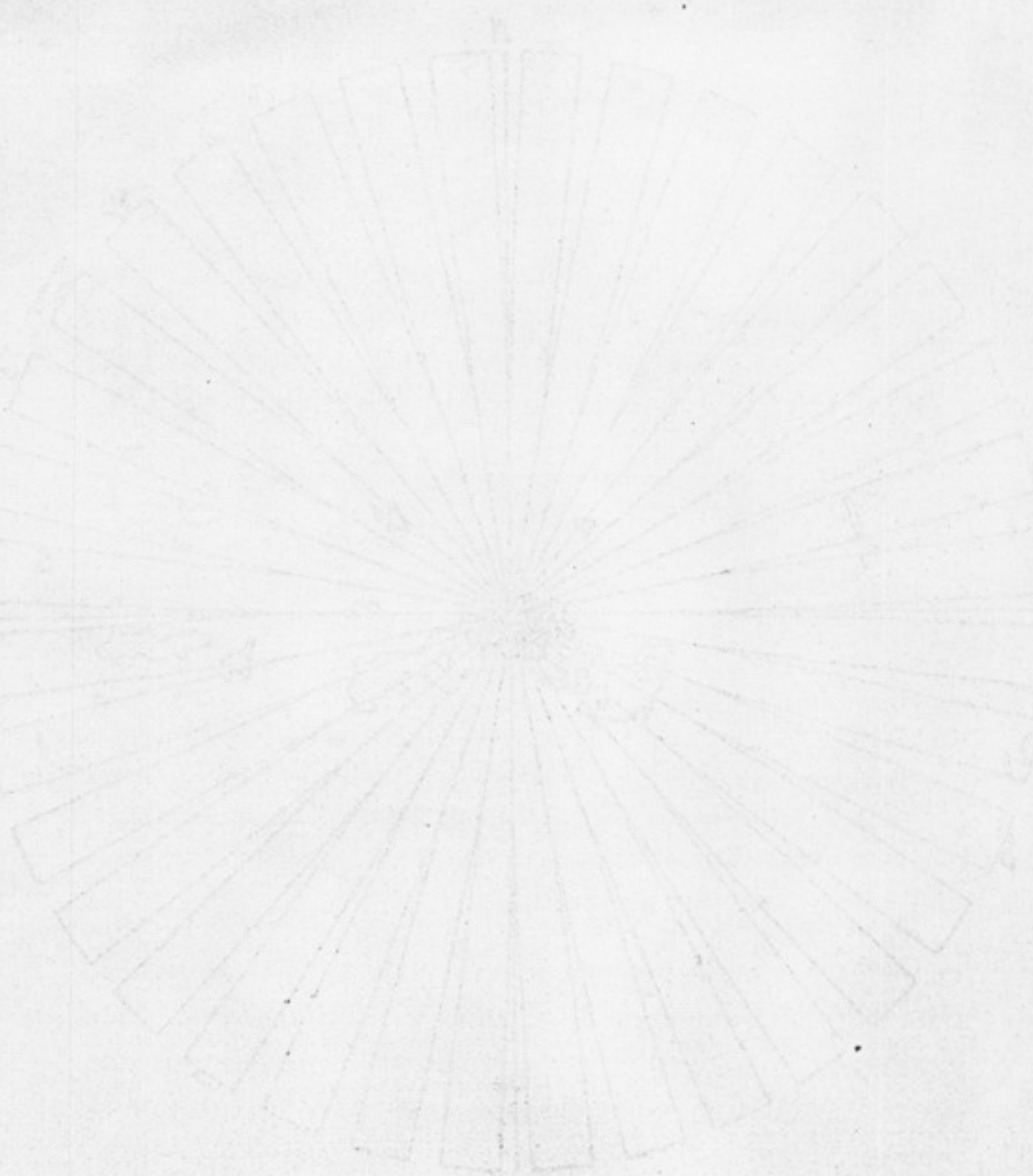


K_1, $10^h\ 17^m - 24^m$






N
O
S



DO TEATRO NA LITERATURA INDO-ÁRICA

(Cont. do n.º 2, pág. 200)

CAPÍTULO III

A evolução do drama

SUMÁRIO. — Axuaghosha (séc. I). — Bhaça (séc. IV). — Xúdraca (séc. V). — Calidaça (séc. V). — Harsha (séc. VII). — Bhavabhúti (séc. VIII). — Bhata Naráiana (séc. VIII). — Vixacadata (sec. IX). — Murári (séc. IX). — Rajaxêcara (séc. X). — O declínio do drama; Cxemíxuara, Damodara Mixra e Crixna Mixra.

A evolução do drama clássico abrange uns onze séculos, contados das peças búdicas de Axuaghosha, cuja composição data da primeira metade do século I e é localizada por Sten Konow em Maturá (1). Nesse período extenso, que teria sido de relativa paz e felicidade para os indo-árias, em que se desenvolveram as sciências e floresceram as artes, a literatura dramática conta os seus melhores cultores, refulgindo os nomes de Bhaça, Xúdraca, Calidaça, Harsha, Bhavabhúti, Bhata Naráiana, Vixacadata, Murári, Rajaxêcara e outros.

Axuaghosha, grande propagandista do budismo, veio a ser melhor conhecido depois da publicação do texto e tradução em alemão da sua obra *Vajrasūcī* (2), «O diamante-agulha», em que ataca o sistema das castas, que exaltava os brâmanes à custa dos xátrias e condenava o budismo com

---

(1) *Das indische Drama*, Berlim, 1920, pág. 49.

(2) *Die Vajrasúchi des Asvaghosha*, por Albrecht Weber, 1860.

o fundamento de que era impróprio que um xátria como Buda instruísse os brâmanes. Cresceu-lhe a fama de ponto com o descobrimento da sua epopeia palaciana *Buddhacarita* (1), «Biografia de Buda», e outras obras de carácter filosófico.

Foi o professor Lüders (2) quem nos revelou a existência de pelo menos três dramas búdicos, de Axuaghosha, mercê do descobrimento de fragmentos dum manuscrito em fôlha de palmeira, de grande antigüidade, em Turfan. Essas peças, as mais antigas da literatura sânscrita, mostram que o drama tinha já atingido uma forma definida e completa, sendo de admitir que anteriormente tivesse havido dramas compostos em sânscrito. A não dar-se êste caso, Axuaghosha, sectário e propagandista do budismo, teria singrado na corrente de reacção contra o bramanismo, compondo os seus dramas, de inspiração e finalidade caracteristicamente búdicas, exclusivamente nos dialectos populares.

A autoria duma das peças está certificada no colofon do último acto, onde se diz que o drama se intitula *Çāriputraprakaraṇa,* «O drama de Xariputra», de Axuaghosha. A anedota é na essência búdica, pois trata da conversão do jovem Maudgaliáiana e Xariputra por Buda. Xariputra discute o direito, que se arroga Buda, a ensinar e catequizar, com seu amigo o bôbo, o qual lhe obtempera que um brâmane, como seu amo, não deve aceitar os ensinamentos dum xátria; Xariputra repele a objecção, aduzindo ao amigo o facto da medicina curar os doentes, pôsto-que ela seja ministrada por criatura de casta inferior. Maudgaliáiana saúda Xariputra e inquire dêle a causa do seu aspecto risonho, inteirando-se das suas razões. Dirigem-se ambos a Buda, que os acolhe com afabilidade e lhes vaticina que, de entre os

---

(1) Ed. com notas, por E. B. Cowell, na *Anecdota Oxoniensia* (III). *Aryan Series,* vol. VII, Oxford, 1893.

(2) *Bruchstücke buddhistischer Dramen,* 1911.

seus discípulos, êles serão os mais profundos em saber e poder mágico. Termina a peça por um diálogo filosófico entre Xariputra e Buda, que inclui uma polémica contra a crença na existência da alma e um louvor de Buda aos dois novos discípulos, finalizando por uma benção formal.

A peça é uma comédia burguesa *(prakaraṇa),* como se indica no próprio título, tem nove actos, e o protagonista é brâmane, de tipo nobre e calmo. Buda e seus discípulos falam sânscrito, servindo-se da prosa e do verso; o bôbo, porém, usa o prácrito. Tôdas estas características revelam à saciedade a obediência do autor às normas do *Nāṭyaçāstra,* que se manteve posteriormente como o tratado-padrão da arte dramática.

O manuscrito contém fragmentos de mais dois dramas. Não se anota nêles o nome do autor, mas o facto de figurarem no mesmo manuscrito e de se assemelharem ao «Drama de Xariputra» confere mais probabilidades da sua autoria a Axuaghosha do que a qualquer outro dramaturgo, até hoje ignorado.

Os fragmentos dum dos dramas dão idea de que êle seria de natureza teològico-filosófica, tal como dez séculos mais tarde o *Prabodhacandrodaya,* «O raiar da lua do conhecimento», de Crixna Mixra. Personalizam-se nêle as noções abstractas da Sabedoria *(buddhi),* Fama *(krīti)* e Firmeza *(dhṛti)*, que assomam no tablado em animado colóquio com o próprio Buda.

Nos fragmentos do segundo drama entram como personagens, entre outros, a cortezã Magadhavati, o bôbo Comudhagandha, o protagonista, que se chama simplesmente Náiaca, o príncipe Dhanamjaia, uma serva, Xariputra e Maudgaliáiana. Teria naturalmente carácter religioso e sectarista como os anteriores.

*

Os dramas de Bhaça, em número de treze, começaram a ser editados por T. Ganapati Xastrin, em 1912, na *Trivandrum Sanskrit Series*. Nenhum dêles inscreve no texto o nome do autor e, por isso, a sua autenticidade tem provocado basta discussão. Anteriormente a essa publicação, Bhaça só era conhecido na história da literatura sânscrita pela menção que do seu nome fizeram vários autores.

Assim, Calidaça, no prólogo do seu primeiro trabalho para o teatro, «Malavicá e Agnimitra», apouca os seus méritos dramáticos em face dos seus grandes predecessores na arte, Bhaça, Saumila e os Caviputras. Bana afirma na introdução do seu poema *Harṣacarita*, «Biografia de Harsha», que Bhaça logrou fama pelos seus dramas. Rajaxêcara considera-o um poeta clássico. Dos rètóricos, Vamana e Abhinavagupta citam duas das suas peças: *Cārudatta*, «Charudata», e *Svapnavāsavadattā*, «Vassavadata em sonhos», esta como sendo o melhor dos dramas de Bhaça. Se destas referências se pode inferir a veridicidade da existência de Bhaça e da autoria das duas peças, com mais razão se lhe devem atribuir as restantes onze, que apresentam com aquelas notáveis coincidências na técnica, nos prácritos, na métrica dos versos e no estilo.

A data da composição não está determinada com precisão, mas são contestes as críticas em considerar Bhaça muito posterior a Axuaghosha e antecedendo talvez em meio século a Calidaça.

As fontes de oito dramas são com tôda a evidência as duas grandes epopeias nacionais, de cuja recitação Bhaça teria sido muitas vezes testemunha. Três foram inspirados na literatura novelesca e dois são de origem desconhecida. Das treze peças, cinco são do tipo militar, em um acto; uma

é um drama sobrenatural, quatro comédias heróicas e três comédias burguesas.

Comecemos pelas peças militares:

No *Madhyamavyāyoga,* «O drama de Mádhiama», dramatizam-se os amores de Hidimbá e Bhima, o segundo dos cinco irmãos Pândavas, quando do seu exílio na floresta de Cámiaca, o que constitui o objecto do 3.º livro (*vana-parvan,* «livro da floresta») do *Mahābhārata.* Habitava nela um poderoso génio do mal, que se nutria de carne humana e que, ao saber da estada na floresta dos cinco irmãos, encarregou sua irmã Hidimbá de os atrair para seu repasto; mas esta deixou-se seduzir por Bhima, nascendo dêste conúbio Ghatotcacha, que por sua mãe ficou pertencendo à raça dos demónios. A peça abre pela estrofe precatória, declamada pelo director, e ao cabo dela ouve-se o grito dum brâmane que com sua mulher e três filhos está sendo perseguido por Ghatotcacha, incumbido pela mãe de lhe levar uma vítima humana. O demónio propõe poupar tôda a família em troca do sacrifício dum dos membros, para o que se oferece o filho do meio *(Madhyama);* êste suplica pequena demora a fim de cumprir um rito purificatório, mas o demónio impaciente e irado chama por Mádhiama em voz alta. Decidido a ir em vez do filho do brâmane responde-lhe Bhima, que é também irmão do meio *(madhyama)* entre os três Pândavas, filhos de Pându e Cunti. Ghatotcacha desconhecendo seu pai intima-o a segui-lo, mas não conseguindo levá-lo à fôrça, aceita a sua ida voluntária. Hidimbá acolhe o marido com transportes de júbilo, censura o filho e procura explicar o seu pedido com o fito de alcançar uma visita de Bhima. Êste aconselha que vão todos acompanhar o brâmane e sua família ao seu destino, terminando o drama com uma oração a Vixnu.

O mesmo demónio, Ghatotcacha é o protagonista de *Dūtaghaṭotkaca,* «Ghatotcacha, o mensageiro». Rejubilam os Cúrus ao ter a notícia da derrota de Abhimánio, filho de

Arjuna, o terceiro dos Pândavas, às mãos de Jaiadratha, mas Dhritaraxtra, o pai dos cem Cúrus, impõe-lhes moderação em face dos perigos iminentes anunciados por Ghatotcacha, que surge a vaticinar-lhes a sua punição.

Karṇabhāra, «A armadura de Carna», é haurido também no *Mahābhārata*, 8.º livro (*Karṇa parvan*, «livro de Carna»). Carna, rei de Anga, apresta-se a combater com Arjuna e conta a Xália, rei de Madra, de como obteve por meio dum lôgro a armadura do grande Paraxurama, que, por desforra, lhe pressagiara o seu nenhum valor na hora do perigo. O presságio verifica-se, pois Indra, disfarçado num brâmane, consegue despojar Carna das suas armas.

Em *Ūrubhañga*, «A fractura da coxa», reproduz-se o episódio do 9.º livro (*Çalya-parvan*, «livro de Xália») do *Mahābhārata:* o combate singular de Bhima e Duriodhana, o mais velho dos Cúrus. Bhima tinha jurado vingar a acção daquele, que tinha calcado sob a sua coxa Dráupadi, a mulher dos Pândavas. E o juramento efectiva-se com a morte de Duriodhana, depois de Bhima com a sua clava lhe ter partido a coxa. São patéticos os últimos momentos de Duriodhana; rodeiam-no seus pais e as mulheres, a quem êle procura consolar; seu irmão Axuathaman jura vingança, a despeito dos conselhos de paz que o moribundo lhe dá; adejam perante êle as *apsarás* e as visões dos irmãos caídos no campo de batalha e assim sucumbe.

Dūtavākya, «O discurso do mensageiro», tem por herói principal Crixna, primo e aliado dos Pândavas, amigo e cocheiro de Arjuna. Feitos os preparativos para a grande batalha entre os Cúrus e os Pândavas, êstes enviam Crixna como medianeiro aos adversários, a fim de evitar os horrores da guerra. Crixna, nimbado da auréola de misticismo, pleno de majestade divina, provoca funda impressão nos Cúrus e o próprio Duriodhana cai ofuscado do seu assento. O mensageiro exige metade do reino para os Pândavas, Du-

riodhana recusa e tenta manietá-lo; Crixna, encolerizado, apela para as suas armas mágicas, mas, volvido à calma, recebe as homenagens do velho Dhritaraxtra.

Pancaratra, «As cinco noites», é uma peça inspirada no *Mahābhārata,* classificada de drama sobrenatural pelas suas características: tem três actos e muitos protagonistas, que mais ou menos logram os seus fins. Reflecte o período em que se fazem esforços para evitar o embate entre os Cúrus e os Pândavas, que acabou por extinguir aqueles e arruïnar êstes. Drona, preceptor militar de Duriodhana, empreende em favor dêste um sacrifício propiciatório e pede-lhe em troca que se conceda aos Pândavas metade do reino, a que tinham todo o direito. Duriodhana promete sob a condição de se ter notícias dos adversários dentro de cinco dias. Entre os assistentes ao sacrificio falta, porém, o rei de Virata, que pranteia a morte de cem Quichacas. (Na epopeia figura apenas um Quichaca, irmão da raínha, morto por Bhima por pretender seduzir Dráupadi). Bhixma, tio de Duriodhana e o primeiro generalíssimo do exército dos Cúrus, tem conhecimento dessa morte, suspeita nela a intervenção de Bhima e delibera saquear os estábulos de Virata com o fim de elucidar o caso. A expedição falha o seu objectivo, mas o enigma desvenda-se; os Pândavas estavam disfarçados ao serviço de Virata, no 13.º ano do seu exílio, findo o qual se deram a conhecer, vindo a casar Abhimánio, filho de Arjuna com Utara, filha do rei. No acto III o cocheiro dos Cúrus leva a notícia de que Arjuna e Bhima tomaram parte na luta e, não obstante o mau êxito dela, Duriodhana mantém a sua fé no triunfo final.

Balacarita, «As façanhas de Crixna menino», é uma comédia heróica, em cinco actos, que traça em animado quadro as façanhas de Crixna. É desconhecida a sua fonte, não se podendo admitir que fôsse inspirada no *Harivaṅça* e nas epopeias *Viṣṇu Purāṇa* e *Bhāgavata Purāṇa,* não só porque

é de supor que estas sejam posteriores ao drama, como por as lendas de Crixna terem naquelas epopeias um curso diferente. Como quere que seja, é uma peça de maior relêvo do que as anteriores. Depois da invocação do favor de deus, que é Naráiana, Vixnu, Rama e Crixna nas quatro idades do mundo, o director anuncia ao auditório a entrada do sábio Nárada e retira-se. Nárada explica que veiu dos céus para contemplar Crixna-menino, nascido na família dos Vrixnis, filho de Devaqui e Vassudeva, que, em verdade, é a encarnação de Naráiana, para destruir o tirano Cãossa. Êle vê o infante, rende-lhe as suas homenagens e despede-se. Pisam a scena Devaqui e Vassudeva, que rejubilam com o nascimento dum filho, mas ao mesmo tempo estão possuídos de terror, porque Cãossa já lhes matou seis filhos e certamente não poupará o sétimo. Vassudeva pega no recém-nascido e, decidido a fugir do tirano, deixa a cidade natal, Maturá; as trevas são espêssas, mas uma luz maravilhosa emanando do menino guia os fugitivos, e as águas do Iamuná, afastando-se do seu leito, permitem-lhes a travessia do rio a pé enxuto. Depois de Crixna obrar mais alguns milagres, entre os quais o de restituir à vida uma criança morta, regressam os três a Maturá pelo mesmo caminho. Segue-se um entreacto no palácio de Cãossa. A praga que lhe rogou o profeta Madhuca realiza-se com a entrada violenta no paço dum *chândala,* homem da mais baixa condição, com um colar de caveiras ao pescoço e seguido das *chandalis*, o qual se apodera do rei. O acto II apresenta Cãossa inquieto e conturbado com os agouros da noite, que pressagiam o nascimento dum deus, na opinião do astrólogo e dos prelados domésticos. Cãossa chama à sua presença Vassudeva, sabe do nascimento duma filha, recusa poupar a criança, que arremessa sôbre um rochedo; mas só uma parte do seu corpo inanimado cai em terra, o resto sobe ao céu. Aparece então ao rei a medonha figura da deusa Cartiáiani com seus

dignitários, que anunciam o propósito de matar Cãossa. Entrementes, disfarçados em pastores, irão prestar homenagem ao deus recém-nascido. Antes do acto III um velho conta num interlúdio as façanhas de Crixna na destruïção de muitos demónios. Depois Crixna, que também se chama Damodara, segue a combater o demónio Arixta, que tomou a forma de um boi. Terminada a luta com vitória para Crixna, chega a notícia de que a serpente Cália infesta as margens do Iamuná, ameaçando os gados e os brâmanes. As pastoras procuram impedir Crixna de nova luta, mas êle insiste e mergulha no rio para prender a serpente. Uma vez cá fora, ela informa-o de que se refugiara nas águas para escapar de Garuda, ave mítica, que mata as serpentes por prazer e promete poupar as vacas e os brâmanes, sendo recompensada com um sinal, que a fará respeitada de Garuda. Entra um arauto convocando Damodara e seu irmão Balarama ao festival da juventude em Maturá. No entanto Cãossa planeia o massacre dos jovens. Anuncia-se a chegada de Damodara e enumeram-se os seus grandes feitos. O rei manda dar começo ao torneio, em que Crixna fàcilmente vence os campeões Muxtica e Chanura, arremetendo de seguida contra Cãossa, a quem deixa morto. Os soldados querem vingá-lo, mas Vassudeva adverte-os da identidade de Crixna com o deus Vixnu e nomeia rei Ugrassena, libertando-o da prisão em que seu filho o encerrara. Nárada com as *apsarás* e os *gandharvas* passa em scena, glorificando Crixna, terminando a peça por uma oração.

Pratimānāṭaka, «O drama da estátua», comédia heróica em sete actos, vai buscar o seu tema ao *Rāmāyaṇa.* Daxaratha, rei de Aiodhiá (Oude), morre depois de ter visto partir para o exílio de 14 anos seu filho primogénito Rama com sua fiel mulher Sitá e leal irmão Lacxmana; a sua estátua *(pratimá)* vai enfileirar junto das dos predecessores na respectiva galeria. Bhárata, filho da segunda mulher de Daxa-

ratha, Caiqueí, que com os seus ardís fizera deportar Rama, é chamado a assumir a realeza, que declina, partindo com um exército para a floresta, à cata de Rama. Após o encontro, Rama recusa regressar, emquanto não termine o prazo da sentença paterna, acordando-se em que Bhárata torne à capital e exerça a vice-realeza, para o que traze consigo, como sinal da supremacia do irmão, um par de seus sapatos, que calça em tôdas as cerimónias oficiais. Na ausência de Rama, que fôra caçar um antílope dourado para propiciar a alma de seu defunto pai, o demónio Rávana rapta-lhe Sitá, matando Jataiu, que se esforçava por defendê-la. Rama dirige-se a Sugriva, rei dos macacos, e depois de o ajudar a recuperar Quishquindha, capital do reino, que estava em poder do usurpador Valin, seu irmão, firma com êle uma sólida aliança. No entanto, Bhárata vem a saber que o ardil de sua mãe, Caiqueí, fôra provocado pela maldição de um asceta, a quem Daxaratha matara um filho, e que o exílio que ela queria aconselhar ao marido era de 14 dias e não de 14 anos, como por lapso proferira. Êle manda um exército em socorro de Rama, que derrota o demónio e recobra Sitá. Encaminham-se os dois para Janasthana, na floresta do destêrro, e daí em um carro divino a Aiodhiá, onde Rama reassume as rédeas do reino.

Como o anterior o *Abhiṣekanāṭaka,* «Drama da consagração (de Rama)», é haurido na mesma fonte e tem as mesmas características. Nos seus seis actos passa a morte de Valin às mãos de Rama e dá-se o êxito de Hanuman, filho do Vento, ministro e general de Sugriva, ao chegar à ilha de Lancá (Ceilão), onde se defronta com Rávana e consola a raptada. Vibhishana, irmão, mas inimigo de Rávana, aconselha a compressão do oceano para dar passagem ao exército. Rávana vê baldados os seus esforços para seduzir Sitá, a quem mostra as cabeças simuladas de Rama e Lacxmana, mas a fiel esposa repele-o sempre. Por fim chega a

vitória dos expedicionários e a peça termina com a consagração de Rama.

Até aqui as peças inspiradas nas lendas e tradições épicas. A literatura novelesca ministrou a Bhaça os temas de três dramas.

Avimāraka, «Avimáraca», assim denominado do nome do protagonista, é um drama em seis actos, em que a jovem Curangui, filha do rei Cuntibhoja é salva das arremetidas dum elefante por um jovem desconhecido, que com seu pai, o rei de Sauvira, é forçado a viver como membro de uma casta inferior durante um ano, em conseqüência duma maldição. Em vista disso não pode aspirar à mão da princesa, mas o amor triunfa, e as servas de Curangui proporcionam-lhe uma entrevista com o seu salvador, que comparece disfarçado de gatuno; divulga-se, porém, êste facto e Avimáraca vê-se obrigado a fugir. Desesperado de se unir à bem-amada, êle procura a morte, mas o nume tutelar do fogo (Agni) repele-o; pretende atirar-se duma rocha, mas um sábio (*vidyādhara*, «possuïdor do conhecimento») dissuade-o, outorgando-lhe um anel, que lhe confere o dom de entrar invisível no palácio e salvar Curangui. A acção caminha para um desenlace feliz: o casamento dos dois amantes com a intervenção de Nárada, que revela a verdadeira história de Avimáraca; de feito, êle não é o filho do rei de Sauvira, mas do deus Agni e de Sudarxana, mulher do rei de Caxi, a qual o deu a criar a sua irmã Suchetana, mulher do rei de Sauvira.

A *Bṛhatkathā*, «Grande história», de Gunadhia, forneceu o assunto de *Pratijñāyaugandharāyana,* «A promessa de Iaugandharáiana», em 4 actos, classificado no prólogo de comédia burguesa. O protagonista é Iaugandharáiana, ministro de Udaiana, rei de Vatsa, mais conhecido pelo rei Vatsa. Tomando parte numa caçada aos elefantes, armado da lira para encantar a presa, o rei é feito prisioneiro por

um estratagema de seu inimigo Pradiota Mahassena, rei de Ujaini. O ministro delibera libertar seu amo. Em Ujaini, Mahassena discute com sua mulher o casamento da filha Vassavadata, quando chega a notícia da prisão de Vatsa. Êles resolvem que a filha receba lições de música do monarca preso e, naturalmente, os dois se enamoram um do outro. O ministro de Vatsa chega a Ujaini, em disfarce, com alguns amigos e, mercê das suas maquinações, o rei logra fugir com a princesa, mas o ministro, após uma renhida luta, é capturado.

Svapnavāsavadattā (1), «Vassavadata em sonhos», em seis actos, forma em substância a continuação de «A promessa de Iaugandharáiana». O ministro anseia por ampliar o poderio de Udaiana, fazendo-o casar com Padmavati, filha do rei de Magadha, mas êle recusa desamparar a sua bem-amada. Iaugandharáina induz Vassavadata a ajudá-lo no seu plano e, aproveitando uma separação temporária do rei e da raínha, espalha o boato de que Vassavadata pereceu num incêndio e no entanto vai confiá-la aos cuidados de Padmavati a quem informa que é sua irmã. Padmavati está desejosa de aceitar o amor do rei, mas, sabendo que êle não cessa de acarinhar a memória de Vassavadata, fica doente. O rei vem visitá-la e não a encontrando, descança e adormece. Vassavadata vem sentar-se à beira do vulto dormente, julgando-o sua ama, a princesa Padmavati, mas, quando êle começa a falar, ainda sonolento, ela ergue-se e sai, não sem que o rei a enxergue de relance, em sonho, como êle pensa. De regresso ao palácio, acolhe um embaixador de Mahassena, que traze de presente uma tela das núpcias de Vassavadata, na qual Padmavati reconhece as feições da irmã de Iaugandharáina. Êste chega a propósito para explicar, com

(1) Trad. em francês por A. Baston, Paris, 1914; e em inglês por V. S. Sukthankar, Londres, 1923.

satisfação de todos, o plano que traçára por amor de seu rei.

Do último drama de Bhaça *Carudatta,* «Charudata», só se conservou um fragmento contendo quatro actos, que são indubitàvelmente a fonte dos primeiros quatro actos de *Mṛcchakaṭikā,* «O carrinho de barro», de Xúdraca. Charudata, um comerciante arruïnado pelas suas liberalidades mas estimado de todos pela integridade de carácter, apaixona-se por uma cortezã, Vassantassena. Esta, sendo um dia perseguida por Sansthana, irmão de uma das régias concubinas, é precisamente em casa do comerciante que se refugia contra a cólera do galanteador repelido, e, ao retirar-se, confia-lhe tôdas as suas jóias. De noite, porém, elas são roubadas por Sajalaca, com o fim de resgatar uma servilheta de Vassantassena, de quem está enamorado. Charudata cobre-se de vergonha ao ter conhecimento do roubo, e sua esposa, ciosa do bom nome do marido, não hesita, para substituir as jóias, em dar o último colar de pérolas que lhe resta. A cortezã, sabedora do furto, recebe das mãos do bobo o colar, só para ter o pretexto de visitar o comerciante mais uma vez. Ela cede a sua escrava a Sajalaca e parte para a casa de Charudata. Está neste ponto terminado o drama.

A actividade literária de Bhaça, que até há pouco era ignorada e que não consta se tenha manifestado em outros géneros que não o drama, foi mais fecunda do que a de seus sucessores e a originalidade do seu talento dramático e da sua arte manifesta-se na diversidade das fontes onde foi inspirar-se para compôr as suas peças, na variedade dos seus tipos, na profusão dos temas e até na não obediência cega às normas do *Nāṭyaçāstra.*

As lendas e os episódios do *Mahābhārata,* ao serem dramatizados por Bhaça ganham interêsse e mostram um certo espírito inventivo. Em «O drama de Mádhiama» ressai o anseio duma mulher em ver o marido de há muitos anos, a

obediência filial e o conflito entre o pai e o filho que se desconhecem. «A armadura de Carna» e «Ghatotcacha o mensageiro» estão eivados de espírito marcial e evocam sentimentos de heroísmo. Em «O discurso do mensageiro» releva o contraste entre o carácter altivo de Duriodhana e a majestade divina de Crixna. Em «A fractura da coxa», a altivez de Duriodhana colhe a sua justa punição e os seus deméritos em vida são ofuscados pelos conselhos moralizadores que dá quando em agonia.

«As façanhas de Crixna menino» são uma apoteose ao heroísmo de Crixna contra a tirania de um rei, uma explanação do conflito entre dois princípios opostos: do bem e do mal.

As peças inspiradas no *Rāmāyaṇa* passam também pelo crivo modificador de Bhaça. Se a anedota se mantém íntegra, com ligeiras variantes, os episódios são condensados ou desenvolvidos, mutilados ou acrescentados, omitidos ou inventados.

Nas peças de enrêdo novelesco, como nas restantes, não deixam de figurar personagens sobrenaturais, despidas do seu indumento mitológico, e empregam-se igualmente amuletos e traças mirificas, que denunciam claramente a imixtão do maravilhoso em tudo o que é humano. Os conflitos de amor, intensos e primitivos na sua expressão, são provocados pela suposta diversidade de castas dos protagonistas ou motivados nos superiores interêsses do Estado.

Se a arte de Bhaça condiz com as tradições nacionais, com as crenças religiosas e com o estado social e politico do povo indo-árico, a sua técnica satisfaz aos preceitos dos tratadistas, com algumas excepções. Assim, nos seus dramas exibem-se scenas guerreiras e pugnas renhidas; os corpos dos lutadores Chanura e Muxtica e do tirano Cãossa jazem no tablado, derribados por Crixna, e é também aí que perecem o usurpador Valin ás mãos de Rama e Durio-

dhana às mãos de Bhima; mas estas mortes não concitam nenhum sentimento de aversão por parte do auditório, são naturais, lògicamente esperadas, porque representam o justo castigo dos causadores do mal.

O estilo de Bhaça ressente-se da influência dominadora e benéfica que nêle exerceram as epopeias. O verso anda constantemente mesclado com a prosa e a dicção é relativamente simples, liberta de longos compostos, que tornariam o drama òbviamente ininteligível, mesmo para uma assemblea culta. A clareza e a simplicidade são apanágio dos versos de Bhaça, o que o faz um mestre consumado na arte poética. Quanto ao seu significado, os versos revestem caracter sentencioso, encerrando grande cópia de apotegmas, filiados uns em episódios míticos, outros em factos históricos e derivados pela maior parte de flagrantes paralelos e rigorosos contrastes com os seres vivos e inorgânicos da natureza.

*

O nome de Xúdraca pertence a um rei, tido por autor da mais humana de tôdas as peças sânscritas, *Mṛcchakaṭika* (1), «O carrinho de barro», comédia burguesa em 10 actos. A opinião quási geral, estribada no estado de civilização pintado no drama, no seu estilo e na riqueza e diversidade dos prácritos empregados na sua composição, de que era o mais antigo exemplar da dramaturgia sânscrita, desvaneceu-se com o descobrimento das peças de Axuaghosha e mòrmente de Bhaça, entre as quais os fragmentos de «Charudata», que foram evidentemente os inspiradores dos quatro primeiros actos de «O carrinho de barro». Por outro lado

---

(1) Ed. primeiro em Calcutá, em 1829. A sua primeira tradução foi em inglês, feita per H. H. Wilson, nos *Select Specimens of the theatre of the Hindus*, 3.ª ed., Londres, 1871, vol. I, pág. 1-182.

a não referência à peça e ao seu autor por parte de Calidaça, que menciona aliás os seus predecessores na arte, faz supor que ela fôsse composta na época dêste dramaturgo ou posteriormente, mas nunca antes.

Se a época da composição tem sido muito controvertida, a questão da autoria da peça maiores debates suscitou, incidindo a crítica principalmente sôbre a verdadeira autoria, atribuída por muitos a outra pessôa que não o rei Xúdraca, e sôbre a autenticidade histórica dêste monarca.

No prólogo do drama afirma-se que êle é obra do rei Xúdraca, cujos méritos literários, scientíficos e religiosos são enumerados e encomiados; mas nem todos os reis são autores e neste caso, como em muitos outros, o autor seria algum cortezão ilustre, que atribuíu o drama ao seu real amo, porventura com a mira de alcançar o régio patrocínio. Tal a opinião de Pischel, que confere a autoria a Dandin, do século VI, e conforma-se com a tradição posterior, que o dá como autor de três obras diferentes, que, além do drama são: *Kāvyādarça,* «O espelho da poesia», a que já nos referimos no capítulo I e *Daçakumāracarita* (1), «Aventuras de dez príncipes», romance em prosa, de estilo tão artificioso e elaborado que é classificado de poema *(Kāvya),* que encerra contos populares e retrata a corrução social da época e por isso mesmo com muitas afinidades com o «Carrinho de barro».

A existência histórica do rei Xúdraca é igualmente contestada. As próprias referências que ao seu nome se fazem nas obras do rètórico Vamana, do historiador Calhana, nos poemas, romances e fabulários, sugerem que êle era uma personagem mèramente lendária, ignorando-se a região em que reinou, usando, demais, um nome que é de rejeitar num rei de tipo normal. Sylvain Lévi relegou-o francamente para

---

(1) Ed. por Wilson em 1846.

o domínio da lenda, Sten Konow considera-o histórico e Berriedale Keith afirma que êle é com tôda a evidência um ser mítico.

Como quere que seja, lendário ou real, verdadeiro ou suposto, o nome de Xúdraca andará sempre associado a «O carrinho de barro», que, depois dos dramas de Calidaça, é a obra dramática que maior número de edições tem tido na Índia e Europa, traduzida em dez línguas europeias, e objecto de crítica de muitos sanscritólogos indianos, europeus e americanos.

Os quatro primeiros actos são, como já dissemos, uma reprodução, com ligeiras variantes, do «Charudata», de Bhaça, quiçá inspirado na literatura fabulística e romântica. O cunhado do rei chama-se Sanstánaca e o gatuno das jóias Xarvilaca. A cortezã Vassantassena, depois de travar conhecimento com Charudata e de lhe confiar as suas jóias, sabe que estas foram roubadas por Xarvilaca, com o fim de, com o seu produto, resgatar Madanicá, serva da cortezã, de quem se acha enamorado. Sucessivamente Vassantassena recebe as suas próprias jóias que, a conselho da amante, Xarvilaca lhe remete, como se fôsse disso encarregado por Charudata, e o colar de pérolas que êste realmente lhe enviou pelo bobo, em substituïção das jóias que, afirma, perdeu ao jogo. E mais apaixonada do que nunca de Charudata, a cortezã encaminha-se para a casa dêste. Tôda a verdade se desvenda e a mútua paixão dos dois amantes volta a uní-los mais estreitamente. Instalada em casa de Charudata, Vassantassena dá as jóias ao filho do brámane, o pequeno Rohassena, que, caprichoso, exige um belo carrinho de ouro em vez de um de barro. No momento em que ia ao parque esperar o brámane, Vassantassena, devido a um engano, sobe ao palanquim de Sanstánaca. Um zagalo, de nome Aríaca, designado pelos astrólogos como sucessor do rei Pálaca, e pôsto em ferros por precaução, acaba de fugir da prisão e

achando vazia a liteira de Charudata refugia-se nela. É a êle que o brâmane encontra em vez da amante, mas não duvida em o salvar, permitindo-lhe continuar a fuga. Quanto à cortezã, dando pelo lôgro, apressa-se a sair do palanquim, mas topa com Sanstánaca, que, enfurecido com o desdém a que é votado, a fere brutalmente, deixando-a semimorta. Levado ao pretório, não hesita em arguir Charudata do assassínio, e o juiz, ludibriado por uma série de coïncidências gravosas para o brâmane, acaba por condená-lo ao exílio. Com o desprêso dos privilégios mais sagrados, o rei agrava a pena, decretando a morte de Charudata. Êle é conduzido ao suplício e vai morrer quando assoma Vassantassena, salva por um monge budista, que anteriormente fôra um jogador infortunado, arrancado ás garras de temerosos crèdores por aquela cortezã. A torpeza de Sanstánaca revela-se então à saciedade; poupa-se-lhe a vida, mercê da generosidade de Charudata, e na mesma ocasião anuncia-se a vitória de Aríaca e a morte de Pálaca. O novo soberano, com promover Vassantassena à categoria de mulher livre, permite a Charudata que a despose.

O duplo conflito, amoroso e político, que constitui a urdidura da peça, a conciliação dos amores dos protagonistas com o destino político dum rei e do seu reino, a falta da unidade de acção são porventura defeitos a apontar ao drama de Xúdraca, mas êles são por demais compensados pelos seus méritos, que amplamente justificam a grande notoriedade do drama, constatada nas edições, traduções e críticas de que tem sido objecto.

O carácter de Charudata é extremamente atraente: respeitador de sua mulher, dedicado a seu filho, amigo do bobo, êle consagra a Vassantassena uma profunda afeição, reconhecendo nela nobreza de carácter, generosidade e a verdade de um amor intenso. Não o abala a sentença condenatória, mas sofre com o opróbrio que lhe lançam na honra,

acusando-o de assassino. «Eu não receio a morte, exclama êle, mas a minha honra está manchada; se se lavar esta nódoa, a morte seria tão cara como o nascimento de um filho».

Não menos insinuante é a personagem de Vassantassena, a despeito da sua profissão pouco digna e da riqueza que careou através dela; possui um coração de ouro, nobre, generoso e leal, que a torna simpática à própria mulher de Charudata.

O bobo é um carácter leal, que se conserva amigo e fiel a seu amo, mesmo na adversidade; quere morrer com êle e só consente em viver para tão sòmente cuidar da educação do pequeno Rohassena.

Todos os restantes caracteres são delineados com vigor e firmeza, contrastando admiràvelmente uns com os outros.

O sentimento que predomina no drama é o amoroso e de par com êle manifestam-se outros como o cómico e o patético, o de horror e o de fúria. A elocução é simples e o estilo claro, despido de descrições artificiosas, aumenta os efeitos dramáticos.

(Continua).

Bernardino Gracias

BREVES PALAVRAS
SÔBRE A QUESTÃO DE OURIQUE

Inesperada reincidência polémica do malfadado assunto *histórico-militar* de Ourique força-nos, bem contra vontade, a reentrar em sua discussão, interrompendo estudos complexos de outra natureza. Isento nos declaramos, desde já, de *pretensões de infalibilidade* firmadas, por orgulho estulto, em antigo cargo de lente da cadeira bienal de História Militar no Curso do Estado Maior. Não ignoramos, de facto, ser o *hábito* insuficiente para criar o monge. Todavia, ¿onde deve, de preferência, procurar-se a vocação? Transitando para o campo prático, permitido até nos seja revelar pleno acôrdo com o assêrto, tão criterioso, do sr. Dr. David Lopes, autêntico professor de ensino superior em sua conjunção de erudito e criador de sciência: *Cada qual, na sua arte ou sciência, tem competência por êsse facto. Todo o bom saber, seja êle teórico ou prático, tem um sentido especial, que dá o exercício ou a cultura constante delas.* Palavras são estas com o característico da *evidência* e cuja interpretação não significa reaccionária tentativa de arvorar o dogma escolástico do *magister dixit,* mas, apenas, sensato reconhecimento da *maior probabilidade de acêrto* do técnico em *questões obscuras* do ramo de sua habitual actividade. Difícil é, para quem quer que seja, mesmo para o maior talento, pôr em equação um problema de matéria mal aprofundada. Porque profundar uma matéria significa completo domínio do respectivo *método* de *análise* e *construção* scientíficas. Pressu-

põe, de facto, o estudo *rigoroso* de qualquer problema, *integral visão objectiva* dêste, *tomado em seu conjunto,* e não *arbitràriamente seccionado.* Ora nada mais difícil que *ver* um problema, porque *ver* sinónimo não é de *olhar!...*

Injusto seria, de-certo, regatear louvores à *curiosidade intelectual,* mas há que separar obscura *impressão subjectiva* de clara e fundamentada *opinião objectiva;* não deve o sentimento vago digladiar-se com a razão precisa. Opinião objectiva, entendemos, só pode emitir-se em harmonia com a *compreensão lógica* da *estrutura íntima* da sciência respectiva, incluindo, naturalmente, a *inteligência nítida* de seu especial método de construção. Só essa compreensão lógica, quando associada à *indispensável* intuïção, permite analisar *casos duvidosos,* rasgando véus aparentemente impenetráveis. ¿Como, doutra forma, distinguir e apartar, classificando *quantitativamente,* o *essencial* do *acessório* para, depois, ascendendo, estabelecer, *por probabilidades,* a *teoria interpretativa,* aliás, *sempre provisória,* de mais racional ligação?

*

Colhido de surprêsa, há poucos dias, pelo conhecimento de súbita passagem da questão de Ourique a alto meio intelectual, prazo bastante não se nos oferece para, coordenando extensos mas dispersos apontamentos, daquela agora nos ocuparmos com a amplidão necessária a sua inteira clareza. Exigiria esta, integração racional do problema em largo *tratado de conjunto* de estratégia e táctica peninsulares na alta Idade Média. Assim, pelo *método comparativo,* se estuda, quer a história das instituïções sociais, quer a do pensamento scientífico, quer, ainda, a da expressão literária. Semelhantemente, deve investigar-se a *evolução das modalidades da guerra* em seus principais aspectos, político, intelectual, material e moral. Êsse princípio, *dos poucos absolutos,* jà-

mais o esquecemos em nossas prelecções aos oficiais alunos do Curso do Estado Maior. Só a *interpretação recíproca* consegue iluminar — *e não é sempre* — os numerosos recessos obscuros de longínquos panoramas históricos.

Lamentando a impossibilidade, pelo menos, temporária de uma tentativa dessa envergadura, sentimo-nos, comtudo, na obrigação moral de voltar ao assunto, procurando, *na ausência de precisas informações topográficas coevas,* contribuir para determinar onde — não, de-certo, com *absoluta,* por emquanto, inatingível *certeza,* mas com *maior probabilidade relativa* — pode hoje *presumir-se* a *localização* do indiscutível encontro táctico de 25 de Julho de 1139. O problema é *apenas* isto, e já não é pouco para nossa curta sciência...

*

Falta-nos aqui o espaço e, além disso, *nesta ocasião,* o tempo para nova e mais minuciosa explanação de nossa *teoria estratégica provisória da campanha,* publicada em *dois* números d'*O Seculo,* com um *croquis* e várias *notas.* E, por isso, renunciamos a ela. Mais tarde, ao reeditar, ampliando, em volumes, a já não curta série de artigos no referido jornal, experimentaremos a *possibilidade prática* de mais clara e extensa vulgarização dêstes estudos críticos, talvez de certo interêsse para a história militar nacional.

Agora, sem repetir *considerações estratégicas* já expendidas — e que *absolutamente mantemos,* sob inteira *responsabilidade técnica* — vamos apresentar algumas adições de *carácter geral histórico* a nossos anteriores artigos, talvez não suficientemente claros, ou, pelo menos, nem sempre claramente compreendidos.

Comecemos pelo seguinte documento:

Alfonsus dei gratia Portugaliae rex Universis de regno suo ad quos praesentis istae pervenerit salutem. Sciatis quod ego concedo habitato-

ribus Elborae tam praesentibus quam futuris ut nunquam dent portagium in toto meo regno de bobus quos conprauerint pro ad suum laborem neque de vaquis, quas emerint pro ad serum lactare, neque de equibus neque de ovibus, neque de porcis, neque de capris, quas compraverint sibi habendas. Mando etiam ut nunquam dent portagium de pannis, neque de vino, neque de carnibus, neque de pescato, neque de ferro, neque de ferraturis, neque de lanis, neque de oleo, neque de sale, neque de vestibus. Concedo adhuc omnibus illis, qui ibi duxit quaelibet betualia vendenda sunt, aut non dent portagium inde in toto meo regno sive sit de Elbora sive Ouriquium. Qui contra hoc mandatum mihi venire praesumpserit habebitur pro meo inimico, et peitabit mihi mile libras. Facta fuit haec Carta apud Elboram 8 die Maii era millessima ducentessima decima nona. D. Gonsalus Mendes mayordamus curiae qui tenebat Montem mayorem afuit. D. Gomesius Suarius qui tenebat Elboram afuit. D. Joanes Petri qui tenebat Mauram afuit. D. Rodericus Mendes afuit. D. Suarius Raimundi afuit. D. Velascus Martini afuit. Julianus cancellarius Domini Regis afuit. Gonsalus Mendes scripsit.

Últimamente publicada na erudita *Revista de Estudos Históricos,* encontra-se, também, esta *carta régia* impressa nos *Documentos Historicos da Cidade de Evora,* por Gabriel Pereira, *Parte I, pág. 9,* acompanhada da indicação de sua origem: Arquivo Municipal Eborense, cópia no *Livro do P.e José Lopes Mira.* A Gabriel Pereira foi, igualmente, buscar o referido documento António Gomes Ramalho, compilador da importante colectânea histórica de *Legislação Agricola, Vol. I (1139-1385),* do *Boletim da Direcção Geral da Agricultura.* Aponta Gabriel Pereira *confirmação* da dita carta, por D. João II, em 24 de Setembro de 1483. Procurámos esta última na Tôrre do Tombo, onde a encontrámos, não na *Chancelaria de D. João II,* mas transcrita em códice, um pouco posterior, de *Leitura Nova (Livro 5 de Odiana, fol. cclvij):*

Dom Joham per graça de dꝰ Rey de portugal e dos alguarues daquem e dalem mar em africa. A quamtos esta nossa carta virem fazemos saber que por parte do conçelho e homẽs boõs da nossa muy

nobre e leal cidade deuora nos foy apresentada huũa carta del Rey dom afomsso o terçeiro da quall o theor tall he como se adiante segue.

Dom afomsso per graça de dẽ Rey de portugall A todollos de meu Regno que esta carta virem saude sabedede que eu comçedo aos moradores deuora presentes e vimdoiros que numca dem portagem em todo meu Regno de bois que comprem pera seu trabalho nem de uacas para seu leite nem de eguoas nem de cauallos nem douelhas nem de porcos nem de cabras que comprarem pera terem. Mando tambem que nũca dem portagem de panos nem de uinho nem de carnes nem de pescado nem de ferro nem de ferraduras nem de clauos nem dazeite nem de sall nem de uestidos. Conçedo tambem a todollos que hij trouxerem quaaes quer mantimentos pera vemder que nom paguem per jsso portagem em todo meu Regno ora sejam deuora ora nom quall quer porem que comtra este meu mandado presomir vijr seja aujdo por meu jmigo e peitarmea mjll maraujdijs feita foy esta carta acerqua deuora a vij dias de mayo era de myll e duzemtos e dezoito.

Dom gomçalo mendez mordomo meu da corte que tinha monte moor e dom gomes sueiro que tinha euora e dom joham pirez que tinha amaya e dom Ruy mendes e dom sueiro Reymondo. Dom vaasquo martijz juliã chamceler moor del Rey foram presentes gomçallo mendez a escpreueo.

Pedindonos por merce o dito comçelho e homẽs boõs que lha confirmassemos a dita carta E uisto por nos seu Requirimento e queremdolhe fazer graça e mercee. Temos por bem e lha comfirmamos assy e pella gujssa e maneira que em ella he comtheudo.

E porem mandamos a todollos nossos corregedores Juizes Justiças officiaaes e pessoas a que esta nossa carta for mostrada e o conhecimento desto pertemçer per quallq̃r maneira que seja que lha cumpram e guardem e façam muy jnteiramente comprir e guardar assy e pella gujssa que se em ella comthem porque assy he nossa merçee dada em a villa dabramtes a xxiiij dias do mes de setembro gill fernamdez a ffez anno de mjll iiij^{c} Lxxxiij annos.

*

Rápido exame comparativo dos dois textos antecedentes, o de Évora e o da Tôrre do Tombo, logo denuncia, entre ambos, diferenças importantes:

a) Menciona o texto de Évora, segundo Mira, a palavra

Ouriquium. Falta o têrmo *Ourique* na *Leitura Nova* da Tôrre do Tombo.

b) Entre os confirmantes, fala o texto de Évora em *D. Joanes Petri qui tenebat Mauram,* ou seja, *D. João Peres que tinha Moura;* Moura, entenda-se bem. Outra, porém, é a lição do texto português de *Leitura Nova: D. João Pires que tinha amaya.* ¿Não será, de facto, êste confirmante — *como desde o princípio logo supusemos* — o D. João Peres da Maia, tão conhecido dos linhagistas e, justamente, apelidado da Maia por sua *tenência* dêste distrito ou *terra,* contígua à cidade do Pôrto, no Entre-Douro-e-Minho?

c) Fixa o texto de Évora a data da Carta a 8 de Maio da *Era* de 1219 (ano de 1181), emquanto a *Leitura Nova* a refere a 7 de igual mês da *Era* de 1218 (ano de 1180).

Nenhuma das duas lições merece, contudo, grande confiança.

A *Leitura Nova* insere até, como preâmbulo, a errada menção de a carta original, então apresentada, pertencer a Afonso III. Ora êste reinou de 1248 a 1279!... ¿Entenderia o tradutor *era de César* por *ano de Cristo* e, lendo a data de 1218, julgaria tratar-se do respectivo *ano de Cristo,* intercalado no reinado de Afonso II, 1211 a 1223? Não deve, porém, o documento ser do ano de 1218, por, nessa altura, já terem falecido, segundo tôdas as probabilidades, vários dos *confirmantes* nêle mencionados. Basta, para tal, reparar nos nomes de D. Gonçalo Mendes, D. Soeiro Raimundo, D. Vasco Martins e do Mestre Julião. Efectivamente, correndo os forais publicados nos *Portugaliae Monumenta Historica,* nota-se a ausência dêsses personagens em *confirmações* posteriores às seguintes datas:

D. Gonçalo Mendes — 1210 — Foral de Ferreiros, Fontemanha e Valdevi.

D. Soeiro Raimundo — 1211 — Foral de Favaios.

D. Vasco Martins — 1208 — Foral de Rebordãos.

Mestre Julião — 1208 — Foral de Rebordãos.

Logo, o *documento original,* hoje, segundo julgamos, desaparecido, não deveria referir-se ao ano de 1218 e, sim, a uma das *eras* de 1218 ou 1219, *anos* de 1180 ou 1181, mais provàvelmente êste último, reinado de Afonso Henriques.

*

Quanto à identificação dos personagens referidos, julgamos não errar, supondo-a a seguinte:

a) D. Gonçalo Mendes, *Mordomo da Cúria,* ou seja *Mordomo Mor do Rei* e, na ocasião, também, *Governador da Terra* ou *Distrito* de Montemor-o-Novo. Trata-se, entre vários homónimos, do filho do Conde D. Mendo, o *Sousão,* e neto paterno de D. Gonçalo de Sousa.

b) D. Gomes Soares, mais pròpriamente *Governador* da Terra de Évora do que *Senhor* desta Cidade. Deve ser o mesmo que, com igual nome, confirma o foral de Alcácer em 1218. Pode, pelo cômputo dos anos, afirmar-se sua identidade com D. Gomes Soares, filho de D. Soeiro Mendes Facha e neto materno de D. Gonçalo de Sousa.

c) D. João Peres, *Governador* da Terra de Moura, a sueste de Évora. Isto, é claro, a não se preferir a lição da *Leitura Nova,* que, *neste ponto,* nos parece mais segura, e segundo a qual se trata de D. João Peres, *Tenens* da *Terra* da Maia, provàvelmente, o conhecido D. João Peres da Maia, marido de uma neta de D. Gonçalo de Sousa.

d) D. Rodrigo Mendes, sem dúvida o mesmo de igual nome, irmão de D. Gonçalo Mendes, e que, confirmando forais durante os quarenta anos seguintes, deixa de aparecer a partir de 1223, data do foral de Sanguinhedo.

e) D. Soeiro Raimundo, depois *Signifer,* isto é, *Alferes Mor*. É um dos de Riba de Vizela, pai de D. Mem Soares de Melo.

f) D. Vasco Martins, talvez, um dos Mogudos de Sandim, cunhado do trovador Vasco Praga, do *Cancioneiro da Ajuda*.

g) Julião, *Chanceler da Côrte,* o Mestre Julião do reinado de D. Sancho I.

h) Gonçalo Mendes, *Escrivão,* que parece ter, depois, sucedido no cargo de *Chanceler* ao anterior, figurando assim no foral de Marvão, em 1226, após o qual já não se encontra indicado nesta espécie de documentos. É, talvez, filho do *Menendus,* notário do documento de Ladera, fotografado em nosso 1.º artigo n'*O Seculo*.

*

Voltando aos documentos em questão, observaremos:

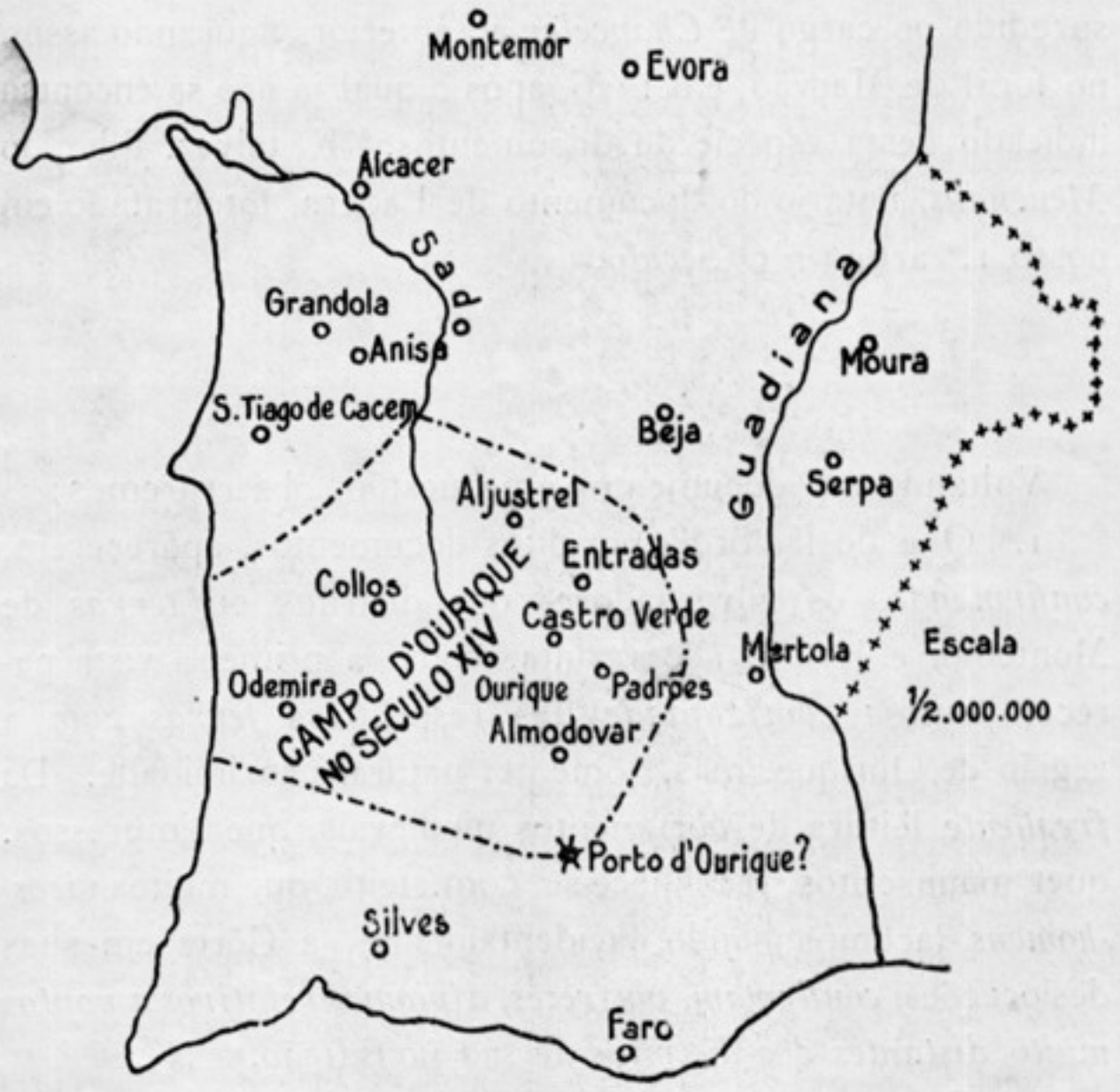
1.º Que do facto de, nos ditos documentos, aparecerem, *confirmando*, os governadores dos distritos ou *terras* de Montemor e Évora, não resulta, como à primeira vista parece, *forçosa contigüidade* das respectivas *terras* com a região de Ourique, mas, sòmente, natural proximidade. Da *freqüente* leitura de documentos medievais, quer impressos, quer manuscritos, reconhece-se, com efeito, que muitos *ricos-homens*, acompanhando, acidentalmente, a Côrte em suas deslocações, *confirmam, por vezes, diplomas relativos a pontos muito distantes dos distritos de sua jurisdição.*

2.º Que, mesmo aceitando-se o próprio princípio de os *confirmantes* indicarem *contigüidade* de suas *terras* com as de Évora e Ourique, resulta natural fixação de Ourique ao Sul da linha Évora-Montemor.

¿Pois não será verdade que o documento de 1181, *texto de Évora*, fala em *Moura*? Ora, se *Moura* é que lá está, certo é situar-se o *centro de gravidade* do Campo de Ourique ao sul de Évora, no Baixo Alentejo. Mas o mais provável é, ainda, que a *cópia de Évora* esteja errada e o ori-

ginal, hoje perdido, segundo julgamos, falasse em *Maia*, ao Norte do Douro, e não em Moura.

Por outro lado, investigando, *cuidadosamente*, a extensão do Campo de Ourique, *em documentos da Tôrre do Tombo*, chegámos ao convencimento de que, *senão já anteriormente*,



pelo menos, *no primeiro quartel do século XIV*, aquela região se compreendia, *integralmente*, no *quadrante* sudoeste de Beja.

Veja-se a inquirição no L.º I de *Direitos Reais*, fl. CXI v.º, a que aludimos em nosso 2.º artigo, 2 de Abril último, n'*O Seculo*. Veja-se, mais, o *Doc. n.º 8, Maço 2, Gaveta 5*, igualmente, da Tôrre do Tombo. Refere-se êste último, no ano de 1329, ao *escambo*, entre Afonso IV e a Ordem de

S. Tiago, do castelo e vila de Odemira, *juntamente com a Ribeira da Anisa*, pela vila de Arruda. Alega-se aqui, como principal razão da troca, o facto de a Ordem já estar de posse de *todos os castelos, vilas e lugares «que nós e os Reis dante nós haviamos no Campo de Ourique salvo o castelo e vila de Odemira e seu termo e a quintãa e Ribeira da Anisa»*. Segue sua transcrição:

En nõm de deus amẽ. Sabhã qñtos esta Carta uiĩe e ler ouuyrem Como nos Rey dom affonsso o qĩto pela gĩa de deus Rey de Portugal e do Algũe/e dom Pº escacho mestre puincial da orden da Caualaria de Stiago nos nossos Reynos e o Conuẽto dessa orden Conssijrando como a đta orden de Stiãgo ia ha e possue todolos Castelos e villas e logares q̃ nos e os Reys dant̃ nos auyamos no Canpo dOuriq̃ saluo o Castelo e vila de Oidemira e seu tm̃ho e a q̃ntaa e a Ribeira da Anisa/ e conssijrando como os đtos Castelo e vila e o đto logar da Anisa aa đta orden son pueitosos por de gram renda q̃ son e por q̃ son no đto Canpo dOuriq̃ hu a đta orden ha a mayor pte de q̃ ha/E por q̃ outºssi son logares nouos en q̃ pode auer muyta benffeytoria/E conssijrando como a uila da Arruda a p̃to dalanqĩ he alongada da sobĩ đta trĩa da đta orden..... ....

Dado en alcaçar Oyto dias de mayo Era de m̃ll Trazentos e Sasseẽta e sete annos. [1329]

Fica a *quintã* da Anisa na margem esquerda do Corona, segundo informação do Dr. Rui de Azevedo, hoje, o investigador que melhor conhece o Baixo Alentejo da Alta Idade Média. *Nenhum outro documento conhecido concorda, porém, com esta dilatação do Campo de Ourique, para o Norte, até à latitude de Grândola.* Cremos, preferìvelmente, e não somos sòzinho, em má ou, melhor, *confusa* redacção do documento, aliás não estranhável da parte de notários medievais. Mas, *supondo mesmo não ter havido imprecisão na redacção do diploma,* e dever interpretar-se êste último segundo seu *sentido literal* — o que não é provável — *ainda assim ficaria o limite noroeste do Campo de Ourique 60 km. a sudoeste de Montemor.* Facto é terem, por vezes, variado,

durante a Alta Idade Média, os limites das *terras* — como, por exemplo, sucedeu à *Maia*, segundo claramente expressa certa passagem dos *Nobiliários* dos *P. M. H.* — mas, no que se refere ao Campo de Ourique alentejano, documento algum é, *por emquanto*, conhecido, que autorize igual suposição.

*

Em nossos dois artigos d'*O Seculo*, limitámo-nos nós, *técnico militar*, a procurar demonstrar, primeiro, a *possibilidade técnica* do *fossado tradicional* ao Baixo Alentejo; depois, sua *plausibilidade; mas nunca a*, aliás, *indispensável verificação histórica*, dependente, sem dúvida, da *descoberta* de mais documentos. Acentuámos ainda que a chamada batalha deveria ter-se reduzido à *simples defesa de um acampamento*, e que *só grande penetração estratégica parece poder explicar, dum lado, a demora justamente suspeitada, por certo documento de Braga referido pelo Dr. Alberto Feio, na volta do Rei a Coimbra; do outro, o renome indiscutível da campanha em sua própria época, lealmente reconhecido pelo eminente académico, Dr. David Lopes.*

Alguns meses de persistente trabalho consumimos em investigações na *Colecção Especial* da *Tôrre do Tombo* e em estudo minucioso dos itinerários *prováveis* na *Carta Geodésica*, de 1/100.000, medindo, sôbre esta, a extensão das *étapes*, em *dias* de marcha, *unidade técnica de espaço* em cálculos estratégicos. Como síntese, arquitectámos uma *teoria estratégica da campanha*, falível, sem dúvida, eventualmente, *perante documentos inéditos;* mas, em todo o caso, ligando, *sem contradição lógica interna*, o *conjunto* dos *factos históricos* hoje averiguados. Cremos a mais não ser obrigado, sobretudo na *manifesta ausência de teoria semelhante*.

*

Resta agora acrescentar algumas notícias complementares e certas rectificações a nosso primeiro artigo d'*O Seculo.*

1.º Em determinada cópia, *sem autenticidade, por emquanto, apreciada,* menciona-se a doação por Egas Fafes, filho de Fafes Luz, provàvelmente, o de Lanhoso, e cunhado de D. Gonçalo de Sousa, ao Mosteiro de Fonte Arcada, no Minho, de uma taça de prata recolhida na tenda de campanha do Rei Ismael *in Bello Auriquiensi.* Afirma a cópia datar o documento original do ano de 1191. Foi-nos ela indicada, no *Códice* 494 da *Colecção Pombalina,* na Biblioteca Nacional de Lisboa, pelo nosso erudito amigo, sr. J. Mendes da Cunha Saraiva, que, por acaso, a descobriu e oportunamente a publicará, tendo sido, porém, já vista por nós e pelo sr. Dr. David Lopes.

2.º Deve o itinerário do *croquis* de nosso artigo de 28 de Março passar, à altura de Penela, do lado oposto àquele em que está figurado cêrca desta vila e, sensìvelmente, tomando-a como *centro de simetria,* a igual distância dela. Verificámos êste ponto na recente *Monografia de Tomar-Santa Iria,* pelo sr. Dr. Vieira Guimarães, em carta, aí transcrita, dum antigo engenheiro de Obras Públicas, que pôde reconstituir certos lanços da antiga estrada de Coimbra a Santarém, principal *via de comunicações* entre o Baixo Mondego, *base de operações* de Afonso Henriques, e o Téjo Médio, evidente *frente ofensiva* cristã.

3.º Não formava o Téjo, na Barquinha, um mouchão, como dissemos, pois seguia, de facto, *à época,* o curso do Téjo Velho. Havia, porém, um curto braço destacado dêste como canal de alimentação de certo pântano, a *Lagoa Fedorenta,* situada próximo da Cardiga, e através da qual se abriu, por ordem de D. João III, o actual álveo do Téjo,

entulhando-se, simultâneamente, o Téjo Velho, agora reduzido a simples vala. *Para o efeito da passagem a vau do rio, era, porém, o mesmo que se houvesse, na realidade, o mouchão de hoje.* Foi-nos espontâneamente indicada a respectiva fonte, na Tôrre do Tombo, pelo sr. Coronel Garcez Teixeira *(Convento de Tomar, Maço 32, N.º 581).*

4.º Não devia ainda existir, *à época da campanha,* a *povoação* de *Ourique* do Baixo Alentejo, e isso induz-se, *com grande probabilidade,* não só do ano, muito posterior, de seu foral (1290), como de certa passagem em *documento inédito,* que a falta de espaço impede transcrever na íntegra, mas cuja *marcação* é *N.º 3, Maço 2, Gaveta 5,* da Tôrre do Tombo. É êle constituído pelo *auto de posse* do Castelo e Vila de Odemira e respectivos *termos,* pelo delegado da Ordem de S. Tiago, a 11 de Março de 1329. Aí vem êsse delegado, Afonso Peres Zarco, com a designação de *comendador* de *Vila Nova* de Ourique. Reforça tal indicação nossa anterior suspeita de que, *por Ourique,* se entenderia, *no século XII,* anteriormente à fundação da vila, não um *local restrito,* mas a *vasta região* a *sudoeste* de Beja, entre a *Tôrre de Ourique,* ao Sul, depois mencionada na *Chronica da Conquista do Algarve,* sôbre um *pórto* das serranias alentejano-algarvias e, *quando muito,* ao Norte, as margens do actual Corona, à latitude de Grândola.

Segue extrato do referido auto de posse:

Era de mill tẑentos ssassenta e ssete Anõs onze dias de mayo ẽ Conçelho aꝑgoado pª este ꝑsentes ffrãçisco doĩz e Steuã appariço aluazijs e ffrãcisque añs ꝑcuãdor do Conçelho dOydemyra Jhoãne meendiz clĩgo de nosso ssenhor el Rey leeu e poblicou no Conçelho dOydemyra huã c̃ta de nosso ssenh̃ el Rey e sselada do sseu sseelo do chũbo da q̃l o teor tal he.. .....

(Carta já referida. *Gaveta 5, Maço 2, N.º 8*).

....

A q̃l cta ꝑ leuda dezia ẽ ffondo. Eu ell Rey don affonsso a uy. ¢ a q̃l cta ꝑ leuda affonsso pẽz Comeđador de villa noua dOuriq̃ mostrou e

ffez leer p ffñã glĩz tblliom dOydemyra hũa cta de pcuãçõ sseelada de dous sseelos pẽdentes do meestr̃ dom ptº escacho e cõuento da q̃l o teor tal he: Dom p̃tº escacho pela gr̃a de deos meest da Caualaria da hordem de Stiago nos Reynos de Port e do algũe e etc Nos Comẽdador moor e cõuento dessa meesma ffazemos nosso pcuãdor ssendico ou outor p nos e ẽ nosso nome e da nossa hordem affonsso pẽz zarco ffreyre da nossa hordem Comẽdador de villa noua dOuriq̃..... .....

CONCLUSÕES

1.º *Afirmamos acôrdo completo com o sr. Professor David Lopes, principal autoridade histórica para a época, quanto à impossibilidade de, por agora, determinar, com infalível rigor scientífico, o local preciso da batalha.*

2.º *Defendemos, porém, no actual estadio documental da questão, a inteira plausibilidade — quer histórica, quer técnico-militar — de nossa teoria estratégica provisória da campanha, sucintamente apresentada nos dois artigos, já referidos, d'*O Seculo, *continuando a entender essa teoria, segundo então dissemos, como a mais conveniente hipótese de trabalho para o prosseguimento das investigações arquivísticas.*

3.º *Em harmonia com essa mesma teoria, provável é encontrarem-se novos locais — muito restritos — denominados Chãs ou Campos de Ourique, representando estacionamentos de Afonso Henriques, aquém e além do Téjo.*

4.º *A referida teoria — de concordância estratégica com a tradição dos princípios do século XIV — deverá, porém, ser abandonada, e esta última rejeitada como fábula, com a descoberta eventual de qualquer documento comprovando encontrar-se Afonso Henriques ao Norte do Téjo, no dia 18 de Julho de 1139, pois assim tempo não teria de chegar a Castro Verde a 24 de Julho, véspera da batalha.*

A. Botelho da Costa Veiga

BOLETIM DO INSTITUTO

ASSEMBLEIA GERAL DE 22 DE OUTUBRO DE 1928

Aos 22 de Outubro de 1928 reüniu-se a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra, sob a presidência do Prof. Costa Lôbo.

Foram presentes os livros oferecidos e vária correspondência de Sociedades Scientíficas. Pelos secretários da comissão de redacção foi comunicado achar-se concluída a impressão do segundo volume das *Memórias de Castilho,* de Júlio de Castilho, e o primeiro volume das *Memórias do Instituto de Coimbra*.

O Presidente comunicou ter sido oferecido ao Instituto pelo Ex.mo Sr. Júlio Vaz o projecto *(maquette)* do Monumento aos Mortos da Grande Guerra, a erguer em Coimbra, o qual fora premiado, propondo que ficasse registado na acta o agradecimento da Sociedade e dêle se desse conhecimento ao ilustre Escultor. Aprovado.

O Prof. Joaquim de Carvalho congratulando-se com a actividade literária da Sociedade, fêz algumas considerações sôbre a conveniência do Instituto promover a publicação do *Corpus* das epístolas latinas escritas por portugueses ou a êles dirigidas durante o século XVI, assim como das *Memórias Cronológicas da Universidade de Coimbra,* de Francisco Leitão Ferreira, cuja 2.ª parte se acha inédita. A Assembleia aprovou unânimente estas considerações; mas por motivos de ordem económica, pela impossibilidade da publicação simultânea dêstes trabalhos, foi de parecer que se começasse

desde já com a publicação das *Memórias* de Leitão Ferreira, para cuja direcção foi votada a seguinte comissão:

Presidente: Augusto Mendes Simões de Castro.

Vogais: Amadeu Ferraz de Carvalho; A. G. da Rocha Madahil; Carlos Simões Ventura; Ferrand Pimentel de Almeida; João José de Brito e Silva e Joaquim de Carvalho.

Procedeu-se, em seguida, à eleição de sócios, a qual deu o seguinte resultado:

SÓCIOS CORRESPONDENTES NACIONAIS

Maximiano Correia de Barros, naturalista.

Marechal Gomes da Costa.

A. Botelho da Costa Veiga, antigo professor da Escola militar, publicista.

SÓCIOS CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

Eugéne Pralon, Ministro da França em Lisboa.

C. R. Boxer, oficial do Exército Inglês, publicista.

Kristian Brinch Koren, publicista.

De nada mais se tratou nesta sessão, da qual eu, Cabral de Moncada, lavrei a presente acta.

(aa.) F. M. da Costa Lôbo.
Cabral de Moncada.

BIBLIOGRAFIA

Dois inéditos de Abraham Zacuto, publicados por Joaquim de Carvalho, Professor da Universidade de Coimbra, Separata da ***Revista de Estudos Hebráicos,*** vol. I (Lisboa, Museu Comercial, 1927), 54 págs.

The important rôle played by Jewish scientists in maritime discoveries has been shown especially in such works as M. Kayserling's *Christoph Columbus u. d. Antheil d. Juden an d. span. u. port. Entdeckungen* (Berlin, 1894) and Ch. de la Roncière's «La Découverte de l'Afrique au moyen âge», *Mémoires de la Soc. royale de Géographie d'Egypte,* and VI (Cairo, 1925). Sr. Carvalho's monograph will appeal to both the Hebraist and the student of Portuguese navigation. Even the general reader should be interested in it because it offers autobiographical information about the famous Abraham ben Samuel Zacuto. In the capacity of court astronomer and historiographer, he approved the projected expedition of Vasco da Gama and provided the ships with his newly perfected astrolabe and with calculations for determining the latitude while navigating below the equator. These calculations are found in the tables of his *Almanach Perpetuum celestium motuum astronomi Zacuti cujus Radix est 1473* (Leiria, magister Ortas, 1496). It was translated into Latin, as well as into Spanish, from the Hebrew by Zacuto's pupil, Joseph Vecinho, from whom Columbus secured the copy which he carried with him on his voyage. C. Haebler remarks (1):

«Con suma razón se puede llamar famoso este libro porque desde que se estudian los libros incunables de España y de Portugal todos los bibliógrafos lo mencionan y se fundan en él para demostrar que en el siglo XV en Leiria no solo hubo imprenta judáica, sino tambien cristiana», but he does not realize that «magister Ortas» stands for the Jewish printer Samuel d'Ortas.

In this monograph we find a valuable introduction to this, the first

---

(1) *Bibliografia ibérica del siglo XV* (Leipzig, 1903), N.º 720.

edition of Zacuto's *Tratado breve en las ynfluencias del cielo* written at Gata in 1486 and the brief appendix *De los eclipses del sol y la luna.* The treatise forms MS. 4174 in the Biblioteca Colombina of Sevilla and has attracted little attention heretofore (1).

The Portuguese scholar starts his study by asserting that the first mention of Zacuto was made by Gil Vicente in his *Auto da Lusitania* (1532). It would be accurate to call it «one of the first mentions» (2).

Intrinsically the treatise appears to be less astronomy than medical astrology «para que con este mas se ayudasen los medicos de su señoria sy fueren astrologos». But were not medicine and astrology closely linked together already in the time of Hippocrates, and in the Middle Ages do we not find Peter d'Abano, a Doctor of Medicine, teaching astronomy at Padua? The author is fazed in finding Zacuto's name distorted into «Abasurto» in Alonso de Torres y Tapia's *Cronica de la Orden de Alcantara,* II (Madrid, 1763), p. 569, and discovers Zacuto in «Abasurto» by a process of elimination. He should note that, a few lines below, the chronicler gives up attempting to reproduce the Semitic name in company with the Iberian ones like his own and refers to Zacuto merely as «El Judio Astrologo». This corruption of exotic names, not unknown even in the twentieth century, recalls the classic example of Ibn Gabirol redivivus in the form of Avicebron after a lethargy of seven centuries. I know of no finer *fons vitae* than Solomon Munk himself.

Sr. Carvalho shows us that the treatise and the appendix are very useful, «esclarecendo com alguma intimidade a cultura astronomica peninsular na epoca dos grandes descobrimentos, e as fontes bibliográficas de Zacuto». He reproduces the text, with its diagrams, very meticulously, the departures from a diplomatic version being plainly indicated in italics. It is only because of our wish to see him continue a study for which he is admirably suited that we raise the following questions:

[1) Did Zacuto write this treatise in Spanish originally or does it represent a translation from the Hebrew?]

---

(1) Sousa Viterbo, *A Litteratura Hespanhola em Portugal, Hist. e Memorias da Acad. das Sciencias de Lisboa,* N. S., 2.ª classe, tomo XII (1915), part II, N.º 5, p. 35, who refers to this MS., unwittingly lists the Almanac under two different titles.

(2) My reference to Augustinus Ricius (1513) in «The Astrological Works of Abraham ibn Ezra», *The Johns Hopkins Studies in Romance Literatures and Languages,* VIII (1927), p. 63, is also given by the author on p. 12. Cf. N. Antonio, *Bibl. Hisp. Nova,* I (Madrid, 1783), p. 1.

[2) Was the Christian (or converted Jew) who wrote the *Explicit* a copyist or a translator?]

1) With this material now accessible, is one able to solve the riddle which puzzled Steinschneider for 16 sixteen years, as he states in the *Ztschr. deut. morg. Ges*, XVIII (1864), p. 179?

2) What connection would be revealed by a collation of this work with the *Sefer Tekunat Zakkut* and the *Arba' im la-Binah*, mentioned in the *Jew. Enc.*, XII, p. 627?

University of Wisconsin RAPHAEL LEVY.

September, 1928.

Uma Epistola de Isaac Abarbanel publicada por Joaquim de Carvalho, Separata da *Revista de Estudos Hebraicos*, vol. I (Lisboa, 1928), 14 pages.

In the same number of the *Revista de Estudos Hebraicos* there appears another article by Professor Carvalho which presents a study and an edition of the only writing of Isaac ben Judah Abarbanel extant in Portuguese. This famous statesman and exegete was born at Lisbon in 1437, was in Castile from 1483 to 1492, and then after spending eleven years in various Mediterranean towns, he finally reached Venice where he died in 1508. His ability as exchequer was exploited, although not always appreciated, by the rulers of Portugal, Castile, Naples, and Venice, while his exegetical writings were studied especially by Christian commentators of the seventeenth and eighteenth centuries. Abarbanel's close intimacy with the family of the powerful Duke Ferdinand of Braganza was the direct cause of his flight from Portugal in 1483. After the Duke had been sent to the block on the charge of conspiracy leveled at him by King John II, Abarbanel was accused of complicity in the crime. Warned in time, he saved himself by a hasty flight to Spain. The charge was trumped up by the King in an endeavor to establish an absolute monarchy (1).

The letter under discussion was written about 1470 to console Count Alfonso de Faro, third son of the Duke of Braganza, upon the death of D. Sancho de Noronha, Count of Odemira, whose daughter he

---

(1) H. Graetz, *History of the Jews*, IV (Philadelphia, 1894), p. 340.

had married in 1465. It was first cited in print by António Caetano de Sousa who repeated a quotation from it in Luis Lobo's unpublished «Nobiliario» in his *História Genealógica da Casa Real Portugueza*, IX (Lisbon, 1742), p. 199. Senhor Carvalho has already shown his familiarity with the subject in his book, *Leão Hebreu, Filósofo* (Coimbra, 1918). The present edition of the letter is a reproduction from MS. 297 (olim 475), fol. 110–111, of the Biblioteca Nacional of Lisbon. The text is reproduced very painstakingly but unfortunately there is a bibliographical lacuna. The writer recalls that Jeanette Schwerin (née Abarbanel) was told by Senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos of the existence of a copy of the same letter in MS. 103, fol. 69, of the Biblioteca Pública of Evora, but he does not recall where Frau Schwerin published it. She did not know of the Lisbon version when she published it with a German translation in the *Magazin für die Wissenschaft des Judenthums*, XVIII (1891), p. 133–145. The letter has a real biographical value and gives an insight into Abarbanel's Biblical and classical training with references to Adam, Job, Isaiah, and Ezekiel alongside of Socrates, Aristotle, Cicero, and Seneca.

University of Wisconsin RAPHAEL LEVY.

September, 1928.

À Memória de Luís Derouet / Palavras justas /. 1 vol. de XVI–264 págs. in-4.° gr. Lisboa, Imprensa Nacional, 1928.

A assembleia geral da Cooperativa *A Pensionista* do pessoal da Imprensa Nacional de Lisboa, em sua sessão de 9 de Março de 1928 resolveu por unanimidade promover a publicação de um livro de homenagem a Luís Derouet, jornalista distintíssimo que foi Director dessa Imprensa e a quem bàrbaramente assassinaram quási à porta do estabelecimento a que tamanho amor consagrou. Resultou do simpático voto um volume gràficamente rico, e ainda mais rico de depoïmentos de devoção e saudade, que serão consultados com proveito por quantos se interessem pela vida portuguesa dos últimos trinta anos nos seus aspectos culturais e políticos revelados pelo jornalismo.

Quando se aprecia um *In Memoriam* atende-se mais àquele que o determina do que aos admiradores que nêle depõem; por isso se compreende que algo falemos de Derouet. Êste homem realizou em Por-

tugal o tipo do jornalista que, sem ambições intelectuais desproporcionadas com o seu mister, dedica aos factos representativos do seu país uma atenção multímoda, mais extensa do que intensa, menos exaustiva do que tópica, no propósito de facilitar a circulação das ideas e o amor aos eventos da cultura. Abraçou um credo político com devoção obstinada, e nisso deu provas de carácter e de personalidade inquieta.

Depois, pondo ao serviço dêsse credo a sua pena de *reporter*, por si próprio ascendeu a postos importantes no jornalismo de opinião e no jornalismo profissional. Foi um dos trabalhadores da imprensa que mais contribuíram para a dignificação moral do seu ofício e para pô-lo à altura das complexas exigências da vida febril dos nossos dias.

Mas a sua actividade tomou maior vulto quando, nomeado Director da Imprensa Nacional com o advento da República, pôde dar largas ao seu espírito ávido de iniciativas e apercebido do muito que há a fazer em Portugal pela arte de imprimir Os congressos de imprensa, as exposições bibliográficas, o movimento associativo de jornalistas e funcionários, tudo isso lhe mereceu tesouros de zêlo e de carinho. Foi um dos servidores do Estado que mais acreditaram a República.

Êste volume de homenagem à sua memória é colaborado por pessoas que são unânimes em prestigiar Derouet. Bourbon e Meneses, Afonso Lopes Vieira, D. Amélia Rey Colaço, Ramada Curto, D. António Pereira Coutinho, Aquiles Machado, Bento Carqueja, Bernardino Machado, Henrique Lopes de Mendonça, João de Barros, Joaquim de Carvalho, Joaquim Manso, Leite de Vasconcelos, Cardoso de Oliveira, José Maria Rodrigues, Júlio Dantas, Magalhães Lima, Melo Breyner e outros nomes notáveis na política, na diplomacia e no jornalismo falam sentidamente do jornalista e do funcionário.

A edição, que denuncia o gôsto singelo, servido por opulentos recursos gráficos, do pessoal da Imprensa Nacional de Lisboa, representa um esfôrço digno de nota.

V. N.

VÁRIA

Juizo crítico sôbre: José Joaquim Nunes, *Cantigas d'Amigo dos Trovadores Galego-Portugueses*, vol. II, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1926, 471 pp. *(Biblioteca de Escritores Portuguêses)*.

«The indigenous poems of Galicia and Portugal», says Aubrey F. G. Bell (*Portuguese Literature*, Oxford, 1922, p. 22), «of which thirteenth-century examples have survived, are so remarkable, so unlike those of any other country, that they deserve to be studied apart from the Provençal imitations by the side of which they developed. Half buried in the *Cancioneiros*, themselves only recently discovered, these exquisite and in some ways astonishingly modern lyrics are even now not very widely known and escape the attention of many who go far afield in search of true poetry». These popular lyrics are now receiving the separate study which Mr. Bell so justly feels that they deserve. Prof. Nunes, who in 1906 published a *Chrestomathia* of early Portuguese prose and poetry, of which a second edition appeared in 1921, now offers a collection from which the rather artificial *cantigas d'amor* are excluded. Volumes I and III are announced as in press; they are to contain a study of the genre, variants, critical notes and a glossary. Volume II, which forms the subject of the present notice, is devoted exclusively to the text. It contains 512 poems of 88 poets.

This genre is generally distinguished from the *cantigas d'amor* and the *cantigas d'escárneo e mal-dizer* by the fact that in them the *namorada* is represented as speaking first, frequently using the word *amigo* to address her lover. That the editor was not entirely guided by this single criterion is shown by the inclusion of seven of the *pastorelas* which appear in the *Cancioneiros* among the *cantigas d'amor*, and two other *cantigas d'amor;* they were included because of the essentially popular nature of their content. However, several poems, which by their content belong to the artificial Provençal lyric, are included because of their adherence to the form of the *cantigas d'amigo*.

The text is based on the diplomatic editions of the *Cancioneiro da Vaticana* and the *Cancioneiro Colocci Brancuti*, the *Cancioneiro da Ajuda* not containing any poems of this genre. The editor tells us that in rendering obscure passages he compared the two *Cancioneiros* and used freely the suggestions of all those who edited parts of the *Cancioneiros* before him. Where a difference in readings occurred, he took what he deemed the better reading. If neither was satisfactory, he changed the wording, on the assumption that the scribe had been unable to decipher the hand he was copying. Thus words and syllables were added or dropped to suit the rhyme and metre, and verses were rearranged to restore the parallelism of stanzas. But these alterations in the versification were not carried to excess because of the admitted irregularity characteristic of this poetry.

Convinced as he is that the orthography of the *Cancioneiros* is not original but rather of the fifteenth century, Prof. Nunes does not hesitate to change it for the sake of uniformity. For the study of phonology and morphology, the orthography of the manuscripts would have been more useful, even if it is of the fifteenth century, but, as the editions of Monaci and Molteni supply this need of the scholar, and as the purpose of the present edition (as revealed in the dedication to the women of Portugal and Galicia) is to place within the reach of everybody one of the finest types of early Romance literature, the orthography adopted seems entirely rational.

Through this sifting of the *Cancioneiros* for the best that is in them, the golden key with which Portuguese literature is opened is put in the hands of all in more readable form than ever before.

UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA EDWIN B. WILLIAMS

Reprinted from *The Romanic Review*, Vol. XIX, N.º 3
July-Sept., 1928.

As *Cartas* do P.e Antonio Vieira, coordenadas e anotadas por J. Lúcio de Azevedo (t. III, 1928), apreciadas na Academia Brasileira de Letras.

A *Biblioteca de Escritores Portugueses*, que a Imprensa da Universidade edita, enriqueceu-se notàvelmente com a publicação do terceiro e último volume das *Cartas*, do P.e A. Vieira, coligidas e anotadas pela competência excepcional do Sr. J. Lúcio de Azevêdo. O têrmo dêste notabilíssimo trabalho mereceu na Academia Brasileira de Letras a

seguinte comunicação do insigne académico sr. Dr. Afrânio Peixoto, que gostosamente arquivamos:

«Não quero que êste último tômo, o terceiro das *Cartas* do Padre António Vieira, coordenadas e anotadas por João Lúcio de Azevedo, impressas magnìficamente pela Imprensa da Universidade de Coimbra, deixe de ser apresentado à Academia, como os dois anteriores. O eminente historiador de Vieira excedeu a si próprio, depois de tê-lo feito a André de Barros, João Francisco Lisboa, o Bispo de Vizeu e quantos têm escrito sôbre o grande jesuíta, imprimindo-lhe esta edição das cartas, dezenas delas inéditas, tôdas cotejadas com os originais, muitas completadas nas deficiências de anterior publicação, e outras tantas sàbiamente anotadas de alusões históricas e geográficas, e sociais e políticas, indispensáveis à inteligência do assunto.

Herculano e Camilo prezavam mais as cartas que os sermões de Vieira: êstes, prodígios de facúndia, erudição, letras humanas e divinas, fizeram o seu tempo; as cartas, da mesma vernaculidade exemplar, vivem intensamente e retratam a mobilidade do génio de Vieira, missionário, diplomata, político, e evocam um largo trecho da história do Brasil e de Portugal. As cartas são auto-biografia e história contemporânea. Numa tal edição, sábia e prefeita, são dignas de fé e aptas para o ensino. Neste tômo há de tudo, todo Vieira, no declínio de sua gigantesca parábola.

O destêrro e processo em Coimbra, anos de Roma, os últimos anos de Portugal, e finalmente os da Baía, crespúsculo de astro. O anotador não esquece, ao mencionar a restituïção à Baía, «que êle afinal considerava sua verdadeira pátria. Com efeito, aí, por assim dizer, tinha acordado para a vida, passado parte da infância e a adolescência; formara o seu espírito e determinara a rota do destino; lá ia encontrar as recordações sempre gratas da distante mocidade e o que lhe restava da família, da qual, a-pesar-da renúncia, nunca se havia desinteressado». Aí alimparia os seus borrões, disse êle, e faria, um a um, os tomos da edição principesca dos *Sermões*, o seu monumento, erigido pelas próprias mãos. Outro, levantou-lho agora o sábio historiador, que, não contente em lhe contar a vida em dois preciosos volumes, modêlos de escrita e de sciência, agora publica êsses três tomos de cartas, como evocando e revivendo a grande imagem do missionário, do apóstolo, do político, do diplomata, do mestre da língua, glória comum de Portugal e do Brasil. ¡Feliz padre Vieira!».

LIVROS RECEBIDOS

O Instituto de Coimbra recebeu e muito agradece os livros seguintes:

Festschrift zur Vierhundertjahrfeier des alten Gymnasium zu Bremen. 1528–1928, Bremen, of. pela *Bremer Wissenschaftlichen Gesellschaft*. 1 vol.

Límites entre Guatemala y Honduras. Publicaciones de la Comisión de Limites, n.os 5 e 6. Guatemala, 1928. 2 opusc.

A obra do espanhol Fray Francisco de Vitória, a fundação do direito das gentes e o actual direito das gentes, pelo prof. Dr. Barbosa de Magalhães. Famalicão, 1928. 1 folh.

Ensayo de Cronologia Mitológica, por Luís Thayer Ojeda. Valparaizo 1928. 1 vol.

El Sol. Texto de un numero de doce paginas. Madrid, 1928. 1 vol.

El hombre que parecia un caballo y las rosas de Engadi, por Rafael Azevedo Martinez, Guatemala, 1927. 1 vol.

Expansão da cultura megalítica no concelho de Amarante. Subsídios para a história do povo amarantino, por José de Pinho, Pôrto, 1928. 1 folh.

Gomes de Amorim. Vida e obras do ilustre biógrafo de Garrett, por Baptista de Lima Povoa de Varzim, 1928. 1 folh.

Paizes polares, por Hans Rudolph. Barcelona, 1928. 1 vol. (Da ed. *Labor*).

El Salterio de David en la cultura española. (Estudio histórico, crítico e bibliográfico) por Eduardo-Felipe Fernandez de Castro y Álvarez. Madrid, 1928. 1 vol.

EDIÇÕES

DA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

(Coimbra — Portugal)

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DA ARTE PORTUGUESA

(Colecção louvada pelo Ministério da Instrução Pública)

Publicados:

I. — VERGÍLIO CORREIA. — Um túmulo Renascença. A Sepultura de D. Luís da Silveira em Gois. Com um prefácio do Dr. Teixeira de Carvalho. 1 vol. broch. . . . . 8$00

II. — D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS. — Algumas palavras a respeito de púcaros de Portugal. Ed. refundída e ilustrada. 1 vol. broch. (Esgotado).

III. — INDEX DA FAZENDA DO MOSTEIRO DE CELAS. — Manuscrito de Fr. Bernardo d'Assunção, publicado e revisto pelo Dr. Teixeira de Carvalho. 1 vol. broch. (Esgotado).

IV. — JOSÉ DA CUNHA TABORDA. — Regras da arte da pintura com breves reflexões críticas sobre os caracteres distinctivos das suas escolas, vidas e quadros dos seus mais célebres professores. Escritas na língua italiana por Michael Angelo Prunetti e acrescida duma Memória dos mais famosos pintores portugueses e dos melhores quadros seus. 1 vol. broch. (Esgotado).

V. — CYRILLO VOLKMAR MACHADO. — Colecção de Memórias, relativas às vidas dos pintores, e escultores, arquitectos, e gravadores portugueses, e estrangeiros, que estiveram em Portugal. Revista e anotada pelos Drs. Teixeira de Carvalho e Vergílio Correia. 1 vol. broch. (Esgotado).

VI. — VERGÍLIO CORREIA. — Sequeira em Roma (Duas épocas). . . . . 10$00

VII. — HENRIQUE FERREIRA LIMA. — Joaquim Rafael, pintor portuense . . . . . 10$00

VIII. — ANTÓNIO AUGUSTO GONÇALVES. — Estatuária lapidar no Museu Machado de Castro, de Coimbra. Com ilustrações.

Em papel de linho. . . . . 40$00

Em papel de algodão. . . . . 16$00

IX. — PEDRO FERNANDES TOMÁS. — Canções da Beira. 15$00

X. — D. JOSÉ PESSANHA. — O Cális de Ouro do Mosteiro de Alcobaça. A Porcelana em Portugal . . . . . 12$00

XI. — VERGÍLIO CORREIA. — Artistas de Lamego . . . . 12$00

XII. — JULIETA FERRÃO. — Rafael Bordalo Pinheiro e a Crítica. . . . . 6$00

XIII. — VERGÍLIO CORREIA. — Vasco Fernandes, Mestre do Retábulo da Sé de Lamego . . . . . 15$00

XIV. — ANTÓNIO CALDEIRA PIRES. — História do Palácio Nacional de Queluz. Com ilustrações, vol. I . . . . . 30$00

Vol. II.

Em papel de linho. . . . . 35$00

Em papel de algodão. . . . . 20$00

XV. — LUÍS CHAVES. — Os Barristas Portugueses (Nas escolas e no povo). . . . . 12$00

XVI. — HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA. — Joaquim Machado de Castro, Escultor Conimbricense — Notícia biográfica e compilação dos seus escritos dispersos . . . 20$00

XVII. — HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA. — Princesas Artistas (As filhas de El-Rei D. José) . . . . . 8$00

XVIII. — PEDRO VITORINO. — José Teixeira Barreto, Artista Portuense (1763-1810) . . . . . 10$00

XIX. — J. C. RODRIGUES DA COSTA. — João Baptista, Gravador Português do século XVII (1628-1680) . . . . . 15$00

XX. — EDMUNDO CORREIA LOPES. — Cancioneirinho de Fozcôa. Contribuïção para a história e crítica da música do povo português.

Em papel de linho. . . . . 25$00

Em papel de algodão . . . . . 15$00

XXI. — MANUEL PEREIRA CIDADE. — Memórias da Basílica da Estrêla. Publicadas e prefaciadas pelo Dr. António Baião.

Em papel de linho. . . . . 25$00

Em papel de algodão. . . . . 15$00

XXII. — VERGÍLIO CORREIA. — Livro dos Regimentos dos oficiais mecânicos de Lisboa. (1572) 1 vol.

Em papel de linho. . . . . 25$00

Em papel de algodão. . . . . 15$00

XXIII. — D. JOSÉ PESSANHA. — Arquitetura pré-românica em Portugal. (S. Pedro de Balsemão e S. Pedro de Lourosa) 1 vol.

Em papel de linho. . . . . 15$00

Em papel de algodão. . . . . 10$00

XXIV. — LUÍS CHAVES. — Subsídios para a história da gravura em Portugal.

Em papel de linho. . . . . 25$00

Em papel de algodão . . . . . 15$00

XXV. — EMANUEL RIBEIRO — Anatomia da Cerâmica Portuguesa.

Em papel de linho. . . . . 10$00
Em papel de algodão. . . . . 5$00

XXVI. — VERGÍLIO CORREIA. — Pintores Portugueses.

Em papel de linho. . . . . 30$00
Em papel de algodão . . . . . 15$00

A sair:

D. JOÃO IV. — Defensa de la musica moderna contra la errada opinion del obispo Cyrillo Franco. Rev. pelo Sr. Viana da Mota.

ANTONIO CALDEIRA PIRES. — Historia do Palácio Nacional de Queluz, vol. III.

PEDRO FERNANDES TOMÁS. — Canções Portuguesas. (Do século XVIII à actualidade).

VERGÍLIO CORREIA. — Santa Cruz de Coimbra. — Artistas e obras de arte.

—— — O azulejo em Portugal nos séculos XV e XVI.

—— — Artistas portugueses em Itália.

SCRIPTORES RERVM LVSITANARVM

SÉRIE A)

Publicado:

FERNÃO LOPES DE CASTANHEDA. — História do descobrimento, e conquista da Índia. Ed. revista pelo Sr. Pedro de Azevedo, vol. I.

Em papel de linho. . . . . 100$00
Em papel de algodão. . . . . 40$00
Vol. II no prelo.
Em papel de linho. . . . . 100$00
Em papel de algodão . . . . . 40$00

DAMIAM DE GOES. — Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanvel. Conforme a ed. princeps. Rev. pelo Dr. David Lopes, 4 volumes. 100$00

No prelo:

DAMIÃO DE GOES. — Chronica do principe Dom Ioam. Conforme a ed. princeps.

DUARTE GALVÃO. — Crónica de D. Afonso Henriques. Revista e prefaciada por Tomás da Fonseca.

JOÃO DE BARROS e DIOGO DO COUTO. — Décadas. Ed. conforme ed. princeps, revista pelo Dr. António Baião.

FERNÃO GUERREIRO. — Relação anual do que fizeram os padres da Companhia de Jesus nas suas missões do Oriente, da África e Brasil nos anos de 1600 a 1610. Ed. completa das cinco Relações, dirigida e prefaciada por Artur Viegas.

Em preparação:

PAPÉIS RELATIVOS Á GUERRA DA RESTAURAÇÃO E INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL.

SÉRIE B)

Publicados:

I. — HIERONYMO OSORIO. — De rebus Emmanvelis gestis. 3 vols. . . . . 60$00

II. — ITINERÁRIOS QUINHENTISTAS DA ÍNDIA A PORTUGAL. — Rev. e prefaciados pelo Dr. António Baião, vol. I . . . . . 18$00

III. — COMENTÁRIOS DO GRANDE AFONSO D'ALBUQUERQUE. — Conforme a 2.ª ed. Rev. e prefaciada pelo Dr. António Baião, vol. I (Partes I e II) e II (Partes III e IV). . . . . 35$00

No prelo:

ANTÓNIO GALVÃO. — Tratado dos diversos e desvairados caminhos por onde nos tempos passados a pimenta e especiaria veio da Índia as nossa partes, e assim de todos os descobrimentos antigos e modernos que são feitos em a era de 1550. Rev. pelo Dr. Joaquim da Silveira.

SÉRIE C)

No prelo:

D. FRANCISCO MANUEL DE MELO. — Epanaphoras de varia historia portugueza. Ed. dirigida pelo Dr. Edgar Prestage.

Em preparação:

História Trágico-marítima.

BIBLIOTECA DE ESCRITORES PORTUGUESES

SÉRIE A)

Publicados:

BERNARDIM RIBEIRO e CRISTÓVÃO FALCÃO. — *Obras*. Conforme a ed. de Ferrara. Edição preparada e revista por Anselmo Braamcamp Freire e prefaciada por D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos 2 vols. (Esgotado).

CANTIGAS D'AMIGO DOS TROVADORES GALEGOS-PORTUGUESES. Edição crítica acompanhada de introdução, comentário, variantes e glossário pelo Dr. José Joaquim Nunes. 3 vols.

Vol. I:
Em papel de linho. . . . . —$—
Em papel de algodão . . . . . —$—
Vol. II (texto):
Em papel de linho. . . . . 25$00
Em papel de algodão . . . . . 13$00
Vol. III:
Em papel de linho. . . . . —$—
Em papel de algodão . . . . . —$—

No prelo:

SILVIA DE LISARDO.

SÁ DE MIRANDA. — Comédia dos Vilhalpandos. Conf. a 1.ª edição Rev. pelo Dr. A. J. Lopes da Silva.

Publicados:

FR. PANTALEÃO DE AVEIRO. — Itinerário da Terra Santa. Rev. pelo Dr. António Baião.

Em papel de linho. . . . . 35$00
Em papel de algodão . . . . . 20$00

SÉRIE B)

No prelo:

BALTAZAR ESTAÇO. — Sonetos, canções, églogas e outras rimas. Rev. e pref. pelo Dr. António Baião.

Em preparação:

GABRIEL PEREIRA DE CASTRO. — Ullyssea ou Lisboa edificada.

SÉRIE C)

Publicados:

P. ANTÓNIO VIEIRA. — CARTAS. Ed. revista e anotada pelo Sr. J. Lúcio de Azevedo.

Vol. I e II, em papel de linho, cada vol. . . . 60$00
Vol. I e II, em papel de algodão, cada vol. . . 30$00
Vol. III. No prelo.
Em papel de linho. . . . . 80$00
Em papel de algodão . . . . . 40$00

DISPERSOS, de Camilo Castelo Branco. Compilação e notas do Dr. Júlio Dias da Costa.

Vol. I, II, III e IV, em papel de linho, cada vol. . . 50$00
Vol. I, II, III e IV, em papel de algodão, cada vol. 25$00
Vol. V. No prelo.

RODRIGUES LOBO. — Églogas. Ed. Revista, prefaciada e anotada pelo Dr. José Tavares.

Em papel de linho. . . . . 40$00
Em papel de algodão . . . . . 20$00

No prelo:

Fr. HEITOR PINTO. — Imagem da vida christã. Rev. e pref. pelo Dr. Joaquim de Carvalho.

JORGE FERREIRA DE VASCONCELOS. — Memorial das proezas da segunda Tavola *redonda*. *Conforme* a 1.ª ed. Rev. pelo Dr. Alberto Feio.

ELOY DE SÁ SOTO MAIOR — Ribeiras do Mondego. Rev. pelo Sr. Martinho da Fonseca.

A História dos Cavaleiros da Mesa Redonda e da Demanda do Santo Graal. — Ed. completa e crítica segundo o ms. da Biblioteca Nacional de Viena, revista pelo Dr. José M. Piel.

Em preparação:

ALMEIDA GARRET. — Discursos parlamentares.

RUY GONÇALVES. — Dos previlégios e prerogativas que o genero feminino tem por direito comũ e ordenações do reino mais que o genero masculino.

ESTEVAM RODRIGUES DE CASTRO. — Rimas.

DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DA EXPANSÃO ULTRAMARINA DOS PORTUGUESES

No prelo:

Vol. I — Cartas dos Vice-Reis da Índia. Coligidas e revistas pelo Dr. António Baião.

Vol. II — Documentos relativos ao descobrimento e colonização do Brasil durante o século XVI existentes em arquivos portugueses. Coligidos e revistos pelo Sr. Pedro de Azevedo.

BIBLIOTECA DO SÉCULO XVIII

Publicados:

I. — CAVALEIRO DE OLIVEIRA. — Discours Pathétique au sujet des calamités présentes, arrivées en Portugal. Nova ed. seguida duma notícia bibliográfica pelo Dr. Joaquim de Carvalho. 1 vol.

Em papel de linho. . . . . 12$00
Em papel de algodão. . . . . 6$00

II. — RIBEIRO SANCHES. — Cartas sôbre a educação da mocidade. Ed. prefaciada e revista pelo Dr. Maximiano Lemos.
Em papel de algodão. . . . . 12$00

A sair:

CAVALEIRO DE OLIVEIRA. — Reflexoens de Felix Vieyra Corvina de Arcos, Christan Velho Ulissyponense Sobre a Tentativa Theologica, composta pello Reverendo e douto Padre Antonio Pereyra da Congregaçam do Oratorio de Lisboa.

Em preparação:

M. MENDONÇA. — Apontamentos para a educação de hum menino nobre.
RIBEIRO SANCHES. — Metodo para aprender a estudar a medicina. ilustrado com os apontamentos para estabelecer-se huma Universidade real...

BIBLIOTECA DEMOCRÁTICA

Destinada a coligir a obra dos que, já falecidos, concorreram para o progresso das ideas democráticas em Portugal e, mais particularmente, para a proclamação da República Portuguesa.

Publicados:

JOSÉ FÉLIX HENRIQUES NOGUEIRA. — Estudos sôbre a reforma em Portugal . . . . . 5$00

A sair:

J. F. HENRIQUES NOGUEIRA. — O Município no século XIX.

Em preparação:

Obras de José Falcão, João de Meneses, Manuel de Arriaga, Alexandre Braga, etc.

BIBLIOTECA LUSO-BRASILEIRA DE HISTÓRIA DE MEDICINA

I. — Dr. AUGUSTO DA SILVA CARVALHO. — Prodigiosa Lagoa descuberta nas congonhas das minas do Sabará, que tem curado a varias pessoas dos achaques, que nesta relação se expõem. . . . . 5$00

Dr. AUGUSTO DA SILVA CARVALHO. — O culto de S. Cosme e S. Damião em Portugal e no Brasil — História das sociedades médicas portuguêsas.

Em papel de linho . . . . . 60$00
Em papel de algodão . . . . . 30$00

ESTUDOS DE HISTÓRIA E LITERATURA PORTUGUESA

Publicados:

ANTÓNIO JOSÉ TEIXEIRA. — António Homem e a Inquisição. 20$00
—— Documentos para a história dos jesuítas. . . . . 20$00
Dr. M. E. DA MOTA VEIGA. — Esbôço histórico e literário da Faculdade de Teologia, 1872, 1 vol. . . . . 10$00
Dr. B. A. SERRA MIRABEAU — Memória histórica e comemorativa da Faculdade de Medicina, 1872, 1 vol. . . . . 10$00
Dr. FRANCISCO DE CASTRO FREIRE. — Memória histórica da Faculdade de Matemática, 1872, 1 vol. . . . . 6$00
Dr. JOAQUIM AUGUSTO SIMÕES DE CARVALHO. — Memória histórica da Faculdade de Filosofia, 1872, 1 vol. . . . . 6$00
Dr. COSTA SIMÕES. — Notícia histórica dos Hospitais da Universidade, 1882, 1 vol. . . . . 3$00
LUÍS T. DE SAMPAIO. — O Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Subsídios para o estudo da história da diplomacia portuguesa . . . . . 10$00
J. T. DA SILVA BASTOS. — História da Censura intelectual em Portugal. Ensaio sôbre a Compressão do pensamento português, 1 vol. 20$00
MARTINHO DA FONSECA — Aditamentos ao Dicionário Bibliográfico Português de Inocêncio Francisco da Silva. . . . . 20$00
CONDESTÁVEL D. PEDRO DE PORTUGAL. — Tragédia de la insigne reyna doña Ysabel. Rev. e prefaciada por D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos. . . . . 12$00
EDGARD PRESTAGE. — Portugal, Brasil e Grã-Bretanha. Trad. do inglês. . . . . 5$00
—— Fr. Domingos do Rosário, político e diplomata. 1 vol.
Em papel de linho. . . . . 12$00
Em papel de algodão . . . . . 6$00
Dr. QUEIROZ VELOSO. — O Arquivo Geral de Simancas. — Sua importância capital para a História Portuguesa. . . . . 4$00
Dr. TEIXEIRA BASTOS. — Iniciativas Académicas. — A Sociedade filantrópica. . . . . 2$00
ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE. — Livro 1.º dos Brasões da Sala de Sintra. (Esgotado).
Livro 2.º. Em papel «vergé». . . . . 60$00
D. CAROLINA MICHAELIS DE VASCONCELOS. — Estudos Camo-

NIANOS. — I. — O cancioneiro Fernandes Tomás. Índice, nótulas e textos inéditos . . . . . 12$00

—— II. — O Cancioneiro do P. P.e Ribeiro. 1 vol. . . . . 10$00

CAUSA SÔBRE A NULIDADE DE MATRIMÓNIO ENTRE A RAÍNHA D. MARIA FRANCISCA ISABEL DE SABOYA E EL-REI D. AFONSO VI. Publ. e revisto pelo Dr. António Baião. . . . . 12$00

EDGAR PRESTAGE. — As Relações Diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda de 1640 a 1668, tradução de Amadeu Ferraz de Carvalho. . . . . 25$00

D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS. — Nótulas relativas à «Menina e Moça» na edição de Colónia. (1559).

Em papel de linho . . . . . 6$00

Em papel de algodão . . . . . 3$00

LIVRO COMEMORATIVO DA FUNDAÇÃO DA CADEIRA DE ESTUDOS CAMONIANOS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. (Com a colaboração de Afrânio Peixoto, José Maria Rodrigues, Sousa Costa, Manuel de Sousa Pinto, Pedro José da Cunha e J. M. de Queiroz Veloso. . . . . 20$00

CARTAS DE TEOFILO BRAGA E INOCENCIO FRANCISCO DA SILVA. (Anotadas por Alvaro Neves com uma notícia preliminar do Prof. A. Prado Coelho.

Em papel de linho . . . . . 25$00

Em papel de algodão . . . . . 10$00

No prelo:

TRATADO DA VIDA DOS CINCO MARTIRES DE MARROCOS. Nova ed. conforme a 1.ª de 1568, revista e prefaciada por A. G. da Rocha Madahil.

AUBREY F. G. BELL. — Literatura portuguesa. Tradução do inglês.

ANSELMO BRAAMCAMP FREIRE. — Livro terceiro dos brazões da Sala de Sintra.

CAROLINA MICAËLIS DE VASCONCELOS. — Obras Completas.

LUCIANO PEREIRA DA SILVA. — Obras Completas.

JORDÃO DE FREITAS. — O Cavalheiro de Oliveira.

DR. J. M. DE QUEIROZ VELLOSO. — Estudos históricos. I — A crise da Independência. Com numerosos documentos inéditos.

HENRY THOMAS. — Romances peninsulares de Cavalaria. Trad. do inglês.

JOAQUIM DE VASCONCELOS. — Obras.

VARIA

MANUEL DA SILVA GAIO. — O Santo. . . . . 15$00

—— — Eugénio de Castro. Traços biográficos e literários. . . 5$00

ALBERTO PESSOA. — J. J. da Gama Machado. O Homem e a obra. — O legado à Universidade de Coimbra . . . . . 20$00

—— — Ideias Médicas de Eça Queiroz. I — A morte de Amelia e a morte de Luísa . . . . . 5$00

JERÓNIMO OSÓRIO. — Cartas portuguesas. 1 fôlha . . . . . 3$00
—— — Opera. 7 vols. . . . . 80$00
GUILHERME DE AZEVEDO. — Alma Nova. Com prefácio de Tomás da Fonseca. . . . . 10$00
VITORINO NEMÉSIO. — Paço do Milhafre . . . . . 10$00
ANDRÉ FALCÃO DE RESENDE. — Poesias. . . . . 50$00
Dr. BERNARDINO MACHADO. — Homenagens, 1903, 1 vol . 5$00
PAIS VIEGAS. — Manifesto do Reino de Portugal. . . . . 6$00
LUCIANO PEREIRA DA SILVA. — A «Regra geral das festas mudaveis», de Gonçalo Trancoso, 1 vol. . . . . 5$00
Dr. MAGALHÃES LIMA e CRUZ DE MAGALHÃES. — Rafael Bordalo Pinheiro, moralisador político e social. O Museu Rafael Bordalo Pinheiro. 1 vol. . . . . 6$00
JUAN DE VALDÉS — Dialogo de doctrina cristiana. Ed. *fac-simile* avec introduction et notes par Marcel Bataillon. 1 vol. . . . 30$00
Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra. 2.ª ed. 1906 . . . . . 5$00
Discurso pronunciado pelo Reitor da Universidade de Coimbra. Júlio Maximo de Oliveira Pimentel, Visconde de Vila Maior, em 16 de Outubro de 1872, por ocasião da festa comemorativa da Reforma da mesma Universidade, 1872 . . . . . 3$00
AGOSTINHO RODRIGUES DE ANDRADE. — Corografia historico-estatística do Distrito de Coimbra . . . . . 6$00
JOSÉ INÁCIO DA ROCHA PENIZ. — Da influência do foro sôbre a felicidade pública . . . . . 3$00
Estatutos da academia dramática de coimbra, 3.ª edição, 1860 . . 2$00
HENRIQUE DE VASCONCELOS — A Mentira Vital. . . . . 5$00
MANUEL FERREIRA DE MEDEIROS BOTELHO — O que é e o que deve ser a instrução nacional, 1872. . . . . 5$00
Sociedade das sciências médicas de lisboa. — Comemoração centenária em 1923 . . . . . 15$00
Proclamação. A junta provisional do reino aos habitantes de Lisboa, 1820 . . . . . 1$50
JOSÉ CORREIA DE MELO e BRITO DE ALVIM PINTO. — Joaneida ou a liberdade de Portugal, defendida pelo Snr. Rey D. João 1.º — Poema Epico, 1782 . . . . . 20$00
ANTONIO FELICIANO DE CASTILHO. — Epistola ao usurpador ex-infante Miguel Maria do Patrocinio, na sua saída de Portugal, 1834 folheto . . . . . 5$00
—— — Epistola ao povo nas eleições de 1834, folheto . . . . . 5$00
—— — Tributo Portuguez á Memoria do Libertador — 3.ª edição, ornada, além das outras duas lithographias, com a do quadro do Sr. Sendim, 1836 . . . . . 15$00
O Centenário do Marquez de Pombal. Número único, publicado em 1882, por uma comissão de estudantes de Coimbra. — Colaborado por Antonio Candido, Alexandre da Conceição, Carlos Lobo de Ávila, Augusto

Rocha, Luiz Osorio, Macedo Papança (Conde de Monsaraz), Eduardo de Araujo, Francisco Gomes do Rego Feio, Manuel da Silva Gaio, Costa Macedo, Simões Dias, Paçô Vieira . . . . . 5$00

REVISTA ACADEMICA. 1855, 12 numeros e um suplemento. — Colaborado entre outros por Santos e Silva, Alexandre de Meyreles, Thomaz Ribeiro, Silva Ferraz, Albino Giraldes, Barros e Cunha, Soares Franco, Antonio José Teixeira, Ernesto Marrecos, A. Filipe Simões, Teixeira de Queiroz, João de Lemos, José Joaquim de Azevedo, João de Deus, J. M. Veloso, Vicente Silveira, Sanches da Gama e J. C. A. Neill de Medeiros . . . . . 10$00

ANUÁRIO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. — Anos lectivos de 1867-68 a 1898-996. — cada ano . . . . . 8$00

Anos lectivos de 1889-1990 a 1921-22. — cada ano. . . 10$00

RELAÇÕES DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. — Anos lectivos de 1800-801 a 1864-65. — cada ano. . . . . 5$00

GENERAL BARREIROS. — Cartas ao rei D. Pedro V. Rev. pelo Sr. Carlos Ferreira . . . . . 18$00

M. TUDE DE SOUSA. — O Gerez . . . . . 10$00

BIOGRAFIA DA ACTRIZ DELFINA, por José Maria de Andrade Freire, ilustrada com o retrato e fac-simile, 1859. . . . . 3$00

BIOGRAFIA DO ACTOR ISIDORO, por Julio Cesar Machado, ilustrada com o retrato e fac-simile, 1859 . . . . . 3$00

PEDRO VITORINO. — O Grito nacional em 1808 . . . . . 15$00

J. PERPETUO DA CRUZ. — Economia Nacionalista. Principios de economia pura.. . . . . 12$00

MARQUÊS DE FRONTEIRA. — Memórias da sua vida. Rev. pelo Dr. Campos de Andrada.

Vol. I e II cada vol. . . . . 40$00

Vol. III no prélo.

GARCIA DE RESENDE. — Cancioneiro Geral, vol. 3.º, 4.º e 5.º, cada vol. . . . . 10$00

RUBEN LANDA. — La enseñanza secundária en Portugal. . . 10$00

A sair:

ANTÓNIO AURÉLIO DA COSTA FERREIRA. — Obras. Coligidas e revistas pelos professores Henrique Jardim de Vilhena (da Universidade de Lisboa) e Joaquim de Carvalho (da Universidade de Coimbra).

LEITE DE VASCONCELOS. — Opúsculos.

ARQUIVO DE HISTÓRIA E BIBLIOGRAFIA. Revista de erudição.

FIRMINO MARTINS. — Folk-lore de Vinhaes.

SAMUEL DA SILVA. — Tratado da Immortalidade da alma. Rev. e prefaciado pelo Dr. Joaquim de Carvalho.

FRANCISCO SANCHES — Quod nihil scitur. Rev. e pref. pelo Dr. Joaquim de Carvalho.

OBRAS DE ANTERO DE QUENTAL

Publicadas:

OS SONETOS COMPLETOS. — Conforme a 1.ª edição.

Em papel de algodão. . . . . 6$00

PROSAS. — Edição revista conforme ao original, vol. I e II cada volume

Em papel de linho . . . . . 25$00

Em papel de algodão. . . . . 12$00

ODES MODERNAS.

Em papel de linho. . . . . 20$00

Em papel de algodão. . . . . 7$00

PRIMAVERAS ROMÂNTICAS. — 3.ª ed. . . . . 7$00

No prelo:

CARTAS. — Nova edição, aumentada.

PROSAS. — Vol. III.

OBRAS DEPOSITADAS

M. FERREIRA DE MIRA. — Crónicas scientíficas, prefaciadas pelo Dr. Brito Camacho. . . . . 10$00

CASTILHO E CAMILO. — Correspondência trocada entre os dois escritores. Prefácio e notas de João Costa.

Em papel de linho. . . . . 30$00

Em papel de algodão. . . . . 12$00

ANTÓNIO BAIÃO. — Homenagem a Camilo no seu centenário (1825-1925) I. O Sangue Israelita de Camilo. — II. O Romance de Camilo «A Freira que fazia chagas» e o respectivo Processo Inquisitorial.

Em papel de linho. . . . . 12$00

Em papel de algodão. . . . . 6$00

JÚLIO DE CASTILHO — Memórias de Castilho, 2.ª edição, tom. I e II, cada vol. . . . . 20$00

Tom. III e IV no prelo.

REVISTA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA.

Vol. I . . . . . 50$00

Vol. II. . . . . 50$00

Vol. III . . . . . 50$00

Vol. IV. . . . . 50$00

Vol. V. . . . . 40$00

Vol. VI. . . . . 30$00

Vol. VII . . . . . 20$00

Vol. VIII. . . . . 40$00

Vol. IX. . . . . 40$00

Vol. X . . . . . 50$00

Vol. XI no prélo.

ANTÓNIO FERRÃO. — As impressões de um diplomata Português na côrte de Berlim . . . . . 25$00
—— — Gomes Freire e as virtudes da Raça Portuguesa . . . . . 10$00
—— — O Marquês de Pombal e as Reformas dos Estudos Menores. 20$00
—— — Os Arquivos e as Bibliotecas em Portugal . . . . . 35$00
—— — O Povo na história de Portugal. A Restauração de 1640. 5$00
—— — A educação intelectual e a função que nela devem desempenhar a família, o município e o Estado . . . . . 5$00
—— — Teatro e o Animatógrafo na Educação . . . . . 5$00
—— — D. Maria Amália Vaz de Carvalho e a sua obra . . . . . 10$00
—— — A Teoria da história e os progressos da historiografia scientífica. . . . . 40$00
—— — A 1.ª Invasão Franceza. . . . . 40$00
—— — A Academia das Sciências de Lisboa e o movimento filosófico e económico da segunda metade do século XVIII. . . . . 10$00
—— — A reforma pombalina da Universidade de Coimbra. . . . 15$00
—— — A censura literária em Portugal . . . . . 15$00
—— — Os estudos de erudição em Portugal no sec. XVII. . . . . 10$00

OBRAS SCIENTÍFICAS, MANUAIS E LIÇÕES UNIVERSITÁRIAS

Publicadas:

F. GOMES TEIXEIRA. — Obras de Matemática, vols. 4.º, 5.º, 6.º e 7.º cada . . . . . 25$00
GERALDINO BRITES. — Noções de Histologia Humana, 1 vol. 20$00
M. FERREIRA DE MIRA. — Lições de Química Fisiológica, 1 vol. 25$00
MANUEL PAULINO DE OLIVEIRA. — Reptis e Anfibios . . . 3$50
—— — Tabela Dicotómica para a determinação dos mamiferos. . 2$50
J. F. DE MACEDO PINTO. — Guia do Alveitar ou «vade-mecum do veterinário, memorial patológico e terapêutico e formulário, farmacológico. 1901, 4.ª ed. . . . . 4$00
A. X. LOPES VIEIRA. — Catálogo dos Peixes de Portugal em colecção no Museu de Zoologia da Universidade de Coimbra . . . . . 5$00
A. CELESTINO DA COSTA e P. R. CHAVES. — Manual de técnica histológica, 1 vol. . . . . 25$00
J. PERPÉTUO DA CRUZ. — Os Combustíveis. Conferências pronunciadas no Instituto Superior Técnico. . . . . —$—
M. ATHIAS e F. MIRA. — Exercícios de química fisiológica. . . 12$00
JOAQUIM DOS SANTOS E SILVA. — Elementos de Analyse Chimica Qualitativa, 4.ª ed . . . . . 7$50
—— — Noções elementares de Chimica Pratica, para uso dos alunos do Laboratorio Chimico da Universidade de Coimbra. . . . . 5$00

JOSÉ PEREIRA TAVARES. — Ortografia Portuguêsa. Manual do estudioso da língua, 1 vol. . . . . 5$00

No prelo:

M. PAULINO DE OLIVEIRA. — Aves da Península Ibérica.
ANTÓNIO MACHADO. — Lições de Zoologia.
J. VICENTE GONSALVES. — Lições teóricas de cálculo integral.
ALBERTO PESSOA. — A prova testemunhal.

LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA

Código Civil Português, 8.ª edição . . . . . 15$00
Codigo Penal Português, 1852, anotado pelo Conselheiro A. L. de Sousa Henriques Sêco. . . . . 5$00
Código Penal de 1886. . . . . 7$00
Código Administrativo de 1842. . . . . 2$00
» » » **1870**. . . . . 2$00
» » » **1878**. . . . . 2$00
» » » **1892**. . . . . 2$00
» » » **1895**. . . . . 2$00
» » » **1896**. . . . . 10$00
Código de Processo Civil. . . . . 12$00
Código Comercial de 1888 . . . . . 10$00
Código de Processo Comercial . . . . . 4$00
Apêndice ao Código Comercial. . . . . 7$00
Novíssima Reforma Judiciária . . . . . 5$00
Nova Reforma Penal de 1874. . . . . 1$50
Regimento de 20 de Fevereiro (Administração de Justiça no Ultramar). . . . . 1$50
Tabela dos Emolumentos e Salários Judiciais . . . . . 1$00
Manual do Processo Criminal Moderno, por J. I. D. de Carvalho . 10$00
Código da Contribuição Predial . . . . . 3$00
Regulamento Consular de 24 de Junho de 1903 . . . . . 2$50
Legislação Académica, coligida pelo Dr. José Maria de Abreu. Coordenada e ampliada pelo Dr. António dos Santos Viegas, vol. 1.º (1772–1850) . . . . . 6$00
Código Civil Português, Projecto, pelo Visconde de Seabra, 1859, 1 vol. . . . . 12$00
Apostila á censura do sr. Alberto António de Morais Carvalho, pelo Visconde de Seabra, 1.ª parte. . . . . 5$00
Novissima apostila, pelo Visconde de Seabra, 1859. . . . . 6$00
Resposta às reflecções do Sr. Dr. Vicente Ferreira Neto Paiva sobre os sete titulos do Projecto do Código Civil Português, por António Luís de Seabra, 1859. . . . . 5$00

Resposta do auctor do Código Civil às observações do Sr. Dr. Joaquim José Pais da Silva, 1859, 1 vol. . . . . 5$00

Código Comercial de 1883 e apêndice, 4 vols. . . . . 50$00

Colecção oficial de legislação, publicação mensal, contendo todas as leis promulgadas pelas Cortes, decretos e portarias do Governo, consultas do Conselho do Estado, acordãos do Supremo Tribunal de Justiça, etc:

Ano de 1855, n.os 1 a 12 . . . . . 8$00
» » 1856, » 1 a 12 . . . . . 8$50
» » 1857, » 1 a 12 . . . . . 7$50

Colecção de leis e provisões de El-Rei D. Sebastião. Com um primeiro Apendix impresso em 1818 . . . . . 5$50

Legislação Administrativa. Colecção de leis, decretos, portarias, etc., posteriores à publicação do Código Administrativo de 1886:

Volume 1.º . . . . . 6$00
» 2.º . . . . . 8$00
» 3.º . . . . . 5$00

Collecção cronologica de leis extravagantes, posteriores á nova compilação das Ordenações do Reino publicadas em 1603, desde este ano até o de 1761, conforme as collecções Vicentinas e seu Apendix, ás quaes acresceram as compiladas por F. da C. França em suas adições e apendix, 6 vols. com o index. . . . . 30$00

EDUARDO SALDANHA. — **Estudos sobre o Direito Comercial Portugues**, 1896, 1 vol. . . . . 10$00

Estatuto Universitário e demais legislação do Ensino Superior 1 vol. . . . . 2$00

Reformas do Ensino de Farmácia, 1903 . . . . . 1$00

Em preparação:

BIBLIOTECA FILÓSOFICA.
BIBLIOTECA CLÁSSICA.

Todos êstes livros se encontram à venda na

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

e nas principais livrarias de Lisboa,
Pôrto e Coimbra

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 12$00

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15$00

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873–1877)..... 6$00

Idem — Suplemento 1.º (1877–1883)..... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4$50

Noticia sôbre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3$00

Memórias de Castilho, por Júlio de Castilho. Vol. I ..... 20$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra,* sociedade scientífica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos acompanhados do retrato e fac-símile da assinatura dos autores e na língua por êles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números..... 2$000
Número avulso ..... 1$000

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto,* Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 76.º

4.ª SÉRIE VOLUME 5.º

NÚMERO 4

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1928

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Conde de Felgueiras — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Pôrto antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário*. — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário*. — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente*. — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente*. — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão, A. D. B. N. L. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral*. — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, D. F. L. U. L., D. G. E. S. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L., D. G. S. — Prof. M. de Sousa da Câmara, D. I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, D. da Secção de Sciências Físico-Químicas da U. C.

SUMÁRIO

O ensino da morfologia humana, por Geraldino Brites 401
Les Français en Portugal, por G. le Gentil 418
Algumas observações acêrca da influência do inglês no português e do maior veículo dela — o francês, por João da Silva Correia . 451
Na agonia dum regimen — os últimos anos da vigência do foral do Pôrto, por Artur de Magalhães Basto 470
Uma carta de Monaci sôbre o «Cancioneiro da Vaticana», por Vitorino Nemésio 488
Raízes da alma latina, por Estanco Louro 493
Do teatro na literatura indo-árica, por Bernardino Garcias 510
Livros recebidos 532

O ENSINO DA MORFOLOGIA HUMANA (1)

CAPÍTULO I

Contra a Morfologia

Sob uma forma às vezes grosseiramente pejorativa tem-se procurado neste pequenino meio denegrir e apoucar o esfôrço daqueles que à morfologia se têm dedicado, uns porque nas suas pesquizas encontram prazer espiritual, outros porque entendem que assim satisfazem cabalmente as exigências docentes, interpretando-as de uma maneira, a que só mentes atrazadas ou em involução poderiam pôr contestação.

Àparte os destemperos e os desmandos logorreicos, tristes sintomas de tacanho senso moral, tais diligências pretendem ter como fundamento assertos expêndidos de maneira presuntuosa e ridìculamente dogmática ou nelas são apresentadas razões que não são novas, nem originais.

A elas fêz alusão o Prof. H. de Vilhena na conferência feita em sessão da Sociedade Portuguesa das Sciências Naturais, quando disse «*que não raro se ouve que já se conhece e apresenta limitado o campo da anatomia humana sistemática, que se diz habitualmente, com menor precisão e de certo modo maior extensão, a anatomia humana macroscópica,* o

---

(1) Notas colhidas numa viagem de estudo (22 de Janeiro — 12 de Abril de 1928).

que atribuíu «*ao falso conceito que tantas vezes se tem relativamente à anatomia*» (1).

Refere-se também a essas diligências Luís Guerreiro quando fala da, tantas vezes formulada, «*conjectura falsa de nada se poder fazer de um pouco original em anatomia humana, senão descrever «anomalias»* (2). E adiante acrescenta doloridamente: «*... ainda em Portugal muitos médicos e infelizmente até professores falam da Anatomia como sciência que já cumpriu a sua missão*» (3).

Esta afirmação, referente a palavras que já ouvimos também algumas vezes, corresponde à de J. Jolly «*... les prédictions ne siéent pas à la Science: le savant n'est pas un devin... Il est donc décevant de voir certains de nos maîtres annoncer que telle science a donné tout ce qu'elle est susceptible de produire et que, par suite, elle ne progressera plus*» (4).

O sorriso que acompanha a classificação de *anatómicos das anomalias,* representa bem «*cette sorte de dédain avec lequel certains esprits, leurrés par quelques déductions hâtives de la Biologie générale considèrent parfois les sciences morphologiques*» (Fauret-Frémiet) (5).

Pobres sciências morfológicas cujas carreiras são dadas por findas até em centros de alta cultura! Sciências mortas! «*On entend parfois dire... que l'anatomie, en particulier, est une science morte, utile à connaître, mais dans laquelle le chercheur n'a plus rien à glaner*» (J. Jolly).

R. Anthony regista também a afirmação de que a ana-

---

(1) Cf. «Quadro geral da Anatomia», *Arq. de Anat. e Antrop.*, vol. VI, 1920, p. 17.

(2) Cf. Sôbre a doutrina e a escola anatómica do Prof. H. de Vilhena, *Arq. de Anat. e Antrop.*, vol. VII, 1921, p. 11.

(3) Cf. *Idem,* p. 19.

(4) Cf. «L'avenir des sciences morphologiques», *La Presse médicale,* n.º 89, Novembre 1911, p. 905.

(5) Cf. *La cinétique du développement*, Paris, 1925, p. 2.

tomia macroscópica do homem já não é campo para pesquizas, parecer que vem já dos fins do século XIX, em que se chegou a pensar que o que se podia ver à vista desarmada não tinha interêsse, pois que os anatómicos «*avaient vu, en ce qu'on appelle encore avec dédain, la grosse anatomie, tout ce qu'il y avait à voir*» e que era, portanto, necessário «*définitivement abandoner les sentiers battus pour explorer les terres nouvellement découvertes. L'anatomie comparée des mammiféres... fut laissée aux esprits médiocres, comme un travail facile que doivent mépriser les savants dignes de ce nom*» (1).

Diz-se que «*ce n'est que par des artifices de dissection, en dédoublant par exemple des faisceaux musculaires ou des aponévroses, que les anthropotomistes peuvent encore parfois se donner l'illusion de découvrir quelque chose de nouveau*» (R. Anthony).

«*Cosi pensano quelli che intendono l'Anatomia come materia rigidamente descrittiva, stabile nelle sue immutabili posizioni, indifferente a quel movimento rinnovatore che è alimentato dalle grandi conquiste nel campo della biologia.*

Per questi... l'Anatomia è sempre il vecchio tronco, maestoso ma inaridito, della Medicina, incapace par la senilità avanzata a dare vita a verdi virgulti» (E. Luna) (2).

Manouvrier, na introducção ao grande tratado de Anatomia humana de Poirier e Charpy, refere-se à falta de ideas gerais sôbre as relações das sciências entre si, que leva a considerar «*l'Anatomie humaine comme étant à peu près achevée*» e o estudo «*des variations infinies du corps humain comme des détails sans importance ou des jeux de la Nature*» e a

---

(1) Cf. Prefácio do livro de L. Dubreuil-Chambardel: *Variations des artères du membre supérieur*. Paris, 1926.

(2) «Lição de abertura do Curso de Anatomia humana normal em 1926, no Anfiteatro anatomico de Palermo».

classificar a anatomia humana como sciência acessória no quadro dos estudos médicos.

Alfred Giard, no discurso presidencial que pronunciou em 1905, na sessão de abertura da reünião da *Association Française pour l'Avancement des Sciences* (Cherburgo) regista que «... *certains vont clamant: «L'anatomie est morte, la Zootomie se meurt! Il est temps d'abandoner ces études terre à terre qui ne peuvent conduire à rien»*, frases daqueles que pensam «*avec quelques esprits à courte vue que le dernier mot est dit sur telle ou telle partie de la Science*» (1).

A Anatomia patológica... sciência morta também!

¿Para que servirá esta sciência, se o patologista, clama-se, deve pôr de parte o critério anàtomo-clínico? « *Le mot d'ordre pour quelques-uns semble être avant tout et surtout que le clinicien doit « penser physiologiquement »*. (G. Roussy et Ameuille) (2). Assim deve ser, diz-se, porque a anatomia patológica «*a le tort d'être une science d'après-vie. Elle examine le tissu qui a déjà longuement lutté et souffert, elle ne saisit et ne fixe que la réaction cellulaire terminale et si elle veut reconstituer les différents épisodes de la lutte, elle doit le faire expérimentalement, chez l'animal, avec les interprétations dubitatives toujours inhérentes à de telles conditions. Nous n'avons tiré que peu de profits de la pathologie de la cellule morte*». (Sicard) (3).

«*Il est hors de doute que, depuis trente ans environ la médecine s'est adressée de préférence à la physiologie et à l'expérimentation... À l'étude de la lésion on a été amené à*

---

(1) Cf. «L'évolution des sciences biologiques», *Rev. Scient.*, 5.e série, T. IV, 1905, p. 193.

(2) Cf. *Technique des autopsies et des recherches anatomo-pathologiques à l'amphithéatre*. Paris, 1910, p. 4.

(3) «Leçon d'ouverture de la Chaire de Pathologie interne de la Faculté de Médecine de Paris», *La Presse médicale*, 1924, p. 57.

substituer celle des réactions déterminées par cette lésion». (Merklen) (1).

Sôbre esta ordem de considerações se criou em França para a Anatomia Patológica a reputação de «*la plus fossile des sciences mortes* (2).

A Histologia e a Citologia têm também sido objecto de acrimoniosas diatribes, especialmente dos pioneiros mais avançados da Físico-química, posta ao serviço da Biologia.

Começou-se por tentar cobrir de ridículo a Histologia dizendo-a uma sciência que não vai além da determinação das afinidades tintoriais dos tecidos. Foi depois de um período de análise morfológica paralelo à criação e ao desenvolvimento dos métodos de fixação e de coloração, durante o qual «*tout cytologiste fut contraint à devenir teinturier, de peur de ne pas paraître à la page* (C. Bujard) (3).

Não é raro depararmos com afirmações depreciativas, mais ou menos prolixas, que essencialmente se reduzem à interrogação seguinte: Se atentarmos nos progressos suscitados em Biologia pela Físico-química e nas avançadas conquistas da serologia e do estudo dos líquidos orgânicos, ¿para que estudar a morfologia da célula, essa apagada testemunhà de reacções, cuja essência ultrapassa os limites do que nela se pode ver, simples aparelho grosseiro que não desempenha qualquer papel essencial nos fenómenos que no seu íntimo se passam? ¡Abandonemos por conseqüência a morfologia da célula e dos tecidos!

Ch. Richet, no seu discurso de inauguração do Congresso

---

(1) «Leçon d'ouverture de la clinique médicale», A, à Strasbourg, *La Presse médicale*, 12 janvier 1924, p. 33.

(2) Masson — «Diagnostics de laboratoire II. Tumeurs. Diagnostics histologiques», Paris, 1923, p. 5.

(3) «Quelques horizons nouveaux de la cytologie», *Rev. Méd. de la Suisse romande*, n.º 8, 25 Juin 1928, p. 571.

Internacional de Fisiologia, realizado em Viena, em 1910, afirmou que «*les progrès de la morphologie n'ont guère élucidé aucune des questions fondamentales de la physiologie*» e que a medicina não tirou da anatomia microscópica «*à peu près aucun profit*». E lastimava que o progresso da Fisiologia tivesse sido impedido pela tendência de se atribuir à Histologia a possibilidade de explicar as funções. A título de exemplo probante preguntava se da existência na célula nervosa de cinco ou seis grupos de substâncias diversamente còraveis se poderia deduzir a quantidade de oxigénio consumido pela célula, as condições do acto reflexo e as leis da sua irritabilidade. A respeito da Anatomia patológica foi muito mais longe nos seus assertos, não hesitando em dizer que «*toute l'histoire de la pathologie cellulaire, malgré le génie de Virchow, n'a abouti qu'à un échec assez lamentable* (1).

Foi mesmo um histologista que escreveu que «*l'Anatomie pure comme l'Histologie pure sont des sciences mortes. Il n'y a pas plus d'intérêt à décrire des formes ou des structures d'êtres animés qu'à étudier les formes changeantes et capricieuses d'objets fabriqués par quelque fot adroit de ses mains.* (G. Dubreuil) (2).

O histologista é para alguém o especialista que «*lavora in fondo ad un pozzo; egli non vede del cielo che un piccolo tondo; i minuti dettagli della sua specialità lo assorbono al punto che egli li crede i più importanti del mondo; egli pensa di fare della scienza e non fà più spesso che dell'erudizione* (Urbain).

As ideas motrizes das críticas, de que estas são amostra singela, são interessantes e dignas de serem desfiadas: Às

---

(1) Cf. «L'humorisme ancien et l'humorisme moderne», *La Presse Médicale*, n.º 79, 1 Octobre 1910, p. 729.

(2) «Leçon d'ouverture du Cours d'Anatomie générale et d'Histologie», *Gaz. hebd. des Sc. méd. de Bordeaux*, 1921.

vezes é o desejo sincero e louvável de fazer progredir a Sciência de quem prefere o passo desmedido, mal equilibrado, olhar fito na meta, ao caminhar pausado, olhar no solo que pisa e na berma da estrada, com bom bordão de apoio.

Não raro é um narcisismo ridículo e mau, peste que grandes estragos faz nas classes cultas, «*cette attitude intellectuelle, encore inconnue des grands maîtres, mais trop souvent rencontrée d'ailleurs, et qui consiste, reservant toute admiration pour sa propre tâche, à considérer les occupations d'autrui comme de misérables babioles indignes d'un grand esprit*» (Eternod) (1).

«*C'est le triste privilège des esprits étroits et pauvres de ne rien voir que d'ordinaire et d'inférieur chez les autres*» (G. Dubreuil).

Freqüentemente são pseudo-scientistas que têm o culto do mínimo esfôrço necessário para fazer uma reputação e que sabem «*qu'il sera toujours plus facile de critiquer que de créer, devant le public prime-sautier et incompétent. Et la science s'enrichit de légendes là où l'observation serait le plus nécessaire*», tanto mais que «*les observations peuvent être l'objet du dédain des romanciers de la science, qui semblent se soucier médiocrement de regarder et de voir. Du haut d'une supériorité plus ou moins parente de l'incompétence, ils jugent du chic et sans miséricorde, et arrangent les choses au gré de leurs petites préférences* (Kunstler) (2).

Quási sempre são as críticas ditadas por um utilitarismo sem medida, o sentimento que guia aqueles que consideram inútil a cultura que as sciências morfológicas proporcionam e que pensam «*qu'il vaut mieux faire de la clinique systématiquement terre à terre et banale, que la médecine est un*

---

(1) Cf. *Discours d'ouverture du 1r Congrés fédératif d'Anatomie*, Génève, 1905.

(2) Cf. *La matière vivante*, Paris, 1924.

art et la Science inutile au médecin», como dizia, exemplificando e repudiando, Policard na sua lição inaugural do curso de Histologia em Lyon.

Êste utilitarismo dos médicos é uma facêta do daqueles que *«ne peuvent pas admettre qu'un savant travaille autrement que dans un but d'utilité immédiate; ils ne conçoivent une opération scientifique que si elle est suivie d'application. Pour eux, la beauté de la Science n'existe pas, la recherche pour elle-méme est une pure folie; ne compte que «ce qui est utile», «ce qui rapporte» disons le mot. Pour une question de «gros sous» ils bannissent le vrai, l'idéal»*. (J. Chaine)(1).

CAPÍTULO II

A Morfologia e a Fisiologia

O estudo da forma dos sêres vivos não é restrito ao âmbito do conhecimento da sua superfície exterior, das suas relações com o espaço. A Morfologia considera ainda a arquitectura interna e a sua composição ou estrutura, até onde podem levar os meios de observação.

Os conhecimentos adquiridos, segundo é ou não utilizado o microscópio, são convencionalmente distribuídos por dois capítulos: Anatomia microscópica e Anatomia macroscópica. Armado dêste precioso instrumento de trabalho, a que se vêm adicionando outros meios de observação, fornecidos pela Física e pela Química, o morfologista leva a sua análise aos tecidos componentes dos orgãos (Histologia) e às células componentes dos tecidos (Citologia).

A-pesar-dos desejos daqueles que consideram a Histologia sciência de luxo, inútil para a educação do médico, já não é hoje possível renovar as tentativas para estabelecer a antagonista entre a Anatomia macroscópica e a microscópica.

---

(1) Cf. *Anatomie comparative*, Paris, 1922, p. 181.

Embora os pontos de vista sejam diferentes, entre êles não há oposição, nem mesmo separação completa. Entre o objectivo dos cultores da Anatomia macroscópica, ou simplesmente anatómicos, na denominação vulgar, e o daqueles que se ocupam da Anatomia microscópica ou histologistas, designação usual, embora incorrecta, há a mesma diferença que entre a orientação de quem estuda uma casa, vendo o seu aspecto exterior, o número e disposição dos compartimentos, sua capacidade, grossura das paredes etc., e a do observador que atende à natureza e qualidades dos materiais de que o edifício é feito, à sua disposição recíproca, à maneira como estão ligados entre si.

Desde o início da formação do óvulo até ao momento em que a organização do novo sêr se completa, desde êste instante até à morte, a forma do ser vivo sofre contínuas modificações, segundo um plano, que não é fixo, mas cujas variações são tão lentas que podemos num dado momento considerá-lo como tal. Embriologia e Anatomia do desenvolvimento são as designações dêstes dois outros capítulos do estudo da forma.

Outras modificações se dão na forma, manifestações plásticas de desvios da evolução ou de perturbações da função, uns reparáveis, outros definitivos e podendo interromper o curso da vida, determinados por causas as mais diversas, umas intrínsecas, outras extrínsecas, actuando por variados mecanismos, quer no período organogénico, quer durante a vida post-embrionária. É um conjunto de aspectos que o morfologista tem de considerar e que, para facilitar o seu estudo, agrupou sob as epígrafes de Teratologia e Anatomia, Histologia e Citologia patológicas.

Mas a forma não existe por si, nem para si. Quer seja a causa, quer a conseqüência de uma determinada função, tem com esta estreitas relações. Conseqüentemente só se poderia estudar isoladamente a forma por uma abstracção sis-

temática que, nem sob o ponto de vista didáctico, seria inteiramente justificável. Daqui resulta uma ampliação do domínio da Morfologia que não é invasão do da Fisiologia, embora seja de transição para êle. A Anatomia aproxima-se tanto da Fisiologia que merece com propriedade a designação de Anatomia fisiológica. A Histologia ocupa-se da maneira como intervêm os tecidos na execução das funções (Histofisiologia). A Citologia trata de averiguar o papel que cabe, como agente ou como simples testemunha, a cada um dos componentes estruturais da célula nos fenómenos vitais que nela se passam.

Mesmo nestas condições não há oposição entre a anatomia macroscópica e a microscópica. Entre o cultor de uma e outra há a diferença que existe, — reproduzindo a comparação de d'Aubert de Peyralongue —, entre o turista que aprecia uma cidade pelo aspecto e o movimento das ruas que vai percorrendo e aquele que, penetrando nas habitações surpreende os pormenores da vida dos seus habitantes.

A Morfologia tem íntimas e extensas relações com a Fisiologia. Foram os morfologistas que prepararam a eclosão da Fisiologia. Ramo do tronco magestoso e vetusto da Morfologia, a êle se encostou quando era pequena a sua resistência aos ventos adversos. Depois continuaram a desenvolver-se lado a lado, crescendo a fronde ora mais pelo ramo morfológico, ora mais pelo ramo fisiológico, mas interlaçando mais e mais os seus ramúsculos. Tem-se procurado afastá-los um do outro, estabelecer de maneira rigorosa a sua independência, mais ainda, extremar os dois campos morfológico e fisiológico, opondo-os mesmo um ao outro, especialmente em França.

Estas diligências vêm desde os princípios do século XIX, e a elas não foram estranhos Treviranus na Alemanha e Lamarck em França e atingiram o seu auge com Gegenbaur. Todavia, facto interessante, êste investigador, que considerava

a Morfologia e a Fisiologia duas sciências inteiramente distintas pelos seus fins e pelos seus métodos, que estudou com afinco uma e outra para demonstrar as suas diferenças, reconheceu a importância que tem a função no estudo da forma.

A Morfologia é uma sciência exclusivamente de observação; examina os sêres vivos ou mortos. A Fisiologia é quási ùnicamente uma sciência de experimentação; estuda só o vivo. O facto morfológico distingue-se imediatamente do fenómeno fisiológico porque êste implica necessàriamente a idea de tempo, de duração, noção que o primeiro nunca comporta (Rafael Dubois). Tais são os argumentos com que se procura estabelecer a antinomia.

Ora tais razões não autorizam que se estabeleça oposição entre a Morfologia e a Fisiologia e nem mesmo uma independência rigorosa e absoluta.

A Morfologia utilisa processos de trabalho que não constituem um quadro rigido, cujos limites não possam ser ultrapassados. Recorre a todos os processos que possam levar ao conhecimento perfeito da forma e das suas modificações fisiológicas; pode utilizar e tem utilizado a experimentação, e, como exemplo, basta lembrar o que deve a textura dos centros nervosos aos métodos experimentais de Waller e de Gudden, preciosos meios de análise morfológica nas mãos de uma pléiade brilhantíssima de investigadores. Fazer actuar um reagente sôbre um tecido no campo do microscópio é experimentar. Experiência é também a prática dos métodos histológicos de Weigert para a elastina, de Achúcarro-Rio Ortega para o colagénio, de Golgi, de Cajal, e de tantos outros. O estudo dos leucòcitos durante a diapedese e a fagocitose, os estudos de Ranvier sôbre a morfologia das células glandulares durante a secreção salivar, foram feitos por meio de experimentação.

Por outro lado ponderemos que a experimentação em

Fisiologia seria impossível sem a observação, uma implicando necessáriamente a outra. O fenómeno fisiológico é afinal um conjunto de factos espontâneos ou provocados, cuja sucessão, relacionação e causalidade a Fisiologia estuda, factos que muitas vezes são da alçada da Morfologia.

Consideremos ainda que a Fisiologia tem estudado órgãos e tecidos mortos: Todos os estudos sôbre autólise o demonstram.

Diz-se que a Morfologia faz o estudo estatico dos sêres vivos, pertencendo o da sua dinâmica à Fisiologia. Sabemos que qualquer órgão que trabalha é a sede de modificações mais ou menos complexas de estrutura, modificações que se repetem enquanto a função é normal. Por conseqüência, quando queremos tomar conhecimento da morfologia interna de um órgão, cuja função desconhecemos ou conhecemos de maneira imperfeita, procuramos obter uma imagem e nítida do órgão em questão em cada um dos instantes do seu trabalho fisiológico e dos períodos de repouso, se êstes existem ou o presumimos. A sucessão destas imagens, êste *film,* e só êle, diz-nos qual seja a estrutura e textura do órgão, ao mesmo tempo que é a imagem morfológica da função. Êste estudo que é morfológico, não é estatico, pois que envolve a noção de movimento, embora não procuremos averiguar quais sejam as causas que provocam a passagem de uma imagem à imagem seguinte. Dada a instabilidade morfológica do órgão, segundo a fase da vida do sêr a que êle pertence, e a transformação porque passam lentamente todos os sêres durante a evolução, a noção de estrutura do órgão só poderá resultar duma abstracção. O conhecimento real e vivo obter-se-há ligando à idea de estrutura a de movimento. Se se quizer atribuir às palavras o seu significado restrito, a Morfologia, considerada sob o ponto de vista estático, será um conjunto de esquemas e nada mais.

A Morfologia e a Fisiologia não se opõem, completam-se.

CAPÍTULO III

A orientação fisiológica da Morfologia humana

As diatribes contra a Morfologia e os morfologistas têm por fim, por parte dos melhor intencionados dos seus autores, impulsionar os estudos morfológicos, segundo directrizes que se dizem ou supõem inteiramente novas. E assim de todos os centros de cultura se clama que a Morfologia deve ser fisiológica e se vocifera contra os que erròneamente são considerados agentes de uma cultura retrògrada ou pelo menos estacionária.

Não é dificil demonstrar que a grita é inoportuna e injusta. A Morfologia humana, a mais particularmente visada, tem sido quási ininterruptamente fisiológica e a Fisiologia tem encontrado sempre na Morfologia o mais precioso dos seus auxiliares.

Logo ao alvorecer da Morfologia, ao estudo da forma se aliava a pretensão de conhecer a função. Assim Alcméon de Crotona, o fundador da Anatomia (Krische) estudou a morfologia do cérebro e levou os seus contemporâneos a reconhecerem nêle o órgão central da actividade intelectual. Já então pôs a experimentação ao serviço da Morfologia, pois por esta via descobriu os nervos óticos. Eupédocles, estudando os órgãos dos sentidos, localizou a sensação auditiva no labirinto. A anatomia hipocrática tem esta mesma preocupação e Aristóteles associou ìntimamente a Anatomia e a Fisiologia e assim mostrou que um órgão pode variar de aspecto e de constituïção de um animal para outro, conservando a mesma função. Aristóteles já nesses recuados tempos sustentava que o facto é a fonte principal do conhecimento e que o estudo rigoroso dos factos deve preceder sempre o estudo das causas que os produzem e o da maneira como êles se comportam.

Na Escola de Alexandria, na côrte dos Ptolomeus, viciosa mas amante da Sciência, não era só a disposição das vísceras, os seus caracteres morfológicos que Erasistrato e Herófilo buscavam nos cadáveres ainda fumegantes dos indivíduos que lhes eram entregues para serem estudados imediatamente depois da morte. Era a vida, era a função que procuravam surpreender estes carrascos, no dizer de Tertuliano, que faziam vivisecção no homem, sob a protecção e o olhar benévolo, se não instigador, da crueldade e o desprezo pela vida humana que eram a norma dêsses tempos. É nessa época que se forma a escola empírica, que toma como norma que a experiência prática é a única directriz do exercício da Medicina, sendo, portanto supérfluos os conhecimentos teóricos, como a Anatomia. Registemos esta nota, pois representa na história da Medicina certamente a primeira diatribe dirigida contra a Morfologia.

Galeno foi também anátomo-fisiologista. Pensava, por ex., que a função de qualquer órgão pode ser revelada, quer pela própria disposição das partes, quer pela experimentação.

De Galeno ao século XIII os séculos perderam-se na análise, interpretação e deturpação das doutrinas aristotélicas e galénicas, sob a influência esterilizante do dogmatismo da Igreja, a detentora da direcção das ideas e das consciências. O estudo directo da natureza foi inteiramente abandonado durante tôda a Idade-Média em que «*on se représente Aristote comme une sorte de Moyse payen, dont la parole est aussi infaillible que celle des livres saints* (Ed. Perrier).

Cêrca do ano 1200, Alberto o Grande teve a ousadia de combater o princípio da autoridade. Monge dominicano atacou revolucionàriamente a escolástica e fêz-se o pioneiro do retôrno à observação directa dos factos que a natureza oferece; o seu tratado sôbre a anatomia e a fisiologia comparadas do homem e dos animais consagra esta orientação.

Alberto o Grande teve um émulo em Rogério Bacon que,

iconoclasta mais forte de pulso e de pensamento, tratou com a maior aspereza a autoridade dos antigos, manifestou ostensivamente o seu desprêzo pelos sábios e pela sciência do seu tempo e pugnou pela observação directa e pela experiência, proclamando que cada um veja por si e reflita no que vê.

Leonardo de Vinci foi outro inovador que não teve aquele respeito místico pelo passado que os seus contemporâneos ostentavam. Dos antigos regeitou tudo o que a sua experiência e a sua observação mostraram ser erróneo, desenvolvendo uma e outra durante tôda a sua vida, levando a sua análise até onde os recursos da época permitiam, estudando a organização dos sêres como anatómico e como filósofo.

Estes grandes investigadores e pensadores exerceram uma acção de renascimento scientífico que, todavia, não teve resultados imediatos; os seus efeitos não foram além da sua vida. Era tal a confiança cega na sciência dos antigos e o orgulho do falso saber, tal a tirania do dogmatismo teológico que até ao século XVI os espíritos não se libertaram da submissão supersticiosa à autoridade de Galeno e dos seus predecessores.

Nos séculos XIII, XIV, XV e parte do XVI dissecou-se muito, mas com pouco proveito para a sciência da forma. «*On ne cherchait alors, en examinant la structure de l'homme, qu'à confirmer tout ce qu'avait dit Galien et on trouvait cette confirmation parce qu'on voulait absolument l'y rencontrer.* (Kurt Sprengel). *On était tellement convaincu de sa science que certains anatomistes préféraient douter de la constance de la nature plutôt que de croire à une erreur de sa part, tandis que n'hésitaient pas à avancer que si les textes ne concordaient pas avec les observations du jour, c'est qu'ils avaient été corrompus*» (J. Chaine).

Muitos erros de Galeno, resultantes da generalização ao homem, cujo cadáver parece que êle nunca dissecou, dos

resultados obtidos pelo estudo dos animais e especialmente do macaco, só foram reconhecidos 1400 anos depois da sua morte. Foi esta a obra de Vesalio que, derrubando definitivamente a tradição, acabou com o predomínio da anatomia medieval e as doutrinas especulativas galénicas que mais ou menos prendiam os seus contemporâneos e os seus predecessores, aliás dissectores e investigadores distintos, como Alexandre Achillini, Berengário de Carpi, Guido Guidi, Alexandre Benedetti. A sua obra era de tal modo revolucionária e os duzentos e tantos erros da tradição galénica, que as suas lições de Pádua denunciaram, provocaram tal reacção dos tradicionalistas que o próprio mestre de Vesalio, Dubois, o qualificou de louco. Então, como agora, era perigoso «*d'avoir raison vingt quatre heures avant tout le monde sous peine de passer pour avoir perdu l'esprit*» (La Rochefoucauld).

Durante todo êste larguíssimo período anterior a Vesalio a associação íntima entre a Morfologia e a Fisiologia manteve-se. Como era sempre a vida que se procurava estudar e como se supunha que a vida estava unida aos líquidos, a anatomia das partes sólidas era desprezada e dos órgãos eram particularmente estudados aqueles que colaboravam na formação, transformação ou eliminação dos quatro humores cardinais (sangue, flegma, cólera, melancolia). As disposições morfológicas eram relacionadas com fantasias fisiológicas as mais extravagantes, em que o princípio das causas finais tinha primacial papel. «O coração não é mais amplo porque, se o fôsse, os espíritos que êle contém enfraquecer-se-hiam pela dispersão; a prova é que os animais que têm o coração grande, são tímidos» (Zarbi e Mundini de Luzzi). Para exemplo basta.

Pouco a pouco na segunda metade do século XVI a acção de renovação de Rogério Bacon e de Leonardo de Vinci foi frutificando. As doutrinas de Ramus e de Giordano Bruno, as rivalidades entre as Universidades estimulando a investi-

gação da Natureza, a fundação de Academias e de Sociedades scientíficas, a influência da Reforma estabelecendo a liberdade de exame, a grande difusão das ideas conseqüente à descoberta de Gutemberg, eliminaram a escolástica.

O culto do facto, baseado na observação e na experiência, levou a inúmeras descobertas que enriqueceram a Anatomia e de que muito aproveitou o conhecimento das funções «*La plupart des anatomistes de cette époque considéraient l'étude de l'organisation du corps humain simplement comme un préliminaire nécessaire à la détermination de la fonction des organes; ils étaient souvent ainsi plus physiologistes qu'anatomistes*» (J. Chaine). Encontram se ligados a estas descobertas os nomes de anatómicos como Eustáquio, Falópio, Fabrício de Acquapendente, Ingrassias, Arânzio, Servet, Casserius, van Spieghel, Koter, Bauhin, etc.

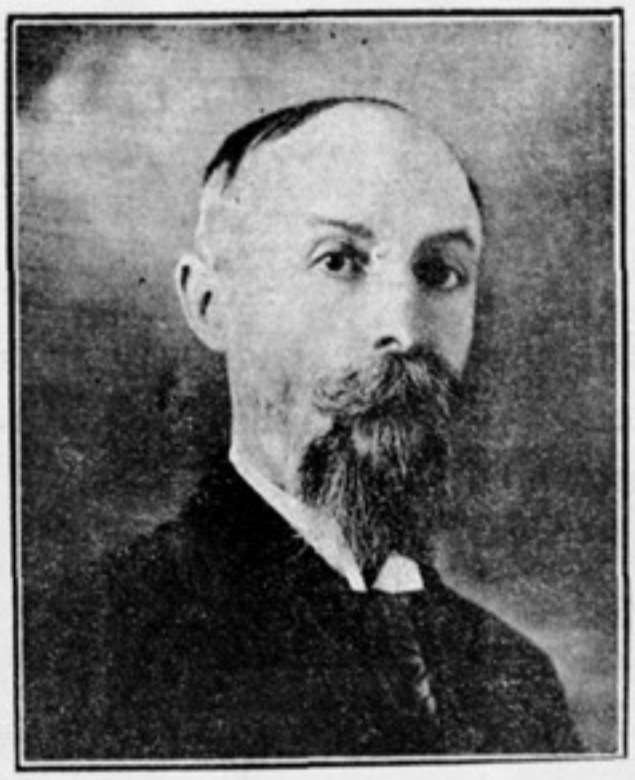
Falópio marca um ponto de vista original: «*il passe en revue un certain nombre de tissus et cherche à en définir les usages et, autant qu'on le pouvait à cette époque, les propriétés et la constitution*» (Mathias Duval).

(Continúa).

GERALDINO BRITES.

LES FRANÇAIS EN PORTUGAL

Un préjugé assez répandu veut que les Français, à toutes les époques de leur histoire, aient systématiquement ignoré les littératures étrangères. Que de cette indifférence il existe quelques exemples au XVIII[e] siècle, quand des princes belges, des abbés italiens et jusqu'à des rois de Prusse écrivaient dans notre langue, nous n'en disconviendrons pas. C'est l'époque, néanmoins, où Voltaire découvrait Shakespeare. Auparavant nos lyriques du XVI[e] siècle s'inspiraient de Pétrarque, nos dramaturges du XVII[e] s'approvisionnaient chez les Espagnols. Et le temps allait venir où, sur les pas de M[me] de Staël, nos romantiques devaient s'éprendre de l'Allemagne et, sur la foi de Schlegel, s'enticher de Calderon. Il n'y aurait, en conséquence, aucun paradoxe à soutenir que nos grands siècles littéraires ont été, par définition, cosmopolites, car le tempérament national — et il en serait de même, je crois, dans toutes les littératures — n'a vraiment pris conscience de lui même que lorsqu'il se voyait obligé, après un effort loyal d'imitation, de réagir contre des



G. LE GENTIL

façons étrangères de sentir et de penser. Est-ce à dire que, dans cet échange incessant, le Portugal ait eu chez nous la part qui, de plein droit, lui revenait? On ne saurait, en bonne justice, le prètendre. Mais de là jusqu'à déclarer que vos grands classiques du XVI^e^ ou du XIX^e^ siècle sont restés pour nous lettre morte, il y a loin. Vous comptiez en France autant et plus d'admirateurs qu'en tout autre pays. Qu'ils aient atteint ou non la célébrité, voilà ce qui, malheureusement, n'était pas en notre pouvoir. On souhaiterait, il faut le reconnaître, que Camões et Garrett aient trouvé dans les lettres françaises de plus dignes interprétes. Mais nous avions, céla est incontestable, nos informateurs. Beaucoup, partis avec des préventions, se sont instruits et formés sur place. Quelque uns, acclimatés à Lisbonne, ont perdu jusqu'à la pensée de revenir. C'est de ces intermédiaires utiles, dont la plupart sont restés inconnus mais dont certains nous apparaissent comme respectables, que je voudrais vous entretenir aujourd'hui.

Et point n'est besoin de remonter jusqu'au déluge. Il serait facile, à vrai dire, de prouver qu'on rencontrait des Bourguignons chez vous dès l'aube de la monarchie et même avant la transformation du comté de Portugal en royaume. On leur avait réservé, à Guimarães, tout un quartier (1). Ils avaient fondé maint établissement dans le Ribatejo. Les moines, là comme ailleurs, étaient les auxiliaires inséparables des chevaliers. Ceux de Rocamadour avaient obtenu la ville de Sousa au temps de Sanche 1^er^. On nous dit qu'ils relevaient de l'évêché de Coïmbre et que leurs priviléges furent confirmés sous Alphonse III et Sanche II. Ils entretenaient dans plusieurs villes, notamment à Santarem, des hôpitaux (2). Nous sommes tentés, arbitrairement peut être, d'établir un rapport entre leur activité et la venue en Portugal d'Aymèric

(1) *Quadro elementar*, t. I, XLI.

(2) *Monarquia Lusitana*, Antonio Brandão, V^e^ partie, ch. XL, p. 272.

d'Hébrard, fils du seigneur de Saint-Sulpice, en Quercy. Rien ne prouve qu'il ait, comme on le prétend, initié D. Denis à la poésie. L'influence des troubadours, déjà repandus dans la Péninsule, y aurait suffi. Ajoutons que le précepteur du roi, qui revint mourir en France après avoir occupé le siége épiscopal de Coïmbre, ne nous apparait, dans l'histoire portugaise, que sous les trait d'un ecclésiastique. D'autres le suivirent et d'autres l'avaient précédé, comme ce Maurice Burdin, appelé de Limoges au début du XII^e^ siècle, qui devint archevêque de Braga, puis antipape (1). Nos compatriotes — les exemples tirés de l'histoire d'Espagne en fourniraient la preuve concluante, — furent nombreux dans les ordres de Cluny, de Citeaux, du Temple, de l'Hôpital. Et quand nous aurons cité le sculpteur inconnu des tombeaux d'Alcobaça, précurseur de Nicolas Chantereine et de Nicolas de Rouen, nous aurons déterminé sous son triple aspect militaire, ecclésiastique, artistique, l'importance de la contribution française au moyen âge.

Il ne semble pas que nos marins ou nos soldats, à l'exception des Bourguignons et des Flamands qui relevaient d'un autre pouvoir, aient été associés, ni pendant le XV^e^ siècle ni pendant le XVI^e^, à l'entreprise des grands découvertes. Vous aviez quelques raisons de tenir les Dieppois à distance. Et François I^er^ ne vous pardonnait pas facilement de l'avoir, suivant une formule pittoresque, «exclu du partage d'Adam». Aussi les diplomates que ses successeurs envoyaient pour trouver, à une querelle sans cesse renouvelée, des solutions toujours pacifiques, ne chômaient-ils pas. L'un d'entre eux, Nicot, pour des raisons quelque peu étrangères à son mérite, est passé à la postérité. On veut qu'il soit l'introducteur du tabac. Cette gloire, à vrai dire, lui a été disputée par Thevet, missionnaire qui, rentré du Brésil en 1556, se vante

---

(1) F. Denis, *Portugal*, Paris, 1846, p. 3, 23.

d'avoir fait connaître le «petun» à la cour (1). Nous savons pourtant, d'après le témoignage d'un contemporain, Neander, que Nicot fut initié aux vertus de «l'herbe étrange» par un gentilhomme flamand que certains érudits, parce qu'il avait la garde des papiers royaux, essaient d'identifier avec Damião de Góis. Étant donné que le tabac, d'autre part, fut d'abord appelé *nicotiane,* ou *médicée* et *catherinaire,* du nom de la reine de France, Catherine de Médicis, il faut bien convenir que son introduction présente plus d'un rapport avec l'ambassade de 1559. N'exagerons pas toutefois l'importance d'une question accessoire. La mission de Nicot, en réalité, offre un double intérêt, politique et littéraire. Sa correspondance nous apprend que les Français, malgré de sévères prohibitions, allaient vendre leur blé à Lisbonne et qu'ils y sollicitèrent vainement, en cela moins favorisés que les Hollandais, le droit de s'y fournir d'épices. D'où chez notre agent, le souci, de plus en plus pressant, de se documenter sur ces denrées précieuses. La composition même de sa bibliothèque, aujourd'hui conservée à Copenhague, nous renseigne sur ce qu'on pouvait savoir en France, vers le milieu du XVI^e^ siècle, du Portugal et de son expansion maritime, car on y voit figurer, à côté d'un traité sur la navigation du pilote Andrè Pires et de routiers des Indes Occidentales, de la Chine et de la côte d'Afrique, un manuscrit où Nicot, de sa propre main, enregistrait, à la date de 1559, les progrès de la navigation et de la conquête. Que cette curiosité lui ait été suggérée par des mobiles intéressés d'ordre patriotique, elle n'en témoigne pas moins chez ce diplomate qui avait commencé par être, chez le garde de sceaux, préposé à la conservation des archives, d'une réelle ouverture d'esprit et d'un effort méthodique d'investigation. C'est du reste autour de son ambassade que

---

(1) *Du tabac au Paraguay*, par M Demersay, avec une lettre sur l'introduction du tabac en France par M. Ferdinand Denis, Paris, 1851.

semblent, pour cette époque, graviter les témoignages français (1).

Un professeur, Nicolas de Grouchy, l'avait précédé. Nous ne retracerons pas la carrière de cet ancien collaborateur d'André de Gouveia au collège Sainte-Barbe et au collège de Guyenne. Nous ne rappelerons pas quelles mésaventures attendaient les compagnons qu'il avait amenés de Bordeaux à Coïmbre et quels incidents justifièrent la confiscation du Collège des Arts par les Jésuites. Constatons seulement, à la décharge de l'inquisition portugaise, que ses soupçons, pour une fois, tombaient juste. Car Buchanan, incontestablement, sentait le fagot. Il s'était moqué des Cordeliers en Écosse. Il avait renouvelé sa dangereuse plaisanterie à Bordeaux. Il affirmait en toute occasion son mépris pour la scolastique. Nous admettrons facilement qu'on l'ait surpris, à Coïmbre, en train de manger de la viande en carême et qu'il y ait tenu des propos hétérodoxes. Vouloir, d'autre part, se porter garant de l'orthodoxie de Grouchy serait commettre la même imprudence. Les protestants ne le réclameraient pas s'il ne leur avait, dès cette époque, donné des gages. Les violentes polémiques que souleva sa traduction latine d'Aristote — la répercussion s'en fit sentir jusqu'en Portugal — n'intéressent que les spécialistes. Mais nous le féliciterons d'avoir, le premier, soupçonné l'importance et découvert l'attrait de la littérature portugaise. La pensée l'écrire l'histoire des grandes découvertes avait pris naissance dans un milieu d'humanistes. Góis, vraisemblablement guidé par Erasme, avait donné l'exemple. Un ancien professeur du collège de Guyenne, Jacques de Teive, publia en 1548, à Coïmbre, un opuscule en latin sur le siège de Diu. Guérente et Grouchy, tous deux de famille militaire, ne pouvaient se désinteresser des exploits

---

(1) Edmond Falgairolle, *Jean Nicot, ambassadeur de France en Portugal*, Paris, 1897.

des Portugais en Orient. Grouchy s'était lié avec Castanheda, gardien des archives et bedeau de l'Université. Leur amitié, où il entrait plus qu'une estime d'ordre littéraire, survécut à la séparation. L'historien fit parvenir son grand ouvrage à l'humaniste en Normandie. Pièrre Delamarre, vicomte du duché de Longueville, en demanda bientôt la traduction. Grouchy ne s'y prêta qu'avec répugnance. Le français était une langue qu'un latiniste pouvait se réserver le droit d'écrire maladroitement. La traduction n'en parut pas moins en 1553. On a quelque raison de croire qu'elle attira l'attention, puisque Grouchy, enhardi par le succès, entreprit celle de la *Castro* de Ferreira, dont le manuscrit, malheureusement, a disparu. Mais l'impulsion était donnée. Simon Goulard, en 1587, allait traduire Osorio. Les Anglais, il est vrai, nous avaient devancés puisqu'ils connaissaient Damião de Góis dès 1533. Mais nous devions, une fois de plus, servir d'intermédiaires. La traduction allemande de Castanheda, en 1565, fut faite sur la traduction française (1).

On peut se demander si les Français qui comprenaient si bien l'importance des oeuvres historiques publiées en latin et en portugais, ont rapporté des moeurs et de la vie de Lisbonne une impression directe. L'anecdote rapportée par Brantôme, le chroniqueur des *Dames galantes*, nous permet de l'affirmer. L'infante D. Maria, célébrée par tant de poètes, y apparaît sous le jour plus favorable. Nicot lui même n'avait pu résister à son charme: «L'infante D. Maria était avec le roi quand je lui ai baisé les mains qui est une belle princesse et si richement était parée qu'il semblait qu'il ne fut demourré pierrè ni perle en Orient (2)». Mais si l'ambassadeur nous fournit maint détail sur le passage à Lisbonne, en 1560,

---

(1) Vicomte de Grouchy, *Étude sur Nicolas de Grouchy*, Paris, Caen, 1878.

(2) Falgairolle, *Jean Nicot*, Lettres, p. 2.

du Grand Prieur de France, frére de Henri de Guise, il ne nous dit pas que l'amiral ait inspiré un sentiment tendre à la princesse. Le joli roman d'amour conté par Brantôme ne s'écarte pas, toutefois, de la vraisemblance. Nous savions que l'infante D. Maria correspondait avec sa mère, devenue l'épouse de François 1^er^, et qu'elle écrivit à Henri II pour lui réclamer une partie de son héritage, notamment les seigneuries de Languedoc (1). Cette France lointaine, dans son imagination romanesque de jeune fille déjà éprouvée par les déceptions, pouvait être parée de graces mystérieuses. Quant au témoin lui même, le respect avec lequel il fait, en faveur de cette renommée intacte, une exception à son habituelle malignité, suffirait pour nous inspirer confiance. Nous savons d'ailleurs que Brantôme avait pris part à l'expédition organisée par Philippe II contre le Peñon de Velez, qu'il revint à Lisbonne sur un navire portugais, reçut de Dom Sébastien l'habit du Christ et put ainsi recueillir, quatre ans seulement après le passage du Grand Prieur, une information de bon aloi:

«Elle lui fit tout plein de beaux présents, entre autres lui bailla une chaîne pour pendre sa croix (de Malte) toute de diamants et rubis et perles grosses, proprement et richement elabourée, et pouvait valoir de 4 à 5oo écus et lui faisait trois tours. Je crois qu'elle pouvait bien valoir cela, car il l'engageait toujours pour 3oo écus, ainsi qu'il fit une fois à Londres lorsque nous tournâmes d'Ecosse, mais aussitôt étant en France, il l'envoya désengager; car il l'aimait pour l'amour de la dame, de laquelle il était encaprisé et fort pris et crois qu'elle ne l'aimait pas moins».

Il avait, dit-on, la ferme intention de l'épouser. Il n'aurait pas été éconduit, ajoute le narrateur: «Sans ces maudits troubles (les guerres de religion), il y allait et en fût sorti, à

---

(1) *Quadro elementar*, t. III, p. 362.

mon avis, à son honneur et contentement. La dite princesse l'aimait fort et m'en parla en bonne part, et le regrettait fort, m'interrogeant de sa mort, et comme éprise, ainsi qu'il est aisé en telles choses, à un homme un peu clairvoyant, de connaître (1)». Le sujet, à supposer même que l'imagination fertile de Brantôme ajoute ici à la réalité, n'en est pas moins gracieux et touchant: il aurait séduit Garrett.

Entre la France du XVI^e^ siècle et les choses de Portugal, on signalerait plus d'un rapport littéraire. Le fils de Montluc, redoutable persécuteur de huguenots, trouve la mort dans une expédition dirigée contre Madère. Le chef de la Pléiade se passionne pour la tentative de Villegagnon. Il célébre la France antarctique en vers qui évoquent l'âge d'or. C'est chez lui qu'on rencontre, pour la première fois, cette glorification du communisme des sauvages qui devait, après avoir enchanté Montaigne, inspirer le paradoxe de Rousseau:

> Vivez heureuse gent, sans peine et sans souci,
> Vivez joyeusement, je voudrais vivre ainsi (2).

Mais il faut aller jusqu'au voyage de Voiture en 1633 pour surprendre de nouveau, en présence de la nature portugaise, les impressions authentiques d'un écrivain. Le trop patient serviteur de la Marquise de Rambouillet n'est pas celui que nous aurions, de prime abord, délégué pour une enquête sur les Indes Orientales. Son admiration devait être émoussée, puisqu'il venait de traverser l'Andalousie. On le savait d'ailleurs plus soucieux de plaire à mademoiselle Paulet, qu'il compare, pour sa chevelure fauve, aux lions du Maroc, que de s'extasier devant les colonnes d'Hercule. Il faut convenir néanmoins — vous en jugerez — que ce maître

---

(1) Ludovic Lalaune, *Brantôme, sa vie et ses écrits*, Paris, 1896 — Brantôme, *Oeuvres*, t. IX, 721, X. 123, IX, 607, 608.

(2) Chinard, *L'exotisme américain dans la littérature française au XVI^e^ siècle*, Paris, 1911, p. 117.

en frivolité avait du sérieux dans l'intelligence: «Lisbonne est à mon gré une des plus belles villes du monde et qui mérite autant d'être vue. Ce sont trois montagnes couvertes de maisons et de jardins qui se mirent toutes dans une rivière large de trois lieues: et la ville qui se voit sous le Tage ne paraît pas moins belle que celle qui est sur le bord». Voilá, chez l'homme qu'on se complait à considerer comme un insupportable tireur de quintessence, la plus jolie notation de couleur de tout le XVII^e siécle. Comme les burlesques, d'autre part, sont proches parents des précieux, on s'étonnera moins de rencontrer, dans les impressions de voyage de Voiture, une touche digne de Scarron: «L'on m'a dit aujourd'hui que nous partions dans cinq jours. De sorte qu'il me faut acheter un lit, des matelas, des couvertures, un petit troupeau de moutons, vingt bêtes à corne, cinquante poules et quelques chats de volière». Ce qui nous enchante, c'est de le voir subir, comme un simples pilote dieppois, le charme des horizons lointains. Les lauriers de Villegagnon et de La Ravardière empêchent de dormir ce faiseur de madrigaux: «On ne connaît point ici d'autre France que l'antarctique. La plupart de ceux que j'y vois sont des hommes de l'autre monde, et on y sait plus souvent des nouvelles du Cap Vert et du Brésil que de Paris et des Flandres». Ajoutons qu'il avait lu Mendes Pinto, qu'il le cite. On comprendra mieux qu'il se découvre, dans un moment de sincerité, car ce petit homme avait de la bravoure, des ambitions de conquistador: «L'on a eu ici l'avis que l'île de Madère est sur le point de se révolter, et qu'elle veut se donner au premier qui la voudra défendre de la domination d'Espagne. Imaginez-vous, je vous supplie, le plaisir d'avoir un royaume de sucre, et si nous ne pourrions pas vivre là avec toute sorte de douceur» (1).

(1) Voiture, *Oeuvres*, Paris, 1956, p. 34, 162. Voir G. Lanson, *Revue d'histoire littéraire*, 1897, Études sur les rapports de la littérature française et de la littérature espagnole au XVII siècle.

Note vraiment prophétique! C'est la première annonce, dès 1633, de la révolution de 1640. Il ne nuit pas toujours d'avoir de l'esprit.

Dix ans plus tard, voici le poème héroï-comique d'un capitan de la littérature. Les Espagnols nous avaient pris les îles de Saint-Honorat et de Sainte-Marguerite. Richelieu rassemble, dans la rade de l'île de Ré, une expédition commandée par le comte d'Harcourt. Saint-Amant, future victime de Boileau, en fait partie et renchérit, en son français castillanisé, sur les rodomontades de l'adversaire

> Ce fanfaron de Ferrandine,
> Qui pare son affreuse mine,
> D'un grand et vilain chinfreneau,
> Aura beau tordre ses bigottes,
> Beau renasquer à hautes nottes
> Et faire le diable insensé,
> Je veux bien y perdre mes bottes
> Si le hidalgue n'est rossé (1).

Pourquoi faut-il que la flotte, après avoir côtoyé toute la Galice, tout le Portugal sans rencontrer une barque de pêcheur, attende vainement, dans le dètroit de Gibraltar, un ennemi qui se dérobe? Le poète, parti pour écrire une Iliade, en est réduit à mâcher, en guise de laurièr, du tabac. Et nous perdons une belle occasion de voir Lisbonne de plus près.

Quand triomphe, à partir de 1660, l'école du bon sens et de la raison, les entreprises coloniales des Portugais continuent de hanter l'imagination de nos classiques. Boileau traite ses adversaires de Topinamboux. La Fontaine ne découvre d'amis sincères qu'au Monomotapa. Racine, en sa qualité d'historiographe, retrace la lutte que le Brésil vient de soutenir contre les Hollandais. Molière, si l'on en juge

---

(1) *Les oeuvres du Sieur de Saint-Amant*, seconde partie, Paris, 1643 p. 56, 58, 68, 78, 79.

par de frappantes ressemblances, a pu connaître le *Fidalgo aprendiz* de Francisco Manuel de Mello. Quoi qu'il en soit, car jusqu'ici la preuve directe manque, nous trouvons les Poquelin, marchands de Paris, en relations d'affaires avec Lisbonne (1).

Suivre nos diplomates à travers les négociations laborieuses qui tantôt les éloignaient, tantôt les rapprochaient de l'Espagne, nous conduirait à constater le perpétuel désaccord entre le gouvernement, qu'effrayait la perspective d'un nouveau conflit, et l'opinion, invariablement fidèle au Portugal émancipé. Qu'il nous soit permis, afin de sauver un trait d'héroisme, de citer au moins le chevalier de Jant. Certes il avait ses raisons de faire l'éloge de la reine qu'il estimait, quoique étrangère, «l'une de plus parfaites, des plus éclairées et des plus accomplies de la terre». Il l'avait eue pour alliée dans son projet de marier Louis XIV avec l'infante Catherine. On peut même le supposer très favorable à la cause portugaise, puisque Mazarin le désavoua pour avoir voulu conclure, à son insu, un traité d'alliance, mais il faut lui savoir gré de nous avoir transmis cette belle réponse de Louise de Guzman, impassible sous la menace d'un abandon éventuel: «Que si un jour tout le poids de la guerre venait à tomber sur le Portugal, après avoir fait tout ce que des gens de bien sont obligés de faire pour leur conservation, que les Numantins, du temps des Romains, leur avaient enseigné l'exemple de s'enfermer dans Lisbonne afin de chercher dans l'embrasement de cette ville un glorieux monument en la mémoire des hommes» (2).

Les Français, en réalité, avaient la ferme intention de ne jamais abandonner le Portugal. Nos soldats, officiers et

---

(1) Francisque-Michel, *Les Portugais en France*, p. 194.

(2) J. Tessier, *Relations de la France avec le Portugal au temps de Mazarin*, Caen, 1876, p. 13.

cavaliers recrutés pour l'armée de Schomberg, se comportèrent vaillament à la bataille de Montes Claros. Vous me reprocheriez de ne pas saluer au passage le plus connu d'entre eux, Chamilly. On a longtemps admis, sur l'autorité de Luciano Cordeiro, que les *Lettres portugaises* étaient la confession de Mariana Alcoforado. Il semble qu'on soit tenté depuis quelques années, d'en revenir à la thèse de Rousseau, qui les suppose écrites par un homme. Nous croyons erronée toute argumentation qui tendrait, comme celle de Beauvois, à justifier le futur maréchal, alors capitaine, du double reproche d'impiété et d'indélicatesse. Les derniers représentants de la famille Chamilly — l'un deux enseigne aujourd'hui dans une université américaine — se sont habitués à regarder ces lettres comme authentiques. L'examen des differentes éditions nous revèle cependant que la tradition de Mariana Alcoforado, comme la légende de Catherine d'Ataïde, n'apparut que tardivement. À l'ingénieuse construction a priori de Luciano Cordeiro, qui n'offense pas la vraisemblance et qui séduit l'imagination, il manque, d'autre part, la confirmation d'une preuve palpable. Nous proposerons, sous la réserve d'une démonstration à entreprendre, une solution qui concilierait les deux points de vue. On ne peut s'empêcher de constater une analogie frappante entre certaines phrases de ces lettres et les thèmes des bucolistes. On retrouve en effet, chez les poètes du XVI^e^ siècle comme chez la religieuse du XVII^e^, la même fidèlité à toute épreuve que Montemayor définissait dans sa *Diane*, par cette curieuse formule: *honra do coração,* véritable application du sentiment chevaleresque à l'amour. Il est possible que la correspondante de Chamilly ait reproduit inconsciemment, par une sorte de conformité ethnique, le ton de Bernardim Ribeiro et de Falcão. Il est possible également que ces lettres renferment une part, difficile à apprécier, d'imitation voulue. On ne saurait croire, en tont cas, qu'un auteur ètranger ait pu s'assimiler assez

complétement ce qui fait l'essence même du lyrisme portugais — et cela à une époque où le sentiment tenait fort peu de place dans la poèsie française — pour arriver artificiellement, par une sorte de supercherie littéraire, à créer l'illusion. Seul d'Urfé, dans son *Astrée,* avait prêté à Céladon un héroisme en amour qui, à travers la prose espagnole de Montemayor, parait venir en droite ligne des modèles portugais. Supposer que Chamilly — Saint-Simon nous le représente comme lourd d'intelligence — ou que l'un de ses compagnons d'armes, ait pu faire preuve de la même pénétration psychologique, du même sens artistique, voilà ce que nous jugeons, au suprème degré, invraisemblable. Que l'auteur des lettres soit une femme éprise ou un écrivain de métier, il nous semble hors de doute qu'elles ont été pensées en portugais.

Avec le XVIII^e^ siècle naissant les Français allaient mettre au service du Portugal, qu'ils continuaient d'aimer, le concours de leur érudition. Il ne semble pas que cet aspect de nos relations intellectuelles ait suffisamment frappé la critique. Raison de plus pour revendiquer une priorité qu'aucune nation européenne, à cette date, ne serait en droit de nous disputer. Vertot, dont la renommée dépasse infiniment le mérite, avait ouvert la voie avec un ouvrage, universellement admiré au XVII^e^ siècle, sur la révolution de 1640. Lequien de la Neuville, moins connu et plus scrupuleux, se fit le continuateur des historiens de la *Monarquia lusitana,* le disciple de Bernardo de Brito et d'Antonio Brandão. C'est, nous dit son biographe, sur les conseils de Pellisson que cet ancien cadet aux gardes françaises avait entrepris, après un stage comme avocat, l'oeuvre estimable qui devait lui ouvrir, en 1706, les portes de l'Académie des Inscriptions. Un trait nous le rend sympathique. Il ne considérait pas son oeuvre comme définitive. Le désir de la compléter, de l'améliorer, le décida quelques années plus tard, en 1713, à suivre l'abbé de Mornet en Portugal. On sait qu'il y reçut, notamment du

comte d'Ericeira, le meilleur accueil et que le roi Jean V lui accorda, en même temps que l'habit du Christ, une pension de 1500 livres. L'examen de son histoire justifie la bonne opinion que nous pouvons concevoir de l'homme. Il n'échappe pas, certes, aux défauts du temps. Ne lui tenons pas rigueur d'avoir voulu, comme beaucoup de ses prédécesseurs portugais, remonter jusqu'à Tubal et d'avoir, comme trop de ses continuateurs, cru à l'existence des Côrtes de Lamego. Felicitons-le plutôt de s'être servi, pour le second volume, de tous les historiens qui ont écrit sur D. Manuel, et d'avoir puisé, pour le premier qui traite du moyen âge, aux sources espagnoles aussi bien qu'aux sources portugaises. Ajoutons que l'oeuvre, bien composée, écrite en bon style, accompagnée de belles gravures, se recommandait par sa présentation même aux yeux du public élégant. Des titres en manchette, où figurent toutes les références, pouvaient rassurer les spécialistes (1). Si le nom de ce travailleur patient et méthodique est rentré dans l'oubli, c'est parce qu'il semble avoir été victime d'un méchant bruit imputable à son continuateur La Clède. Quand ce dernier voulut, en 1735, supplanter l'ouvrage de Lequien de la Neuville, dont le plus grave défaut est de s'arrêter au XVI^e^ siècle, il fallait, précaution élémentaire, le discréditer. D'où l'accusation gratuite d'avoir été incomplet ou superficiel. Pure calomnie. La Clède, si sévère pour autrui, ne cite aucune source. Il paraît ignorer non seulement les chroniqueurs du XV^e^ siècle mais jusqu'à des compilateurs comme Nunes de Leão. Il a cependant réussi, en payant d'audace, à tromper le public français. Qu'il se soit imposé chez nous, le fait s'explique facilement, si l'on songe que Voltaire le patronnait et l'aidait de sa bourse (2).

---

(1) Lequien de la Neuville, *Histoire de Portugal*, Paris, 1700.

(2) Voir l'article de la *Biographie universelle*.

On comprend moins aisément que son histoire ait été deux fois traduite en portugais. Le seul genre de supériorité que nous reconnaitrons à La Clède sur Lequien, c'est qu'il a conduit son ouvrage jusqu'à 1715. Mais ce succès rapide, où il entre une grande part de réclame et de confraternité littéraire, ne doit pas nous faire oublier l'essai loyal de son prédécesseur méconnu.

Il est une autre gloire de l'érudition que nous souhaiterions, car celle-là personne ne la conteste, de pouvoir revendiquer. Nous voudrions reconnaître dans le vocabulaire latin-portugais du P. Bluteau la marque de la science française. Mais sommes nous vraiment autorisés à le traiter en compatriote? Deux faits semblent s'y opposer. Le premier est qu'il est né en Angleterre et donne l'anglais comme sa langue maternelle. Le second est qu'il a fait, dans sa préface, une déclaration de bon patriote portugais. On doit se souvenir, néanmoins, qu'il avait passé de longues années en France, qu'il s'est inspiré, pour la méthode, de travaux parus chez nous, (le dictionnaire de l'Académie, le dictionnaire français-latin du P. Taschard, de la Compagnie de Jèsus), et que sa première intention était de faire imprimer son oeuvre à Paris. Lui même nous raconte comment l'un de ses sermons, donné au directeur de l'imprimerie du Louvre, lui revint criblé de fautes. Car ni les typographes, ni les correcteurs ne savaient le portugais — le morgado de Mateus se heurtera aux mêmes dificultés mais se montrera plus persévérant. Bluteau redoutait encore, cette fois à juste titre, un autre danger. Les volumes imprimés n'auraient pu être transportés que par mer. Ils pouvaient disparaître dans un naufrage ou tomber entre les mains des corsaires. Nous avons ainsi laissé échapper l'occasion d'éditer une oeuvre considérable, répresentant six ans de labeur, et qui est à l'origine de tous les grands travaux lexicographiques portugais. Il semble bien, autant qu'il est permis de lire entre les lignes, qu'on lui en

a gardé, en France, quelque rancune. De méchantes langues ont voulu établir un rapport entre le retour du théatin à Lisbonne et la ligue qui devait, peu aprés, se former contre nous. Avouons que si Bluteau fut français de culture, il ne le fut pas de coeur. Sa vie de moine, qui l'avait entraîné successivement en Italie, en France et en Portugal, l'avait peu à peu dénationalisé. La connaissance du portugais lui était d'abord imposée par une nécessité professionnelle. Il en vint à l'aimer pour lui même. Et la générosité de D. Pedro II, qui le recommanda aux religieux d'Alcobaça et lui ménagea le loisir indispensable pour achever son oeuvre, finit par l'attacher, définitivement cette fois, à sa patrie d'adoption (1).

Une mention doit être réservée, dans cette revue sommaire des relations intellectuelles, aux voyages en Portugal écrits par les Français. Le sujet, entièrement inconnu, est plus vaste qu'il n'y paraît. Il y faudrait tout un livre. Sur le genre et ses défauts, on a tout dit. Vos voisins d'Espagne lui vouent, depuis Théophile Gautier, une antipathie insurmontable. Oliveira Martins et Rebello da Silva, plus clairvoyants, ne considèraient pas cependant qu'il fût entiérement négligeable. On sait le parti qu'ils ont tiré l'un et l'autre, pour l'histoire ou le roman, des impressions de l'excentrique Beckford. L'imprèvu, à vrai dire, ne manque pas chez nos voyageurs. Il en est qui ressemblent singulièrement à des héros d'aventure, comme ce Balthasar de Monconys qui, dépouillé en 1645 par un corsaire dunkerquois, se vit, dans une première traversée, jeté sur la côte d'Espagne avec des compagnons revêtus de loques sordides, les uns sans chapeaux, les autres sans chausses et sans souliers. Mais ce précurseur des globe-trotters, qui devait parcourir l'Espagne, la Provence, l'Italie, l'Egypte, la Syrie, Constantinople, l'Anatolie

---

(1) Bluteau, *Vocabulario portuguez*, *Prologo*, Coimbra, 1712.

nous fournit au moins de piquantes révélations sur le goût des sciences à la cour de Lisbonne. Monconys pratiquait l'alchimie et l'astrologie judiciaire, mais il s'entendait aussi, et pour les mêmes raisons, aux mathématiques et à l'astronomie. Ses entretiens avec le prince Théodose nous permettent de mesurer la diffusion des idées galiléennes en 1646:

«L'après dîné je fus avec M. Brunet à Alcantara trouver M. le Comte de Penaguian, qui me mena après saluer M. le Prince, qui me ravit, tant par la vivacité de son esprit que la solidité de son jugement à reconnaître les faibles raisons des adversaires de Galilée, qui fut la première chose qu'il me demanda. Il prévenait les réponses que je voulais lui dire contre les objections et S. A. m'en fit de très subtiles et judicieuses, tant pour que contre... Finalement j'admirai en lui sa gravité et sa générosité qui passe au delá de son âge, aussi bien que sa mémoire, tant pour les supputations des divers éloignements des globes célestes, pour les époques des cronologistes que pour les diverses opinions de l'âge du monde... Le 4 (juillet) je fus à Alcantara prendre congé: j'eus d'eux fois entretien avec le Prince, qui me lut toute sa théorie des planètes. Le roi vint être de la conferènce, et la reine etait à une porte, derrière la portière» (1).

C'est un curieux homme aussi que l'auteur des célèbres *Dialogues de M. le Baron de Lahontan et d'un sauvage de l'Amérique,* publiés en 1704 à Amsterdam. Dépouillé de sa baronnie après la ruine de son père, il semble avoir, dès cette date, voué une haine mortelle à la société hiérarchisée. Il anticipè sur les vues les plus hardies du *Contrat Social.* Médiocre soldat, il avait auparavant renié la patrie. Et c'est

---

(1) Consulter Foulcher-Delbosc, *Bibliographie des voyages en Espagne et en Portugal*, Paris, 1896; Farinelli, *Viajes por España y Portugal*, Madrid, 1920; *Les voyages de Balthasar de Monconys et l'histoire de la science,* par M. Charles Henry, Paris, 1887, p. 17 et 24.

chez les Hurons, ses compagnons d'aventure, qu'il découvre le type idéal de la société à venir, une sorte de communisme bolchevisant: «Ce sont des hommes chez qui le droit naturel se trouve dans toute sa perfection. La nature ne connaît point de distinctions ni de prèéminence dans la fabrique des individus d'une même espéce... Le pauvre, dénué de tout moyen pour vivre, a un droit naturel sur le superflu des riches». On pressent d'avance tout ce que peut renfermer d'extravagant la relation d'un homme qui s'est mis de lui même au ban de la société française. Il est piquant de voir cet explorateur du Canada, qui se vante d'avoir traversé les lacs et les fleuves, d'avoir vécu de racines et d'eau sous des tentes d'écorce, se plaindre ici, comme la plus renchérie des bourgeoises, de la dureté des selles et du manque de confort des auberges. Mais son récit nous intéresse parce qu'on y voit poindre cette campagne de nos philosophes contre l'Inquisition, qui mène au *Candide* de Voltaire (1).

On a signalé, à vrai dire, une source plus directe et plus proche, c'est en 1753, le *Cosmopolite* de Fougeret de Montbron. L'auteur connaissait le Portugal. Il y a surtout remarqué le luxe des moines. Rien là qui doive nous étonner puisqu'il écrit après la mort de Jean V. On accordera que certaines de ses plaisanteries sur l'*amor freirático* ne manquent ni d'à propos ni d'actualité: «Figurez-vous seulement, fait-il dire à une dame de Lisbonne, le plaisir que vous auriez à vous confesser à des nonnes et vous concevrez d'abord le nôtre». La justice nous oblige toutefois à constater, sans que nous prétendions réhabiliter le Saint-Office, que le fameux chapitre dont Voltaire paraît s'inspirer pour sa description des *autos da fé,* ne concerne que Barcelone. Il faut

---

(1) *Dialogues de M. le baron de Lahontan et d'un sauvage dans l'Amérique suivi des voyages du C. de L. en Portugal et en Danemarc,* Amsterdam, 1704, p. 116, 118, 123.

rendre à César ce qui est à César et restituer à l'inquisition espagnole toutes les atrocités que l'auteur de *Candide*, après une lecture un peu rapide du *Cosmopolite ou le citoyen du monde,* prête à l'inquisition portugaise (1).

Tous les Français, d'ailleurs, n'étaient pas de l'avis de Fougeret. L'auteur anonyme de la *Description de la ville de Lisbonne en 1730* va jusqu'à prêter à cette même institution du Saint-Office des attentions toutes paternelles à l'égard de ses victimes privilégiées: «Elle nomme un curateur qui, par son puissant crédit, termine les procès, s'il y en a, infiniment plus vite que ne pourraient le faire les particuliers eux mêmes; de manière que le prisonnier, sortant au bout de quelque temps absous, il a la satisfaction de trouver toutes ses affaires liquidées et de posséder, par ces moyens, plus de biens qu'il n'en avait avant son emprisonnement». Simple galéjade! L'auteur est du midi. Il le prouve encore en nous racontant qu'une dame portugaise, mariée à un commerçant français, a la vue si perçante qu'elle traverse le corps humain, pénétre la terre et découvre les sources, sans l'aide de la baguette, à 30 ou 40 brasses de profondeur. Son témoignage, toutefois, mérite souvent d'être pris en considération. L'auteur nous apparait, en général, comme un observateur bien renseigné, d'un naturel courtois. Il a dû frèquenter le monde de la cour. Il est assez curieux pour chercher à se rendre compte des usages qui ne concordent pas avec nos habitudes. Si les auberges sont rares à Lisbonne, fait il observer justement, c'est parce que les gens qui y vont pour leurs affaires logent chez leurs amis ou louent des appartements. On sent chez lui, malgré d'inévitables écarts de jugement, un sincère désir d'être équitable. Il rend hommage à la fermeté du roi

---

(1) Fougeret de Montbron, *Le cosmopolite ou le citoyen du monde,* pondres, 1753, p. 151, 152.

Jean V quand celui-ci réprime les abus. Il vante son courage pendant l'épidémie de peste de 1723. Les Portugais sont, d'après lui, «fort discrets, fidèles amis, généreux, charitables envers leurs parents et sobres dans leur manger». Cette relation représente, pour la période qui va de 1723 à 1730, une enquète minutieuse et dètaillée sur la cour, les institutions, la marine, les colonies. Certes l'auteur ne fait pas abstraction de sa nationalité. Il essaie de lutter contre l'influence grandissante de l'Angleterre. Il proteste, au nom de la sociabilité française, contre la vie trop renfermée à son gré de l'aristocratie portugaise. Mais il sait voir et sait peindre. On lui doit une description originale des cérémonies du culte. Il nous fait voir, comme Garrett, les prêtres dansant et chantant devant l'autel de São Gonçalo. Il nous parle aussi, dètail qu'il serait facile de vèrifier pour l'Espagne, des cages que l'on accrochait dans les églises le jour de l'Ascension: «très proprement ornées de fleurs et de rubans, de manière que ces oiseaux, animés par le chant des prêtres, ne discontinuent pas leur ramage et forment un concert et un spectacle assez nouveau pour les ètrangers». Il décrit la grande cape noire, recouvrant tous les habillements, que les dames portaient pour se rendre aux offices et qui n'arrivait pas, malgré l'intransigeance de la mode, à cacher la vraie beauté. On lui saura gré surtout, le mérite est rare chez un homme de cour à cette époque, de s'intéresser aux spectacles de la rue, d'entrer dans les boucheries, où siège en permanence un officier du roi, dont le rôle est d'empêcher le désordre et de rendre justice, sur le champ, à ceux qui auraient été lésés. Enfin un historien des moeurs apprécierait cette amusante description du costume des *varinas:* «Au reste les poissardes, qui y sont aussi mal embouchées qu'ailleurs, s'y distinguent par leur propreté et leurs riches parures, consistant en bracelets d'or qu'elles portent au bras et au col, en bagues, croix et pendants d'oreille de même métal. En sorte

qu'on en voit qui ont jusqu'à un marc d'or sur elles en bijoux» (1).

Cette justesse dans l'observation des coutumes, cette modération dans les jugements, nous souhaiterions de les retrouver partout. Malheureusement Pombal compte chez nous des partisans fanatiques. Et dans leur désir d'ecraser ou de ridiculiser ses adversaires, ils s'en prennent, le plus souvent, à des corps entiers. Les moines et les prêtres sont en général traités le plus cavalièrement du monde. On pardonne, à vrai dire, au Saint-Office, parce qu'il devient, entre les mains du ministre de Joseph Ier, un ressort du gouvernement: «L'inquisition, écrira Dumouriez en 1775, est extrèmement moderée en Portugal; elle est plutôt un tribunal de police conduit par le gouvernement, la politique et la puissance ministérielle qu'une chambre ardente telle qu'elle a été autrefois» (1). L'auteur avait d'ailleurs assisté à l'*auto-da-fé* de 1766. Mais chaque relation de voyage comporte, désormais, un certain nombre de développements prévus. On y attend, invariablement, une description du tremblement de terre, un réquisitoire contre les Jésuites, une satire de la noblesse. Le modèle de ces apologies transformées en machines de guerre a été donné par Cormatin-Dezoteux dans le récit faussement attribué au ci-devant duc du Châtelet. Les attaques contre la société constituée y sont tellement violentes que Bourgoing, un autre voyageur, s'est cru obligé, en le rééditant, de protester contre mainte assertion. On dirait que l'auteur veut sacrifier le Portugal entier à la gloire de son idole. Tout lui est bon, jusqu'aux potins les plus venimeux. Et nous ne serions pas surpris que l'ouvrage, trop visiblement agressif, ait été écrit par ordre et sur commande.

---

(1) *Description de la ville de Lisbonne*, Amsterdam, 1730, p. 19, 21, 33, 40, 42, 46, 49, 95, etc.

(1) *État présent du Portugal en l'année 1766*, Lausanne, 1773, p. 192.

Cormatin-Dezoteux se vante d'avoir été rendre visite à Pombal dans sa retraite. La description qu'il donne du pays et de la maison correspond à la réalité. Il est plus difficile d'admettre que le grand homme, aigri, l'ait tolèré pendant cinq jours dans son intimité. En tout cas les propos qu'on lui prête auraient été, aprés coup, savamment arrangés. Le livre est de ceux qui appellent une rectification. Nous y sentons percer trop de rancunes, de préjugés, nous y relevons trop de récriminations malveillantes des officiers allemands ou anglais (1). Constatons que l'esprit philosophique, également représenté par l'histoire tendancieuse de Raynal, s'est montré, en général, sévére pour les deux nations colonisatrices de la Péninsule.

Mais l'opinion des Français résidant à Lisbonne fournit une réponse aux déclamateurs. Carrère nous apprend en 1797 que la colonie ne manquait ni de crédit, ni de prestige. Quatre maisons passaient pour avoir 600.000 livres tournois de fortune. Elles faisaient le commerce des draperies, des rubans et de la quincaillerie. Toute la libraire était entre les mains des Français et tous les libraires étaient dauphinois. Autour de nos compatriotes venaient se grouper, dans leur factorerie, les Flamands, les Brabançons, les Liégeois, les Suisses: «Il y a plus de Français, dit Carrère, que de toutes les autres nations ensemble: tous les parfumeurs, la plupart des horlogers, beaucoup de perruquiers, plusieurs peintres, doreurs, orfèvres, metteurs en oeuvre sont français; on en trouve encore parmi les relieurs, les serruriers les menuisiers et les autres artisans». Ils se rendaient sympathiques par leur sociabilité, aimaient la bonne table, ce qui fait contraste, insinue l'auteur, avec la simplicité anglaise et la parcimonie italienne. Les étrangers se disputaient l'honneur d'être admis à leurs

---

(1) *Voyage du ci-devant duc du Châtelet en Portugal*, Paris, an VI, p. 140.

réceptions: «Elles étaient autrefois très brillantes, ajoute le même Carrére; on se réunissait tous les jours de la semaine; chaque maison avait son jour; on y donnait des repas, des concerts, des bals, mais la révolution de France y a apporté des changements». Détail moins connu: les Français auraient également apprécié le luxe des maisons de campagne et contribué aux embellissements de Cintra. Un certain de Vismes aurait, vers cette date, revendu à l'Anglais Beckford, une propriété «remarquable par la collection de plantes et arbres exotiques». On croirait lire une description de la quinta de Monserrate (1). Mais le terrible Pina Manique allait jouer le rôle de trouble-fête en faisant procéder à l'arrestation des négociants Dubié, Gare, Carsenac, Mathevon. L'espionnage de la police, aggravé par un contrôle rigoureux exercé sur l'importation des livres, devait peu après décourager et finalement disperser cette société frivole en apparence, au sein de laquelle on se plaît cependant à rencontrer des hommes fort instruits et dont le nom paraît, aujourd'hui, inséparable de l'histoire de la littérature portugaise.

Le premier qui se présente à l'esprit d'un amateur de belles lettres est celui de Timothée Lécussan Verdier. Fils d'un commerçant français établi à Lisbonne et d'une portugaise, il se qualifie lui même de *luso-francés*. Rôle difficile à tenir en ces temps troublés. Junot lui reprochera de prendre trop à coeur les intérêts de sa patrie d'adoption. Par contre, en 1808, on l'expulsera comme *afrancesado*. La vérité, c'est qu'il était de tendances libérales et qu'il voulut profiter de l'occupation étrangére pour doter son pays du régime représentatif. La constitution de Varsovie avait ses partisans même parmi les bons patriotes. Il donna du reste des preuves d'attachement sincère au Portugal en revenant

---

(1) *Tableau de Lisbonne en 1796 suivi de Lettres écrites de Portugal sur l'état ancien et actuel de ce royaume,* Paris, 1797, an. VI p. 63, 72, 90.

mourir à Lisbonne après la confiscation de sa fabrique et la ruine de ses industries. Lécussan Verdier nous apparait surtout comme un lettré à l'ancienne mode. Il avait une forte culture latine. Les classiques de l'antiquité lui étaient devenus si familiers qu'on lui attribua l'intention de traduire les *Lusiades* en vers grecs. On comprend qu'il se soit lié de sympathie avec Filinto Elysio et qu'il ait consenti, lui, homme timide et prudent, à le cacher dans sa maison. Les consécrations officielles n'ont pas manqué à cet erudit-poète. Il fut membre de l'Académie des Sciences de Lisbonne et correspondant de l'Institut français. Personne mieux que lui n'était qualifié pour servir d'intermédiaire entre les deux littératures. On le voit successivèment traduire en portugais l'ode de Raynouard sur Camões et donner à Paris une édition annotée de l'*Hyssope*. Mais comment déterminer jusqu'où va sa contribution aux études littèraires puisqu'il affectait, avec une modestie qui nous semble aujourd'hui maladive, de ne jamais signer ses oeuvres? S'il est vrai qu'il ait rédigé en 1813 la préface du *Cancioneiro* du Collège des Nobles, edité en France par un Anglais, lord Stuart de Rothesay, il se serait ainsi posé, avant Garrett et Varnhagen, en champion du lyrisme national. Il marquerait, au même titre que son ami Filinto Elysio, mais sur un plan inférieur, la transition entre le classicisme et le romantisme. La critique, de nos jours, se plaît à considérer avec une attention particulière les périodes dites de transition. Elle s'attache á ces auteurs de notoriété restreinte qui sont comme les exposants de la culture d'une époque. Lécussan Verdier, placé au carrefour de plusieurs influences, mériterait les honneurs d'une monographie (1).

Et l'on ne pourrait guère séparer de lui son associé commercial Jacome Ratton. Ils avaient fondé et dirigé en-

(1) Voir Inocencio da Silva et la *Biographie universelle.*

semble des fabriques de chapeaux et des filatures. Egalement suspect de jacobinisme, Ratton connut l'exil en Angleterre après s'être fait naturaliser portugais. Justice à été rendue à l'auteur des *Recordações*, l'une des meilleures sources de l'histoire économique pour le XVIII^e^ siècle finissant. Un lettré du même groupe, Mathevon de Curnieu, qui avait un commerce de lingerie et de cotonnades et fut expulsé, comme fauteur de l'esprit révolutionnaire, par Pina Manique, passera à la postérité pour avoir soutenu et protégé Filinto Elysio même en exil (1). Nous savons par l'auteur du *Tableau de Lisbonne en 1796* que l'homme était sympathique. En effet Carrère le dit «estimable, recommandable surtout par les bienfaits qu'il répandait sur les infortunés, notamment sur les émigrés français». Mais quand on apprend que sa fille éditait en 1816 ses poésies latines sous le titre de *Lyrici lusus*, on est tenté de le considerér comme un humaniste du XVI^e^ siècle égaré en pleine période révolutionnaire.

Il serait injuste de prétendre que les guerres de l'empire, en provoquant un réveil du sentiment national, ont définitivement compromis cette confraternité littéraire. Nous trouvons, en réalité, des Français associés à toutes les causes. On en voit parmi les défenseurs de l'ancien régime. Si le comte de Novion réorganise la police de Lisbonne, c'est avec la ferme intention d'en exclure les jacobins. Par contre Broussonnet, pourchassé comme girondin par la Convention, parvient à se réfugier, grâce au duc de Lafões, dans la bibliothéque même de l'Académie des Sciences et compromet ainsi Corrêa da Serra qui se voit obligé, à son tour, de fuir les persécutions. Junot, quelque années plus tard, comptera au nombre de ses collaborateurs Geoffroy Saint-Hilaire qui, jouant un rôle pacificateur, prendra la défense de Brotero, et Millié, ancien professeur d'humanités au collège de Juilly,

(1) Filinto, *Obras*. t. V, p. 368.

chargé en Portugal du contrôle des contributions indirèctes, à qui nous devrons la première traduction consciencieuse des *Lusiades*. Garay de Montglave, après avoir pris du service dans l'armée de D. Pedro, viendra en 1819 se mêler au mouvement constitutionnel. Rentré en France avec le grade d'officier supérieur, il y commencera une propagande en faveur de la poèsie brésilienne. Si l'on cherche à caractériser le rôle de tous ces Français qui, au hasard des guerres et des révolutions, ont séjourné en Portugal, deux traits, si l'on excepte les premièrs émigrés, les font reconnaître: une haine du despotisme qui vient de l'Encyclopédie et mène à la révolution de 1820, une culture classique dont la tradition commençait à se perdre chez nous, et que Filinto, leur ami et leur conseiller, s'efforce, à Paris, de remettre en honneur. Par là s'explique la vogue dont la littérature portugaise allait jouir sous le prémier empire et le dédain où les romantiques, sauf Lamartine qui lisait Camões dans le texte, affecteront, par réaction contre les pseudo-classiques, de la tenir. Tous ceux qui chez nous s'en constituaient les défenseurs étaient plus ou moins suspects, après Sané, de modérantisme littéraire, à commencer par Ferdinand Denis qui persiste à cultiver, même quand il imite Chateaubriand, une phraséologie à la Fontanes. Ajoutons que les émigrés portugais avaient tous pris, de 1823 à 1830, le chemin de l'Angleterre et que l'école de Hugo manifestait, vers cette date, une admiration exclusive pour l'Espagne.

Il y eut deux tentatives, cependant, pour maintenir le contact. Deux périodiques, l'*Abeille* en 1836, la *Revue lusitanienne* en 1852, essayérent, quoique timidement, de renouer une tradition jadis féconde. Leur existence, par malheur, fut éphémère. La première est associeé à la réputation naissante de cette Pauline de Flaugergues dont M. de Campos Ferreira Lima vous disaît, récemment, les illusions et les faiblesses. Pauline se rattache, comme les amis de Filinto,

au goût suranné d'un genre en déclin. Elle avait bien remporté la violette d'or aux Jeux floraux de Toulouse. Mais l'illustre société qui se réclame de Clémence Isaure, tout en couronnant Victor Hugo à ses débuts, n'en passait pas moins pour retardataire. Pauline, de bonne foi, en restait au moyen-âge des ménestrels et des troubadours. Elle inclinait, par nature, vers ce genre fade et moralisant qui pouvait d'ailleurs la recommander, comme éducatrice, à l'attention des familles princières. Mais il était difficile, en lisant les *Entretiens sur les beautés de la nature* ou *la grandeur et la bonté de Dieu manifestées dans ses oeuvres,* de pressentir la vocation d'une poétesse romantique. En réalité, les piéces qui lui ont été inspirées par un séjour de quatre ans en Portugal et qu'elle a réunies sous un titre alléchant, *Au bord du Tage*, prolongent, artificiellement, un passé en discrédit plutôt qu'elles ne préparent l'avenir. On y goûte seulement, comme dans la *Pauvre fille* de Soumet, une harmonie langoureuse dont la sonorité paraît bien grêle auprès des fanfares claironnantes des Jeunes-France :

> Il est doux pour un coeur que tout froisse et délaisse
> De s'écouter lui même au sein calme des nuits ;
> D'entendre cette voix qui nous flatte sans cesse
> Et dont l'accent magique endort tous les ennuis.
> Cette voix, c'est la tienne, ô céleste espérance !
> Ange à l'aile brillante, aux yeux toujours sereins !
> Souris-moi comme aux jours de mon heureuse enfance
> Et console mon âme injuste en ses chagrins.

Il serait du reste bien imprudent de juger de la sensibilité des poètes par leur style. Pauline, à défaut de la rhétorique passionnée, avait l'âme romantique. Elle le prouva bien quand elle s'éprit, vers la quarantaine, du célébre Henri de Latouche. Liaison traversée par bien des orages, empoisonnée par bien des humiliations ! Elle voulut reposer dans la tombe de son persécuteur, en qui elle avait cherché, in-

trépidement, l'illusion de l'amour. Etrange fidélité au souvenir, que rien ne put troubler, pas même le bombardement en 1871, et qui inquiétait George Sand, pourtant indulgente aux aberrations d'autrui: «Pendant longtemps on l'a crue folle, et puis l'on s'est aperçu qu'elle était aussi sensée, aimable, intelligente et bonne que par le passé». Plus que la violette de Clémence Isaure, elle a mérité la palme de grande amoureuse.

Il semble que son principal titre de gloire soit, aujourd'hui, d'avoir servi d'intermédiaire entre la France et le Portugal. Entre elle et Garrett, il y eut sinon flirt, au moins échange intellectuel de politesses. Ils se rendirent le mutuel service de traduire chacun une pièce de l'autre. Faut-il croire, avec Gomes de Amorim, que Garrett se soit laissé, le premier, attirer vers cette fille romanesque au profil anguleux dont on remarquait, dans les salons de la haute société, les tire-bouchons à l'anglaise et la distinction mélancolique? Elle savait, elle même, tout le prix d'une démarche utile à sa réputation. Elle déploya, pour conquérir la sympathie de Castilho et de sa femme, une ingéniosité où l'on reconnait la lectrice d'*Amor e Melancolia*. Il nous paraît difficile, à distance, de deviner ce qui se cachait d'ambition ou de candide ingénuité dans cette âme où la passion sommeillait encore. Certains, par anticipation, l'ont considérée comme le type de la femme intellectuelle et émancipée, missionnaire, avant la lettre, d'un féminisme perturbateur. Il nous suffit, pour qu'elle ait droit à notre sympathie et à notre reconnaissance, de rappeler que plusieurs poètes portugais l'ont traduite et que l'*Abeille*, revue littéraire et artistique, a pu réunir, de 1836 à 1842, un public d'abonnés bilingues (1).

La *Revue Lusitanienne* qui tenta, en 1852, de la rem-

---

(1) H. de Campos Ferreira Lima, *Uma poetisa francesa em Portugal Pauline de Flaugergues*, Coimbra, 1923, p. 13, 48, 52, 131 etc.

placer, ne dura qu'un an. Le troisième volume annoncé ne parut pas. Nous ignorons quelles circonstances avaient conduit Ortaire Fournier a publier en 1841, en collaboration avec Dessaules, une traduction des *Lusiades* qui serre le texte de plus prés que les précédentes. Elle possède en outre ce mérite exceptionnel d'être accompagnée d'une étude de Ferdinand Denis sur Camões et suivie d'une traduction, par le même auteur, d'un choix de l'oeuvre lyrique. C'est probablement ce travail d'une parfaite tenue littéraire qui valut à Ortaire Fournier d'être, en 1838, nommé chancelier de la Légation de France. Il faut croire que ses convictions politiques n'y avaient pas nui. Car, protestant contre le coup d'état du 2 décembre, il se vit privé, du jour au lendemain, de ses fonctions. Le gouvernement lui interdit même l'accès du territoire français. La fondation de la *Revue lusitanienne* n'eut pas d'autre but que de lui assurer, provisoirement, des moyens d'existence. Nous devons nous féliciter de la dure contrainte qui l'obligeait, sans rien abdiquer de sa haine contre l'empire, à se faire homme de lettres. Elle nous a valu deux traductions trés soignées, celle du *Naufrage de Sepúlveda* de Corte Real, celle de la *Niéce du Marquis* de Garrett.

Un seul nuage est venu obscurcir l'horizon littéraire franco-portugais, c'est l'affaire Rattazzi, en 1880. Il ne semble pas que notre amour-propre y soit engagé. De quel droit pourrions nous revendiquer comme compatriote cette fille d'un Anglais, mariée d'abord à un Allemand, puis à un Italien, puis à un Espagnol, qui aurait fait battre l'Europe entiére, car ses maris se croyaient obligés, successivement, de tirer l'épée pour venger son honneur de femme de lettres? Essayerons-nous, d'autre part, de ramener cette polémique retentissante aux simples proportions d'une querelle avec Camilo? Certain passage sur le Brésilien, la jeune fille qui se retire dans un couvent, le noble de province, et le roman-

tique amoureux et transparent, aurait suffi pour déchainer la colère du fougueux polémiste. Mais un juge irrécusable, Mme Vaz de Carvalho, dont on connaît et l'esprit conciliant et la culture largement européenne, se crut obligée par dignité nationale, de relever le défi. Un seul contradicteur, dans une brochure imprimée à Porto sous le titre de *Reverso da medalha,* osa prétendre que «peu d'étrangers et même peu de Portugais ont exprimé des vérités aussi agréables sur le Portugal et particuliérement aussi flatteuses pour la ville de Porto» (1). S'il nous reste une condamnation à prononcer, ce ne sera pas celle de l'auteur, mais celle du genre. Bien des écrivains, quelques uns célébres comme Mme Adam (Juliette Lambert), l'ont pratiqué depuis avec bienveillance. Mais le temps n'est plus où l'on prétendait faire tenir en un volume in-16° tout le présent et tout l'avenir du Portugal. Notre époque est celle de la division du travail. Nous croyons avec Fustel de Coulanges qu'il faut des années d'analyse pour une heure de synthèse. Nous ne désirons plus, aprés quelques mois ou quelques semaines de séjour, exprimer, en profonds psychologues de salon, des vérités définitives.

Cette revue des relations franco-portugaises nous apporte plus d'un encouragement. Il y a d'abord une vérité que les observateurs les moins clairvoyants ne laissent pas d'apercevoir, c'est qu'il existe, chez les représentants de nos deux patries, une remarquable aptitude à se comprendre: «La nation avec laquelle ils sympathisent le mieux est la française» (2), écrit Dumouriez. La raison en serait, d'aprés lui dans «la gâité, la vivacité, l'inconstance, et la tournure d'esprit de ces deux peuples, ce qui forme entre eux un rapport que

---

(1) *A Princesa Rattazzi, o reverso da medalha a proposito do livro Portugal visto de relance,* Pôrto, 1880 — voir Antonio Cabral, *Camillo desconhecido,* Lisboa, 1918, p. 378.

(2) *État présent du Portugal en l'année 1766,* p. 168.

d'habiles politiques pourraient saisir et manier utilement». Et l'insupportable Cormatin-Dezoteux, qu'on est tenté de contredire à chaque page, déclare pourtant: «J'ai cru m'apercevoir à Lisbonne qu'on n'y voyait pas les Français d'un mauvais oeil. Les habitants nous considérent comme intrépides: ils estiment notre militaire; d'ailleurs notre vivacité sympathise avec la leur» (1).

Un même idéal politique nous rapprochait à la fin du XVIII^e^ siècle. Nos libraires — ils étaient nombreux — ont été pour beaucoup dans la diffusion des idées revolutionnaires. Plus d'un Français, pour arracher une victime à l'Inquisition ou tenir en échec Pina Manique, s'est exposé lui même à perdre et son bien et sa liberté. De ces relations, que les guerres napoléoniennes allaient interrompre et que le libéralisme devait rétablir, naquit, sous deux formes différentes mais parfois combinées chez le même homme, une véritable collaboration politique et littéraire. Presque toutes les traductions d'un réel mérite sont l'oeuvre d'ancien membres de la colonie. C'est que, selon toute vraisemblance, les Portugais, sous une forme ou sous une autre, y avaient collaboré. Nous constatons, d'autre part, que certains Français, dès la seconde génération, étaient devenus les plus zêlés défenseurs des gloires portugaises. On a vu que Lécussan Verdier s'intitulait, non sans fierté, *luso-francés*. Nous pourrions en dire autant du regretté M. Monteiro Aillaud, qu'on a toujours vu, ainsi que tous ses ascendants depuis le XVIII^e^ siècle, à la tête de toutes les oeuvres de propagande littéraire et patriotique.

Il est probable, que vous verrez surgir, dans un avenir très prochain, une nouvelle catégorie de Français, l'étudiant. Vous en avez dèjá connu qui, depuis l'armistice, pour avoir accés dans vos bibliothéques et profiter de vos conseils, se transformaient en professeurs. L'un vient de faire

---

(1) *Voyage du ci-devant duc du Chatelet*, p. 69.

inscrire l'histoire portugaise au programme de l'Institut des hautes études marocaines de Rabat. Le second, spécialiste des questions erasmiennes, a déjà merité l'honneur d'être imprimé à Coimbre. Un troisième se tourne vers les *cancioneiros*. L'Institut français en accueillera, en appellera d'autres. Vous aurez tout le loisir de les initier à la philologie, à l'histoire des grandes navigations, à l'histoire de l'art.

Et qui nous empêcherait d'organiser une enquête parallèle dans nos archives? Celles de la Torre do Tombo n'ont pas livré nous leurs secrets. Celles de notre ministère des affaires ètrangères commencent à s'ouvrir d'une façon plus libérale aux chercheurs. Les nôtres, autant qu'on peut le conjecturer, ne vous apporteront rien qui soit d'importance capitale pour la connaissance des grandes découvertes et du XVI^e^ siècle. A cette époque nous étions rivaux et vous nous précediez. Mais nos agents, durant l'occupation espagnole, ont plus ou moins joué le rôle de conspirateurs. Le souci de préserver votre autonomie a provoqué dans l'entourage même de Turenne une sorte de croisade militaire. Puis vinrent les alliances entre les familles des deux aristocraties dont vos généalogistes retrouveraient la trace. L'histoire de l'église française, de l'hôpital français, du comptoir fondé à Lisbonne par Colbert, des artisans recrutés par Pombal, des industries fondées par Ratton, de la contrebande de livres sous Pina Manique, des revues portugaises éditées à Paris, des échanges entre les compagnies savantes, de la collaboration des spécialistes, particulièrement dans le domaine des sciences naturelles et de la médecine: autant de sujets neufs, presque intacts, dont nous pouvons seulement soupçonner l'importance par les grands repertoires bibliographiques ou les catalogues imprimés lors de la vente des collections particuliéres. Dans cette revue sommaire, et cependant trop touffue, des Français en Portugal succédant à celle des Portugais en France, nous croyons avoir démontré qu'il existe une tradition. A nous de

la perpétuer. Ce n'est faire tort ni à Bernardes Branco ni à Francisque Michel que d'affirmer qu'il nous reste à parcourir, sur leurs traces, une longue étape. Nous avons la ferme conviction que cette enquête peut ménager pour nos deux pays, après ces premiers chercheurs, d'agréables surprises et fonder, mieux que sur de transitoires effusions sentimentales, — sur un examen rigoureux, objectif, impartial, — une amitié qui remonte, on l'a vu, jusqu'au premier siècle de votre existence indépendante.

S. Lusitano

ALGUMAS OBSERVAÇÕES ACÊRCA DA INFLUÊNCIA DO INGLÊS NO PORTUGUÊS E DO MAIOR VEICULO DELA — O FRANCÊS

(Cont. do n.º 3, pag. 315)

Cabe notar ainda duas coisas mais no campo destas reduções vocabulares à inicial:

Primeira: Que há em uso no português, e lidas como palavras, formas acrossémicas, provindas directamente dos próprios termos ingleses. Tal o caso de *cif*, muito usado na língua comercial em expressões do tipo — *tal mercadoria custa tanto «cif» Tejo*, e que representa os três vocábulos britânicos — *cost, insurance, freight*.

Segunda: Que tais abreviações nem sempre têm como intuito a economia de tempo, tão característica do povo do *time is money:* às vezes há na abreviação dêsse tipo intuito meramente eufémico.

Em W-C., lidas as iniciais de *water-closet*, com o seu valor no alfabeto inglês, há efectivamente um anglicismo — mas que está, na expressão reduzida, que não no fenómeno de redução, que já era conhecido de outras línguas para fins atenuadores. *Water-closet,* estando, como eufemismo de decência que é, sujeito ao fácil conspurco do contágio da idea da coisa suja que vela, foi naturalmente atenuado por novo tapume eufémico: e a abreviação, na forma de redução vocabular ao fonema inicial, foi o empregado aqui, como é o utilizado em português em expressões aliás de formação es-

pontânea, como: *ter um* t *na testa* e *passe à letra* f, em que as iniciais *t* e *f* velam respectivamente o nome agressivo ou desapiedado — *tolo* e o verbo rascante designador do acto sexual.

É, como as expressões anteriores, além de formação nacional espontânea, também eufemismo, a expressão — *apanhar um R,* em que esta líquida é inicial da palavra — *reprovação.*

Recorto o seguinte passo do artigo — *O francesismo,* das *Últimas páginas,* de Eça de Queirós, em que esta atenuação se encontra:

«Duvida pavorosa, primeiro tormento d'alma em que só antevia uma coisa certa, inevitavel: — o *R*, a *raposa*» (1).

Com intuitos eufémicos e contra-eufémicos inda se emprega um sistema de algum modo paralelo — em que já não há coisa alguma de ânglico — e que consiste em representar por um pequeno número de sinais gráficos palavras que soam pròximamente como aqueles, lidos seqüentemente.

Tais os casos de E-B-Q, que servia para designar veladamente em França, durante a guerra maior, o embuscado — *embusqué*, ou o de K-H-I, de que se faz em Portugal largo uso num género de literatura muito nosso definidor — a literatura carnavalesca.

Participando dos sistemas da abreviação e do eufemismo há inda certas designações por iniciais — que, tendo também porventura já pouco de anglo-saxão, se desenvolveram no entanto com facilidade no ambiente preparado pelos hábitos lingüísticos daquele povo: tal o caso do seguinte grupo de iniciais — L-P-Q-F-L-T-D-A que os soldados franceses da grande guerra empregaram para designar, a um tempo abreviada e crìpticamente, *le pante qui fume le tabac des autres,* ou seja em calão português, o fumador da *fábrica de «se m'o dão».*

(1) Pôrto, 1912, pág. 473.

Convém notar que estas abreviações existem hoje por tôda a parte. Em Genebra, por exemplo, ouvi sempre, no verão de 1926, designar a Sociedade das Nações — *Société des nations,* por *S-D-N.* A guerra é que desenvolveu inda mais o gôsto das denominações abreviadas, como notou o académico Roberto de Flers, num discurso intitulado — *La langue française et la guerre:*

«Sans doute, en des jours où l'action primait la parole et où il convenait d'aller au plus bref, nous avons été menacés par certains usages assez singuliers: celui, entre autres, de remplacer les mots par leurs initiales. Il était à craindre que cette habitude ne passât dans la pratique courante, personne n'ignorant plus ce que désignait G. V. C, ou un R. A. T. Si l'emploi de telles abreviations se fût propagé dans d'autres domaines, je vous en demande pardon, messieurs, mais il est probable qu'aujourd'hui un membre de l'Institut de France ne serait plus qu'un I. F. Aussi bien cette méthode de simplification est-elle toute militaire et l'on en trouve dans le passé des exemples auxquels nous ne prêtons plus attention et qui pourtant ont pris place dans le dictionnaire» (1).

Outra observação há inda a fazer quanto ás reduções a iniciais de tipo anglo-saxónico — e é ela a de que produzem derivados. Assim C-G-T, ou seja Confederação Geral do Trabalho, provocou a formação *cegetista,* corrente já nos jornais. Porém, o francês dizendo também *cégétiste*, deve, como em tantos outros casos, ser o directo responsável do aparecimento da forma portuguesa. A língua francesa tem inda outros derivados de iniciais absolutamente correntes, tais como *técéfiste,* de T-C-F, *Touring-Club Français* e *erpéiste*, de R-P, *Répresentation proportionnelle.*

O fenómeno da derivação de iniciais tem outras modalidades. Uma são as formações do tipo *C-E-P lândia,* vocábulo

---

(1) Em Mário Barreto, *ob. cit.*, pág. 223.

do calão erudito do Corpo Expedicionário Português — e em que se reúnem dois anglicismos, o das iniciais e o vocábulo *land*, aportuguesado em *lândia*, que é forma moderna e visível em *Groenlândia*, *Finlândia*, e não em *landa*, que é forma antiga, visível em *Irlanda*, *Holanda*. A antigüidade da forma *landa* incúlca-no-la de algum modo Camões, que no seguinte verso do canto sétimo dos *Lusíadas* chamou Gelanda à terra que hoje denominamos *Zelândia*:

E desda fria plaga de Gelanda (1)

Êste têrmo — *lândia*, que significa terra — confronte-se para fàcilmente o ver *England* com Inglaterra — está entre nós desempenhando um papel sufixal muito importante: a cada passo surgem formações em que êle entra, mais ou menos pitorescas ou graciosas — *Matutolândia*, *Cuculândia*. No *Jornal de Tábua* vejo freqüentemente designar o país pela *Patuscolândia*.

Somos os primeiros a notar que ainda outros aspectos do problema da influência ânglica no português seria curioso focar — e só não dizemos estudar profundamente, porque o intuito dêste trabalho não é uma investigação intensa mas extensa.

Cinco dêles:

Primeiro: — Seria útil fazer o agrupamento dos anglicismos segundo a sua ordem de entrada na língua. A investigação da cronologia das importações tem o maior alcance filológico, histórico e etnopsicológico. É curioso notar, por exemplo, que *esterlina* é palavra antiga no português, se bem que não tanto de certo como o é no francês, onde aparece já

(1) Est. 61.

neste passo do *Saint-Thomas,* do poeta Garnier de Pont-Sainte-Maxence:

«De trente mille livres d'esterlins en deners» (1).

Segundo: — Seria geralmente útil fazer-se um dia estudo àparte das palavras anglo-americanas — principalmente relativas à vida pitoresca dos prados de pastoreação — caso de *cow-boy* — e aos usos das grandes cidades — caso de *skyscraper*. Um dos anglo-americanismos mais correntios é o designador do próprio povo da grande república dos Estados Unidos — *Yankee,* que talvez seja uma adaptação pele-vermelha do têrmo *english.*

Terceiro: — Seria inda útil escalar as várias formas ânglicas importadas segundo o seu vigor ou uso no português. Ao lado de inglesismos de emprêgo constante e geral, como *oxforde* e *foot-ball,* há anglicismos inertes e sem circulação, como *tailor* e *hairdresser,* que se põem nas taboletas das alfaiatarias e das barbearias só com o objectivo de dar ar aristocrático aos respectivos estabelecimentos. Também os há moribundos — e na língua comum, como no próprio calão: tal o caso respectivamente de *bispote* e de *guines* — êste têrmo provindo de *guinee,* moeda inglesa.

Quarto: — Seria finalmente curioso fazer a história do combate dos puristas contra o anglicismo e o balanço dos resultados das suas censuras sôbre os escritores. Nestes mesmos há por vezes alusão aos reparos críticos daquêles. Um exemplo está em Garrett — que assim se refere às censuras feitas a um verbo seu tão querido — *desapontar,* no seguinte passo do *Arco de Sant'Ana:*

«Mas, frustrada, por não dizer desapontada, já que tanto m'o criticam, ficará a esperança do amavel leitor» (2).

---

(1) *Larousse mensuel,* n.º 159, 1920. — Artigo *Anglicismes.*

(2) Lisboa, 1904, I, pág. 33.

Podia notar-se, como parêntese aliás curioso, que esta transigência do autor com o purismo não era, no que respeita à família vocabular a que pertence *desapontar,* de-certo feita de muito bom grado. No prefácio da *Lírica de João Mínimo* Garrett declara que *desapontamento* tem virtudes expressivas, que faltam aos vocábulos semânticamente correspondentes, não apenas do português, mas de tôdas as outras línguas:

«Desapontamento — desapontamento inglez — que não ha outra palavra em lingua nenhuma que expresse o que eu senti — desapontamento tão triste e tão agudo, nunca o provei» (1).

Quinto: — Também teria interêsse fazer a proporção entre o anglicismo no português e nas demais línguas românicas.

Embora tenham vindo para o nosso idioma bastantes formas anglicanas, a verdade é que êles são cá em menor número que noutras românicas, como, por exemplo, o francês. E natural é que assim seja, visto que sendo esta língua a intermediária entre o inglês e o português, é a mais directamente atingida pelas formas ânglicas, que aliás não transmite também aos outros países na sua totalidade. Há importações ânglicas no francês que não estão representadas em português — tal o caso de nomes como *drinc* — bebida, e *budget,* orçamento, ou de verbos como *stopper* parar, e *forstaller*, comprar as coisas antes delas irem ao mercado.

E ficam assim postos em relêvo os aspectos essenciais que apresenta a influência da língua inglesa sôbre a portuguesa, — que aliás não é somenos, a-pesar-de nos chegar já bastante coada pela língua francesa, que é o seu veículo maior.

Outras observações seria possível fazer ainda e algumas

---

(1) Lisboa, 1904, I, pág. 18.

não sem curiosidade. Assim, através de palavras anglicanas dispensáveis como *conforto* — vernàculamente cómodo ou conchego, *turista*, vernàculamente forasteiro, *senobe*, vernàculamente janota, *esportemane*, vernàculamente desportista, e de têrmos ingleses necessários porque traduzem ideas ou coisas que não tínhamos como *estoque*, de *stock* e *doca*, de *dock*, é possível visionar o modo de ser do povo inglês — a sua preocupação de bem-estar material, de viajar e de dar o tom da fina elegância, bem como o seu gôsto da actividade desportiva e ainda a fecundidade formidável da sua produção industrial e a opulência sem par da sua navegação e marinha.

Há então certos vocábulos particularmente fotográficos da psicologia inglesa. São logo três dêles os seguintes: *business, struggle* (êste elipse de *struggle for life*) *money*, os dois primeiros usados entre nós intactos, o último empregue em calão sob a forma de *moni*, em que se contém, de uma parte, tôda a intensíssima actividade dos negócios e da vida, que o inglês — aliás calmamente — executa no mundo inteiro, e da outra parte o objectivo imediato dessa actividade — amealhar dinheiro seja como fôr, para criar novos produtos e melhorar as formas da produção.

É curiosa também a tipossemia *bife* — com que se designa familiarmente o inglês. Ouve-se a cada passo em Lisboa — *vestir à bife, ter ares bifes, parecer um bife*. João de Deus apresenta-nos a palavra *bife* como designador do natural da Grã Bretanha neste passo da sátira *Mal de pés:*

> Mostrou-se logo o *bife* icommodado
> Fungando para um e outro lado... (1).

O tomar-se o bife como designador dos naturais de Inglaterra, prova quanto êsse prato tem a simpatia britânica.

---

(1) *Campo de Flores*, 4.ª ed., pág. 40.

A palavra *gentleman* é também das que tem valor etnopsicológico. Adolfo Coelho, no estudo publicado na *Portugalia* sob o título *Pedagogia do povo português*, e em que a confronta com outros vocábulos e expressões tradutoras dos ideais cívicos de vários povos: com o vocábulo espanhol *hidalgo*, todo sobranceria cavalheirosa; com o vocábulo italiano — *galantuomo*, todo gôsto artístico; com a expressão alemã *rechtsgeschaffene Mann*, tôda rectidão moral; com a expressão francesa — *homme d'esprit*, tôda engenhosa mobilidade intelectual; com a nacional *português velho*, tôda embuida de lealdade, coerência e rudeza, e de que uma quintilha de Sá de Miranda é porventura a melhor definição:

Homem dum só parecer,
Dum só rosto e d'ũa fé
Dantes quebrar que volver,
Outra cousa pode ser,
Mas de corte homem não é (1).

Adolfo Coelho — dizíamos — observou o seguinte:

«O inglês tem no *gentleman* o ideal a que aspira a sua educação. As boas e finas maneiras são apenas o lado externo do *gentleman*. Deve notar-se que a amabilidade delle é reflectida e só surge verdadeiramente quando o gelo da reserva inicial das relações se quebrou. Mas, pelo lado interno, o *gentleman* ha-de ter a capacidade do *self-help*, ser confiado em si próprio, ser independente, do *self-gouvernement*, de se dirigir a si próprio, em que entra o poder de inhibição, que lhe faz dominar os impulsos irreflectidos; distingue-se pelo *humour*, que o leva a achar contrastes cómicos, as fantasias originais, os apodos causticos, não raro sem a medida dum delicado senso esthetico, com mais força que graça (*vide* Ho-

(1) Ed. de Carolina Michaëlis, pág. 192.

gart, na pintura, Swift na literatura) caindo muitas vezes no paradoxo, e indo na acção até á exquisitice — *excentricity*. Isso não é apenas o resultado dum temperamento herdado, mas em grande parte o produto da educação. *To be honourable, to have confort*, são, pelo aspecto moral e pelo aspecto material, as aspirações do inglês: a boa educação deve pois collocar os novos nas condições de serem *honourable,* de serem perfeitos *gentlemen* e de terem *confort*. Este consiste sem duvida em meios materiaes, mas que são também instrumentos de cultura esthetico-intellectual, e condição da verdadeira firmeza moral: o inglês sabe tão bem que efeito depressivo tem nas almas a miseria como Theognis, que já no VI seculo antes de Christo fallara nesse efeito» (1).

Também as locuções inglesas que transitaram para o português permitem certas observações de natureza psíquica: em *all right!* está o risonho aprazimento que ao anglo saxão dá a hora presente, como em *for ever!* está a sua inabalável confiança na eternidade das coisas britânicas.

Por vezes existe neste domínio das palavras e expressões etnòpsicológicamente significativas a idea estrangeira sem têrmo estrangeiro, pelo que se torna necessário adjectivar o têrmo nacional com o epíteto gentílico correspondente. É o que acontece com pontualidade, que só tendo palavra designadora portuguesa, é no entanto na sua modalidade rigorosa ou exacta, coisa inglesa para nós. Inda que a etimologia do vocábulo pontualidade nos indique rigor e exactidão a verdade é que êle perdeu — porque os portugueses não têm essas virtudes — tais matizes significativos, tendo nós de recorrer, para os traduzir, a expressões em que a referida palavra entra adjectivada: *É duma pontualidade inglêsa*.

Eugénio de Castro pôs mesmo esta idea em arte na *Canção do velho relógio inglês,* inserta no formoso livro — *Can-*

---

(1) I, pág. 223.

ções desta negra vida, que viu a luz em Coimbra em 1922. Trazido para Portugal um belo relógio londrino — todo exactidão:

> Quem me fez um homem loiro,
> Sendo inglês e relojoeiro,
> Quis fazer-me, mais que tudo,
> Pautado, justo e certeiro (1)

passou a andar à doida, ora adiantando, ora atrasando:

> Eu relogio, antigamente
> Modelo de exactidão,
> Umas vezes corro á doida,
> Outras paro sem razão.
>
> Por mais que queiram curar-me
> Ninguem me cura ou melhora:
> Dou dez horas ao meio dia,
> E á meia-noite uma hora (2).

— volta-face que afinal se explica pelo contágio das manhas e defeitos portugueses:

> Trazido p'ra esta terra
> De loucuras e beleza,
> Faço loucuras e canto
> Como a gente portuguesa (3).

Nem só, porém, para o lado inglês os anglicismos permitem que se tirem conclusões psicológicas. Também é possível tirá-los para o lado português. Palavra que nos veio de Inglaterra traduz bastantes vezes uma idea ou uma coisa que não tínhamos — pelo menos na modalidade britânica. O domínio desportivo basta para fazer neste particular algumas observações curiosas — e considerando mesmo, através do

---

(1) Pág. 107.
(2) Pág. 112.
(3) Pág. 113.

grau de adaptação dos termos britânicos respectivos, a simpatia que merecem aos portugueses determinados desportos. Êstes têm no geral nomenclatura técnica britânica, porém nuns casos inda intacta e noutros adaptada por acomodação fonética ao idioma, ou mesmo — e é o máximo da nacionalização do desporto — por tradução mais ou menos livre. Assim a nomenclatura do *lawn-tennis* é integralmente britânica — o que prova que o desporto não tem a simpatia ou adesão geral: mantém-se acantoado ou restricto a certa classe — a mais rica e afidalgada.

Mas há outros desportos em que os termos estão não só adaptados como traduzidos: é o caso de *foot-ball*, jôgo para titulo do qual o jornal lisboeta *A Época,* lançou com êxito o vocábulo *pedibola,* contra-paralelo ao espanhol *balómpié*. Também *match* é normalmente chamado desafio e *refree* juiz de campo. O têrmo *goal* encontra-se ou adaptado em *golo,* na designação oral popular, ou traduzido por guarda-rede. Os *backs* são freqüentemente chamados *defesas,* e os *half-backs — centros, meios centros* e *pontas*. E isto é perfeito indicador da nacionalização do jôgo — o que aliás é natural visto que êle se casa muito bem com a nossa índole abrutada, além de que possue certa tradição, como mostrou num estudo intitulado: *A história dos exercícios físicos na sua relação com o desenvolvimento moral* o Dr. Adolfo Coelho:

«As diversas formas dos jogos da bola e da pela estacionaram ou degeneraram entre nós e por isso nos voltam agora com desenvolvimentos novos e nomes ingleses. O jôgo da bola era tão prezado no começo do seculo XVI que D. Manuel impôs pesada multa a quem o jogasse ao domingo ou dia de festa antes da missa, assim como a todo o oficial mecânico ou homem de trabalho que na côrte ou em Lisboa o jogam em qualquer outro dia (Alvará de 8 de Julho de 1521)» (1).

---

(1) *Arquivos da Universidade de Lisboa,* II, 1915, pág. 198.

A nacionalização lingüística confirma assim, o aliás por muitos modos manifesto, gôsto do português por êste desporto, que na sua forma actual importada de jôgo violento de países frios e disciplinados, exige da medicina — e da escolar muito especialmente — para se não tornar um dos maiores factores de miséria orgânica, a fixação do seu uso entre nós dentro de normas que atendam a um tempo ao feitio explosivo do povo, à constituïção fisiológica individual, ás condições clímicas diversíssimas das da Inglaterra, no que respeita ao regime das estações e até ao da própria temperatura diurna.

Há então em uso entre nós locuções particularmente tradutoras dos interêsses da hora presente. O tradicional *estar a leste,* dos bons tempos náuticos, e em que se visionava, como em tantas outras metáforas do mar, tôda a nossa epopeia dos descobrimentos, foi desbancado pelo *estar of side,* expressão trazida do pedibolismo; como as antigas frases estereotipadas: *estar entre a espada e a parede, estar entre a cruz e a caldeirinha,* evocadoras de cavalarias e de religiosidades, foram destronadas pela expressão boxística — que abre apenas vielescos panoramas de narizes esmurrados — *estar knock-out.*

Podia ainda notar-se que poucos vocábulos ingleses importados são do mundo intelectual — não que não haja pensadores na Inglaterra, mas porque não é nesse campo que ela mais se assinala e porque poucas são as relações de natureza espiritual que com ela temos ou tivemos. No entanto inda é possível encontrar entre nós alguns termos exportados por êsse país — porém titulando ideas ou aspectos que lhe não são exclusivos. Tal o caso de *eufuismo,* do inglês *euphuism,* formado com elementos helénicos, e que designou certa afectação de linguagem que foi moda em Inglaterra no tempo da raínha Isabel, e que é qualquer coisa como o «preciosismo» francês, ou o «gongorismo» espanhol.

E semelhante a êste inda o caso de *truismo,* do inglês *truism*, em que entra o elemento germânico *true,* e com que se designa correntemente em filosofia uma verdade evidentíssima ou pleonástica. Para a chegada até nós de um e outro vocábulo deve ter contribuído o francês, que os tem também nas formas *euphuïsme* e *truïsme*.

Às vezes a criação de sentido novo de um vocábulo e a formação de derivados dêsse vocábulo são também anglicismos de ordem intelectual. Tais os casos de *ensaio, ensaísta*, que hoje se empregam no domínio literário por influência do inglês *essay, essayist*, — e também do francês *essai, essayiste*.

Outras observações era possível fazer, sobretudo no campo metonímico. Vê-se que os nomes próprios ingleses que passam a comuns se tornam normalmente designadores de coisas materiais: tal, por exemplo, o caso de *tilbury*, do nome do inventor da carruagem assim chamada hoje. No campo espiritual rareia êste tipo de metonímias. Uma há no entanto notável, provinda do mundo das letras — e em que aliás se contém todo o espírito de iniciativa e de autogovêrno característico do anglo-saxão: é Robinson Crusœ, protagonista — e também título — de um romance célebre que Daniel Foe escreveu no século XVIII, e que se tornou o símbolo da Aventura, por lograr, numa ilha deserta, suficiência de meios de vida e até relativa felicidade.

Podia observar-se mais que também no dominio da locução a sciência, como a literatura, dão pouco: é o mundo do comércio e do desporto o mais pródigo. Pertencem a êste último, por exemplo, expressões como *walk-over* e *broken-down,* uma designando certa corrida, e outra certos cavalos de corrida. Tambem, no entanto, há expressões do mundo scientífico e literário: pertence ao primeiro *struggle for life*, que Darwin popularizou; e ao segundo as palavras irónicas de Shakespeare no *Othelo: honest Yago*, e que se

aplicam freqüentemente, por eufemismo, a qualquer scelerado.

Coisa paralela ao que se acaba de verificar com palavras e locuções importadas do inglês se nota com as próprias frases. Também estas são mais abundantes nos domínios práticos que nos espirituais. São exemplos do primeiro campo: *the rigth man in te rigth place,* que fotografa a admiravel administração da Grã-Bretanha e *last not least,* que reflecte a sua aprumada e calma pragmática. São exemplos do segundo — e ainda reveladores de que Shaskespeare é o autor máximo da Inglaterra — *much ado about nothing*, que é título de uma comédia dêste extraordinário dramaturgo e *to be or not to be* e *that is the question*, frases que se sucedem em certo empolgante monólogo dessa genial criação que é o *Hamlet*.

Da importância que tem para o lingüista e para o historiador as importações dos idiomas estrangeiros apercebeu-se bem o filólogo dinamarquês Nyrop, que a propósito do francês notou o seguinte:

«O estudo das palavras importadas não apresenta sòmente interêsse filologico: por trás de cada palavra introduzida no idioma esconde-se um problema histórico respeitante à cultura francesa. As importações representam lacunas e as formas porque estas foram preenchidas atestam a influencia exercida na França pelos povos a que ela pediu os novos vocabulos» (1).

Outros meios de avaliar a influência inglesa há ainda no campo filológico. Seria um, por exemplo, constituído pelo estudo das traduções feitas em Portugal de obras inglesas maiores e menores. Escritores e filólogos portugueses têm feito traduções de obras literárias inglesas. Shakespeare, por exemplo, tem sido largamente traduzido entre nós prin-

(1) *Obra cit.*, I, § 20, 7.º nota.

cipalmente pelos primeiros. Cito dois exemplos, ambos enriquecidos por notas apreciáveis: um, de Castilho com, o *Sonho duma noite de S. João,* obra vinda a lume no Pôrto em 1875; outro, de Bulhão Pato, com o *Mercador de Veneza,* obra vinda a lume em Lisboa em 1881.

De tradução feita por filólogo serve de tipo a tragédia *Julius Caesar*, também de Shakespeare, e que o professor Luís Cardim, da Faculdade de Letras da Universidade do Pôrto, nos deu, nesta mesma cidade, em 1925, enriquecida de notas eruditas e perspicazes.

Quanto a selectas inglesas para uso de portugueses, que são também excelente meio de avaliar a influência da Grã-Bretanha sôbre o nosso país, alguma coisa haveria também que citar. Aponto apenas a obra de maior primor que nêsse género apareceu em Portugal — e que é a *Selecta de autores ingleses,* de Gonçalves Viana & Berkeley Cotter, vinda a lume em 1897, em Lisboa. Contém êste esplêndido livro quinhentos trechos dos melhores escritores ingleses e americanos, que, formando um curso de literatura exemplificada, ministram noções curiosas — históricas, geográficas e sociais — sôbre os dois países, não se esquecendo sequer os autores da colectânea de incluir nela também textos sôbre Portugal, e das mais autorizadas penas britânicas. É ainda esta obra enriquecida com apreciáveis notas filológicas — aliás de utilidade igual para ingleses e portugueses.

Outro meio de avaliar a influência ânglica é constituído pelo estudo das gramáticas escritas em português para o estudo da língua inglesa, — e que são em maior número do que poderia supôr-se. Há-as editadas em Portugal e fora do país. Um exemplo do segundo tipo é a *Gramatica da lingua ingleza*, por Thomas Dilwasth, editada em Londres em 1775.

A melhor gramática que até hoje se publicou em português para o estudo do inglês é a de Júlio Moreira, a qual en-

tre 1880 e 1907 teve no Pôrto seis edições, e que só teve paralelos entre nós com as gramáticas de Epifânio Dias — traduções, adaptações e obras originais parcial ou totalmente: a *Gramática latina,* de Madwig, a *Gramática da língua francesa,* com colaboração de Von Hafe, e a *Gramática da língua portuguesa.*

Além de gramáticas tem-se publicado guias de conversação, dicionários, e vocabulários de palavras e frases, e só ingleses-portugueses ou do primeiro dêstes idiomas, com outros europeus e o nosso. Um exemplo — já de certa antigüidade — é o *Vocabulário das palavras e frases familiares das línguas inglesa, espanhola e portuguesa* que se publicou em Lisboa em 1810.

É claro que nós portugueses não estudamos o inglês sem reciprocidade. Também os ingleses têm as suas gramáticas e dicionários do português, dando-se até freqüentemente a circunstância de a mesma obra ter os dois aspectos — anglo-português e português-ânglico.

É exemplo de uma gramática só para estudo do português — *A new portuguese grammar in four parts*, de António Vieira Transtagano, e que em Londres teve várias edições pelo comêço do século XIX. É exemplo de gramática para o estudo recíproco dos dois idiomas a seguinte obra — *Gramática nova inglêsa e portuguesa e portuguesa inglesa* publicada em Londres por J. Castro, em 1751.

É claro que a nossa produção em gramáticas inglesas, e sobretudo de traduções de obras ânglicas, é mínima em relação à produção correspondente francesa, se bem que já seja singularmente apreciável em relação à de outros países românicos, a Espanha e a Itália mesmo, que outrora exerceram sôbre as nossas letras considerável acção. Como Eça de Queiroz pôs em relêvo no romance *Os Maias*, e no artigo *O francesismo* das *Últimas páginas*, em Portugal desconhe-

ce-se a literatura inglesa. Um passo exemplificador dêste artigo:

«A literatura ingleza, incomparavelmente mais rica, mais viva, mais forte e mais original que a da França, é tão ignorada, apezar de geralmente se saber inglez, como nos tempos remotos em que vinte longos e laboriosos dias eram necessarios para ir de Lisboa a Londres» (1).

De algum modo nos compensam dêste desconhecimento das letras inglesas certas investigações dos nossos especialistas. Tal o caso da importantissima memória que o ilustre Professor da Faculdade de Letras de Lisboa — Dr. Gustavo Ramos apresentou à Academia das Sciências, com o título *Sôbre três tragédias inglesas com motivos portugueses,* e que foi publicada em Coimbra em 1920.

Antes de concluir êste trabalho uma observação convém: também a língua portuguesa tem dado alguma coisa à inglesa. Há um certo nùmero de vocábulos britânicos que são de origem portuguesa — e ainda por sua vez chegados àquele idioma por via do francês. São essencialmente vocábulos nossos originários — ou seja de radical latino — e vocábulos de origem arábica e indica que as invasões que sofremos ou as conquistas que realizamos incorporaram no português.

Três exemplos — e sumàriamente apresentados:

1) *mandarin,* de *mandarim*, termo oriental que, por etimologia popular, se tem crido formado do verbo mandar mais o sufixo — *im*, semelhantemente a estarim, de *estar* mais — *im*. Em francês existe a mesma forma — *mandarin*.

2) *cobra*, do português *cobra*, que representa o latim *colubra*, através de *colobra* e *coobra,* e designa certo reptil venenoso. Em francês o vocábulo tem a mesma forma *cobra*.

---

(1) Pôrto, 1917, pág. 487.

3) *palanquin*, têrmo oriental, sinónimo de *andor* ou *machila*. Também no francês o vocábulo tem a forma *palanquin*.

Podia igualmente observar-se que demos ao inglês vocábulos de particular valor histórico e mesmo psicológico. Tal o caso de *auto-da-fé*, que em inglês existe ao lado de *auto de-fé*, — se bem que a Espanha deva também, nesta última forma, quinhoar das glórias da exportação. Em francês há também o têrmo composto *auto-da-fé*, de origem exclusivamente portuguesa.

A atestar, e mais incisivamente que os factos anteriores, que a Inglaterra — paralelamente ao que acontece comnosco em relação a ela — não importa directamente do português, mas através do francês, estão os vocábulos *fetish* e *bayadeer*, em francês *fétiche* e *bayadère*, e em português — esquece-o muita gente culta e outra que presume disso — *feitiço*, e *bailadeira* ou *balhadeira*.

Só muito raramente se deve ter produzido na Grã-Bretanha a importação do português por via directa. Um exemplo dá-no-lo, no entanto, *moidore*, adaptação fonética da expressão *moeda de ouro*.

E ainda mais duas observações cumprem: uma de ordem geral, outra de ordem especial.

Primeira — de ordem geral:

Na nossa época os idiomas participam da vida uns dos outros — e cada vez mais: quem fala uma língua própria fala também um pouco a alheia — nas importações vocabulares, nas locuções transvasadas, nos boleios sintáxicos sorrateiramente introduzidos, nas acomodações semânticas das palavras nacionais às estranjeiras formalmente correspondentes.

Segunda — de ordem especial:

A língua portuguesa, na penúria do que dá às outras e no excesso do que a elas vai buscar — chega-se entre nós,

e no campo da arte, ao ponto de encadear estranjeirismos, tornando-os explicativos ou definidores uns dos ouutros, como na brèjeira quadra de Augusto Gil, no *Canto da Cigarra:*

> Passou um *dandy*, um *snob*,
> Nas janelas pequeninas
> Dos teus olhos as meninas
> Acenaram-lhe pst! sobe (1).

— reflecte nítidamente aquele desiquilíbrio que caracteriza a balança económica: uma importação máxima contra uma exportação mínima. E assim deve ser aliás — porquanto um idioma é sempre, não apenas um organismo vivo, mas um organismo que traduz — e com todo o rigor, para quem saiba interpretar-lhe os segredos — a mesma vida ambiente.

Em conclusão:

Cremos ter realizado — bem sabemos que com insuficiência e desfulgor — o nosso objectivo: mostrar os aspectos essenciais da influência do inglês sôbre o português e pôr em foco que o veículo maior dessa influência era o francês, que aliás é também o intermediário quando se invertem os sentidos do movimento, e o idioma comummente influente passa a influído. E por bem pagos nos daríamos do esfôrço dispendido se o presente estudo lograsse chamar a atenção dos conhecedores da filologia portuguesa e germânica para cada um dos vários problemas que apontamos — e que só podem ter solução exacta ou definitiva quando se encarem todos os factos do mesmo tipo que a língua apresenta.

João da Silva Correia.

(1) 4.ª ed. pág. 23.

NA AGONIA DUM REGÍMEN

OS ÚLTIMOS ANOS DA VIGÊNCIA DO FORAL DO PÔRTO

(Cont. do n.º 3, pág. 279)

A Revolução caminhava. O velho edifício social e económico ia sendo atacado nos seus fundamentos pelos reformadores idealistas, ousados mas geralmente simpáticos pela sinceridade das suas ilusões. Todavia não custa a imaginar o pânico e o rancor que tais medidas criavam naqueles cujos interêsses iam ferir.

A Sé do Pôrto bem tinha querido sustar a catástofre quando a vira iminente, mas não o conseguira. O primeiro anúncio da borrasca foi a *Resolução* de 1821, que, aprovando o parecer da Comissão de Agricultura, datado de 20 de Agôsto do mesmo ano, sôbre uma consulta da Junta da Companhia dos Vinhos do Douro, mandou que não continuasse a ser pago o direito chamado *canadagem*, alegando: «—1.º êsse direito pertencia ao número dos *privilégios graciosos* a que aludiam as últimas palavras do Decreto sôbre a abolição dos direitos banais; — 2.º as terras que produziam os vinhos sôbre que incidia tal imposto não estavam compreendidas nos limites do Foral; —3.º êle constituía um obstáculo à navegação no rio Douro».

Mas o pior ainda estava para vir.

O Bispo do Pôrto e seu Cabido, logo que a discussão sôbre os forais começou nas Côrtes, apressaram-se a representar a esta Assembleia mostrando a antigüidade e a legiti-

midade dos direitos da sua Igreja, e fazendo notar, com palavras ponderadas e justas, que, se as Leis dos Forais pareciam na maior parte causar estôrvo ao comércio e agricultura, a sua reforma «não pode deixar de merecer uma particular atenção pela infinidade de dificuldades que logo se apresentam». «Observando-se que sendo tantas, tão diversas e tão antigas estas leis e tendo a sua observância complicação com todos os ramos e corpos da Nação, sem exceptuarmos mesmo o Erário Público, é muito arriscada e melindrosa a sua abolição ou reforma, sem que primeiramente se apresentem métodos ou regulamentos, por meio dos quais fiquem sempre salvos não só o direito de propriedade individual derivado dêles com posse e fruïção imemorial das diversas pessoas ou corporações a quem foram dadas, mas também os rendimentos provindos das sobreditas Leis de Forais que entram no Erário Público, porque a diminuïção e economia na receita dêste não são já compatíveis com a existência da dívida nacional». Que não se dissesse que os direitos que a Igreja do Pôrto percebia por fôrça do seu Foral eram inteiramente *privilégios graciosos*. Ninguém desconhecia certamente as transacções de que êles derivaram; um dos parágrafos do mesmo Foral mostra que tais direitos apenas representavam o resto de muitos outros, «além do da Jurisdição, que por longo tempo a Igreja recebeu, e de que no decurso de muitos anos foi fazendo cessão e composição com a Coroa».

E depois de várias outras considerações, exclamavam — «Basta, Senhor! Não pareça que os suplicantes com tal discurso propendem para ideas *anti-constitucionais*, ou que não querem prestar-se aos sacrifícios que a Regeneração da Pátria exigir dêles como cidadãos... Mas quando se julgue o exposto contrário às ideas actuais de reforma e à necessidade do melhoramento do Comércio e da Agricultura, nunca os suplicantes se podem persuadir que seja princípio *anti-liberal* ou oposto à mais bem entendida eqüidade a sub-ro-

gação equivalente que em tal caso suplicam; também é Causa Pública, como a do Comércio e Agricultura, a da conservação da propriedade individual de que goza a Igreja Portuense segundo os princípios estabelecidos. Vossa Majestade prometeu mantê-la, e manter a propriedade, quere dizer conservar a cada um o que tem, no estado em que o tem, e conforme o tem, ou seja em rigoroso domínio, ou usufruto, ou administração, etc.».

E a longuíssima *Memória* terminava afirmando a convicção de que as razões expostas seriam bem aceites e de que aos suplicantes seriam conservados os seus rendimentos, «de maneira que não sejamos o opróbio do Clero e da Nação tôda, com a falta de uma subsistência decente e dos meios que possam manter a gravidade e o decôro, em uma cidade, a segunda do Reino, em que êle se faz mais custoso pela maior carestia dos géneros, das fazendas, dos alugueres das casas, e pela necessidade de inspirar *por decentes exterioridades* aquele respeito que pela mendicidade e esqualidez necessàriamente havemos de perder».

Os forais não foram inteiramente abolidos, como já dissemos, mas, assim mesmo, a Igreja do Pôrto sofreu um profundo golpe nas suas receitas, visto o seu património ser «constituído, em não pequena parte, de foros, censos, pensões e produtos de laudémios».

Logo a seguir a esta Lei, com o Decreto de 26 de Julho do mesmo ano, que extinguiu o *Direito dos Votos de S. Tiago,* a Sé do Pôrto sofreu mais outro corte nos rendimentos. Era uma antiqüíssima e pingue fonte de receita êsse «voto oferecido a Deus em honra de S. Tiago a quem se atribuíram as vitórias contra os mouros», direito sôbre o qual durante muitos anos a Igreja do Pôrto e a de Compostela questionaram. Em resultado de contratos onerosos essa receita ficou pertencendo à Sé do Pôrto. Mas as Côrtes, considerando que os Votos de S. Tiago eram um direito supersti-

cioso e privado de título legítimo que o justificasse, aboliram-no.

Mas ainda não era tudo.

Não falando já da *colecta* que incidia sôbre *todos* os rendimentos eclesiásticos, destinada à amortização da dívida pública, e estatuída por Decreto de 28 de Junho de 1821, os rendimentos da Sé portuense foram ainda muito particularmente lesados com o Decreto de 3 de Abril de 1823 que extinguiu o Direito de Portagem, conservando-o apenas em Lisboa e ainda no Algarve para determinados casos. ¿Mas se no Pôrto êsse direito era gravoso ao comércio, não o seria também em Lisboa? A menos que aquela cidade merecesse melhor tratamento por ter sido o foco da revolução de 1820, dizia mais tarde o Cabido com uma pontinha de amarga ironia, tal diferença de tratamento não se justificava. E, de resto, acrescentava, as sizas, passagem de pontes, direitos de carros e outros impostos semelhantes persistiam, a-pesar-de serem tanto ou mais prejudiciais ao comércio do que as portagens.

*

Porém nessa data já as antigas classes privilegiadas começavam a ver raiar uma esperança *de melhores dias.*

O *Soberano Congresso,* pela sua arrogância, pelo seu radicalismo, pelos seus erros, pela sua falta de tacto na questão do Brasil que precipitou a separação desta antiga província, chamara sôbre si profundas animadversões, fomentadas também, é fácil de supor, pela propaganda que contra aquela Assemblea intensamente faziam os seus inimigos, nos púlpitos, nos confessionários, nas ruas, em tôda a parte emfim. A grande massa da Nação, a princípio indiferente ou em espectativa benévola perante os acontecimentos políticos, começava agora a declarar-se contra a fúria demolidora de que os parlamentares estavam possuídos, apostados

como pareciam em destruir o velho Portugal não deixando de pé nem uma única das instituïções que para os absolutistas, e segundo D. Miguel proclamará poucos meses depois, «a índole da Nação expressara como necessárias». Além disso a Santa Aliança, representada pelos 90.000 soldados franceses comandados pelo Duque de Angoulême, intervinha já pelas armas na vizinha Espanha, e provàvelmente não tardaria a fazer o mesmo em Portugal. Êste negro futuro era de molde a fazer vacilar os que não tivessem arraigadas convicções liberais e a mostrar-lhes que as novas instituïções, sôbre não terem trazido a felicidade prometida, ainda poderiam arrastar consigo desgraças como as que, não havia muito, o país conhecera sob as invasões napoleónicas. As próprias medidas defensivas contra a possível invasão, decretadas pelas Côrtes, redundaram em outras tantas causas de antipatia por essa Assembleia.

Não faltava é certo quem reconhecesse que o sistema constitucional era bom em teoria: «garantia as liberdades e a propriedade dos cidadãos, dividia os poderes políticos, e estabelecia barreiras ao despotismo», escreveu José Ferreira Borges. O pior é que, como êste mesmo jurisconsulto confessou, «causas de muita espécie fizeram odioso o sistema e arruïnaram a sua existência, confundindo-se mui particularmente os vícios dos homens com a bondade da causa».

Fôsse como fôsse, o que é certo é que o espírito de reacção aumentava e a contra-revolução que, em 23 de Fevereiro de 1823, capitaniada pelo Conde de Amarante, ensaiara em Trás-os-Montes e, pela mesma data, noutros pontos do país a sua primeira arremetida, não tardaria a manifestar-se de novo, com mais violência. Conspirava-se abertamente.

Por Decreto de 10 de Março de 1823 as Côrtes mandaram organizar a Guarda Nacional em Lisboa e Pôrto. Até então, os governantes não tinham consentido que as classes populares tomassem parte na revolução, entre outras razões

pelo receio da anarquia, pelo terror que lhes inspirara «o fatal exemplo da França». O movimento fôra quási exclusivamente militar. Mas agora sentia-se a necessidade de um apoio fora da caserna e por isso chamaram o povo a cooperar com o exército na manutenção das novas instituïções: à Guarda Nacional competia defender a Constituïção e assegurar a ordem pública. Mas a nação não se mostrou disposta ao sacrifício pedido. Até no Pôrto, a-pesar-da actividade desenvolvida pela *Sociedade Patriótica,* os alistamentos não corresponderam ao que se esperava. Entretanto, na generalidade, as manobras absolutistas não afrouxavam; os seus agentes, quási todos nobres e eclesiásticos, não descansavam. De-certo tais manejos não eram estranhos ao plano que Carlota Joaquina, reclusa no Paço do Ramalhão, dentro em breve faria executar.

E, quando, na madrugada de 27 de Maio, D. Miguel deu comêço à sua aventurada e agitada vida política com a *Vilafrancada,* que os liberais cognominaram de *Jornada da Poeira,* as últimas horas do vintismo tinham soado. Nas Côrtes ainda se acalentou algum tempo a esperança de poder ser vencido o movimento reaccionário, mas essa esperança desapareceu quando, no dia 30, Sepúlveda abandonou Lisboa e correu a juntar-se ao Infante, com numerosas tropas que levara da Capital. O Govêrno não tinha já com quem contar. O desespêro dos parlamentares manifestou-se então em rubros, inflamados e inúteis discursos, em protestos solenes de inalterável e eterna fidelidade aos seus juramentos e ideais. *¡Constituïção ou morte!* — bradava um. *¡Façam-se as Côrtes no Terreiro do Paço para que o povo nos veja!* — exclamava outro. *¡Morrerei sentado nesta cadeira!* — asseverava um terceiro. E declararam-se em sessão permanente.

Mas estas disposições melodramáticas modificaram-se sensìvelmente quando, no dia 31, o rei, por uma inspiração feliz, seguiu também o caminho de Vila-Franca. A 2 de Julho,

a opinião dos avêssos a fanfarronices e que, desde a primeira hora, se mostraram mais sensatos e positivistas, prevaleceu; foi resolvido que, embora o Congresso não se dissolvesse... os parlamentares desistiriam de se manterem reünidos. Salvavam assim os princípios, aceitavam a realidade e não desafiavam inglòriamente a fôrça, que era agora, como quási sempre, quem ditava a lei. Porém tal subtileza não lhes poupou o remoque de D. Miguel na sua proclamação de 3 de Junho: — «Desenganados dos seus erros êles se dissolveram de facto como de facto se congregaram; e eu os dissolvo de direito».

Os absolutistas cantaram vitória. Viam-se livres da «sediciosa e desorganizadora Assembleia»! O furibundo jornal *O Punhal dos Corcundas*, como quem desperta de um sonho mau, referindo-se às Côrtes, dizia: — «Se duram mais um ano ficava tudo perdido e arrazado, nenhuma instituïção antiga ficaria de pé... Mosteiros, cabidos, Universidade, Academia Real das Sciências, etc., etc., apenas conservariam os seus nomes nos Dicionários da língua portuguesa e na memória dos homens».

D. João VI, que, acompanhando o filho na aventura de Vila-Franca, ludibriara os que esperavam encontrar na sua resistência o ambicionado pretexto de o depor, precisava, para contrabalançar êsse passo no campo absolutista, de dar uma satisfação aos do partido contrário. E não foi sem demonstrar certa coragem que o fêz: — «Nesta crise melindrosa cumpre-me como rei e como pai dos meus súbditos, salvá-los da anarquia e da invasão *(das tropas do Duque de Angoulême)* conciliando os partidos que os tornam inimigos. Para conseguir tão almejado fim é mister modificar a Constituïção... Eu não desejo, nem desejei nunca, o poder absoluto e hoje mesmo o rejeito...».

Pactuando (sinceramente?) com os adversários, também D. Miguel prometeu uma Constituïção. Com efeito foi criada

uma Junta, presidida por Palmela, encarregada de preparar um Projecto de Carta de Lei Fundamental da Monarquia, que se acomodasse «à forma dos governos representativos estabelecidos na Europa». Causas de vária ordem, principalmente influências internacionais, impediram pouco depois que em tal se continuasse a pensar.

No novo ministério, em que entravam absolutistas e liberais, à intolerância dos primeiros — Gomes de Oliveira e Marinho Falcão — contrapunha-se a acção moderadora dos últimos — Palmela, Mousinho e Martins Pamplona, pouco depois agraciado com o título de Conde de Subserra. Por isso a política por êsse govêrno encetada não foi, de modo nenhum, a que esperavam Carlota Joaquina e os seus sequazes. Faltava-lhes o espírito de ódio, de perseguição, os actos brutais de fôrça contra a *maldita seita dos pedreiros livres*.

E desde logo recomeçaram as intrigas, os conciliábulos, as conspiratas da *facção apostólica*.

*

No Pôrto já em 31 de Maio, antes portanto da dissolução das Côrtes, haviam os absolutistas saído para a rua aos vivas à Santa Religião, a D. João VI rei absoluto, à Raínha, a D. Miguel, etc. A Câmara Constitucional foi substituída pela que funcionava em 1820. As prisões esvaziaram-se, para receberem, pouco depois, novos hóspedes: no Castelo da Foz foram enclausurados os membros de uma conjura de liberais, cujo objectivo era combater o movimento reaccionário. Formou-se uma Junta absolutista, que teve curta duração, e da qual fêz parte D. João de Magalhães e Avelar. E a 5 de Junho o *Correio do Pôrto*, fremente de júbilo reaccionário dizia: — «Caíu finalmente a perfídia, a sedução e a discórdia, a opressão da honra e da inocência desapareceu...».

Dois dias depois entrava na cidade o novo governador das Armas, Manuel Pamplona Carneiro Rangel. Aires Pinto voltou ao cargo de Governador das Justiças que ocupava em 1820, e para o logar de Chanceler da Relação veio Sebastião Correia de Sá, mais tarde 1.º Marquês de Terena.

Se não considerarmos a massa volúvel do povo, que sempre vai para onde a levam e geralmente para o vencedor, a maioria da população do Pôrto não via de bom grado aquele reflorir das velhas instituïções politicas. Poucos foram os que se alegraram sinceramente com o regresso ao passado; entre êles contavam-se quási todos os nobres e grande parte do Clero. O Cabido da Sé foi das primeiras corporações portuenses a enviar uma deputacão, composta do chantre e um cónego, a cumprimentar D. João VI e a felicitá-lo «pelos gloriosos feitos que restituíram a Sua Magestade os seus legítimos» e *inauferíveis* direitos.

Não sabemos se o Foral do Pôrto voltou de facto — que não por virtude de lei expressa —, a vigorar conforme a sua letra antiga, logo depois da Vilafrancada. Uma Junta, criada a 19 de Junho de 1823 e pouco depois extinta, tinha por missão rever tôda a legislação do período político anterior e apresentar um novo projecto de reforma dos forais; mas, só passado um ano, e concluído o tal exame, aparece um Alvará, como veremos, revogando tôdas as leis, decretos e inovações dimanadas das proscritas Côrtes. É natural no entanto que, logo em 1823, a Igreja do Pôrto voltasse a cobrar os seus direitos fiscais, mais ou menos na forma por que os recebia antes da lei que os reduzira.

A *Collecta* de 1821, essa é que continuou a ser exigida, como se vê do Decreto de 26 de Junho de 1823, o que levantou os maiores protestos por parte de todo o Clero. Nessa ocasião e por tal motivo, o Governador das Justiças do Pôrto, Aires Pinto, escreveu ao monarca uma carta em que,

com grande hombridade, mostrava quanto tais medidas lhe pareciam injustas e impolíticas (1).

A acção do novo Govêrno não era de molde a acalmar paixões. Pelo contrário: os ódios exacerbavam-se.

No Pôrto, pelas esquinas, apareciam pasquins contra a a Raínha e nas ruas dos Ingleses e das Flores — já alcunhadas de *ruas dos liberais* — corriam os mais graves boatos da conivência de Aires Pinto com certos projectos sinistros de Carlota Joaquina. Por essas e outras razões não faltava quem pedisse na imprensa «forcas a prumo e *pedreiros* acima. Vamos a vêr quem vence, se êles a conspirarem contra o trono e a religião, se nós a enforcarmos nêles às dúzias por dia».

Aires Pinto dominado pela obcessão da *maçonaria,* fazia vigiar pela polícia quem se lhe tornava suspeito, assaltava as casas dos liberais, enclausurava-os. Muitos foram obrigados a sair da cidade, muitos mais emigraram espontâneamente. Bastante mais moderado era Sebastião Correia, que pela sua resistência passiva, quebrava um pouco o ímpeto das medidas violentas do seu superior hierárquico (2).

Um ano assim decorre.

Em 30 de Abril de 1824 D. Miguel dá o audacioso golpe da *Abrilada.* No Pôrto, os partidários do Infante chegaram a esboçar, às primeiras notícias, manifestações de alegria; mas quando foi conhecido o insucesso da tentativa dos seus correligionários, incalculável foi a amargura da desilusão que sofreram. Pelo contrário a maioria da população da cidade, de tal entusiasmo se deixou possuir, que, tendo começado a festejar o aniversário de D. João VI em 13 de Maio, pro-

---

(1) Pedro A. Dias, *Subsídios para a História Política do Pôrto,* Pôrto, 1896, pág. 26 e seg.

(2) *Ob. cit.,* pág. 33.

longou êsses festejos até ao dia 17. Foram horas seguidas de júbilo popular estrondoso. Folguedos contínuos pelas ruas, iluminação às noites; o estralejar dos foguetes não cessou durante cinco dias, sob a complacência de Sebastião Correia e a irritação crescente de Aires Pinto.

Passado pouco tempo, êste magistrado obteve licença régia e retirou-se para Lisboa. D. Miguel já estava exilado.

*

¡¿Haveria razão para tão grande regozijo?!

O Alvará de 5 de Junho de 1824 dava como nulos todos os decretos e leis, inovações despóticas e desorganizadoras, das extintas Côrtes. ¿Quem vencera então? Dir-se-ia que tinham sido os absolutistas.

O mesmo Alvará começava por afirmar que, tendo o rei, um ano antes, declarado sediciosa a chamada Assembleia Nacional, «nulo de facto e direito» se podia ter logo considerado, por êsse simples motivo, tudo que ela tivesse decretado; referia-se de um modo expresso aos forais, restituindo-os interinamente ao estado em que se encontravam antes de 1822, e só num ponto se mostrava conforme com os desejos vintistas: quando declarava inteiramente abolidos os *direitos banais.*

É certo que no mesmo dia 5 de Julho foi criada uma nova Junta encarregada, como a sua predecessora de 1823, de elaborar um projecto de reforma dos forais, para o que foram nomeadas individualidades da mais elevada competência, como José de Melo Freire, João Pedro Ribeiro, Alberto Carlos de Menezes, etc. É certo também que a essa comissão foram concedidos largos poderes para exigir das autoridades públicas as informações e esclarecimentos de que necessitasse para os seus trabalhos. No uso de tal autorização José António de Faria Carvalho, secretário da refe-

rida Junta, oficiou ao Corregedor e Provedor do Pôrto remetendo um questionário relativo àquele assunto, idêntico aos enviados para todo o país, e a que as Câmaras deviam responder. A Câmara do Pôrto, por se considerar incompetente, não se desempenhou dessa tarefa, endossando-a, por ofício de 28 de Agosto, ao Cabido da Sé. E plàcidamente ficou esperando.

A Comissão dos Forais nada produziu colectivamente. O Dezembargador Alberto Carlos de Menezes é que publicou em 1825 o seu *Plano de Reforma,* cumprindo assim a promessa feita a D. João VI de concluir dentro dum ano êsse trabalho. E, apuradas as contas, nos forais ninguém tocou até 1832.

Ao contrário também do que seria lícito supor depois do esmagamento da nova arremetida absolutista, as portagens voltaram a ser postas em vigor. Surpreendidos, os negociantes do Pôrto protestaram uma ou mais vezes contra aquilo a que chamavam um *vexame.* Uma das mensagens que enviaram ao Govêrno foi de novo remetida pelo Conde de Subserra ao chanceler da Relação do Pôrto para informar. O Cabido foi chamado a contraditar as alegações ali formuladas, o que fêz num ofício no qual há palavras que denotam não só o fervor absolutista de quem as ditou, mas também a atmosfera política do momento; — «a representação sendo assinada por homens que, denominando-se súbditos em logar de vassalos de Vossa Magestade, parece que estão imbuídos nas ideas revolucionárias ou liberais das extintas e malfadadas Côrtes, só por isto mereciam ser desatendidos em sua súplica, ainda quando fôsse de algum pêso».

Os protestos dos negociantes resultaram vãos. As portagens continuaram a ser exigidas. Contudo pensava-se em as reformar, tendo sido enviado ao Cabido e ao Corregedor do Pôrto pelos poderes centrais um questionário relativo àquele assunto.

A todos os desejos de reforma, bons ou maus, sinceros ou fingidos, patrióticos ou acintosos, opunham-se sempre as maiores resistências, e da parte do Govêrno não havia talvez grande vontade de fazer vingar tais planos. O que se passou no Pôrto é sintomático. O Cabido só em 10 de Outubro de 1826 enviou as respostas relativas ao foral; e, quanto às portagens, se é certo que aquela corporação parece não ter demorado igual tempo, já o Juiz da Alfândega, devendo satisfazer pedido idêntico que lhe fôra feito em 13 de Setembro de 1824, só a 22 de Abril de 1826 respondeu, e limitou-se a copiar o rascunho que obteve do Cabido com os tópicos do que convinha dizer. A própria Câmara não se apressou a enviar às instâncias superiores os elementos obtidos; e a sua resposta, na qual fazia uma calorosa apologia dos direitos de portagem, em Outubro de 1826 ainda não fóra remetida, a-pesar-de já escrita.

O mesmo aconteceu com a elaboração do *Tombo dos Bens da Real Corôa,* mandado organizar por Provisão Régia de 26 de Novembro de 1824. Em 31 de Agosto de 1825, António Bernardo de Brito e Cunha, Contador da Fazenda do Pôrto e aqui encarregado daqueles trabalhos, oficiou ao Cabido pedindo uma relação das propriedades, bens, foros e direitos de que essa corporação era donatária. Nem resposta obteve. E só dois anos depois, a 27 de Abril de 1827, e em virtude de novo ofício de Brito e Cunha, é que o pedido foi satisfeito.

*

O falecimento de D. João VI, representando, como tôda a gente compreendia, o desaparecimento da única barreira que continha um pouco a fúria dos partidos, foi conhecido pela nação com pavor; a morte do rei marcou o momento em que as dissenções políticas entraram na sua mais agitada e san-

grenta fase. «As facções desaçaimadas de todo o freio, escreveu Garrett, iam romper de novo a guerra aberta de aniquilação e viriam sôbre o sepulcro real, disputar os restos lacerados de um senhorio nominal, da posse de um outro sepulcro, mais vasto mas não menos sepulcro — o desgraçado Portugal».

A presidência do Conselho de Regência foi confiada à Infanta Isabel Maria, e D. Pedro, aclamado rei, outorgou do Brasil a Carta Constitucional que o Pôrto aclamou com fé e entusiasmo delirante e que Saldanha, novo Governador das Armas desta cidade, fêz jurar, contra tôdas as oposições, com o seu desabrido *ultimatum* enviado ao Govêrno. Saldanha, sendo chamado a Lisboa para sobraçar a pasta da guerra, foi substituído no Pôrto por Stubbs.

Eis que os absolutistas descontentes levantaram a questão dinástica que tanta tinta e sangue havia de fazer correr: — ¿A quem pertencia legìtimamente o trono?

Tal pregunta no fundo envolvia menos, afigura-se-nos, uma questão jurídica do que uma questão política — a do regímen. Só assim se explica que ainda hoje se discuta êsse ponto de direito sucessório sem que seja possível congraçar os partidos opostos. ¡E já lá vão cem anos!

Uma solução prática e conciliadora se julgava ser a adoptada e no momento aceite por todos: D. Pedro, Imperador do Brasil abdicara, a 2 de Maio de 1826, dos seus pretensos direitos à coroa portuguesa, em favor de sua filha primogénita Maria da Glória. D. Miguel jura em Viena a 4 de Outubro seguinte a Carta Constitucional, contrai a 29 do mesmo mês esponsais com aquela sua sobrinha e, por Decreto de 3 de Julho do ano imediato, é nomeado Logar-Tenente de D. Pedro com todos os poderes para governar e reger o reino em conformidade da Carta. Regressa a Lisboa em Fevereiro de 1828. Desembarca em Belém, jura de novo fidelidade ao rei e à Carta... Nesta altura tôdas as combi-

nações começam a produzir resultados que poucos esperavam. D. Miguel dissolve a Câmara dos Deputados e tendo a Câmara Municipal de Lisboa promovido em 25 de Abril, aniversário do nascimento de Carlota Joaquina, manifestações ruïdosas pelas ruas pedindo que o Infante se declarasse rei, são convocados os Tres Estados do Reino. Um *assento* famoso declara a ilegitimidade de D. Pedro; D. Miguel a 7 de Junho presta o seu novo juramento: o absolutismo ressurgia declaradamente.

No Pôrto, entre os que aplaudiram com mais fervor o novo rumo político que os acontecimentos levavam, contava-se o Cabido. D. Miguel era, como diziam os periódicos «a coluna forte do Trono e do Altar»; não admira portanto o entusiasmo do Clero com o seu advento. Manifestou-o pràticamente o Cabido do Pôrto oferecendo para as urgências do Tesouro Público a quantia de 2.500$000 reis, dos juros em dívida dos anos de 1824 a 1827. D. João de Magalhães e Avelar, desiludido do constitucionalismo, como muitos dos seus contemporâneos, colocou-se também, e desta vez para sempre, ao lado dos miguelistas; a 12 de Julho já se dizia por sua ordem, na colecta da missa: *Regem nostrum Michaelem.* O Pôrto estava sob o domínio dos novos senhores. Tôdas as autoridades eram absolutistas. Aires Pinto voltara, de novo em Abril à actividade das suas antigas funções. Stubbs fôra exonerado havia muito; no seu logar estava o General Francisco de Castro.

Quando de Lisboa D. Alvaro de Castro, mais tarde Conde da Madeira, e até o Ministro do Reino, o futuro Conde de Basto, oficiavam às Câmaras, incitando-as a representarem pedindo a D. Miguel que se declarasse rei, na cidade da Virgem tratou-se sem demora de satisfazer êsse desejo. Não chegaram porém a mil, a-pesar-de todos os esforços, as assinaturas recolhidas para a mensagem.

Tais acontecimentos motivaram a reacção dos liberais,

heróica, desesperada e trágica. Pouco depois, tendo Aveiro soltado o grito de revolta, no Pôrto as tropas saíram para a rua ao som do Hino da Carta, e soltando delirantes vivas a D. Pedro, a D. Maria II, à Carta Constitucional. Foi o *16 de Maio*, a tristemente célebre *Belfastada*. Durante quarenta e cinco dias o Pôrto manteve-se independente em relação ao Govêrno de Lisboa, sob uma Junta que nada fêz. Palmela, Saldanha, Vila-Flor e outros que tinham vindo de Inglaterra colocar-se à frente do movimento acabam por fugir vergonhosamente, abandonando os soldados e inúmeros civis comprometidos, que apavoradamente procuraram refugiar-se na Galiza. Não era sem tempo. Não tardou a chegar ao Pôrto a Alçada sinistra de tão sangrenta memória.

Começava o reinado do terror em Portugal. «Um reinado em que todos tremiam, mas em que ninguém se aquietava a-pesar-de tremer».

Encheram-se os cárceres, o cacete e o punhal trabalharam sem descanso, os carrascos não paravam na sua lúgubre faina, e inúmeros portugueses, para salvarem a vida, viram-se obrigados a emigrar.

Entre estes... ia Mousinho da Silveira. E, emquanto no reino se desenrolam scenas abomináveis e dramas horrendos como o da carnificina do Pôrto em 1829, em que Brito e Cunha, entre muitos outros, perdeu a vida numa fôrca da Praça Nova, Mousinho reside pobremente em Paris, observa, estuda. Os emigrados reúnem-se por fim nos Açores, e quando em 1831, se lhes junta D. Pedro, o ex-ministro de D. João VI «faz aceitar, escreveu Garrett, e converter em leis as suas reformas radicais e tremendas. Tremendas para todo o país a que se apliquem, por maiores que sejam os bens que delas venham ou possam vir. Porque a terra, a indústria, a família, a governação e a administração, tôda emfim a constituïção material e social do reino foi revolvida de alto a baixo por essas leis formidáveis que, de uns esco-

lhos negros de basalto do meio do Atlântico, arremessava sôbre a velha terra de Portugal o proscrito ministro do ex-Imperador do Brasil».

Da Terceira saem um dia os futuros «7.5oo bravos do Mindelo». Em breve, nas ruas do Pôrto, mais uma vez corre o sangue dos que se batem por um ideal falaz de liberdade, e ecoa lugùbremente o ronco do canhão. D. João de Magalhães e Avelar e a maior parte dos membros do Cabido estão longe. E, ao mesmo tempo que D. Pedro corre incansável e corajosamente aos pontos de maior perigo e a população portuense sofre e luta sob os rigores do cêrco, Mousinho no seu gabinete continua a legislar... para todo o reino. Não era todavia inútil o seu trabalho; os seus decretos divulgados pelo país contribuíram talvez mais eficazmente para o triunfo da causa liberal, do que as baionetas dos soldados de D. Pedro. A esperança dos benefícios que as suas medidas legislativas deveriam garantir aos povos, converteu mais gente do que tôda a metralha vomitada pelos canhões do rei *libertador*. Mousinho assim o julgava: «¡As minhas leis valem exércitos!» — exclamava convicto.

Os sucessos militares e políticos que se desenrolaram no país até à Convenção de Évora-Monte, não nos interessam neste estudo. Ficam já fora do âmbito cronológico do assunto que tratamos, pois que em 1832 Mousinho faz decretar a célebre lei de 13 de Agôsto abolindo os forais.

¡Estranha ironia do Destino! No Pôrto e com a estreita colaboração de um portuense, Almeida Garrett, é feito o diploma que vibrou o golpe de morte nas normas cuja origem estava no estatuto que D. Hugo outorgara sete séculos antes, e que, se contribuíram de certo modo para o engrandecimento do velho burgo, foram também interminável fonte de questões e de lutas, entre os portuenses e os seus bispos.

O velho Foral do Pôrto deixara de ter existência jùridica. De nada tinham valido os esforços da Mitra e do Cabido

para manter uns direitos que, se uma grande antigüidade de certo modo legitimava, as mais evidentes razões económicas, sociais e políticas já de há muito condenavam a desaparecer. De nada valeram as críticas acerbas de que a violenta lei de Mousinho foi alvo, com reconhecida justiça. O passado dessa vez morrera para sempre, a-pezar-das restrições da lei de 1846; os que depois vieram só encontraram um montão de ruínas...

ARTUR DE MAGALHÃES BASTO.

UMA CARTA DE MONACI SÔBRE O «CANCIONEIRO DA VATICANA»

A carta que publicamos infra, reproduzimo-la da obra consagrada à memória de *Ernesto Monaci*, a qual constitui o XV vol. da série de publicações da Società Filologica Romana (Roma M·DCCCC·XX). É um fragmento de artigo em forma epistolar, descoberto pelo romanista Mário Pelaez no espólio do ilustre professor italiano, e destinava-se à *Zeitschrift für romanische Philologie*, onde Monaci, a pedido de Gröber, tencionava atenuar o juízo excessivamente severo emitido por outrem na mesma publicação (1878, pág. 84, nota) sôbre *Cancioneiro Portuguez da Vaticana. Edição critica....* de Teófilo Braga.

Inserimos aqui êsse documento, dada a raridade das edições da *Società* entre nós, e porque não vimos menção dêle em nenhum erudito português, o que aliás se pode explicar pela circunstância de a carta de Monaci não importar pròpriamente aos estudos provençalescos, senão, e em fraca medida, à história dêsses estudos em Portugal.

Mário Pelaez incluíu-a em *Gli studi di filologia provenzale francesa, espagnuola e portughese*, artigo com que contribuíu para a homenagem a Ernesto Monaci, e que é muito curioso nalguns pontos, como quando extracta o esbôço inédito de uma carta do benemérito editor diplomático do *Cancioneiro da Vaticana* em resposta a outra de Paulo Meyer sôbre as origens da poesia dos trovadores portugueses. Meyer negava as fontes populares indígenas dessa poesia, afirmadas

por Monaci, embora concedesse que ela representa motivos populares revestidos da forma dos trovadores cultos, e sustentava que entre o seu modo de ver e o do filólogo italiano havia apenas uma pequena *nuance*. D. Carolina Michaëlis, historiando a questão (*Cancioneiro da Ajuda* II, 35), diz que «a ligeira divergencia entre os dois eruditos, resultado da vaga interpretação que então ainda se dava ao termo *poesia popular,* resolveu-se em harmonia, quando P. Meyer, dando a boa vinda aos *Cantos* [Monaci, *Canti antichi....*], detalhou novamente o seu modo de ver, sustentando ao mesmo tempo o caracter e a origem popular do *genero,* e a forma litteraria da *especie*». Pelo trabalho de Mário Pelaez ficamos sabendo que Monaci, pelo contrário, considerava a sua opinião muito diferente da de Meyer quando escrevia: «Su questo punto mi pareva che le nostra opinioni fossero diverse. Ma Ella ora mi dice non esservi nemmeno un'ombra di questa differenza, ed io me ne rallegro trovando della mia un giudice così autorevole; solo confesso di non sapermi persuadere ancora come quei due periodi abbiano lo stesso sgnificato».

O fragmento da carta de Monaci, que adiante transcrevemos, mal esboça a apreciação da edição crítica do *Cancioneiro,* que desenvolveria depois. Fica, no entanto, como um desabafo do benemérito italiano contra a miopia de certos académicos e como a promessa de uma homenagem ao grande espírito de Teófilo, a quem se podem aplicar as palavras de Carducci a Fauriel: «... a cui parecchi errori di fatto e certe lestezza d'induzioni e deduzioni non debbono scemare il pregio grande d'una prima e genial comprensione della poesia cavalleresca...».

VITORINO NEMÉSIO.

«Anzio, 28 sett. 1880. — «*Cancioneiro Portuguez da Vaticana. Edição critica restituida sobre o texto diplomatico de Halle* etc. por Th. Braga. Lisboa, Impr. Nacional, 1878. Vol. in-4.° di pp. CXII-236.

Lettera al prof. Erm-Suchier.

«Carissimo Collega — Da un anno voi mi avete invitato in nome del nostro amico Gröber a dar conto del lavoro di Braga sopra il Canz. Portogh. della Vaticana, ed io soltanto adesso rispondo all' onorevole e delicato incarico che si vuole così affidarmi. La cagione del mio indugiare fu questa, che soltanto da poco tempo ho potuto mettermi a studiare il nuovo codice Colocci-Brancuti, il quale, come saprete, è un elemento di capitale importanza per la critica del codice Vaticano. Morto il povero Molteni che l'aveva trovato, quel codice per gentile assenso del proprietario di esso sig. Conte Brancuti fu consegnato a me sui primi di maggio di quest'anno; ma allora distratto da altre occupazioni, e più tardi lontano da Roma, sono rimasto a lungo nella impossibilità di dedicare all'esame di esso quel tempo che mi sarebbe stato pur necessario. Né d'altra parte, io potevo prescindere da un tale esame per questo resoconto: però che in tal caso non avrei avuto altro modo di cavarmene se non quello di mettere la edizione di Braga a fronte della mia e così diventare a un tempo giudice e parte nella stessa causa.

«Premessa questa spiegazione, senza la quale non potevo giustificarmi presso di voi, vengo al fatto. La edizione di Braga fu evidentemente determinata dal bisogno, forse più sensible in Portogallo che non altrove, d'intendere un testo che nella mia edizione di Halle era stato giudicato *illeggibile;* tanto illeggibile, che un membro della Real Academia das sciencias de Lisboa, nel momento che quella illustre corporazione riceveva l'omaggio di un esemplare di essa, credette opportuno di proporre ai suoi colleghi di far fare una nuova copia del codice Vaticano per curarne poi una edizione come si conveniva. Veramente il predetto accademico, che non poteva ignorare siccome il suo Sodalizio fin dal 1843 aveva decretata una simile edizione ed anche assegnati quei fondi straordinari che parevano indispensabili alla impresa, avrebbe potuto essersi messo da un pezzo all'opera egli stesso, se ne avesse avuta la buona voluntà. Avrebbe così anche prevenuto uno straniero che nel 1843 non era ancor nato, e avrebbe risparmiata una proposta che per il momento in cui fu presentata si risolvette in mero e gratuito oltraggio diretto contro chi nulla aveva fatto per meritarlo. A difesa del povero editore, bastonato a questo modo dove e quando meno se l'aspettava,

potevasi forse rispondere che quel testo «illegivel» era stato almeno accompagnato da certi sussidi esegetici, che permettono aghi allievi di prim'anno delle nostre facoltà filologiche, d'intenderlo abastanza; ma verosimilmente anche quella parte della edizione era illeggibille per lui. Del resto questa difesa non è mancata, e la nuova edizione di Teofilo Braga avrà dimostrato a quest'ora che senza aver mai veduto il codice Vaticano e col solo materiale della edizione Halliana si può far per lo meno quello che fece il Braga: si tratta di saper leggere.

«Io ho letto in questa stessa *Zeitschrift* (Bibliographie des Jahre 1878, p. 84) un giudizio già pronunciato su questo lavoro del Braga. É un giudizio molto severo e permettetemi di nou sottoscrivermi ad esso. Il valore di una edizione è quasi sempre relativo, e poiché nessuno, io credo, vorrà disconoscere questo, che per il pubblico portoghese — al quale il Braga destinò la sua edizione — essa è sufficiente, lo scopo dell'opera è raggiunto ed il suo valore relativo resta adeguatamente determinato. Che importa ad un buon portoghese di sapere che nel testo di uno di questi trovatori della Collezione Vaticana si debba, per esempio, restituire *coraçon* invece di *coraçom*, o viceversa, mentre il buon portoghese oggi scrive *coração?* Sono sofisticherie! — su per giù risponderà egli — quella buona gente non rispettava l'ortografia e seriveva spropositi; mettete pure come vi pare, ché per me è lo stesso: basta che intenda. E Braga ha fatto intendere press'a poco tutte le 1205 poesie del cod. Vaticano.

«Ma la *Zeitschrift* parla ad un altro pubblico, e se un bravo tedesco le domanda che cosa ne pensi del lavoro di Braga, bisogna certamente tener conto di altre considerazioni che non quelle che doveva avere presenti il Braga, e son certo che non dispiacerà a questo valoroso quanto indefesso letterato se qui esprimerò il sentimento che la sua «edição critica» non risponda abbastanza a tutte quelle esigenze che s'impongono per la esecuzione di una simile impresa nella patria della esegetica moderna.

«Specialmente la edizione di un canzoniere quando si voglia condurla con entendimento che basti al servizio della scienza, richiede un lavoro molto complicato e arduo. I canzonieri antichi sono agglomeramenti di poesie liriche fatti con criteri tutt'altro che scientifici. Il gusto del raccoglitore, la opportunità che gli fece ritrovare questo o quel materiale, il genere infine dei diversi componimenti trovati sono le cause che sempre determinarono la formazione e l'ordinamento di cotesti florilegi. Di conoscere poi gli autori delle cose raccolte punto o poco si curavano; di guisa che vediamo il Cancioneiro d'Ajuda essere rimasto

tutto anonimo, e anonimi in gran parte sarebbero rimasti anche il Canz. Vaticano e il Brancuti, se un filologo del Rinascimento non avesse colmate le lacune. Siamo dunque assai lontani in questa forma da ciò che abbisogna agli studi d'indole storica, che oggi si volgono ad interrogarli. Per questi innanzi tutto ora si tratta di sapere chi furono gli autori ammessi in quei piccoli panteon, riconoscerne le figure, e collocarli precisamente in quel posto che ebbero nel tempo e nello spazio, ossia vederli ben classificati nell'ordine cronologico e nel topografico. E tutto ciò per la storia letteraria propriamente detta: quanto poi alla filologia, o piuttosto alla glottologia, c'è assai più da fare....»

P. S. — Mário Pelaez anota que êste fragmento se encontra num masso de cartas que se referem ao Cancioneiro Português. A Società Filologica Romana prestaria um bom serviço à nossa cultura se promovesse a publicação do espólio epistolar de Monaci.

RAÍZES DA ALMA LATINA

A riqueza — A mediania — A pobreza — O urbanismo — O rurismo

Já durante o século xv e pelo século xvi fora, não ouviram ou desprezaram os dirigentes de Portugal, os brados, os aflitivos gritos da alma portuguesa, soltados pelos que lìdimamente a encarnavam — os intelectuais, os homens de pensamento, os nossos génios. E Portugal, depois de estrebuchar na sempre pavorosamente acelerada embriaguez das tóxicas delícias do urbanismo, em grandes gestos ou alucinadas fúrias de indómito gigante que havia sido alimentado, em abstinência de vícios, com a seiva do seu rurismo mediévico, passo a passo crescente de exuberância, cai, exausto de gôzo estúpido, nas mãos da terapêutica policial de Castela.

É que o *velho do Restêlo* tinha e terá sempre razão.

Porque não subiram tão alto, não foi tão retumbante como a de Portugal, a queda dos outros povos latinos. Mas... bastas vezes tem a sua História dado razão ao *velho do Restêlo,* ou seja ao desprezado grito — por Governos e particulares – dos seus intelectuais.

*

Pretendemos com êste trabalho, alcançar um fim supremo: *a reïntegração dos povos latinos, na sua índole mais íntima, mais profunda.*

Presumimos que, para os de traidora mentalidade e para os de mentalidade sem alcance, será o nosso livro em defesa da moral latina, da mediania rústica, um *D. Quijote* de via ínfima em defesa de cavalarias; sabemos bem até, que a nossa voz é débil, quási imperceptível para fim tam ambicioso.

Porém, pode ela despertar trombeta sonorosa: e, se nem êste mérito tiver, ficarei aínda com uma consolação que é tríplice: dar aos que não são ambiciosos, o prazer inefável do confôrto, do incitamento, por pôr em relêvo a sua comunhão espiritual com os cérebros privilegiados dos povos latinos, com os *olímpicos* da ROMÂNIA; pugnar — contra nós e os de fora — pelo respeito à tradição, cimentada nos primeiros quatro ou cinco séculos de literatura românica e que contém os princípios basilares da civilização latina; protestar contra o iminente atraiçoar desta civilização que propugnou sempre pelas mais sublimes e alevantadas aspirações do espírito humano, numa defesa cerrada, comovente, de um mundo moral de Justiça, de Verdade, de Bem-estar humano — e não só nacional — contra a fôrça, a prepotência, o domínio ou esmagamento do homem pelo homem, do espiritual pelo temporal. Esta traição é a de alguns intelectuais, imbuídos de princípios morais leoninos de civilizações excêntricas, medonhamente utilitárias porque propugnam pelo bem-estar corpóreo ou falsa superioridade espiritual, com sensível menosprêso do espiritual; é a dos Governos latinos que, num grande desprêzo pela voz de mortos e vivos, arvoram aínda como lema, nacionalismos ambiciosos, exterminadores ou exclusivistas.

*

Podia êste nosso trabalho ser mais extenso; era-o de-certo em países mais ricos, onde o escritor tem mais e mais fáceis elementos de trabalho. Tenho contudo para mim, que, em

proporção do volume, nem cresceria o número de leitores, nem a prova das teses ganharia em qualidade, clareza e persuasão. Aumentaria sim, o nome e fama do autor, pela própria massa esmagadora de páginas; mas ficaria atenuada, obnubilada, a idea que deve surgir, firme, altiva, refulgente como espada dominadora, dos depoïmentos que vamos expor, ou, de outro modo, da discussão que vamos ouvir. A êste fim, sacrificámos, sem hesitar, aquela glória; e, se não intitulámos, modestamente, o nosso trabalho de *Arte de ser feliz* ou *Como se aprende a ser feliz* ou aínda um pouco bombàsticamente de *Assembleia, Concílio* ou *Congresso de moral, por mortos,* é porque quizemos acentuar um inadiável processo de estudo de *Literatura comparada* — o de monografias sucintas e precisas, para, do seu conjunto pouco volumoso, se extraír com bases concretas e com método, a *História da Literatura comparada.*

Contudo, como não era fazer esta, o principal intuito nosso, pusemos de parte, a aproximação ou relacionação sistemática dos trechos que transcrevemos. Dissemos porém muito que o leitor curioso poderá completar.

*

Nas falhas de proporcionalidade entre as massas literárias dos quatro países, em que, certamente, aqui e além, teríamos incorrido, não deve ver-se qualquer propósito injusto, ou descabido nacionalismo; antes, seriam causa delas, por um lado, o propósito que acima formulámos; por outro, a maior ou menor facilidade na colheita de elementos.

A actualização que, mui conscientemente, fazemos das nossas conclusões, poderá ser argüída de inconseqüente, porque já lá vão cêrca de quatro séculos desde a sua necessária aceitação lógica. Diremos porém, que, do exame atento das atuais circunstâncias, resulta, bem ao contrário,

que tais conclusões não podem ser mais oportunas, e que *hoje*, no período crítico da transformação rápida da orgânica social, é mesmo muito mais flagrante, urgente e inadiável que *ontem*, a necessidade da sua prática, — a base mais certa, mais perene e mais elegante do almejado equilíbrio.

É que, se há alteração, é na pungente acuïdade do mal combatido que tenta corroer os substractos íntimos da alma latina — árvore frondosa no mais belo jardim da terra, com raízes tão possantes que, além do limite do nosso estudo, se alargam e fortalecem por outros quatro séculos até hoje, tendo tido antes de êste período de oito séculos, um período quási igual de vida de elaboração, fixação e orientação.

PRIMEIRA PARTE

A RIQUEZA, A MEDIANIA E A POBREZA

a) *A Riqueza*

O poder do ouro. Espanha. — Cabe ao arcipreste de Hita, *Juan Ruiz*, o chamado, talvez forçadamente, «Rabelais» espanhol, o usar primeiro da palavra, neste *concílio de olímpicos* da terra latina. Emocionemo-nos logo com a sua defesa subtilmente irónica, implacável, quási empolgante, naquele tom rompente de castelhano lídimo e rude, mas amável realidade lingüística:

Mucho fas el dinero, et mucho es de amar.
Al torpe fase bueno, et omen de prestar,
Fase correr al cojo, et al mudo fabrar,
El que non tiene manos, dineros quiere tomar.
Sea un ome nesçio, et rudo labrador,
Los dineros le fasen fidalgo e sabidor,
Quanto mas algo tiene, tanto es mas de valor,
El que non há dineros, non es de si sennor.
Si tovieres dineros, habias consolaçion,
Plaser, e alegria, del papa raçion,

Comprarás paraiso, ganarás salvacion,
Dó son muchos dineros, es mucha bendiçion.
Yo vi en corte de Roma, dó es la santidat,
Que todos al dinero fasen grand homiltad,...
Fasie muchos priores, obispos, et abades,
Arzobispos, doctores, patriarcas, potestades,...
Fasia de verdat mentiras, et de mentiras verdades.
Fasia muchos clerigos e muchos ordenados,
Muchos monges, e monjas, religiosos sagrados
El dinero los daba por bien examinados,
A los pobres desian, que non eran letrados.
Daba muchos juisios, mucha mala sentencia, ..
El dinero quebranta las cadenas dannosas,
Tira çepos e grillos, et cadenas plagosas,
El que non tiene dineros, échanle las posas,
Por todo el mundo fase cosas maravillosas.
Yo vi fer maravilla do él mucho usaba,
Muchos meresçian muerte que la vida les daba,
Otros eran sin culpa, et luego les mataba,
Muchas almas perdia, et muchas salvaba.
Fasia perder al pobre su casa e su vinna,
Sus muebles e raiçes todo los desalinna;
El fase caballeros de neçios aldeanos,
Condes, e ricos omes de algunos villanos,
Con el dinero andan todos los omes lozanos,
Quantos son en el mundo, le besan hoy los manos
Vi tener al dinero las mejores moradas,
Altas e muy costosas, fermosas, e pintadas
Castillos, eredades, et villas entorreadas,
Todas al dinero sirven, et suyas son compladas
Comia muchos manjares de diversas naturas,
Vistia los nobles pannos, doradas vestiduras,
Traia joyas preçiosas en viçios et folguras,
Guarnimientos estrannos, nobles cabalgaduras.
Yo vi a muchos monges en sus predicaçiones
Denostar al dinero, et a sus tentaçiones...
Peroque le denuestan los monges por las plazas,
Guardanlo en el convento en vasos et en tazas,...
Monges, frayles, clerigos non toman los dineros,. .
Luego los toman prestes sus omes despenseros;

Pues que se disen pobles, que quieren tesoreros?...
Non es muerto (el rico), ya disen pater noster, mal aguero
Como los cuervos al asno, quando le desuellan el cuero,...
El dinero es alcalde et jues mucho loado,
Este es consejero, et sotil abogado,
Alguaçil et merino bien ardit esforzado,
De todos los ofiçios es muy apoderado.
En suma te lo digo, tómalo tu mejor,
El dinero del mundo es gran revolvedor,
Sennor fase del siervo, de sennor servidor,
Toda cosa del sigro se fase por su amor.
Por dineros se muda el mundo e su manera,
Toda muger cobdiçiosa de algo es falaguera,
Por joyas et dineros salirá de carrera,
El dar quebranta pennas, fiende dura madera.
Derrueca fuerte muro, et derriba grand torre
A coyta, et a grand priesa el mucho dar acorre
Non a siervo captivo, que el dinero non le aforre
El que non tiene que dar, su caballo non corre.
Las cosas que son graves, fáselas de ligero,... (I, 32-35.)

Fr. Iñigo de Mendoza, talvez sem conhecer a arrojada e sacudida sátira do arcipreste, diz, com uma certa elegância e resignação.

... Es el oro tam guerrero
E tan fiero
Con quien à las manos llega,
E en tal modo fuerza e ciega
E se pega
Que el castillo mas roquero
Sojusga mas de ligero... (IV, 353.)
.....

E *Castillejo*, estruturalmente castelhano, modêlo de sensatez e prudência, diz, bem convicto:

... Pues confiar de parientes
El que no tiene de suyo,
Mas cerca tiene sus dientes,
Y es gran cosa ave de tuyo.

No hay hermano
Ni pariente tan cercano,
Ni amigo tan de verdad,
Como el dinero en la mano
En qualquier necesidad.
Qualquier cosa
Fácil ó dificultosa
Se alcança con el dinero,...
Mil ruines que sabemos
Presumen de cabaleros,
De quien gran caso hacemos
Por solo tener dineros
y poder,
y otros que, por carecer
De estos bienes temporales,
Ninguno los quiere ver
Siendo nobles y leales,
De manera
Que me es fuerza, aunque no quiera
Por no dormir en las pajas,
Buscar camino ó carrera
De mejorar mis alhajas
Y salir
Por el mundo á descubrir
Sin volver la cara atrás
Algun modo de vivir
Para venir á ser mas (Tomo xxxiv, p. 214 e segs.)

B. Arjensola já nos fins do século xvi, não deixaria de palmear, mesmo em versos que fariam azedar *Castillejo*, gravemente, à maneira de Sá de Miranda.

La grave autoridad de la moneda,
Del aspero desden nunca ofendida,
Porque jamás oyo respuesta aceda (p. 310, tom. xxxxii.)

E D. J. Setanti:

«En competencia la virtud del oro
No espere ganar honra ni provecho» (p. 411 e seg.)

O sublime e divino livro de *Cervantes* é a Espanha tôda inteirinha. A integração do pensar de D. Quijote e Sancho, completado aqui e além pelo discorrer de uma ou outra personagem, são o pensar do povo espanhol e mais aínda — para maior perfeição do livro *único* — o mundo moral latino dos fins do século XVI. Observemo-lo através do nosso livro.

Quando D. Quijote quere que Sancho dê a si próprio os açoites para o desencanto de Dulcinea, diz o escudeiro:

«Qué canasta de ropa blanca, de camisas, de tocadores y de escarpines, aunque no los gasto, trae delante de sí para ablandar-me, sino un vituperio y otro, sabiendo aquel refrán que dicen por ahí, que un asno cargado de oro sube ligero por una montaña, y que dádivas quebrantan peñas, y á Dios rogando y con el mazo dando,... (II, cap. XXXV p. 333.)

França. — *Marot* foca com ingénua ironia, o efeito mágico da oferta de um diamante:

... Mon amy, elle est de Paris;
Ne t'y fie; car c'est un lieu
Le plus genant...
Quand les petites vilotieres
Trouvent quelque hardy amant,
Qui veuille mettre un diamant
Devant leurs yeux rians et vers,
Coac, elles tombent à l'envers.
Tu ris! Maudit soit il qui erre;
C'est la grand'vertu de la pierre
Que esblouit ainsi les yeux
Telz dons, telz présents servent mieux,
Que beauté, sçavoir, ne prieres:
Ilz endorment les chambrieres;
Ilz ouvrent les portes fermées,
Comme s'elles estoient charmées;
Ilz font aveugles ceux qui voyent,
Et taire les chiens qui aboyent... (I, p. 80.)

Rabelais acentua com gravidade que nos faz sorrir: *Pecuniae oboediunt omnia.* (III, p. 121.)

Pontalais é um simples arremêdo — na elegância, na ironia, na profundeza — do arcipreste:

Qui argent a la guerre il entretient,
Qui argent a gentilhome devient,
Qui argent a chascun lui fait honneur,
C'est monseigneur;
Qui argent a les dames il maintient,
Qui argent a tout bon bruit lui advient,
Qui argent a c'est du monde le cueur,
C'est la fleur,
Sur tous vivants c'est cil qui peut et vault,
Mais aux meschans toujours argent leur fault.
Qui argent a pour sage homme on le tient,
Qui argent a tout le monde il contient
Qui argent a tousjours bruyt en vigueur,
Sans rigueur;
Qui argent a ce qu'il luy plaist detient,
Qui argent a de tous il a faveur;
C'est tout heur
D'avoir argent quant jamais ne deffault,
Mais aux meschants tousjours argent leur fault.
Qui argent a à tous plaist et revient,
Qui argent a, chascun devers lui vient
Qui argent a, sur luy n'a point d'erreur
Ne malheur;
Qui argent a, nul son droit ne retient,
Qui argent a, s'il veut, à tous subvient,
Qui argent a il est clerc et docteur
Et prieur;
S'il a des biens chascun l'eslève hault,
Mais aux meschans tousjours argent leur fault. (1, p. 539-40.)

Ronsard, símbolo acabado da mentalidade complicada de humanista, canta como vamos ver e à custa de restrições que veremos, o hino do ouro:

... Si quelqu'un, disoit-il, la loge (Richesse) en sa maison,
Il aura tout soudain toute chose a foison,

Champs, prez, vin, bois, valets, tesmoins, amis, Justice,
Et chacun sera prest à luy faire service.
La richesse sans plus, nous trouve des amis:
Celuy qu'elle cherit, à luy seul est permis
De s'asseoir pres des Roys, et son ennemy n'ose
Contre sa dignité gronder en nulle chose.
Pourquoy nous courbons-nous devant les Grands Seigneurs?
Pourquoy leur faisons-nous du genouil tant d'honneurs?
Sinon pour leur Richesse? est-il vray-semblable
Si un Roy devenoit un Herre miserable,
Nul en guerre pour luy ne voudroit plus mourir!
Et pourquoy le sert-on, sinon pour acquerir
Des biens en le servant? Mais dites pourquoy est-ce
Qu'un Poete, un Orateur, un Philosophe adresse
Ses livres aux Grands Rois? Pourquoy tant d'artizans
Offrent-ils leurs labeurs aux Princes courtizans...
Sçauroit-on devenir expert en la Peinture,
Expert en la Musique, ou en l'Architecture,
Si l'argent nous defaut pour avoir des outils?
Voirroit-on en tant d'arts tants de Maistres Subtils,
S'ils n'avaient par argent payé l'apprentissage
Des metiers achetez? ô bon Dien, que l'usage,
De ce metal est grand! ô qu'il est précieux!...
Sans luy chacun languist en paresseux seiour:
Sans luy...
D'autant que l'âge d'or regne encor auiourd'huy ..
Il nous donne la grace, et si nous donne encor,
Sçavoir, honneur, beauté, parentez, mariages,
Et seul il nous transforme en cent mille visages:
Il fait l'ignorant sage..
Ah, que maint grand Seigneur seroit estimé sot
Sans richesse, qui fait qu'on ose dire mot,
Et qui nous tient la voix en la bouche arrestée! (IV, p. 336–55.)

Itália. — *Pandolfini* diz com simplicidade, resignação e sinceridade: «... perché si vede il danajo essere o radice o esca o nutrimento o mezzo di tutte lecose... Bene confessiamo, che non avere danari mancano nondimento molte e

molte cose...» p. 170-71. *T. Tasso,* acrescenta no *Aminta,* em forma pétrea, talvez com desespêro:

... Sin duda alguna el siglo de oro es este,
Pues solo vence el oro y reina el oro... (Acto I, sc. I.)

Portugal. — *A. Ferreira* toca, dolorosa, torcida, pesadamente, um aspecto genérico do poder mágico:

. . de honra enche a boca, só proveito,
Só doce ganho estima; este honra chama,
Ouro primeiro (este he seu preceito)
Ouro, depois virtude: ouro honra dá,
Ouro ao Rey faz, e aos homẽs ser aceito.
Logo quem nada tem, nada terá;
Essa he cá a ordem; essa a regra e meo... (II, 128.)

Caminha, nas *Poezias,* navega nas águas de Ferreira:

Quanto se tem, se vale, és o primeiro
Em bondade, em saber, se o ouro falta
Bem te podes contar por derradeiro.
É trazido nas mãos, por cima salta
Das cabeças quem tem, vé que baixeza
Tam indevidamente está tam alta... (p. 37.)

E nas *Poesias inéditas,* repete-se, porém, com mais elegância e vigor:

Tenga uno Minerva y Apolo
Tenga las hermanas nueve,
Tenga otro Dite: este mueve
Todo a si, queda otro solo.
Más que d'uno a otro Polo
Está lexos de si quien
Busca sin dinero, bien. (p. 449.)

Simão Machado, como se viu, podia alargar muito, o que atribui a Portugal:

João Brás — Porque em Portugal, ma ora,
Somente val quem o tem (dinheiro)...

Aze. — Morrerá, que he o mór bem
Que pode ter quem não tem... (p. 58-61.)

Prestes aduz com bonomia irónica:

Soffrer-se-há piedosamente,
que a um rico lhe estê bem
ser soberbo, pois se tem
o que tem, por rei, por gente,
e o pobre por ninguém... (p. 61.)

e a seguir faz dizer ao *Ratinho* que pôs o dinheiro por cabeceira, com a velha graça:

Ora dormi,
Meu dinheiro, meu rubi
O dinheiro não tem osso,
Nem espinha, nem aqui... (p. 88.)

depois acentua:

«¿ Não lhe dá lá o cheiro ?
É o senhor, sôbre senhor,
Re-senhor, senhor Dinheiro... (p. 201.)

e insiste:

«... Ver tantas concavidades
Quantas o dinheiro faz,
Que das pedras faz vontades...» (p. 204.)

Na disputa entre o Dinheiro e a Formosura para a peita do comendador, diz por fim o dinheiro:

«Porém eu por derradeiro
Sou dinheiro e aqui me serro:
Por dinheiro baila el perro (p. 207.)

E termina com outro ditado:

Dádivas quebrantam penhas... (p. 222)

Camões, na belíssima concisão do seu poema, resume em duas estâncias, na acostumada forma marmórea, quási tudo o dito por *Ruiz* e *Ronsard:*

Êste rende munidas fortalezas,
Faz trédoros e falsos os amigos,
Êste, a mais nobres faz fazer vilezas
E entrega Capitães aos inimigos;
Êste corrompe virginais purezas,
Sem temer de honra ou fama alguns perigos;
Êste deprava às vezes as sciências,
Os juizos cegando e as consciências.
Êste interpreta mais que sutilmente
Os textos; êste faz e desfaz leis;
Êste causa os perjúrios entre a gente
E mil vezes tiranos torna os reis;
Até os que só a Deus omnipotente
Se dedicam, mil vezes ouvireis
Que corrompe êste encantador e ilude,
Mas não sem côr, contudo, de virtude. (VIII, 96-99.)

Gil Vicente já tinha dito:

«. . Porque quem dinheiro tem
Fará tudo o que quizer.. » (II, p. 143.)

O dinheiro e o amor. Espanha. — Para pormos em relêvo especial êste aspecto que ocupa tão vasto campo na farça humana, abrimos capítulo que é acrescento e ilustração de afirmações genéricas anteriores. *Fr. Iñigo de Mendoza* acrescenta ao que dissera, talvez por conhecimento próprio:

Que las ufanas fraldillas
Coronillas
Con cien mil aguas y aceites
Despiertan con sus afeites
Los deleites
A que nos hacen cosquillas.

Rescebir guantes, manillas,
Mil cosillas
De Sevilla e de Valencia,
Muestran nos de su pendencia
Experiência
Que de tales çancadillas
Muchas caen de costillas... (IV, p. 355.)

E *Rioja*, por imitação de *Camões*, ou mera coïncidência:

Pierde su flor la virginal pureza
por ti... 42.°; p. 385

Cervantes inventa as núpcias de Camacho para tratar o problema em alegoria que é em resumo:

— Tras ésta entró otra danza de artificio y de las que llaman habladas. Era de ocho ninfas, repartidas en dos hileras: de la una hilera era guia el dios Cupido, y de la otra, el Interés...» À frente destas duas fileiras vinha o *Castelo do bom recato*, isto é, a virgindade, a honestidade, de cuja conquista se trata.

Em vão, mas em belas décimas, exaltam o seu poder, o Amor e a Poesia, pois que por fim:

«después de haber bailado un buen espacio, el Interés sacó un balsón, que le formaba el pellejo de un gran gato romano, que parecía estar lleno de dineros, y arronjandole al castillo, con el golpe se desencajaron las tablas y se cayeron, dejando á la doncella descubierta y sin defensa alguna. Llegó el Interés con las figuras de su valia, y echándole una gran cadena de oro al cuello, mostraron prenderla, rendirla y cautivarla...

D. Quijote desespera-se perante tal desenlace; Sancho faz-lhe a crítica serena: ... tanto váles cuanto tienes, y tanto tienes cuanto vales. Dos linajes solos hay en el mundo, como decía una agüela mía, que son el tener y el no tener: aunque ella al del tener se atenía:... (II, cap. XX.)

Mas, se há muitos que procedem assim e muitos mais que seriam capazes de o fazer, o acto é no entanto censurado e Cervantes acaba o episódio com o fecho moral, pois é Basílio e não o rico Camacho, quem leva Quitéria. (Ib. cap. XXI, p. 67.)

França. — A *Marot* e *Pontalais*, acrescenta *Roger Bon Temps*, sentenciosamente, recordando-se da casuística provençal e da mania alegórica dos séculos XIV e XV:

> En faict d'amours Beau Parler n'a plus lieu
> Car sans argent vous parlez en Hebrieu... (1, p. 544.)

Antes dêste tinha dito *Villon*, talvez num mixto de ingenuïdade, malícia ou ironia:

> ... car Meung, docteur tressage,
> Nous a descrit que, pour cueillir la rose,
> Riche amoureux a tousjours l'advantage... (p. 24.)

Itália. — *Tasso* exclama com indignação suprema:

> oh! tu, quien fuíste el inventor primero
> De vender el amor! maldita sea
> Tu enterrada ceniza y huesos frios,
> Y no alcancen jamas pastor ó ninfa
> Que pasando les dija: «Hayais descanso»; (acto II, sc. I.)

Portugal. — A vitória do dinheiro sôbre o amor é o nó do drama encerrado no *Crisfal*; e a bela égloga que devemos a tal conflito é só um exemplo dos milhares de páginas belas que êle tem produzido, uma pequena parcela dos milhões de casos que o eterno tumultuar das paixões dos homens fêz e faz surgir. O poeta faz dizer a Maria:

> O amor que mostras ter-me
> ser só por minha riqueza.

Logo o desgraçado *Cristovão Falcão* solta um grito de dor:

> Ouvir-lhe eu isto me era
> Passar o trago mortal...

E defende-se:

> Muito vos quiz bem primeiro
> Que de riquezas soubesse... (p. 64.)

Caminha expõe, sem um protesto, a sentença burgueza de realismo nefasto:

> A juizo o *Amor* chama o *Dinheiro:*
> Queixa-se que de todo o tem roubado...
> Do que ambos alegarão foi julgado;
> Pois gosta *Amor*, *Dinheiro* ajuda a vida,
> Que seja, contra *amor*, sentença lida. (*Poesias ined.*, p. 306.)

Simão Machado põe na bôca do Amor, em versos cheios de melodia, a indignação, a dor, a repulsa:

> En los siglos passados en el poblado,
> Era mi natural, y cierto assiento,
> Avia entonces el amor sincero,
> Amor sencillo, firme, y verdadero.
> Mas ay despues que del me desterraron
> Los hombres, y en lugar mio pusieron
> Mi enemigo interes, y le llamaron
> Amor, y como amor le obedecieron.
> Luego castos deseos se acabaron,
> Luego limpios amores fenecieron,
> Ya no es amor, amor, sino apetito,
> Deseo sensual, torpe y maldito... (p. 195.)

E *Camões,* com o mais belo humorismo e na saborosa e inimitável redondilha, fustiga a triste loucura:

> Coifa de beirame
> Namorou Joanne.

Voltas próprias

¿Por cousa tam pouca
Andas namorado?
¿Amas o toucado
E não quem o touca?
Ando cega e louca
Por ti, meu Joanne;
Tu pelo beirame.
Amas o vestido
És falso amador.
¿Tu não vês que amor
Se pinta despido?
Cego e mui perdido
Andas por beirame
E eu por ti Joanne.
Todos encantou
Tua parvoíce;
De tua doudice
Gonçalo se espanta;
E zombando canta:
Coifa de beirame
Namorou Joanne.
Eu não sei que viste
Neste meu toucado,
Que tam namorado
Dêle te sentiste.
Não te veja triste:
Ama-me Joanne
E deixa o beirame...
¿Sabes de que vem
Amares beirame?
Vem de ser Joanne. (III, p. 317-18.)

(Continúa).

ESTANCO LOURO

DO TEATRO NA LITERATURA INDO-ÁRICA

(Cont. do n.º 3, pág. 375)

O génio mais fulgurante do teatro indiano é o de Calidaça, que viveu na côrte de Ujaini, cidade da Índia, que florescia em sciências e letras, provàvelmente na primeira metade do século v, embora a sua data e mesmo a sua época estejam ainda em franco debate.

Algumas anedotas e as tradições mais consistentes dão-no como galaneando num círculo faustoso e requintado de damas da côrte de Vicramadítia, nome de Chandragupta II, que reinou até cêrca de 413, e convivendo com espíritos superiores e notabilidades literárias, que constituíam as nove gemas que irradiavam os seus fulgores naquela côrte, acarinhados e patrocinados pelo soberano. Julga-se que desposou uma princesa, embevecida nos seus méritos de letrado sem rival, amor a que Calidaça correspondia apenas com o respeito devido a uma mãe.

Nas suas obras líricas, dramáticas e épicas não há a menor indicação da sua vida, falham os incidentes e minguam os acontecimentos notáveis que possam elucidar-nos sôbre a sua terra natal, os anos do nascimento e da morte, a sua genealogia, etc. São problemas que críticos de nomeada, orientais, europeus e americanos, têm procurado solucionar, mas sem conclusão alguma positiva, visto que os seus trabalhos se esteiam apenas em conjecturas e hipóteses, das quais resulta uma amplitude duma dezena de séculos, na

qual a figura do maior dramaturgo indiano se move à vontade, desorientando os seus biógrafos.

Na literatura sânscrita ocupa Calidaça um lugar preeminente, pois primando no drama, cultivou com esmêro os géneros lírico e épico. ¡Que flagrante paralelo com o maior vulto da nossa literatura, Camões, que semelhantemente se notabilizou nos mesmos três géneros literários! Mas se Camões culminou na epopeia, Calidaça sobrelevou no drama. Embora se lhe não possa assinalar uma supremacia tal como a que Shakespeare manteve no teatro inglês, Calidaça marcará sempre uma nítida superioridade sôbre os seus predecessores, contemporâneos e sucessores.

Deixou Calidaça apenas três peças, mas que são três obras primas da dramaturgia sânscrita: *Mālavikāgnimitra*, «Malavicá e Agnimitra», *Vikramorvacī*, «Urvaxi ganha pelo valor» e *Çakuntalā*, «Xacuntalá».

«Malavicá e Agnimitra» (1) é uma pequena comédia heróica em cinco actos, peça convencional de harém, uma história de amor e intriga contemporânea. Weber (2) provou infundadas as dúvidas suscitadas por Wilson se de feito Calidaça era seu autor. É incontestàvelmente a primeira obra do dramaturgo que no prólogo se apresenta modesto perante os seus antecessores na arte. Embora seja inferior em mérito poético aos outros dois dramas, possui muitas belezas e tem especial interêsse porque o seu assunto não é heróico nem mítico, mas um trecho da vida ordinária das côrtes indianas, no qual se desenrola um bom quadro das condições sociais do tempo.

O herói é um rei histórico da dinastia dos Xungas, Agni-

---

(1) Foi primeiro editado por O. F. Tullberg, em Bonn, 1840. Está traduzido em oito línguas europeias e quatro indianas.

(2) *Zur Erklärung der Mālavikā*, in *Zeitschrift der Deutschen Morgenländischen Gesellschaft*, 1860, pág. 261.

mitra, que reinou em Vidixa (Bhilsa) no século II a. J. C. A peça descreve os amores dêste rei e de Malavicá, uma das damas da raínha Dharini, que ciosamente a guarda longe da vista do rei por causa da sua grande formosura, mas êle adrega de topar com uma tela em que Malavicá está retratada e apaixona-se por ela, recrescendo a paixão quando a vê cantar e dançar num concurso público de dança. Várias tentativas do monarca para falar a Malavicá dão lugar a numerosos pequenos incidentes, no decurso dos quais Agnimitra não aparece como um déspota, mas procede com delicadeza e consideração para os sentimentos da raínha e de outras esposas. Descobre-se finalmente que Malavicá era princesa por nascimento, que tinha vindo a ser fámula na côrte de Agnimitra sòmente por ter caído em poder de salteadores. Não havendo, pois, embargo à sua união com o rei e tendo chegado a boa nova das vitórias do príncipe herdeiro Vassumitra, filho de Dharini, esta aplaca a sua cólera, modifica as suas intenções ditadas pelo ciúme e é a primeira a oferecer ao rei a mão da competidora.

Vikramorvaçī (1) é uma peça em cinco actos, pertence à classe denominada *troṭaka* e representa eventos em parte terrestres, em parte celestes, enxertando numa lenda épica muitos incidentes que pertencem pròpriamente à vida de côrte. A anedota é em poucas palavras a seguinte: O rei Pururavas ouvindo das ninfas celestiais que uma sua companheira, Urvaxi, tinha sido arrebatada pelos demónios, vai libertá-la e transporta-a no seu carro, ficando no trajecto mùtuamente enamorados. Urvaxi tem de comparecer diante de Indra para representar o noivado de Lacxmi, mas na turbação amorosa que a empolgava, desempenhou tão mal o seu

(1) 1.ª ed., Calcutá, 1830. Trad. em nove línguas, europeias e indianas, sendo a 1.ª trad. em inglês, de Wilson, *op. cit.*, vol. I, págs. 183-274.

papel que, sendo interpelada em scena sôbre quem tinha pôsto o seu coração, nomeou Pururavas, em logar de Purushotama, isto é, Vixnu. É, por isso, amaldiçoada por seu mestre Bhárata, mas perdoada por Indra, que lhe consente viver com Pururavas até ao momento em que êste veja seu filho. Certo dia, irritada com o espôso por qualquer motivo fútil, Urvaxi entra na floresta de Cumara, deus da guerra, onde nenhuma mulher pode ingressar e, em conseqüência da maldição de Bhárata, é imediatamente transformada em uma trepadeira. O rei desolado procura-a por tôda a parte e, finalmente, sob a influência de uma pedra mágica que possui, abraça-se a uma trepadeira que se transforma em Urvaxi nos seus braços. Depois de muitos anos, Pururavas encontra acidentalmente seu filho Aius, que Urvaxi tinha dado à luz secretamente e feito criar em um eremitério. A alegria de Pururavas contrasta com as lágrimas de Urvaxi, que vê o seu apartamento próximo e inevitável, com o regresso forçado ao céu, mas Indra em recompensa dos serviços do rei contra os demónios faz nova concessão, permitindo que a ninfa viva para sempre com êle.

«Xacuntalá» (1) é a peça mestra da imaginação e inteligência de Calidaça, aquela em que o dramaturgo toca o auge da perfeição dramática e poética e que lhe careia consideração e renome universal. Foi a primeira obra sânscrita dada a conhecer às letras europeias e a embaixatriz duma civilização antiga e desconhecida, saüdada com entusiasmo pelo mundo ocidental, que entrou a admitir com pasmo e admiração a riqueza e a magnitude da sua literatura e a orgânica incomparável da sua língua. Lassen, Goethe, Herder, Schlegel, Humboldt, Lamartine, Paul de S.t Victor, Fauche,

(1) A sua 1.ª ed. foi feita em Calcutá em 1761 e a 1.ª trad. em inglês, deve-se a William Jones, sôbre a recensão bengalina, publicada também em Calcutá, em 1789.

Foucaux, Bergaigne, Jones, M. Williams (1) e tantos outros teceram os mais rasgados encómios à peça e enramaram de lauréis o nome do seu autor.

Tem sete actos e é o exemplar mais completo e aperfeiçoado das comédias heróicas. O contexto é extraído do 1.º livro do *Mahābhārata*. O protagonista é o rei Duxianta que, estando numa caçada, se transvia na floresta, indo dar no eremitério de Cánua, onde fortuitamente logra contemplar a radiosa formosura de Xacuntalá, filha da ninfa Menacá e do sábio Vixuamitra. Súbita e violenta paixão atrai os dois corações e Xacuntalá, perplexa e hesitante, inibida de acolher-se ao conselho paternal e judicioso de seu tutor, ausente numa peregrinação, e induzida pelas suas fiéis e queridas companheiras, entrega-se ao monarca, confiando na sua palavra, confirmada pela dádiva de um anel com as armas reais. Consumada a união, que, longe de ser uma violação ou um estupro, é um matrimónio do rito *gandharva* (2), volve o soberano à côrte, onde breve se lhe deve juntar a nova espôsa. Regressado da piedosa romagem, Cánua, sciente do ocorrido, apressa-se a enviar a tutelada ao real senhor. Xacuntalá, embevecida no seu amor, alheiada do que se passa de roda, absorvida ùnicamente nos preparativos da partida, descura os deveres de hospitalidade para com um asceta extremamente irritável, que lha implorava e que pune a negligência com a maldição, incompreendida por Xacuntalá, de ela não ser reconhecida pelo rei, senão à vista do anel com que fôra prendada. De caminho à capital do reino de Duxianta, Xacuntalá perde o régio presente, emquanto abluía nas sacras águas

---

(1) Cf. Mons. Dalgado, Introdução à trad. de «Xacuntalá», no *Boletim da Segunda Classe*, da Academia das Sciências de Lisboa, vol. XI.

(2) Mútuo consenso das partes, sem a sanção dos pais ou tutores, nem qualquer formalidade – *Manusmrti*, «Código de Manu», liv. III, v. 32, e *Yājnavalkyasmrti*, «Código de Iajnaválquia», liv. I, v. 61.

dum lago, e chegada à côrte é pùblicamente repudiada pelo rei, totalmente olvidado da sua galante aventura no eremitério de Cánua, pruído de desconfianças, martirizado em frenéticas dúvidas, não disposto em todo o caso a reconhecer Xacuntalá como sua legítima espôsa. Entanto, o anel é achado por um pescador no ventre de uma carpa. Com vê-lo, Duxianta recupera imediatamente a memória, todo o passado se lhe antolha nas mais pequenas minúcias, achaca-se de profunda melancolia, triste, soturno e enfadoso, desdenhando as blandícias das favoritas, impassível aos gracejos do bôbo, desinteressado dos negócios do reino, num estado de doentia inércia, a que vem arrancá-lo o cocheiro de Indra, que reclama o seu valioso auxílio contra os demónios. Duxianta parte célere no maravilhoso carro divino, dá batalha aos inimigos celestiais e após batalhas sem conto, regressa através os espaços e encontra Xacuntalá e seu filho no eremitério de Maricha, que abençoa a reconciliação dos dois amantes.

O que assegura a Calidaça um lugar de primeira plana entre os dramaturgos é a fecundidade da sua imaginação psicológica e a rara habilidade de exteriorizar humanamente, sem exageros descabidos, os sentimentos amorosos. A sua arte é sentimental, afectiva, fala ao coração. Nada de horrente perturba a harmonia do conjunto, nenhuma violência rompe a unidade moral; esbatem-se as paixões sem se enfraquecer, o ardor amoroso não ultrapassa as raias da estética, achanam-se os arrebatamentos do ciúme, conjuram-se as explosões de ódio destemperado e os tormentos da pena, eivados de funda melancolia, têm o linimento de tocante resignação.

Em «Malavicá e Agnimitra», a peça da juventude de Calidaça, o tema é banal, o conflito amoroso desenvolve-se nas condições dos dramas desta espécie, o seu nexo está de antemão regulado. Há, porém, variedade nos acessórios: os incidentes, os retratos físicos e morais, o diálogo que dá a

conhecer os sentimentos recíprocos dos amantes, os empecilhos que delongam a sua união, as circunstâncias que amansam os ciúmes da raínha e a levam a reconhecer a princeza ignorada.

Vikramorvaçī, cuja anedota é antiqüíssima, figurando num dos hinos do «Rigveda», revela acentuada melhoria do autor na criação dos caracteres e na pintura dos sentimentos, embora o maravilhoso esteja entretecido com o que é humano. Se o amor materno, tão intenso, natural e normal numa mulher, é na protagonista sobrepujado pela afeição que vota a seu espôso, é porque ela pode perdê-lo, em vista da maldição divina. Pururavas corresponde à paixão da ninfa com igual dedicação e ternura. Quando ela se transforma em trepadeira, a desolação do rei atinge o ácume do lirismo e do patético; êle julga a nuvem um demónio que a raptou, interpela os animais da floresta, o pavão, o cuco, o flamingo, as abelhas, o elefante, o javali, o antílope, sôbre a sorte da bem-amada; imagina-a transformada na corrente, cujas ondas similam o movimento das suas sobrancelhas e as revoadas das aves são o seu cinto; êle dança, canta, desfalece na sua loucura, ou escuta o eco que lhe responde.

Em «Xacuntalá», Calidaça repete-se em muitas scenas, traças e incidentes das outras duas peças, mas nem por isso os seus méritos ficam apoucados. O carácter da protagonista é delineado com rigor e habilidade; a sua união com o rei consuma-se sem deixar no auditório a mais pequena nota desagradável. As emoções do amor, desde que êle desabrocha na alma virginal de Xacuntalá até culminar no desejo de se unir ao rei, são pintadas pelo autor com côres adequadas. A sua negligência em cumprir os deveres de hospitalidade, originada no arroubamento do primeiro amor, dá lugar ao infortúnio transitório de ser repudiada pelo rei, perante o qual ela mantém certo aprumo, dignidade e extrema resignação. Com requintada ternura ela despede-se

de seu tutor, das queridas companheiras, dos animais e das plantas do eremitério, scenas repassadas de intenso panteísmo e evocando profundo sentimento patético.

Duxianta tem por seu turno tôdas as qualidades inerentes à sua categoria. Irrepreensível a sua conduta perante Xacuntalá, que a-pesar-de formosa, não logra convencer o rei de que é sua espôsa. Competindo-lhe dar o exemplo das suas virtudes domésticas e sociais e zelar a moralidade das suas funções e dos seus paços, não aceita a mulher que se lhe oferece como legítima, indo ao ponto de consultar o seu capelão sôbre a atitude a tomar.

As restantes personagens são igualmente bem caracterizadas. O bôbo procura dar relêvo às suas funções cómicas e satisfação aos seus apetites da mesa; quando fora da côrte, acompanhando o rei nas suas caçadas, anseia pelo regresso, pelo confôrto e remanso da vida palaciana. As espôsas do rei manifestam, como sempre, a rivalidade e os zelos que as inimizam, mas as suas figuras são secundárias, apagadas, muito menos destacantes do que as companheiras de Xacuntalá, que, contrastando em temperamentos, Anaçuiá séria e sensível, Prianvadá alegre e faladora, consubstanciam a amizade e dedicação femininas. Insinuante o eremita Cánua, humilde, virtuoso, resignado com o apartamento da pupila querida, a quem ministra conselhos e sãos ensinamentos de vida futura, na côrte do espôso. Muito diferentes são o asceta Durvassas, arrogante e altivo, exagerado na praga que impreca contra Xacuntalá, e Maricha, solene na sua majestade divina, renunciando os bens terrenos e feliz no eremitério celeste.

Reconhecida a prioridade de Bhaça sôbre Calidaça, fácil se torna verificar a influência que aquele exerceu no segundo, exemplificada nos numerosos passos dos dois dramaturgos que se aproximam, nos caracteres que se assemelham, nos tipos que se confundem nas suas paixões, nos seus gostos,

no seu temperamento, o que não é de admirar porque se desenvolvem ao contacto dos mesmos incidentes da vida e evolucionam num meio e em condições sempre idênticas. Assim, enquanto Xacuntalá, trajando o hábito monacal de cortiça, está ocupada em regar e à sua despedida do eremitério as plantas e os animais partilham da tristeza geral e o veado, seu filho adoptivo, se agarra ao seu vestuário, como que a manifestar o seu desgôsto, vemos em «O drama da estátua» Sitá com igual hábito de cortiça e a idea da rega das plantas como um acto de penitência; Rama convida Sitá a despedir-se dos montes e das trepadeiras, das corças e das plantas, suas filhas adoptivas. Em «Vassavadata em sonhos», o rei Udaiana perde a sua lira, como Xacuntalá fica sem o anel, caído nas águas do lago. A praga de Durvassas, que condena Xacuntalá a um repúdio temporário, encontra o seu paralelo na maldição de Chandabhárgava, que reduz Avimáraca a uma casta inferior. Em «Xacuntalá» os amantes reconciliam-se no eremitério celeste de Maricha e em «Avimáraca» êles vêm a unir-se na habitação do sábio Nárada.

Nem de leve, porém, estas coïncidências deslustram a arte dramática e o talento poético de Calidaça. Confinando a composição das suas peças às normas rígidas dos tratadistas, era-lhe impossível sair do âmbito estreito e limitado da acção, do tempo e do espaço, versando, por exemplo, os grandes problemas da vida humana e do seu destino sôbre a terra. Não obstante, deixou uma obra de perdurável mérito, unânimemente gabada pela crítica europeia, e que levou William Jones a cognominar Calidaça, de Shakespeare da Índia.

*

À primeira metade do século VII pertencem os três dramas, *Ratnāvalī*, «Ratnavali», *Priyadarçikā*, «Priadarxicá», e *Nāgānanda*, «O júbilo das serpentes», atribuídos ao céle-

bre Harsha, que reinou em Caniacubja (Kanauj), nas margens do Ganges, de 606 a 648.

O seu reinado foi brilhante e o seu poderio estendeu-se sôbre a maior parte da Índia setentrional. Fêz da sua côrte um centro intelectual de primeira ordem, onde reüniu sábios e poetas cujos nomes franqueiaram os áditos da imortalidade. Um dia Harsha teve conhecimento de que o mosteiro búdico de Nalanda albergava em seu seio um peregrino de nomeada, vindo da China para visitar os lugares santificados pela presença de Buda e recolher os livros sacros da sua doutrina. Manifestou desejos de ver Hiuen-Tsang, tal era a graça do peregrino, e interpelá-lo. Os roteiros do piedoso romeiro, que consagraram e perpetuaram a sua memória, dão-nos um testemunho tocante dos laços de amizade e admiração que se estabeleceram entre os dois homens, tão distanciados pelas suas jerarquias e separados pelas crenças que professavam. Os biógrafos de Hiuen-Tsang (1) apresentam-nos Harsha instituindo, à feição indiana, conferências contraditórias, em que o monge budista sobreleva os seus adversários e assegura às suas doutrinas um triunfo retumbante.

Para o homenagear, antes do regresso, o monarca ordena na confluência do Jumna e do Ganges uma dessas enormes e pródigas distribuïções de esmolas que marcavam entre os soberanos budistas uma norma tradicional. Harsha continuava a manter a tolerância que Axoca, seu remoto predecessor, tinha inaugurado; daí o ser reivindicado para o budismo pelo peregrino chinês, enquanto os seus panegiristas indus em nada o suspeitam duma tal heterodoxia.

Entre as peças que lhe são atribuídas, uma há, «O júbilo

---

(1) *Life of Hiuen-Tsang*. By the Shamans Hwui and Yen-Tsung with a Preface containing an account of the Works of I-Tsing, by Prof. S. Beal, Londres.

das serpentes», de fonte búdica, plena de ideas e sentimentos búdicos, que abre por uma homenagem a Buda, enquanto as outras duas se iniciam com uma prece a Xiva, deus bramânico. Que as três peças foram compostas pela mesma pessoa, certifica-nos a sua absoluta similaridade de tom e de estilo. Seja êle o autor real ou simplesmente o Mecenas dos poetas e dramaturgos, Harsha comprazia-se em lhes colher a glória, gostando de rodeiar-se dêsses Banas e Dhávacas aos quais outras tradições conferem a autoria das peças.

«Ratnavali» e «Priadarxicá» têm íntimo parentesco quanto ao objecto e quanto à forma: são pequenas comédias heróicas, em quatro actos, tendo por protagonista comum o rei Udaiana, já dramatizado por Bhaça, e por tema uma das suas conquistas amorosas.

«Ratnavali» (1) tem muita analogia com «Vassavadata em sonhos», de Bhaça, e «Malavicá e Agnimitra», de Calidaça, que provàvelmente sugeriram a traça. O ministro Iaugandharáiana do rei de Vatsa, desejoso de promover o aumento do poderio de seu amo, negoceia o seu casamento com a filha do rei de Ceilão. Esta com a sua comitiva naufraga em pleno mar e depois de várias peripécias vem parar à côrte de Vatsa, onde entra como dignitária da raínha, que, em vista da sua formosura, procura ocultá-la das vistas de seu inconstante esposo. Após muitos incidentes em que se manifesta o amor de Sagaricá, a nova dama de honor, pelo rei e dêste por aquela, e em que transluzem os zelos da raínha Vassavadata, chega-se a descobrir, por um colar de pérolas *(ratnāvalī),* que a protagonista usa, que ela é Ratnavali, princesa de Ceilão, com a qual Udaiana vem a casar, com assentimento de Vassavadata, que reconhece na nova aliança o alargamento do reino do espôso.

---

(1) 1.ª ed., Calcutá, 1832; a 1.ª trad, é a inglêsa, de Wilson, *ob. cit.*, II, pág. 255-319.

Priadarxicá, a protagonista que dá o nome à segunda peça (1), é filha do rei Dridhavarman e destina-se para esposa de Udaiana, a-pesar-de pedida em casamento pelo rei de Calinga, que, em vindicta, ataca e derrota aquele monarca. Entrementes, Priadarxicá refugia-se em casa dum amigo de seu pai, que, malquistando-se também com Udaiana, é atacado por um dos seus generais e morto. A infeliz Priadarxicá é feita prisioneira e levada à côrte de Udaiana, onde entra ao serviço da raínha com o nome de Araniacá. Esta e o rei enamoram-se mùtuamente. Depois dos costumados incidentes, em que há apenas a originalidade da representação duma peça, em que são actores principais o rei e Araniacá, verifica-se nesta a sua estirpe real e realizam-se as suas núpcias com o rei.

«O júbilo das serpentes» (2) é uma comédia heróica em cinco actos. Tem, como já dissemos, colorido búdico, o protagonista é budista e ao tema normal das peças desta espécie, os amores de Jimutavahana, filho do rei dos génios chamados Vidiadharas, e de Malaiavati, princesa dos Sidhas, sobrepõe-se uma lenda búdica edificante narrada na «Grande história», de Gunadhia: o jovem herói sacrifica-se para salvar a vida da serpente mítica que deve servir de repasto a Garuda, a ave divina. A sua dedicação é, porém, recompensada: não só volve à vida, como o cruel tributo pago pelas serpentes é desde então interrompido e extinto.

A arte de Harsa peca pela falta de originalidade nos dois primeiros dramas, que, compostos em linhas convencionais e sôbre modelos já existentes e de muito maior valia, reve-

---

(1) 1.ª ed., por J. Vidyaságára, Calcutá, 1874. Traduzido pela primeira vez, em francês, por G. Strehly, Paris, 1888.

(2) Foi primeiro editado em Calcutá, 1864. A 1.ª trad. é a inglêsa, de Palmer Boyd, com uma introdução do Prof. Cowell, Londres, 1872

lam certa ingenuïdade no desenvolvimento da acção e na feitura dos incidentes. Só ressai como uma *trouvaille* feliz a comédia inserida em «Priadarxicá», cujo desempenho por parte do rei e da protagonista patenteia à raínha o próximo triunfo da sua nova rival.

«O júbilo das serpentes» é sob certos aspectos uma peça única, em que o conflito amoroso e a tentativa de suicídio da protagonista, ficam na penumbra, ofuscados pelo sacrifício do herói, um dos mais altos ideais do budismo. É precária a harmonia entre a anedota amorosa e a lenda búdica e dá-se inevitável a intervenção do maravilhoso na pessoa da deusa Gauri, que resolve a dificuldade de fazer ressuscitar o sacrificado.

Se a arte de Harsa falece em originalidade de assunto e de forma, o seu poder descritivo é assaz apreciável; nos seus versos aborda os mais variados temas: a tarde, o meio-dia, o parque, o cremitério, os jardins, as fontes, as florestas, os montes, o palácio, as festividades, etc. Possui o grande mérito da simplicidade de expressão e pensamento. A elocução é precisa e adequada e o emprêgo das figuras de estilo restrito e apropriado.

*

Possuímos três dramas do insigne poeta e dramaturgo Bhavabhúti, brâmane como Calidaça e protegido de Iaxovarman, que reinou em Caniacubja na primeira metade do século VIII. Contrastam em dois ou três pontos com as obras dos dramaturgos anteriores. A falta da personagem do bôbo é uma das suas peculiaridades, sendo o elemento cómico e arguto muito módico. E enquanto os outros poetas se entretêm nas belezas delicadas e brandas da natureza, Bhavabhúti compraz-se em pintar os seus aspectos grandiosos e sublimes, devido sem dúvida à influência que no seu espírito

exerceram as montanhas meridionais da sua terra natal Vidarbha.

A mais popular das peças de Bhavabhúti é *Mālatīmādhava* (1), «Malati e Mádhava», comédia burguesa em dez actos. A scena decorre em Ujaini e o assunto, já versado na literatura novelesca, é a história dos amores de Malatí, filha de Bhurivassu, ministro do rei de Padmavati, e Mádhava, filho de Devarata, ministro do rei de Vidarbha, o qual estuda na cidade. Malatí e Mádhava encontram-se e amam-se, mas o rei determina que a heroína case com o seu favorito Nandana, que ela detesta. Êste plano é frustrado por Macaranda, amigo de Mádhava, o qual se faz passar por Malatí na cerimónia nupcial, dando assim tempo aos dois amantes para fugirem, ajudados por duas freiras budistas, Avaloquitá e Saudamini, pupilas de Camandaqui. De regresso, Malati e Mádhava, depois de triunfarem dos seus perseguidores e salva Malati da morte a que fôra condenada pelos sacerdotes do templo de Xiva, chegam finalmente a unir-se, com prévio perdão e aprovação do monarca.

Os outros dois dramas de Bhavabhúti representam sucessos do herói nacional, Rama. Não constitui um mero episódio a anedota de *Mahāvīracarita* (2), Biografia do grande herói», é uma epopeia inteira, uma síntese do monumental *Rāmāyaṇa*. A peça divide-se em sete actos e conclui com a coroação de Rama. O último acto representa a viagem de Rama, que leva Sitá em triunfo de Ceilão para Aiodhiá, em um carro aéreo, do cimo do qual vai descrevendo as païsagens, as perspectivas e os lugares que atravessam.

O *Uttararāmacarita* (3), «Biografia ulterior de Rama»,

---

(1) 1.ª ed., Calcutá, 1830; 1.ª trad., a inglêsa, de Wilson, *ob. cit.*, v. II, p. 1-123.

(2) Ed. 1.º por F. H. Trithen, Londres, 1848 e trad. em prosa inglêsa por John Pickford, Londres, 1871.

(3) 1.ª ed., Calcutá, 1831; 1.ª trad., a inglêsa de Wilson, *ob. cit.*, vol. I, p, 275-384.

baseia-se no último livro do *Rāmāyaṇa* e é uma peça romântica com muito belos passos. Devido contudo à falta de acção é mais um poema dramático do que peça teatral. A descrição do terno amor de Rama e Sitá, purificado pela dor, apresenta sentimentalidade mais genuína do que talvez qualquer outro drama indiano. A peça começa com o exílio de Sitá e termina com a sua restituïção ao trono de Aiodhiá, no meio de exclamações populares. Seus dois filhos, Cuxa e Lava, nascidos durante o exílio e criados no deserto por Valmique, sem nenhum conhecimento da sua descendência real, ministram um paralelo frisante com os dois príncipes Guiderius e Arviragus, criados pelo eremita Belarius, nas montanhas de Gales, e que figuram em *Cymbeline*, de Shakespeare.

A obra de Bhavabhúti distingue-se pelo seu sentimento e grande beleza poética, versos refinados e estilo polido, mas de poder dramático moderado. Tôda a gama dos sentimentos, desde o amoroso até ao de horror, perpassa nos seus dramas, dando graça e ternura, energia e heroísmo aos caracteres que encarnam o princípio do bem e provocando repulsa e antipatia pelos que consubstanciam as trevas e o mal. A ausência do elemento cómico, que indubitàvelmente concorre para diminuir os recursos dramáticos, é compensada pelos incidentes de terror, aliados ao sobrenatural.

«Malati e Mádhava», rivaliza, guardadas as proporções, com «O carrinho de barro», de Xúdraca, na pintura dos costumes e desenho dos caracteres. Todo o drama é uma série de situações contrastantes, primeiro de amor e depois de encantamentos dos terríveis sacerdotes da deusa Durgá, que têm o mérito de excitar o interêsse dos espectadores. A peça é uma espécie de *Romeu e Julieta*, com feliz desenlace, sendo a parte desempenhada pela freira Camandaqui análoga à de Frei Lourenco no drama de Shakespeare. A influência de Calidaça nota-se na personagem de Mádhava,

que procura a bem-amada por tôda a parte, apostrofando os montes, as plantas, os animais, tal como o desolado Pururavas à cata de Urvaxi. Mádhava pretende mandar uma mensagem por intermédio duma nuvem para o seu amor que considera perdido, idea que Bhavabhúti foi buscar a *Meghadūta,* «A nuvem mensageira», poema lírico de Calidaça.

Os dramas inspirados no *Rāmāyaṇa* não possuem pròpriamente acção dramática; a caracterização é fraca; os monólogos são longas tiradas narrativas e os diálogos manquejam em vigor e interêsse. Só ressaem os sentimentos e as descrições dos vários aspectos da natureza, florestas, montanhas, rios, a denotarem um intenso panteismo no autor.

*

Bhata Naráiana supõe-se ter vivido em meiados do século VIII e na côrte dos Guptas, de Mágadha. Deve o seu renome a uma peça em seis actos *Veṇīsaṁhāra* (1), «O enlaçamento das tranças do cabelo», que tem por tema um episódio do 2.º livro (*sabhā-parvan,* «livro da assembleia») do *Mahābhārata,* em que Dráupadi, esposa dos cinco príncipes Pândavas, é arrastada pelos cabelos perante a assembleia dos Cúrus, por Duxassana, irmão de Duriodhana. Dráupadi jura nunca mais entrançar o seu cabelo, enquanto não for vingada, o que vem a suceder a final.

A peça tem pouco valor poético, a acção dramática é minimizada por longas narrativas, o interêsse é anulado pela profusão das mímicas, mas o estilo é claro e vigoroso e a sua popularidade filia-se nas propensões que manifesta ao culto de Crixna e no facto de ter sido composta com a estrita observância das regras dos tratadistas.

---

(1) 1.ª ed. com um prefácio em inglês por Muktaram Vidyabágish, Calcutá, 1885. Trad. em inglês por S. M. Tagore, Calcutá, 1880.

*

Entre as obras dramáticas da literatura sânscrita merece especial menção, por causa do seu carácter singular *Mudrārākṣasa* (1), «O sêlo de Racxassa», comédia heróica em sete actos, de Vixacadata. Pouco ou nada se sabe dêste autor e a sua época também não saíu do domínio das conjecturas e hipóteses. Jacobi identifica o eclipse a que se faz referência na peça com o de 2 de dezembro de 860, supondo-se daí que o autor tivesse vivido no reinado do Chandragupta que reinou em Caxemira de 855 a 883.

«O sêlo de Racxassa» é uma das poucas peças históricas da Índia e das de maior relêvo, embora o seu valor não tenha sido por muito tempo devidamente apreciado, por não se conformar com a técnica dos tratadistas. Pois diferindo dos outros dramas até agora analisados, a peça versa um assunto político e é além disto composta com muito talento dramático, plena de vida, acção e interêsse contínuo. Decorre na época de Chandragupta I, que, logo depois da invasão de Alexandre, fundou uma nova dinastia em Pataliputra, depondo o último rei da família dos Nandas, Sarvarthasidhi, que retira para um eremitério. Racxassa, ministro dêste monarca, recusa reconhecer o usurpador e procura vingar-se da ruína de seu amo, traçando planos de morte de Chandragupta, que ficam sempre frustrados. Em contrapartida o brâmane Chanáquia, ministro de Chandragupta, admitindo o enorme valor intelectual do seu adversário, quere captá-lo para a causa e o serviço de seu rei, empregando para êsse efeito todos os esforços e alguns estratagemas, entre os quais figura uma carta, escrita por um dos secretários do nobre

---

(1) 1.ª ed., Calcutá, 1831; 1.ª trad., a inglêsa, de Wilson, *ob. cit.*, vol. II, p. 125-254.

Racxassa e selada com o seu sêlo, de que por acaso Chanáquia veio apoderar-se. Dos planos de Chanáquia, que são concebidos com astúcia e recheiados de ardís, resulta a sua vitória, logrando afinal impor a Racxassa a aceitação do lugar de ministro do novo soberano.

«O sêlo de Racxassa» é uma pintura notável das condições politicas da época em que o autor faz decorrer a acção, alguns séculos antes da sua; o seu carácter, em parte marcial, reflecte-se na clareza e na rapidez do estilo, na ausência de longos compostos e no pouco uso das comparações, imagens e metáforas.

*

O nome de Murári é mencionado como dramaturgo pelo poeta caxemirense Ratnacara (cêrca de 850) no seu poema épico *Haravijaya* (1), «A vitória de Xiva». Por outro lado Murári cita a última peça de Bhavabhúti, o que leva a crer que vivesse de 750 a 850.

No prólogo do seu drama em sete actos *Anargharāghava* (2), «O inestimável Rama», afirma o autor que o seu objectivo é agradar a um público, cansado do sobrenatural e dos sentimentos de terror, violência e horror, com uma composição elevada e heróica, para o que defende a escolha do seu tema, a vida de Rama, que confere certa importância e encanto à obra do poeta. O assunto é banal, popular de facto, mas já intensivamente dramatizado por Bhavabhúti; daí os deméritos da peça, que não modifica a narrativa, nem cria caracteres, que se mantêm os mesmos da epopeia, nem produz sentimentalidade nova. O valor do drama reside apenas na habilidade com que o autor maneja a língua sânscrita, usando

---

(1) Tem 50 cantos e 4.000 estâncias. Ed. na *Kāvyamālā Series*, Bombaim, 1890.

(2) Ed. com notas por P. Tarkavagisa, Calcutá, 1860.

nos seus versos o trocadilho e frases de grande eufonia, ilustrando magníficos conceitos e avigorando o poder de expressão.

*

Rajaxêcara deixou quatro dramas, um dêles em dois actos, *Bālabhārata* ou *Pracaṇḍapāṇḍava* (1), «Os impetuosos Pândavas», inacabado, devido naturalmente à morte do autor; começara a compô-lo a pedido de Mahipala, que entrou a reinar em Caniacubja em 914. A sua primeira peça é provàvelmente *Karpūramañjarī*, «Carpuramanjari», em que o autor se intitula mestre do rei Mahendrapala, antecessor daquele. Foi para educar o seu régio pupilo que Rajaxêcara escreveu *Bālarāmāyaṇā*, «As aventuras de Rama», na qual fala de seis das suas obras, não se contando nelas os dois dramas posteriores, *Viddhaçālabhañjikā*, «A dama da estátua», composto na côrte do rei de Tripura, e o incompleto *Bālabhārata*.

«Carpuramanjari» (2) é uma pequena comédia heróica em quatro actos, que a dramaturgia classifica de *saṭṭaka*, só por ser inteiramente composta em prácrito. O tema é o de sempre: os amores do rei Chandapala por uma dama da raínha, que não é outra pessoa senão a princesa Carpuramanjari, com a qual vem a matrimoniar-se.

O mesmo motivo repete-se nos quatro actos de «A dama da estátua» (3). O protagonista vê a sua futura consorte, primeiro em sonhos, na forma de uma estátua, e depois em

---

(1) Ed. por Carl Cappeller, Strasburg, 1885. Analisado por Wilson, *ob. cit.*, vol. II, p. 361-362.

(2) Ed. por Vamanacharya, Benares, 1872-73. Trad. em inglês por C. R. Lanman com uma Introdução sôbre a vida e escritos do poeta, por Sten Konow, Cambridge, Mass., 1901, na *Harvard Oriental Series*, v. 4.

(3) Ed. por Vamanacharya, Benares, 1872-73. Trad. em inglês, por Louis H. Gray in *Journal of the American Oriental Society*, 27, 1906.

carne e ôsso, mas travestida de rapaz e ao serviço da côrte. A raínha, ignorando o seu verdadeiro sexo, arranja-lhe uma noiva de sangue real. Quando, após vários incidentes, tudo se descobre, o rei toma para esposas as duas princesas.

Bālarāmāyaṇa (1) é uma comédia heróica em dez actos sôbre o estafado tema das aventuras de Rama. Ao grande número de actos que tem e à extensão de cada um dêles, há que acrescentar o prólogo que por si só poderia constituir também um acto, tal o seu desenvolvimento. Só se destaca como feição dominante, distinguindo-se assim dos outros dramaturgos que trataram o mesmo assunto, o intenso amor de Ravana por Sitá, que o faz incluir no número dos grandes amorosos da dramaturgia sânscrita.

Os méritos de Rajaxêcara são mèramente lingüísticos. A falta de originalidade que se nota na urdidura das peças, nos personagens e nos sentimentos é amplamente resgatada pela facilidade e elegância de dicção, pela perfeição e harmonia da sua métrica e pelos abundantes conceitos e frases sentenciosas que se deparam nos seus versos. É mais poeta do que dramaturgo, foca melhor os aspectos das coisas do que cria caracteres, tem mais poder de expressão do que imaginação criadora.

*

Na legião enorme dos dramaturgos posteriores, que continuaram sem soluções, até ao século XVIII, a história da literatura dramática, compondo e escrevendo peças nos acanhados moldes da dramaturgia, as quais na sua grande maioria carecem de interêsse e acção, só nos referiremos a Cxemíxuara, Damodara Mixra e Crixna Mixra. O declínio do drama sânscrito, que se entremostra com Murári e Rajaxêcara, acentuou-se francamente com a invasão maometana,

(1) Ed. por G. D. Xástri, Benares, 1869.

iniciada aos primeiros alvores do século XI, acabando com os Mecenas indus, fomentando o desenvolvimento dos dialectos vernáculos, que começam a revestir forma literária, dificultando a composição em sânscrito, que seria incompreendido pela maioria dos espectadores.

Cxemixuara viveu no século X, no reinado de Mahipala, de Caniacubja, patrono de Rajaxêcara. Compôs dois dramas: *Naiṣadhānanda,* «A felicidade de Nixadha», ainda inédito, mencionado por Aufrecht no *Catalogus Catalogurum,* parte I, pág. 306, em sete actos e tendo por tema a lenda de Nala, rei de Nixadha; e *Caṇḍakauçika* (1), «Cauxica irado», em cinco actos. Esta peça apresenta uma viva pintura dos efeitos duma praga imprecada pelo irascível asceta Cauxica contra um rei justiceiro, Harichandra, que ofendera aquele censurando-o por aceitar o sacrifício de uma donzela no fogo. O rei perde o reino, a esposa é reduzida à condição de escrava e o filho morre. Experimentado pelas mais rudes provações, a sua paciência e resignação, porém, nunca o desamparam, até que a mulher, o filho e o reino lhe são restituídos por intervenção divina.

No século XI, Damodara Mixra compôs uma peça-monstro, *Mahānāṭaka* (2), «O grande drama», em catorze actos, de que se conserva uma outra recensão, tida por mais moderna, em dez actos, atribuída a Madhussudana. A tradição refere que a peça fôra composta por Hanuman, rei dos macacos, e aliado de Rama na sua expedição a Ceilão, donde o intitular-se também *Hanumannāṭaka,* «O drama de Hanuman», que o autor teria lançado ao mar, ficando gravado nas rochas, para comprazer com Valmique e a fim de não eclipsar a grande epopeia *Rāmāyaṇa.* A peça que drama-

---

(1) 1.ª ed. em Bombaim, 1860, e trad. em alemão por Ludwig Fritze, Leipzig, 1882.

(2) Ed. por Xivadata e Parab na *Kāvyamālā Series,* n.º 53, Bombaim, 1895.

tiza as aventuras de Rama, viola a regra que prescreve que o número de actos não deve ser superior a dez, possui pouco mérito e o seu interêsse deriva apenas da curiosidade que desperta tamanha monstruosidade dramática.

Do fim do século XI data um drama alegórico, em seis actos, de Crixna Mixra, denominado *Probodhacandrodaya* (1), «O raiar da lua do conhecimento», um dos mais notáveis produtos da literatura dramática indiana. Não obstante o seu carácter de alegoria teológico-fisiológica, em que se apresentam como personagens noções abstractas e figuras simbólicas, como nas velhas Moralidades inglêsas, é uma obra muito conspícua pela sua vida e vigor dramático. Tem em mira glorificar o bramanismo ortodoxo no sentido vixnuita, como as peças alegóricas do poeta espanhol Calderon visavam a exaltar a fé católica.

O dramaturgo indiano levou a efeito a difícil empresa de criar um drama atraente com abstracções como a Revelação, a Vontade, a Razão, a Religião personificando-as, transformando-as em seres vivos. O mau rei Erro aparece em scena, como soberano de Benares, a chave do mundo, rodeado de seus ministros fieis, as Loucuras e os Vícios, enquanto a Religião e a Razão, acompanhadas de tôdas as Virtudes, foram banidas. Há, porém, uma profecia de que a Razão se unirá um dia com a Revelação e o fruto da união será o Verdadeiro conhecimento, que destruïrá o reino do Erro. A luta para essa união e a sua consumação, seguidas do triunfo final do bom partido, formam o enrêdo da peça.

Lisboa, 14 de Novembro de 1927.

Bernardino Graciás

(1) Ed. em Calcutá, 1832 e trad. em inglês, francês, alemão, holandês e russo e nas línguas indianas bengali e hindustani. A 1.ª trad., inglêsa, deve-se a J. Taylor, Bombaim, 1812.

LIVROS RECEBIDOS

O Instituto de Coimbra recebeu e muito agradece os livros seguintes:

Plácido R. Castro — *La Saudade y el arte en los pueblos célticos.* Prólogo de M. Portela Valadares. 1 vol. Vigo, 1928.

N. Iorga — *Tara Latina cea mai departata in Europa: Portugalia. Note de drum si conferinte.* 1 vol. Bucarest, 1928.

Jaime Franco — *Terras de amor.* 1 vol. Santos, 1927.

Euclides Goulart da Costa — *Portugal descobridor.* Apontamentos respeitantes à descoberta da California compilados por
1 vol. Lisboa, 1928.

Bergen Museum Arsberetning 1927–1928. 1 vol. Bergen, 1928.

A. C. G. de Morais e Castro e A. Pereira Cardoso — *Uma viagem atravez das Colónias Portuguesas.* 1 vol. Pôrto, 1928.

Registo da Freguesia da Sé desde 1563 até 1610, pub. por Edgar Prestage e Pedro de Azevedo, vol. 2.º. Coimbra, 1927. (Pub. da Academia das Sciências de Lisboa).

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 12$00

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15$00

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6$00

Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4$50

Noticia sôbre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3$oc

Memórias de Castilho, por Júlio de Castilho. Vol. I..... 20$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra,* sociedade scientífica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos acompanhados do retrato e fac-símile da assinatura dos autores e na língua por êles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números.....	25$00
Número avulso	10$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto,* Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

VOLUME 76.º

4.ª SÉRIE — VOLUME 5.º

NÚMERO 5

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1928

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Conde de Felgueiras — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Pôrto antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão, A. D. B. N. L. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, D. F. L. U. L., D. G. E. S. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L., D. G. S. — Prof. M. de Sousa da Câmara, D. I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, D. da Secção de Sciências Físico-Químicas da U. C.

SUMÁRIO

Sciência e espionagem — Na véspera da guerra das laranjas, por Fidelino de Figueiredo 533
O ensino da morfologia humana, por Geraldino Brites 546
Subsidios para a Historia da musica em Portugal, por Sousa Viterbo 580
Nota sôbre o novo poema «Sulamite», de Manuel da Silva Gaio, por Sílvio Lima 598
Sur la courbe de von Kock, por Vicente Gonsalves 609
Raízes da alma latina, por Estanco Louro 613
Vária 663
Publicações periódicas 677

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Conde de Felgueiras — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Pôrto antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão, A. D. B. N. L. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, D. F. L. U. L., D. G. E. S. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L., D. G. S. — Prof. M. de Sousa da Câmara, D. I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, D. da Secção de Sciências Físico-Químicas da U. C.

SUMÁRIO

Sciência e espionagem — Na véspera da guerra das laranjas, por Fidelino de Figueiredo 533
O ensino da morfologia humana, por Geraldino Brites 546
Subsidios para a Historia da musica em Portugal, por Sousa Viterbo 580
Nota sôbre o novo poema «Sulamite», de Manuel da Silva Gaio, por Sílvio Lima 598
Sur la courbe de von Kock, por Vicente Gonsalves 609
Raízes da alma latina, por Estanco Louro 615
Vária 663
Publicações periódicas 677

O INSTITUTO

VOLUME 76.º

SOCIOS BENEMÉRITOS

Cândido Sotto Mayor — Marquês de Jácome Corrêa — Ramiro de Magalhães — Conde de Felgueiras — Marquês de Faria.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBRO HONORÁRIO

Prof. F. Gomes Teixeira, Reitor Honorário da Univ. do Pôrto antigo Prof. da Univ. de Coimbra.

MEMBROS EFECTIVOS

Prof. Alberto Pessoa, da U. C., *Secretário.* — Prof. Amadeu F. de Carvalho, do I. I. C., *Secretário.* — Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. O. M., *Vice-Presidente.* — Dr. António Baião, D. A. T. T. — Prof. A. Augusto Gonçalves, da U. C., D. M. M. C. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Belleza dos Santos, da U. C. — Prof. Bento Carqueja, da U. P. — Dr. Bettencourt Rodrigues, A. M. — Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A., *Presidente.* — Prof. Elísio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fezas Vital, da U. C. — Prof. Fortunato de Almeida, do L. C. — Prof. Francisco Corrêa, D. I. S. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Dr. Jaime Cortesão. — Prof. Joaquim de Carvalho, da U. C., *Secretário Geral.* — Prof. Joaquim de Vasconcelos, da U. C. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Paulo Merêa, da U. L. — Prof. Pedro J. da Cunha, R. U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Velloso, U. L. — Prof. Ricardo Jorge, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C.

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA

ÍNDICE POR AUTORES

Pág.

Basto (Claudio) — Estranjeirismos 280
Bataillon (Marcel) — La mort d'Henrique Caiado..... 76
Brites (Geraldino) — O ensino da morfologia humana 401–546
Costa Lobo (F. M. da) — Quelques résultats obtenus par les observations spectroheliographiques des années de 1926 e 1927 350
Costa Veiga (A. Botelho da) — O doutor Brotero..... 149
—— Breves palavras sôbre a questão de Ourique 376
Cunha Gonçalves (L. da) — A famosa cidade de Liampó segundo Fernão Mendes Pinto e a verdade histórica 113
Figueiredo (Fidelino de) — Sciência e espionagem 533
Gonsalves (J. Vicente) — Sur la courbe de von Koch..... 609
Gracias (Bernardino) — Do teatro na literatura indo árica 29-200-357-510
Landa (Ruben) — La enseñanza secundaria en Portugal..... 63
Le Gentil (G.) — Les français en Portugal 418
Lima (Sílvio) — Nota sôbre o novo poema, «Sulamite», de Manuel da Silva Gaio 598
Louro (Estanco) — Raízes da alma latina..... 491–615
Magalhães Basto (Artur de) — Na agonia dum regímen.... 260–470
Nemésio (Vitorino) — A arte de escrever 241
—— Uma carta de Monaci sobre o «Cancioneiro da Vaticana».... 488
Sampayo (Luís T. de) — Para a história do tratado de Methuen 1
Santana Rodrigues — O crime e a responsabilidade 83–131–335
Silva Carvalho (Augusto da) — Notícia sôbre as «Lettres de Mr. l'abbé Le Grand pendant ses voyages d'Espagne et de Portugal» (1692–1696) 58
Silva Correia (João da) — Algumas observações acêrca da influência do inglês no português e do maior veículo dela — o francês..... 97–167–288–451

Pág.

Soares de Azevedo (Celestino Monteiro) — Os pretéritos com redôbro 121

Sousa Viterbo — Subsídios para a história da música em Portugal 217-580

Vieira de Almeida — A obra de Guerra Junqueiro 316

ÍNDICE POR ARTIGOS

Pág.

Agonia (Na) dum regímen por Artur de Magalhães Basto . 260–470
Arte (A) de escrever por Vitorino Nemésio 241
Bibliografia 392
Boletim do Instituto 390
Carta (Uma) de Monaci sôbre o «Cancioneiro da Vaticana» por Vitorino Nemésio 488
Courbe (Sur la) de von Koch por J. Vicente Gonsalves 609
Crime (O) e a responsabilidade por Santana Rodrigues .. 83–131–335
Doutor (O) Brotero por A. Botelho da Costa Veiga..... 149
Enseñanza (La) secundaria en Portugal por Ruben Landa..... 63
Ensino (O) da morfologia humana por Geramdino Brites.... 401–546
Estranjeirismos por Cláudio Basto 280
Famosa (A) cidade de Liampó segundo Fernão Mendes Pinto e a verdade histórica por L. da Cunha Gonçalves 113
Français (Les) en Portugal por G. le Gentil.. 418
História (Subsídios para a) da música em Portugal por Sousa Viterbo 217–580
História (Para a) do tratado de Methuen por Luís T. de Sampayo 1
Livros recebidos 239–400–530
Mort (La) d'Henrique Caiado por Marcel Bataillon 76
Nota sôbre o novo poema, «Sulamite», de Manuel da Silva Gaio por Sílvio Lima 598
Notícia sobre as «Lettres de Mr. l'abbé Le Grand pendant ses voyages d'Espagne et de Portugal» (1692–1696) por Augusto da Silva Carvalho 58
Obra (A) de Guerra Junqueiro por Vieira de Almeida 316
Observações (Algumas) acêrca da influência do inglês no português e do maior veículo dela — o francês por João da Silva Correia 97–167–288–451

Pág.

Pretéritos (Os) com redôbro por Celestino Monteiro Soares de Azevedo 121
Publicações periódicas 677
Questão (Breves palavras sôbre a) de Ourique por A. Botelho da Costa Veiga 376
Raízes da alma latina por Estanco Louro 491-615
Résultats (Quelques) obtenus par les observations spectro-heliographiques des années de 1926 e 1927 por F. M. da Costa Lobo . 350
Sciência e espionagem por Fidelino de Figueiredo 533
Teatro (Do) na literatura indo-árica por Bernardino Gracias 29-200-357-510
Vária 237-397-663

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

EDIÇÕES RECENTES

No mês de Dezembro a Imprensa da Universidade publicou as seguintes edições:

J. Leite de Vasconcelos — *Opusculos.*
Vol. I, Parte I (Filologia).
Vol. II, Parte I (Dialectologia).

Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses. (Edição crítica, por José Joaquim Nunes).
Vol. I. Em papel de linho — 40$00.
Idem. Em papel de algodão — 20$00.
Vol. III. Em papel de linho — 50$00.
Idem. Em papel de algodão — 25$00.

Dispersos de Camilo. (Compilados e anotados pelo Dr. Júlio Dias da Costa).
Vol. IV. Em papel de linho — 50$00.
Em papel de algodão — 25$00.

G. Le Gentil — *Les Français en Portugal.*
1 folh. — 5$00.

Santana Rodrigues — *O Crime e a Responsabilidade.*
1 vol. — 5$00.

Emanuel Ribeiro — *O dôce nunca amargou.* Doçaria portuguesa. História. Decoração. Receituário.
1 vol. — 15$00.

Pieris-Fitzler — *Ceilão e Portugal. O cêrco de Columbo. Últimos dias do domínio português em Ceilão.* (Edição do *Instituto de Coimbra*).
1 vol. — 30$00.

À venda na Imprensa da Universidade de Coimbra e nas principais livrarias de Portugal

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

EDIÇÕES RECENTES

No mês de Dezembro a Imprensa da Universidade publicou as seguintes edições:

J. Leite de Vasconcelos — *Opusculos.*
Vol. I, Parte I (Filologia).
Vol. II, Parte I (Dialectologia).

Cantigas d'amigo dos trovadores galego-portugueses. (Edição crítica, por José Joaquim Nunes).
Vol. I. Em papel de linho — 40$00.
Idem. Em papel de algodão — 20$00.
Vol. III. Em papel de linho — 50$00.
Idem. Em papel de algodão — 25$00.

Dispersos de Camilo. (Compilados e anotados pelo Dr. Júlio Dias da Costa).
Vol. IV. Em papel de linho — 50$00.
Em papel de algodão — 25$00.

G. Le Gentil — *Les Français en Portugal.*
1 folh. — 5$00.

Santana Rodrigues — *O Crime e a Responsabilidade.*
1 vol. — 5$00.

Emanuel Ribeiro — *O dôce nunca amargou.* Doçaria portuguesa. História. Decoração. Receituário.
1 vol. — 15$00.

Pieris-Fitzler — *Ceilão e Portugal. O cêrco de Columbo. Últimos dias do domínio português em Ceilão.* (Edição do *Instituto de Coimbra*).
1 vol. — 30$00.

À venda na Imprensa da Universidade de Coimbra e nas principais livrarias de Portugal

SCIÊNCIA E ESPIONAGEM

NA VÉSPERA DA GUERRA DAS LARANJAS

Há no livro de Sánchez Moguel, *Reparaciones históricas,* Madrid, 1894, obra tôda consagrada a Portugal, um capítulo intitulado *Historia de un libro*, em que êste autor nos conta as origens e as circunstâncias de redacção da obra *Estado de Portugal en el año de 1800,* de José Cornide y Saavedra, Madrid, 1893-1897, 3 volumes, XVI + 340 págs., 464 págs. e 333 págs. Estes volumes constituem outros tantos tomos, os 26.º, 27.º e 28.º, do *Memorial Histórico Español, Colección de documentos, opusculos y antigüedades,* editado pela Real Academia de História, de Madrid.

O estudo de Sánchez Moguel é o prefácio da obra, cuja publicação, só um século depois da sua redacção, aquele académico diligentemente promoveu.

Ora esta história do livro de Cornide é muito omissa; Sánchez Moguel, então todo empenhado numa política literária de cordealidade e intercâmbio peninsular, não quis divulgar que D. José Cornide y Saavedra, académico de número e arqueólogo ilustre, era um espião da política francófila e da ambição pessoal de Godoy, o famoso primeiro ministro e favorito de Carlos IV e Maria Luísa.

Não é crível que Sánchez Moguel ignorasse o dúplice papel de Cornide na sua viagem a Portugal, porque os papéis da sua espionagem guardam-se na biblioteca da Academia juntamente com os apontamentos que serviram de base ao *Estado de Portugal* e com o texto da própria re-

dacção definitiva, oferecida a D. Pedro Ceballos, que o mesmo Moguel estudou e fêz publicar. Entendeu que não era oportuno recordar um caso, que a susceptibilidade nacionalista dos portugueses poderia generalizar.

Examinando os mesmos papéis, que Sánchez Moguel manuseara, prontamente verifiquei que Cornide foi o agente preparador, no aspecto militar, da *Guerra das laranjas,* que é como aqui se chama a efémera e, para nós, desastrosa campanha de 1801, ridìculamente chefiada pelo Duque de Lafões, octogenário, a qual nos importou a perda de Olivença.

Porque chamou assim o bom humor espanhol a essa guerra, não será geralmente sabido em Portugal, porque de ordinário a erudição de cada país limita-se à sua documentação própria, quebrando a íntima solidariedade da história peninsular, o que fêz dizer muito apropriadamente ao mesmo Sánchez Moguel: «La historia que enseñamos ó escribimos acá y allá no es la historia entera de la Península, sino la puramente portuguesa en Portugal, y la solamente española en España». (*Reparaciones,* pág. VIII).

Nessa guerra, que Portugal e Espanha faziam, por incumbência de Inglaterra e de França, como «duas bestas de carga» no pitoresco dizer do Duque de Lafões, foi generalíssimo dos exércitos espanhois o próprio Godoy. Ao chegar com suas tropas a uns pomares das cercanias de Évora, os soldados colheram umas braçadas de laranjeiras, que ofereceram ao seu generalíssimo. Por sua vez, Godoy remeteu-as à raínha com o primeiro comunicado da guerra, explicando: «Las tropas que atacaron al oir mi voz, me han regalado dos ramos de naranjas, que yo presento a la reina» (1). Como se sabe, não eram puras de suspeita as relações do favorito com a raínha.

Cornide — que se não deve confundir com o naturalista

(1) Ballesteros, *Historia de España,* V, pág. 294, Barcelona, 1928.

quási homónimo e contemporâneo José Andrés Cornide y Saavedra — era um espião, que foi a Portugal com uma missão secreta muito diversa da oficialmente publicada. O que se não pode afirmar é se a incumbência oficial foi um disfarce da espionagem ou se esta se lhe cometeu depois, em inteira independência do encargo académico.

A missão pública era examinar na Tôrre do Tombo, de Lisboa, um códice das *Siete Partidas,* de Afonso X de Castela, o Sábio, projecto de que a Academia Real de História se ocupava desde Outubro de 1794, depois que fôra consultada por Godoy, já então Duque de Alcudia e no apogeu do seu valimento, sôbre a viabilidade dêsse alvitre, apresentado ao rei pelo académico honorário D. Francisco Cerdá y Rico.

Êste D. Francisco Cerdá (1739-1800), sócio da Academia Real de História, oficial da secretaria das Índias e bibliotecário, foi um benemérito coleccionador e editor de livros raros da história e literatura espanhola, pelo que a crítica o considera aqui como imediato precursor de Gallardo e preparador da grande renovação da erudição literária de Espanha, que em Menéndez y Pelayo teve o seu acumen. Sôbre êle acaba de publicar uma eruditíssima monografia o meu muito admirado amigo e colega, Prof. González-Palencia (1). Entre os serviços de Cerdá y Rico deverá incluir-se a edição académica de Afonso o Sábio.

Quatro anos esteve a Academia hesitante em conferências e palestras sôbre êste tema, cuidando antes em fazer Godoy seu sócio honorário do que em meter ombros à emprêsa. Em 1798, depois de trocar correspondência com o govêrno de Lisboa, que prometeu tôdas as facilidades, designou D. José Cornide para ir a Lisboa, fazer a cópia daquele códice. Era D. José Cornide já homem de sessenta e quatro

---

(1) *Don Francisco Cerdá y Rico — Su vida y sus obras,* Madrid, 1928, 133 págs., edição de 80 exemplares.

anos, mas prontificou-se logo para a fatigante excursão, propondo ainda que à sua tarefa fôsse associada outra, ainda mais exigente de esfôrço, a duma viagem literária por todo o reino de Portugal para completar a que em 1752-1754 fizera pela Espanha o Marquês de Valdeflores, por incumbência do ministro, Marquez de la Ensenada, com o que se poderia finalmente organizar um bom mapa geográfico e demográfico de tôda a península.

Sôbre a biografia de Cornide nada apurei na biblioteca da Academia, senão que em sessão de 7 de Junho de 1868 lêra o seu elogio histórico o académico D. Carlos Ramón Fort; mas êsse elogio não se publicou, pelo menos não o consegui achar.

Em Outubro de 1798, partiu Cornide, cuja missão fôra antes aprovada oficialmente e bem dotada com 5.000 reais mensais. Não ia só; era verdadeiro chefe duma missão scientífica, de que faziam parte o mexicano D. Manuel Carrillo Albornoz, oficial de secretaria, D. Melchor del Prado y Mariño, membro da Academia de S. Fernando, de Belas Artes, e professor de Arquitectura em Santiago, e o Dr. Narciso de Heredia, jovem professor da Universidade de Granada. Em apêndice ao 3.º vol. do *Estado de Portugal,* Sánchez Moguel publicou o expediente da composição da missão.

Uma vez em Lisboa, Cornide apurou que não havia na Tôrre do Tombo o tal códice das *Siete Partidas*, que em sessão o académico De Manuel afirmava ter sido tomado a D. João I de Castela na Batalha de Aljubarrota; só existia uma tradução portuguesa da Partida 3.ª e notícia doutra tradução da Partida 2.ª, guardada no arquivo da Real Abadia de Alcobaça. Isto não tinha a menor importância para o escopo em vista, edição das *Partidas* no seu original castelhano, e tanto assim era que na edição, que a Academia efectivamente publicou em 1807, não se faz a menor alusão a êsses incompletos manuscritos portugueses.

Não tendo que fazer cópia, apenas lhe bastando o rápido exame dêsses dois fragmentos, Cornide todo se pôde aplicar à sua viagem, demorando-se em Portugal até 3 de Março de 1801, com o seu estado maior; saíu em conseqüência da declaração de guerra pela Espanha, comunicada oficialmente em 28 de Fevereiro de 1801. Essa guerra fôra preparada, na sua execução militar, por êle, mas não o impediu de continuar a mais natural e bonómica correspondência com D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas, Bispo de Beja, a quem deveu muitos esclarecimentos históricos e literários.

As cartas de Cornide, em número de dezoito, guardam-se em Évora, entre a abundante correspondência de Cenáculo e foram publicadas no final do *Estado de Portugal en el año de 1800*. Começou ela em Madrid, com a carta de 24 de Julho de 1798, em que Cornide comunica a Cenáculo a missão para que foi nomeado e lhe pede o informe sôbre se passará o resto do ano em Évora ou se fará alguma viagem a Lisboa, porque o mesmo Cornide quere saüdar o seu benemérito confrade e recolher de sua bôca «instrucciones y noticias que deben serme muy interesantes para el feliz desempeño de un encargo en que se interesa la gloria literária de dos naciones à quienes unen vínculos tan estrechos». (III, pág. 253).

De Lisboa, já hóspede duma pousada da Rua da Cruz, próximo do Convento de Jesus, de Alcácer do Sal, de Elvas e já de novo de Madrid, a correspondência manteve-se afectuosa num tom de prestante camaradagem intelectual, com permuta de livros, desenhos e notícias, em que colaboravam os companheiros de Cornide. Como êle dizia, ao deixar Portugal por motivo da guerra, o Caia não é o Letes; e ainda de Espanha continuou a solicitar e a obter auxílios da boa fé do prelado. Já então estava assinada a paz e perdida uma fracção do território português, palmilhado por Cornide.

Infelizmente as cartas de Cenáculo não se encontram entre os papéis de Cornide, nem em qualquer outro maço da Biblioteca da Academia Real de História, dos mencionados no seu excelente catálogo de manuscritos.

*

Se se tivesse limitado à elaboração do *Estado de Portugal en el año de 1800,* Cornide teria já prestado um excelente serviço à geografia da península, pela íntegra descrição do território português, então mal conhecido nos movimentos da sua população, nas modificações e progressos das suas culturas, na rêde dos seus caminhos, no inventário dos seus restos arqueológicos, pois então ainda se utilizavam para o estudo do solo português trabalhos já antiquados como os de Pedro Teixeira, geógrafo de Filipe II, e João Baptista de Castro.

O *Estado de Portugal en el año de 1800* é um documento da maior importância para a história da fisionomia demográfica do país, no fim do século XVIII, antes das profundas convulsões das invasões francesas e do liberalismo; merecia mesmo uma tradução crítica para português. Está porém associado a uma obra de espionagem, que comtudo só lembro para que à personalidade de Cornide se faça justiça plena, não nos ficarmos só na gratidão pelo serviço prestado, e principalmente por curiosidade erudita. Seria visìvelmente inoportuno verberar procedimentos de há mais de um século e quarto e estimular algum ressentimento. Quem tem de arcar com as culpas é Godoy, a quem a história já atribui duplicidades maiores. Uma novamente revelada não aumenta os seus capítulos de culpa, como no caso de *L'homme qui assassina,* de Claude Farrère.

Sánchez Moguel estranha que o mesmo Godoy nas suas *Memorias* nada diga das distinções, com que o honrou a

Real Academia de História, nem da sua intervenção na reimpressão das *Partidas* de Afonso o Sábio, quando é tão minucioso ao enumerar as suas iniciativas a bem da cultura. Talvez êsse silêncio se explique pelo conceito essencialmente político que aos seus olhos tomavam as relações com a Academia, pelo menos nesse episódio da reedição das *Partidas* e da viagem de Cornide a Portugal. Eu procurei alguma referência antes nos dois capítulos sôbre a guerra com Portugal e nada achei sôbre a cooperação preparadora dêsse seu agente polìtico-literário. O que, sim, merece ser lembrado é o sofisma justificativo dessa guerra, que está sempre no espírito de Cornide — a necessidade de contentar a França, libertando Portugal da influência inglêsa: «Depuis longtemps je voyais que le Portugal finirait par nous compromettre, et je ne cessais de le dire à Charles IV. La France et l'Angleterre se disputaient l'empire du monde; le contre-coup de la lutte se fit sentir dans toute l'Europe. L'Espagne n'avait qu'un seul moyen de sauver son indépendance; il fallait taire les vaines considérations de famille, soumettre d'une manière ou d'autre le Portugal à notre système politique, fermer ses ports à l'ennemi commun, et ôter à la France jusqu'au moindre prétexte de venir guerroyer chez nous» (1).

A côrte de Lisboa, em parte por confiar no parentesco das famílias reinantes, em parte por inabilidade política, estava inteiramente desprevenida da duplicidade de Godoy, ainda que não fôsse difícil de prever um choque na península entre a política inglêsa, que Portugal tinha de seguir, e a política napoleónica, a que se submetera a Espanha do modo mais humilhante. Em nome de D. Maria I, já louca, o príncipe regente agraciara poucos anos antes o valido de

---

(1) V. Trad. fr. das *Memórias*, por J. G. d'Esmerard, Paris, 1836, 3.º vol.

Maria Luísa com o título de Conde de Évora-Monte, «con dispensa de la ley mental». Os termos da real cédula, de 3 de Outubro de 1793, são, segundo a tradução espanhola, único texto que pude ver, duma ingenuïdade tocante:

«Teniendo muy segura confianza en los verdaderos sentimentos de D. Manuel, hereditários en esta familia, de que los ha exercitado lealmente en beneficio de mi Reyno, conformandome con los Augustos y Cordiales de S.S. M.M. C.C., esperando que asi los continue...»(1)

Entretanto o velho Cornide, com seus asseclas, percorria o país, em tôda a parte acolhido com as mais francas facilidades, visitava as fortalezas, informava-se detidamente dos nossos recursos militares, de gente, armamento, provisões e forragens, e compunha com tôda a presteza e igual tranqüilidade, entre duas cordeais cartas literárias a Cenáculo, os seguintes relatórios:

Introducción á la memória sobre el modo de hacer la guerra á Portugal; y a la descripción de las Plazas de este Reyno;

Observaciones sobre el modo de hacer la guerra contra el reyno de Portugal;

Carta al Duque de Frias, Embajador de España en Lisboa, sobre la forma y modo de invadir Portugal.

Estes papéis guardam-se, com muitos outros de pura erudição, entre os muitos manuscritos de Cornide, na Biblioteca da Real Academia de História.

Tinha razão Cornide quando afirmava que «el reyno de Portugal se halla poco menos conocido de los españoles que los del Japón ó del Thibet». Efectivamente, para invadir e dominar de modo fulminante um país é necessário conhecê-lo com mais segurança que os reinos orientais. E muito melhor pôde conhecer o pacífico antiquário a Portugal.

---

(1) V. *Varios de Historia*, tômo 9.º, fol. 381, Biblioteca da Real Academia de História.

Tomando para guia um livro de Du Mourier, oficial francês que no exército espanhol militara na campanha de 1762, Cornide computa as nossas fôrças militares em 100.000 homens, «de cuyo valor y disciplina hay poco que temer», comenta com desdém, que os factos não contradisseram; calcula o número de navios e canhões, e de homens para os guarnecer, concluindo a situação inversa dos dois países: Portugal tinha homens, mas possuía poucos navios; Espanha tinha navios, mas não podia guarnecê-los. Só Lisboa dispunha de 22.000 homens aprestados para o serviço naval; o resto do país levantava 12.000 e o Brasil enviava 8.000.

A guerra estava resolvida e estudava-se, com a missão dêsse geógrafo, a maneira de a tornar prontamente vitoriosa, evitando os desastres e erros das duas campanhas anteriores, muito lembradas ainda em Espanha, a da Sucessão e a de 1762. Os exércitos espanhóis deveriam, na opinião do académico, internar-se no reino, sem se ocuparem das fortalezas que ouriçavam a fronteira e mesmo o interior, e marchar logo sôbre Lisboa e Pôrto, cidades sem defesa e ricas de valores, em grande parte pertencentes aos inglêses. Portugal tinha escassa capacidade ofensiva, mesmo com o auxílio de inglêses. Levantando 50.000 homens, dos quais haviam de saír as guarnições para cinqüenta praças fortes, poucos recursos ficavam para a invasão do território espanhol.

As tropas espanholas atacariam simultâneamente quatro pontos da fronteira, com outros tantos corpos de milícias, na fôrça de 7.000 a 8.000 homens, com os seguintes quartéis generais: no reino de Sevilha para conter a guarnição do Guadiana; em Badajoz contra Elvas e Olivença, ambos êstes corpos com bastante cavalaria; em Castela-a-Velha, tendo por centro Ciudad Rodrigo, contra as praças fronteiriças da Beira, Almeida principalmente; e na Galliza nove regimentos

contra Chaves e Valença, formando duas divisões concentradas em Monterey e Tuy.

Um corpo mais forte, de 30 a 40.000 homens, entraria na direcção de Abrantes, onde o rio Tejo é já navegável. Para estudar o leito do rio já não se sentiu idóneo o velho académico e então reclamou um oficial de engenheiros, — disfarçado, entende-se — e recomendou-lhe expressamente que utilizasse os conhecimentos dos contrabandistas da região. De Abrantes o exército marcharia sôbre Santarém, juntando-se antes em Tomar com o exército da Galiza, o qual já nessa altura devera ter tomado e guarnecido Braga, Pôrto e Coimbra.

Ao mesmo tempo, uma esquadrilha de navios menores desceria de Vigo acompanhando da costa as operações e penetrando no Pôrto. O forte de S. João da Foz, na barra do Pôrto, nada valia como êle «via». Outra esquadra maior seguia para o sul e entrava em Lisboa. Sobretudo, recomendava, não repetir o êrro de 1762, entrando por Trás-os-Montes.

Vem depois uma circunstanciada noticia descritiva das praças fronteiriças de Portugal, principiando pelo sul, e da sua eficiência militar: Castro-Marim, Alcoutim, Mértola, Serpa, Moura, Mourão, Noudar, Olivença, Ferreira, Juromenha, Elvas, Extremoz, Évora, Arronches, Alegrete, Portalegre, Marvão, Campo Maior, Castelo de Vide e Montalvão, numa primeira parte. Transcreverei o trecho referente à praça, que se perdeu em resultado dessa mesma campanha:

«Está situada Olivenza sobre la orilla izquierda del rio Guadiana: es una de las mejores plazas de esta frontera y su castillo aun es de más importancia que la plaza: la guarnición de esta puede incomodar mucho al país inmediato, pués protegerá las correrias de las tropas ligeras en la Extremadura y en la Andaluzia, como tambien lo harán las de las anteriores plazas de Moura, Mourão y Serpa».

As campanhas do Alemtejo merecem-lhe algumas reflexões. A entrada pelo Alemtejo é fácil, mas o acesso de Lisboa é difícil, recorda Cornide. O exemplo do Duque de Alba em 1580 não é para aduzir, por muitos motivos, sendo o principal a existência, então, dum grande partido espanhol no reino que se invadia; são mais para lembrar os desastres de D. Luís de Haro, em 1658, nas linhas de Elvas, e de D. João de Áustria, batido em 1661 por Schomberg. Além disso, os portugueses dispunham aí de praças muito fortes.

Passa logo à descrição e apreciação militar das praças da Beira, a saber: Rosmaninhal, Segura, Salvaterra da Beira, Penha Garcia, Idanha-a-Velha, Castelo Branco, Monsanto, Penamacor, Alfayates, Sabugal, Almeida, Guarda, Castelo Rodrigo, Miranda, Vinhais, Bragança, Monforte, Chaves, Montalegre, Castro Laboreiro e Lindoso.

Queria recordar alguns informes curiosos sôbre a praça dos Alfayates, por ter sido governada pelo poeta Brás Garcia e seu campo de proezas, mas Cornide, pouco preocupado do pitoresco da nossa história literária, sòmente escreve dessa praça as linhas seguintes:

«Está situada en terreno elevado con muros y trincheras bastante defensables; dentro del recinto tiene un castillo y fuera una atalaya, y por tanto los portugueses la consideran como una de las principales plazas de la Beira».

Entrando nas províncias de Entre-Douro e Minho, enumera e caracteriza militarmente as seguintes praças: Melgaço, Monção, Tôrre da Lapela, Valença do Minho, que diz ser «la mejor y más bien fortificada que tienen los Portugueses desde Almeida hasta el mar», Vila Nova da Cerveira, Caminha e Moura.

Os papéis estão redigidos com letras diferentes e todos sem assinatura; há pelo menos três caligrafias.

Como na carta ao Embaixador, Duque de Frias, escrita em princípios de 1800, Cornide ainda não tivesse percorrido

a parte norte do país, aconselhava a invasão pelo Alentejo, mas logo as suas observações o fizeram mudar de opinião, propondo antes a entrada pela Beira, por Almeida e Guarda — como recorda uma nota a essa carta, assinada por um Manuel Sánchez, de Badajoz, que não sabemos identificar.

O conselho de Cornide não foi ouvido, talvez porque as suas informações convencessem Godoy da impotência portuguesa ou êste, inteligentemente, reconhecesse que todos êsses recursos militares eram neutralisados pela falta de zêlo patriótico e de espírito guerreiro. E a campanha fez-se ao modo clássico, nas planuras alemtejanas, e fulminantemente.

Seria ridículo aplicar apreciação política e critério actual a êste episódio dos bastidores da *guerra das laranjas,* referente a um momento em que uma política de sujeição ao estrangeiro e de duplicidades e tibiezas por igual envileceu os dois países — logo reabilitados, quando tomaram posse de si mesmos, restabeleceram o seu paralelismo político e, lado a lado, batalharam contra a orgia militar de Napoleão. Como esta foi uma aventura pessoal, embora genial e sugestionadora de todo um povo, também a guerra de 1801 foi um episódio da política pessoal de Godoy, mas sem nobreza e sem horizonte.

Hoje, isto é matéria de amenas curiosidades eruditas. Cornide é que fica indissolùvelmente ligado a alguns documentos da maior importância para o estudo de Portugal, no fim do século XVIII, ao aproximar-se a agonia do antigo regímen: uma completa descrição da nossa geografia humana ou social e uma completa descrição da nossa geografia militar, dois importantíssimos documentos históricos. O *Estado de Portugal en el año de 1800* merecia bem uma tradução; os papéis secretos da sua espionagem deveriam ser publicados, não para alimentar extemporâneos melindres, mas para serem utilizados no nosso ensino da história militar. São documentos que têm legítimo lugar na obra do meu insigne

amigo, sr. Cristovam Aires, entre as *Provas* que ilustram a sua *História do Exército Português.* Mais fecundo que o ressentimento fora de horas, será o reconhecer a prodigiosa obra de fortificação do solo português, levada a cabo por D. João IV e seus sucessores, e recordar que nada valem as fortalezas sem o brio cívico. Êste é que estava bastante desalentado em 1801. Também a iniciativa bélica de Godoy e as suas fáceis vantagens não significam nenhuma superioridade moral sôbre o senil Duque de Lafões e a frívola côrte de Lisboa. As suas relações com a França desceram depois a misérias, desconhecidas em Portugal. Mas o seu longo exílio de quási meio século em Fronça — na França que o levou a tantos êrros e delitos, e que pagou a vassalagem de *M. Manuel, tout court,* com uns magros milhares de francos anuais — foi expiação suficientemente amarga.

Godoy foi o estadista idóneo para Carlos IV, que destituiu Floridablanca e desterrou Jovellanos.

Madrid, Novembro de 1928.

FIDELINO DE FIGUEIREDO.

O ENSINO DA MORFOLOGIA HUMANA

(Cont. do n.º 3, pág. 315)

Fabrício de Acquapendente procurou conhecer as funções orgânicas do homem examinando sucessivamente o mesmo órgão no homem e em diversos animais, visando nesta comparação mais a fisiologia do que a própria constituïção. «*Ses travaux ont été du plus grand intérêt pour l'anatomie considérée dans ses rapports avec la physiologie*» (Dezeimeris).

Sérvet da orientação e do calibre da artéria pulmonar concluíu que êste vaso serve para levar o sangue aos pulmões e afirmou o princípio da circulação pulmonar, o que foi confirmado experimentalmente por outro anatómico, Realdo Colombo. Foi ainda um outro anatómico, Eustáquio, que injectou água nas artérias renais para fundamentar a teoria da secreção urinária, o mesmo que fêz os primeiros estudos de textura que a sciência regista.

É nos meados dêste mesmo século que Paracelso sustenta uma doutrina genial, gigantesco passo para as modernas concepções quìmico-biológicas e que lançou por terra a fisiologia humoral dos seus predecessores e contemporâneos. A essência da vida e da doença, dizia, está, não na matéria mas nas fôrças do organismo, e o princípio imaterial que o governa, o *arqueo*, regula a vida por via química.

Esboça-se então a autonomia da Fisiologia. Vai-se reconhecendo pouco a pouco, com aquela lentidão que nasce da resistência dos tradicionalistas e daqueles que tentaram conciliar o galenismo com o paracelcismo, que o fisiologista não

pode ser exclusivamente morfologista, e sem repudiar o auxílio do morfologista e guiando-o muitas vezes pelas suas experiências, numa colaboração íntima para o progresso da sciência da vida, a Fisiologia começa a ir buscar à Química recursos preciosos.

Como sinal de decadência da doutrina que atribuía o funcionamento vital aos humores cardinais, deve ser considerado o início das autópsias com o fim de averiguar as causas da morte e elucidar os diagnósticos duvidosos, nova manifestação também da colaboração íntima de morfologistas e fisiologistas.

Essa colaboração persiste no século XVII, procurando-se com o maior afã conhecer a razão dos dispositivos anatómicos. Harvey, professor de Anatomia em Londres, faz a descoberta da grande circulação, confirmada por Conring pela vivissecção de cães. Todavia a passagem do sangue das artérias para as veias, sustentada teòricamente por Harvey, só foi demonstrada, e ainda por outro anatómico, Malpighi, algumas dezenas de anos mais tarde quando êste descobriu os capilares, e, com o auxílio do microscópio, descoberto em fins do século XVI pelo oculista dinamarquês Zacarias Janusen, observou a circulação capilar nos pulmões e na bexiga da rã. Foi ainda Harvey que, fazendo renascer os estudos embriológicos, abandonados desde Aristóteles, mostrou o destino das diversas partes do ôvo de galinha e especialmente da cicatrícula onde, dizia, «são contidas potencialmente tôdas as partes do futuro animal». Pertence-lhe a asserção *omne vivum ex vivo*, que demonstrou experimentalmente.

Malpighi, *ocellus italiae*, o *lynceus Malpighius* dos seus contemporâneos, continuando a empregar o escalpelo, mas utilizando também outros meios técnicos, como a dissociação, as injecções, mas sobretudo a lupa e o microscópio composto, aperfeiçoa o conhecimento da estrutura e da textura renais, esplénicas e pulmonares. Ao mesmo tempo Leuwenhoek aper-

feiçoa o microscópio e aplica-o ao estudo de quanto encontrava ao seu alcance, criando a micrografia.

A Química coloca-se de tal maneira ao serviço da Medicina que chega a fundir-se com ela, libertando-se como sciência pura só ao principiar do seculo XVIII. Desta tendência aproveita largamente a Fisiologia, especialmente no estudo da digestão e da respiração. A Fisiologia vai ainda buscar uma cooperação preciosa à Física, cujos progressos são notáveis. Assim, por exemplo, a teoria geral da visão aproveita das descobertas de Newton àcêrca da dispersão da luz e da produção das côres e o estudo da audição encontra bases seguras na teoria física do som. As leis da alavanca são utilizadas, entre outros, por Borelli, para explicar o funcionamento dos ossos, das articulações e dos músculos. A própria descoberta de Harvey «como solução de um problema concebido de um modo inteiramente físico, foi um poderoso auxílio para a aplicação geral das leis da física ao organismo humano» (Paul Diepgen).

Com estes recursos que lhe fornece a Física, a Fisiologia reforça a sua autonomia. O fisiologista precisa de ser, não só químico, mas também físico. Ao lado da Fisiologia química aparece uma Fisiologia físico-matemática. A Morfologia continuava a ser fisiológica, pois que, embora em menor escala, aproveitava também os progressos da Química e da Física para aperfeiçoamento e para criação dos meios de trabalho e para a interpretação dos factos morfológicos que não abandonou. Pelo contrário, a Fisiologia apoiava-se cada vez menos na Morfologia. A-pesar-disso, é de um fisiologista, Albrecht von Haller, que no século XVIII a cooperação morfo-fisiológica recebe uma confirmação brilhante. Von Haller figura entre os grandes investigadores dêste século, fundador da moderna fisiologia experimental; tendo demonstrado a irritabilidade nos músculos e a sensibilidade nos nervos, reconhece estas propriedades dependentes de

uma estrutura específica, como uma manifestação vital desta estrutura.

A par dêste culto do facto, começa a desenvolver-se a especulação filosófica, que toma um incremento extraordinário na primeira metade do século XIX, dominando sobretudo na Fisiologia e na Patologia e particularmente na Alemanha. A *Filosofia da Natureza* faz aqui perder os investigadores em especulações em que a fantasia corre sem freio, como se se tivesse regressado aos tempos medievais. Natham, em estudo analítico das lágrimas, dizia: «As lágrimas, como expulsão e sacrifício de uma parte orgânica, são o símbolo da subordinação à fôrça externa; são também por outro lado, o reconhecimento de uma sublimidade, de uma grande moral e até da mais elevada justiça do mundo!» E não resistimos ao desejo de continuar a transcrever, traduzindo da *História da Medicina*, de Paul Diepgen (pág. 111 do 2.º vol. — col. Labor, Barcelona-Buenos Aires, 1925) o que Hermann Horn publicou em 1846 a propósito da fisio-patologia da febre mucosa: «Se compararmos agora a mais móvel das células humanas, a célula sangüínea, com a Terra, ficaremos surpreendidos com as analogias que se observam entre estes dois elementos. A Terra é redonda e achatada nos polos, a célula sangüínea redonda também é achatada dos lados. A Terra tem um núcleo (ela própria) e um envólucro contraído (a esfera atmosférica), a célula sangüínea tem um núcleo e um revestimento retraído. A Terra gira à volta do seu eixo, as células sangüíneas (nos animais superiores) giram à volta do seu eixo. A Terra é atraída e altamente influenciada pelo Sol, as células sangüíneas são-o também pelo sistema nervoso. Por conseqüência, tendo conseguido ver tão grandes analogias entre uma e outra, podemos muito bem chegar à conclusão de que as propriedades que atribuímos aos glóbulos do sangue devem existir também na Terra!»

Ao tempo da escola alemã dos Filósofos da Natureza existia em França a da Anatomia Filosófica, fundada por Étienne Geoffroy-Saint-Hilaire.

E. Geoffroy-Saint-Hilaire era um distinto morfologista que se não contentava com a observação empírica da Natureza. Para êle o facto nada é sem a idea; à observação exacta é preciso juntar a conjectura, a especulação. A anatomia deve ser, depois de descritiva, geral e filosófica. Os seus discípulos são ainda mais categóricos, pois subordinam a observação à abstracção, põem os factos ao serviço das ideas. Excessos fantasistas se podem também apontar nesta escola, tal é a aproximação que Laurencet e Meyran fazem do molusco: o molusco é um vertebrado dobrado ao nível do umbigo, de modo que as duas metades do corpo sejam aplicadas uma contra a outra pelas suas regiões dorsais; como num cefalópodo os membros reünir-se hão junto da cabeça e a bôca e o ânus ficam vizinhos um do outro! O bico de papagaio e os grandes olhos das sibas seriam disto provas!

A-pesar-desta febre de especulação, nos domínios da Morfologia as pesquisas continuaram com extraordinária actividade mantendo a sua base de observação e experiência. Os cultores da anatomia macroscópica e sobretudo os de anatomia microscópica foram numerosíssimos e as pesquisas fizeram-se em todos os sentidos nos dois reinos animal e vegetal; os seus autores, pelo exemplo e pela palavra, foram os agentes da reacção contra as analogias extravagantes e as generalizações apressadas e fantasiosas.

Treviranus, que estudou a histologia animal e vegetal e deixou trabalhos de anatomia comparada, admitiu a connexão genealógica dos sêres e procurou demonstrá-la com factos de observação, pondo inteiramente de lado considerações metafísicas e pontos de vista puramente imaginativos.

Lamark assenta sôbre argumentos resultantes de obser-

vações morfológicas de plantas e de animais inferiores, feitas com rigor scientifico, a transformação dos sêres vivos em série contínua, dando assim à hipótese transformista as características de uma doutrina scientífica.

Treviranus e depois Lamark demonstraram pelos seus trabalhos, que estudos morfológicos, feitos com precisão, podem ter alto valor para a resolução de outros problemas diferentes dos fisiológicos, estabelecendo assim novas directrizes para a Morfologia.

Cuvier foi outro adversário das especulações sem base segura e um dos investigadores que mais contribuiram para a difusão do positivismo de Augusto Comte. Foi o fundador da Anatomia comparada exprimindo desde logo lùcidamente o objectivo a atingir: explicar os factos anatómicos em logar de considerar a sua descoberta como razão final. Não separou o conhecimento da função do conhecimento do órgão, embora não fôsse um fisiologista, pois que nunca fêz o estudo particular das funções. Com um rigoroso método de trabalho formulou proposições gerais de capital importância. Todavia, vendo os desvarios especulativos que se davam à sua volta, recomendava aos morfologistas que se limitassem exclusivamente à exposição dos factos e que evitassem cuidadosamente a aventura das generalizações. Não repudiava a síntese, a fecundação do facto pela idea, mas considerava-a o previlégio de uma preparação mental de grande amplitude.

A influência de Cuvier foi vivíssima e em tôda a Europa provocou investigações numerosíssimas e não poucas controvérsias. Foi depois de Cuvier e ainda sob a influência de Gegenbaur, que pretendeu separar de maneira nítida e completa a Fisiologia da Morfologia, que se estabeleceu o método puramente descritivo, com o seu escrupuloso rigor na abstenção de hipóteses sôbre o valor funcional da forma, via porque se adquiriram para a Sciência factos da maior importância e

se rectificaram outros, resultantes de observações incompletas ou mal feitas do passado. É então que por um momento a anatomia microscópica parece puramente morfológica, estudo complementar de anatomia macroscópica, puramente descritiva.

São os cultores da Morfologia pura que, interessados nas doutrinas da evolução, carream pacientemente valiosos materiais. «*Les progrès de l'histoire naturelle systématique ont été fortement estimulés par les contestations des partisans et des adversaires de la théorie de la descendance... La connaissance des moindres modifications de structure, des moindres écarts de la morphologie normale deviennent des éléments précieux pour l'établissement des arbres phylogéniques*» (Girard).

Contribuiu poderosamente para o desenvolvimento das pesquisas de morfologia pura, um adepto fervoroso do darwinismo, Th. Huxley, que, fazendo descender o homem dos animais, levou a considerar a necessidade de fazer preceder o estudo do homem do dos seus antepassados.

Todavia não esqueceu o problema capital da sciência dos sêres vivos desde os mais antigos investigadores, o da função e conseqüentemente a orientação fisiológica dos estudos anatómicos não desapareceu. Assim a estrutura trabecular dos ossos é estudada sob o ponto de vista do seu valor e significação na mecânica do esqueleto, na série de trabalhos de que Hermann R. Mayer foi o iniciador.

É também com a mesma orientação que são estudadas as relações do músculo com o nervo motor, a orientação das ramificações das artérias, a textura da parede vascular em relação com as fôrças de tensão e de pressão. Cruveilhier pôde dizer com rigor que «*sans l'Anatomie, la Physiologie bâtit sur la sable, car la Physiologie n'est au fond que l'Anatomie interprétée*».

É incontestàvelmente a anatomia microscópica que absorve

a maior actividade dos investigadores desde os estudos de Bichat sôbre os tecidos. Extraordinário incremento lhe comunica a doutrina celular, cujo início foi marcado pelos trabalhos de Turpin e de João Müller, um dos últimos grandes pensadores que abarcou a anatomia e a fisiologia do homem e dos animais. Schwann, seu discípulo, e Schleiden dão corpo a essa doutrina, desenvolvida por Virchow, que considera a célula como elemento primordial do organismo e o objectivo fundamental das pesquisas scientíficas.

A anatomia microscópica depressa readquire a sua orientação fisiológica, que nunca perdeu nas mãos de um certo número de investigadores, e a citologia marca desde logo a sua directriz no mesmo sentido.

Alguns exemplos servirão de prova destas asserções.

Tôda a questão da secreção é inseparável da morfologia. Foram os morfologistas que demonstraram que a secreção é a conseqüência de uma elaboração celular, inteiramente diferente dos simples fenómenos de osmose e de filtração.

A descoberta do axónio, mostrando a continuïdade da célula com a fibra nervosa, foi o ponto de partida das investigações para o conhecimento da fisiologia da célula nervosa, obra de morfologistas.

O estudo morfológico do sangue levou a descobertas da mais alta importância sob o ponto de vista fisiológico, tais como os movimentos amibóides dos leucòcitos, a fagocitose e a diapedese.

Quando a citologia começou a absorver as atenções foi a estrutura da célula o primeiro objectivo dos investigadores, não simplesmente com o fim de obter dela uma imagem completa, mas para averiguar da importância de cada um dos elementos componentes na vida celular. A origem das células foi uma outra das primeiras grandes preocupações dos citologistas. A morfologia, e só ela, levou ao conheci-

mento do fenómeno fisiológico fundamental da divisão celular. Para a sua explicação encontramos argumentos de tôda a ordem, mecânicos, químicos ou fìsico-químicos, eléctricos e magnéticos, para basear hipóteses mais ou menos engenhosas.

No estudo da química da célula colaboram fisiologistas, como J. F. Mischer e A. Kossel, botânicos como Zacarias e Alfredo Fischer, histologistas como K. Weigert, P. Ehrlich, M. Heidenhain, etc. empregando métodos microscópicos analìtico-còrantes e os de coloração vital, de tão fecundos resultados.

Com a Citologia liga-se, pois que ela lhes serve de fundamento, não só o estudo da fisiologia celular, mas também o de tôdas as outras questões de que se ocupa a Biologia, sciência que se pode dizer do século XIX, pois que a doutrina celular lhe veio dar um interêsse que a coloca no primeiro plano da vida mental e da cultura.

«*Si l'on négligeait trop la Morphologie, la base sur laquelle reposerait la Physiologie cellulaire moderne deviendrait rapidement insuffisante*» (Caullery) (1).

O estudo da fecundação só foi possível depois que se completou o conhecimento morfológico das células sexuais e depois que se descobriu a penetração do espermatozóide no óvulo. É a morfologia que serve de guia e de intérprete nas engenhosas experiências que o estudo da hereditariedade tem suscitado; é ela imprescindível no estudo do desenvolvimento, de regeneração dos órgãos e dos tecidos. A doutrina heterocromosómica da diferenciação dos sexos, segundo a qual o heterocromosoma, nos casos de gonocorismo perfeito, constitue o melhor critério da orientação da actividade do ôvo fecundado e que permitiu recuar o problema da origem

(1) Cf. «Le parasitisme et la symbiose dans leurs rapports avec le problème de l'évolution. *Rev. Scient.*, 57.º année, Dec. 1919.

dos sexos até às primeiras fases da formação das células sexuais, assenta sôbre pesquisas morfológicas.

Nos domínios da Patologia podemos reconhecer fàcilmente e com justiça quanto ela deve à Morfologia, se não nos deixarmos ofuscar pela Bacteriologia. «*Le jour où l'école organicienne chercha la définition de la maladie, non plus dans un symptome, mais dans une lésion; le jour où, sous l'impulsion de Laënnec, elle nous força à nous représenter sans cesse, derrière le phénomène clinique, l'altération anatomique qui lui a donné naissance, la médecine sortit de l'empirisme. Du même coup, l'axe de la classification médicale se trouve déplacé. Il n'eut plus des maladies par flux séreux où par flux mixte, il y eut des maladies du cœur, des rins, des poumons*» (F. Widal)(1). A histologia completou a observação à simples vista, reconhecendo lesões onde a observação macroscópica nada revelava. A Morfologia demonstrou que não há células nem tecidos específicos de determinada doença. O que há são modificações de estrutura e de textura dos órgãos, diferentes de uma para outra doença e é neste princípio que se baseia a análise histológica, de tão alto valor na prática cirurgica como o é na prática médica o estudo morfológico do sangue e dos derrames.

A descoberta de bacterídia carbunculosa, a do bacilo de Koch, a utilisação dos còrantes histológicos, demonstram que a própria Bacteriologia muito aproveitou das observações morfológicas microscópicas. O fenómeno de Pfeiffer, ponto de partida da descoberta das reacções humorais, é conhecimento adquirido por microscopistas.

A Parasitologia muito deve aos morfologistas, aos desprezados cultores da Morfologia pura, que se dedicam à

---

(1) Cf. *Les orientations de la Médecine* — Leçon inaugurale, 10 Mars 1911, in Jolly, *loc. cit.*

Taxinomia. Ela não teria atingido tão ràpidamente o grau de perfeição dos seus conhecimentos, se não fôra a curiosidade scientífica daqueles que estudaram os invertebrados e os animais de menos elevada organização, numa época em que nada fazia prever a importância que êsses animais poderiam vir a ter na Patologia.

Longa tem sido a divagação que temos feito pela história da Medicina para mostrar as afinidades da Morfologia com a Fisiologia. Resumindo-a podemos dizer que até ao século XIX a Morfologia e a Fisiologia constituíam uma sciência única, que nos primeiros séculos da sua cultura viveu sob uma dependência exagerada da Filosofia. Pouco a pouco, pela soma cada vez mais considerável dos factos adquiridos e pelo desenvolvimento das outras sciências da Natureza, que forneceram contribuïções preciosas para o conhecimento da forma e da função, quer directamente, quer armando os investigadores com meios cada vez mais rigorosos de observação, se foi fazendo a sua separação em especialidades, pela lei geral da divisão do trabalho e pela impossibilidade de conhecimentos de tal amplitude poderem ser abrangidos pela mente essencialmente limitada do homem. É essa simultâneamente a conseqüência e a necessidade inelutáveis do desenvolvimento e do progresso das sciências, pois que o seu método é essencialmente analítico.

A Fisiologia chamou a si o estudo particular das funções, para o qual já não bastavam os conhecimentos morfológicos e que recorre cada vez mais amplamente à Química e à Física. Por seu turno a Morfologia, utilizando recursos que igualmente lhe forneceu a Física e a Química, levou a sua análise até aos elementos estruturais componentes da célula e procurou elevar-se pela síntese pretendendo resolver os problemas transcendentes que dizem respeito aos sêres vivos, problemas que surgiram em conseqüência dos seus progressos incessantes; continuando sempre fisiológica pelo

esclarecimento de umas funções, pelos valiosos subsídios com que contribui para o conhecimento de outras, pelos problemas que põe em foco, deixando a sua resolução em grande parte à Fisiologia, recebe desta ideias fecundas que desenvolve. Por outro lado, a sua contribuïção para os progressos da Biologia é a mais larga.

Á Fisiologia e à Morfologia interpõe-se um complexo cada vez maior de conhecimentos e de problemas a resolver, em que a colaboração das duas sciências é mais íntima: é a Fisiogia celular ou Cito-fisiologia, em que, com os recursos técnicos de uma e outra, se estuda a vida da célula, descendo até à molécula, pedra basilar da Fisiologia ou Biologia geral, estudo das funções vitais no que elas têm de mais íntimo e geral nos sêres vivos.

A Morfologia humana deve ser fisiológica, diz-se e assim o entendemos também. Diz-nos a história que ela sempre o foi, àparte um curto período, em que, aliás, a orientação não se interrompeu, e sòmente foi descurada por um certo número de investigadores, mais do campo da Zoologia e da Botânica. A colaboração dos cultores de uma e outra sciência tem sido sempre íntima e continuará a sê-lo «*à condition toutefois qu'on ne pense pas, avec quelques esprits à courte vue, que le dernier mot est dit sur telle ou telle partie de la science et qu'on ne cherche pas à établir de subtiles distinctions entre ceux qui usent de tel ou tel procédé de recherche, entre ceux qui l'interrogent dans les laboratoires, entre les tenants du microscope et du rasoir et ceux de la pince et du scalpel. Il ne faut pas non plus que le maçon que travaille à la cave jalouse les ouvriers qui bâtissent les étages supérieurs, ni que ceux-ci regardent avec envie le couvreur qui fait au-dessus de leur tête un excellent ouvrage*» (A. Girard).

Os progressos das sciências da natureza exigem uma estreita solidariedade entre os seus cultores e dêles beneficiará largamente a Medicina. «Quanto mais as sciências progridem

e parecem especializar-se, diz Chaine, mais na realidade elas se tornam solidárias e tanto assim é, que actualmente se não pode obter qualquer progresso cultivando exclusivamente uma delas; é preciso por isso utilizar os dados de todas». Diatribes, como aquelas de que demos apenas alguns exemplos, só contrariam o progresso. Partem elas a maior parte das vezes de médicos ou de «*i cultori della chimico-fisica che si dilettano invece de dirne tutto il male possible!... A loro giustificazione però bisogna dire che il disprezzo per l'indirizzo morfologico proviene della sconoscenza dei metodi e della finalità di tale indirizzo*» (E. Luna).

Richet para exibir o seu scepticismo, relativo à Morfologia, não poria o problema das relações entre a morfologia da célula nervosa e a sua função, da maneira que atrás referimos, se se lembrasse de que nenhum método de pesquisa, dos até hoje utilizados, levou mais longe o conhecimento do dinamismo da célula nervosa que o método morfológico. Não o resolveu inteiramente, nem era lícito esperá-lo, pois para isso não basta o conhecimento da estrutura, nem o das propriedades coloidais da matéria viva da célula. A vida está ligada a um grande sistema de processos e de substâncias; dissociá-las é interromper a vida. Richet esqueceu que a história da psicologia dos centros nervosos, como muito criteriosamente recorda C. Levi, é a história de conquistas anatómicas sucessivas, das descobertas de Türck, Stilling, Golgi, Flechsig e sobretudo de Cajal, os verdadeiros fundadores da Neurologia moderna, até às mais recentes de Sherrington e de Monakow sôbre localizações corticais, nas quais, mais ainda que nas primeiras, os métodos anatómicos e fisiológicos se integram e completam. Richet esqueceu quanto tem sido fecunda a interpretação dos actos reflexos, do mecanismo da linguagem e dos fenómenos de associação, interpretação estritamente anatómica, fundada no conhecimento morfológico das connexões inter-neuronais e do trajecto das vias de

projecção e de associação (Levi). É em argumentos de natureza morfológica que se baseiam os defensores da teoria nervosa e os partidários da natureza muscular do automatismo cardíaco.

Da estrutura fina da célula nervosa nós não podemos deduzir qual seja a quantidade de oxigénio que a célula consome. É verdade. Mas empregando processos histológicos podemos avaliar a quantidade de gordura e de pigmento existente na célula e os progressos da micro-química tornam legítimas as esperanças de que se poderá ir muito mais longe na química da célula apreciada ao microscópio.

Já não há interêsse em descrever formas ou estruturas de sêres vivos, disse em 1921 um histologista, J. Dubreuil. Sirva de atenuante da estranheza que poderia provocar tal asserto do distinto morfologista de Bordéus um esclarecimento que o mesmo faz, e que anula completamente a primeira afirmação: ... *si les formes sont étudiées dans ce qu'elles ont de semblable ou de différent, de fixe et de variable, si l'on envisage les structures dans ce qu'elles ont d'utile ou de fonctionnel, tout prend de la vie, les points connus se rapprochent, des faits saillants se montrent, la Morfologie et la Histologie deviennent des sciences vivantes et même des sciences de la vie*» (1). Como fazer comparações sem conhecer os termos de comparação? Essa comparação pode ser feita por quem estudou êsses termos ou por outrem. Á estrutura que hoje parece inútil, pode reconhecer-se amanhã a máxima utilidade; o que parece nada ter de funcional pode adquirir daqui a pouco êsse carácter. Assim, é o próprio autor que demonstra que a Anatomia e a Histologia puras não são sciências mortas.

A célula, simples aparelho onde se passam reacções de que ela só constitui dispositivo continente, é uma concepção

---

(1) Cf. *loc. cit.*

tendenciosamente errónea. Sem dúvida que o papel principal nas reacções que se passam na matéria que constitui a célula viva pertence aos componentes químicos; todavia é a estrutura que condiciona o aproveitamento das resultantes dessas reacções. A imagem da célula não é o aparelho que o químico dispõe para uma reacção, é, antes, reproduzindo a comparação de J. Jolly, a máquina a vapor, em que é primordial, como origem de energia, a fornalha e a caldeira onde se faz a transformação do calor em fôrça viva pela mudança do estado físico da água, e em que só a disposição das diversas partes da máquina, isto é, a sua organização, permite a utilização desta energia. Como conhecer a função, tão estreitamente relacionada com a estrutura do órgão, segundo a lei de assimilação funcional de Le Dantec, sem conhecer o aparelho com as suas inúmeras variantes, a instrumentação através da qual o fisiologista reconhece o fenómeno vital?

O abandono e menosprêzo pela Patologia da Anatomia e da Histologia patológicas é injustificado. A Patologia que se arroga o direito — incontestável aliás — de adoptar, como meio de adquirir conhecimentos, tudo o que possa concorrer para atingir os seus objectivos, parece negá-lo à Morfologia patológica, considerando a sua técnica fixa em moldes que não podem ser ultrapassados; parece recusar-lhe os meios que a experimentação, as sciências físicas e químicas lhe podem proporcionar para o seu progresso, que é também o da sua cooperação com a Patologia, com a Bacteriologia, com a Parasitologia. É em nome da concepção das insuficiências funcionais que se atira a Anatomia para o canto das coisas inúteis, como se essa concepção fôsse suficiente, impecável, insusceptível de revisão e aperfeiçoamento. É natural que o átomo escape às investigações da Morfologia patológica, mas dêsse facto não se poderá concluir que ela não possa ler na célula as modificações correspondentes à

soma das perturbações fìsico-químicas, resultantes do trabalho de conjunto de todos os átomos.

A Histologia patológica não estuda só células e tecidos mortos, estuda-os também em vida e basta recordar como prova, tudo o que de benéfico tem resultado para a Patologia, dos processos e resultados da cultura de tecidos e das enxertias.

Se ao moderno humorismo cabe uma larga parte nos progressos da Patologia, não esqueçamos quantas vezes tem patrocinado deduções baseadas em reacções que só um inconcebível panurgismo scientífico justifica.

Em processos em que colaboram a Morfologia e a Fìsio-patologia muitas vezes é à primeira que deve ser dada a primasia. Compreende-se melhor o processo anatómico do amolecimento cerebral que a fìsio-patologia do íctus, diz-nos um patologista, Merklen.

A Histologia patológica não pode ter a pretenção de elucidar tôdas as questões da Patologia. Mas de direito lhe cabe o papel de colaborar na resolução de alguns dos mais importantes. «*La pratique de la médecine nous oblige à voir en anatomistes au même instant que nous réfléchissons en fisiologistes. Toute la clinique du système nerveux est fondée sur ce principe... La pathologie cardiaque récente demeure lettre morte pour qui n'a pas compris la structure au même temps que le mode de fonctionnement du myocarde. L'étude du sang fait appel au morphologiste qui détaille la formule leucocytaire, comme au physiologiste qui observe les caractères du sérum et de la coagulation*» (Merklen).

A propósito das opiniões depreciativas tantas vezes formuladas contra a especialização, transcreveremos as judiciosas considerações de J. Chaine, que traduzem factos a que não é possível opor razões plausíveis: «*Une spécialisation bien comprise, c'est-à-dire, non poussée á l'extrème, est loin d'être un mal. Il est à constater, en effet, qu'il en est pour*

le travailleur intellectuel comme l'ouvrier manuel; de même que celui-ci est d'autant plus habile qu'il répète toujours le même besogne, de même le premier, lorsqu'il est spécialisé, connaît mieux son champ d'études; il peut l'explorer avec fruit jusque dans ses plus infimes détails et avec une perfection qui ne serait guère permise s'il s'adressait à la Morphologie entière. Il lui est aussi bien plus facile de se tenir au courant de tout ce qui est accompli dans la section particulière dont il s'occupe; il peut juger des faits ainsi révelés avec une extrême compétence faisant «le départ entre les acquisitions certaines et les douteuses et, concentrant dès lors son attention et ses recherches sur ces dernières, il agrandit sans arrêt notre savoir par des faits nouveaux» (Fred. Houssay)» (J. Chaine) (1).

Dir-se há que nas publicações periódicas que se destinam às investigações morfológicas e nos *comptes-rendus* de academias, sociedades e congressos que se ocupam de Morfologia, Biologia e Patologia, se encontram numerosas memórias, notas, comunicações de Morfologia dita pura e que basta isto para justificar os reparos daqueles que pretendem caminhar sempre na vanguarda e desejam que ninguém se deixe ficar para trás no cultivo da Sciência.

Se se averiguar qual o pensamento que ditou essas publicações, a asserção perde o seu valor.

Muitos dos seus autores são hoje obreiros de categoria inferior — àmanhã revolucionarão talvez a sciência — que trabalham sob a direcção de alguém, cuja orientação, de alta transcendência, pode ser desconhecida, incompletamente conhecida ou mal interpretada; o seu plano poderá ter um carácter biológico incontestável, sendo as notas que vão aparecendo os alicerces do edifício que pouco a pouco se vai edificando sob um sigilo mais ou menos completo.

---

(1) *Loc. cit.*, pág. 62.

Outros são investigadores com plena consciência da sua missão e da sua capacidade produtiva em qualidade e em quantidade, que sabem que factos isolados, porque o são, não devem ser abandonados e que, com outros da mesma natureza, podem servir de base a trabalhos de alto valor; êles sabem também que, se numa questão scientífica se acumulam factos rigorosos, por fim «*ils s'expliquent les uns par les autres et l'on finit toujours par pouvoir exprimer dans une formule simple le mécanisme de leur enchaînement et la loi qui préside à leur réalisation*» (Brachet) (1). É a cooperação que se estende de um extremo ao outro do globo entre membros da grande família da sciência, pessoalmente desconhecidos. Nos tempos recuados do passado, o filósofo num pequeno número de observações baseava concepções de ordem geral; hoje acumulam-se factos e observações, que parecem desconnexos, até que surge o pensador, que tem a faculdade de generalização, e então bruscamente se transforma o passado, se criam novas hipóteses de trabalho, fecundas pelos resultados imediatos e pelas novas orientações que suscitam. Essas investigações isoladas podem levar ao processo de síntese a perturbação e mesmo a desordem, se o método de trabalho não foi rigoroso, mas, a-pesar-disso, não devem ser repudiadas *in limine*, pois é sabido que «a torrente da verdade corre por um canal de êrros» (Tagore). «*Se il naturalista si lasciasse trattenere dalla tema d'errare, egli si votrebbe ad una serafica niglitosità infeconda. La tignola dell'errore ha sempre vissuto in simbiosi col prodotto del lavore umano. E una legge biologica tanche questa. Peggio è la paralisi che l'errore. La paralisi è la tenebra, l'errore convibie con la vita. Dalla paralisi non germinò mai nulla, dell'errore percosso giuzza sovente la favilla della verità*» (Ruffini) (2).

---

(1) *L'œuf*, pág. 312.

(2) Cf. *Fisiogenia*, Prefácio, Milano 1925.

Outros, emfim, são os detalhadores, aqueles que se contentam com a tarefa menos gloriosa, mas não desprovida de mérito, de aperfeiçoar e completar a estrada cavada pelos pioneiros da vanguarda, modificando o seu traçado ou mesmo fazendo-a desaparecer se o terreno afinal se não presta para construções duradoiras.

¿Haverá publicações em que não haja uma idea directriz? Não o cremos, porque não compreendemos que atrás da observação de um facto, embora isolado, não haja uma idea. Para atingir o facto é preciso apreender diversas sensações, analisá-las devidamente, joeirá-las de modo a separar as precisas das falsas, reflectir e disciplinar as suas reflexões. Não se chega à apreensão do facto sem um trabalho mental, de crítica e de interpretação, sem uma idea directriz. São êsses factos, cujas qualidades são bem conhecidas que constituem os documentos da sciência, tanto mais valiosos quanto mais trabalhados foram pela razão.

Dizer que é inútil a tarefa dos morfologistas puros que ainda hoje cultivam a sistemática é esquecer que ela é indispensável ao fisiologista, porque, como recorda Jolly, sem ela não é possível a experimentação. «*Il suffit de rappeler combien les physiologistes se trouvent fort embarrassés dès qu'ils sont obligés de s'adresser à d'autres objets que les mammifères*». É também necessária para a determinação do material de estudo, porque sem ela «*tout sera confundu: espèces animales, stades d'évolution, organes, sexes*». É ainda ela que orienta na escolha de objectos de estudo favoráveis e é freqüente que o conhecimento de uma disposição anatómica especial permita ou facilite tal on tal experiência (Jolly). Menosprezar estes trabalhos e os seus autores é mostrar desconhecimento dos problemas para cuja resolução êles podem contribuir, que não única e simplesmente o inventário da natureza viva; é ignorar o movimento que se opera na observação ao serviço da taxinomia.

De resto, não desdenhemos do facto isolado, aparentemente sem finalidade e sem conseqüências. ¿Quem poderia dizer que a experiência do ôvo eléctrico, que divertia a sociedade elegante do século XVIII, e as experiências de Crookes, esquecidas e abandonadas como simples curiosidades, seriam o ponto de partida da descoberta de Roentgen?

Quem tivesse lido a nota de Gustavo Lebon, publicada nos *Compte rendus* da Academia das Sciências de Paris, sôbre a então chamada *luz negra*, ¿imaginaria que essas experiências levariam a uma revolução completa das nossas ideas sôbre a evolução da matéria?

CAPÍTULO IV

O presente e o futuro da Morfologia

Não é possível num dado momento prever com precisão qual seja a evolução de uma determinada sciência. Uma orientação que então parece fixa, definitiva, inabalável, a mais consentânea para atingir o objectivo que visa a sciência em questão, é de repente modificada por factos e aquisições que revelam novas perspectivas e criam directrizes de trabalho que nada poderia levar a suspeitar. É o ensinamento da história das sciências. Apenas será lícito presumir quais sejam as aquisições que poderão advir das directrizes fixadas nesse momento, supondo que se continuam a aproveitar exclusivamente os mesmos meios de investigação.

Pelo que mostra o passado mais próximo de nós, é provável que uma especialização mais estreita se dê no campo de dia para dia mais extenso de cada um dos ramos da Morfologia. Será a conseqüência da análise cada vez mais profunda dos factos e dos fenómenos vitais, com recurso a meios de trabalho que exijem uma especialização técnica cada vez maior. Todavia na interpretação do que observa, se o investigador quere compreender o facto que vê, tirando dêle tôdas

as conseqüências e medindo o seu alcance, terá de possuir um cabedal cada vez maior de ideas gerais e de recorrer cada vez mais largamente às sciências afins e sobretudo àquelas que actualmente constituem o grupo das sciências biológicas. O cultor da Morfologia terá de ser pela técnica cada vez mais especialista, pela crítica cada vez mais enciclopédica no domínio das sciências da Natureza, se quiser elevar-se pela síntese a concepções gerais.

Do que expusemos no capítulo anterior se conclui que dos ramos da árvore frondosa da Morfologia nenhum secou ainda. O que vamos referir reforçará esta conclusão e mostrará alguma coisa do que de cada um dêles poderemos esperar.

Anatomia macroscópica normal. Teratologia.

Depois de tantos séculos de observação da Morfologia macroscópica do homem, haverá nêle ainda que estudar?

A nossa resposta será afirmativa e sem hesitação.

É certo que não há já no corpo humano órgãos a descobrir. Já aí por 1801 um professor americano de Anatomia comparava esta sciência com um campo bem ceifado «*a well reaped field*». Mas se depois de observarmos detalhadamente os órgãos de numerosos indivíduos sãos, quisermos registar as nossas observações descrevendo-as na espécie, as dificuldades surgem.

Um mesmo órgão apresenta de um para outro indivíduo variantes de forma, às vezes consideráveis, e se porventura em dois indivíduos um determinado órgão apresenta estritamente a mesma morfologia, os restantes são diferentes. Depressa se reconhece que em rigor há tantas morfologias quantos os indivíduos e conseqüentemente a necessidade de esquematizar, de tirar dêsse conjunto de observações um tipo morfológico.

Estas dificuldades não são só de hoje, são as que encontraram todos os anatómicos do passado e assim as suas descrições de morfologia humana são esquemas mais ou menos perfeitos representando as arquitecturas mais freqüentes, as mais habituais.

O *Homo sapiens* que descrevemos não se encontra em parte alguma, visto que na natureza o que existe é a variedade infinita.

A nossa descrição é a de um tipo morfológico em que cada um dos detalhes se baseia no que deu a observação na maioria dos indivíduos estudados. É o que impròpriamente chamamos o *Homem normal* ou *Homem médio.*

Para que êste tipo abstracto, mesmo como tal, mereça confiança, é necessário que seja resultante de uma esquematização criteriosa, isto é, que cada um dos órgãos, cada um dos dispositivos anatómicos, tenha sido observado e estudado em um número suficiente de indivíduos, nas mesmas condições, — e veremos já quais estes devam ser —, e que saibamos qual foi a orientação da esquematização.

É preciso, em primeiro logar, que o número de individuos estudados seja considerável. Não é possível estabelecer percentagens, que mereçam verdadeiramente êste nome, partindo da observação de poucas dezenas de indivíduos. É preciso que estes se contem por centenas ou, melhor, por milhares.

A consideração do sexo não pode ser desprezada e é por não ter sido devidamente ponderada que os dados actuais sôbre as diferenças sexuais são tão superficiais.

A raça é preciso atender com igual cuidado. O que conhecemos dos caracteres anatómicos das diferentes raças, embora pouco, incompleto e impreciso, é, todavia, o que basta para que se reconheça a importância destas diferenças.

É de observação vulgar que a anatomia da criança não

é a mesma que a do adulto e estas não são iguais à do velho. Basta esta consideração comesinha para compreender quanto importa atender à idade.

Os aspectos morfológicos condicionados pela profissão, pelas classes ou grupos sociais a que pertencem os indivíduos são menos flagrantes, mas a sua existência é incontestável e a ponderar.

As doenças do organismo materno, durante a vida intra-uterina do indivíduo e aqueles que se sucedem depois até à morte, embora curáveis, podem deixar como resíduos, modificações anatómicas, freqüentemente notáveis. Contudo, num dado momento o indivíduo pode ser considerado como são e a-pesar-disso êle não deve ser incluído nas séries de estudo da anatomia dita normal. O seu tipo morfológico, embora seja intermediário a esta e à anatomia patológica, pertence mais a esta última.

É preciso ainda não esquecer que, sofrendo o homem influências tão variadas e tão diversas com o andar do tempo e com as modificações do meio em que vive, o tipo morfológico não é invariável e que devemos admitir que, se se estabelecer hoje com o máximo rigor o tipo morfológico do homem actual, êle será diferente daquele que com o mesmo rigor fôr estabelecido daqui a alguns séculos.

Se considerarmos cada uma das mencionadas condições a que devemos atender para estabelecer o tipo morfológico humano, construção a fazer sôbre os tipos primários do homem e da mulher, segundo as raças, as idades, as profissões, classes e grupos sociais, feitos em cada um dêstes sôbre séries de muitos centenares de indivíduos, abranger-se hão as dificuldades a vencer para atingir uma anatomia exacta e reconhecer-se há quão longe estamos dêsse ideal, mesmo no âmbito em que até agora nos temos colocado nesta exposição e que é demasiadamente estreito, como veremos.

Actualmente se se recorre aos grandes repositórios de

sciência feita, aos tratados, as surpresas são freqüentíssimas, pois os tipos morfológicos não são apresentados do mesmo modo. O que nêles se encontra provém do trabalho de anatómicos antigos, em que a extensão da observação de cada uma das disposições morfológicas referidas é desconhecida, e de pesquisas modernas, em que as composições qualitativa e quantitativa das séries de base são também desconhecidas ou manifestamente insuficientes na maioria das conhecidas, e cujo critério de esquematização não é muitas vezes expresso.

Muitas das descrições clássicas foram inicialmente publicadas com os elementos necessários para que pudesse ser apreciado o rigor dos seus autores, mas de transcrição em transcrição êsses elementos perderam-se.

Êrros se têm transmitido de tratado para tratado. Desde que um nome ilustre subscreve as observações, elas atravessam os anos e até os séculos, intangíveis como se a sua rectificação ou verificação fôsse um desacato. Outras descrições dêste grupo são observações feitas em animais e como tais apresentadas, depois atribuídas ao homem, após ligeira verificação, e cuja história se perde nas sucessivas transcrições.

A obra de revisão, iniciada por Vesálio, intensificada em fins do século XVIII e nos princípios do século XIX, não prosseguiu com a intensidade que seria para desejar. A Anatomia microscópica, a Histologia, a Citologia, a Bacteriologia desviaram as atenções para outros campos que a novidade tornava mais atraentes e onde farta colheita de factos novos era possível em pouco tempo. A grande revisão está por fazer, e só por ela se chegará ao conhecimento completo da anatomia do homem do tipo médio, o que exigirá uma tal soma de pesquizas que certamente só o concurso de numerosas gerações de trabalhadores poderá realizar (Anthony).

Referimo-nos já à insuficiência dos nossos conhecimentos

relativos à anatomia das raças e dos sexos. Neste sentido amplas e longas vias estão abertas aos anatómicos para pesquisas de alto interêsse.

A consideração da idade foi sempre tida por indispensável nas descrições anatómicas, mas nunca se lhe atribuíu a importância que se lhe dá actualmente. Os factos morfológicos com ela relacionados integram-se no quadro da chamada anatomia do crescimento, a que mais completivamente se deve dar o nome de anatomia do desenvolvimento. Se o desenvolvimento é a série de complexos de fenómenos fìsico-químicos e de modificações morfológicas que se sucedem no organismo vivo até à morte (Driesch), à anatomia das idades ligam-se problemas morfológicos de tão palpitante interêsse como o dos problemas fisiológicos que com elas se relacionam. Tais são os problemas da constituïção dos indivíduos, os da senescência e da velhice, o da morte. ¿Questões inúteis ou puramente especulativas? Não. Questões de grande importância prática. Mya afirma que a Pediatria não é mais que o estudo fìsio-patológico do crescimento, tendo, portanto, de basear-se no conhecimento da morfologia normal da infância. Chiarurgi considera a sciência do crescimento como guia para a assistência à primeira infância e para a educação física da juventude. Castaldi vê nos dados obtidos pelo estudo anàtomo-fisiológico do crescimento, a base de maior confiança para as conclusões a tirar nos exames a proceder para o recrutamento militar e nos candidatos a seguros de vida. A determinação das aptidões profissionais têm um fundamento, de que não se pode prescindir, na anatomia das idades. A patologia pode colher úteis ensinamentos, que o futuro tornará cada vez mais numerosos, do conhecimento das variações que os fenómenos do crescimento apresentam segundo as populações e o meio em que vivem, das modalidades de crescimento em relação com o tipo individual e com a actividade das glândulas de secreção interna, isto é,

das modificações que na morfologia das idades são determinadas por factores intrínsecos, uns conhecidos, embora deficientemente, outros presumíveis, como é, por exemplo, a influência da idade dos progenitores sôbre a morfologia da prole.

É esta ocasião oportuna para manifestarmos a nossa discordância, aliás já revelada pelo que acabamos de escrever, da opinião de L. Dubreuil-Chambardel, relativamente aos materiais sôbre que se deve estabelecer a Anatomia descritiva e ao carácter anormal que atribui à anatomia do velho.

L. Dubreuil-Chambardel, depois de ter demonstrado que a arcada plantar dos autores clássicos só se encontra nos velhos, diz (1): «... *Mais cette morfologie du vieillard ne doit pas être considerée comme régulière. L'anatomie descriptive doit s'établir d'après des sujets adultes. Les arcades sont des variations séniles, elles ne constituent pas de types normaux*».

Não consideramos admissível que a Anatomia descritiva deva estabelecer-se em dados fornecidos só pelo estudo de indivíduos adultos. Á idade adulta corresponde um tipo morfológico médio, como outros correspondem à criança e ao velho. Não nos parece legítimo pôr de lado estes últimos, porque na infância e na velhice a morfologia seja instável, sendo ela também nos adultos. «*Malgré quelques différences, on peut dire qu'il n'existe pas d'état stable compatible avec la vie et que l'idée de développement, enveloppant les diverses notions de transformations, de variation ou d'évolution, est inséparable de l'idée d'organisme ou d'être vivant*» (Fauré-Frémiet) (2). Do maior ou menor grau de instabilidade resulta apenas a maior ou menor dificuldade de estabelecer o tipo morfológico.

---

(1) Cf. *Les variations das artères du membre supérieure*, Paris, 1926, p. xv. Introduction.

(2) *Loc. cit.*, pág. 2.

Restringir a colheita de materiais de construção da Anatomia descritiva simplesmente àqueles que pode dar o estudo do adulto, é desastroso para o futuro da morfologia humana e para as suas aplicações. Tôdas as sciências apresentam um lado prático e um outro especulativo e cultural e ambos sofrem com a restrição formulada. Pelo lado prático, restringir assim é supor que a medicina só tem de preocupar-se com os indivíduos adultos; sob o ponto de vista cultural é separar êsse capítulo da Anatomia daqueles que lhe são afins e da Fisiologia, é desprezar problemas de transcendente importância, como os do crescimento e da velhice. É em todos os casos reduzir notàvelmente o âmbito da Anatomia humana.

Dubreuil-Chambardel afirma ainda que a morfologia do velho não deve ser considerada regular, os aspectos que ela apresenta não constituindo tipos normais. Ora sabe-se actualmente que a velhice é o resultado de um processo fisiológico de involução fundamentalmente independente dos estados mórbidos, transitórios ou duráveis, que o organismo atravessou. Na velhice aos processos de senescência tissular, iniciados logo ao nascimento, máximos no primeiro ano de vida (Minot), mais lentos mas sempre progressivos depois até que atingem os elementos chamados nobres pela acção directriz que lhes cabe, juntam-se processos de esclerose que progridem sempre, sem retrocesso, com redução de volume dos órgãos e modificações da sua forma e da sua posição. A senescência e as modificações morfológicas correspondentes, seguindo um ritmo, cujas causas não estão inteiramente averiguadas, são inevitáveis e conseqüência do próprio funcionamento orgânico, isto é, são *normais*, se a esta palavra atribuirmos a significação de *não mórbidas*. Se chamamos anormais as disposições que se afastam do tipo morfológico, aquelas que se encontram só nos velhos serão ainda normais se nos referimos ao tipo morfológico do velho, e só

poderão classificar-se de anormais se nos reportarmos ao tipo morfológico do adulto, o que nos parece absurdo.

No processo de involução fisiológica, as modificações morfológicas das artérias são constantes, portanto as arcadas que L. Dubreuil-Chambardel reconheceu só nos indivíduos idosos, fase das modificações constantes porque passa o sistema arterial desde os seus primeiros esboços até à morte, constituem detalhes da anatomia do velho, normais neste.

Como desvios do tipo morfológico, fixado nos tratados, têm sido estudadas as anomalias, variações e monstruosidades, assim classificadas, segundo o seu aspecto e grau de afastamento do tipo normal. O seu estudo enferma da imprecisão e da inconsistência dêste tipo. Variável de uns para outros tratados, arrasta consigo necessàriamente a variabilidade e extensão do conceito de anomalia de uns para outros autores, podendo mesmo o que é normal para uns ser anomalia para outros.

O seu estudo não é simples divertimento de coleccionadores de caprichos bisarros da natureza. É grande a sua importância prática porque dá ao médico e ao cirurgião um conhecimento mais completo do corpo humano, pondo-o além disso de sobreaviso quanto ao valor da esquematização de que usam os manuais de Anatomia, sem prevenção da valia em que ela deve ser tida actualmente.

Entre nós o Prof. J. A. Pires de Lima e a sua escola têm procurado pela lição, pela conferência, pela revista e pelo livro, fazer que essa noção a todos interêsse, numa resposta brilhante aos detractores indígenas da Morfologia que ignoram que é o estudo das variações que tem mais largamente contribuído para o rejuvenescimento da Morfologia humana.

Sob o ponto de vista especulativo o interêsse é ainda mais considerável e êsse tem sido visado lùcidamente entre

nós sob o ponto de vista antropológico pelo Prof. H. de Vilhena e pelos seus discípulos e colaboradores numa série de trabalhos que marcam a orientação de uma escola.

Todos aqueles que estudam as anomalias em casos isolados ou em séries longas, carreiam pacientemente materiais a aproveitar por outrem para a criação do tipo morfológico preciso quando êles forem suficientemente numerosos, para o que necessário será ainda o labor de muitas gerações de anatómicos. Simultâneamente contribuïrão de maneira eficaz para o estudo da morfologia embrionária, orientando em novas vias as pesquisas embriológicas e preenchendo graves e numerosas lacunas dos nossos conhecimentos. Assim, L. Dubreuil-Chambardel, pelo estudo das variações arteriais, juntando aos factos de observação, os colhidos e observados por outros anatómicos, chegou à conclusão de que há um pequeno número de tipos bem caracterizados de variações arteriais, coincidentes no mesmo indivíduo. Cada uma destas disposições — tipos representa uma das fases da evolução embrionária dos vasos arteriais.

A nossa experiência permite-nos dizer — e esperamos demonstrá-lo oportunamente, — que por séries suficientemente longas de anomalias de um determinado órgão se pode reconstruir tôdas as fases da sua organogénese e por êste meio fixar detalhes ainda não versados nela.

O estudo das variações do corpo humano é um campo inexgotável de pesquisas, mais extenso ainda se nêle considerarmos o estudo das suas causas e da maneira como estas actuam.

O método estatístico serial dá a estes estudos um relêvo especial. Por êle conseguimos obter com precisão não só o tipo morfológico normal, mas ainda a freqüência dos vários desvios da forma normal, o sentido e a extensão das variações possíveis num dado momento. Quetelet, Galton, Pearson, Wheldon, Davenport, Camerano e tantos outros,

mostraram já quanto é lícito esperar da aplicação à Anatomia das fórmulas delicadas do cálculo das probabilidades. A Biometria é já uma especialização que tem numerosos cultores.

Do estudo das variações passa-se insensìvelmente para o das monstruosidades, estudo que pela natureza e complexidade dos problemas que envolve quere ter foros de sciência à parte. A Teratologia tem na Morfologia o seu mais sólido apoio: são de natureza morfológica os mais numerosos documentos que ela possui; numerosos são também aqueles que pertencem aos capítulos da teratologia causal e da teratogénese, fructo muitos dêles da experimentação. Se se notar que é êste o mais pobre dos ramos da Biologia, presumir-se há quanto há que investigar nêste domínio para esclarecer os processos teratogénicos substituindo hipóteses sem base segura por leis baseadas em factos suficientemente numerosos de observação e de experiência; para averiguar de maneira decisiva e definitiva a influência, a importância e natureza dos factores teratogénicos próximos, quanto ao seu sentido, intensidade e momento da sua acção; para determinar as acções exercidas a longa distância pelas doenças e a constituïção dos progenitores; para estudar as perturbações fisiológicas em qualidade e em quantidade que correspondem às modificações de forma; para classificar racionalmente as monstruosidades, para que se tenha um completo conhecimento da sua morfologia interna, até hoje tão desprezada; para que se estabeleçam as relações entre as várias formas teratológicas; para que se possam generalizar à teratologia humana os dados fornecidos pela teratologia na série animal, onde a observação é mais fácil, mais freqüente, mais susceptível de ser verificada pela experimentação.

Para que o estudo das variações continue a dar os resultados de que tanto tem aproveitado a Anatomia humana e estas se ampliem, é necessário que o estudo morfológico dos

animais prossiga, particularmente o dos vertebrados, e o antropotomista os utilise largamente.

Em tôdas as épocas da história da Morfologia o zootomista foi auxiliar valiosíssimo do cultor da Anatomia humana, e não raras vezes foi a descoberta feita nos animais que levou à pesquisa de disposições idênticas no homem. Pecquet descobriu e estudou no cão, o reservatório, a que ficou ligado o seu nome, antes de o ter visto no homem. Stenon procurou o canal lacrimal no homem depois de o ter encontrado no boi. Como estes muitas dezenas de exemplos se poderiam citar. Há mesmo quem afirme (J. Delage) (1) que a zootomia só foi estudada como auxiliar da antropotomia.

Esta cooperação deve ser mantida e desenvolvida. Dela só resultarão benefícios para a Morfologia humana.

Os resultados obtidos pela zootomia e pela antropotomia concorrem para a Anatomia comparada, sciência de cultura de que não nos podemos alhear, pois nos dá uma visão mais ampla das coisas pelo alargamento das nossas ideas, uma variedade maior de pontos de vista, maior precisão num grande número de noções (J. Delage), tornando impossível a separação da Anatomia das sciências morfológicas com que ela forma bloco uno.

Se a Anatomia comparada está hoje muito abandonada, não é porque tenha exgotado os seus materiais de estudo. Bem pelo contrário, é uma sciência em plena florescência que só uma questão de moda fêz abandonar. Basta dizer, como exemplo, que a anatomia comparada do aparelho muscular dos vertebrados está por estudar; que a morfologia comparada e a filogenia dos capsulas suprarenais não estão rigorosamente estabelecidos; que o estudo comparado do esque-

---

(1) «L'anatomie comparée et les bases de la Morphologie», *Rev. scient.*, 5.ª série, T. IV, 29 Juillet 1905, p. 129.

leto está longe de ser conhecido em tôdas as suas partes (J. Chaine).

Nas considerações até agora feitas, tàcitamente temos suposto que a dissecção é o único processo de investigação de que o anatómico pode lançar mão, o cadáver o único material de estudo, anatómico e antropotomista equivalendo-se. Na realidade não é assim, e outros recursos podem ser e têm sido utilizados pelo anatómico (macrotomia, diafanização, etc.) no cadáver e êle tem recorrido ao vivo, para corrigir os dados obtidos pela dissecção, abrindo novos e prometedores caminhos à investigação.

À dissecção escapa um grande número de problemas morfológicos: quási tudo, por exemplo, o que diz respeito às proporções das diversas partes do organismo humano está ainda por estudar. A Anatomia de superfície nos diferentes sexos, idades, raças, estados fisiológicos, profissões, é extremamente incompleta, a-pesar-do interêsse que apresenta sob o ponto de vista prático. O porquê e o para quê da existência de um certo número de orgãos e de disposições anatómicas está por determinar.

Entre os mais importantes processos de investigação a apliçar no vivo, aquele de que é lícito esperar maiores e mais importantes resultados, é a radiografia, isoladamente ou combinada com outros processos.

Imediatamente depois da publicação dos trabalhos de Roentgen, começou a radiografia a ser empregada em estudos morfológicos e em pesquisas clínicas de que beneficiava indirectamente a Morfologia.

É inútil recordar o que esta deve aos raios X no estudo dos ossos e das articulações em tôdas as épocas da vida, desde a formação do primeiro esbôço da peça óssea no útero materno. Muitas particularidades do desenvolvimento do esqueleto se tornaram conhecidas de maneira fácil, completa e elegante.

As sucessivas modificações de forma e de posição que sofre o coração durante o seu trabalho, as suas relações com o diafrágma e com a parede torácica anterior, foram das primeiras aquisições que a radiografia proporcionou à Morfologia (Benedikt). J. Perrin, injectando um líquido metalizado no sistema circulatório da rã, pôs em evidência o sistema muscular desta e na sua peügada seguiram Braus na Alemanha e Lidenthal e Haschek em Vienna. Em França Ch. Remy injectando peças frescas, estuda o sistema arterial dos membros humanos. Remy e Contremoulin, empregando uma suspensão de pós metálicos muito finos, e depois Berard e Destot, injectando um soluto aquoso de um sal metálico e imediatamente depois um agente redutor de maneira a produzir um precipitado metálico no interior do próprio vaso, tornam o processo mais preciso e obtêm imagens muito mais nítidas que os seus predecessores.

Questões anatómicas, como a irrigação íntima do corpo tiróide, as modificações etárias da traqueia, da laringe, a circulação venosa renal, pontos discutidos de topografia crâneo-cerebral, e tantos outros, são esclarecidos ou postos em via de elucidação pela radiografia. Desde então a aplicação da radiografia ao estudo anatómico do cadáver e sobretudo do homem durante a vida entrou na prática corrente e sem exagêro pode dizer-se que tem revolucionado a morfologia dos órgãos internos e o conhecimento da sua posição e relações. São dos nossos dias as observações de Moody, Chamberlain e Nuys (1).

Estes, autores em 60 % de 300 homens e 63 % de igual número de mulheres, observados em vida e na posição ana-

---

(1) Moody, Chamberlain e Nuys: «Visceral anatomy of healty adults», *The American Journal of Anatomy*. Vol. 37, 1926, p. 273. Moody (Rober Orton): «The position of the abdominal viscera healty, young britsh and american adults», *Journal of Anatomy*. Vol. 61, 1927, p. 223.

tómica descritiva, encontraram o cego na excavação pelvica e não na fossa ilíaca direita, como ensina a anatomia clássica feita pela observação no cadáver. Moody, depois de exame radiológico de 1150 adultos com saúde, em posição erecta, conclui que devem ser considerados ainda como normais: os estômagos longos em que a última porção da grande curvatura, a última porção da pequena curvatura e o piloro ficam respectivamente até 6, 3, e 2 polegadas abaixo da linha interilíaca; os cólones transversos cuja parte média cai na pelve; os fígados cujo bordo inferior fique 1 polegada abaixo da mesma linha. O mesmo autor conclui ainda que o funcionamento normal do estômago, do cólon e do cego é independente da sua posição.

(Continúa). GERALDINO BRITES.

SUBSIDIOS PARA A HISTORIA DA MUSICA EM PORTUGAL

(Cont. do vol. 75.º pág. 521)

DELERUE (J.)

Francez, que reside ha uns poucos de annos no Porto, onde tem uma officina de construcção de pianos. Tem concorrido a diversas exposições. Segundo me informam, é homem de muita habilidade, mas de genio excentrico. Esperava obter informações a seu respeito por intermedio de uma pessoa nossa amiga, que o conhecia, mas elle, depois de lhe ter promettido que sim, desculpou-se com a seguinte carta:

«Ex.mo Snr. — Já não me é possivel fornecer as indicações que V. Ex.ª me pede, porque a minha casa vae passar brevemente por uma importante transformação: de maneira que só depois, é que saberei quaes os dados certos que existem para fornecer. — De V. Ex.ª Muito Att.º V.or — *J. Delerue*».

DIAS (ANDRÉ)

Capellão cantor da capella real. Em carta de 26 de setembro de 1584, D. Filipe I lhe fez mercê de tres moios de trigo de tença annual em dias de sua vida.

«Dom Felipe &c aos que esta minha carta virem faço saber que avemdo eu respeito aos seruiços de Andre Dias, meu capelaõ camtor, ey por bem e me praz de lhe fazer merce de tres moyos de triguo de temça cada ano em dias de sua vida, os quaees elle avia de merce cada

ano, e os comecara a vemcer do primeyro de janeyro deste ano presemte de b°lxxxiiij em diamte e lhe seraõ paguos com certidaõ do capellaõ mor ou daaõ de minha capella de como serue autuallmente em ella e semdo elle taõ velho ou ẽfermo que lhe impida o seruiço de minha capella ẽtão ey por bem que os ditos tres moyos de triguo lhe sejaõ paguos com ha dita certidaõ de como pellas ditas causas naõ pode seruir, e por tamto mamdo aos vedores de minha fazemda que lhes façaõ asemtar no liuro della e do dito tempo em diamte lhes façaõ despachar cada ano em parte homde lhe sejaõ bem paguos e por firmeza de todo lhe mãdey dar este por mim asynado e selado do meu sello pendemte. Amtaõ da Rocha o fez em Lixboa a xxbj dias de setembro, anno do nacimento de noso Senhor Ihũ Xp̃o de jb°lxxxiiij, e eu Manuel dAzeuedo o fiz espreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações*, liv. 9, fol. 462).

DIAS (ANDRÉ)

Sogro de Vicente Jorge, que lhe succedeu no cargo de charamella mor. Não encontrei a carta da sua nomeação nem outro documento que lhe diga respeito.

DIAS (ANDRÉ)

Trombeta do Infante Santo

(Bibliotheca Nacional de Lisboa, Mss. Livro da Cartuxa d'Evora fol. 89 v).

DIAS (ANTONIO)

Filho de Francisco Dias, natural de Lisboa. Tomado por moço de aprender charamella, na vaga por promoção de Manuel da Costa. Alvará de 28 de abril de 1681. (Torre do Tombo, *Matriculas*, liv. 3.°, fol. 425 v).

DIAS (DIOGO)

Era morador na cidade de Lisboa e D. João III, por alvará, com força de carta, de 24 de março de 1551, o tomou por seu

violeiro, sem mantimento ou ordenado fixo, concedendo-lhe os privilegios de que gosavam os outros officiaes mechanicos a seu serviço. O alvará foi assignado em Almeirim e escripto por João de Castilho, filho do celebrado architecto do mesmo nome. Eis o respectivo documento:

«Eu elrey faço saber a quantos este meu aluara virem que por fazer merce a Diogo Diaz, morador na cidade de Lixboa, ey por bem e me praz de o tomar por meu violeiro, o qual não avera mantimento nem ordenado algum com o dito officio, e gozara de todolos priuilegios e liberdades de que gozaõ e direitamente deuem gozar os meus officiaes mecanicos, e ey por bem que lhe sejão dadas casas daluguer na corte quando elle nella andar, as quaes elle paguara a sua custa. Notefico o asy a todolos corregedores, juizes e justiças, officiaes e pesoas, a que este aluara for mostrado e o conhecimento delle pertencer e lhes mando que o cumpraõ e guardem pella maneira que se nelle contem por que asy o ey por bem. E este me praz que valha e tenha força e viguor como se fosse carta feita em meu nome per mym asynada e pasada per minha chancelaria sem embargo da ordenação do segundo liuro titolo xx que diz que as cousas cujo effeito ouuer de durar mais de hum ano passen per cartas e passando per aluaras não valhão. Balthesar Fernandez o fez em Almeirim a xxiiij de março de mill b^{e}lj. Johã de Castilho o feż escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III, Doações e mercês*, liv. 66, fol. 171).

DIAS (DOMINGOS)

Clerigo de missa, estudante da Universidade de Coimbra. D. João III, em carta de 22 de junho de 1549, o nomeou capellão cantor da capella de S. Miguel dos seus paços n'aquella cidade, com o ordenado de dez mil reaes por anno:

«Eu El-Rey faço saber a vos veedor das obras do almoxarifado dos meus paços da cidade de Coimbra que pella boa enformação que tenho de Domingos Diaz, cleriguo de missa, estudante da Universidade da dita cidade, e por lhe fazer mercê, ey por bem e me praz que elle cante daqy em diante, emquanto eu não mandar o contrario, a capella de são miguel

dos ditos paços, e aja por iso os dez mil reaes que cada ano são ordenados ao capellão da ditta capella, e portanto vos mando que o ajaes por capellão della e lhe deixeis cantar emquanto eu não mandar o contrario, como dito he. E por esta mando ao barão daluito veedor da minha fazenda que lhe faça asentar no liuro della os ditos dez mil rs. e leuar cada ano no caderno do asentamento do almoxarifado da dita cidade, e ao almoxarife delle que ora he e ao diante for que lhe dee e pague os ditos dez mil reaes cadano aos quarteis per inteiro e sem quebra algua per este so alvará geral com vossa certidão de como canta a dita capella e pello trellado deste que será registado no livro do dito almoxarifado *pello escrivão delle com conhecimento do dito Domingos Dias* e a dita certidão: mando aos contadores que os levem em conta e despeza ao dito almoxarife: e ey por bem que este valha e tenha força e vigor como se fosse carta feita em meu nome por my asinada e passada por minha chancelaria sem embargo da ordenação do segundo liuro titulo xx que diz que as cousas cujo efeito ouuer de durar mais de hu ano passem por cartas e passando por alvarás não valhão. Manoel da Costa o fez em Lisboa a xxii dias de Junho de mil b^{e}Rix». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III*, liv. 55, fol. 150).

DIAS (DUARTE)

Cantor da capella real. D. Filipe I lhe concedeu em 1582 a tença annual de tres moios de trigo. Foi casado com Inez Borges, a qual tivera do primeiro matrimonio Rodrigo Thomé e Gaspar Borges de Mesquita. Das segundas nupcias houve um filho, Manuel Ferreira, moço da capella. Duarte Dias serviu 25 annos de cantor, sendo fallecido em 1593, pois n'este anno era concedida á viuva a tença do marido.

Vide *Balthasar Galvão.*

«D. Felipe &c outra tall carta de padraõ nem mais nem menos, como a que fiqua atras registada na volta de Balthesar Galluaõ, ha Duarte Diaz, cantor, de tres moyos de triguo de temça, em vyda, os quaees vemcera do primeyro de janeyro de lxxxij. Feyta e sobscripta pelos ditos esprivaes no dito dia mes he ano acima contheudo». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações,* liv. 1, fol. 190 v).

«Dom Felipe &c faço saber aos que esta carta virem que havemdo

respeito aos seruiços de Duarte Diaz, que foy camtor de minha capella e seruir nella xxb anos, e asy aos seruiços de Mel Fereyra, seu filho, que foy moço da dita capella, e aos de Rº Thome e Gaspar Borges de Mezquita, filhos de Ines Borges, molher do dito Duarte Diaz, que ouue de seu primeyro marido, e pertemcerem todos os ditos seruiços a dita Ines Borges e queremdolhe per todos os ditos respeitos fazer merce, ey por bem e me praz que ella tenha e aja de minha fazemda tres moyos de triguo de temça cada ano em sua vyda e que os comese ha vemcer de xxx dias do mes dagosto deste ano presemte de bºlRiij em diamte, em que lhe fiz esta merce: pello que mamdo a dom Fernando de Noronha... Domingos Roïz a fez em Lixboa a x de setembro de ȷbºlRiij. Sebastyaõ Perestrello o fez esprever». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doaçõe*s, liv. 28, fol, 115).

DIAS (GONÇALO)

Sacerdote, freire da Ordem de Christo, cantor contralto da capella real. Encontrei a seu respeito tres cartas regias de D. Filipe II, de 3 de novembro de 1607, e 15 de novembro de 1608, fazendo-lhe mercê de tenças em trigo e dinheiro.

«Eu elRey faço saber aos que este meu aluara uyrem que eu ey por bem e me praz, por fazer merce a frei G.co Dias, sacerdotte, freire da ordem de Cristo, camtor de minha capella, que elle tenha e aya de minha fazemda de temça cadanno dous moyos de trigo por tempo de tres annos, que comesarão de desoito dias de setembro destte anno presẽte de seis cemtos e sette em diamtte, em que lhe fiz delles merce e lhe seraõ pagos com certidaõ do meu capellaõ mor ou em sua ausemcia do dayaõ de minha capella de como serue autualmente nella e portãoto mãodo a dom Duarte de Castel Branco, comde do Sambugal, meirinho mor destes Reynos de Portugal, do meu conselho do estado, vedor de minha fazemda, que no liuro della lhe faça asẽtar os ditos dous moyos e do dito tempo em diamte despachar cadanno pollo ditto tẽpo de tres annos em partte onde aya bom pagamento delles, e este aluara ey por bem que valha &c Anttão da Rocha o fez em Lixboa a tres de nouembro de seis centos e sette. Sebastiaõ Perestrello o fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe II, Doaçõe*s, liv. 20, fol. 14).

«Dom Fellippe &c aos que esta minha carta de padraõ virem faço saber que avendo respeito aos seruiços que me fez frey Gonçalo Diaz, freire do abito da ordem de nosso Senhor Ihuũ Xp̃o, e cõtra alto de minha capella, ey por bem e me praz de lhe fazer merce de hum moyo de trigo de tença cadano que lhe faltam pera comprimento dos tres moyos que cõforme ao Regimento de minha capela pode ter, e que os dous moyos que ja tem por tempo de tres anos somente os tenha juntamente com este moyo sem a clausulla de os auer por anos lemitados, e que disso se faça declaração no assento delles, o qual moyo de trigo comecará a vencer de quatorze dias de outubro deste anno presente de seis centos e oito en diante en que lhe fiz delle merce e lhe seyão pagos todos tres con certidaõ do meu capellaõ mor de como serue autualmente, e portanto mando a dom Esteuaõ de Faro, do meu conselho do estado e veedor de minha fazenda, que no liuro della lhe faça assẽtar o dito moyo de trigo, e do dito tenpo en diante despachar cadano em parte onde lhe seja bem pago, e por firmeza do que dito hee lhe mandei dar este (sic) por mim asinado e sellado do meu sello pendente. Antam da Rocha o fez em Lixboa a xb dias de nouembro ano de jb^{o} e oito». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe II, Doações*, liv. 18, fol. 329 v).

«Dom Fellipe &c aos que esta minha carta de padraõ virem faço saber que avendo respeito aos seruiços que me fez frey Gonçalo Diaz, freire do abito da ordem de nosso Senhor Ihuũ Xp̃o, e contra alto de minha capella, ey per bem e me praz de lhe fazer merce de dez mil rs de tença cada anno, enquanto não for prouido de beneficio ou pensaõ equiualente, os quais começará a vencer de quatorze dias de outubro deste anno presente de seis centos e oito en diante e lhe seraõ pagos com certidaõ do meu capellaõ mor de como serue autualmente e naõ he prouido, e portanto mando a dom Esteuam de Faro, do meu conselho do estado e vedor de minha fazenda, que lhes faça assentar no liuro della e do dito tempo en diante despachar cada anno em parte onde lhe seyaõ bem pagos, e por firmeza disso lhe mandei dar este por mym asinado e sellado do meu sello pendente. Antam da Rocha o fez em Lixboa a xb de nouembro de seis centos e oito ano do nasimento de noso Senhor Ihuũ Xp̃o do dito ano. Sebastiaõ Perestrello o fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe II, Doações*, liv. 18, fol. 329 v).

DIAS (LOPO)

Cantor de D. João II, que em 27 de dezembro de 1482

o nomeou contador dos feitos e custas da côrte, por fallecimento de Pedro de Borda.

Em 1492 foram-lhe aforadas, sendo elle e sua mulher Violante Rodrigues a primeira e segunda pessoas, umas casas no começo da rua do Morraz com serventia para a rua Nova. (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João II*, liv. 5, fol. 97 v).

Estas casas trazia Aldonça Annes, sua sogra.

«Dom Ioham &c Item carta de Lopo Dias, nosso cantor, por que o damos por cantador dos feitos e custas em nossa corte assy e por a guissa que o elle ate qui foy P.º de Borda que o dito oficio tinha e se finou. E porem mandamos a dom Allu.º meu muito amado primo &c. Dada em Santarem xbij dias de dezembro elrrey ho mãdou por o doutor J.º Teixeira &c vice chanceler. J.º Fernandez espriuã de Fernã dAlmeida &c a fez ano de iiii^{c}lxxxij». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João II*, liv. 3, fol. 101 v).

DIAS (PERO)

Apparece como testimunha na escriptura de compra de um casal, em Villa Franca de Xira, feita pelo tangedor da capella real Brigumão, ou Burgumão. A escriptura é de 1543.

Pero Dias diz-se tangedor dos orgãos em Villa Franca.

Vide *Burgumão*.

O documento está na Torre do Tombo — Caixa especial.

DIAS DE CARVALHO (IGNACIO)

Clerigo de ordens menores. Foi nomeado a 15 de novembro de 1702 para o logar de tangedor dos orgãos da igreja de Santa Maria de Beja, vago por fallecimento de Francisco Ferreira a quem na carta de nomeação de Dias de Carvalho se lhe accrescenta o apellido de Lemos.

«Dom Pedro, etc. como Gouernador e perpetuo Administrador etc.

faço saber aos que esta minha prouizão virem que tendo respeito a estar vago o cargo de tangedor dos orgãos da Igreja Matris de Santa Maria da Cidade de Beja que he da dita ordem, por fallecimento de Francisco Ferreira de Lemos possuidor que delle foi e por confiar de Ignacio Dias de Carvalho clerigo *in minoribus*, morador na dita cidade que seruirá com satisfaçaõ o dito cargo de tangedor dos orgãos da dita igreja por ter as partes que para isso se requerem, como me constou por informação do Juiz da ordem da comarca: Hey por bem e me praz de lhe fazer merce do dito cargo, o qual seruirá emquanto eu assim o ouuer por bem e não mandar o contrario e com elle hauerá dous moyos de trigo de ordenado em cada hum anno e ōs mais proes e precalços pertencentes ao dito cargo como hauia seu antecessor: Pello que mando ao Prior da dita Igreja que hora he e aos que pello tempo em diante forem e bem assim aos Beneficiados della e a todas as mais pessoas a que pertencem deixem seruir ao dito Ignacio Diaz de Carvalho o dito cargo de Tangedor dos orgãos e o metão de posse delle na forma costumada e cumprão e guardem inteiramente esta prouizão como nella se conthem sem duuida algũa sendo primeiro passada pela chancelaria da ordem e vallerá como carta posto que seu efeito dure mais de hum anno sem embargo de qualquer prouizão ou Regimento em contrario. El Rey Nosso Senhor o mandou pellos Doutores Martim Monteiro Paim e Manuel Carneiro de Sá deputados do Despacho do Tribunal da meza da Consciencia e ordens. Miguel de Bitancourt a fes em Lixboa a 15 de 9.bro de 1702. Antonio Rodrigues da Costa a fis escreuer. Martim Monteyro e Paim. Manuel Carneiro de Saa». (Torre do Tombo, *Chancellaria da Ordem de Avis*, liv. 22, fol. 126).

DIOGO (FREI)

Em 4 de novembro de 1520 dava el-rei D. Manuel a Antonio Martins, clerigo de missa e morador em Cintra, o cargo de limpar e concertar os orgãos da capella do paço real em logar de *frey Diogo que se foy para Castella.*

Em 16 de março de 1551 nomeava D. João III para tangedor dos mesmos orgãos a Fernão Martins Albernas, moço da camara real e escrivão das obras dos paços de Cintra, por morte de frey Diogo.

Seria este frey Diogo o mesmo que existia em tempo de D. Manuel e que regressaria de Castella ou seria outro, tendo de commum apenas o nome?

Vide *Albernas* (Francisco Martins) e *Martins* (Antonio).

DOICE DE VELASCO (NICOLAU)

Vide *Artes e Artistas em Portuqal.*

DOMENICO (ANTONIO)

Charamella e musico de viola d'arco. D. Filipe I lhe fez merce, em carta de 25 de novembro de 1592, da tença annual de um moio de trigo.

«Dom Felipe &c aos que esta minha carta virem faço saber que avẽdo respeito aos seruiços de Antonio Domenico, meu charamella e musico de viola darco, e a continuação delles, hei por bem de lhe fazer mercê de hum moyo de trigo de tença em sua vida, o qual começara a vencer do primeiro dia deste mes de nouenbro e anno prezente de quinhentos nouenta e dous em diante em que lhe fis esta merce, e por tanto mando a dom Fernando de Noronha, Conde de Linhares, do meu concelho do estado e veedor de minha fazenda, que lhe faça asentar o dito moyo de trigo no liuro della e do dito primeiro de nouenbro en diante despachar cada anno pera lugar onde delle aja bom pagamento. E por firmeza de tudo lhe mandei dar este por mym assinado e asellado do meu sello pendente. Mateus de Carnide o fez em Lixboa a vintte e cinquo de nouembro anno do nasimento de nosso Senhor Ihũ de jb^{e}lRij. Pero Gomes dAbreu o fes escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações*, liv. 27, fol. 62).

DOMENICO (DIOGO)

D. Sebastião lhe fez mercê em 18 de dezembro de 1578, de oito mil reaes por anno para uma vestiaria grande, conforme era dado aos outros charamellas.

Filipe I, lhe concedeu a tença de um moio de trigo an-

nual. No respectivo padrão designa o agraciado como charamella e musico de viola d'arco.

«Veadores de minha fazenda, amigos: ey por bem por fazer merce a Dioguo Domenico, meu charamella, que elle tenha e aja em cada hum anno, a custa de minha fazenda, oyto mil r.ˢ pera vestiaria grande, que he outro tanto como tem cada hum dos outros meus charamellas, os quaes começara a vencer de xb dias deste mes de dezembro deste ano presẽte de bᵐlxxbiij em diãte, em que lhe fiz esta merce. Noteficouollo asi e mando que lhe façais asẽtar os ditos oyto mil rs no L.ro das ordinarias de minha fazenda e despachar cadanno no thesoureiro onde se despachão as vestiarias dos outros charamellas, e esta ey por bem que valha como carta &c em forma. João Aluarez o fez em Lixboa a xbiij de dezembro de mil bᵐlxxbiij. E eu Aluaro Pirez o fiz escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 42, fol. 203 v).

«Dom Felipe &c outro tal padrão de hum moyo de trigo nem mais nem menos como o asima escrito a Diogo Domenico, charamella e musico de viola darco. Feito e sobrescrito pellos ditos escriuãis no dito dia, mes e ano». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações*, liv. 27, fol. 62).

DOMENICO (JOÃO)

Filho de Martim Domenico, outrosi, como elle, charamella. Acompanhou n'esta qualidade a D. Sebastião na sua segunda jornada a Africa, tendo ficado morto na batalha d'Alcacer-quibir. Deixou viuva, Maria Coelha, com tres filhos e duas filhas. A ella fizeram os governadores do reino mercê da tença de dez mil reaes para seu sustento e de sua familia e mais duas escrivaninhas de naus da carreira da India para as pessoas que cazassem com suas filhas. — Alvará de 21 de janeiro de 1580.

João Domenico tinha quatro irmãs, ás quaes tambem foram concedidas pensões.

Em 1552 já D. João III lhe mandava dar vestiaria como tinha seu pae.

«Eu elRei faço saber aos que este aluara virem que avẽdo eu respeito aos seruiços de Im.º Domenico, que foy charamella do sõr Rey meu sobrinho, que Deus tem, e a hir com elle a Africa e morrer na batalha, e a Maria Coelha, sua molher, ficar pobre e com tres filhos e duas filhas, ouue por bem de lhe fazer merce de dez mil r.ª de tẽça cada anno em sua vida nas obras pias pera ajuda de sua mantença e dos ditos seus filhos, e ora pelos ditos respeitos ey por bem de lhe fazer mais merce de duas escriuaninhas de nauios da carreira da Mina pera as pessoas que casarem com as ditas suas filhas sendo antes pera as seruir, e isto na vagante dos prouidos antes de cinquo dias de nouẽbro do anno passado de b^{e}lxxix, em que lhe fis esta merce, e as pessoas que com ellas ouuerem de casar antes que casem se apresẽtarão em minha fazenda pera os examinarem e achando que são autos lhe passarão disso despacho pello qual e certidoẽs autẽticas de como são casados lhe serão passadas prouisoẽs em forma das ditas escriuaninhas pera as seruirem quando lhe couber e pera minha lẽbrança e sua guarda lhe mãdei dar este aluara que se lhe inteiramente cumprira como se nelle contem. João Aluarez a fez em Almeirim a xxbiij de janeiro de ȷb^{e}lxxx e porquanto este aluara se não asjnou por elRei, que santa gloria aja por o nosso Sõr o leuar pera si vai asinado pelos gouernadores e defensoresdestes Reinos e Senhorios. João de Castilho o fez escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 46, fol. 50). Segue-se o alvará da tença de 10 mil r.ª

DOMENICO (MARTIM)

Charamella no tempo de D. João III e D. Sebastião. Pae de João Domenico, de quem fallei no artigo anterior. Deixou quatro filhas, Anna, Isabel, Beatriz e Catharina Domenico, a cada uma das quaes D. Filipe I concedeu, em 5 de março de 1585, a tença annual de dez mil reaes, conforme era costume fazer ás filhas de outros charamellas.

A Domingos Figueira, sogro do charamella Pero de Cespedes, deu D. Sebastião, em dez de junho de 1576, o cargo *de corrector dos escravos ladins e buçaes da corte*, vago por fallecimento de Martim Domenico, que talvez seja o mesmo de quem se falla n'este artigo. Vide *Cespedes* (Pero de).

«Dom Fellipe &c aos que esta minha carta virem faço saber que

avendo respeito aos seruiços que Martim Domenico, charamela, fez a elRei dom Manuel (sic ?) e a elRei dom Sebastiaõ, que santa glloria aja e a ẽformação que se ouue no estillo que se tinha nas merces que se faziaõ as filhas dos charamellas e como se fez a tres filhas de Fernaõ Opaz, outro si charamella, e avendo tão bem respeito a João Domenico, filho do dito Martim Domenico, ir na jornada dAfrica e morrer na batalha dAllcare, e a mais informação que se ouue da pobreza, vida costumes e recolhimento de Ana Domenico, filha do dito Martim Domenico e irmãa do dito J.º Domenico, ey por bem e me praz de fazer merce a dita Ana Domenico de dez mil rs de tença cada anno em dias de sua vida, os quaes começara a vencer de vinte e hũu dias doutubro do anno passado de quinhentos oitenta e quatro em diante, em que lhe fiz delles merce. E portanto mando aos vedores de minha fazenda que lhes façaõ asentar no liuro della e do dito tempo em diante despachar cada anno em parte onde lhe sejão bem pagos e por firmeza de todo lhe mandei dar este por mim assinado e passado por minha chancellaria e sellado do meu sello pendente — Antão da Rocha o fez em Lixboa a cinco de março de mil bᵉlxxxb. E eu Manuel dAzevedo a fiz escreuer».

Seguem em resumo mais outras tres cartas de padrão identicas á anterior em favor de Isabel Domenico, Beatriz Domenico e Caterina Domenico, filhas de Martim Domenico. (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe I, Doações*, liv. 11, fol. 189 v).

«Baraõ, Amyguo, ey por bem por fazer merce a Joam Domenyquo, filho de Martim Domenyco, meu charamela, que ele tenha e aja, em cada huũ ano, do primeiro dia de janeiro que pasou deste ano presemte de quynhemtos e cimquoemta e dous em diamte, outro tall vestido como them e ha o dito seu pay, pello que vos mamdo que lhe façaes asemtar a dita vistiaria no liuro de minha fazemda no titolo do tesouro, e do dito janeiro em dyamte em cada huũ ano despachar no tesoureiro de mynha casa pera lhe ser pagua como se paga ao dito seu pay e este me praz que valha como carta per mym asynada e pasada pella mynha chamcelaria sem ẽbargo da ordenaçã do segundo liuro que o comtrairo despoem. Pero Cubas o fez em Lixboa a xxix dias doutubro de j̃bᵉ lij, e eu Aluaro Pirez o fiz scprever». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. João III*, liv. 56, fol. 188 v).

DOMINGUES (ESTEVÃO)

Citaleiro ou tocador de cithara. D. Affonso V concedeu

carta de privilegio, em 8 de outubro de 1444, a um seu neto, Diogo Pires, morador na Povoa Velha, termo da villa de Coz, no couto de Alcobaça. Diogo Pires era filho de Pero Esteves.

«Carta de privilegio a Diogo Pĩz morador na Poboa uelha, termo dessa villa (Coz, couto do moesteiro dAlcobaça), filho de P.º Estẽz e neto de Esteuam Dõz, *citolleiro*. Dada em Obidos biij doitubro de mill iiij^{c} Riiij^{c}». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Affonso V*, liv. 25, fol. 15).

DOMINGUES (JOÃO)

Trombeta em Alemquer. Tendo fallecido sem testamento e não tendo herdeiros, D. Affonso V, em carta de 17 de dezembro de 1454, doou todos os seus bens a Maria Alvares, mercieira na mesma villa.

«Dom Afonso &c A quantos esta carta vyrem fazemos saber que a nos diseram que huũ Jõ Doĩz, trombeta, sse finou abentestado em a villa dAlemquer, sem fazemdo testamẽto nem temdo nenhuũs herdeiros que de dereito deuam derdar seos beẽs, pella quall rezã, per bem da nossa hordenaçom, sse assy he como nos diseram, todos sseus beẽs assy mouees como de raiz pertemcem a nos e os podemos de dereito dar a quem nossa merce for, e ora queremdo nos fazer graça e merce a Marialũz meerceira em a dita villa dAlanquer, sse assy he como nos diseron e que por a dita razã todos sseus beẽs mouees como de rraiz pertencem a nos de direito, teemos por bem e fazemoslhe delles mercee. E porem mandamos a todollos corregedores..... Dada em Lixboa xbij dias de dezembro — Fernam Roiz a fez — anno de noso Senhor Ihũ Xp̃o de mil iiij^{c}liiij». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Affonso V*, liv. 13, fol. 123 v).

DOURADO (FRANCISCO)

Era atabaleiro-mór, tendo succedido a Pedro Alvares. Por este motivo lhe fez el-rei mercê, em 6 de dezembro de 1610, de tres mil reis por anno. Em 28 de junho do mesmo

anno já lhe tinham sido concedidos quatro mil reaes por anno para dois moios de trigo.

«Eu elRey faço saber saber ao mordomo mor de mynha casa que ey por bem e me praz fazer merce a Francisco Dourado, meu atabaleyro mor, que elle tenha e aya daquy em diamte com o dito cargo tres mil rs em cada hum anno, que lhe seraõ pagos em minhas cõpras por vosso mãodado e he outro taõto como tinhaõ e avyaõ Domingos daguillar e Pedraluez, que foraõ tabaleiros mores e pello treslado deste aluara, que sera registado no liuro das ditas compras avera pagamento dos ditos tres mil rs, o qual quero que valha como se fosse carta feyta em meu nome por mym assynada e passada polla minha chancellaria sem embargo da ordenação em contrario. Amtonio Peixoto o fez em Lixboa a seis de dezembro de mil e seis cemtos e des. Joaõ Camdoso o fes escreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe II, Doações*, liv. 20, fol. 252).

«Eu elRey faço saber ao mordomo mor de mynha casa que ey por bem e me praz fazer merce a Francisco Dourado, meu atabaleiro mor, que daquy em diamte tenha e aya quatro mil rs em cada hũu anno para dous moyos de trigo pagos nas minhas compras assy como os tinhaõ os atabaleiros mores passados, os quaes tera e avera emquãto seruir o dito officio maõdouos que lhe façais pagar os ditos quatro mil rs em cada hum anno pollo treslado deste, que sera registado no liuro das ditas cõpras de cadanno e assemto do escriuão della e assynado pollo meu veedor de como saõ lamçados em despesa mãodo que sejaõ leuados em cõta ao meu comprador que lhes pagar. Bento Jusarte o fes em Lixboa a uimte oyto de yunho de mil e seis cemtos e des. Joaõ o fes escreuer» (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Filipe II, Doações*, liv. 20, fol. 217).

DUARTE (D.)

Primeiro e unico monarcha de seu nome. Filho de D. João I, a quem sucedeu em 1433. No seu livro de philosophia moral *O Leal Conselheiro* ha dois capitulos muito interessantes, o 95 e 96, que se intitulam da seguinte maneira:

Do regymento que se deve teer na Capella pera seer bem regida.

Do tempo que se deteem nos oficios da Capeella.

DUARTE (ANTONIO)

Logar de atabaleiro á pessoa que casar com Izabel Pimenta, viuva de Antonio Duarte.

Á margem a seguinte verba:

«Por a dita Izabel Pimenta naõ ser de idade para cazar, fes elRei D. Pedro o 2.º, nosso Senhor, mercê da propriedade deste officio a Luis dos Santos com 10$000 r.s de pençáo cada anno para a dita Isabel Pimenta, no liuro 16 do dito Rei fol. 285». (Torre do Tombo, *Matriculas*, liv. 3, fol. 429 v).

DUARTE (DOMINGOS)

Natural do Almargem do Bispo, filho de Domingos Duarte. Tomado por trombeta na vaga que deixou por seu fallecimento João da Paz.

Alvará de 27 de maio de 1672. (Torre do Tombo, *Matriculas,* liv. 3, fol. 427).

EGYPCIELLI

O cantor Egypcielli, certamente italiano, parece ter deliciado especialmente a côrte de D. José, a ajuisar pelo seguinte trecho, que se lê na *Gazeta de Lisboa,* de 8 de março de 1754, pag. 79:

«As noticias que temos da Corte dizem que S. S. M. M. nam sahiram no Domingo 18 do passado ao campo: Que naquella noyte houve *Opera,* em que nam cantou o famozo Musico *Egypcielli,* por se achar molestado, e se abreviaram as solfas por ordem do Rey nosso Senhor, que quiz ceiar mais cedo, para poder sahir de madrugada no dia seguinte, e assim reduziram a 4 horas as seis que costuma durar a sua representaçam».

ESCALHO (FERNÃO D')

No *Cancioneiro da Vaticana,* uma das poesias de Pero Garcia Burgalez começa d'esta fórma:

Fernand'Escalho vi eu cantar ben
que poucos outrus vi cantar melhor,
e vy-lhe sempre mentre fuy pastor
muy boa voz e vy-o cantar ben;
mays ar direy-vos per que o perdeu,
ouve sabor de..... .....
e perdeu todo o cantar por en.

As reticencias que puz no 6.º verso indicam palavras obscenas. O resto da poesia é no mesmo genero.

ESCALONA (AFFONSO PEREIRA DE)

Era cantor do bispo de Coimbra. Em 1548 a abbadessa de Lorvão emprazava em tres vidas a elle e a sua mulher Anna Dorta, umas casas na rua de S. Christovão, que andavam emprazadas a Affonso Alvares, beneficiado, que era a ultima pessoa. (Torre do Tombo, *Cartulario de Lorvão,* Livro 1.º de Prazos, n.º 140 de ordem, fol. 13).

ESCOVAR (NICOLAU D')

Foi harpista de D. Sebastião e era já fallecido em 1567. Deixou viuva por nome Guiomar Moniz, a quem el-rei fez mercê, por alvará de 15 de novembro de 1567, do cargo de escrivão de uma das naos da carreira da India, para a pessoa que cazasse com uma de suas filhas, qual ella nomeasse. A escolhida foi Jeronima de Escovar, que renunciou o cargo em Manuel Jorge, por ter resolvido metter-se a freira em Santa Eiria de Thomar. D. Sebastião, em carta de 1568,

fez mercê á mesma Guiomar Moniz da tença annual de seis mil reaes.

«Eu ellRey faço saber aos que este alluara virem que avendo respeyto aos seruiços de Nicollao dEscouar, meu tangedor darpa, ja defunto, ey por bem e me praz de fazer merce a Guiomar Monyz, que foy sua molher, pera a pessoa que casar com hũa de suas filhas, qual ella nomear, do cargo de escriuaõ de hũa das naaos da carreira da Indya por hũa viagem, ida por vinda, e com o ordenado contiudo no Regimento na uagante dos prouidos por prouisõis feytas antes de doze dias de julho deste anno presente de jb°lxbj, em que lhe fiz a dita merce, e antes que a tal pesoa case com a dita sua filha, se apresentará aos vedores de minha fazenda pera verem se he auto pera seruir o dito cargo, e sendoo, lhe faraõ fazer prouisaõ delle em forma, tanto que fizer certo que he com ella casado e pera minha lembrança e sua guarda lhe madey dar este alluara, que vallerá como se fose carta em meu nome e asellada de meu sello pendente, sem embargo da ordenaçaõ do 2.° liuro titulo xx que dispoẽ o contraryo. Alluaro Fernandez o fez em Lixboa a xb de nouembro de mil b°lxbij».

Tem ao lado a seguinte verba:

«S. M.de fez merce a Jer.ma descouar, filha de Guiomar Moniz que renunciase esta escreuaninha em hũa pesoa apta, por querer ser freira em sancta Eiria de Tomar, e por a renunciar em Manoel Jorge se lhe pasou prouisaõ, em que se lhe mandou que a resistace dentro de 4 meses em os liuros. Pello que se riscou este assento e a prouisam era feita a 24 de nouembro de 91 e pus esta a 20 de dezembro do anno de 95. Luis dAlvarenga». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 20, fol 396).

«Dom Sebastiam &c Aos que esta minha carta virem faço saber que avemdo respeito aos seruiços de Nicolao dEscouar, que foy meu tamgedor darpa, ey por bem fazer merce a Guiomar Monyz, que foy sua molher, ey por bem e me praz que ella tenha e aja de minha fazemda de temça em cada hum ano em dias de sua vyda seis mil rs, os quaees começara a vemcer de janeyro do ano que vem de b°lxbiij em diamte. E por tamto mãdo aos vedores de minha fazemda que lhe façaõ asemtar os ditos bj̃ rs no liuro della e despachar em cada hum ano

pera luguar homde delles aja bom paguamento, e eu lhe mãdey paguar em Francisco Serrão, que serue de thesoureiro dos dinheiros do reino tres mill cento e xxxiii r^{s} que dos ditos bj r^{s} se montaraõ de xxiii dias de junho deste ano presemte de b^{c}lxbij, em que lhe fiz esta merce ate fim do dito ano, e pera firmeza de todo lhe mãdey dar esta por mim hasynada e asellada com ho meu sello pemdemte Johaõ Aluares (?) a fez ano do nacimento de noso Senhor Ihu Xp̃o de jb^{c}lxbiij. Os quaes bj r^{s} lhe seraõ paguos no meu thesoureiro mor ou quem seu carguo seruir, E eu Aluaro Pirez o fiz espreuer». (Torre do Tombo, *Chancellaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 24, fol. 189 v).

(Continúa).

NOTA SOBRE O NOVO POEMA, «SULAMITE», DE MANUEL DA SILVA GAIO

Por *Sulamite* entende Manuel da Silva Gaio o símbolo imperituro da *mulher amorosa*. Depois de ter cantado — panteìsticamente — no *D. João,* o Amor como *vis* universal, renovadora do existente, em luta aberta com os quadros sociais, Silva Gaio transporta-nos agora ao secreto do coração feminino e faz-nos assistir, qual outro Vergílio adentro doutro Inferno (o *inferno de amar* de Garrett), aos diversos cromatismos do sentir amoroso. Na *Sulamite* há dois elementos em jôgo: dum lado, o *Amor;* do outro, o *Universo.* O primeiro a criar o segundo, esculpindo-o, modelando-o, emprestando-lhe relêvo, côr, sonoridade, gôsto. Se Amiel disse, com profundeza, que a païsagem se resolve num *estado de alma,* Silva Gaio pretende mostrar-nos (se não erro) que o universo é um *estado de amor.*

As coisas não são o que são em si, mas são como são vistas através de nós próprios, ou, se quiserdes, coadas através do prisma do Amor. Isto não é novo, Senhores. O idealismo, tirante os seus refolhos excessivos de sistema (sabe-se que o que há de bom num sistema é o que está fora dêle), seja o de Berkeley, Kant, Fichte, Hegel, etc., revelara-nos precisamente quanto o universo é em parte uma espantosa *fabricação* humana.

O mundo e o homem, melhor, o mundo e o amor são um a projecção do outro. Nós reflectimo-nos no rio heraclí-

tico das coisas; projectamos inconscientemente sôbre elas o clarão multicor das nossas ideas e sentimentos, como o fulgor da lanterna que desenha na terra silhuetas chinesas. O *eu*, se não cria, esculpe pelo menos o *não eu*. Se não é Deus, isto é, criador, é Demiurgo, isto é, modelador.

Silva Gaio exalta na *Sulamite* a potência demiúrgica do Amor, que tudo faz:

«Vejo o mundo — na Terra e pelo Espaço —
Mudar a par que eu mudo». (Pág. 24.)

¿Que é isto afinal senão a afirmação de que o universo é tão sòmente *estado de amor?* A confusão entre o *eu* e o *não eu*, entre o que é pertença nossa e o que empréstamos às coisas, ei-la expressa desta arte:

«E em tudo quanto vejo e me rodeia
Eu só me vejo a mim
— Ou porque toda a terra emfim
Da minha dor vá cheia». (Pág. 26.)

O pessimista, seja Schopenheur, Hartmann, Leopardi, Vigny, tem-se afirmado, até certo limite com justeza, é um psicopata; um psicasténico, à Janet, cujas ideas são a florescência mórbida, fatal, irresponsável da sua baixa na tensão psíquica.

O amoroso olha o universo, e formula juízos de valor, dum modo diferente de o que não o é. Apenas o amor faz ver, como a S. Francisco de Assis, no lôbo o irmãozinho e na andorinha a irmã alegre que alegremente voa. A *Sulamite* de Silva Gaio aguarda o seu amado; e só porque Êle tarda (sabe-se como o *interêsse* faz variar a consciência do ritmo temporal) logo o mundo, como num *paralelismo,* sofre o reflexo inconsciente dessa tensão de *espera*, de desejo que

não se realiza e que busca ardentemente consecução como a matéria aristotélica aspirando a fórma:

«Sôam-me a choros longos, oprimidos
As fontes desnevadas,
As lastimosas queixas, os balidos
Dos gados, nas malhadas.

É para mim calor de mortas brazas
O calor dêste sol — modorro e lento —
E mais o ar se vê deserto de asas
Ao passo que de azul se faz cinzento». (Págs. 26 e 27.)

E ainda, pulcramente traduzida:

«O mundo inteiro avisto ennevoado
Do mesmo nevoeiro
Que me enche o coração.
Ai! Diria por mim, que vem chegado
O dia derradeiro
De tôda a criação». (Pág. 28.)

Nada disto é tema novo. Manuel da Silva Gaio mais não faz do que repetir (e repete sem desvalia, porque, tratando-se do Amor, ¿que é o Amor senão o velho sempre novo, o mesmo sempre vário?) o que já por outro teor chorava, em melodioso *cantar de amigo*, no século XIII, a *Ribeirinha,* faminta do seu D. Sancho:

«Ai eu, coitada, como vivo
Em gran cuidado por meu amigo
Que hei alongado! Muito me tarda
O meu amigo na Guarda!»

E D. Denis, espelho e príncipe dos poetas:

«Nom chegou, madr', o meu amigo,
E oj' est o prazo saído,
Ai madre, moiro d'amor!»

Ou ainda:

«Ai flores, ai flores do verde pino,
Se sabedes novas do meu amigo,
Ai Deus, e u é?»

Os românticos, que em tudo deram o primado, como diz Julien Benda, ao sensual sôbre o intelectual, ao instinto sôbre a razão, ao musical sôbre o plástico (o romantismo é *a insurreição feminina*, segundo Sainte-Beuve), não poderiam esquecer, na análise aguda das paixões, de desfibrar êsse estado psicológico gerado pela *ausência* do ser querido. Não há maior ausência do que a ausência da morte, dado que a morte seja metafòricamente, no verbo expressivo do povo, «a viagem eterna donde ninguém inda voltou». Leia-se Lamartine, na elegíaca sinfonia do *Lago* de Milly, feita depois da perda de Elvira, em 1818:

«Que me font ces vallons, ces palais, ces chaumières,
Vains objets dont pour moi le charme s'envole?
FIeuves, rochers, forêts, solitudes si chères,
Un seule être vous manque et tout est dépeuplé!»

E Silva Gaio, no sôpro lírico da mesma inspiração:

«Quantos outeiros verdes, verdes prados
O meu olhar alcança
— Todos a côr perderam da esperança;
Nem os mesmos me lembram, de murchados». (Pág. 26.)

Compulse-se Alfredo de Musset, no patético *Souvenir* (1840) das *Noites*, e ver-se há como o mesmo anseio deriva em lágrimas e suspiros, através do bosque de Fontainebleau:

«Oui, sans doute, tout meurt; ce monde est un grand rêve;
Et le peu de bonheur qui nous vient en chemin
Nous n'avons pas plus tôt ce roseau dans la main
Que le vent nous l'enlève».

E porque Êle tarda, Silva Gaio descreve-nos tôda a natureza *(não-eu)* a metamorfosear-se gradualmente, como que desbotando, sob a projecção do sentimento de melancolia que afoga e tortura o *eu* de *Sulamite;* na ausência da causa exterior (Espinosa definiu o amor como «nihil aliud quam laetitia concomitante idea causae externae») perde o mundo o seu viço, luminosidade, sabôr, movimento. Em vez de lhe ensoalhar a alma, entristecem-a os desgarres e cantigas, os pifaros agrestes dos zagais; o céu, há pouco azul, encinzeira-se; à beira do caminho rebentam cardos e abrolhos; soa-lhe agora dolente «o marinho rumor dos pinheirais». A *alegria de viver* redunda numa apatia sentimental e volitiva, quási nirvânica, que ascende por vezes, em crise, até ao desespêro frenético de apostrofar e amaldiçoar as coisas:

«Apodreçam, vinhedos, vossas uvas,
Baguinho por baguinho;
Nem as salvem da cresta as novas chuvas,
Pois era para a bôda o loiro vinho». (Pág. 22.)

Mas atentemos no reverso da medalha. Pelo ladro contente dos rafeiros percebe *Sulamite* que o seu Amado regressa. E logo o *paralelismo* se afirma:

«Tudo eu diria, tudo
Ver contente do meu contentamento
E tudo ver mudar neste momento
Como eu de novo mudo». (Pág. 31.)

É o Amor aquela *varinha mágica* de que falou outrora o nobilíssimo Epicteto. Ao seu contacto de fogo transformam-se os pedregulhos em pérolas, os lôbos em irmãozinhos, o vendaval desfeito em harmonia sinfónica. O mundo recupera o perdido fulgor. O *eu* esculpe de novo o *não-eu*, e tanto um como o outro dir-se hiam modalmente a alma e o corpo

de Espinosa, ligados como atributos substantivos no mesmo eterno Todo. («Ordo et connexio idearum idem est, ac ordo et connexio rerum» Ethica — livro 2.º, teorema VII).

Par isso Silva Gaio exclama:

> «E como se fôsse uma e mesma vida
> A minha e a de tôda a criação,
> A par que me renasce o coração
> A terra em mimos vejo renascida». (Pág. 34.)

Se relacionarmos êste poema *Sulamite* com o *D. João* do mesmo autor, veremos que o segundo está no prolongamento ascencional do primeiro. Silva Gaio tomara D. João como a expressão simbólica, impessoal, naturalista da fôrça da Vida, do *Génio da espécie* de Schopenhauer ou do *Inconsciente* de Hartmann. D. João representa o Amor em todo o *connatus* vital, esbravejando, raivejando na sua alacridade pagã de encontro às fórmulas humanas que o buscam disciplinar adentro da sociabilização. Por outros termos: D. João é o símbolo dramático do duelo heróico do instinto e da razão, da *bêsta* e do *anjo* de Pascal. Todo êle se pode condensar na sentença do *Dr. Gouveia* — um filho de Darwin — no *Crime do Padre Amaro,* de Eça de Queiroz:

«A natureza manda conceber, não manda casar. O casamento é uma fórmula administrativa».

A *Sulamite* é, como *D. João,* igualmente um símbolo; mas se D. João representa o Amor que reivindica os seus direitos contra todos os escrúpulos sagrados ou laicos, a *Sulamite* é já êsse mesmo Amor liberto a transformar o universo, a esculpir-lhe as formas, a desenhar-lhe as linhas, o relêvo e a côr. *D. João* é a semente viva que rompe a terra que a sepultava, sequiosa de luz e ar. A *Sulamite* é já a flor plenamente desabrolhada que perfuma, ilumina e aformoseia a própria terra donde rebentara gritante.

*

Nada mais complexo que a análise das paixões. A psicologia afectiva está ainda numa fase inicial; o scientista marcha às apalpadelas como num gabinete em penumbra. Decerto. A psicologia scientifica não é, como dizia William James, a psicologia literária; mas o scientista não pode nem deve menoscabar a contribuïção artistica dum Camões, dum Cervantes, dum Shakespeare, dum Racine, dum Dostoïevsky, dum Eça de Queirós, dum Marcel Proust. O coração dos pais adivinha e compreende tantas vezes melhor a *mens* infantil que o próprio psicólogo da *nursery* habituado a curvar-se perante os berços.

O Poeta tem o dom da intuïção; sabe congraçar quási sempre a extrema sensibilidade à argúcia da observação. Silva Gaio, por isso mesmo, ocupa, adentro da galeria dos nossos poetas coevos, um logar de primeira linha. Nêle a *forma* e o *fundo* casam-se harmoniosamente; a *forma* encanta-nos pelo seu golpe clássico, o *fundo* pela substância das ideas.

Nos dois estados de alma (ambos de *tensão*) que Silva Gaio nos pinta, a *espera* e a *chegada* (1), o Poeta não se esqueceu de pormenorizar, com um grande sentido da realidade, tôdas as gradações que caracterizam o sentir amoroso, tal como o analisou finamente, por exemplo, Herbert Spencer na sua *Psychology*.

No portal do poema há desde logo a afirmação dos elementos meramente físicos definidores da beleza, o que poderemos chamar a base sensual-orgânica do amor.

> «É mais ardente e lindo o meu Amado,
> Do que um dia de agôsto». (Pág. 5.)

---

(1) A *espera*, ou seja tensão-desprazer (Spannung-Unlust) e a *chegada*, ou seja tensão-prazer (Spanung-Lust) na teoria da tridimensionalidade sentimental de Wundt.

Canta *Sulamite* os seus «braços possantes», a frescura dos seus beijos e o calor do seu rosto, a «doce voz», a «pele morena e còrada», os «brancos dentes», os «cabelos ondados e macios mais bastos que pêlos de novilho», o cheiro do peito «a feno e a malva-rosa», o sabor da sua bôca «a bagos de romã».

Existe, tal como no *Cântico dos Cânticos,* exaustivamente descrita tôda a gama sensual, èrogénea, que os sexualistas (Weissmann, Roux, Débay, Forel, etc.) dão: impressões tácteis (1), incluindo as sençôes de frio e quente, impressões visuais, auditivas, gustativas e olfactivas. Sulamite, no exagêro de todos os amores, declara-nos a sua *afeição* profunda pelo Amado:

> «Quem eu adoro mais que a luz do Céu!» (Pág. 18.)
>
> «Meu amor! Meu amor! Pois fui nascida
> Para morrer por ti,
> Bemdita seja a vida,
> Bemdita seja a hora em que nasci». (Pág. 45.)

Sabe-se como no sentimento da afeição amorosa, na aparência tão uno quanto simples, se enfeixa um conjunto complexo de outros elementos, tais como o sentimento de admiração, de curiosidade, de aprovação, de estima de si próprio, de posse e de ser possuído, de abandono, etc. Seja, *verbi gratia,* o sentimento de *admiração:*

> «Aquele a quem nos braços apertava
> Mas a quem seguiria — dêle escrava —
> Como a Profeta ou Rei». (Págs. 28 e 31.)

Só seguimos a quem muito admiramos. O cão — sem dúvida o animal mais antropólata — segue o dono. Cristo

---

(1) O contacto — escreve Bain — é o *alfa* e o *omega* da afecção terna.

arrastava atrás de si as multidões, porque Cristo era puro amor.

Seja o sentimento de *aprovação*. Sulamite teme que o seu Amado no regresso ao lar, lhe não descubra a mesma sedução de outrora. («Quid id, quod amat, Laetitia vel Tristitia affectum imaginatur, Laetitia afficietur; et uterque hic affectus major aut minor erit in amante, prout uterque major aut minor est in re amata»).

«Dizei-me, raparigas, que estou linda.
Repeti, repeti que ao seu olhar,
Mais do que nunca, ainda
Terei poder e dom de enfeitiçar». (Pág. 42.)

«Quero, quero que me deis toda a certeza
De que ao voltar, emfim,
E ao atentar em mim,
De novo gabará minha beleza». (Pág. 43.)

Seja o sentimento de *dúvida* ou *abandono*:

«Porque .. de amá-lo tanto, até duvido
De que só para ver-me face a face
E só por meu sentido
Seus passos estugasse». (Pág. 37.)

A *ansiedade* (êsse desejo ardente que nos atira para diante como propulsados por fôrça alheia) é dada por esta quadra encantadora de síntese psicológica e riqueza imaginativa:

«Vêde! Vêde! Ah! deixasse-me eu levar
Pelo casal de rôlas do meu seio
E iria, meu Amor, cortando o ar,
Aguardar-te ao caminho, andado a meio». (Pág. 41.)

Se passarmos agora para o domínio da expressão das emoções, ou, se o quiserdes, para a base fisiológica das

emoções, na tese de James-Lange, ou ainda para os seus concomitantes, veremos como Silva Gaio os soube magnificamente marcar. Por exemplo: a vaso-constrição periférica e a palpitação cardíaca.

«Sempre, contudo, perco, ao vê-lo a côr;
E nunca o coração sinto tranquilo». (Pág. 17.)

«Êste rosto moreno que descèra,
Mal eu oiço os seus passos caminheiros». (Pág. 43.)

Repare-se outrossim na penetração delicada desta quadra:

«Bate mais devagar, meu coração!
Se te alvoroça tanto ouvir-lhe os passos
O que há-de ser então
Quando eu toda estremeça nos seus braços?» (Pág. 30.)

Seja ainda o *hipotónus* muscular — forma depressiva do choque emocional — e que no mêdo sobe até à perigosa paralisia ou *catalepsia* de Preyer.

«Não ficara a esperar-te na portada
Do meu pomar florido.
Mas de alegre, mal posso dar passada
Apenas te haja ao longe pressentido. (Pág. 42.)

«Avistou-me! Olhai vós como de novo
Corre, vôam seus passos...
Mas o que terei eu, que nem me movo?
Amigas, amparai-me em vossos braços». (Pág. 45.)

No canto IX dos *Lusíadas*, no episódio pagão da Ilha dos Amores, Lionardo corre, lamurioso e apaixonado, na cola de Ephire, «exemplo de beleza». A deusa esquiva, ferida pelo «dôce canto», por fim

«Cair se deixa aos pés do vencedor
Que todo se desfaz em puro amor».

Na divina égloga *Crisfal*, diz o Poeta:

«Quizera-a ir receber
Vendo-a ante ante mim presente,
Mas não pude de contente,
Que indo para mé erguer
De prazer me achei doente».

Com razão o célebre fisiologista italiano *Mosso*, na monografia do Medo, escreve: «L'attitude qui consiste à se mettre à genoux comme signe d'adoration ou d'amour de ceux qui implorent le pardon ou la pitié, ne serait-elle due à ce fait physiologique que les émotions font trembler soudainement les jambes et nous font tomber par terre?» (Trad. de Hément, pág. 107, Alcan).

*

Leitor amigo: ao escrever êste artigo, *currente calamo*, pretendi apenas chamar a tua atenção, por vezes dispersa e confusa com o alvorôço dos charlatães apregoando sua mercância, para a obra dum Artista. Se queres deleitar a tua alma com alguns clarões de beleza, pega na *Sulamite* de Manuel da Silva Gaio e lê-a com olhos de quem quer ler e ouve-a com ouvidos de quem quere ouvir. Terás semeado o teu tempo e rendido a oblata gentil aquem só a merece.

Coimbra — Sílvio Lima.

SUR LA COURBE DE VON KOCH

Nous nous proposons de démontrer ici d'une manière aussi élémentaire que possible le fait très connu que les fonctions

$$x = \varphi(\tau), \quad y = \psi(\tau) \qquad (0 \leqslant \tau \leqslant 1)$$

qui représentent la courbe de von Koch sont des fonctions continues n'admettant de dérivée pour aucun valeur de τ.

Pour y arriver, rappelons que cette courbe est la limite d'une suite de contours polygonaux

$$\pi_0, \quad \pi_1, \quad \ldots \quad \pi_n, \quad \ldots$$

qu'on peut obtenir de la manière suivante. On désigne par (α) l'opération de partager en trois parties égales tous les côtés d'un contour polygonal et de remplacer celle du milieu par les deux autres côtés du triangle équilatéral construit sur elle, et on déduit les uns les autres les contours π au moyen de cette opération (α), π_0 étant un segment donné AB. La courbe C de von Koch est l'ensemble dérivé des sommets (points extrêmes des côtés) de tous ces contours π.

Pour établir que l'abcisse de ce lieu C est une fonction continue, en supposant déjà que AB soit le segment *zéro-un* de l'axe OX, nous ferons correspondre le numéro

$$t_i^{(n)} = \frac{N_i^{(n)}}{4^n}$$

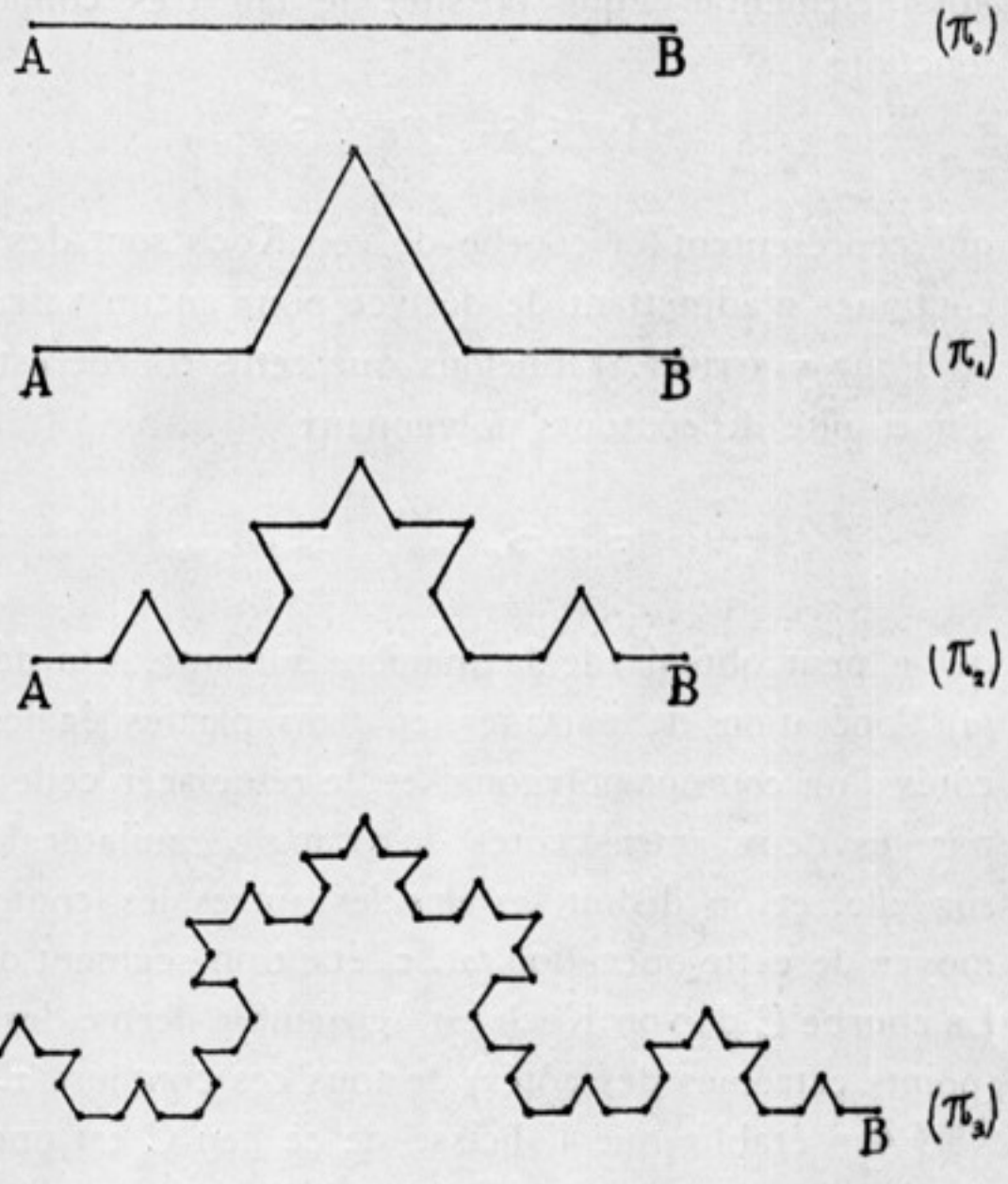
à chaque sommet $V_i^{(n)}$ de π_n que soit précédé de $N_i^{(n)}$ côtés (de π_n). Il s'en suit que, si l'on a

$$V_i^{(n)} = V_j^{(n+1)},$$

on aura aussi

$$t_i^{(n)} = t_j^{(n+1)},$$

car chaque côté de π_n se transforme en quatre côtés de π_{n+1};



et il est tout aussi évident que l'intervalle $(t_i^{(n)}, t_{i+1}^{(n)})$ correspondant à deux sommets consécutifs $V_i^{(n)}$ et $V_{i+1}^{(n)}$ (ou, ce qui revient au même, au côté $l_i^{(n)}$ que déterminent ces sommets)

à une longueur toujours égale à $\frac{1}{4^n}$. Pour cette raison et aussi parce que n peut prendre des valeurs aussi grandes qu'on le voudra, l'ensemble (t) des valeurs $t_i^{(n)}$ $(i = 1, 2, \ldots 4^n + 1;$ $n = 0, 1, 2, \ldots)$ est un ensemble dense sur l'intervalle $(0,1)$. Cela posé, soient

$$x = \varphi(t)$$

l'abcisse des points V, t' et $t'' > t'$ deux valeurs de t dont la différence ne surpasse pas $\frac{1}{4^n}$; ces valeurs se trouvant tout au plus dans deux intervalles consécutifs

$$\left(t_p^{(n)}, t_{p+1}^{(n)}\right), \quad \left(t_{p+1}^{(n)}, t_{p+2}^{(n)}\right),$$

V′ appartiendra à un contour déduit de $l_p^{(n)}$ par l'opération (α) et sa projection sur OX tombera sur la projection de ce côté sur le même axe:

$$\left| \varphi(t') - \varphi\left(t_{p+1}^{(n)}\right) \right| < l_p^{(n)} = \frac{1}{3^n};$$

on aura de même

$$\left| \varphi(t'') - \varphi\left(t_{p+1}^{(n)}\right) \right| < l_{p+1}^{(n)} = \frac{1}{3^n}$$

et, par suite,

$$| \varphi(t'') - \varphi(t') | < \frac{2}{3^n}.$$

Cette inégalité étant verifiée dès que l'on ait

$$t'' - t' < \frac{1}{4^n}$$

il s'en suit que $\varphi(t)$ est une fonction à oscillation partout nulle dans l'intervale $(0,1)$.

Soit maintenant P un point quelconque de C et

$$l_{i_n}^{(n)}, \quad l_{i_{n+1}}^{(n+1)}, \quad \dots$$

les côtés (déduits les uns des autres) de π_n, $\pi_{n+1}, \dots$ que rencontre une perpendiculaire à OX passant par P. L'abcisse de P sera la limite de la suite

$$\varphi\left(t_{i_n}^{(n)}\right), \quad \varphi\left(t_{i_{n+1}}^{(n+1)}\right), \quad \dots$$

et il est évident que les numéros croissants $t_{i_s}^{(s)}$ convergent vers une limite bien déterminée τ, qui restera ainsi en correspondance univoque et réciproque avec P. Mais, l'oscillation ponctuelle de $\varphi(t)$ étant partout nulle, en faisant

$$\varphi(\tau) = \lim_{t=\tau} \varphi(t)$$

on sera sûr de la continuité de $\varphi(\tau)$ en tout l'intervalle (0,1). On demontrera de même que $y = \psi(\tau)$ est une fonction continue et, étant donné que tous les points de C' ont dans leur voisinage des points qui n'appartiennent pas à C, on en déduira que C est bien une courbe continue.

Pour établir que $\varphi(\tau)$ est non dérivable, on s'appuit sur cette remarque que, si l'on a

$$\lim \frac{a_n}{b_n} = \lim \frac{a'_n}{b'_n} = \mathrm{K}$$

les quantités

$$\frac{b_n}{b_n + b'_n}, \quad \frac{b'_n}{b_n + b'_n}$$

étant bornées, on aura aussi

$$\lim \frac{a_n + a'_n}{b_n + b'_n} = \mathrm{K}.$$

Or, si τ est compris entre $t_i^{(n)}$ et $t_{i+1}^{(n)}$, $\varphi'(\tau)$, si elle pouvait exister, serait la limite K des fractions

$$\frac{\varphi\left(t_{i+h}^{(n)}\right)-\varphi(\tau)}{t_{i+h}^{(n)}-\tau}, \quad \frac{\varphi(\tau)-\varphi\left(t_{i+h-1}^{(n)}\right)}{\tau-t_{i+h-1}^{(n)}}$$

ainsi que de leur combinaison

$$\frac{\varphi\left(t_{i+h}^{(n)}\right)-\varphi\left(t_{i+h-1}^{(n)}\right)}{t_{i+h}^{(n)}-t_{i+h-1}^{(n)}},$$

car, en supposant $h \geq 2$, on a ici

$$b_n \leq h\frac{1}{4^n}, \quad -b_n' \leq (h-1)\frac{1}{4^n}, \quad b_n+b_n'=\frac{1}{4^n}.$$

Mais cette dernière fraction est égale à

$$\left(\frac{4}{3}\right)^n \cos\left(l_{i+h}^{(n)}, \quad OX\right)$$

et, en choisissant h convenablement, on peut faire en sorte qu'elle tende vers $+\infty$ ou $-\infty$. Donc, $\varphi'(\tau)$ n'existe pas.

Il est tout aussi facile d'établir que la courbe de von Koch n'a aucune tangente.

Si, en effet, il y en avait une au point $P(x,y)$, les demi-droites issues de ce point et passant par deux sommets voisins

$$V'(x',y'), \quad V''(x'',y'') \quad (x'', > x' > x)$$

devraient tendre vers une demi-droite limite, dont le coefficient angulaire serait donné par l'égalité

$$K=\lim\frac{y''-y}{x''-x}=\lim\frac{y-y'}{x-x'}.$$

Mais, si l'on suppôse que V′ e V″ soient deux sommets consécutifs d'un même contour π, K sera aussi la limite du coefficient angulaire

$$\frac{y''-y'}{x''-x'}$$

du côté V′ V″, car les fractions

$$\frac{x'-x}{x''-x'}, \quad \frac{x-x'}{x''-x'}$$

sont toutes les deux bornées. Donc, ce côté-ci pouvant faire avec l'axe OX tantôt l'angle o, tantôt $\frac{\pi}{3}$ ou $\frac{2\pi}{3}$, la limite K n'existe pas et il en est de même de la tangente au point P.

Il est à remarquer que la non-existence de $\varphi'(\tau)$ n'est pas une consequence du fait que C n'a pas de tangente, car la courbe

$$x = t^3, \quad y = t^3 \operatorname{sen} \frac{1}{t^3} \qquad (y^{(0)}=0)$$

n'a pas de tangente au point (0,0) et les fonctions $\varphi(t)$ et $\psi(t)$ sont toutes des deux dérivables pour $t = 0$.

Coimbra, Novembre de 1928.

J. M. Bourlet

RAÍZES DA ALMA LATINA

A riqueza — A mediania — A pobreza — O urbanismo — O rurismo

(Cont. do n.º 4, pág. 509)

Os ambiciosos. Espanha. — Para o anónimo da *Danza generale de la muerte,* quási ninguém escapa à hórrida fúria da ambição; e *ela* vai recebendo e dizendo-lhes com a voz gélida e horripilante, onde não é difícil descobrir uns laivos de riso sardónico do autor, pelas eternas penas que lá os esperam na lagoa estígia. Ao imperador:

> Aqui perderedes el buestro cabdal.
> Que athesorastes con grand tyrania,...

Ao rei diz:

> Rey fuerte, tirano, que siempre rrobastes
> Todo vuestro rreyno o fenchistes el arca...

Ao cavaleiro que «roba lo ageno»; ao abade: «deseastes plaseres e biçio» e ao Deão:

> Don rico avariento, dean muy hufano,
> Que vuestros dineros trocastes en oro
> A pobres e a biudas çerrastes la mano

Depois diz o próprio comerciante:

> Con muchos traspassos e mas sotilezas
> Gané lo que tengo. .

Ao cobrador diz:

> Pues que vuestra vida fue en trabajar
> Como rabariedes al ome cuitado... (II, p. 7-22.)

Juan Alvarez Gato acrescenta, generalizando:

> Todos van tras la cobdicia,
> Como lobos robadores,
> Creyendo qu'es el más bueno
> El que tiene mas riquezas.. (III, p. 131-32.)

França. — Logo no *Roman du Renard*, aquela velada sátira, cheia de humorismo, *Renard* é um cortesão que «pour un poulet, sacrifierait gaîment, le pays et le roi: les autels et le prêtre...»; é com um tesouro — e imaginário — que se prepara uma revolução e é pela desmedida ambição de adquirir um tal tesouro que o rei perdoa os inúmeros crimes de Renard... que se prepara talvez para uma santificação!... *passim*.

Rabelais parece suspender as suas gargalhadas de bôbo, para nos confessar a sua ambição, com simpleza e sinceridade um pouco duvidosas:

... car oncques ne vîtes homme, qui eût plus grande affection d'être roy et riche que moy, afin de faire grand'chere, pas ne travailler, point ne me soucier, et bien enrichir mes amis, et tous gens de bien et de sçavoir. Mais en ce je me reconforte qu'en l'autre monde je le seray... (I, p. 9.)

Ronsard acrescenta, com espírito, que todos desejam o ouro e até:

> Le Theologien plein de sainteté grande,
> Avec ses oraisons la richesse demande:
> Le constant Philosophe, et ceux qui ont souci
> Des mouvemens du ciel, la demandent aussi...

E os próprios deuses, sem escapar Palas:

> ... qui n'a point la Richesse en grand soin
> Et mesme la Justice à l'œil si renfrongné
> Non plus que Jupiter ne l'a pas dédaigné:...

Mas êle, Ronsard, não: nem nenhum poeta. Eis a sua defesa, uma repulsa da acusação:

> Hé bons Dieux: qui voudrait penser tant seulement
> Que vingt ou trente escus logeassent longuement
> En la bourse d'un Poete? hé qui est le barbare
> Qui oseroit songer qu'Apollon fut avare?... (IV, 336–55.)

Itália. — *Machiavelli* verifica, genèricamente, a desgraçada condição humana, no *Dall'ambitione:*

> Qual regione; ò qual città n'è priva?
> Qual borgo, qual tugurio? In ogui lato
> L'ambitione e l'avaritia arriva... (p. 46.)

Portugal. — O condestável *D. Pedro,* na *Tragédia...* verifica que a vida dos ambiciosos parece ser cheia de delícias e que êles «son los mas de los biventes» (p. 103.)

Fernão da Silveira acentua a prosperidade dos maus e ambiciosos e mesquinhez dons bons:

> Mas o q̃ de mym nã diguo
> ssam cousas que daa o mundo,
> poys daa merçes por castigo,
> e oos boõs lança de fundo.
> U ser boõ jaz mays profundo
> menos cabe,
> e faz andar quem mays sabe
> as vezes mays vagabundo. I, p. 187–8.

D. João de Meneses diz com gravidade:

> ... Almas, hõrras, corpos, vidas,
> tudo trocam por fazendas... (I, 137.)

Alvaro de Brito Pestana, numa famosa sátira do viver de Lisboa:

> Cada huũ em seu officio
> todo feo interesse
> nam rrefusa.
> todo vergonhoso vycio,
> como salma nam tevesse,
> faz, e usa... (I, p. 213–37).

D. João Manuel, o camareiro-mor do rei venturoso, para dar uma idea dos que têm ido para o inferno, diz dos avarentos:

> Que todos los quescrivieron
> en el mũdo se juntassen
> no creo que numerassen... (II, p. 64.)

e dos ambiciosos «q̃ con agena fazienda, syempre biven trabajosos...»:

> Porque ahũ q̃ los humanos
> todos fuessen escrivanos,
> y solamente quisieron
> escrivir, nũca pudieron... (II, 66.)

Garcia de Resende navega nas mesmas águas:

> Todos tyran aa barreyra
> daver fazenda, e dinheyro:
> ser onrrado e cavaleyro
> nam ha ninguem q̃ o queira..
> Que tenhays manhas, saber,
> que sejays quã bõ quiserdes,
> crede que, se nam teverdes,
> que v'nã quer ninguem ver. (III, 324–27.)

E mais adiante, talvez com desespêro:

> Nam lembra a ninguẽ rrezam,
> se nam soo encher a mam,
> e passe por hu poder... (V, 318.)

Gil Vicente, no «Auto da Feira», um belo desmascara-

mento de tôdas as traficâncias e hipocrisias, põe, na bôca do *Diabo,* a pavorosa realidade:

I há de homens ruíns
Mais mil vezes que não bons...
Toda a glória de viver
Das gentes é ter dinheiro,
E quem muito quizer ter
Cumpre-lhe de ser primeiro
O mais ruím que puder. (1, p. 159-60.)

E no *Auto da Lusitânia,* naquela scena da famosa sátira, onde a traços largos pinta a sociedade do seu tempo, representada por dois personagens alegóricos — *Todo o mundo* e *Ninguém* — diz-nos que *todos* procuram: dinheiro, honra, o paraíso, ser louvados, lisongear e esconder a verdade; ao passo que *ninguém* procura: a consciência, a virtude, a morte, ser repreendido, desenganado, pagar o que deve ou falar a verdade.

Sá de Miranda, o filósofo da Tapada, afirma com a sua autoridade:

O juizo a razão ata,
Tudo fica escuro e em êrro;
Às leis e a Deus desacata,
Do brando ouro e da prata
Faz duas prisões de ferro... (p. 70)
Esta Circes feiticeira
Todos os peitos trasanda:
Êste faz onça ligeira,
Lobo outro que à carniça anda
Outro cão que empraza e cheira (p. 75.)

A *Circes* era a esperança da riqueza.

Anrrique A. Vitória põe em contraste a sorte dos bons e dos maus:

... a fortuna muy cruel,
pois que soe de contrastar
aos bõs te os matar
e aos maos he fiel. (p. 39.)

O Dr. *António Ferreira* diz com a repulsão da sua dignidade olímpica de poeta:

> Esta Cidade, em que nasci, fermosa,
> Esta nobre, esta chea, esta Lisboa
> Em Africa, Asia, Europa tam famosa,
> Quam diferente...
> Este idolatra povo, que só crê
> No thesouro seu Deos, assi se cega
> Qu'em al não cuida, ou escreve ou fala ou lê.
> Que fé, que sangue já, que amor não nega
> Polo seu amor próprio? que alma ou vida
> Lhe não dá, lhe não vende, ou não entrega?...
> Aquella grã rua nova conhecida
> Por todo o Mundo, que outra cousa conta
> Senão da náo ganhada, ou náo perdida?
> Ah que triste miseria... (II, 54)

Caminha quási reproduz Resende:

> Nenhum temor refrea, é pregoado
> De velhos, e de moços, busque-se ouro,
> Ou seja mal, ou bem seja buscado... (*Poe.*, p. 37.)

Fr. Agostinho da Cruz mal se resigna, perante o vício hediondo:

> A terra, já não sei, como sustenta
> Tão depravada gente, tão malina,
> Tão mal acostumada, tão praguenta.
> Ora se fazem aves de rapina,
> Ora lobos cruéis, ora serpentes
> Monstros que dos bons tem fome canina... (p. 43.)

O seu irmão *Bernardes*, com mais resignação e em versos suaves, segue A. Vitória:

> Um tirano cruel um avarento,
> Que só vive de fôrça, só de engano,
> Contando armentios cento a cento,
> Que de novo ao curral trazem cad'ano,

Que pastor pobre, por neve, chuva e vento,
Com trabalho criou para seu dano;
Êstes vemos viver, seu gado crece;
¡Triste do virtuoso, que padece!... (I, p. 51.)

Camões fêz sôbre êste assunto, provocado pela sua desdita amorosa, um poemazinho que é conhecido pelas «Oitavas do desconsêrto do mundo». A 2.ª estância resume o pensamento principal — os maus têm o que querem, os bons não têm o que mecerem —;

¿Quem há que veja aquele que vivia
De latrocínios, mortos e adultérios,
Que ao juízo das gentes merecia
Perpétua pena, imensos vitupérios:
Se a fortuna em contrário o leva e guia,
Mostrando, em fim, que tudo são mistérios;
Em alteza de estados triunfante,
Que por livre que seja não se espante?

Facto que tem sido sempre estranhado e blasfemado, sendo «grande espanto» que «mal tam mal olhado dure tanto». E ennumera os reis que só pensam em conquistar e mandar; os depravados que só pensam em gozar; os cortesãos ambiciosos, os avarentos, os egoístas, os vaidosos.

Prestes diz com clareza quási prosaica, que o dinheiro:

Tem o mundo tam sujeito
Que o tem co'os braços abertos... (p. 202)

E *Francisco de Andrade* dilui a idea no poema e nos versos:

Que o seu doce veneno Pluto esconde
Em todo o peito que é mortal e humano;
E mui poucos serão os peitos onde
Não reine este apetite cego e insano... (XII, 92)

Pois se na idade nova ponho o rosto
Não vejo cousa que isto inda arremede,

Porque vejo que só se põe o gôsto
Naquilo que o interêsse próprio pede;
E tanto nisto está já o mundo posto,
(Grã miséria que a tôdas bem excede)
Que ali se inclina só o humano peito
De onde espera tirar algum proveito. (XIX, 58.)

A defesa. Espanha. — *D. Juan Manuel* não repele completamente a aquisição de riquezas:« y vos señor conde Lucanor comoquiere q̃ el thesoro como de suso dicho alleguedes, guardad dos cosas. La una q̃ el thesoro q̃ ayuntaredes, q̃ sea de buena parte. La otra que non pongades todo el coraçon en el thesoro...» (p. 38*r*.)

Ayala, também fidalgo e muito rico, acha modos de justificar a cobiça:

Olvidemos rriquezas, non nos fagan çegar,
Nin queramos thesoros tan fuertes allegar;
Para bien las cobdiçie quien las quiere cobrar,
Para partir a pobres y la su alma salvar... (I, est. 563.)

C. P. de Herrera acha que se deve seguir:

Al que no pretende sobras
Sino para repartillas... (Tômo 42.º, II, p. 241.)

Rioja ocupa no assunto que debatemos um lugar muito especial. Com efeito, êle ennumera, como veremos, os malefícios da riqueza; não se esquece porém de ennumerar os da pobreza e de fazer aínda uma leve descrição das duas, dizendo em relação à riqueza, que ela faz realçar a beleza feminina, levantar cidades, organizar exércitos, construir navios, captar a amizade e consideração. Não estaria pois longe de a defender, se não seguisse, como muito boa gente, o caminho daquele dos três advogados de Terêncio que disse, perante a dificuldade: *res magna est.* (42.º, II, p. 385.)

França. — *Rabelais* opta pela riqueza, como se deduz do que já disse e do seguinte: «Car comme celuy... qui ne perd occasion quelconque d'acquerir et amasser bien et richesses, qui cautement sçait obvier és inconveniens de povreté, vous appelez sage mondain, quoy que fat soit-il en l'estimation des intelligences celestes: ainsy faut-il faire... (III, p. 111.)

Saint-Gelais põe a defesa, curiosa, irónica, na bôca de um avarento:

Et sçay que la regle et police
Qu'en moy tu nommes avarice,
Est un mors donné à mes sens,
Auquel obéïr je le sens,
Tant qu'ils savent abominer
Ce qu'on voit par tout dominer,
Qui est le vivre somptueux
Et le vestir presomptueux
Sentant que nature prudente
De petit assez ce contente,
Et que d'advis y a bien peu,
En un corps largement repu,
Quant à l'or...
Ce n'est point, croy moy hardiment,
Un desir d'aggrandissement,
Ne que je veüille un poulce acquerre
Outre les bornes de ma terre.
Mais j'ai tant veu de vileté ..
(que) Je me suis proposé de vivre
Ainsi que tu vois, à delivre
Et plutot souffrir mile faims
Qu'un refus de ces hommes feints (les amis) (I, p. 137.)

Ronsard opta pela riqueza, porque:

Plus la terre auiourd'huy ne produit de son gré
Le miel pour nourrir l'homme, et du chesne sacré
(Lors que nous avons faim) les glands ne nous secourent:

Plus de vin ny de laict les rivieres ne courent:...
Car de bien peu nous sert le Grec et le Latin,
Quand la faim nous assaut l'estomac au matin...

e ainda porque:

... J'aimerais mieux que le ciel m'eust permis
En mourant enrichir mes propres ennemis,
Que vif me voir reduit à si pauvre misere
De honteux emprunter un liard à mon frere ..

Mas assim tão simples, nem seria digno de poeta, nem da sua inteligência. Ressalva pois:

Ils sont faits pour nourrir les pauvres escoliers [*les biens*]
Les pauvres orphelins, les pauvres prisonniers,
Les pauvres estrangers, les pauvres souffreteuses
Qui n'osent mendier, tant elles sont honteuses...
les pauvres indigens .. (IV, 336–355.)

Itália e **Portugal.** — Não achámos, nestes dois países, escritores plutocratas, nem mesmo com as restrições que vimos para espanhóis e franceses. Na Itália o próprio *Machiavelli,* o defensor da perfídia, não pugna pela riqueza.

*

A riqueza é um mal social e individual. Espanha. — É *Ayala,* o próprio chanceler do rei de Castela, quem, no seu célebre livro, se revolta contra as exacções cruéis dos senhores, dos magnates e a verdadeira devastação e ruína que essas exacções causam nos povos:

Los huerfanos y biudas, que Dios quiso guardar
En su grant encomienda, veo les hozes dar: (ao Rei)
«Acorre nos, Señor; non podemos durar
Los pechos y tributos que nos fazen pagar
De cada dia veo asacar nuevos pechos,
Que demandan los señores de mas de sus derechos;...
..., estan aparejados
Para bever la sangre de los pobres cuytados;... (I, Est. 240-41)

Do moravam mill oñes, non moran ya trezientos,
Mas vienen que granizo sobre ellos ponimientos;
Tuyen chicos y grandes con tales escarmientos,
Ca ya bivos los queman sin fuego y sin sarmientos... (I, Est. 260.)

Um *Anónimo* diz serena e sensatamente:

Quien ha mas estado mas dolor padesçe
Por se sostener é non dar cayda;
El que se contenta com qualquier medida
Este es el que rreyna é bive en lideçe.
El que mas tomare mas ha de dexar,
Quien mas alto sube mas ha de deçir;
El que mas alcança mas cuenta ha de dar,
Quien ha mas rriquezas mas deue partir. (I, p. 169.)

Santillana, exclama por seu lado, aflitivamente:

Vi thesoros ayuntados
Por grand daño de su dueño
Quánto valen mis riqueças,
Tierras, villas, fortaleças
Trás quien mi tiempo perdí!
¡O fambre de oro rabiosa!... (II, p. 104.)

Mena, depois de aconselhar a repulsa da cobiça na copla 223.ª, acrescenta, com a grande autoridade do seu nome:

Demas que fortuna con grandes señores
Estado tranquilo les menos escucha
Y mas amenudo los tienta de lucha
Y anda jogando con los sus honores
Y como los rayos las torres mayores,
Hieren en antes que no en las baxuras,
Assi dan los hados sus desaventuras
Mas alos grandes que alos menores. (Cop. 226.ª.)

Diego de San Pedro aponta, com louvável concisão, as desordens sociais que o desejo da riqueza provoca:

D'alli vienen opiniones
Que dañan las voluntades;

D'allí salen divisiones,
D'allí se siembram quistiones,
D'allí nascem mortandades:
Y como los coronistas
Afirman los hechos tales,
Notando las cosas vistas,
D'alli se vieron conquistas
Entre todos los mortales... (IV, p. 27.)

Estuñiga proclama:

Y quien es mas ensalçado
Esse está ménos quieto... (II, p. 168.)

C. P. de Herrera aconselha a que se não imite:

Al que se pierde y deshonra
Con su riqueza y su bien.
Al que busca en alto estado
Firmeza y seguro abrigo. (42.° II, p. 241 e ss.)

Rioja, referindo-se à riqueza:

... cómo á sombra alegría
Y de sosiego engañas!
El que vela en tu alcance y se desvia
Del pobre estado y la quietud dichosa,
Ocio y seguridad pretende en vano.
Ninguno hay que se vea
Por tí tan abastado y poderoso,
Que carezca de miedo (42.° II, 385.)

Cetina estigmatiza a vesânia:

¿Qué os parece, Señor, destos Señores?
De su ambicion y envidia ¿qué os parece?
Qué de la multitud de servidores?
¿Qué decis de la pena que padece
Un grande si otro le ha pasado en nada,
Y como la igualdade mal compadece?

¿Qué decis del tener mesa parada
Todas horas á todos do hay algunos
Que desean probar en él su espada?
¿Qué decis del sufrir mil importunos?
.....
Y el otro que ni duerme ni reposa
Por llegar à aquel grado que desea,
¡Qué vida tan estrecha y trabajosa! (42.ª 1, p. 45.)

França. — *E. Deschamps*, que escreve ao mesmo tempo que *Ayala,* é, na França, o eco e o complemento do chanceler, um e outro em versos de melodia aínda rude. Eis o que diz do rico, que não está longe do que, pouco depois, dirá a *Satire Ménipée:*

Regniez est, maugriez et laidis
Et a telz gens dit, car d'eulx ni li chant:
Ja riches homs n'y a en paradis.
Car riches veult les autres subvertir
Et tout avoir; prandre aux povres le leur
Trop convoitier, faire chascun martir,
Sanz regarder n'a pitié n'a honeur...
Qui ainsi fait ou le tient pour vassault,
Mais en la fin, leur faurra faire un sault
Dont la mort fait tumer les plus hardis
En l'infernal palut, par leur default:
Ja riches homs n'ira en paradis... (1, p. 73.)

Cristine de Pisan viu muito bem o perigo:

Ly jeunes homs qui se tient en oyseuse
Legierement chiet en voye noiseuse. (III, p. 51.)

La *Satire Ménipée*, num realismo lingüístico, com sabor a tumultuar revolucionário:

«Mais maintenant, qui se peut vanter d'avoir de quoy vivre pour trois semaines, si ce ne sont les voleurs, qui se sont

engraissez de la substance du peuple et qui ont pillé à toutes mains les meubles des presents et des absents?... (p. 453.)

... Nous n'aurons plus ces sangsues d'exacteurs et maletostiers; on ostera ces lourds imposts qu'on a inventé à l'Hostel-de-Ville sur les meubles et marchandises libres, et sur les vivres qui entrent aux bonnes villes, où il se commet mil abuz et concussions, dont le profit ne revient pas au public, mais à ceux qui manient les deniers et s'en donnent pour les joues. Nous n'aurons plus ces chenilles, qui sucent, et rongent les belles fleurs des jardins de France, et s'en paignent de diverses couleurs, et deviennent, en un moment, de petits vers rampants contre terre, grands papillons volants, painturez d'or et d'azur... (p. 462.)

Pontalais, muito pessoal, encara, preciosamente, aspectos novos das tropelias, crimes e infâmias, filhos da riqueza e ociosidade dos grandes, dos magnates:

Aujourd'huy qui n'a faict bastardz
Ou despucellé des pucelles
Qui n'a joué à tous hazardz
Et vendu ses chevaulx et selles,
Qui n'a deceu laides et belles,
Qui n'a prins noyses et debats,
Il n'est point des nobles estatz.
Qui n'a pillé, bruslé et ars,
Qui n'a forcé les damoiselles,
Qui n'a robé de toutes parts
Beufz, pourceaulx, robes et vaisselles,
Qui n'a desrobé les cotelles
Des povres gens, et mis au bas
Il n'est point des nobles estatz... (1, p. 537.)

Saint-Gelais foca a prodigalidade do herdeiro rico:

... Tu vis auprès de ton argent
En homme povre et indigent,
Comptant et rognant tes morceaux
Pour des biens croistre les monceaux.

Est ce affin que ton héritier
Ait mieux de quoy se festier
Joüissant de tes abstinences?... (I, p. 137.)

Ronsard desenvolve o assunto, pondo a nu, com crueza, êste prejuízo irremediável:

... on auroit plus desir
D'amasser tant de biens, pour les laisser en proye
D'un indigne heritier, qui sautera de ioye
Gaillard apres ta mort, qui de mille festins,
Masques, cartes, dez, musique et baladins
En trois ou quatre mois rendra ta bourse vide...
Nourrissons maquereaux, desbauchez et putains
Naquets, flateurs, menteurs...
et ne font en nul lieu
Conte de leurs parens, n'y des pauvres de Dieu... (IV, 336-55.)

Itália. — *Machiavelli* repele mui poèticamente a ambição e a avareza:

Per privarci di pace, e por ci in guerra,
Per torci ogni quiete et ogni bene,
Mandò due furie ad habitare in terra...

Petrarca insurge-se igualmente contra o vício tremendo, no *De avaritia vitanda*, *Op. omnia,* p. 607, e aínda em outros muitos lugares da sua obra.

Sannazzaro diz que já não há amigos e que «La fede è morta et regnano l'uvidie» p. 99. E logo depois: «Si segnio reggia al mondo l'avaritia..., p. 101, para exclamar com desconsôlo: «un tempo quando il mondo non era si colmo de vicii» p. 194.

Vitória Colona admira se de que os homens sejam tam estultos:

Procacciamo di far nojosa e greve
La vita che troppo è misera e breve.

Quello per aver fama in ogni parte...
Quell'altro ingordo d'acquistar tesori ..
Altri nelle gran corti consumando...
Altri poi vaghi son d'esser pregiati...
Chi vive senza mai sentir riposo...
E cosi senza mai stringere il seno
Con la ragion a questi van desiri
Dietro al senso correndo, il viver pieno
Traggono d'infiniti aspri martiri;
Che tranquillo seria puro e sereno
Se senza passion, senza sospiri
Lieto godendo quanto il ciel n'ha dato,
Vivesser con modesto ed umil stato. (p. 101.)

Alamani, como *Deschamps*, põe no inferno, os ambiciosos:

Chi non sa che'l camino da gire al cielo
E di spine ripien sassoso e erto,
Che cangiar face innanzi tempo il pelo?
L'altro è sempre a chi vuol piano e aperto,
Che scende il basto a la città di Dite,
Onde i piu vanno dietro al vulgo incerto:
Per questo andati son quei ch'han seguite
Ricchezze e pompe. . (p. 66.)

Portugal. — O infante *D. Pedro* cita, sensatamente, naquela sua linguagem de pesado equilíbrio e impassibilidade, quási todos os males da riqueza — o mal-estar social, a corrupção dos herdeiros, a vergonhosa mendigaria e a morte à fome:

... todos os principes devemos squyuar scacesa... mas os que desto (da riqueza) som despensseyros, em tall guisaençarom o que deuyão dar a outrem que muytas vezes soo por empeecerem fazem proueyto, eençarando, e escondendo o que podem aver som aazo de outrem achar que despenda. E se os bẽes temporaaes fossem razoadamente partidos, e dello filhassem encarrego os que o bem poderyão fazer nom auerya em a Chrisptandade mendigaria uergonçosa: E a

morte nom seria em muytos segundo que he per fame crueuel antecipada. E esto se poderia poher em obra tomando inquyricoões dos pobres minguados, e fazendo celleyros... (p. 64.)

O seu filho, na *Tragédia...*, diz que os avaros e *negoçiantes* que mentem e quebrantam a fé e desejam novidades, batalhas e derramamento de sangue «pensando em agua turbia pescar e facer se grandes» hão-de penar, perpètuamente, «en el infierno adonde no es redempçion» (p. 103 e ss.) Aproxima-se de *Deschamps*.

Gil Vicente acha que o maior mal do reino é o domínio da cobiça:

> Por cierto el maior mal
> Y que en mi reino mas impuerta,
> Es la justicia estar muerta,
> Y el derecho mortal,
> Y la cobdicia despierta... (II, p. 155.)

Sá de Miranda junta-se a *Vitória Colona*, na idea e na gravidade do verso:

> Esta entrada em nossos peitos,
> Faz neles estragos tais,
> Que ermos jazem e desfeitos
> Abertos por mil portais
> A qualquer rumor sujeitos.
> Escravos mais que os escravos
> Por razão e por justiça,
> Deixaivos de vossos gavos,
> Que vos vendeu a cobiça
> A mar bravo e a ventos bravos. (p. 70.)

A égloga *Basto*, onde o poeta encarna no pastor Gil a imanente revolta dos povos, põe por seu lado, a nu, a desordem social e é um interessante e sincero relatório de uma

reforma agrária ou *regionalista*. Transcrevemos da ed. de D. Carolina:

Cuidei de sair da guerra,
Não sabemos tras que andamos
Que eis que achei ca tais amos
Que se têm por deus da terra.

Mandão em despovoado,
Não lhe vai ninguém a mão;
Usão muito do cajado
Com rezão e sem rezão.
Cuidão que para eles sôs
Fez deus a noite e o dia;
Mas lembrar se lhe devia
Que são homens como nos.

Vivem dos nossos suores,
O como não digo eu;
Ou bem ou mal, são senhores
E o demo tudo lhes deu.
Ja o al podera passar.
Isto, meu irmão, não posso:
O entendimento que é nosso
Não no-lo querem deixar.

Comem trigo e nos d'avea,
Eles bebem, homem sua,
Doi lhes pouco a dor alhea,
Querem que nos doa a sua.
Isso como pode ser?
Mal pola parte mais fraca!
Têm o queijo, têm a faca,
Cortão dêle a seu plazer.

Dormem tam cheo seu sono
Que às vezes mortos parecem.
Ao trosquiar achas dono,
Nas pressas não te conhecem;
E que pesar de rezão:
Quando te hão mister, es seu,
Quando os has mister, es teu.
....

De nos te digo outro tanto:
Somos tais o dia d'hoge
Que muitas vezes me espanto
Do sol, que de nos não foge,
E dos vales e dos montes
Que dão herva aos armantios,
E que não tornão os rios
Atras pera as suas fontes.

Pelo qual, com meu fardel
Fugi das vossas aldeas.
Não trago nos beiços mel
Que não são crestas colmeas
Des i tenho um coração
(Que isto é o que mais me empece)
Que outro senhor não conhece
Salvo verdade e rezão...

Fr. *Heitor Pinto* diz, mansamente, a profunda verdade, no célebre apólogo:

«... enche-se o rico e os pobres perecem e quanto mais cheio está o estâmago (o rico), quanto mais embaçado está o homem, tanto mais minguados estão os membros que são os pobres.» (1, p. 198).

Fr. *Agostinho da Cruz*, depois de repelir a escravidão das riquezas, compunge-se com a fatal decadência, a desbragada corrupção dos grandes e filhos de grandes:

Ainda que mais males não tivera
Que bens na terra tem, que ser cativo
Delles, por isso só fugir devera... (p. 19.)

Quantos feitos antigos, que façanhas
Por terras tão estranhas semeadas
Vemos já sepultadas pelas mãos
Dos filhos, dos irmãos, em tempo breve! (p. 38.)

Que se pode esperar do vicioso,
Que nunca soube armar lousa, nem laço,
Ou por não ter ingenho, ou ser mimoso?

Não se corre de ter o mole braço
Mais destro em revolver cartas e dados,
Que contra os infiéis as pontas d'aço!
Dá-lhes pouco de serem apoucados,
Pusilanimes, vis, baixos de esprito,
E noutros mores erros sepultados. (p. 83.)

Caminha, muito a propósito, de-certo por experiência própria, acentua outro mal não pequeno:

Cuido que tenho um amigo...
Em quanto o interêsse dura,
Ou cousa alguma s'espera,
Está a amizade segura,
Mas logo se vê rotura
Se d'elle se desespera .. (p. 101.)

E mais adiante acentua a desonra irremediável dos ambiciosos:

O que cheo se vê de vãos favores
Da fortuna, que sempre é duro imigo
Cuidas qu'o esprito tem livre de dores?
Antes tem (como sabes) mór perigo,
Que quanto a fortuna é mais tida em conta
Muitos mores receios traz comsigo...
Enchase a casa toda, ou seja bem,
Ou seja mal, cumpram-se os appetitos,
Que tanto crecem mais quanto mais vem.
Enganadas tenções, baixos espritos,
Que por tam baixo preço assi se vendem .. (p. 131-132)

Côrte-Real diz que ao *Templo da Mentira*, onde vai «número quási infinito de gente», também vão, em romagem:

Aqueles que mundanos bens procuram
Por ilícitas vias acquiridos

provocando a desordem social, com enganos do «povo idiota e simples» (II, p. 36-39). *Camões*, porque o seu poema *con-*

tinet materias universas, não poderia esquecer tão importante assunto e, não podendo alongar-se nêle, regista, naquela sua forma petrificada e aforística, a cegueira dos pais que trabalham por deixar riqueza:

> Escuros deixam sempre seus menores
> Com lhe deixarem descansos corruptores. (VIII, 40.)

É também a tese de João de Barros, no *Diálogo da Viciosa Vergonha.*

Prestes aduz um dos tantos arrependimentos angustiosos:

> ... eu por mim me matei;
> pois casei como casei
> pois me enganou ouro e prata:
> que não me diga ninguém!
> Boa condição na mulher
> este é o ter,
> o mais tenha quem o tem;
> que ter para não viver
> é melhor sem ter morrer,
> ter sem vida não sustém. (p. 415.)

Luís P. Brandão solta lágrimas sinceras perante os horrores da ambição:

> E como gritos rompem os leves ares,
> Dos pobres, que da pobre enxada, ou roca
> Hão de pagar tirando o pão da boca.

Francisco de Andrade, talvez lembrado de Fr. *Agostinho* e de *Camões,* trindade que debaixo dêste aspecto forma curioso paralelo com *Pontalais, Saint-Gelais* e *Ronsard,* diz no seu estilo quási redundante, pautado, polido, ronceiro:

> Destruidora foi de altos conceitos
> Sempre a deliciosa ociosidade,
> Por esta se perderam grandes feitos
> Que mereceram ter perpetuïdade:
> Esta abate os mais duros fortes peitos,

Amolece a robusta mocidade,
Abre a porta a danados exercícios,
Semeia na alma, enormes, torpes vícios. (IX, 1.)

É impotente, é vento, é fumo. Espanha. — *D. João Manuel*, naquele seu belo ramalhete de máximas morais, respigadas nas melhores fontes da experiência dos homens que o precederam, concede que o conde de Lucanor junte riquezas, mas que sejam de «buena parte»; no entanto aconselha-o a que junte mas é tesouro de boas obras, único em cuja constância é lícito confiar. É êste conselho e não aquela concessão, o que êle confirma com a costumada máxima:

Gana el thesoro verdadero
Guarte del fallescedero. (p. 38, r.)

acentuando pouco depois noutro conto, a inanidade e incons tância dos bens da terra:

Quien por gran codicia de aver se aventura
Sera maravilla si el bien muncho le atura. (p. 57, r.)

Estúñiga acha que a riqueza nem chega a ser propriedade nossa:

Que los bienes que tenemos
D'emprestado los tomamos,... (II, p. 170.)

Gómez Manrique reconheceu também tal emprêstimo, talvez antes de Stúñiga e dá, com certeza antes de *Malherbe,* mas à riqueza, a duração das rosas, no vigor castelhano, na fluência poética, próxima da de *Castillejo:*

Pues deveys menospreçiar
Estos movibles estados

E thesoros mal ganados,
Ca no los podeys levar
.....
El tiempo de tu bivir
No lo despiendas en vano;
Que vicios, bienes, honores
Que procuras,
Passansse como frescuras
De las flores!
.....
Que todas son emprestadas
Estas cosas,
E no duran mas que rosas
Con eladas.
Alixandre fue señor
De toda la redondeza,
Hércoles de fortaleza,
Mida de tanta riqueza
Que no pudo ser mayor;
Pero todos se murieron
Y dexaron
Esto tras que trabaxaron
Y corrieron.
.....
Que las vestiduras netas
Y ricamente bordadas,
Sabe que son enforradas
De congoxas estremadas
E de passiones secretas;
Y con las taças febridas
De bestiones,
Amargas tribulaciones
Son bevidas.
Mira los Emperadores
Los Reyes y Padres Santos;
So los riquisimos mantos
Trabajos tienen y tantos
Como los cultivadores
.....
Que cuanto mayores tierras

Tienen e mas señorias
Mas ynmensas agonias
Sostienen noches e dias
Con libranças y con guerras;... (III, p. 42-57.)

O outro *Manrique* (Jorge) segue as pisadas do tio com igual elegância e energia do redondilho ibérico:

Las dávidas desmedidas
Los edificios rëales
Llenos de oro
Las baxillas tan fabridas,
Los enriques y reales
Del tesoro;
Los jaezes e cavallos
De su gente y atavios
Tan sobrados,
¿ Donde yremos á buscallos?
¿Qué fueron sino rocios
De los brados?... (III, p. 118.)

Guevara acrescenta com gravidade sentenciosa:

Que las glorias deste mundo
Todas passan como viento. (III, p. 241.)

Medrano, em primoroso soneto de hendecassílabo italiano, apresenta argumento novo, rindo-se talvez, olìmpicamente, do estrebuchar mesquinho dos humanos:

Cuanta la tierra es toda comparada
Con el inmenso cóncavo del cielo
Un punto breve, y deste punto el hielo
Dos partes y una el sol tiene abrasada
De otras que restan dos, que está ocupada
De tierra con los mares, ¡qué de suelo
Yermo está por inútil oh Marcelo!
Y á nos un quinto resta deste nada.

Sobre él naciones tantas á porfia
Sangrientas, y sin fin se mueven guerra
(Durarles ha su posesion, ¿qué dia?)
Mas, pues tal es, y á estos llamam bienes,
En el quinto de un punto, que es la tierra,
Para te envanecer ¿qué parte tienes? (35o.)

França. — *Christine de Pisan* dedicou ao assunto, na sua linguagem serena e amável, uma interessante quadra sentenciosa:

Se tu es noble ou tu t'i tiens
Ou moult riche toy et les tiens,
N'en soies pour tant orgueilleux,
Car tout n'est qu'un vent perilleux. (III, p. 34.)

Alain Chartier irrompe, numa quási imprecação, contra loucura dos homens, com energia e rudeza bem afastadas da serenidade de Christine, sua contemporânea:

O folz des folz, et les folz mortelz hommes,
Qui vous fies tant ès biens de fortune
En celle terre, ès pays où nous sommes,
Y avez-vous de chose propre aucune?
Vous n'y avez chose vostre nes-une,
Fors les beaulx dons de grace et de nature... (I, p. 399.)

Ronsard expõe, desta vez com bonomia, porque se dirige a um rico, as suas ideas sobre a fragilidade, a inconstância da Fortuna. Depois de, em várias partes, ter afirmado que o dinheiro nem livra da morte, nem da doença, diz com natural hipérbole:

... Je sçay que tu contes assez
Des biens l'un sur l'autre amassez
Qui périssent comme fumée,
Ou comme un songe qui s'enfuit
Du cerveau, si tost que la muit
Au second somme est consumée.

L'un au matin s'enfle en son bien,
Qui au Soleil couchant n'a rien
Par disfaveur ou par disgrace,
Ou par un changement commun,
Ou par l'envie de quelcun
Qui ravit ce que l'autre amasse... (II, 454.)

E antes disto:

«Ha, si l'or pouvait allonger
D'un quart d'heure la vie aux hommes...» (II, p. 363.)

Remy Belleau diz que nem todo o ouro do mundo o aquece ou arrefece; arvora-se até em arauto da imprevidência, escudando-se no argumento realmente irrespondível, mas inconseqüente, de que ninguém tem a certeza de viver no dia seguinte:

Ni Gyge Prince de Sarde,
Ni l'or, ni l'argent retarde
Mon plaisir d'un petit poinct:
De cela ne me chaut point.
Aux Roix ie ne porte envie,
Seulement ie me soucie
De parfurmer de senteurs.
Ma barbe, et de mille fleurs
Faire un torti à ma teste,
C'est le soin qui plus m'arreste
Dés le matin jusqu'au soir
J'ai souci non de l'espoir
Du landemain: car qui est-ce
Qui de le voir ait promesse?
Boy donc et pren ton plaisir... (p. 297, v.)

Pouco depois desta confissão do maior prazer possível para o corpo — desejo muito acentuado dos poetas franceses dêste tempo — insiste: «Que la richesse ne peut rien contre la mort» (p. 3oo r.)

*

Itália. — *Brunetto Latini* regista, no seu francês mole e desarticulado, a impotência do ouro:

«Tuit vendrons à la mort, ou tost ou tart; jà maisons ne terres ne monciaus d'or ne osteront les frevres dou cors lor seignor; car quant il est malades, cil qui est convoiteus de gaagnier et a paor de perdre, autressi li aident à celui qui a mal as ieulx... (p. 442.)

Dante, lá da altura do seu génio sublime, deixa caír dois tercetos de anátema:

Or puoi, figliuoli, veder la corta buffa
De'ben, che son commessi alla fortuna,
Per che l'umana gente si rabbuffa.
Chè tutto l'oro ch'è sotto la luna,
E che già fu, di queste anime stanche
Non poterebbe farne posar una. (*Inf.* VII, vv. 61–66.)

Portugal. — Também *D. Duarte* reconhece com a sua atilada prudência e estremada sansatez, que o tesouro da terra «os ladrões o furtam, ratos o comem, ferrugem e traça o gastam»... (p. 175.) Já antes, êle condenara a sandice humana:

«Outra maneira he de vã gloria... em que muytos dos que som chamados entendidos caaem por fantesiarem no que nom possuem, nem estam despostos para haver; huũs em stados, outros em riquezas, guerras, vencimento, e vyda com viço repousada. E destas fantesias recebem folganças e sandeu prazer, que os tira de pensarem e obrarem no que lhes compre... (p. 74.)

E já quási no fim do seu precioso livro, insiste em repelir a desvairada cobiça e aconselhar a santa resignação. (p. 232-33.)

O seu sobrinho, o *Condeslável D. Pedro,* eivado de misticismos, como seu pai, diz que os bens da fortuna, nem mesmo são bens:

«Bias... echado de su çibdad llevo una sala vestidura... respondio: «todos mis bienes comigo llevo, juzgando los bienes de la fortuna no ser bienes, e solo aquellos ser bienes que son fixos en el animo, sobre los quales la fortuna, ni los principes, ni aun la muerte no tiene poder. A estos tales preçia tu e adquire e busca com toda diligencia...» (p. 102 da *Tragédia...*)

Fr. Marcos de Lisboa, naquele seu belo e curioso catecismozinho, acha «... grande soberba procurar grao alto; sempre o diabo nos incita a cousas altas, a procurar honras, a fugir a baixezas porque o que sobe desta maneira caia por detrás, depois de pouco tempo senhorear e avexar os pobres...» (p. 106)

Fr. Heitor Pinto, que, como veremos, defende a mediania e só muito atenuadamente é místico, prorrompe em gritos de desespêro contra o desatino, a vaidade, a cegueira, a loucura dos homens... e das mulheres. Eis o seu mostruário quási completo:

«Tais hai que nos peitos, e nas orelhas, e nos braços e nos dedos, trazem quási roubado o amparo dos tristes e o remédio dos pobres. Estão com a rica tapeçaria cobrindo as paredes insensíveis e não cobrem nem aínda com baxos panos, os pobres de Jesus-Cristo, que andam nus, perecendo de frio e de fome. Seu cuidado é satisfazer, uns á suas cobiças e avarezas, outros a suas pompas superfluas outros a seus edifícios sumptuosos em demasia, outros a suas ricas baixelas, outros a suas tapecerias de excessiva fineza, outros a exquisitos mármores e alabastros e pinturas... O desatinos intoleráveis! ó gente cega... ó tempos, ó costumes, ó meras vaidades». (II, 129.)

A *Sá de Miranda* não escapou um aspecto importantís

simo da questão: — o desejo das riquezas, por crescer proporcionalmente à sua aquisição, torna-se cada vez mais pungente e insuportável. É o homem a tirar água com o cesto.

Ouçamos, com a veneração que merece, o nosso filósofo quinhentista:

> Onde pode mais caber
> Sinal é que fica vão,
> Que se pode mal encher,
> E os corações hão de ser
> Ricos, que os cofres não. (p. 69.)

Bernardes segue-lhe na esteira:

> O rico com seu ouro lá se avenha,
> Não se farta cobiça com riqueza,
> Mais arde o fogo quando tem mais lenha. (I, p. 28.)

Francisco de Andrade exara idêntico conceito da sêde que, nem com «grã cópia» de riqueza ou bens alheios, se sacia. A concisão e beleza igualam as dos outros dois:

> Não lhe mata a grã copia, a bruta sede
> Antes lh'a acende mais, e mais lhe pede. (XIII, I.)

Infelizmente deixa êle esta concisão, para, no seu estilo que dilui tôda a energia de dizer com emoção artística perene, insistir na idea de *Stúñiga*, *G. Manrique* e *Alain Chartier*:

> Grã falta deve ter de entendimento
> Quem dos bens da fortuna se confia,
> Porque êste em cousa vã pôs fundamento,
> Êste um cego tomou por seu guia.
> O que do mundo tem conhecimento,
> E dos seus bens entende a mor valia,
> Tem, quando está mais alto, mor receio
> Porque vê que se serve do que é alheio.
> O Reino, o grande Império, o grande estado
> De que mais tem quem menos o merece,

Como é bem que a fortuna dá emprestado
Poucas vezes grão tempo permanece.
E o que do seu vê mais senhoreado,
Quando estar mais seguro lhe parece
Lh'o tira, ou de afastada ou de corrida
E às vezes, trás o bem, lhe tira a vida. (VIII, 1 e 2.)

Antes de *Andrade*, já o Dr. *A. Ferreira* o dissera mais rica e poèticamente, com aquela serena gravidade de poeta do Renascimento:

Não descança, não mora
Sancta felicidade
Em torres, em thesouros, em grandezas,
Errada vaidade!
Isso bens são de fora,
Nosso só he o saber, que tanto prezas.
Tudo al são pobrezas... (I, 120.)

O mesmo *Ferreira* lembra sensatamente:

Parece bem a purpura, e o marfim,
Os luzidos metaes, a prata fina;
Mas eu vou, eles ficam cá sem mim... (II, p. 106.)

A. Prestes diz o mesmo com indiferença ou talvez um riso de amargura:

... bens cá hão de ficar,
São como as ondas do mar
ei-las vem e ei-las vão... (p. 390.)

Camões, com idêntica atitude, recorda e põe em relêvo, com o recurso clássico, as ideas de *B. Latino* e de *Dante:*

Consumiram-te os anos,
Ó Cresso tam famoso,
Sem te valer teu ouro precioso.
Todo o contentamento
Crias que estava em ter tesouro ufano!

¡Oh falso pensamento,
Que à custa de teu dano
Do sábio Sólon creste o desengano... (*Ode*, IX.)

Anátema! Espanha. — *Medrano* completa aquele seu belo soneto da vaidade da riqueza, com repulsa delicada, em verso polido:

Qué pide al cielo el bien disciplinado
Filosofo? De Creso no el tesoro
Ni de Midas el oro
Ni de Augusto el estado
Ni el trĩgo que Sicilia fértil siega,
Ni las vacadas de Calabria gruesas,
Ni las anchas dehesas
Que el Guadalquivir riega (347.)
....
No tiene lustre alguno la ocultada
Plata en las avarientas venas, Floro,
De la tierra, y estimo en nada el oro,
Que me sirue de nada. (350.)

Rioja é mais veemente: depois da descrição da riqueza, apostrofa-a com desespêro e termina com um argumento curioso, inesperado:

Y saliste del centro (de la tierra) al aire claro,
A hacer á los hombres cruda guerra.
Pero cánsome en vano, decir puedo;
Que si sombras de bien en tí se vieran,
Los inmortales dioses te tuvieran... (p. 385.)

B. Argensola solta, bem convicto, o anátema emocionante: «oh execrable ambicion...» (p. 302.)

Em *Cervantes,* o problema é imenso, doloroso como o arrancar uma paixão da alma humana. Sancho surge a princípio com uma acentuada propensão para o interêsse, para a avareza, para a vaidade.

A experiência, a desilusão vão-lhe mostrando o engano e, a certa altura, abre ao bacharel S. Carrasco o fundo da sua alma:

«... y si mi señor don Quijote, obligado de mis muchos y buenos servicios, quisiere darme alguna ínsula de las muchas que su merced dice que se ha de topar por ahí, recibiré mucha merced en ello; y cuando no me la diere, nacido soy, y no ha de vivir el hombre en hoto de otro sino de Dios; y más, que tan bien, y aún quizá mejor, me sabrá el pan desgobernado que siendo gobernador; y «sé yo por ventura si en esos gobiernos me tiene aparejada el diabo alguna zancadilla donde tropiece y caiga y me haga las muelas? Sancho nací, y Sancho pienso morir; pero si, con todo esto, de buenas à buenas, sin mucha solicitud y sin mucho riesgo, me deparase el cielo alguna ínsula, ó otra cosa semejante, no soy tan necio, que la desechase; que también se dice: «cuando te dieren la vaquilla, corre con la soguilla»; y «cuando viene el bien, mételo en tu casa» (II, cap. IV, p. 93 95.)

Não está aínda curado, mas já há uma grande serenidade, num forte equilíbrio mental. Mas... pouco depois cai, quando quere defraudar D. Quijote — que torna a repreendê-lo, (cfr. II, cap. XXVIII, p. 203.)

Com a experiência da vida, o triunfo do bem era fatal no tumultuar da alma de Sancho:

«... y no hay estómago que sea un palmo mayor que otro; el cual se pode llenar, como suele decir-se de paja y de heno; y las avecitas del campo tienen à Dios por su proveedor y despensero;...» (II, cap. XXXIII, p. 293.)

E com a experiência completa do seu govêrno na ilha, a cura é radical.

— Después que bajé del cielo, y después que desde su alta cumbre miré la tierra, y la vi tan pequeña, se templó en parte en mí la gana que tenia tan grande de ser gobernador; porque ¿qué grandeza es mandar en un grano de

mostaza, ó qué dignidad ó imperio el gobernar á media docena de hombres tamaños como avellanas, que, á mi parecer, no había más en toda la tierra?»...

Note-se a quási reedição cervantina do argumento de *Rioja*.

*

França. — Neste capítulo temos só *Ronsard* que basta para representar a França e bem. Nenhum poeta até ao seu tempo e muito raramente depois, gozou de uma fama, de glória tão grandes. Era o oráculo da França e de uma boa parte da Europa — título de que se orgulhava e cujo desconhecimento não perdoaria. Escrevia muito; repetia-se. Por isso não é fácil arrumar, concretizar as suas ideas. Vimos o seu hino ao ouro, à riqueza e a apaixonada veemência com que o exalta; vamos ver que esta veemência cresce, esmagando-o, anatematizando-o. Contradição? Em primeiro lugar, são descrições de factos observados. Se numa parte, diz com indignação e nojo: «Et le sale appetit d'amonceler des biens.» (II, p. 229) e agora o que vai ler-se numa violenta ode que truncamos o mínimo:

Celuy devoit mourir de l'esclat d'un tonnerre,
Qui premier descouvrit les Mines de la terre,
Qui becha ses boyaux, et hors de ses rongnons
Tira l'argent et l'or, deux meschants compagnons...
Par luy (l'Or) sortit au iour la discorde enragée,
Par luy se renversa mainte ville assiegée,
Par luy vint le procez, les guerres et le fer,
Et tout ce qui habite au portique d'Enfer.
Luy seul borna les champs: par luy le propre frere
N'est pas frere au besoin, ny le pere n'est pere:
Par luy la foy se fausse, et mille maux divers
Par luy se sont campez en ce grand univers...
O bien heureux le siecle, où le peuple sauvage
Vivoit par les forestes de glan et de fruitage!...

... ains la Tranquillité,
La Foy, la Preud'hommie, Amour et Charité
Regnoient aux coeurs humains, qui gardoient la Loy sainte
De Nature et de Dieu sans force ny contrainte:
L'ardante ambition ne les tormentoit pas:
Ils ne cognoissoient point ny Escus ny Ducats
Nobles ny Angelots, ny ces Portugaloises
Qui sement dans les cœurs des hommes tant de noises. .
Or quant à moy, Baillon, ce metal ie deteste,
Ie l'abhorre et le fuy et le hay comme peste,
Et certes à bon droit: car i'ay tousiours par luy,
En forçant ma nature, enduré trop d'ennuy.
Pour le penser gaigner i'ay courtizé les Princes,
Et les grands Gouverneurs des royales provinces:
I'ay sué, travaillé, escrit et composé,
Quatre heures en la nuit à peine ay reposé,
Ie me suis tourmenté, sans nulle recompense:
Car envers mes labeurs trop ingrate est la France ..
Il (l'Or) en faut seulement pour la necessité
Et pour nous secourir en nostre adversitè:
Le reste est superflu, qui ne sert qu'à nous faire
Ou proye des larrons, ou fable du vulgaire... (IV, 45-48.)

não é isto contradição com o que dissera; é antes o equilíbrio sensato das duas correntes, porque aqui confessa que trabalhou para *ganhar* dinheiro, necessário só para a adversidade e a necessidade e o *hino do ouro*, completa-o com a declaração do seu desejo de mediania, como veremos. Acrescentaremos que a sua repulsão pela riqueza, é várias vezes registada, como, v. g. em II, p. 451.

*

Itália. — *B. Latino,* com firmeza, socegadamente, apoiado em autoridades, expõe o seu conceito:

... en pecune sont conté denier, tresor, aornement, et tuit meuble, de quoi dit Tulles: Nule chose n'est de si petit

corage comme d'amer richesce... (Cita em apoio, Séneca, acrescentando:) Juvenans dit: Nule chose n'est plus haute ne plus honeste que despire pecune, se on ne l'a, et d'estre larges, se on l'a. De trop convoitier ces choses nos rapelent plusors causes: la premiere est parce que vie d'ome est corte... La seconde est parceque convoitise de richesce abat les vertus... la tierce chose est que denier font home plain de vices... la quarte est que nul conquest ne saoule convoitise... la quint est la paor que li avoirs t'aporte... la sisisme est que pecune veult que on soit ses sers... (p. 447.)

Bentivoglio, na *satira sesta, racconta le sue disaventure, e riprende coloro che s'affaticano mossi dall'avidità dell'oro.* Fala por experiência própria, e ela foi tão convincente que, já antes, dissera:

> Cosi cresce 'l desir vile, e immondo
> Del crudel oro, e l'insatiabil rabbia,
> Onde non gusta huom mai viver giocondo... (p. 43.)

Petrarca, em *Opera omnia*, repreende a abominável torpeza dos magnates, em capítulo que intitula: *De reprehensione Regum et principum nostrorum, qui somno, voluptatibus, turpibus lucris, subditorum spolationibus ac caeteris vitiis incumbunt*... (p. 305.)

*

Portugal. — *D. Duarte,* naquele alto bom senso, harmonizador de duas fortes correntes contrárias, escreve no seu preciosíssimo compêndio: «De openyam (sc. riqueza) chamo a ouro e prata, pedras, aljofar, e semelhantes cousas pouco perteencentes a vida»... (p. 192), acrescentando mais tarde:

«Porque alguns leterados e outras pessoas que vyvem em religiom fallam contra os estados dos Senhores, homeẽs de linhagem, riqueza, poderio temporal, e semelhantes, mostrando que som de grande empeecymento, como cousas nom

boas... porque as riquezas, muytas vegadas aproveitam em bem, segundo o Apostollo, que encommenda aos ricos deste mundo que deem de grado aos mynguados... E per contrairo essas mesmas riquezas acrecentam mal quando as ajuntam tam soomente pera as guardar, e pera nom vyver bem com ellas, nem as despender em necessidades dos minguados... (p. 228-229.)

Gil Vicente, põe no inferno, os mesquinhos escravos da ambição — o fidalgo, o onzeneiro, o sapateiro, o procurador, o corregedor, etc., nem mesmo cedendo um lugar na barca do inferno, ao judeu avarento que é levado à toa. É uma alegoria que se cinge ao estreito rigor católico, onde há a aliança da alegoria dantesca e da peninsular das *Danças da morte*.

C. Falcão exclama doce, resignadamente:

E como em a baixeza
do sangue e pensamento
he certa esta certeza
cuidar que o merecimento
está só em ter riqueza (p. 25.)

A. A. Vitória depois de dizer que a *gram riqueza* é o *saber* (p. 53) põe esta exclamação final na bôca do moribundo Egisto, vitima do desejo insano:

grande estado,
laços que sois de morrer
ficay com ho laço armado
dos outros a escarnecer,
que comigo he acabado. (p. 111.)

Sá de Miranda aduz, com a sua costumada sensatez e gravidade:

Fez no começo a pobreza
Vencer os ventos e o mar,

Vencer quási a natureza;
Medo hei de novo à riqueza
Que nos venha cativar. (p. 91.)

Diogo de Teive, no seu latim aforístico, à maneira virgiliana: «Sortem fer animo lubricam | constanti, opesque neglige» (p. 14), sentença que ilustra com estoutra: «Negligere opes, sunt verae opes» (p. 22.) Depois completa o conceito:

Formae decorem et gratiam,
Opes, genus, vires, decus,
Et reliqua fortunae bona
Fac lance in una colloces.
Virtutem in allia ad aethera
Fortuna tolletur levis,
Ad ima virtus tartara
Gravitate descendet sua. (p. 18.)

Fr. Heitor junta ao argumento místico: «... mas nós, como fomos creados para possuír o céu, não tocamos com as mãos na terra, pera a ter e possuír, se não com os pés, para a calcar e desprezar» (I, p. 59), um outro, popular, fradesco: «A avareza e cubiça são (diz Salomão) sanguessugas, porque chupam o sangue dos pobres: e como os avarentos e os cubiçosos são casados com estas duas irmãs, está claro que são genros do diabo, pois elas são suas filhas» (II, p. 72.) Para o jerónimo patriota, tal como *G. Vicente* e outros, não seria êste parentesco que os livraria de estar no inferno, em lugar bem quente.

A. Ferreira dá o seu voto de repulsa:

Soberbas portas, prodigas larguezas,
Vãos faustos, vãs palavras
Ivos longe de mim... (p. 40.)

Fr. Agostinho da Cruz diz nos seus versos de mediana energia:

Vil é a prata e o ouro; a boa nobreza
A verdadeira honra é sam virtude,

Qu'em menos tem que tudo a vam riqueza.
Quem no esprito e no corpo tem saude,
E meammente o necessário à vida,
Só no remédio d'Alma sempre estude.
Os thesouros de Creso, o ouro de Mida
Despreze... (p. 37.)

O irmão *Bernardes* concorda plenamente na *Ode ao Conde das Idanhas:*

Ditoso o que despreza
Os mandos, os tesouros
Dos mores Reis da terra.

Francisco de Andrade, ao contrário da sua eterna placidez, chega a exaltar-se:

Mas o alto Rei, Eterno e Soberano...
Faz com que êste avarento peito humano
Êle mesmo por si tome o castigo;
E procurando o alheio, ache seu dano... (IV, 203.)

Oh cega condição, vil, baixa e indina
De pessoa real, real conceito,
O qual (se não perverte a natureza)
É senhor, não escravo da riqueza. (XII, 75.)

b) *A Pobreza*

A defesa. Espanha. — Como é sabido, são os ascetas, os místicos quem propugna pela pobreza, como ideal de vida.

Não nos esforçámos em recolher os seus laudos que encheriam muitas páginas, sem que fôsse lícito concluir por qualquer norma a seguir pela generalidade das pessoas. Por isso, citamos apenas os argumentos fundamentais de um ou outro e aínda de vários autores com certa eiva mística. Um dos tais argumentos e um dêstes é *Don Juan Manuel:*

Gana el thesoro verdadero (o de «buenas obras»)
Guarte del fallescedero (o dos bens temporais.) (p. 38, r.)

Por la pobreza nunca desmayedes
pues que otro mas pobre que vos vedes... (p. 59, v.)

Idênticamente, *C. P. de Herrera* aconselha que se deve seguir:

Al que juzga por muy bajos
Los tesoros de la tierra. (p. 241 e ss.)

França. — *Helaine*, aí pelo século XIV, escreve um panegírico da pobreza e da vida pastoral. Depois, *Franc-Gontier* adopta estas ideas e propaga-as com entusiasmo no seu livro *Les ditz de...* Mais tarde é êste livro contraditado por um outro que tem por título: *les Contredictz de Franc-Gontier*, parece que da autoria de *Pierre d'Ailly*. Ora *Villon* põe em relêvo tal disputa, glosando os *contredictz*. Antes de vermos qual a sua opinião, tinha êle dito:

Necessité faict gens mesprendre,
Et faim saillir les loups des boys. (p. 69.)

En povreté me guermentant,
Souventes foys me dit le cueur:
«Homme, ne te doulouse tant
Et ne demaine tel douleur,
Se tu n'as tant qu'eust Jacques Cueur.
Mieulx vault vivre, soubz gros bureaux,
Povre, qu'avoir esté seigueur
Et pourrir soubz riches tumbeaux»! (p. 75.)

Bien heureux est qui rien n'ya! (p. 98.)

Agora põe o problema em discussão:

Car il loue sa povreté:
Estre povre, yver et esté,
A felicité il repute:
Ce que tiens a malheurete.
Lequel à tort?

faz, a seguir, considerações várias para terminar sempre com o estribilho:

Il n'est tresor que de vivre à son aise... (p. 148-50.)

Quere dizer: para *Villon*, a discussão é inútil, uma puerilidade e nem num nem outro estado há o bem desejado, ou então há em ambos, de-certo com alternativas. É o que se confirma por êste balanço final, em que cada palavra vale e deve ser pesada como um diamante:

Il n'est danger que de vilain,...
Ne puissance où il n'ait envie,
Ne chere que d'homme joyeux;
Ne povreté que maladie,...
Ne richesse que d'estre saim...
Ne tel tresor que preudhommie. (p. 231-32.)

Nem antes, nem depois desta discussão, vimos qualquer elogio da pobreza, a não ser nos místicos, como v. g., *Hugo de S. Victor*.

*

Itália. — É italiano o campeão, o apóstolo exaltado e sublime da pobreza, *S. Francisco de Assis*. A acção sublime dêste homem célebre contra o orgulho, a vaidade, a ambição exerceu e há de exercer ainda uma influência imensamente benéfica na paz social. O seu próprio exagêro, explicado pela gravidade do mal, leva ao caminho do necessário equilíbrio — a mediania. Vamos transcrever da duvidosa tradução francesa, algumas das suas frases e ideas matrizes, bem como de seus discípulos:

... La pauvreté est la reine de toutes les vertus. (p. 82.)
Le testament ancien fut, je le sais, une figure du nouveau. Or telles furent autrefois vos promesses: «Tout bien que votre pied aura foulé sera à vous,

Mais fouler c'est mépriser et la pauvreté foule tout à ses pieds; elle est donc la reine du monde.» «Là pauvreté demeure plongée dans la tristesse, elle est repoussée de tous les hommes. (p. 81.)

La pauvreté est la reine des vertus (p. 115.) C'est le trésor pour l'acquisition duquel il faut vendre toutes choses, et mépriser ce qu'on ne peut vendre, afin de la posséder» até à própria «monnaie de son sens propre»... (p. 115.)

O discípulo *Egídio* acrescenta:

«Les oiseaux du ciel, les bêtes de la terre, les poissons de la mer sont contents quand ils ont la nouriture suffisante» (p. 376.)

«Les fourmis, disait Égidius, ne plaisaient pas beaucoup à S. François, à cause de leur trop grande sollicitude à amasser les choses nécessaires à la vie. (p. 377.)

Outro discípulo *Giacopone da Todi* insiste em explicar:

«... en aimant pas les choses mondaines. Mais ce n'est point assez de ne concevoir aucun amour pour les choses les plus belles et les plus delectables, il faut encore les hair et les mépriser» (p. 413.)

Depois nas *Fiori*, exclama, num hino

Dolce amor di provertade
Quanto tè deggiamo amar

Povertate poverella
Umiltate é tua sorella
Ben ti basta una scudella
Et al bere e al mangiare etc. etc.

Petrarca não vai muito longe disto, quando diz:

Misero mondo, instabil e protervo!
Del tutto è cieco chè'n te pon sa spene... (p. 491.)

Portugal. — O condestável *D. Pedro* diz nas coplas, com convicção:

> Amad, o mortales, la santa pobreza,
> De que ninguno sabio jamas no querela,
> Y assy posseyd la mucha riqueza
> Beatos los pobres, dize el señor... (IV, 224.)

Fr. Marcos de Lisboa diz no seu *A. B cedario*, na letra E, que devemos «escolher a pobreza e a simplicidade...» *Fr. Heitor Pinto* defende: «... se há muitos que dizem bem da pobreza mas fogem dela... a culpa não é dela, é dêles...» Ora esta pobreza que êle defende, não é para tôda a gente, o que julga insensato, mas para os que professam a vida eremítica, para o que «são poucos os escolhidos». *Fr. Agostinho da Cruz* é o nosso tipo de asceta, o doutrinário, ou melhor, o apologista do sistema. ¿Para tôda a gente, com o rigor de S. Francisco de Assis? Não, certamente, pois admite e louva uma mediania rústica. Mas... para os que querem aproximar-se de Deus e viver contentes até com abundância, no seio da Natureza. Lembra-se às vezes de *S. Francisco* e tem frases de arrebatamento místico: «ó rica pobreza! ó falta abundante!» (p. 362) e pede: «De Francisco a pobreza e humildade» (p. 252.) Para êle a felicidade está em proporção com a pobreza: «O ter menos do mundo (he) mais seguro.. » (p. 130.) Onde porém *Fr. Agostinho* é talvez único, é no modo apologístico da sua vida ascética. Leiamos, para saborearmos, a quási alegria orgiástica de um civilizado-salvagem e em versos de belíssima emoção, descrevendo a sua vida solitária na serra da Arrábida:

> Não falta nos desertos agua clara
> A lapa que da calma me defende,
> Se ventar ou chover, tambem me ampara. (p. 29.)
> Não falta aqui da lenha para o frio,

Agoa clara no rio alto, e suave
Que beba, em que me lave, contemplando
Como se move brando numa parte,
E noutra se reparte furioso,
Tornando vagaroso para cima.
Como murmura, e lima a pedra dura,
E como se pendura o ramo verdé;
Como seus raios perde antes da tarde
O sol, quando mais arde d'outra banda.
Por antre a folha branda o passarinho
O seu redondo ninho anda escondendo,
Mil mudanças fazendo com seu canto,... (p. 39) (id. p. 91.)
A praia tem marisco que comer
Ameijoas, bribigões na branca arêa,
Que facilmente posso revolver.
A pedra que dos mares se rodea,
Chea de lapas pardas apparece,
De negros mixilhões inda mais chea.
A vermelha santola não falece,
Outro com seu pé curvo revirado,
Seu não, antes de cabra me parece.
E quando se mostrar muito alterado
O mar, que seu marisco me defenda,
O bosque está daqui pouco afastado.
Quer suba a planta nelle, quer se estenda,
Escolherei no ramo o mais maduro
Fructo sem dano alheo, e sem contenda (p. 107.)
E se caçar quiser eu pelo escuro
(Deito na arribação dos passarinhos)
A pouco na pobreza me aventuro.
Que bem sei enlaçar pelos caminhos
Huns animaes que trazem na cabeça
Dois ramos cada qual cheios de espinhos...

O ataque. Espanha. — Em linguagem mais subtil e cautelosa que a do *arcipreste de Hita,* por isso muito menos emocionante, escreveu *Ruy P. de Ribera* contra a pobreza, a sátira que vai ler-se. O trecho deve pôr-se ao lado do do arcipreste para se concluir dêles, e ainda de outros do nosso

livro, v. g., infra, um traço inconfundível da literatura e índole espanholas: ausência das meias-tintas, dos claros escuros; rigidez imensa de linhas; apaixonada veemência na resolução monográfica dos assuntos. Vejamos:

... La qual probedat es dolor é vileza,
Tormento aborrido sin comparaçion,
Afan syn rremedeo con desesperaçion,
Por la qual pierde el noble su alteça.
Por esta el grande es menoscabado,
Y es el pequeño del todo perdido.
El alto linaje desque es abaxado,
Es de las gentes en poco tenido:...
El pobre no tiene parientes ni amigos,
Donayre nin seso, esfuerço é sentido,
E por la proveza le son enemigos
Los suyos mesmos por veer lo caydo:...
En cosa que diga nin faga por obra
Non tiene graçia, virtude nin aseo,
E porque á todos en pobreza ssobra
Su dicho es tenido por grant devaneo:
E tiene otra tacha peor que le veo,
Que dizen que es loco sy es esforçado,
E dizen que es torpe sy es sosegado,
Asy que su vida es siempre en desseo.
Si fabla ó dize, maguer que bien fable,
Su fabla de todos es muy aborrida,
E luego le dizen los rricos que calle,
Que assy su rrason nol será oyda.
E sy sin rrazon toviera rreçibida,
Dizen que pase, ca es muy bien fecho;
E sy dize que quiere mostrar su derecho
Maguer verdat diga, non le es creida.
Si fuere escaso, con esta pobreza,
An lo por onbre de poco valor,
E sy fuere franco mostrando nobleza,
Dizen que es loco é desgastador:
E sy es muy alegre é bien fablador,
Llaman le avante é loco syn seso,...

Mas que dolençia nin enfermedat
Cuesta sofrir su trago amargoso,
Que mejor seria tener gafedat
Qu'el bueno en el mundo bevir vergonçoso,
Tristeza é amargura, pesar afanoso
..... (1)
Tormento durable, sudor dolorosso.
En ella concluyen los siete pecados
E della non naçe ninguna virtud;
Los cinco sentidos al pobre dottados
Por ella se pierden é su jubentud;
La su propia casa es el atahud,...
Su esfuerço la muerte é cobro mejor
Que'l pobre aver puede para tal dolor,
El fin de sus dias por mejor salud.
Por ella se cobra la pena infernal
E tiene perdida la durable gloria.
En esto concluyo: no siento tal mal
Que egual con pobreza sea en memoria,
Ca mucha escriptura lo pone en istoria,
E diz que probeza es muerte vesible,
Temor sin rremedio, palpable, sentible
Su casa es infierno, su manjar escoria... (I, p. 147.)

A êste poemeto ou *silva* segue-se um hino à riqueza, que não pusemos sob o de *Juan Ruis* por nem chegar a ser um arremêdo do dêle; e logo a seguir *un dezir como a manera de proceso* sôbre qual seria mais poderoso para destruir o corpo do homem: *a doença, a velhice, o desterro* ou *a pobreza*, cujos «trabajos é dolores é quebrantos... él pasó parte en este mundo.» Tem pois o mérito da sinceridade com o da experiência.

F. de Rioja diz que a pobreza é nua e aborrecida como o inverno, filho dela, e vai ennumerando os seus malefícios:

Diré tus males, sin que mucho ahonde
En ellos; que es muy raro

(1) Falta um verso no códice.

Lo que por glorias tuyas contar puedes.
Tal vez que en su casa un monte asconde
De Numidia y de Paro
En aras y paredes,
Cuando entre el blando lino se rodea,
Puesto de los cuidados en el fuego,
Sin conocerte alaba tu sosiego,
Y nunca, aunque lo alaba, lo desea.
Llegar á ser de alguno al fin loada;
Mas de ninguno apenas deseada.
....
El número infinito de sucesos
Que por ti han avenido ¿ á quien no asombra ?
Hablen los nunca sepultados huesos
Que en las playas blanquean,
De tantos que por falta de sustento
Al mor rindieron el vital aliento.
¿ Cuantos has escondido
En los anchos desiertos
Para que al mal seguro caminante
Asalten encubiertos ?
.....
.....
Los que por sus ingenios merecieron
¡ Oh pobreza ! por ti lo desmerecen.
Mirad quantos hijos van saliendo
Del nunca en vano frecuentado lecho,
Tantos esclavos hoy os van creciendo
Que ocupeis en mezquiña servidumbre
No sin tormento vuestro, no sin llanto; (p. 385.)

Em II, XLIV, p. 134-38, põe *Cervantes* na bôca do árabe Benengeli, uma interpretação da *pobreza* de *Mena*, que creio injusta. cf. p. 35. Vamos ver o modo delicado, engenhosíssimo como *Cervantes* repele a pobreza temporal:

«¡Oh pobreza, pobreza! ¡No sé yo con qué razon se movió aquel gran poeta cordobés à llamarte. «Dádiva santa desagradecida!». Yo aunque moro, bien se, por la comunicación que he tenido con cristianos, que la santidad consiste en la caridad, humildad, fee, obediencia y pobreza; pero con

todo eso, digo que ha de tener mucho de Dios el que veniere à contentar con ser pobre; si no es de aquel modo de pobreza de quien dice uno de sus mayores santos: «Tened todas las cosas como si no las tuviessedes»; y á esto llaman pobreza de espíritu; pero tu, segunda pobreza (que eres de la que yo hablo), ¿por qué quieres estrellarte con los hidalgos y bien nacidos más que con la otra gente?

*

França. — Parece que *Chartier* aprendeu a rude veemência, no *Roman de la Rose:*

Car povre chose, ou qu'elle soit
Est toujours honteuse et despite;
L'heure piusse or estre mauldicte
Qu'oncques povre homme fut conçeu
Car il ne sera jà bien repeu,
Ne bien vestu, ne bien chaulsé
Ne n'est prisé ne avancé... (I, p. 17.)

Christine de Pisan, com a sua imensa sabedoria e bom senso, repele indirectamente, muito longe do tom rompente castelhano, com um argumento implacável das suas sentenças, espécie de colecção das moralidades do *Conde Lucanor:*

Neccessité, besoing, n'avoir nient
Livre plusieurs a inconvenient. (III, p. 56.)

Rabelais dá a sua sentença: Faute d'argent, c'est douleur nompareille .. (II, p. 69 e V, p. 35-45.)

Ronsard tem com *Chartier* a vivacidade espanhola. Vimo-lo já no seu hino ao ouro; na apologia é de uma malícia deliciosa e até em relação a si (como veremos) é de ironia mordaz. Agora, referindo-se à pobreza, é de uma fúria sonorosa e iconoclasta:

... l'aimerois cent fois mieux
Trouver un grand Lion au regard furieux,

Que de la rencontrer : d'un grand Lion la gueule
Se paistroit en deux coups de ma chair toute seule,
Où cette Pauvreté avec ses palles dents
M'engloutiroit tout vif, ma femme et mes enfans...
L'homme est vrayment maudit qui la Pauvreté louë. (IV, p. 336-55

(Continua).

ESTANCO LOURO

VÁRIA

A VIDA DA SOCIEDADE FILANTRÓPICO-ACADÉMICA NO BIÉNIO DE 1926–27 A 1927–28

A benemérita Sociedade Filantròpico-Académica, de tão generosas tradições, esteve, como é geralmente sabido, durante alguns anos, com a sua actividade suspensa.

Felizmente, conservavam o fogo sagrado, além do venerando Presidente Honorário, o saüdoso Professor Doutor Júlio Augusto Henriques, mais alguns dedicados amigos da Instituïção, entre os quais é justo destacar os Senhores Professores Doutores Henrique Teixeira Bastos e José Alberto dos Reis. O primeiro dêstes dois escreveu e publicou no *Instituto*, há poucos anos, um trabalho sôbre a história da Sociedade, que rematava por lamentar a sonolência em que ela à data estava vegetando, e por formular os melhores votos pela sua revivescência.

Satisfazendo estes votos, no princípio do ano escolar de 1926–27, o então Reitor da Universidade, Dr. Fernando de Almeida Ribeiro, cooperado valiosamente por alguns professores, e, entre êles, além do Dr. Teixeira Bastos, os Drs. José Alberto dos Reis e Mendes dos Remédios, e pelas várias associações de estudantes, chamava às eleições de novos corpos gerentes a população académica da Universidade.

Eleita a Direcção, que ficou presidida pelo Dr. Almeida Ribeiro, o primeiro ano de gerência, de 1926–27, foi pròpriamente de restauração financeira e administrativa. Na gerência do ano seguinte, que agora findou, ainda com a presidência do mesmo professor, já a Sociedade começou dando subsídios mensais a três estudantes pobres, num total de 4.500$00.

Teve o venerando presidente honorário, Dr. Júlio Henriques, a grande satisfação de ver revigorada e entrada em nova fase de actividade a sua querida Filantrópica. E, agora, findo o ano de gerência de 1927–28, nota-se que os bens da Sociedade Filantrópica subiram de 16.975$02 para 42.004$55, isto é, aumentaram em 25.029$53, em tão curto lapso de tempo.

Acabam de ser eleitos os corpos gerentes para o ano de 1928–29.

Uma feliz inspiração levou à escolha, para a Direcção, do Professor Dr. Rocha Brito, que goza no meio académico de uma justa e carinhosa popularidade. As qualidades pessoais do eleito, que lhe valeram essa estima geral, juntamente com as dos estudantes muito cuidadosamente escolhidos para a Direcção, muito hão-de concorrer para os benefícios que a Sociedade, por certo, vai colher com a nova gerência. Dá-se mesmo uma circunstância particularmente feliz e de um propiciante augúrio: tal é a de entrar na nova Direcção o estudante José Luís Canavial de Brito Correia Gomes, bisneto do benemérito fundador da Sociedade.

Na presidência da Assembleia Geral, ao Professor Dr. José Alberto dos Reis sucede outro bom amigo da Filantrópica, o Professor Dr. Henrique Teixeira Bastos; e na presidência do Conselho Fiscal permanece o Dr. Luís Carrisso, cujos méritos são por todos reconhecidos e estimados.

O Instituto, velho amigo da prestimosa Sociedade, quere arquivar nas suas páginas os documentos que seguem, referentes às gerências de 1926–27 e 1927–28, e que marcam uma fase importante da vida da Filantrópica, que tão bem entregue fica e que, de ora em diante, tem o direito de supor assegurados os mais prósperos destinos.

Coimbra, 6–11–928.

Relatório e contas apresentados pela Direcção da Sociedade Filantrópico-Académica à respectiva Assembleia Geral, acompanhadas das propostas julgadas úteis para o desenvolvimento dos interêsses sociais

Senhor Presidente,
Meus Senhores.

As propostas que temos a honra de submeter à apreciação da Assembleia Geral foram aprovadas pela Direcção em sua sessão de sete de Abril do ano corrente e, depois, em três de Maio, de novo aprovadas em sessão conjunta de todos os corpos gerentes: Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal, Conselho de Delegados e Direcção. Contêm estas propostas as medidas julgadas mais apropriadas para o momento de renovação que a Sociedade actualmente atravessa; e dos documentos que lhe dizem respeito consta a situação social de forma que dispensa largos comentários.

Do documento N.º 1, consta o inventário dos bens da Sociedade à data de 4 de Abril de 1927 e se vê quais os valores do seu activo. Os

papéis de crédito, avaliados em 5.256$00, foram entregues pela Universidade, dêles depositária, ao actual corpo dirigente e a sua ennumeração consta do documento N.º 2. Entre êsses papéis, há cinco obrigações do empréstimo de 3% de 1905 e duas do empréstimo de 4% de 1888 que, pelas dificuldades de cobrança e pelo seu insignificante valor, julgamos conveniente vender; do mesmo modo pensamos a respeito da obrigação das Docas e das duas Acções do Banco Comercial do Pôrto. O depósito N.º 17.874 da Caixa Económica Portuguesa é da importância de 11.549$97, cuja proveniência se encontra explicada no documento N.º 3. Dêste último documento se vê que no aludido depósito já entram verbas de donativos feitos na vigência da actual Direcção anteriores a 4 de Abril, donde resulta que, entrando êles na escrita do inventário com contrapartida em contas de Capital, não aparecerão como contas de resultados da gerência desde êsse dia 4 de Abril até ao fim do exercício, ao contrário de quaisquer donativos ulteriores que não tenham sido ainda dados como capitalizados.

Entre as verbas do depósito na Caixa Económica Portuguesa figura em 30 de Abril a de 5.000$00, que deve corresponder a uma oferta dum anónimo A. A., que destinava essa quantia, como consta de uma carta, a ser convertida em bons papéis de crédito cujo rendimento fôsse utilizado para auxiliar a formatura de estudantes de uma das Faculdades de Sciências Naturais. Ora, como depois do depósito dessa verba já decorreu bastante tempo, podemos calcular que essa verba estará aumentada pelos seus juros em cêrca de 400$00 e, por isso, nas contas de Capital se constitui um Fundo especial para o subsídio A. A, na importância de 5.400$00. A inscrição da rubrica de Dívidas mal paradas é talvez ligeiramente eufémica, pois a Direcção considera-as perdidas, depois de ter conseguido obter o pagamento de duas outras que deram origem ao depósito feito em 29 de Janeiro e ao depósito de 2 de Abril; por isso, tais dívidas são avaliadas em zero, quanto ao seu valor real.

Do inventário apresentado, vê-se que nas contas de Capital se estabeleceram um fundo para subsídios mensais e outro para subsídios para doença. A intenção da Direcção é não utilizar verbas do Capital senão provisòriamente, e em caso de necessidade, quando no princípio dum ano não haja verbas cobradas já êsse ano que permitam iniciar a concessão dos subsídios. Êsses dois fundos são, pois, para poderem figurar no orçamento ordinário como verbas para socorro eventual do princípio do exercício e, a serem utilizados, há a intenção de os reconstituir ou até aumentar, mantendo-os autónomos ou incorporando-os no Fundo Geral, conforme fôr conveniente, no fim do exercício.

Na ennumeração dos bens inventariados omitem-se objectos de mobiliário, livros, um rabecão, dois tímbales e duas coroas de prata, a que faz referência a última acta das sessões da antiga Direcção. Com efeito, as diligências várias feitas pela Direcção actual mostraram que as peças de mobiliário são hoje difíceis ou impossíveis de identificar quanto às suas espécies e situação; o mesmo para os livros; dos tímbales não há notícia; e o rabecão é um instrumento muito usado, que, como os outros dois, não tem para a Sociedade Filantrópica apreciável interêsse. Quanto às coroas de prata, oferecidas pelos estudantes de Compostela, uma, e pela Senhora Dona Maria Pia, outra, aos estudantes de Coimbra, estão depositadas na Biblioteca Geral da Universidade, mas não se sabe qual a forma e o título por que essas coroas vieram a ser ditas da Filantrópica e até onde vão os direitos desta sôbre elas. Os objectos de mobília e livros terão vindo na máxima parte da antiga Academia Dramática ou Associação Académica. E, por tudo isto, e porque a actual Associação Académica deve razoàvelmente ser considerada como a mais legítima representante dos Estudantes da Universidade de Coimbra, entre tôdas as mais Associações, entendemos que seria curial desistir em favor dela dos eventuais direitos que a Filantrópica tenha a êsses objectos de mobiliário, livros e coroas, tanto mais que a dita Associação acolheu no edifício da sua sede a Sociedade Filantrópica cedendo-lhe um gabinete e ofertando-lhe, para o mobilar, uma mesa, uma estante-armário e oito cadeiras (com a cláusula de reversão em caso de dissolução da Sociedade). Quanto aos instrumentos, propõe-se que o rabecão seja cedido à Tuna Académica, em cuja posse já esta de há muito, bem como os tímbales, caso apareçam e sejam utilizáveis pela Tuna, pois de contrário reverteriam para a Associação Académica, assim como dois velhos instrumentos de sôpro, de metal amarelo (trompas) que, já depois de feito o inventário, foram remetidos pelo Ex.mo Presidente honorário da Sociedade Dr. Júlio Henriques como a ela pertencendo. Finalmente não se mencionam no inventário três retratos que ornam as paredes do gabinete da Filantrópica, porque, se bem que sejam de grande valor estimativo, não possuem qualquer valor venal. O mobiliário de oferta da Associação Académica não figura no inventário porque à data dêste ainda não tinha sido entregue e, de futuro, dada a cláusula de reversão, que torna discutível se há lugar de lhe atribuír valor venal, a ser incluído, talvez o devesse ser apenas a título de memória, que aliás pode encontrar nas actas, neste relatório e em ofícios trocados suficiente equivalência.

Porque todos os recebimentos até à data de 4 de Abril foram incluídos no Activo com correspondência nas contas de Capital, visto

que as despesas até então realizadas foram cobertas particularmente pela Direcção a título de donativos, só ficam susceptíveis de ser orçadas para o ano corrente de 1926–1927 as verbas recebidas ou a receber depois de 4 de Abril. Não deixarão verbas dessas de atingir uma importância apreciável, agora que se aproxima a época das reüniões de antigos cursos em Coimbra, além das dádivas eventuais de cursos actuais como apuro parcial de récitas académicas. Se a Assembleia nisso concordar, por essas receitas poderão vir a ser pagas despesas que ainda se façam no presente exercício, como já as efectuadas depois de 4 de Abril, na importância de 53$00 correspondentes a três livros em branco, um carimbo de borracha, uma almofada para êste e uma régua, e aquelas ulteriores de expediente e diversas, de impressões, de selagem e outras de aprovação dos Estatutos. Parece-nos ser lógico incluir no orçamento para 1926–1927, na despesa, as quantias necessárias para o respectivo pagamento, e todo o restante da receita ter correspondência na despesa em verba de saldo destinada a ser capitalizada.

O orçamento ordinário para 1927–1928, constante do documento N.º 4, na importância, na receita como na despesa, de 9.608$96, pouco mais comentários precisa dos que os que já foram feitos às duas primeiras verbas da receita. A verba N.º 5 da receita é calculada em relação ao número de sócios actualmente inscritos, que variará de ano para ano; e como é natural que a cobrança, que até agora ainda não começou, só venha a iniciar-se a partir de Outubro próximo e poderá haver falhas nos pagamentos, apenas se calculou para o número de sócios actuais inscritos 50 % da sua responsabilidade anual. Na despesa, a verba de 8.000$00 para subsídios, anuais poderá evidentemente permitir maior ou menor número de subsídios, conforme o menor ou maior quantitativo de cada e conforme o número de meses a que se aplique: assim, dará 8 subsídios de 100$00 mensais durante os 10 meses do ano escolar; mas, se se contar por anos económicos a partir de Julho próximo e nele se não der subsídios, e se começar dando estes apenas em Outubro, teremos até Junho de 1928 só 9 meses de subsídio, o que permitirá que, a darem-se 8 subsídios, estes sejam um tanto mais elevados; e, se se contar com as verbas que em orçamentos extraordinários e suplementares apareçam como prováveis aumentos de receitas e que possam parcialmente ou totalmente ser destinadas a subsídios mensais, já estes poderão ser maiores, ou mais numerosos. Eis porque apenas a título de exemplificação aqui falamos no número e importância dos subsídios, deixando a rubrica lacónica de Subsídios mensais para que à Direcção fique uma certa latitude de proceder conforme fôr mais conveniente.

O rendimento dos depósitos à ordem é ínfimo. Não só por isso, mas também para satisfação da vontade dos doadores, em casos em que ela é expressa (como aconteceu com o anónimo A. A.) ou é de presumir, entende a Direcção que deveriam ser comprados títulos de crédito com as verbas disponíveis do Capital e com aquelas que para capitalização possam vir a destinar-se. E sugere e propõe o Fundo Interno do Empréstimo de 6 ½ ouro de 1923, como sendo o mais produtivo.

Como a Sociedade não tem cofre forte, parece razoável que êsses fundos a adquirir e os já possuídos sejam depositados num Banco para guarda e para cobrança dos juros e dividendos.

O orçamento apresentado para 1927–1928 joga já com as alterações feitas no valor das quotas no projecto de novos Estatutos, que temos a honra de submeter à aprovação da Assembleia Geral e que estiveram patentes para serem apreciados pelos sócios.

Por tudo o exposto, temos a honra de submeter à aprovação da Assembleia Geral as seguintes propostas de:

1.º Inventário dos bens da Sociedade Filantròpico-Académica em 4 de Abril de 1927.
2.º Cedência dos direitos eventuais da Sociedade Filantròpico-Académica a mobiliário, livros, duas coroas de prata e instrumentos de música a favor da Associação Académica e da Tuna Académica.
3.º Aceitação da oferta da Associação Académica duma mobília para a sala da Direcção da Sociedade Filantròpico-Académica, com a cláusula de reversão em caso de dissolução desta Sociedade.
4.º Venda de 5 obrigações do empréstimo de 3% de 1905, de 2 obrigações do empréstimo de 4% de 1888, de uma obrigação da Companhia das Docas e Caminhos de Ferro Peninsulares e de 2 acções do Banco Comercial do Pôrto.
5.º Aplicação em compra de fundo interno de 6 ½% ouro de 1923 das disponibilidades destinadas a capitalização.
6.º Depósito dos títulos de crédito da Sociedade num Banco, para guarda e cobrança de juros e dividendos.
7.º Autorização para, pelas verbas de receita do exercício decorrente ulteriores à data do inventário de 4 de Abril, se poder fazer o pagamento das despesas de expediente e diversas ulteriores, passando-se no fim do exercício para Capital o saldo restante.
8.º Orçamento ordinário para o ano de 1927–1928.
9.º Novos Estatutos.

A matéria dêste relatório e suas propostas foram aprovadas em Sessão de 7 de Abril de 1927 da Direcção da Sociedade Filantròpico-Académica.

Fernando Duarte Silva de Almeida Ribeiro, presidente
Leão Ramos Ascenção
Alfredo Osório de Sousa Pinto.

A matéria dêste relatório e suas propostas foram aprovadas, de novo, em Sessão da Direcção conjuntamente com os corpos gerentes restantes da Sociedade, em data de 3 de Maio de 1927.

José Alberto dos Reis
Joaquim Vicente Duarte das Neves Pratas e Sousa
João Franco Mesquita de Sá
Antonio de Matos Beja
Fernando Duarte Silva de Almeida Ribeiro.

Aprovada a matéria dêste relatório e aprovadas as propostas que o finalizam pela Assembleia Geral da Sociedade Filantròpico-Académica em 17 de Maio de 1927.

José Alberto dos Reis
Joaquim Vicente Duarte das Neves Pratas e Sousa
João Franco Mesquita de Sá
Vasco Borges de Avelar
José Ranito Baltazar.

DOCUMENTO N.º 1

INVENTÁRIO DOS BENS DA SOCIEDADE FILANTRÒPICO-ACADÉMICA EM 4 DE ABRIL DE 1927

ACTIVO		
Papéis de crédito:		
15.900$00 nom. em inscrições de ass., dos quais 100$00 só em usufruto, à cotação de 32,50 %	5.167$50	
5 Obr. do Empréstimo de 3 % de 1905, à cotação de 7$50	37$50	
2 Obr. do Empréstimo de 4 % de 1888, à cotação de 18$00	36$00	
Soma e segue... ..	5.241$00	

Transporte	5.241$00	
1 Obr. do 1.º gr. da Companhia das Docas do Pôrto e Caminhos de Ferro Peninsulares	15$00	
2 Acções do Banco Comercial do Pôrto..	-$-	5.256$00
Caixa Económica Portuguesa:		
Depósito à ordem n.º 17.874	.....	11.549$97
Dividendos vencidos a receber:		
2 cupões da Obr. da Comp. das Docas (1-7-1926 e 2-7-1927) a 1$05	2$10	
Juro do 2.º sem. de 1926 das inscrições	166$95	
Divid. das Acções do Banco Comercial do Pôrto desde o 1.º sem. de 1923 incl.....	-$-	169$05
Dívidas mal paradas:		
José Freire de Novais — 25$20 avaliados em...	-$-	
Luís Augusto Pinto de Oliveira — 23$98 avaliados em.....	-$-	
Elias Rosado Gordilho — 10$00 avaliados em..	-$-	
Francisco Mendes Esmeraldo — 8$10 avaliados em.....	-$-	
João de Ramos Paz — 20$00 avaliados em	-$-	
Manuel da Piedade Álvaro — 21$00 avaliados em	-$-	
João Marques da Costa — 24$00 avaliados em .	-$-	
Eduardo Ferreira Socrela — 23$68,5 avaliados em	-$-	
Francisco Martins Grilo — 58$47 avaliados em	-$-	-$-
		16.975$02
CAPITAL		
Fundo Geral	10.000$00	
Fundo do subsídio extraordinário A. A.	5.400$00	
Fundo auxiliar de subsídios mensais.....	1.475$02	
Fundo auxiliar de subsídios de doença	100$00	16.975$02

Importam os valores dêste inventário num Activo de dezasseis mil novecentos e setenta e cinco escudos e dois centavos.

S. E. O.

Aprovado em Sessão da Direcção da Sociedade Filantròpico-Académica aos 7 de Abril de 1927.

Fernando Duarte Silva de Almeida Ribeiro
Leão Ramos Ascenção
Alfredo Osório de Sousa Pinto.

Aprovado novamente em Sessão da Direcção conjuntamente com os restantes corpos gerentes em 3 de Maio de 1927.

José Alberto dos Reis
Joaquim Vicente Duarte das Neves Pratas e Sousa
João Franco Mesquita de Sá
António de Matos Beja
Fernando Duarte Silva de Almeida Ribeiro.

Aprovado pela Assembleia Geral da Sociedade Filantrópico-Académica aos 17 de Maio de 1927.

José Alberto dos Reis
Vasco Borges de Avelar
José Ranito Baltazar.

DOCUMENTO N.º 2

PAPÉIS DE CRÉDITO PERTENCENTES Á SOCIEDADE FILANTRÒPICO-ACADÉMICA ENTREGUES EM 14 DE DEZEMBRO DE 1926 PELO REITOR DA UNIVERSIDADE Á ACTUAL DIRECÇÃO

1 Certificado do valor nominal de 7.000$00 da Junta do Crédito Público de 3% com o n.º 1846	15.900$00 nom. em inscrições de assentamento com o 2.º semestre de 1926 por receber.
1 Inscrição de 500$00 com o n.º 34752..	
8 Inscrições de 1.000$00 com os n.os 152864 a 152869; 155717 e 186796....	
3 Inscrições de 100$00 com os n.os 57731; 59427 e 60818..	
1 Inscrição só em usufruto com o n.º 213210.....	
5 Obr. do Empréstimo de 3% de 1905 do valor nom. de 10$00 com os n.os 51024 a 51028	com o cupão de 1 de Outubro de 1925 e seguintes por receber.

2 Obr. do Empréstimo de 4% de 1888, cup., do valor nom. de 22$50, com os n.os 4922 e 4924	com o cupão de 1 de Julho de 1923 e seguintes por receber.
1 Obr. do 1.º gr. da Companhia das Docas do Pôrto e Caminhos de Ferro Peninsulares, do valor nom. de 90$00, com o n.º 43393	com o cupão de 2 de Janeiro de 1923 e seguintes por receber.
2 Acções do Banco Comercial do Pôrto, do valor nom. de 40$00 com os n.os 6180 e 6181	com o dividendo do 1.º semestre de 1923 e seguintes por receber.

Coimbra e Sala das Sessões da Sociedade Filantròpico-Académica aos 7 de Abril de 1927.

Fernando Duarte Silva de Almeida Ribeiro.

DOCUMENTO N.º 3

SOCIEDADE FILANTRÓPICO-ACADÉMICA DE COIMBRA.

PROVENIÊNCIAS DAS VERBAS DO DEPÓSITO N.º 17874 NA CAIXA ECONÓMICA PORTUGUESA

1924				
Março	14	Entrada	1.072$50	
1925				
Abril	27	Entrada	386$00	
»	30	Entrada	5.000$00	
Julho	1	Juros.....	76$22	
1926				
Julho	1	Juros	311$39	
Dezembro	–	Saldo do depósito constante da caderneta entregue à actual Direcção da Sociedade pelo Ex.mo Presidente da Assembleia Geral Sr. Prof. Dr. José Alberto dos Reis, ou seja a soma das verbas supra		
		Soma e segue.....	.....	6.846$11

		Transporte.....	.....	6.846$11
Dezembro	24	Entrada da oferta do Sr. Prof. Dr. Álvaro de Matos no dia da eleição dos novos corpos gerentes	–	100$00
»	29	Entrada do saldo em poder do Tesoureiro da Universidade, proveniente de rendimento de papéis de crédito, juros e subsídios, como consta da acta da sessão de 14-12-1926 da actual Direcção da Sociedade	–	3.415$39
1927				
Janeiro	5	Entrada do produto da venda no Pôrto de 7 cupões da Companhia das Docas (de 2 de Janeiro de 1923 a 2 de Janeiro de 1926) a 1$05	–	7$35
»	5	Entrada de donativo entregue pelo Sr. Prof. Dr. Joaquim de Carvalho, em nome do Curso do 1.º ano Jurídico de 1909-1 10 .	–	545$00
»	29	Entrada da verba enviada pelo Sr. Dr. Alberto Xavier para se dar por paga a sua dívida antiga de 29$63,5	–	50$00
»	29	Entrada da quantia que entregou o Sr. Prof. Dr. José Alberto dos Reis, correspondente aos honorários que o Sr. Prof. Dr. Rocha Brito deveria receber mas não aceitou por tratamento duma pessoa de família do primeiro .	–	50$00
Fevereiro	18	Entrada da oferta da Ex.ma Emprêsa do Teatro Avenida, do		
		Soma e segue.....	.....	11.013$85

		Transporte.....	.....	11.013$85
		produto do aluguer do Teatro à Tuna Académica para o seu espectáculo de gala, parcialmente em benefício da Sociedade Filantròpico-Académica, neste mês	–	500$00
Abril	2	Entrada das seguintes importâncias:		
		Para pagamento da antiga dívida do Sr. Dr. José B. T. de Matos. E. de 30$00 ...	30$00	
		Negociação de 16 cupões de 2 Obr. do Emp. de 1888 desde Julho de 1923 a Janeiro de 1927, a $23 liq. ..	3$68	
		Negociação de 20 cupões de 5 Obr. do Emp. de 1905, desde o de 1 de Outubro de 1925 até ao de 1 de Abril de 1927, a $09 liq. são 1$80; entregue por conta.	1$44	35$12
»	4	Entrada do saldo do produto da negociação dos 20 cupões de 5 Obr. a que se refere o lançamento anterior	$36	
»	4	e de mais, oferta de um anónimo .	$64	1$00
				11.549$97

Importa a soma na quantia de onze mil quinhentos e quarenta e nove escudos e noventa e sete centavos.

Coimbra e Sala das Sessões da Direcção da Sociedade Filantròpico-Académica aos sete de Abril de 1927.

Fernando Duarte Silva de Almeida Ribeiro.

DOCUMENTO N.º 4

SOCIEDADE FILANTRÒPICO-ACADÉMICA DE COIMBRA.

ORÇAMENTO PARA O ANO DE 1927-1928 (ORDINÁRIO)

RECEITA		
I Fundo auxiliar para subsídios mensais	1.475$02	
II Fundo auxiliar para subsídios de doença	100$00	
III Juros de depósito na Caixa Económica Portuguesa ou no Banco Ultramarino	450$00	
IV Juros de 15.900$00 nom. de inscrições em dois semestres	333$94	
V 50% da responsabilidade anual de 60 sócios protectores e de 575 sócios ordinários, respectivamente a 50$00 e 10$00	7.250$00	9.608$96
DESPESA		
I Subsídios mensais	8.000$00	
II Subsídio extraordinário A. A.	270$00	
III Subsídios para doença	500$00	
IV Expediente, impressões e despesas diversas..	838$96	
		9.608$96

Importa êste orçamento de receita e despesa na quantia de nove mil seiscentos e oito escudos e noventa e seis centavos.

Aprovado em Sessão da Direcção da Sociedade Filantròpico-Académica em 7 de Abril de 1927.

Fernando Duarte Silva de Almeida Ribeiro
Leão Ramos Ascenção
Alfredo Osório de Sousa Pinto.

Êste orçamento foi de novo aprovado em Sessão da Direcção conjuntamente com os restantes corpos gerentes em 3 de Maio de 1927.

José Alberto dos Reis
Joaquim Vicente Duarte das Neves Pratas e Sousa
João Franco Mesquita de Sá
António de Matos Beja
Fernando Duarte Silva de Almeida Ribeiro.

Aprovado êste orçamento de receita e despesa pela Assembleia Geral da Sociedade Filantròpico-Académica aos 17 de Maio de 1927.

José Alberto dos Reis
Vasco Borges de Avelar
José Ranito Baltazar.

Aprovado em Sessão do Senado de 30 de Julho de 1927.
Paço das Escolas, em 1 de Agôsto de 1927.

O Reitor, Presidente,
(a.) *Domingos Fezas Vital.*

SOCIEDADE FILANTRÒPICO-ACADÉMICA DE COIMBRA.

1.º ORÇAMENTO EXTRAORDINÁRIO PARA 1927-1928

RECEITA		
Subsídio concedido pelo Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Social	-	10.000$00
DESPESA		
Subsídios mensais e por doença a estudantes faltos de recursos a conceder de Outubro de 1927 a Junho de 1928.....	-	10 000$00

Importa êste orçamento na quantia de dez mil escudos na receita e de dez mil escudos na despesa.

Aprovado em Sessão da Direcção da Sociedade Filantròpico-Académica de Coimbra aos 22 de Julho de 1927.

A Direcção

Fernando Duarte Silva de Almeida Ribeiro
Leão Ramos Ascenção
António Marques da Costa
António Pais de Oliveira

Aprovado em Sessão do Senado de 30 de Julho de 1927.
Paço das Escolas, em 1 de Agôsto de 1927.

O Reitor, Presidente,
Domingos Fezas Vital.

(Conclue).

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

Durante o ano de 1928 *O Instituto* recebeu por permuta as seguintes revistas, que muito agradece:

Barcelona. — *Revista Juridica de Catalunya.*

Bergen. — *Bergens Museum. Arsberetning.*
—— — *Bergens Museums Arbok. Historik-Antikvarisk Rekke.*

Bogotá. — *Boletin de Agricultura.* Organo del Ministério de Industrias.
—— — *Revista de industrias.*

Bolonha. — *L'Università Italiana.* Rivista dell'Istruzione Superiore.

Bonn. — *Ibero-amerikanisches Archiv.*

Bremen. — *Bremisches Iahrbuch.* Herausgegeben von der Historischen Gesellschaft des Künstlervereins.
—— — *Niederdeutsche Zeitschrift für Volkskunde.*
—— — *Abhandlungen und Vorträge*, herausg. von der Bremer Wissenschaftlichen Gesellschaft.

Bruxelas. — *Analecta Bollandiana.*
—— — *Revue de l'Université de Bruxelles.*

Buenos-Aires. — *Boletin del Seminario Matemático Argentino*, pub. por J Rey Pastor.
—— — *Nosotros.*
—— — *Anales de la Sociedad Cientifica Argentina.*
—— — *Sagitário.*

Cabo Verde — *Boletim Oficial do Governo da Provincia de Cabo Verde.*

Caminha — *Brotéria.*

Caracas. — *Boletin del Archivo Nacional.*
—— — *Boletin de la Academia Nacional de la Historia.*

Castellón. — *Boletin de la Sociedad Castellonense de Cultura.*

Catania. — *Diritto e Politica.*

Coimbra. — *Revista de Legislação e Jurisprudência.*
—— — *Estudos.* Revista mensal de cultura e formação católica.
—— — *Biblos.* Revista da Faculdade de Letras.
—— — *Folia anatomica Universitatis Conimbrigensis.*
—— — *Boletim da Faculdade de Direito.*
—— — *Boletim da Sociedade Broteriana.*
—— — *Boletim da Faculdade de Direito.*
—— — *Boletim Bibliográfico da Biblioteca da Universidade de Coimbra.*
—— — *Memórias e estudos do Museu Zoológico da Universidade de Coimbra.*

Corunha. — *Boletin de la Real Academia Gallega.*

Cuzco (Peru). — *Revista Universitária.* Organo de la Universidad del Cuzco.

El Escorial. — *Religion y Cultura.*

Fortaleza (Ceará). — *Revista trimensal do Instituto do Ceará.*

Frankfurt S. Meno. — *Natur und Museum.*
—— — *Senckenbergiana.* (Public. pela Senckenbergischen Naturforschenden Gesellschaft.)

Guimarães. — *Revista de Guimarães.*

Habana. — *Revista bimestre Cubana*, editada por la Sociedad economica de amigos del país.
—— — *1928. Revista de avance.*

Harlem. — *Archives Néerlandaises de Physiologie de l'homme et des animaux*, pub. par la Societé Hollandaise des Sciences.

Huelva. — *La Rábida.*

Jerez de la Frontera. — *Revista del Ateneo.*

La Serena (Chile). — *Boletin de la Sociedad Agricola del Norte.*

Lisboa. — *Tecnica.* Revista de Engenharia.
—— — *Boletim da Sociedade de Geografia.*
—— — *Arqueologia e História.* Pub. pela Associação dos Arqueologos Portugueses.
—— — *Lisboa Médica.*

Lisboa. — *Revista Militar.*
—— — *Boletim de Estatística e Informação Agrícola.*
—— — *Jornal da Sociedade Farmaceutica Lusitana.*
—— — *O Rosário.*
—— — *Gazeta da Relação de Lisboa.*
—— — *Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses.*
—— — *Jornal da Sociedade das Sciências médicas de Lisboa.*
—— — *A Medicina Contemporânea.*
—— — *Boletim da Agencia Geral das Colónias.*
—— — *Nação Portuguesa.*
—— — *Arquivo de anatomia e antropologia.* Publicado pelo Instituto de Anatomia da Fac. de Medicina de Lisboa.
—— — *Boletim do Instituto de Criminologia.*
—— — *Boletim de Minas.*
—— — *Boletim de Previdência Social.*
—— — *Anais do Club Militar Naval.*

Loanda. — *Boletim Oficial da Colónia de Angola.*

Londres. — *Bulletin of the Institut of Historical Research.*
—— — *The Geographical Journal.*

Macau. — *Boletim Oficial da Colónia de Macau.*

Madrid. — *Boletín de la Institución Libre de Enseñanza.*
—— — *La Escuela Moderna.*
—— — *Suplemento a la Escuela Moderna.*
—— — *Revista Matemática Hispano-Americana.*
—— — *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos.*
—— — *Revista de Filologia Española.*
—— — *Revista de la Biblioteca, Archivo y Museo.* Ayuntamiento de Madrid.
—— — *Investigación y Progresso.*
—— — *Boletin bibliografico del Centro de Intercambio intelectual Germano-Español.*
—— — *Revista de Obras Publicas.*
—— — *Boletin de la Real Academia de la Historia.*
—— — *Revista de las Españas.* Publicada por la Union Ibero-Americana en Madrid.
—— — *El Instituto.*
—— — *Boletin de la Real Sociedad Geografica.*
—— — *Archivo Ibero-Americano.* Revista de estudios historicos.
—— — *Razón y Fé.*

Málaga. — *Revista española de estudios biblicos.*

Managua. — *La Escuela.* Organo del Ministerio de Instrución Publica.

Milão. — *Rivista Internazionale di Scienze Sociali e discipline ausiliarie.*

Montevideo. — *Anales de Instrucción Primaria.*
—— — *Anales del Museo de Historia Natural de Montevideo.*
—— — *Enciclopedia de Educacion.* Publicacion trimensal destinada a los trabajos extranjeros.

Munich. — *Sitzungsberichte der Bayerischen Akademie der Wissenschaften.* Philosophisch-philologische und historische Klasse.
—— — *Sitzungsberichte der mathematisch-naturwissenschaftlichen Abteilung der Bayer. Akademie der Wissenschaften.*

Nápoles. — *La Critica.* Rivista di Litteratura, storia e filosofia diretta de B. Croce.

New York. — *Bulletin of the New York Public Library.*

Nova Goa. — *Boletim do Instituto Vasco da Gama.*
—— — *Boletim Oficial do Govêrno Geral do Estado da Índia.*

Orense. — *Boletin de la Comisión de Monumentos de Orense.*

Palma de Mallorca. — *Bolleti de la Societat Arqueológica Luliana.*

Paris. — *Annales de l'Observatoire de Paris* (Section de Meudon) publiées par H. Deslandres.
—— — *Études.* Revue catholique d'intérét général..
—— — *Revue économique française,* pub. par la Société de Géographie Commerciale de Paris.
—— — *Hespéris.* Archives berbères et bulletin de l'Institut des Hautes — Études Marocaines.

Perm. — *Bulletin de l'Institut des recherches biologiques et de la Station biologique à l'Université de Perm.* (U. R. S. S.)

Pôrto. — *Portucale.*
—— — *Arquivos de Clínica Médica,* director Prof. Tiago de Almeida, (Faculdade de Medicina do Pôrto.)
—— — *A Aguia.*
—— — *Anais da Faculdade de Sciências do Pôrto.*
—— — *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnografia.*
—— — *Revista de estudos históricos.*

Pôrto Alegre — *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.*

—— — *Revista do Museu e Archivo Publico do Rio Grande do Sul.*

Pôrto Amélia. — *Boletim da Companhia do Niassa.*

Quaracchi (Florença.) — *Archivum Franciscanum Historicum.*

Quito. — *Anales de la Universidad Central.*

Rio de Janeiro. — *Boletim do Museu Nacional.*

—— — *Boletim da Câmara Portuguesa de Comércio e Industria.*

—— — *Revista da Academia Brasileira de Letras.*

Roma. — *La Rassegna italiana. Politica, litteraria ed artistica.*

S. Paulo. — *Boletim mensal da Câmara Portuguesa de São Paulo.*

S. Sebastian. — *Revue Internationale des Études Basques.*

—— — *Boletin de la Sociedad de Estudios Vascos.*

Salamanca. — *La Ciencia Tomista.*

Santiago de Chile. — *Anales de la Universidad.*

Santiago de Cuba. — *Archipiélago. Boletin de la Institución hispano-cubana de cultura de Oriente.*

Saragoça. — *Universidad.* Revista de Cultura y vida universitaria.

Tomar. — *O Missionário Católico.*

Tóquio. — *The Tourist.*

Tortosa. — *Boletin Mensal del Observatorio del Ebro.*

Udine. — *Ce Fastu?* Bollettino mensile della Società Filologica Friulana.

Upsala. — *Skrifter utgiuva av Kunge. Humanistika Vetenskap-Samfundet.*

Washington. — *Report of the United Statis National Museum.* Smithisonian Institution.

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 12$00

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 10$00

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 15$00

Catalogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 6$00

Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 4$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 4$50

Noticia sôbre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 5$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro de Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 4$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 3$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 3$00

Memórias de Castilho, por Júlio de Castilho. Vol. I e II. Cada ex. 20$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

O Instituto é uma publicação mensal do *Instituto de Coimbra,* sociedade scientífica e literária fundada em 1852.

Cada número, com cerca de 100 páginas, publicará artigos acompanhados do retrato e fac-símile da assinatura dos autores e na língua por êles preferida; 5 números formam um volume com frontispício, índice e capa especial.

ASSINATURAS

Série de cinco números..... 25$00
Número avulso ..... 10$00

Só se tomam assinaturas a partir do número 1 de cada volume.

CORRESPONDENCIA

Tôda a correspondência deve ser dirigida para a Redacção de *O Instituto,* Arco do Bispo n.º 1 — Coimbra — Portugal.